



FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DO PORTO

Ser, Pertencer e Participar:
Construção da Identidade Homossexual,
Redes de Apoio e Participação Comunitária

Nuno Santos Carneiro

2006



FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DO PORTO

Ser, Pertencer e Participar:
**Construção da Identidade Homossexual,
Redes de Apoio e Participação Comunitária**

Nuno Filipe Moreira dos Santos Carneiro
2006

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Doutor em Psicologia, pela Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, sob a orientação da Professora Doutora Isabel Menezes.

Investigação financiada pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SFRH/ BD/ 2835/ 2000) e pelo Fundo Social Europeu no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Dois anjos em vastíssima lembrança.

Em trono de plácido assento.

É-lhes uma asa o afago. É-lhes a outra o escudo contra o medo.

Nas mãos um cristalino voar de seda. Todo o céu.

Sempre púrpura. Sempre a menos errada verdade.

E têm nome de murmúrio.

Adelina. Em suspiro de (escamoteada) despedida.

Até ao reencontro. No reino seu, onde a dor só autoriza o sorriso.

Judite, em suspiro sábio de (desmascarada) presença.

Sem nunca até. No reino seu, onde o sorriso só autoriza aconchegar a dor.

Vosso será sempre este trabalho. Mais do que doutros anjos. Mais do que doutras asas.

Ao meu pai.

Por de tantas formas me ter *dito* (já) não ser preciso *dizer*.

No mais ancorante eco do indizível.

Ao meu irmão.

Por sê-lo. No ensinamento de que a *afirmação* pode ser uma nuvem.

Passando indelével e serenamente.

(QUASE) UMA ODE...

Por habitualmente me trair o jeito no agradecer, registo algumas palavras que em modo ousado de canto me soam, ao lembrar os que me ajudaram a *ser*, ao me *pertencerem* e ao comigo *participarem*. Fingirei ser capaz de versá-los, sabendo o perdão de quem não contemplo (apenas) na ingrata restrição das linhas.

Professora Doutora Isabel Menezes. Por reforçar em imensidão o que sempre julguei conhecer-lhe: a segura assumpção - em jeito *lido*, *escrito* e *vivido* - do inseguro. Por me ter ensinado que a viagem é sempre um nada ao lado de caminhantes como ela. Pelo privilégio de me ser, na comovida refutação do itálico.

Professora Doutora Maria Gabriela Moita. Por cedo ter sido uma *onda* sem a qual os meus *castelos* se louvariam fortalezas sobre frágeis *areias*. Sem por isso se erguerem. Ou com isso se desfazendo numa espuma sem sentido.

Professora Doutora Maria Emília Costa. Por todas as *afinidades identitárias* vestidas de uma construtiva dúvida sobre o “sermos”. Pela cúmplice fidelidade a nós mesmos.

Professora Doutora Cristina Queirós. Terna e simplesmente. Como é a sua pessoa.

A equipa. Pedro Ferreira: pela comunhão disfarçadamente freudiana numa cidade dividida, como que em pretérito prenúncio dos nossos imperfeitos futuros. **Gil:** por me aconchegar as fúrias num *país* mais bizarro e menos maravilhoso que o de *Alice*. **Carminho:** por tão sorridentemente se abandonar ao meu diminutivo. **Pedro Teixeira:** És-me. **Cristina e Isabel,** no fôlego renovado e encantador. **Sílvia,** por ser “chiquita”, com o Nuno a fazer mais “chique” a moldura das minhas inquietações.

Luisinha Santos. Na plataforma de viagens. Em saturante redor, ou mais longínquas.

Graça Silva. Com quem a justiça ganha força no desafiante (re)conhecimento das injustiças.

Serviço de Informática. Por tornar exequível esta jornada, com particular palavra ao **Manuel Francisco,** tão sorridentemente aceitante da confusão entre *rosa* e *azul*. Na espera do prometido champanhe.

Os amigos. Nice: a quem tão lentamente apropriei o *Eu*, sabendo que o lugar que me dá terá sempre a exacta proporção do que nunca ousarei apropriar. Para ela, roubo Virginia Woolf, *“porque quando falamos em nomes que profundamente veneramos nunca os dizemos por inteiro”*. **Luís:** sete são os palmos - de terra, de memórias, da *pele* que não serve. Para que não tenham palmos as emoções que nos damos. **Paulo Miguel,** que será sempre lembrança de uma perfumada geografia. **Elias:** pelas mais saudáveis insanidades. **Elsa e Fati,** na distância que não é um lugar estranho, mas estreito. **Amélia,** na sagaz interpelação de que *“não há beijos diferentes se o amor for igual”*. **Lurdes e João:** por me terem percebido nos mais imperceptíveis momentos. **Rolando,** ao lembrar-me, nas noites tão longas, que *“a sepultura é uma cova onde não cabe o coração dos que resistem”*. **Rosa Maria e Bela,** satélites de tão importante planeta. **Fernando Dodot,** âncora a socorrer-me na desejável semântica do “orgulho”. **Marina,** pelas “omoplatas” que nos animam. **Isabel Torres:** porque o coração perdura, mesmo quando a vida é dura. **Elisa Veiga,** a minha mais partilhante “leitora”. **António Fernando Cascais,** ao me dar a sentir que *“só com maturidade podemos ambicionar a imaturidade”*. **José Manuel Fernandes,** minha querida “mana”, pela plumática ponte, sobre um mar de lantejoulas que espelha o ondulante luar da crença.

Manuela Brito, pelos segredos que comigo singularmente partilhou, na mestria de não pretender mestria.

Os doces mas cuidadosos *revisores*: **Mariana**, de quem espero merecer mais *T-Shirts*; **Marininha**, luz dos olhos da luz dos meus olhos; **Mário Couto**, com quem (contrariadamente!) jantarei em Varadero; **Marisa**, pela capacidade de fazer da serenidade uma rigorosa beleza. Ainda havemos de descobrir porque vos uniu o “**M**” nestas tarefas...

CRIAR. Que me deixou *criar*. Nas pessoas de Ana Isabel *Feliz*, Isaura *Guerreira* e Cristina *Salvadora*.

Heróic@s representantes das planícies LGBT do meu país. Por me fazerem acreditar que as arrobadas dissolverão o arco-íris que incessantemente sabem manter no céu.

Em especial: **Sérgio Vitorino**, pelo redescobrir das *rosas*, que com ele reforçaram beleza em cor e em *rugido*; **Paulo Jorge Vieira**, pela inquieta vontade; **Telmo Fernandes**, por todas as *plumas*; **Ana Cristina Santos**, por serem tão suas tão vastas lutas.

João Paulo e **Filipe**. Porque, convosco, um *Portugal* (mais) *Gay* deu corpo ao que pudemos fazer e me convence que há ainda jardins que se podem plantar no (a)mar.

Pessoas. As que me certificam que há sempre um conforto na troca a que (ainda?) chamamos psicoterapia.

Sujeitos deste estudo. Com quem o *canto* começa. E com quem (espero!) se fará mais sonante e destemidamente *alegre*.

Ser, Pertencer e Participar:
Construção da Identidade Homossexual, Redes de Apoio e Participação Comunitária

RESUMO

A presente dissertação tem como objecto nuclear a análise do processo de desenvolvimento psicológico da identidade *gay* e *lésbica* e do papel que neste processo assumem (i) as redes de apoio social (pais e amigos) e (ii) a participação comunitária em associações nacionais de defesa dos direitos homossexuais.

Na Primeira Parte, são apresentados os quadrantes teóricos para o enquadramento deste trabalho. Algumas propostas da Psicologia Política e, em especial, a *meta-narrativa da cidadania*, fundamentam a conceptualização das *homossexualidades*. As acções políticas que *lésbicas* e *gays* continuam a enveredar no reconhecimento “igualitário” da sua “diferença” e o entendimento das reformulações que na ciência (psicológica) se operaram, permitindo a emergência do “modelo afirmativo *gay*”, são contempladas nesta primeira parte. Articulamos os contributos da Teoria Psicossocial do Desenvolvimento e do Modelo dos Estatutos da Identidade com diferentes modelos de desenvolvimento da identidade homossexual, privilegiando-se, por último, um modelo inclusivo da construção psicológica das *homossexualidades*.

Na Segunda Parte, apresenta-se um estudo transversal realizado numa amostra de *gays* e *lésbicas* Portugueses.

Os resultados revelam um “caminho solitário” que os sujeitos desenvolvem até à integração da sua identidade sexual. As diferenças de sexo e de idade na experiência psicológica de *ser*, *pertencer* e *participar* enquanto *lésbica* ou *gay* são salientes nestes resultados.

Ainda que não revelando um efeito directo no desenvolvimento psicológico das *homossexualidades*, as experiências de participação política nas associações de defesa dos direitos (homos)sexuais mostram-se importantes para a satisfação com a orientação sexual de *lésbicas* e *gays*. O “amor homossexual” é uma dimensão valorizada pelos sujeitos na experiência subjectiva das *homossexualidades* e resulta como validado através da participação associativa.

Esta dissertação pretende contribuir para um conhecimento aprofundado da relação entre *ser*, *pertencer* e *participar*, discutindo implicações relevantes desta relação para que uma *psicologia afirmativa gay* se adeque, em diferentes contextos de actuação profissional, às necessidades da população em estudo.

Being, Belonging and Participating:
Construction of the Homosexual Identity, Support Networks and Community Participation

ABSTRACT

The present dissertation analyses the process of psychological development of gay and lesbian identity and the role played in it by (i) support networks (parents and friends) and (ii) community participation in national associations for the homosexual rights.

In the First Part, the theoretical groundings of this work are presented. Some proposals from Political Psychology and, especially, the *meta-narrative of citizenship*, fundament the conceptualisation of *homosexualities*. Both the political actions of lesbian and gay that continue to fight for the “egalitarian” recognition of their “difference”, and our discussion of changes in the psychological science that aloud the emergence of the “affirmative gay model”, are presented in this first part. We articulate both the contribution of the Psychosocial Theory of Development and the Identity Statutes Model with different models of homosexual identity development, and finally privilege an inclusive model of the psychological construction of *homosexualities*.

In the Second Part, we present a cross-sectional study with a sample of Portuguese gay and lesbians. The results reveal that the subjects’ development represent a “lonely way” until the integration of their sexual identity. The results also show that the psychological experience of *being, belonging and participating* as a lesbian or gay person varies according to sex and age group.

Although not revealing a direct effect on the psychological development of *homosexualities*, political participation experiences in homosexual rights organizations have proved important for lesbian and gay satisfaction with their sexual orientation. The “homosexual love” is a valued dimension for the subjects in their subjective experience of homosexuality and it is validated by associative participation.

This dissertation intends to contribute to a deeper knowledge of the relation between *being, belonging and participating*, discussing its relevant implications for the development of an *affirmative gay psychology* fitting the different contexts of professional intervention and the needs of the population studied.

Être, Appartenir et Participer :
Construction de l'Identité Homosexuel,
Réseaux de Support Social et Participation Communautaire

RESUMÉ

La présente dissertation analyse le processus de développement psychologique de l'identité gay et lesbienne et le rôle joué par (i) les réseaux de support social (les parents et les amis) et (ii) la participation communautaire dans des associations nationales pour les droits des homosexuels, dans ce même processus.

Dans la Première Partie, les fondements théoriques de ce travail sont présentés. Quelques propositions de la Psychologie Politique et, en particulier, la *meta-narrative de la citoyenneté*, supportent la conceptualisation de l'homosexualités. D'une part, les actions politiques des lesbiennes et homosexuels que continuent à lutter pour une reconnaissance « égalitaire » de sa « différence » et, d'autre part, notre discussion des transformations opérés dans la science psychologique et qui ont permis l'émergence du « modèle affirmatif gay », sont aussi présentés dans cette première partie. En faisant une articulation des contributions de la Théorie Psychosocial du Développement et du Modèle des Statuts de l'Identité avec des différents modèles du développement de l'identité homosexuel, nous finissons par privilégier un modèle inclusive de la construction psychologique des homosexualités.

Dans la Deuxième Partie, nous présentons un étude transversal effectué avec un échantillon de gays et lesbiennes Portugais. Les résultats révèlent un « chemin solitaire » qui est parcouru par les sujets jusqu'à l'intégration de leur identité sexuel. Les résultats révèlent aussi que l'expérience psychologique d'*être, appartenir et participer* en tant que lesbienne ou homosexuel, varie selon le sexe et l'âge des sujets.

Bien qu'il n'apparaît pas un effet direct des expériences de participation politique dans le développement psychologique des homosexualités, la participation dans des associations pour les droits des homosexuels, se prouve importante pour la satisfaction des sujets avec son orientation sexuel. « L' amour homosexuel » est une dimension valorisé par les sujets dans leur expérience subjective de l'homosexualité et les résultats montrent que cette dimension est validé par la participation politique.

Cette dissertation contribue pour une connaissance approfondi de la relation entre *être, appartenir et participer*, en discutant les implications relevantes de cette relation pour une *psychologie affirmative gay* que soit adéquate, dans des différents contextes d'intervention professionnel, aux nécessités de la population étudié.

Índice

	Página
Introdução	1
Primeira Parte: Quadrantes Teóricos	
<hr/>	
Capítulo I.	
Cidadania e Identidade(s):	
Ser, Pertencer e Participar no Contexto do Político	8
I. 1. Direitos e deveres: pontos de partida para a leitura da cidadania.	11
I. 2. A cidadania para lá do normativo: <i>ser ao pertencer, ser ao participar</i>.	15
I. 3. A política da identidade: posições e contraposições.	19
I. 3. 1. Os movimentos sociais.	20
I. 3. 2. Os direitos “minoritários” em debate.	21
I. 3. 3. <i>Público e privado</i>: territórios esbatidos no des-silenciar da(s) identidade(s).	23
I.4. <i>Ser, pertencer e participar</i> na pós-linearidade: <i>aqui e além</i> da(s) identidade(s).	25
I.5. Diferenciar a cidadania: O Modelo de Iris Marion Young.	29
I. 5. 1. O universalismo como mito de inclusão democrática.	29
I. 5. 2. A representação grupal: modos afirmados de figuração identitária.	32
I. 5. 3. “Nós” com os “Outros”: a “coligação arco-íris” como deliberação cooperante.	33
Síntese	38
Capítulo II.	
Para uma Cidadania Sexual:	
A “Diferença” do Desejo na “Igualdade” do Político	40
II. 1. “Cidadania Sexual”: conceito e temáticas relacionadas.	43
II. 2. O movimento social gay e lésbico: apontamento histórico.	44
II. 2. 1. A “diferença” no <i>armário</i>: encerrar a “poluição homossexual”.	46
II. 2. 2. O <i>armário quebrado</i>: da persuasão homofílica à afirmação gay.	47
II. 2. 3. <i>Público e privado</i>: territórios esbatidos no des-silenciar das sexualidades.	50
II. 3. Acção política e linguagem: a homofobia e o heterossexismo.	52
II. 3. 1. Heterossexismo ou a privilegiada condição da “não-diferença”.	53
II. 3. 2. Homofobia ou a “diferença” destinada à (re)negação.	55

Capítulo II.**Para uma Cidadania Sexual:****A “Diferença” do Desejo na “Igualdade” do Político (cont.)**

II. 4. SIDA: retrocesso e re-impulsão do movimento social gay e lésbico.	57
II. 5. <i>Aqui e Além</i> da(s) sexualidade(s): entre <i>Gay</i> e <i>Queer</i> .	63
II. 6. Em busca da <i>Justiça Sexual</i> : as perdurantes reivindicações do movimento social gay e lésbico.	67
II. 7. Do <i>Preto e Branco</i> ao <i>Arco-Íris</i> : Percurso de Cidadania e Identidades LGBT em Portugal.	74
Síntese	82

Capítulo III.**Gays e Lésbicas na Ciência da(s) Sexualidade(s):****Do que “Se Disse” ao que “Se Soube Ouvir”**

III. 1. De como a ciência construiu “novos <i>malditos</i> ”.	87
III. 1. 1. A ciência como “disciplina” da “(homo)sexualidade”.	87
III. 1. 2. As <i>marcas</i> da ciência no “corpo homossexual”.	90
III. 2. O Psiquismo sobe à “cena da condenação”.	94
III. 3. <i>Dizer o social</i> : outros olhares sobre a “diferença (homo)sexual”.	97
II. 4. <i>Dizer pela Voz do Sujeito</i> : a ciência em tempos de libertação gay e lésbica.	100
III. 5. “Saber ouvir” para “saber fazer”: rumo a uma <i>Psicologia Afirmativa Gay</i> .	104
III. 5.1. Atitudes e domínios da actuação no quadro ético da psicologia afirmativa gay.	105
III. 5. 2. O caso Português: como vamos de <i>psicologia afirmativa gay</i> ?	111
Síntese	114

Capítulo IV.**Identidade e Homossexualidades:****Uma Perspectiva Psicossocial do Desenvolvimento**

IV. 1. A Teoria Psicossocial do Desenvolvimento: Erik Erikson.	119
IV. 1. 1. Adolescência: arena para a edificação da identidade.	124
IV. 1. 2. Repensar criticamente Erikson.	126
IV. 2. O Modelo dos Estatutos da Identidade: James Marcia.	128
IV. 3. “ <i>Ser</i> ” ou “ <i>Estar</i> ”? Controvérsias na abordagem psicológica da identidade.	131

Capítulo IV.

Identidade e Homossexualidades:

Uma Perspectiva Psicossocial do Desenvolvimento (cont.)

IV. 4. Identidade Homossexual: aspectos centrais da leitura psicossocial.	133
IV. 4. 1. Orientação Sexual, Identidade de Género, Papéis Sexuais.	134
IV. 4. 2. A Homofobia Internalizada: quando a <i>repulsa</i> toma conta do sujeito.	137
IV. 4. 3. Quando a pessoa <i>Quebra o Armário: Revelar e Revelar-Se</i> .	140
IV. 5. <i>Ser, Pertencer e Participar</i> :	
os contextos da “diferença” e a construção subjectiva das homossexualidades.	144
IV. 5. 1. <i>Ser ao Pertencer</i> : “diferença” sexual e redes de apoio.	144
IV. 5. 2. <i>Ser ao Participar</i> : “diferença” sexual e participação comunitária.	146
IV. 6. Modelos de desenvolvimento psicológico das identidades gay e lésbica.	148
IV. 6. 1. Da “diferença” à integração pessoal: trajectos psicossociais da homossexualidade.	149
IV. 6. 2. Críticas aos modelos de desenvolvimento da identidade homossexual.	151
IV. 7. Um modelo inclusivo de desenvolvimento das identidades gay e lésbica.	154
Síntese	159

Segunda Parte: Estudo Empírico

Capítulo V.

Enquadramento, Objectivos e Hipóteses do Estudo

V. 1. Sujeito e contexto nas investigações sobre discriminação social.	163
V. 2. A validade dos estudos com populações discriminadas.	165
V. 2. 1. Recrutamento e viés amostral.	165
V. 2. 2. A Internet como método de recrutamento.	167
V. 2. 3. Pertinência e qualidade psicométrica das medidas de avaliação.	168
V. 3. Recomendações relativas aos estudo com Lésbicas e Gays.	170
V. 3. 1. Repercussões empíricas do heterossexismo.	171
V. 3. 2. Recrutamento e (auto-)selecção amostral.	173
V. 4. Objectivos e Hipóteses do Estudo Empírico.	176
V. 5. Operacionalização das Dimensões do Estudo: Considerações Prévias.	183
V. 5. 1. Identidade Homossexual.	184
V. 5. 2. Redes de Apoio.	185
V. 5. 3. Participação Comunitária.	187
V. 5. 4. Identidade.	187
Síntese	190

Capítulo VI.

Instrumentos e Caracterização da Amostra	191
VI. 1. Procedimentos.	193
VI. 2. Inquérito Biográfico.	194
VI. 2. 1. Descrição.	194
VI. 2. 2. Caracterização sócio-demográfica da amostra.	195
VI. 3. Ser, Pertencer e Participar:	
Instrumentos e caracterização da amostra em função das dimensões operacionais.	207
VI. 3. 1. A Participação Comunitária:	
Questionário das Experiências de Participação - QEP.	209
VI. 3. 1. 1. Descrição.	209
VI. 3. 1. 2. Adaptação.	211
VI. 3. 1. 3. Validação.	211
VI. 3. 1. 4. Caracterização amostral relativa às dimensões do QEP.	214
VI. 3. 2. O Apoio Social:	
<i>Perceived Acceptance Scale</i> – PAS.	218
VI. 3. 2. 1. Descrição.	218
VI. 3. 2. 2. Adaptação.	218
VI. 3. 2. 3. Validação.	219
VI. 3. 2. 4. Caracterização amostral relativa às dimensões do PAS.	224
VI. 3. 3. O Desenvolvimento da Identidade Homossexual:	
<i>Lesbian Identity Questionnaire/ Gay Identity Questionnaire</i> – LIQ/GIQ.	225
VI. 3. 3. 1. Descrição.	225
VI. 3. 3. 2. Adaptação.	227
VI. 3. 3. 3. Validação.	232
VI. 3. 3. 4. Caracterização amostral relativa às dimensões do LIQ/GIQ.	237
VI. 3. 4. O Desenvolvimento da Identidade:	
<i>Ego Identity Process Questionnaire</i> – EIPQ.	237
VI. 3. 4. 1. Descrição.	237
VI. 3. 4. 2. Adaptação.	239
VI. 3. 4. 3. Validação.	241
VI. 3. 4. 4. Caracterização amostral relativa ao EIPQ.	245
VI. 4. “Descortinando o virtual”: Diferenças inter-sujeitos nas versões escrita e online.	246
Síntese	249

Capítulo VII.

Resultados: Apresentação e Discussão.	251
--	------------

Secção I.

As <i>Homossexualidades</i>: diferenças inter-sujeitos.	253
--	------------

VII. 1. Diferenças nas Descobertas da Homossexualidade, nos Amores Homossexuais, na “Revelação” da Homossexualidade, nos Amigos e nos Ambientes.	253
---	------------

VII. 2. Diferenças no “Espaço Associativo”.	261
--	------------

VII. 3. Diferenças no Suporte Social.	264
--	------------

VII. 4. Diferenças nas Identidades Lésbica e Gay.	266
--	------------

VII. 5. Diferenças na Identidade.	268
--	------------

VII. 6. Secção I: Reflexão-Síntese.	271
--	------------

VII. 6. 1. A “ <i>passagem do tempo</i> ” das homossexualidades.	272
---	------------

VII. 6. 2. <i>Elas e Eles</i> nas homossexualidades.	282
---	------------

Secção II.

Ser, pertencer e participar:

Uma Compreensão Integrada das Homossexualidades.	288
---	------------

VII. 7. A Importância de <i>Pertencer</i> .	288
--	------------

VII. 8. A Importância de <i>Participar</i> .	292
---	------------

VII. 9. A Identidade e as <i>Homossexualidades</i> .	293
---	------------

VII. 10. Secção II: Reflexão-Síntese.	294
--	------------

VII. 10. 1. A construção das homossexualidades através da <i>Pertença</i> .	295
--	------------

VII. 10. 2. A construção das homossexualidades através da <i>Participação</i> .	300
--	------------

VII. 10. 3. Para além da “ <i>Diferença</i> ”: <i>Ser(-se)</i> e <i>Amar(-se)</i> nas homossexualidades.	306
---	------------

Conclusões	311
-------------------	------------

Bibliografia	320
---------------------	------------

Anexos	358
---------------	------------

Capítulo I.

Cidadania e Identidade(s):

Ser, Pertencer e Participar no Contexto do Político

FILHO – E que pedes tu?

PROMETIDO – Ambos temos os mesmos direitos e os mesmos deveres.

Que eu seja considerado como estando no meu lugar onde estou. (...)

FILHO – Eu poderia começar a perceber.

PROMETIDO – A sério?

FILHO – É assustador.

O que é que eu sou para além daquilo que tenho, do que me foi dado?

O que é que eu sou a mais do que tu se já não o tiver? Eu não sou nada a mais do que tu.

Eu sou igual a ti com a mais a ideia de que sou mais, ideia essa que me foi dada, como a ti te foi a ideia de que és menos. E tal como tu deixas de ser menos ao rejeitares a ideia...

... É assustador.

Denis Lachaud

HETERO – Acto III – Cena 2

Capítulo I

Este primeiro capítulo esboça uma apreciação crítica da cidadania, destacando nesta apreciação o lugar central actualmente representado pela(s) identidade(s).

Partindo-se de uma reflexão sobre direitos e deveres, explora-se complementarmente a relevância das dimensões sociais que expandem a concepção da cidadania, dando a perceber o papel nuclear das redes de pertença e da participação política para a (re)construção identitária. A noção de política da identidade, os debates relativos aos movimentos sociais e à defesa dos direitos “minoritários” e o questionamento da fronteira entre os espaços “público” e “privado” alargam, neste capítulo, a compreensão da(s) identidade(s) no quadro da contemporaneidade.

A sistematização do modelo pluralista desenvolvido por Iris Marion Young encerra o presente capítulo, neste modelo se achando uma leitura profícua sobre as experiências de discriminação social e sobre a importância destas experiências para a (re)construção do sentido identitário que, em constante reequacionamento, sujeitos e grupos vão adquirindo.

I. 1. Direitos e deveres: pontos de partida para a leitura da cidadania.

Desde os anos de 1990, assistimos à emergência e expansão de uma multiplicidade de saberes disciplinares dedicados ao conceito de cidadania, fenómeno que se faz acompanhar por uma dificuldade relativa quer à demarcação precisa deste conceito, quer à elaboração de quadros teóricos que lhe imprimam leitura integrada e consistente (e.g., Barbalet, 1989; Janoski, 1998; Martin, 2002; Soromenho-Marques, 1996; van Steenberg, 1994). Deste modo, pode dizer-se que vivemos hoje numa contradição entre a multiplicada referência à noção de cidadania – constituída, de acordo com Lyotard (1999), como última meta-narrativa da contemporaneidade – e a sua frágil sustentação teórica:

as discussões e as perspectivas teóricas em torno da cidadania não se podem restringir a uma noção inequívoca mas devem, em alternativa, multiplicar-se em função das realidades múltiplas que pretendem retratar bem como das distintas tradições políticas que lhes são subjacentes. (Jones & Gavena, 2002, pp. 2-3)

Condição necessária à compreensão das implicações e dos limites deste conceito é, na opinião de Baudoin (2000), o reconhecimento de que as colectividades sempre se confrontaram com uma articulação historicamente diferenciada entre direitos e deveres, numa tentativa de estabelecimento da ordem social. Nesta medida, a cidadania resulta numa “invenção histórica [...] que traduz uma aventura em parte aberta e imprevisível que jamais poderia ser contida em definições rígidas e invariáveis” (p. 100).

Foi pioneira a obra de T. H. Marshall, *Citizenship and social class* (Marshall, 1950), ao traçar uma tipologia de direitos, legalmente sancionados num espaço de tensão entre a esfera do mercado e a esfera política. A cidadania apela, segundo Marshall, a direitos que versam (i) a garantia da liberdade individual e da propriedade privada (direitos legais ou cívicos), (ii) a possibilidade de exercício de poder (direitos políticos) e (iii) o assegurar do bem-estar económico e social (direitos sociais). Autores como Gould (1988) ou Lister (1988) reconhecem como contribuição inédita no pensamento de Marshall o facto de introduzir uma noção positiva de liberdade na discussão da cidadania, já que o acesso ao bem comum e a recursos básicos, como a saúde e a educação, constituem, *per se*, um direito de todos os cidadãos: “disponibilizando condições económicas e sociais primárias e igualitárias, que assim se revestem da figura de direitos substantivos, cria-se uma base de igualdade social e económica que potencia o efectivo e universal exercício dos direitos políticos e cívicos” (Gould, 1988, p. 124).

Capítulo I

Ainda que influenciando fortemente os debates que se seguiram a respeito da cidadania, não é sem críticas que a concepção desenvolvida por Marshall - sobretudo centrada, como dissemos, na classificação dos direitos – subsiste¹. Vários são os autores (e.g., Bottery, 2003; Chazel, 1995; Ricoeur, 1995; Santos, 1998) que salientam as insuficiências desta classificação, quer porque são inevitavelmente redutoras as tentativas de delimitação estreita da cidadania aos direitos (Chazel, 1995), quer porque a mesma classificação pressupõe, como sintetiza Bottery (2003), uma redução da cidadania à ideia de Estado-nação:

a análise de Marshall enfatiza e concentra erroneamente a ideia de um Estado-nação como base da cidadania, o que é crítico e pouco realista, na medida em que por ser o Estado-nação uma entidade cada vez mais debilitada [por factores como a Globalização e os desenvolvimentos supranacionais desta decorrentes], também debilitadas são, por decorrência, as possibilidades de validação e de legitimação de direitos que esse mesmo Estado garante aos indivíduos. (p. 104)

Assim colocada, a questão da cidadania - num olhar que confere excessiva preocupação ao problema da garantia dos direitos por parte do Estado - dá mote a uma ampla discussão teórica que sublinha criticamente a sobreposição dos direitos sociais aos direitos legais e políticos na compreensão e nas possibilidades de exercício da cidadania (e.g., Dahrendorf, 1994; del Aguila, 2000; Villaverde Cabral, 1997; Walzer, 1991, 1995; Wilson, 1987). A tentativa de legitimação do bem-comum que as políticas públicas regidas pelo ideal de criação de um Estado-providência (*welfare state*) têm ensaiado na garantia substantiva dos direitos sociais (*i.e.*, a tentativa de que a liberdade, os direitos cívicos e a acção dos cidadãos seja predominantemente assegurada pelo Estado no controlo absoluto dos direitos) negligencia uma dimensão procedimental de justiça (*i.e.*, de envolvimento dos cidadãos em processos que os responsabilizam pela governação e lhes oferecem espaços de acção subsidiários à esfera do Estado). Esta ineficácia do Estado-providência em garantir uma efectiva igualdade de direitos constitui uma das razões pelas quais Janoski (1998) defende a necessidade de repensar a cidadania. Ocorrências histórico-sociais como o derrube dos regimes políticos da Europa de Leste no final da década de 1980 e a crescente

¹ Já em finais do século XIX, a filósofa Alexandra David-Néel (1997) referia, em jeito de crítica radical que podemos relacionar com esta crítica à centração nos direitos, que

a palavra *direito*, geralmente considerada como uma expressão de liberdade, e às vezes até de revolta, contém, pelo contrário, a ideia de submissão. Com efeito, este termo abstracto exprime a *legitimidade*, implicando, por conseguinte, o reconhecimento de uma autoridade material ou moral, um código que distingue, entre os actos, os que se *devem* ou se *podem* cometer e os que *não se devem* cometer. (p. 38)

batalha pelo reconhecimento de direitos por parte de grupos culturalmente diferenciados (em razão de etnia, raça ou religião) afiguram-se como razões suplementares de tal necessidade. Nas suas palavras, “a cidadania é a pertença passiva e activa dos indivíduos a um Estado-nação, marcada por determinados direitos e deveres universalistas a um nível especificado de igualdade” (p. 9)². Está nesta definição versado um desdobramento dos direitos de cidadania na sua qualidade de passivos e de activos, reportando-se aqueles a direitos de existência que não implicam o exercício individual de influência política, ao contrário destes últimos, que reconhecem e garantem a liberdade desse exercício de influência através da participação activa dos cidadãos nas decisões políticas que se prendam com as suas necessidades. Subsidiários dos direitos legais, políticos e sociais, os direitos de participação remetem, fundamentalmente, para o exercício de poderes oferecido ao cidadão através do envolvimento activo e voluntário em decisões políticas sendo que, por intermédio deste envolvimento, “os grupos sociais e as comunidades [...] podem acentuar uma participação e uma responsabilidade social acrescidas, através de uma troca generalizada nas suas comunidades” (p. 236).

Para Janoski, o projecto de elaboração de uma teoria integrada e abrangente da cidadania requer uma compreensão do modo como são articulados direitos e deveres (ou obrigações), já que o interesse sobre direitos tem encontrado espaço maior de discussão teórica, que vai lado a lado com uma tendência de “silenciamento” a respeito dos deveres que àqueles correspondem. Em seu dizer, “faltam-nos instrumentos [conceptuais] que expliquem o desenvolvimento social e político das necessidades dos grupos e que equilibrem os direitos e os deveres tal como os entendemos nas sociedades industrializadas” (p. 81). Razões para a necessidade desta articulação são, na opinião do autor, (i) o facto de direitos e obrigações não estarem habitualmente bem fundamentados, muitas vezes emergindo como conceitos vagos e inconsistentes que abrangem uma vasta gama de realidades, (ii) os estudos da Ciência Política votarem a um campo de “amnésia teórica” os deveres, numa negligenciada articulação com os direitos e (iii) as sociedades diferirem historicamente entre si quanto à “qualidade da sua cidadania” (*i.e.*, quanto ao grau de equilíbrio que a valorização social de direitos e deveres encontra), o que vem a reflectir-se nas atitudes e nos comportamentos dos cidadãos, então impossibilitados de vivenciarem esta necessidade de equilíbrio entre direitos e deveres.

² Neste quadro teórico, a referência a um Estado-nação define um sentido pessoal e/ou colectivo de pertença geograficamente delimitado e remete para situações de exclusão a que são votados os indivíduos e/ou os grupos com dificuldades de reconhecimento de uma cidadania territorial (ou cidadania doméstica) que não a da sua origem.

Capítulo I

As modalidades de articulação entre direitos e deveres são analisadas na proposta conceptual desenvolvida por Janoski em função de diferentes tradições históricas de estruturação sócio-política, tradições a que correspondem abordagens teóricas específicas, a saber: o liberalismo (característico das sociedades capitalistas), o comunitarismo (tradutor de modos de estruturação social totalitaristas e tradicionais) e a democracia expansiva (ideal que preside à social democracia). Liberalismo e comunitarismo figuram como tradições históricas opostas, representando a democracia expansiva uma “terceira via” inspirada por elementos definidores de uma e de outra daquelas tradições³. Sintetizamos, no **Quadro 1.**, as principais características apontadas por Janoski a propósito de cada uma destas tradições:

Liberalismo	Comunitarismo	Democracia Expansiva
<ul style="list-style-type: none">■ Centração no indivíduo, o que negligencia os direitos de participação (porque representados como tendentes à violação do ideal individualista)■ Ideal valorizado: reconhecimento contratual de direitos (<i>i.e.</i>, ênfase na obrigatoriedade de legitimação formal dos direitos por parte do Estado)■ Direitos sobrepõem-se a Deveres, deveres estes que merecem uma focalização mínima (<i>e.g.</i>, obediência à lei, pagamento de impostos, cumprimento de serviço militar)	<ul style="list-style-type: none">■ Centração na comunidade, na busca de uma identidade comum■ Ideal valorizado: promoção de uma sociedade justa e eficiente na busca do bem-comum, sendo este bem-comum edificado no suporte mútuo e na acção grupal■ Deveres sobrepõem-se a Direitos	<ul style="list-style-type: none">■ Centração na participação democrática dos indivíduos e das suas comunidades nas deliberações políticas■ Ideal valorizado: mobilidade social, através de relações cooperativas e competitivas■ Deveres e Direitos complementam-se e são igualmente enfatizados nos modos de estruturação do corpo social e político

Quadro 1. Características fundamentais do liberalismo, do comunitarismo e da democracia expansiva.

³ De forma consonante com esta teorização, Beiner (1995) faz equivaler o liberalismo à ideologia política que enfatiza o individualismo e a (re)definição que cada indivíduo faz do sentido da sua acção política, assim transcendendo a identidade comum ou os interesses e identidades dos diferentes grupos sociais. Pelo contrário, define o comunitarismo como ideologia que enfatiza as dimensões culturais, a solidariedade e a capacidade grupal de edificação de uma identidade que se sobrepõe ao interesse individual de que o liberalismo é apologetico.

I. 2. A cidadania para lá do normativo: *ser ao pertencer, ser ao participar.*

Não deixando de se reconhecer neste trabalho a relevância dos domínios formais ou normativos de legitimação da existência humana, defende-se, em sentido complementar, que a cidadania não se esgota nestes domínios, na medida em que também a contribuição activa dos cidadãos para a construção do espaço democrático é dela eixo fundamental. Nos momentos que se seguem, explora-se de que modo o sentido de pertença a uma comunidade e a participação dos cidadãos no terreno da sociedade civil integram, em paralelo com o reconhecimento formal de direitos e deveres, a conceptualização da cidadania. Por outras palavras, a cidadania obriga-nos ao reconhecimento da interacção dinâmica entre o sujeito e as (suas) colectividades, numa óptica integrativa que extravasa o reconhecimento normativo dos direitos e deveres e que apela aos contextos e práticas sociais que emolduram a acção humana, pessoal e colectivamente considerada. Os problemas enfrentados pelas comunidades, a riqueza comportada na diversidade social e a importância de trabalhar de modo colaborativo para que as diferentes comunidades possam encontrar respostas às suas necessidades, são urgências contemporâneas que esculpem a sociedade civil enquanto espaço privilegiado para o envolvimento dos cidadãos na defesa dos seus interesses.

Sublinha-se, à semelhança do que dissemos sobre o conceito de cidadania, que a demarcação do conceito de “sociedade civil” não é pacífica (e.g., Farr, 2004; Walzer, 1991; Woolcock, 1988). Janoski (1998) define-a como um espaço no qual se sobrepõem quatro esferas do domínio social – a esfera do privado, do mercado, do espaço público e do Estado: “a sociedade civil representa uma esfera de discurso público dinâmico e responsivo entre o Estado, a esfera pública que consiste nas organizações voluntárias e a esfera de mercado que concerne às empresas privadas e às corporações” (p. 12). A sociedade civil constitui, desta feita, um espaço de mediação entre os cidadãos e o Estado, mediação sustentada por uma participação activa que escapa, desejavelmente, à regulação estatal⁴. Suportada por uma densa rede de associações cívicas - de que são exemplo as organizações vocacionadas

⁴ Sobre a tendência dos Estados Modernos para a produção de modos de regulação social que interferem negativamente com a participação activa dos cidadãos, na medida em que entravam os potenciais contributos desta participação para o impulsionamento e para a preservação da “saúde democrática”, escreve Santos (1989):

não parece correcto do ponto de vista da teoria da sociologia política que se ponha em causa a distinção Estado/ sociedade civil precisamente num momento em que a sociedade civil parece estar, por toda a parte, a reemergir do julgo do Estado e a autonomizar-se em relação a ele, capacitando-se para o desempenho de funções que antes a este estavam confiadas; [...] sobretudo nas sociedades periféricas e semiperiféricas (como a nossa) caracterizadas por uma sociedade civil fraca, pouco organizada e pouco autónoma, *é politicamente perigoso pôr em causa a distinção Estado/ sociedade civil* [itálicos adicionados]. (p. 12)

Capítulo I

para o associativismo voluntário, as redes de vizinhança, as redes comunitárias ou as organizações de intenção filantrópica - a sociedade civil constitui um espaço de garante da estabilidade e da eficácia democráticas, mas apenas se na participação dos cidadãos este espaço estiver ancorado. O exercício activo da cidadania tem sido recorrentemente referenciado (e.g., Benhabib, 1999; Dahrendorf, 1994; del Aguila, 2000; Kymlicka e Norman, 1995; Santos, 1998, 2002; Santos Silva, 2000) como condição *sine qua non* para a preservação dos valores e do funcionamento democráticos, na medida em que tal exercício promove virtudes de pertença a espaços colectivos de identificação e permite encontrar formas de construção social e política que vão de encontro às reais necessidades dos cidadãos. Considerar esta dimensão activa ou participativa é, pois, “reconhecer que além e provavelmente mais significativamente do que uma dimensão formal ou legal, a cidadania envolve claramente uma dimensão prática que se relaciona quer com as nossas experiências quotidianas, quer com os nossos sentimentos de pertença” (Menezes, Ferreira, Carneiro & Cruz, 2004, p. 303). Como proferem Kymlicka e Norman (1995), a cidadania não pode ser estritamente entendida como um estatuto determinado, que se define por um conjunto de direitos e de deveres; mais do que isso, ela é uma identidade e um modo expressivo de pertença de cada indivíduo a uma comunidade política.

Da relevância das práticas sociais enquanto vector nuclear da vivência da cidadania se ocupa Benhabib (1999), ao partir de uma análise da dinâmica paradoxal constituída, de um lado, pelo projecto de integração global das identidades e, de outro, pela crescente desintegração sócio-cultural que motiva separatismos étnicos, nacionalistas, religiosos, linguísticos. Deste modo, o projecto de manutenção dos direitos humanos colide com as tentativas de estabelecer, nas democracias contemporâneas, uma soberania estatal no reconhecimento de diferentes *espaços* (lugares de pertença) e *nomes* (sentidos pessoais e colectivos culturalmente integrados) da edificação identitária. Em referência às implicações da globalização para o desenvolvimento social e político, defende a autora que “bem longe de ter criado [...] uma relação pacífica entre os povos [...], a globalização tem trazido ao de cima um conflito entre os direitos humanos e a reivindicação da autodeterminação por parte das colectividades” (p. 710). Criam-se, com base nestes processos fracturantes hoje constatados nas sociedades democráticas, discursos de poder que distinguem quem está e quem não está incluído num espaço de reconhecimento social e político da(s) sua(s) identidade(s). Assim, a cidadania acarreta, por definição, uma distinção crítica entre “nós” e “eles”, entre “uns” e “outros”, entre os indivíduos que se reconhecem numa condição de

pertença e/ou de participação e os que nela não se revêem ou que dela se extraem⁵. A visão de Benhabib encaminha-nos para o devido reconhecimento das práticas sociais que dão corpo ao sentido de cidadania por intermédio de significações que se alicerçam em dois componentes maiores: (i) o da construção de uma identidade colectiva, aqui estando implicada a pertença a um grupo, a uma entidade histórica e politicamente validada e (ii) a atribuição de direitos de cidadania que fundamentem este sentido identitário de pertença e de participação, através de convenções formais que, em complemento com práticas culturais de afirmação e figuração pública da “diferença”, permitam o combate a situações de exclusão a que são votados grupos identitários múltiplos (e.g., mulheres, imigrantes, gays e lésbicas). Como diz, “somos mais autenticamente membros de uma família, de uma vizinhança de uma comunidade religiosa ou de um movimento social do que de um Estado” (p. 728) – autenticamente, porque o sentido existencial de uma colectividade e dos seus membros se complexifica e enriquece na integração em grupos de pertença que determinam fortemente o modo como nos relacionamos com o Estado, numa identidade colectiva que é assegurada pela participação na tela actuante da sociedade civil.

Mas de que modo é adquirido, pessoal e colectivamente, um sentido significado e significante da participação política? A respeito destas significações, del Aguila (2000) postula que é cada vez mais necessário perspectivarmos o “político” *a partir* do cidadão, *a partir* do sujeito que vivencia o contexto sócio-cultural em que se move, que nele ora se depara com constrangimentos à possibilidade de se gratificar nessa vivência, ora nele pretende a mudança e para esta tenta contribuir. Cabe à Ciência e à Teoria Políticas e, por decorrência, às ciências sociais que aí encontram referenciais relevantes para o seu enriquecimento epistémico, avaliar cuidadosamente o que aos cidadãos se apresenta como justo, necessário e responsivo às suas necessidades. Diz-nos del Aguila que a História Ocidental tem estabelecido, enquanto objectivo da condução do corpo social, uma ideia de cidadão exemplar, que assim é definido *de fora*, por alguém que delibera o que deste cidadão é esperado. Baliza-se, neste ideal, a margem da acção política, através de uma noção formal e abstracta que aos indivíduos reclama capacidades de julgamento racional e que estipula a liberdade e a justiça através da lei e do Estado, com um lugar institucionalmente demarcado para a representação política da cidadania. Acarreta este

⁵ Ainda que tomando como ponto de partida a abordagem das fronteiras geográficas e das situações de (não-)inclusão no espaço de uma cidadania doméstica, a proposta de Benhabib estende-se a qualquer outro critério - que não necessariamente, ou não apenas, o geográfico - que determine a distinção entre cidadãos formal e socialmente legitimados e não-legitimados no reconhecimento da sua cidadania. “Nós” e “eles”, “uns” e “outros” são expressões que se reportam, aqui, à distinção subjacente a qualquer processo através do qual uma determinada identidade (étnica, sexual, de género, ...) se sobreponha a outras que, por lhe serem complementares, não lhe devem ser subordinadas.

Capítulo I

ideal de um *cidadão desejável* a desresponsabilização, o desinvestimento nas capacidades decisionais dos indivíduos, ao mesmo tempo que suscita uma lógica que sempre lhes é imposta por padrões que não são *autenticamente os seus* mas antes que se *julga serem os seus*. Uma “adolescência política”, como lhe chama o autor, regida por espaços de acção que ao imprimirem essa condução extrínseca às necessidades individuais e às comunidades em que os sujeitos actuam, impede a emergência de um *cidadão possível*, responsável pela condução da sua vida, participando activamente na deliberação política e desenvolvendo um sentido cooperante de construção de uma sociedade onde se contempla e integra a riqueza plural das “diferenças”.

Através da participação política, os cidadãos são confrontados com a necessidade de tomarem decisões, de colaborarem em modo pró-activo na deliberação política, de nesta se verem representados e de, assim, desenvolverem autonomia face aos perigos de “intromissão paralisante do Estado” (Soromenho-Marques, 1996, p. 205). Uma individualidade mais autónoma nasce da confrontação séria e responsável com conflitos e discordâncias, da apreciação da diversidade inerente aos diferentes valores e às múltiplas formas de vida. Como nos diz Santos Silva (2000), as trocas relacionais que se estabelecem no espaço da sociedade civil obrigam-nos ao entendimento das dificuldades estruturais e processuais que a democracia contemporânea enceta, numa metáfora de “jogo democrático” que apenas ganha sentido “sob a condição de notar que se trata de um jogo onde as disposições e as capacidades dos jogadores estão associadas às regras e às condições estruturais em que se encontram” (p. 79). O que o envolvimento activo dos cidadãos e a sua deliberação protestam ao tentar revestir-se de um sentido “político” é o sistemático questionamento sobre as “possibilidades conferidas aos actores sociais de «jogarem honestamente» numa mesa de jogo – a das estruturas e das identidades sociais, tal como são definidas pelos critérios sócio-culturais – caracterizada, à partida, por regras desiguais de negociação e de afirmação destas identidades” (Carneiro, 2005, p. 9).

São estas condições estruturais, marcadas por múltiplos critérios de exclusão, que dão mote e campo operacional à mobilização colectiva em prol da afirmação das identidades não-hegemónicas (e, por isso, excluídas da representação e da participação política). Em virtude das condições desiguais de deliberação e de reconhecimento social e formal no espaço sócio-político, a luta colectiva pela determinação e defesa das identidades adquire centralidade no actual debate sobre a cidadania (e.g., Calhoun, 1995; Connell, 1987; Sampson, 1993). Por decorrência, também os direitos “minoritários” disputados por

diferentes movimentos sociais (cuja luta se destina ao garante normativo e à efectivação social destes direitos) ganham espaço fundamental neste debate⁶.

I. 3. A política da identidade: posições e contraposições.

Interessa agora realçar o que a “diferença” identitária suscita relativamente à articulação das necessidades de múltiplos grupos sociais, sistematizando posições teóricas que de tal “diferença” se ocupam e que dela fazem uma “questão” (Bickford, 2001; Hoover, 2002; Kymlicka & Norman, 2000)⁷. A inclusão cultural e social da “diferença” e o que esta inclusão permite transporta de enriquecimento plural para espaço público (Habermas, 1999) são aspectos fundamentais a que os estudos votados à construção política e social da(s) identidade(s) têm de atender: como aponta Dahrendorf (1994), o verdadeiro teste à força dos direitos de cidadania é a heterogeneidade, sendo a exclusão a grande inimiga da cidadania. A (re)construção dos sentidos colectivos e pessoais de *ser*, de *pertencer* e de *participar* configuram-se num cenário de cidadania que historicamente permanece como o de uma construção cultural e política no seio do qual “muitos grupos – negros, mulheres, minorias étnicas e religiosas, gays e lésbicas – continuam a sentir-se excluídos de uma «cultura comum» [...], não apenas em função do seu estatuto sócio-económico mas também em função da sua identidade sócio-cultural, da «sua diferença»” (Kymlicka & Norman, 1995, p. 302).

A partir da cogitação sobre as possibilidades de articulação das diferentes expressões e vivências identitárias se desenvolveu a noção de *política da identidade* (*identity politics*), conceito que fundamentalmente designa “uma política baseada nas experiências de vida particulares de pessoas que tentam o controlo sobre as suas identidades e subjectividades e que defendem que os grupos socialmente dominantes lhes têm negado tais oportunidades” (Sampson, 1993, p. 1219). A(s) identidade(s) reveste(m)-se, por intermédio deste conceito, de um sentido derivado dos esforços colectivos direccionados para inclusão da “diferença” no quadro do “político”, do mesmo modo que o “político” se enriquece de sentidos através da multiplicidade afirmada das “diferenças” identitárias (e.g., Hoover, 2002; Martin, 2002; Miller, 2000; Sampson, 1993). Como refere Martin (2002), o

⁶ Chama-se desde já a atenção para o que demarcamos, ao longo do presente trabalho, como “minoritário”. A expressão é utilizada em virtude da extensão com que habitualmente é integrada nas reflexões teóricas sobre o que se extrai ao normativo e remete, fundamentalmente, para a discriminação e a opressão jogada sobre os indivíduos e os grupos que neste normativo não se revêem e/ou que nele não encontram representação. Face a este modo referencial da “diferença” ou da “minoría” através do que é estipulado o “hegemónico” ou “normativo” recorreremos, em texto de nossa autoria, a comas, de modo a sublinhar que estas expressões só adquirem sentido através desse modo referencial.

⁷ Por “questão da diferença” entenda-se os desafios que a integração de diferentes modos de existência e de expressão identitárias colocam tanto aos contextos contemporâneos da democracia ocidental quanto às correspondentes preocupações teóricas a respeito destes desafios.

Capítulo I

que tem faltado para que o debate sobre a cidadania se mostre crítico e realmente potenciador de uma vivência e de uma consciência democrática é a reflexão sobre as implicações ideológicas da inclusão das “diferenças” num registo social cada vez mais ajustado aos interesses de quem mais directamente desse debate deve beneficiar: os cidadãos.

I. 3. 1. Os movimentos sociais.

Na intenção de adquirirem uma “voz transformativa” face às estruturas sociais e políticas hegemónicas que não respondem aos seus interesses, os indivíduos e os grupos mobilizam-se através de uma socialização propiciada pelo envolvimento activo na sociedade civil e que os conduz à construção de uma política da identidade, então adquirindo a sua própria voz e determinando a sua própria subjectividade⁸. O que os movimentos sociais possuem, na análise política que deles se faz, de denominador comum – e independentemente das identidades a que especificamente pretendem dar resposta - é estarem vocacionados para a afirmação colectiva de uma voz que não deixa negar-se mas que, em vez disso, afirma a necessidade de transformar o corpo social, de molde a dar resposta às especificidades próprias dessas identidades (e.g., Martin, 2002; Rieber, 2004; Singh, 2001, Touraine, 1997)⁹.

Tanto pela possibilidade oferecida ao exercício activo de construção democrática e à construção de redes de solidariedade que veiculam esse exercício, quanto pela tentativa de protecção formal dos direitos de cidadania, os movimentos sociais traduzem, segundo Touraine (1997), uma intenção de intervenção política destinada à reestruturação das hierarquias sociais e dos modos ideológicos de poder. Para este autor, a luta enveredada pelos movimentos sociais nunca se reduziu à defesa dos interesses de quem é dominado mas, em vez disso, “sempre pretendeu [...] fazer triunfar um princípio de igualdade, criar uma sociedade que é sempre nova no que arrasta de ruptura face a anteriores formas de produção, de gestão e de hierarquia” (p. 131). Para que um movimento social se revele como tal – e nisso se distingue de uma colectividade heterogénea cuja acção não pode considerar-se política – deve, necessariamente, e ainda de acordo com Touraine: (i)

⁸ O conceito de voz “transformativa” é utilizado por Martin (2002) no propósito de o contrapor à noção de “voz acomodativa”. Se o primeiro apela à possibilidade de afirmação das identidades e à transformação sócio-política que tal afirmação implica, o segundo pretende designar um modo passivo de acomodação às estruturas sociais impossibilitantes da afirmação identitária.

⁹ Enquanto construção de uma realidade própria e combativa no seu discurso *falado* e *actuante*, a qualidade discursiva da mobilização social na defesa da afirmação identitária deve ser tida em conta nos modos de contraposição ao poder hegemónico. Neste sentido, a linguagem assume para o desenvolvimento psicossocial dos sujeitos e dos grupos identitários um papel nuclear e, como salientam Gergen e Leach (2001), deve estar integrada na apreensão psicológica das mudanças sociais a que actualmente assistimos.

defender os interesses que lhe assistem mais directamente (*i.e.*, optar por acções colectivas que defendem o grupo de uma sobreposição de interesses que não os seus), (ii) construir uma acção conscientemente política no que diz respeito à percepção – colectiva e/ou individualmente desenvolvida no seio deste movimento - de uma capacidade de decisão política e (iii) permitir a construção de uma nova figura de sujeito, que ao se mobilizar contra a anulação estratégica de uma “minoría” faz aparecer e afirmar a sua identidade.

Numa relação analítica com os movimentos sociais, Bickford (2001) atribuiu à política da identidade um sentido duplo, designante de duas realidades complementares: a do reconhecimento *objectivo* das desigualdades que oprimem, reconhecimento este permitido pelas acções que os movimentos sociais estrategicamente protagonizam na defesa dos seus interesses e a do *sentido psicológico* que a afirmação colectiva das identidades promove (*i.e.*, a *percepção* que os indivíduos e/ou os seus grupos de pertença desenvolvem no contexto da desigualdade social). Da articulação necessária entre estas duas realidades para a compreensão crítica da cidadania nos dá conta a autora quando refere que “uma concepção psicológica da cidadania adequada ao mundo em que vivemos tem que reconhecer quer a realidade revoltante da opressão, quer o exercício contínuo de coragem através do qual os cidadãos se confrontam com esta opressão”. (p. 127)

I. 3. 2. Os direitos “minoritários” em debate.

Extenso e controverso é o actual debate teórico sobre os direitos das “minorias” e sobre a relação que estes direitos travam com a política da identidade (e.g., Cemlyn & Briskman, 2002; Checkel; 1999; Kymlicka & Norman, 1995, 2000; Soutphommasane, 2005; Sypnowich, 2000).

De um lado, os defensores da virtude cívica colocam a tónica na responsabilidade e no desempenho de direitos e obrigações que preservam o carácter democrático da cidadania e entendem os direitos “minoritários” como ameaçadores daquela virtude. Segundo esta posição teórica, os direitos “minoritários” mais não podem ser do que interesses centrados na particularidade identitária dos grupos que os reclamam, sem proveito que a “maioria” deles beneficie (Checkel; 1999; Sypnowich, 2000). É no receio pela progressiva erosão de um sentido colectivo de comunidade política (a que a defesa dos direitos “minoritários” pode conduzir), que os opositores à política da identidade tendem a situar os seus argumentos (e.g., Bottery, 2003; Brown, 1995; Connolly, 1987; Schegloff, 1997; Weltman & Billig, 2001). As posições teóricas resistentes à aceitação da política da

Capítulo I

identidade (e habitualmente designadas, na literatura anglo-saxónica, como *anti-identity politics*) encontram na afirmação colectiva dos direitos comunitários uma ameaça à manutenção da coesão social e da unidade política e, por decorrência, uma potencial acentuação do carácter já por si fragmentado das democracias contemporâneas. A política da identidade tende, desta forma, a ser encarada pelos seus opositores como um modo organizado de discriminação positiva ou de *lobbying* que impede uma igualdade social efectiva ao sobrepor os interesses dos grupos “minoritários” ao bem-comum.

De outro lado, autores há que valorizam o discurso sobre os direitos “minoritários” e o modo como estes direitos devem imprescindivelmente ser incluídos nas regras do jogo democrático e no exercício activo da preservação destas regras (Bickford, 2001; Cemlyn & Briskman, 2002; van Steenberger, 1994). Kymlicka e Norman (2000) referem, a este respeito, que se algumas colectividades tendem a privilegiar os direitos sobre os deveres, nem por isso devemos supor que é essa a primordial intenção da luta de todas as colectividades que lutam por direitos de diferentes identidades. Dito de outro modo, é maior o risco de acomodação das “diferenças” a uma cultura comum que negligencia os direitos “minoritários” (e que nesse sentido sobrepõe o hegemónico às reais necessidades de quem reclama estes direitos) do que a sobreposição destes direitos ao bem-comum. Assim, os direitos “minoritários” não pretendem constituir uma base de acção em torno de interesses que limitados estejam aos grupos que os defendem mas tentam, em vez disso, a contribuição para o bem estar de todos os cidadãos pelo enriquecimento que esta “diferença” reivindicada traz ao corpo social¹⁰. Como escrevem estes autores sobre a política da identidade, sobre os movimentos sociais que a corporalizam e sobre as situações de discriminação social:

muitos membros de grupos minoritários [...] não se identificam com a situação em que vivem e, pelo contrário, sentem-se bastante alienados dessa situação. Isto é particularmente verdadeiro para os grupos que têm enfrentado discriminação ou preconceito e que, em virtude disso, se sentem indesejados [...]. Na verdade, a defesa dos direitos minoritários pode ser a melhor forma de encorajar os grupos alienados a identificarem-se com a comunidade política mais ampla que os integra. (Kymlicka & Norman, 2000, p. 37)

Palco actual do debate sobre os direitos “minoritários” tem sido o da *acção afirmativa* (*affirmative action*), entendida como conjunto de acções e de medidas políticas

¹⁰ Neste último sentido, a literatura equipara as designações “direitos grupais”, “direitos minoritários” e “multiculturalismo”, numa semântica abrangente cuja especificação depende das correntes teóricas em causa na sua abordagem (cf. Belner, 1995; Kymlicka & Norman, 2000; Weltman & Billig, 2001).

concretas que se destinam à garantia da igualdade de oportunidades através de uma validação estatal e extensível a diferentes domínios de acção humana - como o emprego, a educação, as políticas habitacionais ou a promoção de quotas de representação política (cf., e.g. Crosby & Herzberger, 1996; Crosby, Iyer, Clayton & Downing; 2003; Reskin, 1998)¹¹. A acção afirmativa continua a representar um caminho promissor na defesa dos direitos “minoritários”, apenas se permitir o desenvolvimento de políticas efectivamente integrantes das especificidades dos grupos que por essa acção são contemplados, numa promoção do reconhecimento social e formal da diversidade que seja capaz de reduzir a hostilidade implícita à integração e ao bem-estar dos que num contexto hegemónico se movem e vivem (Calhoun, 1995; Reskin, 1998).

I. 3. 3. *Público e privado: territórios esbatidos no des-silenciar da(s) identidade(s).*

Uma discussão profícua para o entendimento da política da identidade é a que se prende com a relativização dos domínios *público* e *privado* da acção política (Bailey, 2000, 2002; Calhoun, 1995; Connel, 1987; del Aguila, 2000; Schegloff, 1997). Na relação dialéctica entre sujeito e colectividade que sustenta a construção da política da identidade, é a pluralização afirmada de múltiplas vontades, de polimorfos desejos, necessidades significadas e significantes que nos fazem questionar a fronteira entre o público e o privado. Sobre o desenvolvimento histórico destes dois “territórios” da existência humana, Bailey (2000) diz-nos serem eles tão constitutivos da estrutura e do funcionamento sociais, quanto mutáveis na sua circunscrição: a definição de “si” e dos “seus”, aspectos constitutivos da experiência identitária colectiva e pessoal, muda com os tempos e com os lugares, com os significados que lhe são imprimidos, com as trocas relacionais que lhe estão na raiz, mudando consequentemente o revestimento das qualidades morais, do simbolismo cultural, da validação social e do reconhecimento político do mundo privado e da partilha pública, do *escondido* e do *mostrado*. Corolários máximos desta mudança são, para Bailey (2002), o domínio dos afectos, da verdade pessoal encontrada no amor e na amizade, a construção do self e da autonomia pessoal, numa constante mutação histórica: o privado e o público reflectem, então, tanto a própria existência desta mutação quanto a tentativa de desenvolvimento de estratégias de acção política face às angústias pessoais e colectivas que a constante mudança desencadeia. As identidades (re)surgem em diferentes momentos

¹¹ Nascida no contexto dos Estados Unidos da América, e sobretudo neste contexto desenvolvida e questionada, a acção afirmativa tenta sobretudo garantir que mulheres, negros, gays e lésbicas, pessoas com incapacidade física ou quaisquer outras identidades que organizadas estejam na defesa social e política das suas necessidades possam dispor de iguais oportunidades de acesso a estes domínios de existência.

Capítulo I

históricos, por referência a modelos dominantes que pretendem o silenciamento destas identidades e, ao surgir, des-silenciam (no sentido em que des-privatizam) a sua condição.

A deliberação política, a capacidade colectiva e individual de defender interesses ou necessidades, os processos de “tomada de consciência” do encontro de si *com* o outro - aspectos que sustentam o desenvolvimento de uma autonomia responsável – trazem questionamentos fundamentais à primazia do privado sobre o público que a ideologia liberal pretende atribuir à acção política (e.g., Calhoun, 1995; Connel, 1987; del Aguila, 2000). Os propósitos da tradição liberal têm sistematicamente resultado em valores como os da intolerância, da incapacidade de integração da “diferença”, da aniquilação da multiplicidade identitária fulcral ao enriquecimento social, numa lógica que é a de tentar estabelecer, erroneamente, que os processos de deliberação política ocorram numa esfera privada e só depois na esfera pública. Na realidade, as dimensões vivenciais do público e do privado devem ser entendidas como esferas que são definidas em função dos compromissos políticos e da participação activa do cidadão na defesa dos seus interesses. As implicações psicológicas da acção colectiva e individual que numa diáfana relação entre os domínios do público e do privado se constrói são assim referidas por del Aguila (2000):

os cidadãos encontram-se fortemente conscientes de que o prazer subjacente à sua identidade pessoal depende fortemente do mundo político que os rodeia, [...] encaram o público e o privado, a segurança e a liberdade política não como universos alternativos, mas enquanto elementos de um *continuum* e estão aptos a julgar se devem ou não participar, se devem ou não envolver-se politicamente e até que ponto, se devem ou não eleger como centro da sua identidade a sua condição de cidadãos. (p. 15)

As identidades revelam-se “políticas” apenas quando a divisão entre o pessoal (ou privado) e o público (ou social) se dilui na recusa que os movimentos sociais mostram de aceitarem a remissão das identidades pelas quais lutam ao domínio do privado. Devemos então, segundo Calhoun (1995), ler a história dos movimentos sociais, dos direitos “minoritários” e da política da identidade como “a história de esforços colectivos para trazer ao «social» e ao domínio da contestação política os interesses que durante muito tempo ficam arreigados ao domínio do privado” (p. 215).

O que cada movimento social pretende afirmar a respeito da(s) identidade(s) é, em cada momento histórico e em cada contexto cultural, um questionamento desta fronteira público/privado. A transição de uma voz “acomodativa” à ordem social hegemónica para

uma “voz transformativa” desta mesma ordem, no des-silenciar da(s) identidade(s) e na sua afirmação política, é perspectivada por Giddens (1997a) como processo de conversão da *culpa* e da *vergonha* em *orgulho*. Se a culpa representa uma ansiedade provocada pelo receio de transgressão, experienciada quando modos “diferenciados” (*i.e.*, não hegemónicos) de pensamento, de acção e de expressão afectiva dos indivíduos não coincidem com as expectativas sociais normativas, a vergonha remete directamente para a auto-identidade (ou self) por se constituir como uma ansiedade que os indivíduos experienciam na tentativa da adequação da narrativa da(s) sua(s) identidade(s) à cultura dominante. Ora, o que resulta da mobilização colectiva na oposição a modos hegemónicos de representação identitária e na afirmação de “outras” identidades é uma crescente confiança na integridade e no valor, remetido para um sentido psicológico, que uma narrativa de auto-identidade pode representar. De acordo com Giddens, “uma pessoa que abraça com sucesso um sentimento de orgulho do self é alguém psicologicamente capaz de sentir que a sua biografia é justificada e unitária” (p. 62). Um self ideal (*i.e.*, adaptado e encontrado de modo estruturante no mundo contemporâneo) é aquele que o sujeito pretende para si, caracterizado por aspirações positivas, necessariamente suportadas por contextos de identificação e partilha experiencial potenciadores do desenvolvimento de um *sentido de ser* que se revela, ao mesmo tempo, emancipado e interdependente¹².

As profundas transformações operadas nos espaços de relação social da contemporaneidade, bem como o impacto destas transformações sobre a experiência individual e colectivamente vivida relegam-nos para uma necessária complexificação da análise da construção da(s) identidade(s). Sobre esta complexificação nos detemos nos momentos seguintes desta dissertação.

I. 4. *Ser, pertencer e participar na pós-linearidade: aqui e além da(s) identidade(s).*

Olhada como ordem pós-tradicional, a modernidade desenha-se enquanto uma cultura de risco na qual o self se constrói reflexivamente defronte de uma dilatada possibilidade de opções de identificação (e.g. Arnett, 2002; Calhoun, 1995; Dolby & Cornbleth, 2001; Gergen, 1992, 1994; Robertson, 1992). Nesta teia imbricada de referências identificatórias e de desempenhos de múltiplos papéis sociais, a identidade vai

¹² A possibilidade de encontro com um sentido coerente e integrado de si mesmo é, como Giddens nos diz, a procura incessante “de sentimentos de uma noção de pessoa num self e num corpo contínuos” (p. 50). Corpo e intimidade revelam-se nucleares à construção da identidade, ao constituírem terrenos de experimentação de si na relação com o outro. O corpo não é vazio de significações, mas um modo prático e experienciado de lidar com situações e acontecimentos externos. *Ser-se* é *ser* corpo, um corpo de expressão, de dor, de dúvida e de (re)encontro de si. *Gostar-se* é *gostar-se* (também) como corpo, um encontrar-se nas possibilidades de validação social, política e cultural que devem assistir ao corpo e à intimidade.

Capítulo I

emergir como um “empreendimento organizado reflexivamente [...] que consiste na manutenção de narrativas biográficas coerentes, ainda que continuamente revistas” (Giddens, 1997a, p. 4). Sendo múltiplas as possibilidades de identificação e de (re)construção identitária no espaço e no tempo, são logicamente múltiplas as possibilidades de (re)interpretação e teorização da identidade, que então se conceptualiza como um conjunto de processos relacionais que nos vão (re)definindo “na relação que estabelecemos com vários indivíduos e grupos, em situações específicas de vida e em contextos existenciais particulares” (Dolby & Cornbleth, 2001, p. 293). A abordagem sociológica dos papéis sociais passa, deste modo, a ser repensada pelo facto de os indivíduos poderem experimentar uma permanente tensão no desempenho de múltiplos papéis sociais, vendo-se impelidos a uma constante necessidade de articulação destes papéis (cf. Calhoun, 1995; Robertson, 1992). Tomando em consideração esta reformulação analítica da teoria dos papéis sociais, Pais (2001) propõe uma sociologia da pós-linearidade e refere que os significados da experiência pessoal apenas podem descodificar-se nos contextos em que são produzidos e negociados. Na vivência desenvolvimental das experiências de vida, novos significados vão sendo percebidos, e por isso diferentes papéis sociais se (re)articulam e se (re)significam no “cruzamento de um *aqui* (significado-contexto) e de um *agora* (significado-tempo), cruzamento que simultaneamente configura a nossa experiência presente e determina a interpretação das experiências passadas” (p. 94).

Para um mesmo sujeito, identidades múltiplas e, logo, papéis sociais múltiplos inscrevem-se em sub-universos de experiência pessoal e colectiva (ou “âmbitos de significado finito”), numa decomposição da realidade que não se prende com as configurações ontológicas que a esta possam atribuir-se mas antes aos significados que nesse aqui e agora são atribuídos às experiências vividas¹³. Subjacente à análise sociológica contemporânea das experiências de vida é a busca de uma interconectividade entre os diferentes papéis sociais desempenhados por cada um de nós, em espaços que são, também segundo Pais, “interditados por *outras* falas, *outras* línguas cuja centralidade (da linearidade) relega para a margem (terreno de interdições) os vazios da descontinuidade a que as ciências hermenêuticas procuram dar sentido, num terreno de contra-dicção [itálicos adicionados]” (p. 96).

¹³ O pressuposto de que os papéis sociais representam uma realidade ontológica que referencia as experiências de vida num plano que transcende o sujeito e que é independente dos contextos e momentos da construção identitária é criticamente referido por Calhoun (1995) como sustentador da clássica teoria sociológica dos papéis sociais e reintegrado por Pais (2001) na sociologia da pós-linearidade.

Pois bem, se a multiplicidade vivencial e performativa de papéis sociais, de experiências, de espaços e tempos de identificação é uma realidade que complexifica a (re)construção identitária, então a integração desta complexidade deve estender-se à política da identidade e aos movimentos sociais que a consubstanciam. Na tentativa de dar resposta às necessidades e características que diferenciam os grupos identitários, os movimentos sociais vão, por consequência, apresentando também uma fragmentação, um conjunto de processos, estratégias e orientações para a acção política representativos da facturação inerente às identidades que lhes dão corpo (Robertson, 1992). Não é de uma fragilidade que aqui se trata, mas antes de uma necessidade de constante re-adequação dos propósitos e das estratégias operacionais dos movimentos sociais às particularidades identitárias que lhe estão na base. Se tempos e lugares distintos enquadram as necessidades dos indivíduos e das suas comunidades de pertença, também de modo igualmente distinto marcam o *modus operandis* e as intenções de (re)estruturação social e política encetadas pela acção política colectivamente organizada.

Certamente que esta constante necessidade de (re)adaptação dos movimentos sociais às (mutáveis) realidades identitárias que defendem vai tornando mais e mais exigentes as intenções e as estratégias de actuação social e política, num “esforço que nunca atinge completamente o seu objectivo, de tal modo que o movimento continua a ser sempre fragmentário e pleno de contradições [...] muda[ndo] de debates, de tensões e de dilacerações internas” (Touraine, 1997, p. 134). Mas certamente também nesta exigência reside a força mobilizante, a motivação actuante e a validade da contribuição dos movimentos sociais para sistematicamente se (re)pensar as estruturas sociais opressivas, o papel do sujeito e das suas redes de identificação e de pertença numa lógica que, marcada pela pós-linearidade dos percursos individuais e grupais da (re)construção identitária, exige consequentemente uma acção organizada que a esta (re)construção vá dando resposta.

De resto, esta necessidade de manutenção de um sentido de pertença a uma colectividade, esta exigência de organização colectiva em defesa das necessidades de diferentes grupos identitários tem levado alguns teóricos a contraporem-se à desvalorização da política da identidade (e.g., Bickford, 2001; Moya, 2005; Weltman & Billig, 2001). Ao defenderem uma posição conceptual que designam por *anti-anti-identity poitics*, estes autores tentam recuperar o sentido válido que a política da identidade continua a representar para a construção activa de espaços democráticos plurais e integrantes da “diferença”, numa possibilidade de afirmação não apenas da legitimidade mas, mais do que

Capítulo I

isso, da riqueza que esta “diferença” traz para a edificação democrática. As identidades revelam-se, no quadrante analítico da *anti-anti-identity politics*, como politicamente cruciais não apenas pelo que reclamam e fazem impor no espaço social e cultural em que vivemos mas também pela possibilidade dada a quem participa na deliberação política de se sentir construtor de uma nova, mais justa e integrante realidade colectiva e individual de vida. Como Bickford (2001) nos diz, “enquanto cidadãos, precisamos de ganhar a coragem necessária para enfrentar os riscos da acção política e precisamos, também, de aprender a reconhecermo-nos nesses riscos” (p. 127). O sentido psicológico desta acção política resulta numa concepção de cidadania que, para adequada ser ao mundo actual, tem que continuar a reconhecer a nefasta realidade da opressão e o contínuo exercício – um exercício de coragem, ao mesmo tempo que promotor do desenvolvimento psicológico colectivo e individual – que a mobilização dos cidadãos representa na oposição activa a essa realidade.

Apesar dos constrangimentos que as multiplicadas possibilidades de identificação fazem lançar na (re)construção da(s) identidade(s) – na medida em que, se por um lado, propiciam um mais alargado espectro de trajectórias para a (re)definição de si, por outro lado tornam mais complexa esta (re)definição – é igualmente verdadeiro que “as identificações sociais baseadas na raça, na etnia, na sexualidade, numa região ou num país, ainda se apresentam como uma poderosa âncora para que cada um de nós situe o sentido colectivo e pessoal da sua existência” (Dolby & Cornbleth, 2001, p. 296). Entre um *aqui* da(s) identidade(s) – que a(s) traz(em) ao espaço social e político como ainda necessitada(s) de reconhecimento formal e social – e um *além* figurado na multiplicidade de processos de identificação e no correspondente desempenho de papéis sociais diferenciados, a política da identidade permanece como imprescindível à sobrevivência democrática. Um imperativo categórico é a este respeito referido por Santos (2002, 2003): o imperativo da articulação horizontal entre a política da igualdade e a política da identidade, numa luta contra-hegemónica que tem de proceder a uma profunda reinvenção do Estado. A urgência contemporânea é a de potenciar modos contra-hegemónicos de globalização capazes de gerarem um novo cosmopolitismo emancipatório, num intento de multiculturalidade que concilia a igualdade e a identidade. Como diz este autor, “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (2002, p. 80).

Como sintetizam Stoer, Magalhães e Rodrigues (2004), o “lugar da identidade” figura hoje como espaço onde a exclusão inevitavelmente ocorre, tal como acontece com os

lugares da cidadania, do trabalho, do corpo ou do território. Mais do que de *um lugar*, trata-se afinal de *um conjunto de lugares* de exclusão múltipla no seio da própria identidade. A narrativa através da qual o Estado-nação da modernidade prometia transformar os cidadãos em “esclarecidamente conscientes”, vem na contemporaneidade marcar-se pela crescente fragilidade deste ideal de Estado-nação enquanto organizador discursivo. Com base na localidade e na “diferença”, as narrativas nacionais são mais e mais desafiadas por outras narrativas – ecológicas, feministas, de orientação sexual, de estilos de vida. Segundo esta perspectiva, o que dá actualmente centralidade ao lugar da identidade é a sua crescente multiplicação, o seu mais e mais acentuado desdobramento em realidades multiformes, que exigem uma (cada vez mais) ampla reflexividade. Pensarmo-nos e *pensarmo-nos com o outro* surgem, pois, como modos basais de entendimento do(s) lugar(es) da(s) identidade(s).

I. 5. Diferenciar a cidadania: O Modelo de Iris Marion Young.

A proposta teórica de Iris Marion Young (Young, 1990, 1995, 2000, 2003) permite uma abordagem conceptual dos modos estruturais de opressão sócio-política operados sobre diferentes grupos identitários. Mulheres, idosos, grupos étnicos ou religiosos, lésbicas e gays, são frequentemente nomeados pela autora como grupos cuja existência é elucidativa desta opressão¹⁴. Faremos, em primeiro lugar, uma revisão sintética dos principais focos temáticos do pensamento político de Young, situando estes focos na crítica que actualmente aos espaços democráticos se impõe para, em momento posterior, darmos a perceber o que esta crítica possibilita na abordagem dos movimentos sociais e das intenções estratégicas de (re)construção identitária neles comportadas.

I. 5. 1. O universalismo como mito de inclusão democrática.

De modo consistente com o que sintetizámos relativamente às insuficiências da tradição liberal para dar resposta às especificidades identitárias, a proposta de Young parte de uma crítica radical ao ideal universalista que rege aquela tradição. O liberalismo estabelece, como dissemos, a tentativa de uma universalidade na contemplação de direitos (*i.e.*, a ideia de que estes devem ser iguais para todos os indivíduos e grupos de pertença),

¹⁴ Note-se, portanto, que como proposta pluralista, e sobretudo inspirada por um esforço de desenvolvimento de uma leitura feminista que mais recorrentemente refere a condição social das mulheres como epicentro desta opressão, o trabalho de Young não se pretende especificamente dirigido aos “temas gays e lésbicos” mas, por definição do pluralismo que lhe é inerente, integra também estas questões na sua elaboração.

Capítulo I

desta universalidade fazendo princípio ideológico no qual encontra Young as bases mais fortemente justificativas para a opressão:

onde quer que existam diferenças nas capacidades, na cultura, nos valores e nos estilos comportamentais dos diferentes grupos, e uma vez que alguns destes grupos são sempre privilegiados, a imposta adesão a um princípio ou ideal de tratamento igualitário nada mais faz do que tender a perpetuar a opressão e a desigualdade. (Young, 1995, p. 177)

Por contraposição a esta intenção universalizante da cidadania, Young (1990, 1995) sublinha a necessidade de uma “cidadania diferenciada”, conceito que pretende designar um modo de estruturação social através do qual os diferentes grupos identitários exprimem a especificidade da sua história e dos seus valores. Por mãos do liberalismo, a fragmentação social e a privatização dos processos de decisão política propiciam uma dominação dos interesses por parte de quem detém condições estruturais para o exercício do poder, num ideal de transcendência do “particular” e em proveito de uma falaciosa harmonia do “comum”. Deste modo, a imparcialidade que o universalismo liberalista defende mais não é do que um mito na perspetivação da democracia, já que através dessa imparcialidade se extraem às possibilidades de decisão e de representação políticas as diferentes vozes, os diferentes lugares, as diferentes histórias e narrativas dos múltiplos grupos sociais.

Percebemos, com Young, que “não é, pois, uma pluralidade de experiências, de trajectos e de sentidos colectivos de identidade que enriquece o espaço público das democracias (neo-)liberais, mas uma homogeneização dos processos e dos resultados da actuação política com evidentes desvantagens para os grupos sociais oprimidos” (Carneiro & Menezes, 2004a, p. 2). Se por universalidade se entende que os direitos devem ser comuns a *todos* os cidadãos, por cidadania *diferenciada* entende-se a necessidade de inclusão e de participação cidadãs sem negar a especificidade grupal e as cambiantes identitárias que esta especificidade sempre traz implicadas.

São cinco os mecanismos de opressão que Young situa no universalismo liberalista:

(i) a *exploração*, mecanismo através do qual os esforços ou as contribuições de um grupo social oprimido são aproveitados por outros grupos sem que, reciprocamente, este grupo social oprimido beneficie de tais esforços ou energias;

(ii) a *marginalização*, que remete para o impedimento a que grupos oprimidos participem activamente em decisões políticas que os afectam;

(iii) a *desprotecção*, referente à submissão de um grupo social à autoridade de outro(s) grupo(s);

(iv) o *imperialismo cultural*, mecanismo através do qual se encontra um impedimento à integração das experiências e das perspectivas dos grupos oprimidos na participação e na construção democráticas;

(v) a *violência*, motivada pela rejeição social que sobre estes grupos socialmente desfavorecidos sistematicamente recai.

A “representação grupal”, conceito definido como “possibilidade dada aos grupos oprimidos de figurarem no discurso e na estrutura políticos e para estes contribuírem significativamente” (Young, 2000, p. 187), atenua a injustiça estrutural que os mecanismos de opressão sustentam. Em termos gerais, esta representação grupal é simbólica da compensação de múltiplas restrições institucionais e/ou formais à possibilidade de auto-determinação e de auto-desenvolvimento dos diferentes grupos sociais, que se querem efectivamente figurados num registo plural necessário à sobrevivência democrática. Em termos específicos, ela remete para vantagens operacionais específicas, a saber: (i) a promoção de resultados justos de acções colectivas destinadas a uma tomada de decisão verdadeiramente igualitária (e.g., esforços associativos); (ii) a criação de oportunidades para a expressão de necessidades intrínsecas àqueles grupos (e, logo, para o impedimento das tentativas sócio-políticas de silenciamento dos mesmos) e (iii) o reconhecimento, por parte dos grupos oprimidos, da estrutura das relações interpessoais e dos efeitos (reais ou potenciais) das políticas sociais sobre o seu próprio funcionamento.

A cidadania diferenciada permite, através da representação grupal e dos movimentos sociais que por esta representação lutam, que se desafie uma noção universalista de cidadania, enquanto modo de integrar no quadro da cidadania os interesses e as necessidades de múltiplos grupos sociais. A ideia é a de que às “minorias” seja dada uma voz audível e participativa através da qual possam estar criadas verdadeiras oportunidades para que a representação identitária no espaço político e social se torne uma realidade.

Cabe agora explorar mais atentamente os mecanismos estratégicos que tornam viável esta representação grupal ou, por outras palavras, os modos operacionais através dos quais os diferentes grupos identitários afirmam a sua especificidade no pano cultural, social, político em que a sua acção se vai situando.

I. 5. 2. A representação grupal: modos afirmados da figuração identitária.

O debate extenso que enquadrámos neste primeiro capítulo a respeito da(s) Identidade(s), sobre o que esta(s) suscita(m) de reflexão crítica no quadro da cidadania e sobre o papel fulcral que desempenha(m) na vivência democrática encontra, neste modelo teórico, um sentido integrado e capaz de enriquecer a leitura destas temáticas. O que Young (1995, 2003) defende ser uma política da identidade é, afinal, uma política que demarca afirmadamente os interesses específicos de cada grupo identitário. Nesta política da identidade, os movimentos sociais inscrevem esforços de denúncia das condições estruturais que culturalmente votam as identidades à opressão para, ao tornarem claras tais condições, sobre elas combativamente operarem em busca de uma voz transformativa, que seja a voz da sua efectiva representação no espaço democrático.

Repare-se, então, que é na lógica da *anti-anti-identity politics* que podemos situar a proposta teórica de Young, já que as posições antagónicas de algumas correntes da Teoria Política à necessidade de uma política da identidade são, para Young, resultantes numa perigosa anulação quer da capacidade e da motivação dos cidadãos para activamente deliberarem sobre as decisões políticas que os afectam, quer dos significados específicos que os diferentes grupos identitários trazem para o enriquecimento destas decisões políticas e para a adequação destas decisões às suas necessidades. Para que a figuração política destes diferentes grupos identitários se torne possível, para que a *representação grupal* se efective, os movimentos sociais devem, simultaneamente, dar a perceber de que modo as suas lutas são unicamente situadas e de que modo estas lutas são contributivas para o enriquecimento dos espaços político-culturais em que ocorrem.

Assim sendo, se é verdade que esta proposta teórica afirma a imperiosa necessidade de afirmação colectiva das vontades, das necessidades e das histórias *únicas* para cada grupo identitário, é também verdade que a mesma proposta defende que o reconhecimento destas especificidades identitárias é veículo fundamental para a sobrevivência cooperante, pluralizada e (re)equilibrante das democracias ocidentais contemporâneas.

Enquanto mecanismos operacionais que os movimentos sociais devem desenvolver por oposição aos mecanismos sociais de opressão a que anteriormente nos reportámos, três tipos de estratégias – ou actividades grupais - são mencionadas por Young (1995) como essenciais à representação grupal:

- a auto-organização dos movimentos sociais de molde a que os sujeitos neles envolvidos adquiram uma compreensão reflexiva da sua experiência colectiva;
- a aquisição de uma perspectiva, no seio destes movimentos, que possibilite o entendimento progressivamente mais complexo sobre a forma como as decisões políticas afectam a experiência colectivamente construída da(s) identidade(s);
- a possibilidade de estes movimentos adquirirem poder de veto relativo a políticas que mais directamente os afectam e, em paralelo, a concessão de possibilidades a estes grupos para que as suas propostas de reformulação destas políticas possam ter espaço.

Por intermédio desta tríade estratégica subjacente à representação grupal se promovem resultados justos das acções colectivamente organizadas em defesa dos interesses identitários, já que a decisão política conta com uma representação igualitária (*i.e.*, ajustada às necessidades dos indivíduos e dos grupos que para tal decisão contribuem). Estes modos de participação política potenciados pela representação grupal adquirem, de acordo com a apreciação de Fletcher (1998) sobre o pensamento de Young, um valor simultaneamente instrumental e intrínseco:

a participação na tomada de decisão [política] é *instrumentalmente* valiosa porque permite que todos os interesses sejam ouvidos; *intrinsecamente*, esta participação desenvolve a capacidade dos participantes [...] para pensarem sobre a relação travada entre as suas próprias necessidades e as necessidades de outros grupos identitários [itálicos adicionados]. (pp. 203-204)

No espaço da sociedade civil, a justiça social depende desta capacidade de articulação entre as necessidades de cada grupo e as necessidades de outros grupos e é nesta articulação que encontramos base para o desenvolvimento de um sentido de autonomia favorecido pela participação associativa. De tal articulação nos ocupamos seguidamente.

I. 5. 3. “Nós” com os “Outros”: a “coligação arco-íris” como recurso deliberativo cooperante.

A consciencialização de uma força conjunta e a reflexão sobre a experiência da partilha, o entendimento progressivamente mais complexificado do modo como os propósitos políticos socialmente vigentes afectam os grupos socialmente desfavorecidos e a

Capítulo I

proposta criativa de políticas alternativas que respeitem a especificidade dos grupos são elementos que permitem, na sua articulação, a progressiva redução da injustiça estrutural. Como fica claro nos vários trabalhos de Young, a progressiva dissolução da injustiça estrutural característica dos espaços democráticos implica, necessariamente, que os contextos da participação associativa ofereçam modos alternativos de repensar as condições e os modos de funcionamento das estruturas sociais, ao articularem as necessidades e especificidades de cada colectivo identitário com as necessidades de outros colectivos cuja experiência identitária seja, também ela, sujeita a condições de opressão.

O que aqui está em causa é a necessidade de que cada grupo afirme a sua perspectiva sobre o mundo e sobre as relações sociais, ao mesmo tempo que partilha as situações de opressão experienciadas por outros grupos sociais. A este processo de construção colectiva e partilhada de um sentido de opressão ou de desfavorecimento social, Young (1995, 2000) dá o nome de “coligação arco-íris”: a solidariedade e a autonomia por esta coligação favorecidas contribuem para que os sujeitos e os seus grupos de pertença contribuam para a construção de um espaço público mais justo, integrado e democrático na afirmação de várias e complementares “cores identitárias” e em que, não desaparecendo da composição deste “arco-íris”, cada uma das “cores” esbate as suas fronteiras na partilha de interesses e experiências das “cores” que a complementam.

A respeito da partilha dos interesses identitários e do que esta partilha promove em termos de desenvolvimento de cada movimento social e dos sujeitos que nestes movimentos se envolvem, Young (2000) refere que a diferenciação dos grupos identitários é, sempre, uma diferenciação relacional. O que com isto nos pretende transmitir é que os indivíduos não se percebem enquanto membros de um movimento ou de um grupo social porque uma determinada identidade os distinga e distancie inteiramente de outras identidades, mas porque o seu posicionamento *na relação* com outras identidades lhes permite partilhar *outros interesses* e *outras necessidades*. Nesta partilha, os *actores* da democracia adquirem uma compreensão mais complexa e justa das relações de poder e das consequências da acção política. Atendendo às suas próprias palavras,

a diferença é um recurso imprescindível para uma política baseada na discussão e na comunicação, na confrontação das experiências e em que sujeitos tentam cooperar, enriquecer o seu conhecimento e fazer justiça, sendo que fazer justiça através de processos de partilha e de deliberação democrática envolve: [i] uma discussão e uma tomada de decisão que incluam todas as perspectivas sociais em jogo e [ii] que os participantes na

discussão desenvolvam uma perspectiva mais objectiva e compreensiva das relações sociais, das consequências da sua acção, num processo que partindo da sua perspectiva, cada um e todos podem enriquecer-se com a perspectiva nova e mais complexa, que é a partilhada. (Young, 2000, p. 385)

Importante, ainda, é recuperarmos um trabalho mais recente da autora (Young, 2003), que nos permite uma leitura integrativa sobre o que anteriormente explorámos a respeito do *aqui* e do *além* da(s) Identidade(s). Neste trabalho, Young reflecte sobre as actuais (re)configurações dos movimentos sociais, colocando questões que ainda que mais directamente se prendendo com o género, são extensíveis à orientação sexual. As posições assumidas nesta reflexão remetem para um dilema: o de, por um lado, se entender a designação identitária como base da acção política e de, por outro, com uma “conceptualização de grupo” se esbaterem potencialmente as realidades existenciais individuais.

Young propõe como resolução conceptual deste dilema a demarcação da categoria “género” como colectividade serial. Falar em “serialidade” é perceber que a construção de múltiplas identidades (por exemplo, ser mulher, negra, lésbica, ...) ora permite uma diferenciação política ora pode comportar riscos de exclusão, com problemas que são os da lógica subsidiária a qualquer classificação. Do ponto de vista das acções estratégicas que decorrem desta noção de serialidade, Young questiona a importância de conceptualizarmos as mulheres como um grupo. Se esta conceptualização pode conduzir a um significado normalizador as “diferenças” que, inevitavelmente e por definição, qualquer classificação comporta, o “género” continua a constituir-se como categoria útil, desde que tal categoria se destine à denúncia e à elaboração de esforços combativos contra as formas estruturais e políticas de reificar a discriminação social. Sem uma concepção de mulheres enquanto colectivo social, a política feminista perde consistência (do mesmo modo que perdem consistência as políticas identitárias referentes a outras categorias sociais), ao perder uma noção de opressão contra a qual continua a ser necessário lutar.

Assim, “a serialidade designa um certo *nível* de existência social e de relações sociais com os outros – o nível da rotina, da acção habitual, que é regulada por normas e socialmente estruturada, mas como pano-de-fundo-pré-reflexivo para a acção” (Young, 2003, p. 129). Permite isto que as mulheres não percam o sentido da sua individualidade, ao mesmo tempo que na luta contra formas de desvantagem e de opressão não vejam

Capítulo I

negligenciados os constrangimentos e as relações com os objectos que condicionam, na partilha dos significados e das estratégias de actuação colectiva, um *sentido de si na relação com o outro*, numa comunhão de significados e de experiências vivenciais que, essas sim, pelas persistentes condições políticas e estruturais da opressão marcam invariavelmente todos os membros de uma categoria identitária.

Repare-se então - e relacionando esta abordagem com a reflexão sobre os múltiplos papéis sociais e as múltiplas referências identificatórias que ao self exigem um sistemático (re)posicionamento - que o sentido de individualidade aqui versado confere à ideia da coligação arco-íris não apenas um sentido de promoção de partilha colectiva mas, em relação indissociável com esta partilha, um sentido pessoal *de aprender na partilha com o outro*.

Palavras ilustrativas sobre esta dimensão individual de promoção de um *sentido de ser* pela *pertença* e pela *participação* no contexto do “político” – tal como o fomos abordando ao longo deste capítulo – são encontradas numa entrevista realizada por Sardoč e Shaughnessy (2001) a Iris Marion Young. Aqui refere a autora terem necessariamente que subsistir a um sentido colectivo de igualdade oportunidades reais para desenvolver e exercer capacidades, “de promover um sentido de solidariedade [...] e de envolvimento comunitário [em que] as pessoas aprendam não apenas uma história oficial do poder mas também histórias e formas de expressão diversas que povoam uma comunidade e uma sociedade” (p. 96). Demarcando a identidade, nesta entrevista, como aquilo que alguém possa sentir importante para a sua vida e para o que define a sua relação com os outros, Young advoga que este conceito de identidade deve, em última análise, “ser reservado aos indivíduos e não aos grupos, de forma a que os indivíduos constituam as suas próprias identidades para além das condições e das posições sociais a que se encontram votados” (p. 97).

Assim, a democracia deliberativa resulta num processo democrático de construção política em que os indivíduos não se limitam à aceitação passiva das estruturas sociais e à acomodação a estas estruturas, mas antes num processo através do qual fazem exigências sobre que realmente entendem ser justo, dando razões a essa justiça, argumentando e contra-argumentando em torno dela, jogando-se em processos de decisão que

progressivamente permitem ir ajustando o funcionamento democrático às necessidades e identidades pluralizantes do espaço e que se movem.

Que estes esforços, que os sentidos dos movimentos sociais sejam unicamente situados, nomeadamente permitindo o combate aos estereótipos que a cultura dominante faz sobre os grupos oprimidos, são os requisitos para que *ser*, *pertencer* e *participar* dêem corpo a uma tríade do entendimento político, de promoção da autonomia, da relevância do envolvimento, das redes de relação social, das coligações e de uma “mentalidade ampliada” que cada indivíduo pode alcançar sobre agir e viver politicamente.

Capítulo I

Síntese

Ao longo deste capítulo se pretendeu enfatizar que a cidadania não se esgota no reconhecimento formal de direitos e deveres, mas que é também nos sentidos de pertença e de participação que reside um substrato fundamental do seu exercício. Constituindo o equilíbrio entre direitos e deveres de cidadania um garante necessário à preservação da construção democrática, é contudo crítica a centração nesta dimensão formal ou normativa de reconhecimento da(s) identidade(s). Crítica porque subtrai ao entendimento da vivência colectiva e individual a relevância que *pertencer* e *participar* assumem na constante (re)construção identitária e na promoção de um sentido autónomo, cooperante, solidário e justo de democracia.

A acção colectivamente organizada, os movimentos sociais, a luta pelo reconhecimento de uma “igualdade” no político que não esquece a “diferença” das necessidades dos sujeitos e dos seus grupos de pertença, mas antes a integra num desejável esforço de pluralização social e política, são vectores imprescindíveis à compreensão engrandecida da cidadania.

Vimos como também os processos de relativização do “público” e do “privado”, da “vergonha” e do “orgulho” permitem des-silenciar a(s) identidade(s), ao trazê-la(s) para o terreno do social e do político de modo afirmado e plural(izante). Como refere Hoover (2002), os processos democráticos são os mais reclamados para sobre eles se operar a afirmação identitária, na medida em que “[estes] processos se apresentam como porta de entrada para que os grupos desfavorecidos se mobilizem e procurem o reconhecimento público das suas identidades” (p. 3).

Ainda que não podendo descurar as tensões teóricas que hoje se desenvolvem a propósito dos direitos “minoritários”, da necessidade da afirmação da(s) identidade(s) e da acção política que a(s) edifica, é entre o *aqui* e o *além* desta afirmação que o modelo pluralista de Iris Marion Young nos surge como vantajoso para a compreensão da opressão, em proposta emancipatória que articula os sentidos tanto colectivos quanto individuais do “igual” e do “diferente”.

Tal como defendem Stoer e Magalhães (2005), é necessário para a compreensão do papel nuclear que a(s) identidade(s) desempenha(m) nos tempos e lugares que hoje vivemos, “questionarmos os diferentes como interlocutores (mesmo na sua condição de eventuais «silenciados»), [...] [n]um jogo relacional no qual deixou de haver um centro privilegiado a partir do qual se pode determinar quem são os outros, quem são os diferentes” (p. 10). Sendo o “silêncio” um modo de “falar”, dele tendo que se partir intrinsecamente para perceber a necessidade de ganhar uma voz transformativa, em torno dele persistindo o sentido para a reedificação identitária que a experiência subjectiva e grupal da discriminação invocam, há enfim que postular, como estes autores sintetizam, que “a diferença somos nós”.

Capítulo II.

Para uma Cidadania Sexual:

A “Diferença” do Desejo na “Igualdade” do Político

A vontade mais viva dos movimentos politicamente organizados por gays e lésbicas foi, continua e continuará a ser a de transportar para a esfera do político temas e necessidades que jamais haviam sido considerados políticos no nosso remoto passado: as questões da identidade, do prazer, do público e do privado, do consentimento e da representação cultural. [...] Ao construírem um marco inigualável da política social, estes movimentos puseram a nu e reformularam um pressuposto nefastamente implantado na nossa longuíssima “tradição sexual”: o sexo como perigo e como ameaça, mais do que como vontade ou como vasto campo do desejável vasto desejo.

Jeffrey Weeks

Sexuality and its discontents: Meanings, myths and modern sexuality

As relações homoeróticas estão documentadas em múltiplos registos reveladores da complexidade diferencial dos significados culturais que a estas relações foram sendo atribuídos na História do Ocidente (e.g., Bersani, 1995; Blasius & Phelan, 1997; Boswell, 1980, 1995; D'Emilio, 2000; Naphy, 2006; Spencer, 1999; Weeks, 1996). Como conclui Aldrich (1993), as produções artísticas inscreveram historicamente ideias e leituras que não se restringiram aos homossexuais mas, em sentido mais lato, foram fertilizadoras da cultura no seu todo: a condição histórica que tem relegado a homossexualidade para um domínio de secretismo e da exclusão foi integrada pela arte em modos de pensar que potenciaram não somente a afirmação das especificidades identitárias da homossexualidade mas também, e através destas especificidades, o enriquecimento da história do amor, do desejo e da sedução.

Da acção politicamente organizada e mobilizadora de uma vontade comum de dar visibilidade a modos plurais de vivência sexual – com especial ênfase nas identidades gay e lésbica – se ocupa este capítulo. Seguramente que os registos históricos e as produções

artísticas foram criando condições fundamentais para que esta afirmação colectiva se tornasse possível. Mas é do que hoje podemos perceber a respeito dos movimentos sociais na defesa da “diferença” sexual, da linguagem da cidadania que àqueles movimentos permite uma base conceptual e operacional de integração desta “diferença”, de uma leitura política para a compreensão da vivência psicológica de *ser* gay ou lésbica e do sentimento de *pertença* a uma comunidade sexualmente afirmada e afirmante que aqui nos ocupamos. Balizaremos temporalmente esta afirmação colectiva da “diferença” sexual a partir de meados do século XX, data em que a historiografia do movimento gay e lésbico tende a situar as origens da construção de uma política da identidade (homo)sexual (e.g., Altman, 1982; D’Emílio, 2000; Engel, 2002; Seidman, 1996; Weeks, 1998b). Desde já salientamos que não pretendemos esgotar a historiografia do movimento gay e lésbico mas, em vez disso, reconhecer que os registos documentais, a sistematização histórica das acções colectivamente organizadas por gays e lésbicas e as reflexões que esta sistematização gera são elementos fundamentais para o enquadramento e para a inteligibilidade de uma política da identidade (homo)sexual.

Igualmente importante, e em consonância com o que antes explicitámos, é dizermos que a noção de “diferença” apenas ganha sentido por referência a uma normatividade ou hegemonia, referência esta que agora passa a ser, em abordagem mais específica, a da hegemonia heterossexual ou heteronormatividade. Assim resulta que neste capítulo se tente dar a perceber de que modo os esforços políticos desenvolvidos pelos sexualmente “diferentes” têm sido direccionados para a procura da “igualdade” de formas vivenciais de *ser, pertencer e participar*. Opta-se assim por uma articulação conceptual entre as temáticas anteriormente exploradas e as implicações suscitadas pela política da identidade que gays e lésbicas têm desenvolvido na defesa seus direitos de cidadania. A acção colectiva desempenhada pelas organizações não-governamentais de defesa dos direitos gays e lésbicos no panorama português será, em momento final deste capítulo, integrada nos referenciais teóricos da cidadania (sexual).

II. 1. “Cidadania sexual”: conceito e temáticas relacionadas.

Como vimos, a política da identidade visa fundamentalmente a reformulação das relações de poder, dos modos de dominação e de exclusão de “outras” identidades que não as hegemónicas. Faz agora sentido explorarmos especificamente de que modo as relações

Capítulo II

sociais de poder se erguem em torno do critério da (homo)sexualidade para justificar a discriminação social. Da análise destas condições desiguais de acesso a um estatuto formal e social igualitário ou não discriminado por parte de gays e lésbicas nasce, em intenção primeira, a noção de “cidadania sexual” (e.g., Cooper, 1993; Evans, 2000; Richardson, 1998, 2000; Seidman, 2001; Weeks, 1998b). Fundamentada em trabalhos e reflexões recentes e apresentando-se por isso em fase formativa, o que esta noção designa é “a expansão da conceptualização ampla da cidadania aos domínios sociais e institucionais nos quais se inscrevem as práticas e as identidades associadas à sexualidade” (Richardson, 2000, p. 256). Ambiciona este conceito circunscrever uma cidadania diferenciada que especificamente verse as temáticas relacionadas com a orientação sexual.

Temas como o movimento social gay e lésbico e a sua evolução histórica, a fundação de uma política da identidade sexual e, para consubstanciação desta política, a relevância da participação política dos sexualmente “diferentes” no espaço da sociedade civil, a equação de direitos e deveres que dão corpo a uma justiça social adequada às especificidades da identidade (homo)sexual, a linguagem que exprime e confere sentido a esta identidade (bem como, em sentido complementar, veicula a discriminação que o movimento social gay e lésbico tem combatido), configuram-se como tópicos de debate estreitamente relacionados com a noção de cidadania sexual, tópicos estes de que de seguida nos ocupamos.

II. 2. O movimento social gay e lésbico: apontamento histórico.

Sendo a compreensão do percurso histórico que gays e lésbicas trilharam na busca da expressão e do reconhecimento social e político das suas identidades um elemento integrante da cidadania sexual, visitaremos aqui alguns marcos fundamentais deste percurso. Compete dizermos que o caminho histórico do movimento gay e lésbico não é o de um caminho findo, na medida em que terminados não estão os constrangimentos à vivência plena de “outras” sexualidades. D’Augelli (2000) dá conta destes constrangimentos ao sublinhar a actualidade de “forças sociais destabilizantes e deslegitimizantes que entravam a prestação de um apoio simbólico e/ ou concreto [a gays e lésbicas] e que activamente desencorajam a perpetuação da sua existência enquanto diversidade rica para [e necessária a] um qualquer sistema democrático” (p. 946). Se é inegável que uma visibilidade crescente da homossexualidade se tem presenciado no tempo em que vivemos, tal não corresponde a

uma afirmação plena dos direitos de cidadania e do estatuto político de igualdade que devem presidir a esta afirmação.

Vale também a pena referirmos que falar de “movimento social gay e lésbico” pode ser algo linear e simplista, na medida em que ele é mais um conjunto de diferentes modos de acção colectiva e, por isso, mais um *movimento de movimentos*¹. Ainda assim, manteremos a designação genérica e singular de “movimento”, atendendo ao facto de que o que pretendemos sistematizar é a sequência encadeada e continuada das implicações desta acção colectiva e do que nela se foi encetando de reestruturação das condições sócio-políticas que estão na raiz da opressão da homossexualidade. Necessário é também reconhecer que o contexto histórico-político em que os esforços de mobilização na defesa das identidades gay e lésbica ganham substância surge em complemento das lutas de outros movimentos sociais, em torno de outras categorias identitárias como o género ou a raça, vêm permitir no combate à opressão e da exclusão social de determinados grupos identitários. Teremos, pois, de esperar pelas transformações radicais que se operaram nas décadas de 1960/70 no combate social às relações de poder e às reconfigurações políticas destas relações para que o movimento social gay e lésbico possa surgir. Não de acasos mas de uma luta comum e de um conjunto concertado e planeado de estratégias colectivas por parte de sujeitos identificados com diferentes categorias sociais da “diferença” se fizeram os movimentos sociais daquelas décadas, num quadro mais amplo de combate pela transformação social em que não pode negligenciar-se a luta das mulheres contra a dominação masculina, as conturbações estudantis ou o combate dos negros contra “supremacia branca”. Alguns autores (Jackson, 1999; Rahman, 2000; Seidman, 2001) afirmam mesmo que o conceito de “cidadania sexual” é, mais precisamente, o de uma “cidadania duplamente sexual”, porquanto tem necessariamente que remeter para o (re)conhecimento histórico e actual da inextrincável relação entre a luta das mulheres e a luta pela “diferença” em função da orientação sexual. Organizada contra o poder patriarcal enquanto ordem socialmente estabelecida, o movimento feminista cabe em momento histórico anterior ao movimento social de gays e lésbicas contra a hegemonia heterossexual, nessa medida se configurando a luta feminista como inspiradora da política da identidade protagonizada por gays e lésbicas².

¹ Ao apresentarmos seguidamente os marcos históricos da afirmação gay e lésbica, veremos que estes marcos comportam sentidos de acção e reivindicam necessidades identitárias que se diferenciam pelo grau de “radicalidade” da afirmação dessas necessidades e segundo os modos como actuam no espaço da sociedade civil.

² São úteis, para o enquadramento anterior ao século XX dos processos sociais de inferiorização do “feminino” ao “masculino”, as palavras de Toldy (1997): “o século XIX é o século da romantização da mulher, da transformação do discurso [social] numa apologia da mulher eterna, da mãe, da «feminilidade do coração»” (p. 241). Ainda de acordo com esta autora: “a associação da mulher ao domínio privado e do homem ao domínio público constitui a realidade mais comum da sociedade contemporânea [...] [através da] identificação pura e simples do papel sócio-cultural da mulher com a sua identidade biológica” (p. 243).

II. 2. 1. A “diferença” no *armário*: encerrar a “poluição homossexual”.

Seidman (2001) defende que desde a década de 1950 se instala nos Estados Unidos da América uma cisão social entre a “maioria” heterossexual – assim constituída como referência hegemónica da sexualidade – e a “minoria” homossexual. Esta divisão institui um marco do que podemos identificar como a base da acção colectiva destinada ao questionamento das hierarquias sociais que tomam como critério distintivo a orientação sexual. Propósitos estratégicos de manutenção ideológica de uma assimetria institucional e socialmente legitimada entre heterossexuais e homossexuais servem, a partir desta altura, de base a uma política de *encarceramento social (closet)* da “diferença”. O autor recorre à metáfora da “poluição do homossexual” como ilustrativa da representação social que deriva deste propósito de encarceramento: daqui decorre que a heteronormatividade passa a estabelecer os critérios de oposição ao que nela não se integra, numa lógica (muitas vezes subtilmente instalada) que se apresenta repressiva e que opera por estratégias de poluição cultural e de censura, de criminalização, de desprotecção cívica, legal e social a todos quantos “escapem” a uma sexualidade hegemónica. Na decorrência das lógicas que subsistem a este encarceramento, a “poluição” representa um conjunto de estratégias ideológicas que estão orientadas para a exclusão social e política dos sexualmente “diferentes” e para a figuração cultural destes “diferentes” como “desgostantes”, como “menos válidos”, numa dupla vertente (que explorámos a respeito da compreensão crítica da cidadania): a vertente formal ou normativa e a vertente simbólica ou social. Uma e outra complementam-se no mesmo propósito: o do isolamento social dos homossexuais, nomeadamente pela guetização ou remissão da “diferença” sexual a espaços reprodutores do encarceramento social mais amplo, espaços estes que a historiografia gay e lésbica analisa aprofundadamente (e.g., Blasius & Phelan, 1997; Clendinen & Nagourney, 1999; Katz, 1976; Marmor, 1980; Money, 1988; Murray, 1996; Naphy, 2006; Plummer, 1963; Smith, 1999; Weeks, 1977)³.

Na documentação histórica sobre gays e lésbicas são apresentados momentos anteriores ao século XX durante os quais os sexualmente “diferentes” foram criando

³ Esta historiografia debruça-se, designadamente, sobre espaços de socialização entre homossexuais nos quais a polícia, ao abrigo das designações constitucionais criminalizadoras da homossexualidade e entre as décadas de 1950 e 1970, intervinha para exercer violência física sobre os seus frequentadores. Note-se que esta realidade persecutória persiste e que mereceu uma recente atenção por parte da Amnistia Internacional: um extenso relatório elaborado por esta organização (AIP, 2005) documenta as múltiplas formas de abuso policial e/ ou de regras de má-conduta por parte das forças policiais norte-americanas sobre a “diferença” sexual. O referido relatório conclui que as pessoas da comunidade homossexual continuam a ser alvo de fortes atentados à sua integridade física e psicológica motivados pela sua identidade sexual e a experienciar interações negativas e ultrajantes com os representantes das forças policiais.

espaços de socialização. Autores como Boswell (1995) ou Weeks (1977, 2000) referem a constituição de redes sociais que já na Europa oitocentista (sobretudo em Inglaterra, em França e nos Países Baixos) se destinavam a possibilitar encontros entre homens homossexuais, constituindo-se assim uma pioneira organização social da homossexualidade: a subcultura homossexual que durante os séculos XVIII e XIX vai ganhando visibilidade pela constituição de redes de encontro social e sexual (de que são exemplo as “molly houses” dos Países Baixos ou os “bordéis gay” da Inglaterra) é, desde a sua emergência, alvo de uma repressão social e de perseguição criminal, perseguição que se intensifica com o dispositivo ideológico de *encarceramento social*, tal como Seidman o explicita. Mesmo que não tendo conseguido modificar cultural e socialmente a condição de opressão e perseguição a que as práticas sexuais entre homens estavam sujeitas, esta subcultura homossexual deixa contudo uma marca histórica composta por rituais e formas de expressão socializante, por modos de conduta e de expressão linguística explicitantes do desejo homossexual (Bécourt, 1972; Bersani, 1995; Cain, 2000; Dean, 2000; 2001; Harris, 1997; Symonds, 1984; Tamagne, 2000)⁴.

Historicamente se cria uma categoria, um grupo que passa a receber uma marca da “diferença”: o *armário* no qual esta “diferença” se encerra conduz à exclusão pelo sistema de referência hegemónico – o da heterossexualidade – e à desigualdade pela posição de inferioridade daqui resultante. Os processos de exclusão, de eliminação das possibilidades efectivadas de participação política, de desprotecção legal e social com que gays e lésbicas continuam a confrontar-se representam os pilares nucleares da actual pertinência de uma cidadania sexual. Vejamos, pois, que mudanças significativas vão realizar-se a partir de meados do século XX em busca desta cidadania sexual por parte de gays e lésbicas.

II. 2. 2. O armário quebrado: da persuasão homofílica à afirmação gay.

Explorando as reformulações históricas e as implicações diferenciais que a construção de um movimento social em defesa da identidade homossexual desenhcou no Ocidente, Jagose (1996) distingue dois períodos fundamentais. O primeiro destes períodos,

⁴ Queremos realçar que o que resulta das práticas sociais condenatórias e das regulações criminais que as acompanham nestes períodos históricos é um primeiro *sentido de lugar partilhado* nestes locais de encontro, de socialização e de experimentação homossexuais:

os espaços de socialização homossexual criados nos séculos XVIII e XIX nunca deixaram de se constituir como locais onde pessoas com desejos pelo mesmo sexo pudessem encontrar outras iguais a si, o que desde então revela uma forma primária de construção de uma comunidade homossexual; [...] estes contextos permitiram uma resistência colectiva aos códigos normativos da sexualidade, ao desafiar estes códigos e ao consolidarem um sentido de colectividade homossexual. (Taylor, Kaminski & Dugan, 2002, p. 111)

Capítulo II

designado por “movimento homofílico” - situado entre os inícios do século XX e a década de 1960 - é alicerçado em acções e acontecimentos que ainda que não representando uma acção política organizada se dirigiram, sobretudo, à defesa de que a homossexualidade é uma variante da sexualidade humana. Busca-se, neste período, a tolerância social, por intermédio de um conjunto concertado de acções que lutam pela possibilidade de *ser gay*, sem a condenação religiosa, moral, jurídica e criminal que de longo tempo se erigira em torno da homossexualidade⁵. Ao não ser tanto de uma militância que se nutre o movimento homofílico, mas mais de um conjunto de intenções persuasivas dirigidas à opinião pública e às atitudes sociais que violentavam o direito de existência dos homossexuais e os remetiam para o espaço do privado, do “secreto”, do “interdito”, o movimento homofílico existe como uma espécie de movimento pré-político, que deu terreno à continuidade dos espaços de socialização dos séculos XVIII e XIX. Neste sentido se diz que os esforços de acção deste movimento foram mais persuasivos do que propriamente militantes ou afirmativos da “diferença” sexual.

Do período homofílico são parte os esforços associativos enveredados, nos Estados Unidos da América, por organizações, decorrentemente denominadas por homofílicas, como a *Mattachine Society* ou o colectivo *Daughters of Bilitis*, que em finais da década de 1950 se concentravam na disseminação da informação sobre a homossexualidade em revistas, jornais e publicações com distribuição vasta no público americano. Estas organizações definiam-se não como estritamente destinadas aos homossexuais mas a todos os que estivessem interessados na temática da homossexualidade.

O segundo período, que Jagose denomina de “movimento liberacionista gay e lésbico”, marca, aí sim, a criação de uma linguagem de direitos de cidadania reivindicados por gays e lésbicas e a emergência da luta organizada em prol destes direitos. Marco histórico simbólico deste movimento são os acontecimentos num bar de Nova York, o *Stonewall Inn*, a 27 de Junho de 1969, dia em que travestis, *drag queens* e homossexuais se insurgem contra as perseguições policiais de que eram alvo. Motins organizados contra uma violenta perseguição policial destes sexualmente “diferentes” motivaram mais directamente os incidentes de *Stonewall* numa imposição afirmada e destemida destes

⁵ No contexto deste trabalho, e de acordo com Blasius e Phelan (1997), a expressão “homofilia” é utilizada para designar quer o sentimento de coesão que gays e lésbicas percebem no contexto dos movimentos sociais, quer os níveis de tolerância política e aceitação que um corpo social desenvolve face à “diferença” sexual.

“diferentes”, constituindo a data que permanece como a representação histórica da libertação homossexual e na qual habitualmente se comemora o *Dia do Orgulho Gay*⁶.

O movimento liberacionista gay e lésbico emerge na tentativa (e nisso se distingue substancialmente do movimento homofílico) de afirmação explícita da “diferença”, sem intenções de “pedido de permissão” face à cultura social normativamente estabelecida (cf., e.g., Adam, Duyvendak & Krouwel, 1999; Altman, 1982; D’Emílio, 2000; D’Emílio, Turner & Vaid, 2000; Epstein, 1999; Marcus, 2002; Rechy, 1977; Taylor, Kaminski & Dugan, 2002). No contexto dos Estados Unidos da América, uma das mais importantes organizações a constituir-se com força política, com visibilidade social e impacto de transformação política durante os anos de 1970, foi a *Gay Liberation Front* (cf., e.g., Altman, 1982; Clenidinen & Nagourney, 1999; Engel, 2002; Murray, 1996; Vaid, 1995), organização cujo nome evidenciava já claramente os propósitos liberacionistas do movimento gay e lésbico.

Na Europa, é habitualmente reconhecido o papel da Frente de Acção Homossexual Revolucionária (FHAR), criada na mesma década em França, sendo de mencionar que permanece como inspiradora da luta pelos Direitos Gays e Lésbicos uma publicação desta Organização, o *Manifesto Contra a Normalidade*, onde se inscreve de forma bem clara a tentativa de mobilização colectiva e revolucionária contra a derrocada dos valores hegemónicos da heterossexualidade⁷. Lê-se num excerto deste manifesto: “fora com a recordação histórica das nossas humilhações, das nossas vergonhas, desse terrível sentimento de estarmos sempre separado dos outros! [...] Anuncia-se o reino da *liberdade* de todos, por todos, para todos [itálico adicionado]” (FHAR, 1976, p. 44).

O que o movimento liberacionista deixa de legado histórico é um conjunto de possibilidades de afirmação de “outras” identidades, que pela “diferença” do desejo almejam a inscrição da “igualdade” no plano do social e do político. Bourdieu (1998) analisa este movimento como iluminador dos esforços politicamente organizados com vista à reformulação das estruturas opressivas das sociedades ocidentais. O autor defende que as

⁶ Note-se que a palavra “orgulho”, que ao tentar traduzir a expressão “*pride*” não encontra uma equivalência semântica exacta, ganha aqui uma significação política que remete para um sentido de gratificação pessoal e/ou colectiva em virtude da conquista de uma posição social e politicamente reconhecida e legitimada da orientação sexual homossexual. Refira-se que *slogans* como “*Gay is Good*” ou “*We Love Our Gayness*” foram apropriados pelo movimento de libertação gay como tradutores do mesmo sentido de “orgulho” que presidiu aos *slogans* “*Black is Beautiful*”, proferido pelo movimento de libertação negra. Para um conhecimento mais preciso das equivalências semânticas e discursivas entre os movimentos Negro, Feminista e Gay vide, Altman (1982), Deitcher (1995), Escoffier (1998), Teal (1971) ou Weeks (1977, 1985).

⁷ Lembra-se que é entre os finais da década de 1960 e os meados da de 1970 que a Europa assiste a uma forte conturbação social e política, com epicentro histórico no Maio de 1968 em França e que, portanto, melhor se compreende que este país constituía referência também no domínio do movimento social organizado por lésbicas e gays.

Capítulo II

acções liberacionistas de gays e lésbicas contribuíram para a emergência de um combate organizado ao que designa por “violência simbólica”, referindo que “a opressão como «invisibilização» traduz-se por uma recusa de existência legítima, pública, quer dizer conhecida e reconhecida, nomeadamente pelo direito, e por uma estigmatização que nunca se mostra tão claramente como quando um movimento reivindica a visibilidade” (p. 101)⁸. Assim Bourdieu enfatiza que, por um lado, se a ordem hegemónica vota ao ostracismo, por outro ela é também um promissor campo de batalha para afirmação de identidades não-hegemónicas, que só assim se revestem de significação política, ao reclamar uma mobilização colectiva que denuncie e combata activamente esse ostracismo.

II. 2. 3. *Público e privado: territórios esbatidos no des-silenciar das sexualidades.*

A expressão “*coming out of the closet*”, que pode traduzir-se por “saída do armário”, condensa um significado histórico e colectivo referente às possibilidades, promovidas pelo movimento liberacionista gay e lésbico, de revelação pública (*i.e.*, de afirmação da homossexualidade no terreno social em que a heteronormatividade se impõe) de ser homossexual. Plummer (1995) refere que este significado preserva um sentido que lhe havia sido atribuído pela *Gay Liberation Front*, numa oposição semântica (e com a substância da mobilização colectiva rumo à transformação socio-política) ao *closet*. Efectivamente, vários são os autores que por “*coming out*” entendem a vontade histórica de afirmar e de imprimir visibilidade às identidades gay e lésbica, que através da saída colectiva do armário puderam ser mostradas e inscrever-se social e politicamente na legitimidade formal e social que deve presidir à cidadania (*e.g.*, Blasius & Phelan, 1997; Llamas, 1998; Murray, 1996; Plummer, 1995, 1996; Weeks, 1977). Como dissemos, os movimentos sociais fazem questionar em cada momento histórico a fronteira entre o “público” e o “privado”, já que em diferentes tempos e em diferentes lugares, “outras” identidades se vão des-privatizando e des-silenciando. No caso específico das identidades gay e lésbica, esta fronteira pretendeu fazer do *armário* uma impossibilidade de dar expressão colectiva à revelação do sujeito homossexual. Proferem Llamas e Vidarte (2001) a este respeito:

⁸ Por “violência simbólica”, e de encontro ao que temos defendido neste trabalho, Bourdieu designa os efeitos dos processos da dominação (seja esta exercida com base em critérios de etnia, género, cultura, orientação sexual, ...) que opera “através dos esquemas de percepção, de apreciação e de acção que são constitutivos dos hábitos [sociais e culturais] que fundam uma relação de conhecimento profundamente obscura” (Bourdieu, 1998, p. 32), obscuridade que subjuga a situações de vergonha, inferiorização, silenciamento, exclusão todos os que na cultura dominante não encontram reconhecido(s) lugar(es).

continuamos a considerar o «armário» como uma circunstância particular que se confunde, intencionalmente, com a intimidade e que, deste modo, nos impede de percebermos que em torno desse armário existe uma estrutura social e ideológica que pretende encerrar e silenciar todo um colectivo. «Sair do armário» deixará apenas de ser um acto politicamente significativo quando não houver armário do qual sair. (pp. 106-107)

Vimos também ser crucial ao (re)conhecimento colectivo e pessoal de si e dos seus “iguais” esta relativização do “público” e do “privado”, num processo que historicamente imprime significados distintos às qualidades morais de uma colectividade, às trocas relacionais que nela se desenvolvem, ao que pode e deve “esconder-se” ou, pelo contrário, “mostrar-se” (Bailey, 2000, 2002). As identidades gay e lésbica devem emergir necessariamente como expressivas e visibilizantes do corpo e do erotismo, da realização sexual, do desejo pelo mesmo sexo, numa vontade que deve ter a mesma medida das regências culturais, políticas, simbólicas de um (re)conhecimento de si e dos “seus” que à vivência heterossexual são oferecidas. Para Dean (2001), o verdadeiro problema histórico da homossexualidade foi o de que os corpos deveriam permanecer como entidades materiais cuja sexualidade não podia figurar no espaço público: “o homossexual sempre esteve impedido de alcançar a sua cidadania, porque os seus interesses sempre foram vistos como corpóreos e não espirituais, e por isso perigosos” (pp. 10-11). Possibilitar-se na troca corporal e íntima, enquanto modo de expressão e de (re)conhecimento de si, gostar-se como *um corpo que se é* e que se afirma pela validação social e visível do desejo partilhado e gratificante são aspectos que o movimento liberacionista gay e lésbico trouxe também nas suas intenções. A identidade homossexual quer-se como uma construção que se corporaliza, num processo de revisão contínua nuclear à construção pessoal e social da experiência e da expressão identitárias.

Produções de diferentes áreas disciplinares problematizam a fronteira “público”/ “privado”, dando a perceber a sua importância para a consciencialização crescente dos lugares da “diferença” que, numa relação com o lugar do corpo, permitiram à vivência homossexual uma afirmação socializada e potenciadora de um sentido de pertença a uma comunidade de “iguais” (e.g., Bersani, 1995; Browning, 1996; Eribon, 1999, 2000; Escoffier, 1998; Llamas, 2004). Browning (1996) diz-nos serem estes demarcados territórios da “diferença” sexual lugares nos quais quem os percorre (re)conhece a reciprocidade dos desejos, das relações, dos encontros sexuais e, nessa medida, lugares onde possível se

Capítulo II

torna a consolidação de uma “menor estranheza” face a essa “diferença”. As incertezas e as inseguranças do sentido de si como gay ou lésbica, podem converter-se, através desta *geografia (homo)sexualizada* mais ou menos permissiva à construção e à afirmação identitárias, num *nome* com um *lugar* sócio-cultural que lhe corresponde, pressupondo enfim uma comunidade que *está ali* e que auxilia a solidificação do percurso pessoal de gays e lésbicas. Mais ainda, e referindo Stychin (2001), “só com o fim de uma lógica binária que por muitos séculos pretendeu separar o público do privado [...] pôde a sexualidade encontrar terreno num conceito polivalente e integrado de cidadania” (p, 286).

II. 3. Acção política e linguagem: a homofobia e o heterossexismo.

A afirmação identitária por parte de gays e lésbicas reclama a aquisição de um sentido linguístico da “diferença” que é, também este, parte integrante de uma cidadania sexual. Que este sentido linguístico permitisse conduzir a mobilização transformativa dos quadros hegemónicos vigentes no funcionamento e na estrutura das sociedades democráticas contemporâneas foi intenção subjacente ao movimento social gay e lésbico (e.g., Carlson, 2001; Chambers, 2001, Louro, 1996, 2004).

O poder de “dizer não” aos modos culturais e políticos da uma (também) linguística hegemonia assume centralidade no contextos dos movimentos sociais, nas relações de poder que estes denunciam e rebatem, na tensão dialéctica entre o que quer *dizer-se* e o que tenta *calar-se*: “as lutas pela liberdade são sempre travadas com a linguagem e as pessoas ganham poder acrescido quando se tornam mais auto-reflexivas sobre o modo como a linguagem representa o mundo e como contribui para a organização social da realidade” (Carlson, 2001, p. 299). Deste modo, não é apenas o que se diz sobre a “diferença”, não é tão-somente a intenção estratégica de tornar mais poderoso o discurso normativo, que motiva a mobilização colectiva para afirmação das “diferenças”. É também o que a estas “diferenças”- muitas vezes de modo subtil, enraizado, ideológica e historicamente construído - se interdita. Por esta razão ganha a linguagem, na política da identidade, um sentido amplo que transcende a palavra oral, um simbolismo que é substrato mais profundo do discurso falado e que merece atenção pelos modos como concreta e/ou simbolicamente sonega a expressão do não-hegemónico. A deliberação e a vontade pluralista da construção democrática pressupõem uma constante atenção às tentativas de sobreposição de “umas” linguagens a “outras” (da linguagem do “masculino” sobre o “feminino”, do “heterossexual” sobre o “homossexual”, do “branco” sobre o “negro”...), pelo

que a cidadania deve necessariamente ser também *linguisticamente diferenciada*, dando voz a diferentes “actores gritantes em cenários silenciadores” (Carneiro, Gouveia & Menezes, 2003). Tendo dado conta das *novas acções* que o movimento liberacionista gay e lésbico fez nascer como modo de consciencialização colectiva e política da “diferença”, se atenderá agora à forma como estas novas acções resultaram, por inerência, em construções de *novas linguagens*. Dois modos de “discurso opressor” – no sentido amplo que à linguagem imprimimos – serão merecedores de atenção: a homofobia e o heterossexismo.

II. 3. 1. Heterossexismo ou a privilegiada condição da “não-diferença”.

Foi Morin (1977) quem primeiramente definiu “heterossexismo” enquanto “sistema de crenças que valoriza a heterossexualidade como superior à e/ou mais «natural» que a homossexualidade” (p. 629). O heterossexismo representa um sistema de valores, crenças e costumes destinados à estigmatização de qualquer forma não heterossexual de identidade. Na opinião de Herek (1993), dois grupos de ideologias suportam estrategicamente o heterossexismo: (i) as que mais directamente se prendem com a sexualidade e a sua “privatização” e (ii) as que se relacionam com a distinção “masculino”/ “feminino”. A primeira destas classes ideológicas resulta numa lógica perversa de desigualdade entre o reconhecimento da homossexualidade e a heterossexualidade, porquanto à heterossexualidade se possibilita uma legitimação pública que não tem equivalente na vivência homossexual. Com o conceito de heterossexismo lido à luz deste grupo de ideologias se interroga, portanto, que sentido faz que a heterossexualidade venha a assumir reconhecimento formal e social sem que o mesmo aconteça com a homossexualidade.

O segundo tipo de configurações ideológicas, relativas à representação dicotómica do “género”, suporta mecanismos de estigmatização consubstanciados no facto de a homossexualidade ser habitualmente perspectivada como violação das “normas” identitárias e da relação que estrategicamente se pretende linear entre estas “normas” e os papéis de género: o gay resulta, então, como figura que se representa culturalmente como “menos masculino” ou um “não-tão-homem” quanto o heterossexual, a lésbica como “menos feminina” ou como “incompleta mulher” por referência à mulher heterossexual. Decorrem desta classe de ideologias a representação sócio-cultural da ideia de uma “maior promiscuidade” entre homossexuais do que entre heterossexuais, a falácia da impossível durabilidade das relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo e a lógica de que ser

Capítulo II

homossexual é (mormente) *ser práticas sexuais* (Herdt, 1987; Jackson, 1999; Katz, 1995; Perchuk & Posner, 1995).

Justamente porque é cultural a representação do amor e do desejo, justamente porque só nessa representação se valida socialmente a sua relevância, não pode a uma estrita atribuição essencializada, biologizante e linearmente relacionada com as representações culturais do “género” limitar-se o *ser* homossexual, do mesmo modo que a tal atribuição e a tal relação não pode limitar-se o *ser* heterossexual. A associação entre as representações do género e o reducionista entendimento da homossexualidade às práticas sexuais é analisada por Levy (2004), autora que refere que

os indícios da homossexualidade não podem vir de marcas sexuais, as tais marcas socialmente construídas [...], e daí os estereótipos do homem efeminado ou da mulher masculinizada [...]. A evocação da homossexualidade dá sempre a impressão de que é de sexo que se fala, o que confere aos homossexuais uma aura de excesso de práticas, já por si duvidosas. (p. 210)

Tem sentido dizermos aqui que à institucionalização da desigualdade entre homens e mulheres - denunciada na noção de “heterossexualidade compulsiva” proposta por Rich (1980) – se deve também a sustentação da ideologia heterossexista. A heterossexualidade compulsiva apresenta-se como um pressuposto (ao qual somos tendencialmente acríticos por nele sermos progressiva e inevitavelmente socializados), de que homens e mulheres são mutuamente atraídos entre si com base num impulso ou num inatismo que da heterossexualidade faz regra universal. Para Rich, as estratégias sócio-culturais e políticas destinadas a enclausurar as mulheres no território (sexual) masculino, devem levar-nos, imprescindivelmente, à interrogação sobre os modos de imposição da heterossexualidade como meio de garantir e de sobrevalorizar o direito masculino e heterossexual de acesso às esferas social e cultural das sociedades democráticas. Posto isto, melhor se percebe que tenham sido comuns os propósitos de luta das mulheres e dos homossexuais contra a opressão: se sob o regime da heterossexualidade compulsiva os homens sempre controlaram a vida das mulheres (incluindo a sua sexualidade, as actividades que estas desenvolvem no quadro da maternidade, o seu trabalho ou o seu acesso ao domínio do conhecimento), então excluídos resultaram quer os homens quer as mulheres incumpridores dos padrões que a uns e a outras a heterossexualidade compulsiva pretendeu distintamente atribuir. As mulheres que escapam a este padrão, duplamente discriminadas são se forem lésbicas, e discriminados são também os homens que não alcançam a “superior” expressão

e o “superior” estatuto de cidadania que a heterossexualidade, mais ainda se aliada à masculinidade, favorece.

II. 3. 2. Homofobia ou a “diferença” destinada à (re)negação.

Algum risco existe em dizer que o movimento social gay e lésbico quebrou o encarceramento social a que esteve e está votada a “diferença” sexual: este risco reside no quanto possa a acção colectiva protagonizada por lésbica e gays parecer uma definitiva resolução das dificuldades levantadas à “diferença” do desejo e da(s) identidade(s). Se, como dissemos, não tem paralelo histórico o que este movimento trouxe de consciência acrescida dessa “diferença”, de luta organizada contra esta discriminação e de possibilidade de pertença a redes de socialização mais visíveis e politizadas na partilha de interesses e necessidades identitárias, é ainda em torno dessa “diferença” que o movimento gay e lésbico se vê necessitado a operar. Sobre uma “diferença” que se quer afirmada quando não descaracteriza e que pretende deixar de sê-lo quando se vê inferiorizada.

Desta inferiorização e do seu exercício dá conta a noção de “homofobia”, inicialmente circunscrita por Weinberg (1972) como “pânico de partilhar um mesmo espaço com homossexuais” (p. 4) ⁹ e concretizada no medo e/ou no evitamento irracional suscitados pela presença, real e/ou imaginada, de homossexuais. Dizermos presença real e/ou imaginada é importante, porquanto a homofobia se revela num conjunto de atitudes, valores, práticas de hostilidade dirigidas tanto a quem (de modo mais ou menos explícito) revela uma sexualidade não-normativa como a quem “indicie” esta não-normatividade sexual: *parecer e/ou ser* não-heterossexual são formas igualmente potenciais de experienciar discriminação homofóbica.

Adicionalmente, é importante perceber que a homofobia se apresenta como a face visível do sistema ideológico heterossexista que lhe dá substrato: porque repressivo e veiculado pela homofobia, o heterossexismo reforça sistematicamente a dificuldade de aceitação da “diferença” sexual. Na relação com o que fizemos notar sobre as implicações essencialistas que estão simbolicamente anexadas ao heterossexismo e concretamente representadas na homofobia, citamos Borrillo (2000):

o impedimento a violências dirigidas sobre gays e lésbicas constitui uma salvaguarda não somente para estes mas para toda a tentação identitarista: não é em função de uma

⁹ No original: “the dread of being in close quarters with homosexuals”.

Capítulo II

qualquer pertença a uma «natureza», a uma «essência» ou a um grupo uniforme que gays e lésbicas devem ser protegidos. É a homofobia “do escritório”, e não a homossexualidade da vítima, que se deve tornar objecto de opróbrio e de sanção. (p. 121)

Antes de mais, frisamos a questão da “homossexualidade monolítica”, de *uma* uniforme modalidade de *ser* homossexual que deriva das intenções preconceituosas, essencialistas e estereotipificantes do heterossexismo. Pensar a homossexualidade como um modo único de *ser* implica uma simplificação que é a base do estereótipo e da atribuição de propriedades universais às múltiplas vivências que à homossexualidade estão associadas. Nesta linha de abordagem se percebe que Borrillo se reporte aos riscos de um *identitarismo*, porque do preconceito deriva necessariamente este *ismo*, ou uma estereotipificação que de encontro vai à tentativa universalista que vimos ser nefasta à necessária diferenciação da cidadania. De resto, é com base no respeito pelas “diferenças na diferença” que a expressão homofobia tem vindo a ser transposta e alargada para designações como lesbofobia, bifobia, transfobia..., designações relativas ao reconhecimento de vivências multiformes que a defesa das especificidades identitárias no domínio da orientação sexual e do género reclama.

Interessa igualmente sublinhar a metáfora da “homofobia do escritório”. Se, como dissemos, é tanto nas práticas sociais quanto nos mecanismos de validação formal, normativa, institucional que o heterossexismo se dissemina, nos mesmos domínios se encontrará, logicamente, a homofobia¹⁰.

Mas merece críticas, contudo, o conceito de homofobia (e.g., Blumenfeld, 1992; Davies, 1997; Evans, 2000; Kitzinger, 1996; Logan, 1996; Perkins, 1996; Walters, 1995). A homofobia pode, segundo estas críticas, ser socialmente encarada como permissão para perpetuar a opressão sobre os homossexuais, já que remetendo para *fobia* deixa em aberto a noção de uma repulsa a que não pode fugir-se, de um medo incontrolável (*fóbico*) de que aqueles que a exercem gratuitamente podem demitir-se. Logan (1996) propõe, em alternativa a homofobia, a expressão “homopreconceito” com base numa tríade de reflexões: (i) o questionamento da validade dos instrumentos destinados à avaliação da homofobia, por não permitirem estes a captação de uma sintomatologia verdadeiramente fóbica (dado

¹⁰ A expressão empregue no original é a de “*l’homophobie du bureau*”. Literalmente traduzida, a palavra “*bureau*” designa escritório, gabinete, lugar institucional, assim corroborando que no quadro crítico da cidadania gays e lésbicas se vêm votados a dispositivos constitucionais, institucionais, formais impeditivos do seu reconhecimento. Mas a expressão utilizada revela uma mais fina implicação, quando se sabe que é também designante, em jeito idiomático, de “carrasco”, “perseguidor”, “condenador”, o que nos remete para a vertente das práticas sócio-culturais que auxiliam a validação formal da discriminação sobre a “diferença” sexual.

que não é de um medo extremo que se trata); (ii) a abrangência ampla (logo, não comportada num conceito linear de homofobia) das modalidades de expressão das respostas culturalmente adversas à homossexualidade e (iii) o facto de a discriminação contra os homossexuais estar sancionada por mecanismos legais que radicam em *rationales* (religiosos, ideológicos, psicopatológicos) que uma tal noção não exprime de modo substancial.

Kitzinger (1996) defende ainda que a associação da expressão homofobia a uma entidade de ordem clínica e a leitura individual(izada) da mesma nos leva a negligenciar os mecanismos (sociais, culturais, ideológicos e não individuais) que motivam a (re)negação da “diferença” sexual. Salientando o poder opressivo da linguagem, esta autora alerta para a consciência crítica necessária ao entendimento das implicações do termo “homofobia” e do quanto estas implicações devem subsistir à compreensão psicológica das situações de opressão a que a “diferença” sexual tem sido histórica e sistematicamente sujeita: “estamos fartos de uma psicologia [...] para a qual a classificação dos *homossexuais* e dos *homofóbicos* como doentes sempre foi muito menos ameaçadora do que qualquer tentativa de abordar estas questões em termos políticos” (p. 10).

Acrescente-se que expressões como “heterossexismo” e “homofobia” são insatisfatórias quando queremos captar globalmente a realidade discriminatória em que se movimentam gays e lésbicas, tendo em conta que tais expressões remetem para o que é *de facto*, para o que *acontece*, sem permitirem uma clara captação do que *não está* ou o que *não se vê*: “a maior parte destes termos [...] são interpretados como referindo-se ao que acontece. Numa sociedade opressiva, não é necessário [...] que nos batam, assassinem ou torturem para que nos asseguremos do nosso silêncio e da nossa invisibilidade” (Kitzinger, 1996, p. 11)¹¹.

II. 4. SIDA: retrocesso e re-impulsão do movimento social gay e lésbico.

Uma vasta literatura se debruça sobre os impactos da SIDA na (re)configuração das identidades sexuais (e.g., Bersani, 1995; Bounan, 1992; Cascais, 1997; Colomina, 1992;

¹¹ Outras designações como “homossexoaversão”, “anti-homossexualidade” ou “homo-rejeição” têm sido propostas como preferíveis à de “homofobia”, nesta lógica de transladar do sujeito para as estruturas sociais e políticas a discriminação exercida sobre a “diferença” sexual (cf. Davies, 1997). Não pretendendo resolver os impasses linguísticos em torno da noção de “homofobia” nem a criação de uma expressão inédita e alternativa às que foram revistas, mais nos interessa que fiquem registados os questionamentos sobre o alcance semântico, social e político desta noção. Ainda que conscientes de tais questionamentos, manteremos doravante a expressão homofobia pelo facto de esta permanecer como a mais recorrentemente utilizada nos estudos dedicados às identidades gay e lésbica.

Capítulo II

Eribon, 2000; Grmek, 1994; Weeks, 1996, 2000). Esta vastidão é naturalmente justificada pelo que foi e continua a ser a preocupação médica, social, psicológica com o flagelo, com os intentos de prevenção que lhe estão associados, com a sua crescente propagação, com o questionamento do conceito de “grupo de risco” (hoje substituído pelo de “comportamentos de risco”), num arsenal científico e mediático que complexifica a compreensão do fenómeno-SIDA.

Aqui nos importa especificamente atender ao que a pandemia reequacionou sobre os avanços que nos países anglo-saxónicos e nos Estados Unidos da América o movimento gay e lésbico havia alcançado, em momentos precedentes ao da descoberta da doença, na luta pela afirmação identitária. Às marcas de fragilização biológica se vieram juntar os intensos processos de estigmatização social que a SIDA fez lançar sobre os sexualmente “diferentes” e a que Bounan (1992) deu nome de “infecção ideológica”: velhas rejeições e perseguições da homossexualidade atingem, com a pandemia, novo fôlego e (conta)minam a representação social que sobre ela se desenvolve. Com esta dupla pandemia – feita de frentes de ataque tanto biológicas quanto sociais – vai recair sobretudo sobre os homens homossexuais uma representação que os desenha como detentores dos indesejáveis, condenáveis, perigosos desejos e comportamentos, sem que as mulheres lésbicas figurem, no que de registo histórico temos hoje sobre a infecção, como similarmente “nefastas”. Larry Kramer, um dos fundadores da *GMHC - Gay Men's Health Crisis* (primeira organização não-governamental de apoio a indivíduos infectados com o VIH nascida nos Estados Unidos da América), dizia em meados da década de 1990: “a preservação da nossa existência como gays à face da terra corre perigo. Se não lutarmos pelas nossas vidas, morreremos. Nunca antes, *em toda a história da homossexualidade*, estivemos tão perto da morte e da extinção [itálicos adicionados]” (Kramer, 1997, p. 27).

No tocante à concentração geográfica de gays e lésbicas e da visibilidade crescente que esta concentração lhes teria possibilitado, já uma sócio-historiografia urbana anterior ao aparecimento da SIDA (cf. Bersani, 1995; Boswell, 1980; Browning, 1996; Colomina, 1992; Eribon, 1999; Greenberg, 1988; Herdt, 1992; Weeks, 1985) caracterizava as cidades como “lugares de doença”: “a cidade sempre foi vista como lugar da doença [...], como lugar de perdição e promiscuidade por excelência, o espaço da liberdade sexual e, por consequência, da corrupção dos corpos e das almas” (Eribon, 1999, pp. 68-69). O lugar citadino dos “diferentes” sexuais adquire com a SIDA um sentido reforçado de espaço de concentração de castigos, ora vistos como “representação colectiva de se encontrar enfim a merecida

represália de Deus sobre o pecado contra-natura” (Bechtel, 1998, p. 244), ora como designio biológico para fazer anular toda a diferença e a miserável doença que era de há tantos séculos a homossexualidade (Altman, 1982)¹². Os esforços higienistas que alicerçam um longo passado de tentativas de aniquilação do desejo e da expressão homossexuais ganham com a pandemia um terreno inigualável para as possibilidades de malograr os sexualmente “diferentes”.

Identificados os homens homossexuais como “grupo de maior risco” de contracção e disseminação do VIH, os programas de saúde pública, de prevenção e de tratamento versaram, de início, as práticas homossexuais masculinas. Também nos primeiros anos da pandemia reside uma explosão de processos socio-políticos autorizantes e validantes da lógica heterossexista, postos em prática com “incessantes e paranóicas rusgas policiais, ameaças físicas e verbais em público, registos judiciais infundáveis, detenções, humilhações e violências em graus diversos destinados ao aprofundamento da estranheza e/ou da aniquilação do corpo homossexual masculino” (Browning, 1993, p. 162).

Como nos diz Malone (2000), uma confusão entre o que representava já a *gay liberation* – nos seus propósitos de afirmação identitária e sexual(izada) da “diferença” – e o que então começava, em virtude da pandemia, a ler-se como genérica permissividade sexual que os gays representavam, acarretou um retrocesso face ao que se tinha conseguido na afirmação, sem vergonha, da identidade e do corpo homossexuais, agora (re)vistos como inevitavelmente maus, promíscuos, menos permitidos (e preferencialmente não-permitidos) do que o corpo heterossexual. A representação cultural do *lugar*, do *nome*, do *corpo* não-heterossexual remete, de novo, para o “perigo” de uma “outra” sexualidade, assim se sobrepondo ao que de social o movimento liberacionista trouxera para uma agenda política obstinadamente focalizada na intervenção biomédica.

Contudo, estes *lugares e corpos* da “conspurcada” “diferença” sexual vieram a revelar-se como forças re-impulsionantes do sentido pessoal e colectivo de afirmadamente *ser* homossexual: “a cooperação activa dos grupos tradicionalmente estigmatizados, ou o forçar da acção social e política dessa cooperação por parte de comunidades como a comunidade *gay*, [...] impôs a sua resistência ao *backlash* a que a pandemia a votou” (Cascais, 1997, pp. 19-20). O que a mobilização de gays e lésbicas viu de ameaça à afirmação com o impacto social da SIDA e com as intenções de substancialização (corporal e

¹² Na sua primeira designação, a SIDA é referenciada como *GRID* – *Gay Related Immunodeficiency Disease* ou “cancro gay”, expressão claramente denotativa da “correção biológica” que à homossexualidade se desejou conferir (Grmek, 1994).

Capítulo II

identitária) e de essencialização “correctível” do corpo doente e da debilitação corpórea, teve como volte-face o fortalecimento de redes, da visibilidade e da construção de espaços reafirmados. Daqui deriva a ideia que acaba por ser a SIDA a adaptar-se às necessidades e capacidades afirmativas dos colectivos gays e lésbicos e não, como os alvares da doença faziam pressupor, o sujeito homossexual a coadunar a vivência e a expressão da sua identidade à pandemia, que assim resulta moldada aos esforços de controlo e às estratégias de visibilidade e de práticas seguras que a comunidade gay soube desenvolver. Defert (1990) defende, nesta óptica, que foi possível uma *homossexualização da SIDA*, em detrimento de uma *pandemização da homossexualidade*.

Subsidiariamente à fortificação do movimento gay e lésbico e das suas nucleares intenções, a pandemia chamou também a atenção para questões sociais como a subcultura da toxicodependência, os riscos agravados das práticas da prostituição ou a acentuação do desmoronamento biológico, social e cultural dos países do Terceiro Mundo: ao intersectar questões políticas e ideológicas capazes de afectarem diferentes grupos identitários, ao permitir perceber de forma mais real os múltiplos posicionamentos destes grupos na hierarquia social com “estigmas sobrepostos” do biológico e do cultural, os movimentos sociais suscitados pelo devir da pandemia foram semente de movimentos sociais mais vastos (Almeida, 1994).

Na dobragem da década de 1980 para a de 1990, as estratégias políticas da organização norte-americana *ACT UP – AIDS Coalition To Unleash Power*, assumem protagonismo central na luta contra a SIDA: diligências culturais, sociais e políticas, caracterizadas por demonstrações públicas e protestos de grande impacto mediático, foram feitas pela ACT UP com vista a forçar os decisores políticos a negociarem com os activistas da SIDA respostas governamentais eficazes no combate à doença (Rimmerman, 2000). Num modo de activismo político caracterizado pelo exercício da acção directa sobre as políticas de saúde pública, bem como sobre a reivindicação de uma urgente necessidade de criação de infra-estruturas socio-económicas capazes de auxiliarem os doentes de SIDA, a *ACT UP* transportou para o domínio sócio-político de combate à pandemia os propósitos de afirmação identitária que o movimento liberacionista gay e lésbico das décadas de 1960/70 tinha iniciado. Se a *Gay Men's Health Crisis* pretendeu sobretudo sensibilizar as instâncias políticas e o público em geral para os perigos biológicos e sociais que a SIDA ia fazendo avolumar, a *ACT UP* foi mais radical na sua intervenção socio-política, pressionando

as instâncias oficiais para que tomassem medidas concretas e implementassem programas de combate à doença¹³.

Mas como se fizeram, em redes de apoio mais directas, este *nome*, este *lugar*, este *corpo* pela SIDA reafirmados na sua “diferença”? O sofrimento e o isolamento a que os doentes se viram condenados levaram à formação de redes solidárias junto dos próprios infectados, dos seus familiares e dos seus amigos. Foi rápida a percepção social de que a terrível devastação humana tinha suporte tanto biomédico quanto cultural e que a exclusão dos doentes se devia, em grande medida, aos rótulos sociais que se lhes impunha. Para Kübler-Ross (1987), era sobretudo a “rejeição social, a falta de compreensão para com o que estava acontecendo, [...] visto que a pessoa se via condenada a morrer para a sociedade desde o momento do diagnóstico” (p. 258), que se mostrava reveladora de uma imperativa necessidade de traslocação da exclusividade do apoio médico (exclusividade que tinha motivado, designadamente, a criação de asilos para infectados com o VIH) para a muito mais necessária solidariedade social em torno da doença. O “lugar da SIDA” começa então a formar-se como espaço de solidariedade que amigos e familiares dos doentes permitem transformar em condenação activa face ao estigma e deslocar o ódio do doente sobre si próprio para um ódio sobre os ódios que sobre ele recaíram num longo passado histórico-ideológico. Vem, todavia, a ser mais do que isso este “lugar”, já que com a SIDA, se tornou evidente que os homossexuais se encontravam de novo com a família, recebidos como filhos doentes e dignos de “morrerem em casa, espaço de onde muitas vezes haviam sido expulsos e onde encontravam uma reintegração que a doença impulsionava” (Malone, 2000, p. 142).

Neste “retorno a casa” se torna possível um caminho familiar que obriga à necessária confrontação dos pais com a orientação homossexual dos seus filhos infectados, com a progressiva aceitação da “diferença” destes filhos, processos que vêm a gerar, com especial saliência no contexto norte-americano, possibilidades para a criação das primeiras organizações não-governamentais de pais de gays, lésbicas e bissexuais (cf. Defert, 1990; Escoffier, 1998; Malone, 2000). Não apenas, pois, de uma visibilidade do sujeito sexualmente “diferente” se trata, mas também da visibilidade das suas famílias, dos seus companheiros e amigos, criando redes que, mais do que “apenas estarem ali”, contribuem

¹³ Repare-se, pois, como no contexto mais específico do combate à pandemia se reproduz a mudança histórica anteriormente sistematizada a respeito do movimento gay e lésbico de um modo de acção com intenções homofílicas para uma estratégia socio-política de inspiração liberacionista. Contudo, e como refere Rom (2000), as medidas e acções políticas da *ACT UP* não conseguiram o estabelecimento de uma presença institucional perdurante: a radicalidade das suas tácticas confrontativas na luta contra a SIDA levou ao abandono de alguns dos seus membros e muitos dos seus activistas foram entretanto desaparecendo em virtude da morte pela infecção.

Capítulo II

para a integração e para a afirmação reforçada desta “diferença” no espaço da sociedade civil, ao perceberem que o problema da SIDA a todos e todas diz respeito.

O tema da corporalização volta, agora emoldurado pelas questões colocadas a respeito da SIDA, a assumir papel crucial no entendimento da política da identidade gay e lésbica e no que esta suscita de mobilização afirmante da “diferença”. Sublinha Llamas (2004) que o corpo foi, paradoxalmente, espaço de sujeição e ponto de partida para a luta contra a estigmatização sobre a homossexualidade, que ele foi um *espaço de si* na relação com o *outro*, a partir do qual não se tornou necessário lutar tanto sobre os critérios de dominação como contra a própria pandemia. Como aponta o autor, se a responsabilidade e a autonomia são processos colectivos e pessoais imprescindíveis à emancipação e ao sentido de cidadania, são-no, por extensão, ao ensejo por parte da comunidade lésbica e gay de enfrentar de modo radicalmente afirmado a realidade biológica e socialmente ameaçante da SIDA: “votar qualquer grupo identitário à exclusão é torná-lo mais vulnerável à contaminação. A negação do corpo homossexual foi estratégia perniciosa contra a qual múltiplos grupos de luta gay e lésbica se revoltaram no decurso evolutivo da pandemia” (pp. 346-347). Tendo alinhavado estratégias que tenderam a uma transcendência do corpo, muitos grupos de intervenção na defesa dos direitos gays e lésbicos desenvolveram uma preocupação mais centrada em questões como a existência social, a participação política ou a integração laboral com vista ao alcance de um estatuto politicamente reconhecido de igualdade e, com isto, o corpo e as subjectividades inerentes à gestão deste mesmo corpo foram sendo indesejavelmente negligenciadas: o sexo vivido, manifestante de desejo e validante da corporalidade como dimensão nuclear da identidade não-heterossexual esteve, por longo tempo, esquecido da identidade não-normativa. É no reverso deste silenciamento que a exposição da corporalidade e dos seus prazeres, de um corpo levado à sua expressão, que se dá efectivo lugar à construção de comunidades plurais, numa reivindicação mais radical de (re)conhecimento, através de uma forma mais radical de expressão e com maior potencial de transformação que as de integração subtil e medrosa na busca de um pedido pela tolerância.

Ao mesmo tempo, o controlo da pandemia, e tal não pode ser esquecido, é necessariamente um *modus operandi* de combate à ideologia heterossexista e aos seus esmagadores efeitos de silêncio sobre “outras” práticas sexuais que não as normativamente designadas. Para lhes dar resposta é preciso delas falar, delas ter conhecimento, pelo que

tiveram elas que ser mais faladas e expositivamente subversivas do que em qualquer outro momento histórico.

II. 5. *Aqui e Além da(s) sexualidade(s): entre Gay e Queer.*

Na década de 1990, vai surgir um importante corpo teórico de reflexão crítica sobre as identidades: a Teoria *Queer* (Buttler, 1990, 1993; Jagose, 1996; Llamas, 1998; Sedgwick, 1990; Warner, 1993). Na base da reformulação que este corpo teórico oferece sobre a identidade está a categorização rígida da “sexualidade” e do “género” e a atribuição a estas categorias sociais de um sentido essencialista que compromete a sua contextualização social, cultural e política. Repensar a(s) identidade(s) com base nas propostas *queer*, também habitualmente designadas como “pós-identitárias” (e.g., Butler, 1993; Jagose, 1996; Louro, 2004), é repensar as políticas da identidade e os movimentos sociais que lhes correspondem.

Para o *Queer*, a história do movimento gay e lésbico está marcada pela defesa de uma concepção linear e binária – de oposição da “homossexualidade” à “heterossexualidade”, do “feminino” ao “masculino”... - que reproduz, afinal, a ordem social hegemónica contra a qual tal movimento se insurgiu (Roseneil, 2002; Levy, 2004; Seidman, 1996, 2001). A sobreposição da categoria “homossexualidade” a outras categorias de “diferença” sexual e/ou de “género” (e, por consequência, o entrave a que modos não-hegemónicos de expressão identitária ganhem voz no terreno social e político) fazem do *Queer* um corpo teórico que defende uma mais ampla mudança social, já não apenas no sentido de afirmar a “diferença” sexual mas de lutar activa e radicalmente contra qualquer forma de opressão. Mais do que afirmar e tornar visíveis identidades “minoritárias”, o que passa a estar em jogo é a oposição radical a qualquer modo estratégico de exercício da opressão, quaisquer que sejam os critérios (“orientação sexual”, “género”, “raça”, “etnia”...) que social e culturalmente demarcam a noção (já esta, em si mesma, discursivamente construída) de “minoria”. Vai esta crítica à construção social e cultural da “minoria” estender-se, paralelamente, aos dispositivos teórico-científicos de abordagem da “diferença”: as teorizações do “não-normativo” comportam semânticas, interrogações e opções de pesquisa que são, elas próprias, portadoras de um significado político, mais ainda quando da “diferença” e da diversidade se ocupam. Por isso nos fala Sedgwick (1990) de uma “epistemologia do armário”: sobre a compreensão binária da “identidade” e do “género” é a

Capítulo II

produção académica não só pouco crítica (quando não acrítica) a respeito da construção cultural destas categorias.

O sujeito vai assim ser (re)pensado como vivenciando uma “não-normatividade” que relativiza as fronteiras do *centro* e da *margem*, dos limites levantados aos papéis que socialmente lhe são oferecidos como múltiplas possibilidades de construção identitária, na vasta heterogeneidade e nas constantes mudanças das vivências colectivas e pessoais contemporâneas¹⁴. Em virtude destes questionamentos, da radicalidade da acção (que os combates colectivos contra a SIDA haviam feito nascer) e da correspondente radicalidade de perspectivação da “diferença” e da “norma” se justifica que neste momento do nosso trabalho figurem as propostas *Queer*. Ainda que tendo como intenção interrogar amplamente as múltiplas formas expressivas e vivenciais de identidade, é por ter tomado inicialmente como âmbito de análise o “género” e a(s) sexualidade(s) que a Teoria *Queer* se integra neste capítulo da presente dissertação.

A noção da centralidade do sujeito, da sua fixa(da) consciência e da sua essencial identidade dão lugar, na compreensão pós-estruturalista (e.g., Derrida, 1991, 1994; Foucault, 1994; Hall, 1996, 1997) que está na raiz conceptual do *Queer*, a uma perspectiva segundo a qual, “mais do que antes, outros discursos emergem e buscam a sua imposição; estabelecem-se controvérsias e contestações, afirmam-se, política e publicamente, identidades silenciadas e sexualmente marginalizadas” (Louro, 2001, p. 32). O que havíamos anteriormente sistematizado sobre a *anti-identity politics* vem encontrar no *Queer* substância, porquanto estas posições teóricas se insurgem contra a política das identidades gay e lésbica, no modo crítico como a esta política tecem considerações e lhe propõem uma maior radicalidade de oposição contra a produção social, cultural e ideológica da “diferença” e dos modos estrategicamente políticos de exclusão e marginalização dessa “diferença” (Butler, 1993; Carlson, 2001; Warner, 1993).

As discussões que, já antes do *Queer*, os movimentos sociais e a política da identidade haviam suscitado a respeito do corpo, da intimidade, do desejo, assumem maior complexidade e centralidade neste reequacionamento pós-estruturalista. A corporalização, a forma como o corpo é, também ele, investido de sentidos políticos e transportador substancial de discursos (da “diferença” e da exclusão) são aspectos nucleares do

¹⁴ A radicalidade da afirmação do “género” assume, nas produções *Queer*, paralelismo com a radicalidade na defesa dos direitos em torno da orientação sexual. Com inspiração em trabalhos que repensam à luz da teoria crítica o feminismo (Fausto-Sterling, 1992; Jackson, 1999; Jackson & Scott, 2002; Rich, 1980; Scott, 1998), a interrogação sobre as relações de poder alicerçadas nas estruturas patriarcais da contemporaneidade é a base para o *queering* da categoria “género” e inspira o pendor crítico que recai sobre qualquer relação social que seja caracterizada pela desigualdade e pela exclusão.

pensamento *Queer*. Se do corpo e do seu controlo politicamente normalizador se haviam ocupado algumas das reflexões teóricas nascidas da radicalidade de transformação social e simbólica catalizada pela SIDA, com o *Queer*, e sobretudo com Butler (1990, 1993), estas reflexões enfatizam acrescidamente a não-representatividade social e política de “outros” corpos, de corpos remetidos para a “margem”. Transexuais, transgéneros, travestis, *tramps...*, procuram mais radicalmente do que outrora ganhar voz. Aliás, Butler define numa entrevista o seu trabalho como uma produção teórica cujo “objectivo é o de fortalecer um campo de possibilidades para a vida corporalizada [...], [questionando] a abjecção jogada sobre determinados tipos de corpos, a inadmissibilidade dos mesmos perante determinados códigos de inteligibilidade e perante determinados sistemas políticos” (Mejer & Prins, 1998, p. 277). “Género”, “sexualidade”, “corpo” são categorias discursivas que reflectem o social, que encerram modos simbólicos e icónicos, regras e intentos de normalização. Não se sonega, na Teoria *Queer*, a materialidade dos corpos, mas mais se enfatiza que é nas práticas e nos processos discursivos que o corpo se define, tal como acontece com o “género” ou a “sexualidade”: não há corpo que não seja produzido na cultura, “descrito, nomeado e reconhecido na linguagem, através dos signos, dos dispositivos, das convenções e das tecnologias” (Louro, 2004, p. 81)

Não está isenta de críticas a Teoria *Queer*, críticas que representam já um substancial volume de trabalhos teóricos (e.g., Carlson, 2001; Halperin, 1995; Hostetler & Herdt, 1998; Jagose, 1996; McNay, 1998). Desde logo, salientam estas críticas que o *Queer* cria uma barreira de obscuridade às especificidades da experiência subjectiva e/ou grupal da “diferença”, das necessidades e das reivindicações sociais e políticas que os sexualmente “diferentes” têm historicamente elaborado. Um vácuo de compreensão da subjectividade é assim apontado às propostas *Queer*, na ausência de uma perspectiva que contemple cuidadosamente a experiência psicológica que em redor da(s) identidade(s) se constrói, quase que num total desinteresse das fenomenologias individuais que presidem à elaboração identitária (Jagose, 1996). Decorrente desta crítica é o facto de que lésbicas e gays, neste esbatimento das suas subjectividades e dos significados atribuídos à sua acção, se vêem encerrados a um “novo armário” (Halperin, 1995): encerrados ficam os indivíduos numa impossibilidade de combate ao normativo se focalizados nos riscos de reprodução de dicotomias taxonómicas que estruturam o político e que dão mote à acção combativa da opressão. Uma desespecificação política da acção colectiva conduz a ignorar os modos através dos quais as formações sociais existentes continuam a oprimir e a fazer sofrer de modo

Capítulo II

intenso lésbicas, gays, bissexuais ou outros “cidadãos de segunda ordem” (Hostetler & Herdt, 1998).

O *Queer* tem vindo, como Jagose (1996) aponta, a caminhar para uma abstracção ou intelectualização que desemboca na ineficácia política: porque desconstrói a identidade, então também encoraja uma apatia política, tanto por parte do sujeito que pela sua “diferença” continua a ter que lutar, quanto por parte das comunidades politicamente organizadas que auxiliam e integram a luta individual. O racional primário de uma política da identidade – que é o de uma identidade nomeada e o de um sentido colectivo da sua vivência – é base para a acção política, para a mobilização contra as situações de opressão que justificam um sentido de comunidade. O próprio facto de muitos gays e lésbicas serem relutantes a se auto-definirem como *queer* é já tradutor de um significado que permanece na noção de *gay*, enquanto sujeito afirmado, libertado, mobilizado e combativo, sujeito para quem “*gay*” permanece como categoria estável e base nomeante e nominativa do combate à opressão. Esta rejeição da auto-denominação *queer* prende-se, por um lado, com o facto de alguns homossexuais não se reverem na fluidez da sexualidade defendida pelo *queer* e, por outro, pela semântica pejorativa recorrentemente associada nessa denominação (Escoffier, 1998).

Entre o *aqui* e o *além* das sexualidades, entre *gay* e *queer*, continua a ser necessário, e retomando a proposta de Íris Marion Young (1995), não esquecer que “a homogeneidade suprime publicamente as diferenças de grupo e, na prática, conduz de modo forçado os grupos excluídos a serem apreciados de acordo com normas derivadas de e definidas por grupos privilegiados [*i.e.*, com poder hegemónico]” (p. 181). *Imperialismos, marginalizações, desprotecções, violências e exclusões* permanecem à nossa volta, todos os dias, em cada canto - explícito ou omissos - que nos espreita: como mecanismos ao estratégico serviço da opressão, não perderam ainda o sentido de uma base de continuidade significativa e significada à luta que (também) gays e lésbicas ergue(ra)m pelo reconhecimento formal e social da sua cidadania. Como Stychin (2001) advoga, apesar de tantas vezes a cidadania se ter mostrado, particularmente no domínio da sexualidade, como conceito disciplinador e regulador, ela permanece como atractivo conceito no domínio nas políticas da identidade relativas à sexualidade e ao género. A radicalidade das interrogações *Queer* tem que assistir uma complementar radicalidade no desejo e nas estratégias de modificação das estruturas sociais e políticas, até que as identidades plenamente afirmadas não sejam um projecto ou um ideal, mas um facto.

Resta dizer que também o sujeito psicológico e a sua identidade permanecem como eixos sustentadores inquestionáveis do valor humano que a cidadania pode representar. A *serialidade*, conceito que, como vimos com Young (2003), pretende conciliar o respeito pelas “diferenças na diferença” com o sentido colectivo que a mobilização política gera é destes *aqui* e *além* das identidades (sexuais) tradutor analítico. Quando Young imprime ao conceito de identidade um sentido que, já o dissemos, reconhece aos indivíduos a capacidade para construírem as suas próprias identidades para lá das condições e das posições sociais em que se encontram, seguramente damos valor à dimensão psicológica da cidadania. Como a própria Judith Butler profere, “antes de sabermos o que sabemos, temos que saber *quem somos*” (Mejer & Prins, 1998, p. 280), porque só assim nos construímos, desconstruímos e reconstruímos com a liberdade que nos assiste e para além de categorias que não chegam para retratar a riqueza e a complexidade do nosso existir. Contudo, e no *aqui* da(s) sexualidade(s), há que persistir no reconhecimento de que

a homossexualidade e o ou a homossexual são instâncias que pré-existem ao nosso debate, de cuja definição e de cuja existência temos podido fazer parte, porque essas instâncias já existiam antes de nós. O mito da não-identidade, a crença de que os e as homossexuais não partilham identidade alguma, é tão-somente isso, um acto de fé; [...] porque é absurdo pretender que [a homossexualidade] não existe e que não influi na vivência que cada um tem de si mesmo a nível pessoal e/ou colectivo. (Llamas & Vidarte, 2000, p. 283)

II. 6. Em busca da *Justiça Sexual*:

as perdurantes reivindicações do movimento social gay e lésbico.

Porque continuando a fazer sentido, no quadro das actuais estruturas sociais opressivas, a luta colectiva pelo reconhecimento igualitário da “diferença” sexual no campo do social e do político, revela-se profícuo proceder neste trabalho a uma sistematização das principais reivindicações que estes “diferentes” têm desenvolvido com vista ao alcance de uma justiça social que integre as especificidades da(s) sua(s) “diferença(s)”. Deve ressaltar-se que termos anteriormente centrado as nossas sistematizações em torno das categorias sociais “gay” e “lésbica” se deve ao facto de a própria história do movimento ser inicial e fundamentalmente alicerçada na tentativa de afirmação identitária de tais categorias da identidade. Em diferentes tempos, diferentes identidades vão surgindo, numa multiplicação de *nomes* e de *procuras* de reconhecimento plural que é observável no seio da própria

Capítulo II

comunidade lésbica e gay. A proliferação de referências identificatórias e a expressão de identidades sexuais múltiplas vão sendo progressivamente reivindicadas no contexto do movimento social gay e lésbico que, na busca do reconhecimento das suas “diferentes diferenças”, se foi difundindo como “Movimento LGBT”, assim tentando designar as identidades lésbica, gay, bissexual e *transgender*. Que reconhecimentos formais, que direitos, que práticas sociais permanecem, afinal, como base de combate colectivo e pessoal pelo direito à “igualdade da(s) diferença(s)” entre o *aquí* e o *além* da(s) identidade(s)? Que direitos de cidadania têm tentado estes “diferentes” ver reconhecidos às suas identidades?

De acordo com Phelan (2000), estas reivindicações pressupõem reconhecer que, no actual contexto das democracias liberais, o Estado se constitui em si mesmo como uma estrutura hegemónica simbólica e estrategicamente representada como heterossexual. Os mecanismos institucionais, constitucionais, legais e sociais que por ele são sistematicamente gerados e mantidos fazem com que, no actual funcionamento e na actual estruturação do “projecto democrático”, lésbicas e gays permaneçam como “um grupo que é alvo de disciplina [heteronormativa] [...], necessitado de lutar pelas suas relações e, necessariamente, de repensar que tipo de self e que tipo de direitos têm que reclamar” (p. 435). Defende esta autora que a forma como histórica e socialmente os direitos LGBT têm vindo a ser reclamados e o lugar que estes ocupam na reflexão teórica e académica sobre a cidadania são elementos fundamentais para que possamos adquirir um conhecimento mais profundo e enriquecido sobre a relevância da acção política no nosso tempo. Com base na reflexão sobre a mobilização sócio-política destes sexualmente (ainda) “diferentes”, se questiona de modo crítico e profícuo uma ordem social que sempre se tem fundado num padrão heterossexual, que ganha privilégio e que acarreta custos de exclusão propiciadores da fragmentação social.

Rahman (2000) sublinha a participação da comunidade LGBT, quando organizada com vista ao desenvolvimento de estratégias colectivas de afirmação política das suas identidades, como constitutiva de uma plataforma fundamental da integração cultural e do respeito democrático pelas identidades não-hegemónicas. O enquadramento essencialista da(s) identidade(s) figura, para Rahman, como promotor de um afastamento das “questões sexuais” da arena da actividade política e participativa, assim minando as possibilidades de mudança da sexualidade heterohegemónica: “necessitamos de modificar os contextos estruturais em que se produzem as narrativas [da sexualidade], com vista a tornar mais fácil

aos indivíduos a contagem de histórias sexuais alternativas” (p. 154). Somente desafiando e transformando activamente os actuais modelos e paradigmas da educação sexual e da representação mediática da sexualidade, somente pondo fim à abordagem essencialista de “outras” sexualidades - em prol de uma ênfase sistemática no modo como historicamente estas sexualidades são construídas - podem os sexualmente “diferentes” criar, enfim, histórias sexuais mais diversas e retratantes das realidades das suas vidas¹⁵.

A noção de “justiça sexual” proposta por Kaplan (1997) contempla, na perspetivação dos direitos de cidadania, as dimensões sociais e políticas que de há longa data se apresentam inacessíveis aos sexualmente “diferentes”, assim lhes impossibilitando o estabelecimento de normas de liberdade e de igualdade, a construção de um sentimento de reciprocidade e de contribuição para um pluralismo social dotado de direitos constitucionalmente reconhecidos e contemplativos das suas necessidades identitárias. Segundo este autor,

perpetuar a contestação sobre modos de poder (que se prendem mais directamente com o poder heterossexual sobre modos de vivência sexual e identitária que nele não cabem) é um dos exemplos mais ricos e vivos de questionar os limites no uso do poder de um Estado, de nos interrogarmos sobre o exercício activo de cidadania a que as modernas democracias não podem esquivar-se se querem assegurar a sua mais sólida sobrevivência. (p. 13)

No âmbito da União Europeia (UE), a mudança fundamental em matéria de discriminação com base na orientação sexual foi impulsionada pelo Tratado de Amesterdão, que vigora desde Maio de 1999 e de que Portugal é signatário. Como resultado dos esforços desenvolvidos por inúmeras organizações não-governamentais LGBT que durante quase meia década reivindicaram a protecção legal dos seus direitos junto de instâncias e representantes legais da UE, este Tratado inclui uma cláusula, o artigo 13, que estabelece que a Europa “deverá adoptar acções adequadas para a luta contra a dscriinação motivada por razões como o sexo, a origem racial ou étnica, a incapacidade, a idade ou *orientação sexual* [itálicos adicionados]” (ILGA-Europe, 1999, p. 18).

¹⁵ São acutilantes, a respeito da representação mediática da sexualidade, as palavras de Sérgio Vitorino, jornalista e activista LGBT, quando diz que

a imprensa e as televisões, sobretudo, querem fazer simples o que é complexo: preferem não olhar para a diversidade desta comunidade de grupos oprimidos, porque daria mais trabalho. E porque obrigaria a dar menos relevo às consequências do «guetto» em que vive a generalidade dos/das GLBT, para atender mais aos motivos – a discriminação, a doença social que é a homofobia, o preconceito – e às reivindicações sociais e políticas do movimento associativo que temos construído. (2001, p. 7)

Capítulo II

Percebendo que as medidas comunitárias que visavam primordialmente a promoção do bem-estar económico dos estados-membros (através do mercado livre ou da livre circulação de bens e serviços) eram insuficientes para dar resposta às necessidades identitárias, o caminho legislativo da UE foi sendo progressivamente complementado por uma necessidade crescente de actuar de forma a que os cidadãos se sentissem livres da discriminação se se desejava que a sua integração sócio-política fosse uma realidade (Lewis, 1999). Pois bem, é precisamente esta crescente translocação das preocupações relativas às medidas económicas para uma atenção conferida à promoção da integridade pessoal e social dos cidadãos numa Europa que se pretende unida que dá mote à inclusão da orientação sexual nas medidas legislativas destinadas a esta promoção. Refira-se, ainda, que decorrem desta preocupação com a discriminação baseada na orientação sexual medidas específicas de protecção e de não-discriminação que o Tratado de Amesterdão vem, no decurso da sua implementação, a recomendar nos domínios do emprego, da educação, do acesso a bens e serviços, da saúde, da habitação e do reconhecimento legal das uniões homossexuais (cf. Bell, 1999)¹⁶. O que a UE promete de inclusão social, cívica e política da “diferença” sexual continua a ser, como diz Sengupta (2003), a capacidade de favorecer uma “liderança dos direitos cívicos e sociais promotora de direitos igualitários para minorias sexuais e de consolidar as suas posições enquanto força progressiva e pluralizante [...] num debate de cidadania que sedimenta o projecto desta União” (p. 30). De seguida, ilustramos a justiça sexual reivindicada pelo movimento LGBT com especial ênfase no que tem acontecido a este respeito no território da UE e em domínios formais e sociais de reconhecimento como a idade de consentimento, as uniões homossexuais, as forças armadas e o emprego.

Em 1997, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos vai alargar aos países da UE o debate que o Reino Unido tinha iniciado sobre o carácter discriminatório da idade mínima de consentimento para relações sexuais entre parceiros do mesmo sexo e para parceiros de sexo diferente (cf. Ellis & Kitinger, 2002; ILGA-Europe, 1999). Esta Convenção alega que nenhuma justificação racional existe para a distinção da idade mínima de consentimento entre práticas sexuais homossexuais e heterossexuais e que esta distinção constitui sério

¹⁶ A expressão “uniões homossexuais” remete, nesta dissertação, para a abrangência ampla dos diferentes tipos de relações familiares de gays e de lésbicas. Aqui se incluem as uniões de facto, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, as tentativas de construção de redes familiares entre homossexuais, quer estas sejam criadas “de raiz”, quer impliquem uma reconfiguração de relações preexistentes segundo um “padrão heterossexual”. Expressões encontradas na literatura anglo-saxónica sobre este domínio (e.g., *homosexual kinship*, *same-sex domestic partnership*, *homosexual marriage*, *queer families*, *gay and lesbian domesticity* ...) não têm correspondência semântica em português que permitam a sua diferenciação, pelo que mais se justifica a manutenção desta expressão, salvo em casos cuja especificidade implique distinguir “uniões de facto” de “casamento civil” homossexuais. Note-se também que diferentes níveis de reconhecimento social e legal são suscitados por estes diferentes tipos de relações familiares, merecendo um actual debate cuja extensão não cabe no nosso trabalho.

atentado aos direitos de lésbicas e gays, perpetuando o tratamento discriminatório na aplicação dos direitos que respeitam à vida destes sexualmente “diferentes” (Mécary & de La Pradelle, 2003). Pretende-se, mais ainda, que este debate não fique restringido às políticas internas ou aos aparelhos legislativos de cada país, mas que venha a erguer-se como directiva sólida mais amplamente remetida para os estados-membros e relegada para o quadro dos Direitos Humanos¹⁷.

Em Setembro de 2003, foi aprovada em sessão plenária do Parlamento Europeu uma resolução relativa aos direitos humanos fundamentais no espaço da UE que integra um capítulo totalmente dedicado à população LGBT e que reforça a necessidade de atenção acrescida que a Europa deve dedicar às múltiplas situações de discriminação de que esta população é sistematicamente alvo (PE, 2003). Nesse capítulo são referidos Portugal, Grécia e a Irlanda como países cujas legislações devem ser urgentemente modificadas no que se refere à diferença de idade de consentimento em função da orientação sexual.

Paralelamente ao o debate sobre o carácter discriminatório da idade consentimento, um dos esforços mais persistentes do movimento LGBT tem sido o do reconhecimento formal e social das uniões homossexuais. Porque tanto a idade de consentimento quanto as uniões homossexuais questionam profunda e radicalmente a ideologia heterossexista, se percebe que a luta do movimento LGBT seja, nestes domínios de reconhecimento da cidadania (sexual), particularmente complexa e dificultada. Nos regimes liberais, a adopção e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo revela-se desafio maior ao reconhecimento igualitário de direitos e deveres dos cidadãos, porque comporta desafios aos tradicionais e enraizados valores religiosos, morais, ideológico-políticos do casamento, da parentalidade, dos direitos reprodutivos, do género ou da sexualidade. As posições mais conservadoras a respeito destes valores são democraticamente “testadas” quando o reconhecimento, a integração e a extensão ao estatuto de figuras jurídicas de projectos como o casamento e o direito à adopção por gays e lésbicas se coloca no quadro dos direitos de cidadania, assim desafiando os cânones socio-políticos de manutenção da heteronormatividade (Almeida, 2005; Ellis & Kitzinger, 2002; Lehr, 1999; Phelan, 2000; Richardson, 1998). A construção de cada um de nós enquanto cidadãos, o reconhecimento das necessidades que assistem a cada colectividade identitária e a construção psicológica de um sentido de si como cidadão permanecem, como salienta Richardson (1998), enquanto questões altamente imiscuídas

¹⁷ O reconhecimento de outras necessidades da comunidade LGBT no espaço transnacional da UE complementares à idade de consentimento (como o casamento, a não-discriminação laboral ou a implementação de programas e políticas educativas integrantes da “diferença” sexual) tem igualmente sido debatido através daquela Convenção (e.g., Binnie, 1997; ILGA, 1998; Mécary & de La Pradelle, 2003; Warleigh, 1998).

Capítulo II

em padrões e modos de organização sócio-cultural que colocam no contexto familiar e na validação social das relações as bases para um sentimento enriquecido de si nas relações travadas com a comunidade e com o corpo político a que pertencemos. Segundo esta autora, as democracias ocidentais caracterizam-se por um privilégio hetero-hegemónico cuja ilustração radica, por excelência, na supremacia cultural e institucional do casamento heterossexual: “as possibilidades de pertença social a um Estado estão, na maioria dos países, intimamente associadas ao ideal opressivo da família heterossexual” (p. 91).

O que o discurso e a luta sociais pelo reconhecimento das uniões homossexuais traz de enriquecimento à leitura da cidadania e às possibilidades de a efectivar como democrática e plural é o facto de sobrepor às lógicas essencializadas e essencializantes da reprodução biológica uma representação de construção social das relações familiares, representação esta que potencia uma nova imagem de família com que todos ganhamos. Tornar visíveis e reais várias modalidades de família, é tornar visível o poder de desafiar modos obsoletos de olhar as constelações familiares e a sua relevância para cada um e para todos nós, independentemente da orientação sexual (Mécary & de La Pradele, 2003; Lehr, 1999)¹⁸.

Obra recorrentemente citada a respeito da discriminação dos homossexuais nas forças armadas é o livro da norte-americana Janet Haley – *Don't: A reader's guide to the military's anti-gay policy* (Haley, 1999). Um dos principais contributos desta obra reside na denúncia de um intenso “secretismo”, alternado com posições de explícita e intensa inflexibilidade (quando não de directa discriminação e violência), que os estados norte-americanos sempre permitiram às instâncias militares a respeito da homossexualidade e do total impedimento a que o “assunto homossexual” pudesse ou possa ter aí lugar. A este respeito, a Europa não se diferencia relevantemente das políticas norte-americanas, sendo recorrente, nos diferentes países que a integram, a total impossibilidade de se questionar a “diferença” de orientações sexuais no contexto militar, um dos histórica e politicamente mais resistentes à integração desta “diferença” (e.g., Bell, 1995; Browning, 1993; Cain, 2000; Evans, 1993; Moran, 2002; Purcell & Hicks, 1996; Shaw, 2000).

¹⁸ São dignas de referência, porque exemplarmente tradutoras do exercício democrático e do reconhecimento plural da cidadania, as palavras de José Luís Zapatero, presidente do governo espanhol, a respeito da aprovação da lei do casamento civil homossexual em 2005 neste país:

esta é *uma lei de todos e para todos*. Esta lei não tira direitos a ninguém, mas por fim permite o reconhecimento da dignidade sexual; [...] ela é o símbolo, abraçado por uma maioria cidadã, política e parlamentar do que deve ser uma democracia. [...] Esta é pois *uma lei que soma sem subtrair* [itálicos adicionados] (Zapatero, 2005, p. 70)

São sublinhadas, nas recomendações do Parlamento Europeu antes mencionadas (PE, 2003), preocupações relativas à discriminação laboral de que as pessoas LGBT são alvo. Este tópico merece especial cuidado já que, mais do que no que concerne às instâncias militares, se trata aqui de um território de discriminação que abrange muito mais indivíduos: o contexto do trabalho tem fulcral importância nos percursos identitários, sendo que a “descoberta” de uma orientação sexual não normativa neste contexto pode ser altamente ameaçante tanto do ponto de vista social (aqui se incluindo as reacções homofóbicas e a potencialmente negativa reconfiguração das relações interpessoais no trabalho), quanto do ponto de vista formal, porquanto os critérios que presidem à exclusão e/ou ao despedimento não são “claros” ou fáceis de comprovar como radicados numa orientação sexual estigmatizada (cf. Baker, Strub & Henning, 1995; Berger, 2000; Gooding, 1992; Stychin & Herman, 2000; Moran, 2003; Odijk & Kabo, 1998).

Uma queixa ou um processo judicial subsequente a tais situações não estão ao alcance de qualquer indivíduo, quer pelos custos económicos que recorrentemente acarretam, quer (e ainda mais por isto) porque tais queixa ou processo implicam uma “exposição” da orientação sexual do queixoso a várias instâncias, o que dificulta em grande medida a manutenção de uma motivação para levar a queixa ou o processo às últimas consequências e que justifica a impossibilidade de elaboração de registos e de estudos que nos ofereçam números (mais ou menos) precisos sobre tais situações¹⁹. As dimensões formais e sociais da cidadania encontram, a este propósito, um especial questionamento quanto aos seus modos de articulação e quanto às possíveis *décalages* entre uma e outra destas dimensões: recorrer a uma protecção formal não implica, necessariamente, a capacidade de dispor de um contexto cujas práticas sejam validantes e apoiantes dessa protecção, tal como dispor destas práticas sociais pode não ser suficientemente segurizante para um recurso formal que proteja o sujeito discriminado face a tais situações, menos ainda quando os aparelhos legislativos e constitucionais do país em que se vive não são sequer existentes.

Em suma, e como Stychin (2001) salienta, a Europa figura como espaço potencialmente promotor de uma cidadania activa em torno da sexualidade, não esquecendo contudo que a cidadania Europeia a respeito da “diferença” sexual tem sido predominantemente concebida como um constructo passivo: mais do que no exercício activo

¹⁹ Como se percebe, não é apenas em relação à estigmatização laboral que estes problemas se colocam. Qualquer situação de discriminação, de violência, de estigmatização dirigida a indivíduos LGBT reclama uma atenção peculiar às possibilidades diferenciadas que cada indivíduo possui para enfrentar um processo de queixa e às decorrentes reacções familiares, laborais, sociais, culturais que deste processo possam advir.

Capítulo II

dos direitos de cidadania, foi primordialmente nas elaborações institucionais, legislativas, formais, constitucionais que a UE colocou, até agora, a sua (ainda exígua) atenção. Nessa medida, a tónica deve doravante ser posta na urgente participação das pessoas LGBT na sociedade civil, de modo a comprovar, a par do reconhecimento dos direitos legais e cívicos que aos sexualmente “diferentes” necessariamente assistem, que a reivindicação de uma relação integrada entre estes direitos e os direitos da participação é não só possível como fulcral à saúde e à efectivação democráticas.

II. 7. Do Preto e Branco ao Arco-Íris:

Percursos de Cidadania e Identidades LGBT em Portugal

Se os *nomes* e os *lugares* da “diferença” sexual figuram, ao longo desta tese, como necessários ao entendimento crítico da cidadania, deve então atender-se à contextualização histórica da actuação colectiva e politicamente organizada que os sexualmente “diferentes” foram construindo no panorama português. Nesta dissertação, servem para a compreensão dos trajectos de cidadania que no nosso país se têm traçado em prol do des-silenciamento da “diferença” sexual os referenciais teóricos antes explorados.

O que a propósito do movimento LGBT em Portugal pretendemos explorar - e imprimindo à expressão “movimento” o mesmo sentido que antes conferimos à afirmação colectiva das identidades (sexualmente) silenciadas e condenadas - é a forma como este movimento se tem erguido enquanto colectividade resistente a posições hegemónicas e opressoras da sua condição social, assim contribuindo para a transformação e para a pluralização do espaço público nacional. Não se procede a uma análise exaustiva das reconfigurações históricas, sociais e políticas que este movimento tem alcançado, na medida em que tal extravasaria os objectivos do nosso trabalho, mas antes se pretende salientar algumas das mais importantes acções por tal movimento protagonizadas e o que estas acções ilustram de “voz transformativa” face à discriminação social.

Portugal está caracterizado por uma história de condenação da “diferença” sexual, a que o regime ditatorial do Estado Novo, uma forte influência judaico-cristã e a latinidade não são factores alheios, constituindo fenómenos que auxiliaram a manutenção de condições ideológicas para a condenação da homossexualidade. Somente em 1982 se produzem

alterações jurídicas no Código Penal português que possibilitam a descriminalização da homossexualidade, até então aí mencionada como “prática de vícios contra a natureza” e penalizada com medidas de segurança de entre as quais constavam o internamento, a liberdade vigiada e a interdição do exercício da profissão (cf. Bastos, 1997).

São as modificações sócio-históricas permitidas sobretudo pela revolução de 1974, bem como pela adesão à União Europeia em 1986, que permitem uma reconfiguração, ainda que paulatina, de atitudes, práticas culturais e deliberações jurídico-legais face à homossexualidade²⁰. Ainda assim, e seguindo a revisão que Santos e Fontes (2001) fazem sobre as evoluções jurídico-legais que marcam a paisagem portuguesa nos últimos cem anos, há que sublinhar que

em matéria de homossexualidade, o aparelho legislativo português apresenta mais omissões do que referências explícitas; estas omissões criam múltiplas situações de exclusão, remetendo a diferença para o domínio da desprotecção legal, ao mesmo tempo que a reconhece enquanto direito. Tal ambiguidade entre texto e efectividade jurídica tem sido a forma de actuação mais característica de um Estado que, deste modo, procura silenciar denúncias e apaziguar consciências, ao mesmo tempo que legitima uma moral rígida, herdeira de séculos de puritanismo religioso e de ausência de contestação crítica. (pp. 175-176)

Na verdade, com excepção feita a algumas iniciativas que ensaiaram dar visibilidade social aos homossexuais, a década de 1980 não foi marcada em Portugal por uma acção colectiva capaz de produzir mudanças culturais e políticas de relevo no que toca ao reconhecimento e à legitimação da homossexualidade²¹. Estas mudanças vêm a acontecer nos anos de 1990, momento a partir do qual as questões relacionadas com a homossexualidade começam finalmente a assumir visibilidade sistemática e a revestir-se de um carácter colectivo e organizado com impactos políticos e sócio-culturais. Se noutros países o movimento liberacionista gay e lésbico tinha já alcançado, como vimos, uma série de conquistas relacionadas com o reconhecimento social e político da “diferença” sexual, é

²⁰ Para uma análise mais detalhada das resoluções europeias em matéria de discriminação sexual e dos modos de incorporação destas recomendações na realidade nacional, *vide* Santos (2002), Santos e Fontes (2001).

²¹ Refira-se, a título de exemplo, a presença do então recém-criado Colectivo de Homossexuais Revolucionários (CHOR) na manifestação do 1.º de Maio de 1981 em Lisboa e a reivindicação do combate à discriminação sexual declarada no “Manifesto à Juventude”, elaborado em 1980 pelo Partido Socialista Revolucionário (PSR), partido político pioneiro na abordagem dos direitos homossexuais e no seio do qual nasce, em 1982, o Grupo de Trabalho Homossexual (GTH).

Capítulo II

somente em 1996 que Portugal assiste ao nascimento da primeira organização não-governamental especificamente vocacionada para a defesa dos direitos homossexuais, a ILGA-Portugal, e que vê disponibilizado em 1997 pela Câmara Municipal de Lisboa (à época presidida por João Soares) um espaço para criação do Centro Comunitário Gay e Lésbico. Uma diferença a destacar no movimento gay e lésbico português relativamente aos países que mais cedo tinham abraçado a “causa homossexual” e para ela tinham trabalhado activamente, prende-se com o facto de ter sido somente depois da emergência da SIDA, e na decorrência das preocupações com as especificidades da vivência homossexual por parte de algumas pessoas que no combate à pandemia desenvolviam acções, que veio a surgir este movimento.

Nos anos subsequentes ao da criação da ILGA-Portugal, outras associações de defesa dos direitos LGBT vão aparecer em Portugal, como é o caso da *Opus Gay*, a *Rede Lilás*, o *Clube Safo*, o *Grupo de Mulheres da Associação ILGA-Portugal*, o *Grupo Nós*, o *Colectivo Não Te Prives*, o *Grupo Oeste Gay (GOG)*, a *Rede Ex-Aequo*, o *Grupo de Reflexão e Intervenção do Porto (GRIP)* ou o *Colectivo Panteras Rosa – Frente de Combate à Homofobia*. Implementadas em diferentes áreas geográficas do país, trabalhando vários aspectos relacionados com as inúmeras situações de discriminação das “minorias” sexuais e prestando serviços a populações diferenciadas na “diferença” sexual (e.g., mulheres ou jovens), estas associações foram desenvolvendo esforços de actuação baseados num princípio comum de resistência a posições hegemónicas incapazes de responderem às necessidades dos sexualmente “diferentes”.

As primeiras acções desenvolvidas pelas associações LGBT foram sobretudo direccionadas para regulamentações institucionais discriminatórias: a título de exemplo, refira-se as regulamentações do ingresso na carreira militar (alicerçadas na Portaria n.º 29/89, capítulo VII, que considerou a “homossexualidade e outras perversões sexuais” como critério de inaptidão para o cumprimento da carreira) ou os critérios de admissão de guardas prisionais (tendo a Direcção Geral dos Serviços Prisionais integrado a “homossexualidade” num capítulo classificativo de “doenças psicopáticas”). Em 1999, o Instituto Português de Sangue excluía explicitamente os homossexuais do seu regulamento para a doação voluntária de sangue, deliberação nessa altura justificada pelo seu presidente com a alegação de que os homossexuais eram sexualmente “mais promíscuos” do que os heterossexuais. Em Janeiro do mesmo ano, a Classificação Nacional de Deficiências,

publicada pelo Conselho Superior de Estatística em Diário da República, integra a “homossexualidade”, designando-a como “deficiência da função heterossexual”. Se a maior parte destas regulamentações sofreu alterações em virtude dos protestos associativos que lhes foram dirigidos, é importante referir que na prática elas continuam a constituir preocupação do movimento LGBT português, já que as queixas relativas a situações de discriminação continuam a ser presentes em contextos como o militar, o policial ou o das instituições de saúde onde, não raras vezes, os dadores de sangue são questionados sobre a sua orientação sexual.

Em paralelo com as regulamentações institucionais, foram sendo versados pelo movimento LGBT aspectos da Constituição com carácter discriminatório em relação à não-heterossexualidade. Uma das mais antigas lutas deste movimento foi a da reformulação do artigo 13º da Constituição Portuguesa (Princípio Fundamental da Igualdade), por nunca ter incluído este artigo (desde a revisão constitucional de 1982) menção à orientação sexual como critério proibitivo de discriminação. Várias foram as associações que, durante quase uma década, se mobilizaram conjuntamente (com recurso a campanhas de sensibilização pública ou a encontros com representantes parlamentares) contra esta omissão. Em finais de 2004, a Assembleia da República aprovou finalmente a reformulação do artigo 13º, que actualmente estabelece que “ninguém pode ser privilegiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou de qualquer dever em virtude da sua ascendência, sexo, *orientação sexual*, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou religiosas, instrução ou situação económica ou social [itálicos adicionados]” (CP, 2005).

Valor particularmente simbólico teve, como referimos noutros trabalhos (Carneiro & Menezes, 2004a, 2004b, *no prelo*), o processo conducente à aprovação da Lei das Uniões de Facto, enquanto possibilidade de extensão dos direitos de cidadania a não-heterossexuais. A Lei n.º 7/2001 de 11 de Maio veio alargar direitos sociais de cidadania a casais homossexuais vivendo em união de facto há mais de dois anos — exigência que há muito tempo vinha sendo reclamada pela plataforma associativa LGBT portuguesa. Entre estes direitos incluem-se a protecção da casa de morada de família ou a aplicação do regime do imposto de pessoas singulares nas mesmas condições dos sujeitos casados.

A discussão crítica fomentada, ao longo de anos, nos contextos associativos sobre uma política social heterossexista; a complexificação crescente, permitida por tal discussão, subjacente às sucedâneas propostas de alteração da referida lei (de que a rejeição, por

Capítulo II

parte das associações, em aceder a uma Lei da Economia Comum, em detrimento das Uniões de Facto, é exemplo marcante) e o sentimento de vitória alcançada pela “força colectiva” que sustentou este processo podem ser lidas à luz quadrantes teóricos que fomos entendendo como profícuos à leitura da cidadania (sexual).

Retomando o modelo pluralista proposto por Young (1995, 2000), a reformulação legal das uniões de facto ilustra, em jeito paradigmático, o valor tanto instrumental quanto intrínseco dos esforços do movimento LGBT. Do ponto de vista instrumental, gays e lésbicas puderam pela primeira vez encontrar uma reconhecida oportunidade para a sua representação política, para figurarem no espaço público como dele sendo efectivamente integrantes. O valor intrínseco destas acções reside no reconhecimento formal da igualdade de direitos e deveres entre homossexuais e heterossexuais que esta lei permitiu.

Mas tem querido o movimento LGBT fazer mais a respeito da família. Porque uma série de direitos básicos não foram abrangidos pela lei das uniões de facto - de entre os quais a herança de património comum, o direito de visitas a hospitais e prisões e a equiparação, em Portugal, de uniões entre cidadãos nacionais e estrangeiros — as associações defendem presentemente a urgência de um novo passo no reconhecimento da família homossexual. O casamento civil entre pessoas do mesmo sexo está agora na agenda do dia, na tentativa de que o Estado português reconheça aos homossexuais os mesmos direitos que o casamento heterossexual consagra e aos quais, por definição, a figura jurídica da união de facto não dá resposta. São exemplos dos direitos reivindicados no quadro do casamento civil homossexual a escolha entre regime patrimonial de comunhão de bens ou de comunhão de adquiridos, o direito à herança, à adopção do apelido do(a) cônjuge ou a protecção da casa de morada de família.

Recentemente, as associações LGBT, com o apoio de representantes partidários, entregaram na Assembleia da República uma petição pelo casamento civil homossexual com mais de 7000 assinaturas a favor. Como dizia Daniel Borrillo no *Fórum do Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo* realizado no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) em Novembro de 2005, “o carácter universalista do tema [do casamento civil homossexual] exige que ele seja entendido como um combate político – e não tanto legal – e toda a sociedade [...]; a resposta que lhe for dada vai enfraquecer ou reforçar a democracia” (ILGA-Portugal, 2006).

Se até aqui fomos dando conta de alguns dos esforços de actuação conjunta das associações LGBT nacionais, interessa dar a perceber de que modo essa actuação tem sabido aliar-se a outros movimentos da sociedade civil. Recorrendo a alguns exemplos da história recente do movimento LGBT português, operacionaliza-se a concepção de *coligação arco-íris* proposta por Young e pretende-se, num sentido mais amplo, salientar a contribuição da presença de diferentes identidades para o enriquecimento do espaço público nacional.

Saliente-se, desde já, que não é apenas na paisagem portuguesa que os esforços das associações LGBT buscam modos de articulação, quer entre si, quer com outras organizações de defesa dos direitos humanos e das minorias. É sobretudo a atenção a alterações jurídicas no contexto da União Europeia e aos percursos neste contexto traçado por associações congéneres que demarca um sentido de partilha de interesses e de existência de directrizes no combate à discriminação. A presença de activistas LGBT portugueses nos Fóruns Sociais Mundiais e Europeus revela, precisamente, uma tal intenção de articulação com movimentos sociais de outros países. De notar, também, que as alterações propostas em relação às uniões de facto e ao artigo 13.º da Constituição foram fortemente influenciadas pelo conhecimento que o movimento LGBT foi desenvolvendo e divulgando sobre o que noutros países europeus sucedeu a respeito das mesmas temáticas.

Uma outra articulação digna de relevo é a que encontramos entre o movimento LGBT português e as ONG's nacionais de luta contra a SIDA. A presença do movimento LGBT, inicialmente criado no contexto destas ONG's, permanece uma constante em múltiplas iniciativas públicas relacionadas com o combate à pandemia.

A Marcha do Orgulho LGBT realizada em Lisboa no ano de 2002 congregou representantes não apenas do movimento em defesa das “minorias” sexuais mas de outros corpos organizados com vista à intervenção social e política na sociedade portuguesa. A *Rede Anti-Racista*, a *União Geral de Trabalhadores (UGT)*²² ou a *Associação Portuguesa de Deficientes* foram algumas das entidades que ali juntaram as suas preocupações e necessidades na afirmação de uma luta global pelos direitos humanos e pela construção de uma nação cooperante e pluricultural. As Marchas do Orgulho que se têm seguido

²² Note-se que já em 1999 a UGT, em conjunto com a Frente Unitária de Trabalhadores e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Portugueses, havia iniciado um processo de diálogo com a então existente Plataforma Homossexual (constituída pelo Clube Safo, pela ILGA-Portugal, pela Opus Gay e pelo GTH) no sentido de desenvolver propostas que garantissem a não-discriminação de trabalhadores em função da orientação sexual.

Capítulo II

continuam a contar com a presença destas e outras associações que com dão as mãos à luta LGBT.

Em Junho do presente ano, o Porto viu realizada a sua primeira Marcha do Orgulho, evento representativo do alargamento (em geografia e em empenho) da representação e da visibilidade pública de gays, lésbicas e bissexuais no panorama português. Mas não apenas as orientações sexuais marcaram presença nesta marcha: o assassinato da transsexual Gisberta, ocorrido na mesma cidade meses antes da realização da Marcha, mobilizou a vontades de participação, dando a perceber que a identidade de género (ou o “T” que há muito se quer que complemente as siglas “LGB”) é também uma preocupação a desenvolver no que respeita à discriminação social. De Gisberta *partiu* esta marcha, em local do bárbaro crime e em vontade de solidariedade, o que foi simbólico desta preocupação.

São as palavras contidas na *Declaração de Coimbra* (DC), documento que designou os propósitos nucleares do I Fórum Social Português (FSP) realizado a Junho de 2003 em Lisboa, que nos dão a perceber mais clara e amplamente um percurso social que tem vindo a coordenar os esforços de diferentes actores da nossa sociedade civil na luta contra a opressão e a discriminação: o FSP pretendeu ser um espaço para “amplificar a voz d@s muit@s que condenam as políticas económicas, sociais, ambientais e culturais do neoliberalismo, a guerra, o sexismo, o racismo, a *homofobia*, a xenofobia, a pobreza, a exclusão social e a injustiça [itálico adicionado]” (DC, 2002, p.1).

Por um lado, as especificidades e necessidades do movimento LGBT marcam a história e a realidade social que nos caracteriza, tanto pela expressão progressivamente mais saliente e visível de modalidades identitárias não-hegemónicas no espaço público, como pelas transformações que operou (e espera continuar a operar) nos domínios institucional, constitucional e cultural de molde a reconhecer e legitimar aquelas identidades. Por outro, é o entendimento alargado sobre a necessidade de articulação com outras expressões identitárias, partilhando situações de injustiça e opressão, que complementa o sentido do movimento LGBT. Que lhe tem oferecido novas formas de compreensão do mundo, das relações sociais e da necessidade de transformação do que “não serve”.

A existência e a actuação deste movimento revela, assim, significados relacionais que se vão focalizando menos numa oposição dicotomizante (a *preto e branco*) entre as suas necessidades e as necessidades de outras identidades colectivas e mais numa intenção de pluralidade em que as fronteiras identitárias se esbatem, como entre as cores de um *arco-íris* (aliás, apropriado na história da cultura LGBT e por ela feito ícone).

Este, enfim, um movimento que se pretende L, G, B, T e tantas siglas mais, desde que não tradutoras de injustiça ou opressão.

Que não tem como não se pretender assim. Porque os grupos oprimidos alcançam o seu reconhecimento “não se derem voz a quaisquer «princípios de unidade» que ameacem esconder as diferenças, mas antes se levarem cada um dos seus elementos a perceber e a sentir os seus problemas e as suas experiências na relação com as experiências e com os problemas de outrem” (Young, 1995, pp. 192-193). Porque, concordando com Connell (1993), “a política sexual, à semelhança da política de qualquer outro domínio [da existência humana], é uma questão de construir coligações” (p. xiii).

Capítulo II

Síntese

O que deu sentido transversal a este capítulo foi a exploração analítica de uma cidadania sexual e dos domínios tanto formais quanto práticos que esta deve contemplar. A política da identidade e o movimento social que os sexualmente “diferentes” souberam construir, figuram como aspectos fundamentais para a compreensão das intenções de uma justiça sexual e do enquadramento desta justiça na compreensão crítica da cidadania.

Na inédita consciência que o movimento liberacionista gay e lésbico imprimiu às realidades da opressão, heterossexismo e homofobia resultaram, assim dissemos, como *novas linguagens* que fundamentalmente pretenderam e pretendem dar sentido discursivo à luta contra as proliferadas realidades opressivas e discriminatórias e assim nomeá-las como base operacional da luta colectiva contra estas realidades. O que com a abordagem destas *novas linguagens* sobretudo pretendemos deixar claro é que aos sexualmente “diferentes” dois tipos de obstáculos são levantados:

os que mais imediata e incisivamente [estes “diferentes”] encontram e percebem voltados contra si (situações e representações homonegativas) e os que, de modo mais diluído e disseminado (posições heterossexistas), complementam as razões de impedimento à confrontação com oportunidades para o alcance de um sentido de igualdade. (Carneiro & Menezes, 2004, p. 128)

Com a SIDA se deu sentido a que a “morte do sujeito homossexual em favor da mais forte vida da sua comunidade se tenha tornado uma inevitável realidade” (Malone, 2000, p. 165), numa persistente luta pela (sobre)vivência biológica, social, política da não-heterossexualidade: com a pandemia, as comunidades da “diferença” sexual souberam lutar por um (re)conhecimento sem precedentes históricos. Também a cisão “público” e “privado”, processo ideológico que auxilia a manutenção da heteronormatividade, foi perdendo a sua força e a sua configuração estanque pelo impacto político da SIDA e pela necessária tomada de consciência das suas consequências comunitárias, sociais e políticas não apenas para os sexualmente “diferentes” mas para todos nós, cidadãos de um mundo onde os problemas da “infecção biológica e social” não morreram ainda. Na única certeza, por ora, de que é incerto se e quando morrerão.

Termos explorado a multiplicidade crescente de referências culturais que à(s) identidade(s) dão sustentáculo contemporâneo, termos questionado através da lógica da

pós-linearidade a contribuição deste múltiplos papéis sociais para a (re)construção identitária, serviu para, neste capítulo, perceber que é no terreno *Queer* que mais radicalmente se equaciona a identidade. Aquilo a que nos convida a Teoria *Queer* é a sistemática interrogação sobre as estruturas hegemónicas que referenciam “outras” sexualidades como contra-hegemónicas, sobre os mecanismos de regulação discursiva e política que estipulam a “margem” e o “centro”, sobre os espaços e tempos - ocultos e/ou explícitos - de manutenção silenciadora das “diferenças”.

Se o capítulo precedente salientou o sentido de pertença e a participação activa no espaço da sociedade civil como imprescindíveis à efectivação de uma cidadania democrática, este segundo capítulo reconhece ao movimento liberacionista gay e lésbico e à política da identidade (sexual) por ele iniciada a contribuição para uma profunda alteração nos modos de perspectivar a(s) sexualidade(s). E isto porque, somente com a emergência deste movimento, pôde a cidadania

converter-se numa noção realmente apelativa para o domínio de uma política da identidade sexual; [...] só com o fim de uma lógica binária que por muitos séculos pretendeu separar o público e privado (tal com pretendeu diferenciar a cidadania activa e passiva ou a cidadania formal e prática), pôde a sexualidade encontrar terreno num conceito multivalente e integrado de cidadania que a enquadrasse. (Stychin, 2001, p. 286)

Capítulo III.

Gays e Lésbicas na Ciência da(s) Sexualidade(s):

Do que “Se Disse” ao que “Se Soube Ouvir”

*He remembers at 1/ He knew what he wanted
He wanted a man no psychiatry/ Just to be held to be told it was alright
All he got was a hospital bed/ And some pills to sleep at night
In his mind were images so divine/ But in his life it was a hell of a time*

*He wonders if anyone/ Has ever heard of him
They kicked in the door/ Acting like there was some kind of murder going on
Made there love seem dirty/ Called him sick called him queer
The law was against him/ It seemed so unreal
But a cell 12 by 8 made it all so very real*

*They locked him away/ Because he dared to love
A boy with a mind of his own/ He loved a boy with a mind of his own*

Jimmy Somerville

Dare to Love

Neste capítulo, abordamos o processo de luta colectiva pela afirmação da “diferença” sexual na sua relação epistémica com o saber científico da(s) sexualidade(s). O caminhar progressivo da patologização da homossexualidade para a abordagem do desenvolvimento psicológico das identidades gay e lésbica dá a conhecer a relação entre o “psicológico” o “político” que no campo desta ciência vem a estabelecer-se.

Uma perspectiva que aqui se pretende fundamentalmente crítica e que sublinha as implicações da trajectória científica para o enquadramento da intervenção psicológica junto de gays e lésbicas permite, em momentos finais do capítulo, a clarificação do “modelo afirmativo gay” enquanto conjunto de preocupações a que a intervenção psicológica deve atender a propósito destas identidades e a demonstração do modo como tais preocupações derivam dos esforços que politicamente gays e lésbicas desenvolveram na luta pela afirmação das suas identidades.

Finalmente, serão sistematizadas algumas contribuições para a consolidação reflexiva e actuante de uma *psicologia afirmativa gay* em Portugal.

III. 1. De como a ciência construiu “novos malditos”.

O século XIX vem a constituir-se como aquele em que emergem os intentos de criação de uma “ciência da (homo)sexualidade”. Não é antes deste século que o termo “homossexualidade” emerge, tendo sido introduzido por Kertbeny no léxico germânico (cf. Henning, 1998; Herzer, 1985) e distinguindo-se doravante do que a sua designação não comportava: a “heterossexualidade”. Só por referência à “homossexualidade” ganha o “heterossexual” existência nomeada e nomeante¹.

Obviamente que as práticas sexuais, o desejo e o erotismo entre indivíduos do mesmo sexo não necessitaram que a ciência lhe conferisse rótulo para que existissem: o que é inédito no advento da consideração positivista daquelas práticas é o facto de elas se terem tornado uma “questão”, um “campo de saber” a que ciência quis devotar interesse. Por esta razão se afirma, *recorrentemente*, que o “homossexual” é uma invenção científica da modernidade (e.g., Adam, 1987; Harris, 1997; Rosario, 1997; Weeks, 2000). As configurações político-culturais novecentistas condicionaram o rumo desta pioneira “ciência da homossexualidade” através de ideologias como a de uma moral restritiva da sexualidade à reprodução, a da rigidez de papéis sociais atribuídos distintamente ao homem e à mulher e a da ancoragem biologizante das “diferenças” sexuais (Blasius & Phelan, 1997; D’Emilio, 1992; Weeks, 1995, 2000)². No quadro destas configurações ideológicas, estabelece-se a hegemonia de um modelo científico de sexualidade entre pessoas de sexo (biologicamente) oposto que, porque hegemónico, vota ao ostracismo e faz designar como “perversas” todas as práticas sexuais por ele não abrangidas (Bullough, 1974, 1994; Marcus, 2002; Spencer, 1999). A teorização do desejo pelo mesmo sexo vem a erguer-se, então, como corroborante da condição de “indignidade” atribuída social e culturalmente ao “homossexual”.

III. 1. 1. A ciência como *disciplina* da “(homo)sexualidade”.

Não tem sentido neste trabalho uma exploração exaustiva das teses científicas que primariamente se desenvolveram sobre a “homossexualidade”, nem dos contornos evolutivos que estas teses foram adquirindo. Mais importante, é reforçar que a paulatina

¹ Recorreremos, neste capítulo e em texto de nossa responsabilidade, à utilização de aspas sempre que nos referirmos às perspectivas científicas que historicamente tomaram a “homossexualidade” como objecto de análise. As aspas serão assim referentes apenas à visão da homossexualidade *pela* ciência pioneira da “diferença” sexual e não à homossexualidade enquanto variante da sexualidade humana, enquanto modalidade das práticas sexuais ou enquanto identidade.

² Mais do que sustentar uma diferenciação, esta radicação biológica serviu propósitos de validação científica da dominação do “masculino” sobre o “feminino”, segundo os papéis que à época se atribuem culturalmente aos dois sexos. O saber biológico vem assim colocar-se ao serviço da ideologia heterossexista.

Capítulo III

apropriação das práticas homossexuais por parte de um saber-ciência se veicula, em momento histórico primeiro, por intermédio de um modelo biomédico que ganha poder na leitura, na explicação e na tentativa de modificação destes comportamentos (cf. e.g., Birke, 2002; Cascais, 2004; Goy & McEwan, 1980; Moita, 2001; Mondimore, 1996; Silverstein, 1996). Na verdade, “em vez de contrapor a rejeição histórica da homossexualidade, esta nova perspectiva [científica] mais não fez que reforçar tal rejeição. No lugar de um padrão Divinalmente estipulado para a sexualidade, fez colocar um outro padrão, estipulado pela natureza” (Bayer, 1987, p. 18)³.

A promessa emancipatória que as primeiras tentativas científicas encerravam face ao passado de desaprovação moral e de perseguição jurídico-legal, fracassa em virtude do que tais tentativas acabam por revelar na corroboração de ancestrais práticas sociais de silenciamento e/ou de condenação da homossexualidade (Birke, 2002; Boswell, 1980; Llamas, 1998; Llamas & Vidarte, 2001; Roseneil, 2002). Os desígnios de produção de um saber-ciência sobre a “homossexualidade” traduziram, na sua mais tenra emergência, inquietudes da vida quotidiana que não foram alheias ao desenvolvimento de outros regimes (complementares ao da discursificação científica) de regulação social dos comportamentos humanos. O mercado de trabalho, a livre contratação, o livre comércio, jogaram sobre o corpo e sobre o desejo os seus equivalentes, designadamente,

uma maior acessibilidade física ao prazer, uma maior liberdade no «mercado» do matrimónio, o desenvolvimento inusitado da prostituição e da pornografia como «mercado do sexo». A regulação contemporânea das relações interpessoais está estreitamente relacionada com outros sistemas de produção, reprodução, distribuição ou representação de bens, serviços, valores ou símbolos. (Llamas, 1998, p. 8)

Contributo inigualável para a análise dos discursos da “(homo)sexualidade” é o de Michel Foucault (Foucault, 1980, 1994). Parte este autor da hipótese repressiva, pela qual se estipula que desde a época vitoriana o sexo seria um interdito, um não-dito, um campo existencial votado ao silêncio. Um silêncio que arremessa os *incomodativos barulhentos* –

³ A ideia de padrão divino, é analisada por Bechtel (1998) e relacionada com a leitura religiosa das sexualidades no Ocidente. A confissão representa, segundo este historiador, o pilar da construção doutrinal de um saber teológico sobre o sexo - aspecto a que Foucault dedica também trabalho (1994) – sendo que através do encontro entre confessado e confessor se cria o dispositivo central de uma teologia da sexualidade. De acordo com Bechtel, a homossexualidade elege-se, na História religiosa, como um dos mais graves pecados contra naturais, distinguindo-se o seu espectro masculino e feminino:

uma perda sem procriação da semente feminina foi sempre menos grave do que a delapidação de uma gota de esperma [...]; o que constitui o pecado contra natural [...] é o facto de ele impedir sempre a geração ou, pelo menos, de utilizar vias que não conduzem à mesma. (pp. 223, 228)

de que os “homossexuais” passam a fazer parte — para lugares recônditos onde *possam ir fazer barulho*. No pensamento foucaultiano, o silêncio representa uma posição vantajosa para quem se apropria do discurso: a questão epistêmica de relevo na teia da disseminação discursiva por diferentes instâncias detentoras do discurso, não é a de saber “porque é que somos oprimidos, mas porque o dizemos, com tanta paixão, com tanto rancor contra o nosso passado mais próximo, contra o nosso presente e contra nós próprios, que somos reprimidos” (p. 14). O incitamento discursivo faz-se no(s) *prazer(es) que merece(m) o(s) saber(es)* e no(s) *saber(es) desenvolvido(s) sobre o(s) prazer(es)*, com representantes privilegiados que escutam, que guiam, que regulam a vivência sexual.

Foucault (1994) defende o desenvolvimento histórico de uma “verdade da verdade”, silenciada aos que nela não se enquadram, obrigados então a falarem aos poderosos “sabedores” (do *confessionário*, das *instâncias do crime*, do *divã psicanalítico*), a eles se dirigirem para encontrarem escuta. O sexo aparece como palco de um poder que se organiza em torno da gestão obstinada da vida, mais do que da amedrontante ameaça da morte. Pela construção de uma “*scientia sexualis*” se produz a “verdade do sexo”, que o autor enquadra mais abrangentemente na noção de “biopolítica” e que explora deste modo:

ao velho direito de *fazer morrer* ou de *deixar viver* se substitui um poder de *fazer viver* ou de *rejeitar* para a morte. [...]; [na lógica da biopolítica] é o sexo que veicula as exigências da regulação, da normalização corporal e populacional e a psiquiatrização das perversões. (pp. 138, 159)

Quatro grandes categorias estratégicas desta biopolítica são esquematizadas na perspectiva foucaultiana: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, as práticas de controlo da natalidade e, em relação mais estreita com o que temos vindo a referir, a psiquiatrização do prazer perverso (que ao ser assim designado já o investe como “prazer da diferença” ou, o mesmo é dizer, como uma “diferença do prazer”).

Sobre este prazer perverso se faz a análise, se intenta a normalização e para ele se tenta encontrar uma tecnologia correctiva. Assim se imprime substância disciplinar - e *disciplinar* é expressão com duplo sentido: o da disciplina científica e o dos esforços sociais correctivos que neste saber-ciência se apoiam - à ideia do “homossexual” enquanto “tipo humano distintivo” (Louro, 2004, p. 30). A este tipo humano pretendem as teorias científicas atribuir características universais, modos funcionais e estruturais uniformes de existência. Ser “homossexual” é agora o que à ciência se permite dizer que se é: estes *ditos* “homossexuais” são-no, nas teorias científicas, *malditos* de uma nova linguagem — do

Capítulo III

desvio, da patologia, da explicação, da cura. Uma linguagem que sustenta novos caminhos de discriminação, ao separar a “diferença” sexual da “suprema” (heterossexual) referência e ao atribuir-lhe “razões de existência” e “modos de remissão” que inferiorizam tal “diferença”.

III. 1. 2. As *marcas* da ciência no “corpo homossexual”.

Ao nome da “diferença homossexual” se fez corresponder uma “diferença corporal”, se deu um *corpo* que era necessário conhecer e facilmente identificar, para lhe dar causa ou razão “natural”, para o tratar, para o erradicar⁴. A partir do século XIX, postula-se que o “corpo homossexual” tem especificidade biológica (desdobrada em etiologias neuro-anatómicas, hormonais, fisiológicas, genéticas...) e que deve ser objecto-excelência da ciência (e.g., Birke, 2002; Bullough, 1994; Carter, 1997; Herrn, 1995; LeVay, 1996; Marmor, 1998; Pare, 1985; Perloff, 1985). O conhecimento positivista da anatomia irá eleger o “sujeito homossexual” como “anormal”, estipulando critérios de identificação numa dupla medida de controlo social: por um lado, cada vez mais específicos se vão tornando os critérios biomédicos da identificação física do “homossexual”; por outro, difunde-se culturalmente a especialização técnica para que a sociedade auxilie a procura e a identificação desta “nova personagem”. Ao lado da criminalidade e da loucura, o protótipo corporalizado da “patologia homossexual” lança para prisões e manicómios, para lugares de encarceramento institucional, estes “inferiores corpos” (e.g., Dean, 2000; Foucault, 1979; Llamas, 1998; Weeks, 1977, 1998b, 2000).

A viragem para o século XX traz consigo um refinamento biológico e médico das categorias nosológicas e das intenções interpretativas associadas à “homossexualidade”. O esforço higienista reforça as tentativas de normalização social, de que fazem parte as acções políticas de erradicação da prostituição, de controlo de doenças sexualmente transmissíveis ou os esforços científicos de compreensão, explicação e tratamento dos “desvios sexuais”, amplamente considerados⁵. Multiplicam-se as buscas etiológicas a

⁴ Mais uma vez é profícua a intersecção compreensiva da “temática homossexual” com a do movimento feminista. A maternidade como sinal de um corpo de mulher “mais válido”, porque cumpridor do seu essencial e inato destino, a responsabilização de assegurar, através de um “corpo são” a perpetuação da espécie, a satisfação corporal que deve dar ao “instinto” do homem, são recorrentes e enraizados elementos de um imaginário discursivo sobre o “corpo feminino” que deram e continuam a dar mote à necessidade de afirmação emancipada e colectiva das “mulheres” (e.g., Cutrufelli, 1980; Davis, 2002; Halberstam, 1998; Jackson, 1999; Rahman, 2000).

⁵ O termo “desvios sexuais” remete aqui para o seu enquadramento nestas primeiras abordagens científicas da sexualidade e que toma por referência normativa a sexualidade heterossexual e procriativa. Como resume Monleón (2001), o “desvio” da homossexualidade fundamenta-se, em finais do século XIX, na ideia do homossexual como “sujeito orientado para uma vida de prazeres fáceis, imediatos e constitutivos de um interesse de investigação médica ao serviço de ideologias morais e religiosas [...], como monstro depravado cuja especificidade repousa numa natureza orgânica hiper-sexualizada” (p. 374).

respeito do objecto “homossexualidade”, sobre o qual intervenções correctivas de inspiração biomédica tecem as suas potencialidades estratégicas e que Morgan e Nerison (1993) revisitam historicamente, referindo os banhos quentes, a castração, a esterilização ou a lobotomia. Esta trajectória científica da análise da “homossexualidade” espelha-se, complementarmente, numa progressiva incorporação do positivismo nos cânones jurídico-penais e forenses que, entre finais do século XIX e inícios do século XX, auxiliam a perseguição ao homo-sexo, nomeadamente através do aparecimento da noção de “crimes sexuais”, nestes se incluindo as relações entre parceiros do mesmo sexo (cf. Bersani, 1998; Blasius & Phelan, 1997; Boswell, 1980; Cain, 2000; Moran, 1996, 2002; Plummer, 1963; Weeks, 1995).

Lugar central na “ciência da (homo)sexualidade” vai ser ocupado pela Psiquiatria. Um exaustivo catálogo de “desvios” sexuais é proposto por Richard von Krafft-Ebing na obra *Psychopatia Sexualis*, originalmente publicada em 1886 (Krafft-Ebing, 1998). Psiquiatra e neurologista, este autor alemão escreve a respeito da “homossexualidade” passagens como a seguinte:

estes *desafortunados* [homossexuais] são *relativamente* potentes [do ponto de vista sexual], de tal modo que no coito marital incitam a sua imaginação e, em vez de pensarem nas suas esposas, evocam a imagem de algum homem amado [...]. O mero toque de um homem pode induzir *intensa* erecção e *até mesmo* ejaculação [itálicos adicionados]. (p. 230)

Enceta este excerto discursivo, integrado na secção “Patologia Geral” da obra em referência, as intenções de uma ciência que inferia das práticas sexuais entre homens o que não era legítimo (porque abusivo e sustentado por estereótipos) associar-lhes: a inevitável “má fortuna” do desejo, a caracterização (inconsistente) deste desejo – ora nomeado como “deficitário” (ou de uma “relativa impotência”), ora exacerbado (em ilegítima desigualdade face ao desejo heterossexual), porque conducente a uma “intensa erecção”.

Alguns autores desenvolveram esforços de oposição à ortodoxia biomédica e psiquiátrica que sobre o “desvio” da “homossexualidade” começava a desenhar-se. São exemplos destes nomes Karl Ürichs, Havelock Ellis ou Magnus Hirschfeld (cf. e.g., Adam, 1987; Blumenfeld & Raymond, 1993; Marcus, 2002; Rosario, 1997; Weeks, 2000).

Ürichs, advogado e jornalista, baseia na embriologia a ideia de inatismo do amor homossexual masculino, tese que leva este autor a opor-se à condenação legislativa que já vigorava em finais do século XIX. Aqui reside a importância de Ürichs, tendo em conta o que

Capítulo III

defende de antagónico à condenação social e criminal da “homossexualidade”, sendo contudo de destacar que o pendor biologizante e congénito dos seus argumentos é corroborante das perspectivas patologizantes que ao desejo homossexual se dirigiram (Blasius & Phelan, 1997; Rosario, 1997).

Hirschfeld e Ellis são autores com formação médica que desenvolvem intenções defensoras de uma necessidade de compreensão social e política da homossexualidade (Blumenfeld & Raymond, 1993; Cascais, 2004; Morgan & Nerison, 1993). No caso de Hirschfeld, são os estudos relativos à produção endócrina de hormonas características da “homossexualidade” que o levam a sustentar a descriminalização da homossexualidade. Hirschfeld funda na Alemanha, em finais do século XIX, o *Comité Humanitário e Científico*, historicamente referenciado como a primeira organização homofílica (Teal, 1971). Havelock Ellis é iniciador de uma política de reforma sexual e de discussões que dão mote a novas ideias sobre a “(homo)sexualidade”. Na década de 1920, este psiquiatra apoia campanhas britânicas relacionadas com o controlo da natalidade ou o aborto e com a despenalização da homossexualidade, tendo fundado, com base nessas intenções, a *British Society for Sex Psychological Research*. Weeks (2000) diz-nos que as preocupações de Ellis foram menos as de um verdadeiro activismo político e mais as de explorar conceitos relacionados com a Ética, nomeadamente com influências socialistas de inspiração marxista. As perspectivas destes autores continuaram, contudo, a manifestar intenções de cientização da “homossexualidade”, a esta cientização indexando a ideia de “inversão” e tendo a este respeito fundamentado ideologias que radicalizaram a vontade de aniquilação da “diferença” sexual, agora pretensamente validada pelo “saber científico”⁶.

A respeito do processo de cientização do “corpo homossexual”, um tema que ainda gera controvérsias é o da biologia da “diferença” sexual e que ressurge com especial intensidade nos anos de 1990 (Bayer, 1987; Birke, 2002; Fuss, 1989; Stein, 1988; Levy, 2004; Llamas, 1998; Pillard, 1996, 1998). Nesta década, desenvolvem-se estudos sobre marcadores genéticos da homossexualidade e análises de gémeos e de famílias, estudos estes que tentam encontrar percentagens de concordância da orientação sexual – i.e., que tentam averiguar se os irmãos (e particularmente os gémeos) vêm a desenvolver uma orientação sexual homossexual (Bailey & Bernishay, 1993; Bailey & Dawood, 1998;

⁶ Durante o holocausto nazi, a perseguição a milhares de homossexuais fundamentou-se – em auxílio das intenções ideológicas que presidiram ao extermínio - no que estas teses defenderam (Bleuel, 1973; Elman, 1996; Günter, 1995; Haeberle, 1981; Venema, 1978). De tal forma está a condenação da “diferença” homossexual presente na memória dos Colectivos LGBT, que estes fazem dela memorando, exibindo o triângulo invertido (usado nos campos de concentração nazi para “marcação” dos homossexuais) e usando-o, pintado a rosa, como símbolo que o converte em *orgulho* a sobrevivência colectiva e pessoal de “outros” modos de *ser* na sexualidade e na identidade.

Bouchard, 1990; Hamer & Copeland, 1994). Comparando gémeos monozigóticos e dizigóticos, os estudos revelam uma amplitude muito variável nos valores percentuais de concordância da orientação sexual entre os irmãos estudados, o que torna inconclusivos os resultados das investigações realizadas (Bailey & Dawood, 1998). Mais inconclusivos se tornam estes estudos quando revelam que, no caso de irmãos não-gémeos, se verificam valores elevados de concordância de orientação sexual homossexual (Bodmer & McKie, 1994; Schiebinger, 1994; Terry, 1999).

Questões ideológicas relevantes são suscitadas pelos resultados destas investigações, porquanto os estudos biológicos da homossexualidade tendem a encaminhar as suas conclusões para uma lógica de essencialização que negligencia as questões contextuais em que o desenvolvimento identitário necessariamente se inscreve (Baptista, 1993; Birke, 2002; Weeks, 1995). As “razões naturais” da “diferença” permanecem como “surpreendentes”, como validantes de ideologias que põem em desvantagem a “diferença”, já que esta “merece mais estudo e curiosidade” do que a normatividade da expressão e da vivência identitárias: a estas “razões naturais” mais facilmente se acomoda a vontade histórico-cultural de basear a dinâmica dos separatismos (Baptista, 1993). Em sentido complementar, os estudos transculturais sobre a orientação sexual, inscritos em disciplinas sociais distintas como a sociologia, a antropologia, a literatura ou a história (Adam, 1995; Herdt, 1996; Murray, 2002), remetem com recorrência para a variabilidade sócio-cultural e temporal da expressão e da auto-definição da homossexualidade, variabilidade que destrona a ideia de uma essência biológica desta orientação sexual. Ao revelarem a contribuição da estrutura e do funcionamento social e político dos contextos em que o desenvolvimento humano decorre e dos significados que nesses contextos são colectiva e individualmente atribuídos à (homo)sexualidade, se percebe que embora tendo relevância nos vários domínios da existência humana, os factores biológicos são claramente insuficientes para a compreensão do que representa *ser* homossexual. Mesmo reconhecendo os factores de ordem biológica e a sua importância para o desenvolvimento da identidade (sexual),

o que sabemos é que tanto o biológico quanto o social desempenham iguais relevâncias no desenvolvimento de *qualquer* orientação sexual [...]. Compreender a diversidade da vida é compreender de modo gratificante que, em assuntos de sexualidade ou de qualquer outro aspecto fundamental para a definição de nós, somos felizmente muito mais dependentes da

Capítulo III

diversidade cultural do que de uma natureza ou de uma biologia [itálico adicionado]. (Pillard, 1996; pp. 125-126)⁷

Como sustenta Cascais (2005), os genes e o seu mapeamento têm instituído uma representação biológica que se revestiu progressivamente de um valor de poderosíssimo ícone cultural na condução do destino das populações. Nesta representação se apoiam, não raras vezes, projectos político-ideológicos dedicados a uma intenção de eugenismo, seja este baseado em critérios de etnia, género, orientação sexual.... Em projectos desta ordem, o “natural destino” ergue-se, frequentemente, para coarctar as conquistas sociais e políticas na luta pela “igualdade” do “diferente”. Reconhecendo, naturalmente, que a pesquisa sobre o genoma humano e as aplicações dela resultantes, abrem amplas perspectivas para o progresso na melhoria da saúde de indivíduos e da humanidade como um todo, tal pesquisa deve respeitar inteiramente a dignidade, a liberdade e os direitos humanos, bem como devem potenciar a proibição de qualquer modalidade de discriminação baseada em características genéticas.

III. 2. O Psiquismo sobe à “cena da condenação”.

Não apenas à perspectiva biomédica se confinam as críticas à leitura científica da “homossexualidade”, sendo estas críticas também dirigidas ao saber psicológico. Teorias que ora defendem um pendor inato da “homossexualidade”, ora postulam a aprendizagem desta orientação sexual, vão florescer no domínio da ciência psicológica (Bayer, 1987; Birke, 2002; Davies & Neal, 1997; Morgan & Nerison, 1993; Terry, 1999). Desta feita, a complementar o “saber orgânico”, a Psicologia - especialmente a mais inspirada nas correntes da Psicanálise e do Comportamentalismo - vai traçar um caminho tendente ao que Bersani (1995) designa como a moderna “invenção do homossexual como um *tipo psicológico* [itálico adicionado]” (p. 13). Ainda que tentando desafiar o que à época se apresentava como uma ortodoxia biomédica, outros “sabedores” colocam no funcionamento psicológico a nosologia de uma relida, mas igualmente *maldita*, “homossexualidade”. Um

⁷ Mais uma vez é proveitoso estabelecer um paralelismo entre “género” e “orientação sexual”, agora no que diz respeito à utilização da ciência ao serviço de dispositivos ideológicos que remetem a “diferença” para a inferioridade e para a exclusão: a noção de que *alguns* aspectos do comportamento de um indivíduo está de certa maneira traçado – e é causado – pela sua biologia [...] preocupa, na medida em que o determinismo biológico é a mais forte e radical forma de despoletar os argumentos [socio-políticos] que tendem a definir papéis rígidos e tradicionais no campo do género e da orientação sexual. (Birke, 2002, p. 58)

Note-se ainda que os estudos inspirados pela Teoria *Queer* questionam, num plano de análise que é já desconstrutor da própria Biologia, em que medida é o “olhar biológico” contaminado pela leitura humana e social que o produz: faz biologia quem é humano e quem vive num contexto inevitavelmente caracterizado por opções ideológicas e políticas a que a compreensão biológica não escapa (vd. Levy, 2004, Sedgwick, 1990; Seidman, 1996).

outro determinismo é doravante lançado no campo do que quer *saber-se* e *dizer-se* sobre a “homossexualidade”, quer nas elaborações simbólicas por intermédio das quais a psicanálise advoga as vicissitudes instintivas do *mal*-desenvolvido “homossexual”, quer pela óptica comportamentalista de um *mal*-aprendido desejo pelo mesmo sexo.

No tocante à psicanálise, interessa destacar a leitura de Freud sobre a “homossexualidade”⁸. Em resposta à mãe de um homossexual que lhe escrevia, o fundador do pensamento psicanalítico redige uma carta onde diz que

a homossexualidade [...], não é um vício, nem uma degradação, *não se pode classificar como doença*; [mas sim uma] função sexual produzida por uma certa *paragem no desenvolvimento sexual* [...]. É uma grande injustiça, e também uma crueldade, perseguir a homossexualidade como se fosse um crime. (Freud, 1905, cit. in Bayer, 1987, p. 27)

Porque não passível de classificação nosológica, porque distanciada do “vício”, da “degradação” ou do “crime”, a “homossexualidade” é, com Freud, reconceptualizada. Não obstante, deve atender-se às restantes considerações desta citação, por nelas se antever o que vem a constituir o fulcro das perspectivas pós-freudianas e neo-freudianas sobre a “homossexualidade”. Expressões como “paragem no desenvolvimento sexual” abrem caminho para que venham a ser as “concepções neo-psicanalíticas mais patologizantes que as de Freud, ao defenderem que a homossexualidade é um sintoma que requer tratamento” (Morgan & Nerison, 1993, p. 142). Os trabalhos de inspiração psicanalítica disseminaram, tanto no saber-fazer psicoterapêutico quanto no plano cultural, a representação desta orientação sexual como inerentemente patológica⁹.

Llamas e Vidarte (2000) analisam criticamente as produções científicas e histórico-sociais que versaram a “homossexualidade” e procedem, especificamente, a uma revisão do impacto das leituras pós-freudiana e neo-freudiana, defendendo que “com o passar do tempo, a única coisa que restou d[est]as produções [...] foi um brutal retrocesso[...] à teoria

⁸ A Freud se reconhece um carácter inovador da abordagem desenvolvimental da sexualidade humana (viz., e.g., Davidson, 2002; Dollimore, 1991; Gay, 1988) e, em particular, da homossexualidade. Ao lado de outros conceitos, como o de “bissexualidade originária” ou o de “perversa polimorfia do desejo sexual infantil”, uma nova conceptualização é elaborada sobre o desejo homossexual (e.g., Freud, 1986, 1990). Mais se faz notar que Freud foi um forte opositor ao impedimento que as sociedades psicanalíticas da sua época levantavam ao exercício da psicanálise por parte de analistas homossexuais (vd. Bayer, 1987; Davison & Wilson, 1973; Marcus, 2002).

⁹ Drescher (2004) entrevista 46 psicoterapeutas britânicos de inspiração psicanalítica e refere conclusivamente neste estudo que *todos* os entrevistados dizem ter sentido, na sua prática clínica com clientes homossexuais masculinos, necessidade de devolver ao cliente a etologia da sua homossexualidade, sendo a explicação mais habitual a de uma adversa constelação familiar em que sobretudo a figura materna aparece como “demasiado presente”, “controladora do desenvolvimento pulsional dos filhos” ou, ainda, como “incapacitadas de darem a perceber aos filhos uma vantagem social da heterossexualidade”. A constelação familiar está, noutros estudos deste autor relativos à intervenção psicanalítica (Drescher, 1996, 1998), invariavelmente caracterizada por modos patologizantes de funcionamento “causadores” da homossexualidade dos filhos.

Capítulo III

da degeneração, à criminalização e à prossecução da homossexualidade” (pp. 166-167). Também as estratégias de intervenção decorrentes do modelo psicanalítico, como a sugestão ou a hipnose, pretenderam uma modificação da estrutura e do funcionamento psicológicos no sentido da ultrapassagem do desejo homossexual para um estágio mais avançado (i.e., estipulado como o “heterossexual”) de desenvolvimento psicosssexual dos indivíduos (Cabaj & Stein, 1996; Morgan & Nerison, 1993; Morin, 1975)¹⁰.

Para o comportamentalismo, a base interpretativa da “homossexualidade” está nos processos de má adaptação ao contexto, que alguns autores definem como “uma má aprendizagem dos afectos e da sexualidade” (Davison & Wilson, 1973) ou como um “hábito que reflecte a impossibilidade de alcance de prazer nas relações heterossexuais” (Nurius, 1983). Consequentemente, “a maior parte das abordagens terapêuticas da homossexualidade, desenvolvidas dentro do modelo da aprendizagem comportamental, [...] têm como objectivo a redução do prazer obtido através do homoerotismo e/ou aumento do prazer heteroerótico” (Moita, 2001, p. 122). Exemplos concretos de estratégias decorrentes deste modelo são a terapia aversiva, emparelhando estímulos aversivos (electrochoques, administração de metazol, indução de vômitos...) a estímulos homoeróticos reais e/ou potenciais¹¹. Também a abstinência sexual ou, numa óptica já influenciada pelo modelo da aprendizagem social (Bandura, 1969, 1977), a exposição recorrente de homens homossexuais a “modelos” de comportamento “heterossexual”, são estratégias intencionalmente correctivas relacionadas com o comportamentalismo (Davison & Wilson, 1973; Isay, 1993; Scasta, 1998).

O que hoje se depura das lógicas correctivas que às estratégias decorrentes destas duas correntes teóricas da Psicologia se associaram, é que não apenas foram elas ineficazes na mudança do desejo e do comportamento homossexuais como, mais do que isso, resultaram

¹⁰ Pedro Luzes, psicanalista português, escreve na década de 1960 um artigo intitulado “Psicopatologia da Homossexualidade Masculina”, onde afirma que

a homossexualidade masculina provoca *fortes angústias* devido à preponderância da agressividade no equilíbrio psíquico do *doente* e devido à orientação preferencial desta agressividade contra o primeiro objecto afectivo, isto é, contra a mãe. [...] É por esta razão que as relações entre homossexuais *nunca* são duradouras, ou, quando o são, mostram-se *altamente conflituosas* [itálicos adicionados]. (Luzes, 1963, pp. 4-5)

Expressões como “anafectividade”, “ausência de consciência mórbida”, “perversão”, “vício”, “aversão à procriação” são transversalmente empregues no mesmo artigo revelando-nos quão depositário este registo é, na sua semântica e nas implicações das suas análises, de tradições condenatórias anteriores, como vimos, ao momento de “construção científica” da homossexualidade.

¹¹ Davison e Wilson (1973) relatam como estratégia recorrente das terapias aversivas com homossexuais masculinos a administração de electrochoques nos genitais masculinos associada a imagens apresentadas aos sujeitos contendo imagens de homens despidos ou beijando-se.

invariavelmente na tentativa de que o “saber” do psiquismo impedisse a vivência plena, gratificante e legitimante da “diferença” homossexual.

Somente com a perspectivização do “social” e do seu contributo para as dificuldades vivenciais da “diferença” sexual se torna possível alterar os intentos de nosologização e correcção da “homossexualidade”. Deixar de considerar a “homossexualidade” como entidade clínica e percebê-la como variante da sexualidade humana foi mudança epistémica a que não é alheio o entendimento social da “diferença” sexual. Não ficaria, pois, completo este trabalho sem uma referência às perspectivas sociais da(s) sexualidade(s), pelo que seguidamente procedemos à sua breve sistematização.

III. 3. Dizer o social: outros olhares sobre a “diferença (homo)sexual”.

Com Alfred Kinsey se inauguram diferentes formas de perspectivar a “(homo)sexualidade”. Os estudos por si conduzidos nos alvares da década de 1950 (Kinsey, Pomeroy & Martin, 1948; Kinsey, Pomeroy, Martin & Gebhard, 1953) preconizam um importante e alargado debate sobre a sexualidade humana. Estes estudos inscrevem o comportamento sexual numa análise social da sociedade norte-americana da época, permitindo o conhecimento detalhado de uma variedade de práticas sexuais, de entre as quais as práticas sexuais homossexuais. Relatando, nomeadamente, que a homossexualidade era praticada por jovens e por adultos até ao orgasmo, resulta dos estudos da equipa de Kinsey a ideia de que a sexualidade se constitui enquanto *continuum*: a dicotomia “heterossexualidade”/“homossexualidade” passa a ser questionada enquanto descritor aplicável à vivência sexual. Um indivíduo não tem, necessariamente, que se definir como “exclusivamente homossexual” ou como “exclusivamente heterossexual” - pontos extremos desse *continuum* - pelo facto de as suas práticas sexuais serem relativas a uma ou a outra destas possibilidades.

Dois aspectos relevantes resultam destes estudos: (i) a questão da distinção pioneira que se estabelece entre “comportamento”, “conduta” ou “prática” homossexual e a forma como esta prática vem, no devir da existência individual, a adquirir significados e (ii) uma tónica nas dimensões contextuais que enquadram as práticas homossexuais¹².

¹² Ficou célebre a canção de Cole Porter, “too darn hot”, escrita no mesmo ano em que o primeiro relatório da equipa de Kinsey era divulgado e na qual, de modo irónico, Porter fazia alusão a este divulgado e entusiasmante saber sobre a sexualidade: “According to the Kinsey Report/ Ev’ry average girl you know/ Much prefers her lovely doggie to court/ When the temperature is low/ But when the thermometer goes way up/ And the weather is sizzling hot/ Mister Adam/ For his madam”. Na década de

Capítulo III

Em finais da década de 1970, e seguindo as intenções de análise iniciadas por Kinsey, o estudo de Bell e Weinberg (1979) debruça-se especificamente sobre a(s) “homossexualidade(s)”. São neste estudo contempladas dimensões de análise como a visibilidade homossexual, a aceitação social da homossexualidade e a “política homossexual” (e.g., existência ou ausência de afiliação no recém nascido movimento liberacionista gay e lésbico, níveis de compromisso político com este movimento e efeitos da visibilidade homossexual nas ideologias políticas norte-americanas da época)¹³. Nas suas conclusões, o estudo refere que a população “homossexual” se revela extraordinariamente variada no que concerne à sua vida sexual, aos processos de adaptação social que desenvolve e aos significados afectivos que atribui à vivência da sua sexualidade: “existem «homossexualidades» assim como existem «heterossexualidades», incluindo cada uma destas categorias uma diversidade de dimensões interrelacionadas” (Bell & Weinberg, 1978, p. 288). Quer a plasticidade, quer a multicausalidade da sexualidade humana passam a ser consideradas já não em relação ao *continuum* da orientação sexual (globalmente considerada) proposto por Kinsey, mas particularmente em relação à “homossexualidade”. Ainda assim, refira-se que este estudo é ainda depositário de uma intenção de explicar a “diferença” homossexual. Ainda que multicausal, ele é ainda precisamente isso: causal e, portanto, revelador da continuidade da busca etiológica para compreensão da(s) homossexualidade(s).

Merecem referência os estudos conduzidos por Hite (1976, 1986) no que trazem de complementar à compreensão das práticas sexuais. Uma preocupação em analisar as representações sociais de género associadas às práticas sexuais é patente nos relatórios produzidos pela equipa desta autora: revelar-se e/ou ser percepcionado socialmente como homem ou mulher é um aspecto sobre o qual Hite se debruça. Subsidiariamente, e numa intencional oposição à tendência *masculinizante* e *masculinizada* das análises sociais que as precedem, as investigações de Hite conferem à sexualidade feminina especial atenção, na medida em que “se pretende, quando queremos que a real igualdade entre homens e mulheres se faça também no campo da ciência, perceber o que tanto homens como

1990, o grupo pop *Erasure* canta “too darn hot” num disco de tributo a Porter – Red, Hot and Blue - em jeito de explícita afirmação gay, substituindo “girl” por “man” e “his madam” por “his romance”.

¹³ Do ponto de vista metodológico, o que de mais relevante distingue este estudo dos que Kinsey e a sua equipa haviam iniciado prende-se quer com o alargamento dos contextos de socialização que enquadram as práticas homossexuais quer com as mudanças sociais e políticas que estão na base desse alargamento: locais de encontro e lazer para a comunidade homossexual (bares, saunas gay...) e organizações homofílicas entretanto emergentes constituem fontes de recrutamento. De especial saliência é também o facto de neste estudo estarem já incluídas dimensões psicológicas relacionadas com as práticas homossexuais, integrando aspectos como “sintomas psicossomáticos”, “auto-aceitação”, “solidão”, “ideias e tentativas de suicídio”, “depressão” e (eventual) “procura de um especialista” para apoio psicológico.

mulheres fazem sexualmente e o que tanto uns como outras fazem homossexualmente” (Hite, 1986, p. 11)¹⁴.

Um cuidado crítico que vários investigadores dirigem a trabalhos seguidores da lógica de caracterização demográfica exaustiva dos comportamentos sexuais prende-se com o que deixam os mesmos trabalhos subentendido como “percentagem populacional” de práticas (homo)sexuais (cf., Birke, 2002; Coyle & Kitzinger, 2002; Malone, 2000; Murray, 2002; Russell & Bohan, 1999). No caso da “diferença” sexual, as estimativas pressupõem que os sujeitos recrutados tenham já adquirido uma consciência clara de si enquanto sexualmente “não-normativos”, não se contemplando por isso em estudos desta natureza modos de vivenciar a “diferença” que não são (ainda) reclamantes dessa consciência e/ou que não se tornam suficientemente “visíveis” ou “expressos”.

Nome fundamental de um saber crítico sobre a análise social da “homossexualidade” é o de Mary McIntosh, autora que redige, em 1968, um artigo sobre “o papel homossexual” (McIntosh, 1996). A ideia central que se oferece neste trabalho é a de que é urgente a crítica à abordagem sociológica da homossexualidade. A autora encontra nesta abordagem uma tendência para definir a homossexualidade como “condição que se tem ou não se tem, como se fosse possível dizer, de modo breve e curto, quem é e quem não é homossexual” (p. 34), como se as categorias de análise da sexualidade fossem representativas de uma universal “condição de diferença”. McIntosh retoma os trabalhos de Krafft-Ebing para ilustrar a distinção entre o *verdadeiro invertido* (o que congenitamente assim se desenvolve) do homossexual que *aprende a sê-lo*. Com esta distinção se inicia um extenso debate que pretende perceber se esta “condição” é inata ou adquirida, desde sempre se chegando a resultados que nada têm de consistentemente conclusivo e que reproduzem, também na análise do social, posições ideológicas opressivas da “diferença” sexual desde o momento em que a colocam como um “problema”. Os processos sociais de *rotulagem* dos homossexuais operam, segundo McIntosh, segundo duas intenções nucleares: ajudar a distinguir o comportamento permissível do não-permissível e segregar culturalmente os sujeitos que no domínio desse não-permissível sejam enquadrados.

Weeks (1998a) dá leitura ao impacto do trabalho de McIntosh, três décadas depois da sua pioneira publicação, fazendo notar que o interesse reside, sobretudo, nas

¹⁴ Hite presidiu à Direcção da *National Organization for Women's Feminist Sexuality* entre 1972 e 1978, instituição cujos propósitos de actuação tentaram a conciliar os resultados das investigações aqui referenciadas com uma sistemática acção interventiva e militante de pendor feminista apoiada nestes resultados.

Capítulo III

possibilidades por ele abertas a uma leitura sociológica de cariz comparativo, ao permitir avaliar os significados atribuídos à homossexualidade em culturas e momentos históricos distintos: “o que o trabalho de McIntosh permite é que *o objecto de estudo científico* deixe de ser a homossexualidade, em si mesma, e *passa a ser o das concepções sociológicas*, elas próprias, trazidas à condição de objecto de análise [itálicos adicionados]” (p. 134).

III. 4. *Dizer pela Voz do Sujeito:*

A ciência em tempos de libertação gay e lésbica.

É agora tempo de nos centrarmos sobre a forma como os discursos psicológico e psiquiátrico vão, também estes, ser reformulados, num caminho crítico ao qual, já o dissemos, não são alheios os movimentos sociais das décadas de 1960/70, como também não lhe são alheios os estudos e as reflexões de ordem sociológica que antes sintetizámos. O que de seguida se analisa é de que modo deixa de se falar *da* “homossexualidade”, de que modo se deixa de “dizê-la” e se permite que gays e lésbicas adquiram, *pela sua (activa)* voz, papel representativo e legitimado no campo das ciências psiquiátrica e psicológica.

Nos anos de 1950, a primeira edição do DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*) integra a “homossexualidade” na categoria de distúrbios da personalidade sociopática e menciona-a como associada a uma profunda ansiedade subjectivamente experienciada na ausência de outra(s) patologia(s) (vd. Bayer, 1987; Blasius & Phelan, 1997; Llamas, 1998; Morgan & Nerison, 1993). A “homossexualidade” remete, nesta primeira classificação, para um mal-estar patológico experienciado na decorrência da não-conformidade com as normas do meio sócio-cultural em que a pessoa se situa. A revisão desta primeira edição do DSM, em 1968, vai incluir a homossexualidade na categoria de “outras perturbações mentais não-psicóticas”, ao lado de classificações como feiticismo, pedofilia, travestismo, exibicionismo, voyerismo, sadismo e masoquismo. É contra esta reformulação nosológica avançada pelo DSM-II que o activismo gay e lésbico se insurge. As contestações do então nascente movimento liberacionista gay e lésbico a múltiplos alvos institucionais e formais (como os média, o governo, as instituições, as deliberações jurídicas e constitucionais norte-americanas) estendem-se à *American Psychiatric Association* em 1970, ano em que activistas homossexuais se dirigem à Convenção desta associação realizada em San Francisco, para em modo de acção directa e combativa da tradição patologizante afirmarem: “estamos fartos de que falem por nós, agora

somos nós que queremos e devemos falar [...] sobre o que sentimos, o que sofremos, o que rejeitamos vivamente que digam das nossas vidas. Queremos que nos ouçam!" (Teal, 1971, p. 46).

Em 1971, é autorizada a inclusão de um painel na Convenção desse ano, onde pela primeira vez se aborda a "questão homossexual" com propostas que advogavam a sua despatologização e que abordam a homossexualidade como um "estilo-de-vida". Novamente, lésbicas e gays marcam presença, falando na primeira pessoa e afirmando o seu bem-estar com este "estilo-de-vida". Estabelecia-se, definitivamente, um terreno para o ataque - protagonizado sobretudo pela *Gay Liberation Front* e pela *Mattachine Society* - ao alvo que mais caro se vem a revelar ao protesto homossexual de então: o da ameaça de catalogação da "homossexualidade" como patologia psíquica e, decorrentemente, o da crescente utilização, no contexto norte-americano, das técnicas aversivas de modificação comportamental¹⁵. Outros painéis são apresentados com o propósito de chamar a atenção para o sofrimento experienciado por gays e lésbicas como resultado da exclusão social e de denunciar a negligência da psiquiatria face a esta exclusão. As acções dos opositores ao desenvolvimento duma teoria psíquica da "doença homossexual" aliaram-se a tentativas, também por estes opositores protagonizadas, de reformulação da opinião pública a respeito da homossexualidade e de alterações constitucionais e legislativas no sentido de um igualitário reconhecimento entre a homossexualidade e a heterossexualidade (Kaplan, 2001; Malone, 2000; Teal, 1971).

Mas mais longe chegam as conturbações no seio da comunidade científica: a ciência da "psique homossexual" tem agora, ela mesma, representantes fortemente opositores à patologização da homossexualidade. Se antes apenas se vislumbrava nos esforços de activistas exteriores às instituições da Psiquiatria um ataque à patologização da homossexualidade, agora são alguns dos próprios cientistas a enveredarem por acções políticas paralelas ao exercício da sua actividade científica para reivindicarem activamente a despatologização da homossexualidade. Activistas gays e lésbicas começam a ter poder decisional nos órgãos de deliberação diagnóstica e de supervisão das nomenclaturas que o DSM associava à homossexualidade: o protesto sobre a visão psiquiátrica da doença

¹⁵ Nota-se que os protestos norte-americanos estavam, à época, marcados por uma conturbação social que "aliava" interesses paralelos aos lésbicas e gays, como era o caso dos movimentos de afirmação negra e feminista ou dos movimentos anti-guerra do Vietnam. Kameny, presidente da *Mattachine Society*, dirigia-se assim aos Psiquiatras presentes na Convenção: "você são o inimigo incarnado [...] por intermédio da lenta guerra que travaram contra os homossexuais, pelo que podem tomar as nossas acções como uma declaração da nossa guerra contra vós" (Kemenny, 1971, cit. in Bayer., 1987, p. 105). Através de um jogo de palavras que perderia valor semântico se traduzido, Falco (1990) refere que nos inícios da década de 1970, "all psychology and psychiatry became strongly suspect [...]; therapists were often called «the-rapists», seen as rapists of a positive lesbian [and gay] identity" (p. 20).

Capítulo III

homossexual passa a ser não apenas um protesto sobre o “saber” psiquiátrico mas um protesto desse mesmo “saber”¹⁶.

Nome incontornável da controvérsia que na saúde mental vem a instalar-se a respeito da “homossexualidade” é o de Robert Spitzer (cf. Bayer, 1987; Malone, 2000; Murray, 2002; Weeks, 2000), psiquiatra e *chair* do Comité de Nomenclatura da *American Psychiatric Association*. Spitzer tenta conciliar, por um lado, as divisões que já no seio desta associação se iam estabelecendo a respeito da retirada da homossexualidade do DSM-II e, por outro, o contacto pessoal que estabelecia com activistas gays e lésbicas no sentido de reforçar a necessidade desta retirada. O conhecimento “de terreno” sobre a homossexualidade - nascido do contacto directo que foi estabelecendo com estes activistas e com indivíduos homossexuais que manifestavam uma integração da sua homossexualidade - reforça a Spitzer o sentido de pertinência da revisão das implicações da criação de um sistema nosológico relativo à “homossexualidade”. Igualmente relevantes para esta necessidade de reformulação nosológica se revelaram os contributos epistémicos e conceptuais que a corrente da anti-psiquiatria começava a dirigir, de modo progressivamente mais marcado e disseminado, aos intuits genéricos da patologização psiquiátrica (*vide*, e.g., Cooper, 1978; Cooper, Basaglia, Castel & Lopez, 1977; Moffat, 1981; Szasz, 1970).

Dois critérios subjacentes ao raciocínio nosológico da época começam, com Spitzer, a ser alvo de um radical questionamento crítico: que o sofrimento psicológico seja intensa e prolongadamente vivenciado e que a desadaptação da pessoa seja impeditiva do seu funcionamento em contexto (aspectos que o DSM-II estabelecia como fundamentais para a classificação de “desordem mental”). Ora, se para todas as restantes categorias nosológicas estes critérios eram condição necessária, então porque motivo o mesmo não se aplicava à “homossexualidade”? Com base nesta interrogação, Spitzer propõe que uma nova categoria pudesse ser criada e se intitulasse “distúrbio de orientação sexual”, destinada apenas a nomear os sujeitos que, tendo interesse primordialmente direccionado para pessoas do mesmo sexo, vivenciassem um profundo conflito ou que desejassem, eles mesmos, a mudança da sua orientação sexual. Esta nova categoria deveria distinguir-se claramente da homossexualidade por não constituir esta orientação sexual, *per se*, uma desordem psiquiátrica.

¹⁶ Repare-se que um volte-face vai suceder no cruzamento entre as intenções do activismo gay e lésbico e a reformulação do “saber psíquico”: se a história havia determinado uma condenação cultural e legislativa que desemboca no saber psiquiátrico, é deste que partem agora os esforços para se elaborarem visões críticas a respeito do que o precede historicamente (i.e., a respeito das representações sócio-culturais e das deliberações jurídico-legislativas sobre a homossexualidade).

Fortes opositores à revisão do DSM-II foram Irving Bieber e Charles Socarides, psiquiatras de inspiração psicanalítica e que desenvolveram uma activa conta-corrente às propostas de despatologização da homossexualidade (cf. Blasius & Phelan, 1997; D'Emillio, Turner & Vaid, 2000; Marcus, 2002). O que psicanalistas como Bieber e Socarides, a par de outros nomes menos sonantes, continuavam defendendo era a noção de que, quando vivida como orientação sexual exclusiva, a homossexualidade seria *impreterivelmente* indicativa de perturbações graves do desenvolvimento psico-sexual e da não resolução de conflitos simbólicos referentes aos núcleos parentais.

A *American Psychiatric Association* e a *American Psychological Association* vêm, respectivamente em 1973 e em 1975, a retirar completamente a “homossexualidade” dos critérios que estabeleciam para a sustentação de patologia ou desordem mental. Esta retirada resulta da relação dialéctica entre, por um lado, as persistentes oposições de activistas e de alguns psiquiatras à ortodoxa abordagem científica da “homossexualidade” e, por outro, o que os estudos e os critérios nosológicos revelavam de incongruente a respeito desta abordagem. Para que evidentes se tornassem os resultados inconclusivos dos estudos e a desadequação dos critérios nosológicos à “homossexualidade” foi fulcral a acção de activistas e de profissionais dissidentes do “saber psíquico”, do mesmo modo que reforçada foi a pertinência desta acção pela sistematização analítica da incongruência das “análises psíquicas da homossexualidade”.

Na resolução relativa à abolição da “homossexualidade” dos critérios de desordem psicológica por parte da *American Psychological Association*, ficaram registadas estas palavras:

a homossexualidade, *per se*, não implica desajuste nas capacidades de julgamento, na estabilidade ou nas competências vocacionais e sociais [da pessoa homossexual]. Doravante, [...] é urgente que os profissionais de saúde mental assumam a liderança no processo de remoção do estigma que por longo tempo esteve associado às orientações homossexuais. (Conger, 1975 cit. in Morin, 1977, p. 629)¹⁷

¹⁷ Dedicámos neste capítulo atenção maior a estas duas instituições do “saber psíquico” sobre a “homossexualidade” não sonhando, contudo, a relevância da decisão, por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS), de suprimir a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID). Esta decisão ocorre em 1990, sendo que a 10ª edição da CID refere explicitamente que a orientação sexual não constitui, *per se*, perturbação mental (cf. e.g., Chernin & Johnson, 2003; Davies & Neal, 1997; Krajeski, 1996; Moita, 2001).

III. 5. “Saber ouvir” para “saber fazer”: rumo a uma *Psicologia Afirmativa Gay*.

Em virtude do questionamento que a ciência psicológica criticamente desenvolveu sobre si mesma, emerge o que vem a designar-se, a partir da década de 1980, como o “modelo afirmativo *gay*” (e.g., Chernin & Johnson, 2003, Davies & Neal, 1997, 2000; Falco, 1990; Milton & Coyle, 1998; Milton, Coyle & Legg, 2002; Stein, 1988; Stein & Cabaj, 1996). Este modelo surge como um conjunto de princípios que norteiam a intervenção junto de lésbicas, gays e bissexuais, sobretudo quando estas pessoas se deparam com sérias dificuldades na aceitação e na integração da sua “diferença”, de molde a ajudá-las “a perceberem que o núcleo do problema não é a sua orientação sexual, mas o preconceito irracional, homofóbico, no meio do qual o sujeito se desenvolve” (Moita, 2001, p. 150). Não pretende este modelo constituir-se como escola ou corrente teórica autónoma; ele intenta descentrar as preocupações do saber psicológico das noções de défice ou patologia para o reconhecimento do modo como as configurações heterossexistas e homofóbicas dos contexto sócio-culturais, ideológicos e políticos são, estas sim, justificativas das dificuldades levantadas ao desenvolvimento e à integração da identidade sexual não-heterossexual. O que este modelo *afirma* – e daqui decorre mais directamente a sua designação – é que a homossexualidade e a bissexualidade se apresentam como modos de estruturação psicológica tão válidos, tão passíveis de uma vivência satisfatória e gratificante quanto a heterossexualidade. Assim,

os desafios e especificidades da consulta psicológica com homossexuais situam-se claramente dentro do nível optimal de desenvolvimento dos profissionais da psicologia, particularmente se houver um investimento claro nesta *psicoterapia da diferença* [...] que permita aceder a uma prática profissional *não-discriminatória* [itálicos adicionados]. (Menezes & Costa, 1992, p. 83)

Sendo o modelo afirmativo *gay*, na sua recorrente acepção, de natureza clínica, pretendemos salientar a importância de que a outros domínios (complementares ao do espaço psicoterapêutico) se estendam os propósitos afirmativos da intervenção psicológica, razão pela qual falamos, mais amplamente, de uma *Psicologia Afirmativa Gay*. Tendo sido anteriormente focados o heterossexismo e a homofobia para contextualização social e política da “diferença” sexual, é agora no quadro da actuação profissional da psicologia que interessa retomar estes conceitos. Se o desenvolvimento psicológico e a (re)construção identitária adquirem significado nos contextos sociais e políticos em que decorrem, ao

heterossexismo e à homofobia sócio-culturais correspondem, necessariamente, formas interiorizadas ou psicológicas de vivenciar e/ou expressar esse heterossexismo e essa homofobia. Ser sexualmente “diferente” pressupõe a sistemática construção de significados referenciados por uma “normatividade” ora desprovida (porque heterossexista) de referências e modelos socializantes promotores da “diferença”, ora geradora (porque homofóbica) de preconceitos, condenações e violências – tanto reais quanto simbólicas – que sobre a “diferença” sistematicamente recaem. O objectivo da intervenção psicológica de pendor afirmativo passa, deste modo, a ser o da redução da homofobia internalizada e do heterossexismo internalizado, com vista à aceitação, por parte do indivíduo, dos seus desejos e das suas experiências e à escolha da sua própria identidade (Sophie, 1987).

III. 5. 1. Atitudes e domínios da actuação no quadro ético da psicologia afirmativa gay.

Trabalhando no sentido de dar respostas suportivas às dificuldades que o indivíduo encontra na construção identitária da sua “diferença” sexual, é a relação inextrincável entre as configurações estruturais e funcionais do contexto ideológico em que vivemos e o desenvolvimento pessoal da identidade que ocupa centralmente a psicologia afirmativa e que lhe dita, em processo e em resultado, as possibilidades de eficácia. Não pode ser nunca da responsabilidade do sujeito o sofrimento que experiencia no mundo opressivo em que a sua identidade sexual toma lugar, sob pena de que esta responsabilidade resulte em culpa que se atribui a quem é vitimizado. Como salientam Llamas e Vidarte (2001) :

se a auto-estima, em si mesma, não é um argumento suficiente para motivar a saída do armário, então que seja de apelar [...] à responsabilidade social. Porque todas e todos somos (um bocadinho) responsáveis por fazer o que está à nossa mão para tornar a vida mais fácil e mais feliz ao resto das pessoas. (p. 127)

São também, e por decorrência lógica, os psicólogos a terem responsabilidade (política, social, pessoal, ética) na forma como intervêm junto de gays, lésbicas e bissexuais. Vários códigos deontológicos e de conduta (e.g., ACA, 1996; APA, 1974; APA, 1992, 1998; Dworkin, 1992; Fisher, 2003) frisam, desde a retirada da homossexualidade dos critérios de diagnóstico e perturbação mental, esta responsabilidade como transversal a domínios da intervenção e da investigação como o aconselhamento psicológico, a psicoterapia, a avaliação psicológica, a realização de estudos sobre a homossexualidade e a bissexualidade, a psicoterapia de casal (com parceiros homossexuais e/ou em situações

Capítulo III

que envolvem a vivência da bissexualidade no seio das relações amorosas e/ou conjugais), passando pelas práticas de avaliação, orientação, aconselhamento e/ou psicoterapia em contexto escolar e profissional ou pelos programas comunitários implementados junto da comunidade lésbica, gay e bissexual.

Leva-nos isto a uma dimensão inerente à psicologia afirmativa gay: a de que os psicólogos, eles próprios, reconheçam a homofobia internalizada e o heterossexismo internalizado que caracterizam inevitavelmente o seu percurso pessoal. Como profissionais, os psicólogos são também indivíduos socializados no contexto de todos nós e que sistematicamente dá mensagens ostracistas e/ou que desprovido está de referências positivas relativas ao modo de vivenciar a “diferença” sexual: nessa medida, “a noção de que *devemos* ser abertos e empáticos [...] pode resultar uma certa resistência [do psicólogo] a analisar a própria homofobia internalizada” (Menezes & Costa, 1992, pp. 81-82).

A eficácia da intervenção psicológica fica seriamente comprometida se for permeável aos estereótipos, preconceitos ou juízos negativos sobre a “diferença” sexual. De acordo com Morgan e Nerison (1993), a intervenção psicológica com homossexuais e bissexuais “representa um terreno fértil para perspectivar a ignorância e a elaboração de estereótipos dos profissionais de saúde mental, mesmo por parte daqueles que pretendem ser apoiantes junto das populações homossexuais” (p. 137). São fundamentais ao trabalho psicológico afirmativo competências que reclamam uma tomada de consciência profissional sobre o modo como as atitudes e os sentimentos do psicólogo podem interferir na capacidade para avaliar as situações de vida apresentadas pelos sexualmente “diferentes” e para dar resposta satisfatória a estas situações. Simultaneamente, exige-se que o psicólogo conheça os processos subjectivos da (re)construção identitária associados à experiência de pertença a grupos socialmente discriminados, aqui se reclamando competências intelectuais e cognitivas que permitam, auxiliadas por uma informação actualizada sobre os recursos de que os indivíduos e os seus grupos dispõem, perceber as vicissitudes vivenciais que decorrem da “diferença” sexual (APA, 2000; Baron, 1996; Carneiro, 2005; Davies & Neal, 1997; Falco, 1990; Kitzinger, 1996).

A família emerge como contexto relativamente ao qual são igualmente salientes as preocupações da psicologia afirmativa gay. Como espaço onde a “descoberta” da homossexualidade ou bissexualidade de um indivíduo se apresenta recorrentemente como acontecimento que suscita processos de reestruturação relacional de grande complexidade,

quando não mesmo a exclusão desse indivíduo, o contexto familiar merece, logicamente, atenção cuidada. Estas realidades assumem importância especial quando nos reportamos aos jovens e jovens adultos, tendo em conta acrescidas necessidades de suporte familiar neste período de vida. Os profissionais afirmativos devem ser catalizadores de processos de desconstrução de estereótipos decorrentes daquilo que Herdt e Koff (2002) designam como *mito da família heterossexual*. Trata-se de um mito arcado na dupla lógica do heterossexismo (reflectida na expectativa de que os filhos e/ou outros membros da família são/serão heterossexuais e de que cumprirão a “esperada” função de constituição de uma família heterossexual) e da homofobia (particularmente notada no medo e na culpabilização dos pais face à homossexualidade ou bissexualidade dos filhos, bem como da vergonha e dos receios gerados por uma real e/ou imaginada rejeição e do que os outros podem “pensar”, “fazer” ou “dizer”). O apoio psicológico às famílias deve, assim, orientar-se para o desenvolvimento de competências para que estas lidem com a realidade da “diferença”, para que progressivamente a aceitem como parte da sua estrutura e do seu funcionamento rumo a um processo relacional em que essa “diferença” deixa de ser sobreposta às características globais de cada família (Beaty, 1999; Carneiro & Menezes, 2006; D’Augelli, 2000; Dempsey, 1994; Gogging, 1993).

Uma outra acepção de família, no tocante à psicologia afirmativa, prende-se com a possibilidade de constituição, por parte de lésbicas, gays e bissexuais de novos e reconfigurados laços familiares. De resto, muitos indivíduos constroem família(s) já antes da “descoberta” da sua “diferença” sexual. Se se reconhecerem como não-heterossexuais e se dispostos estiverem a reformular as suas vidas em conformidade com a “diferença” da sua sexualidade, enfrentarão tendencialmente obstáculos e dificuldades que reclamam, com frequência, apoio psicológico. Ajudar a integrar esta “diferença” sem dar “por perdidas” todas as dimensões afectivas gratificantes que a relação familiar anteriormente constituída possibilitou, não é certamente tarefa fácil, mas não é também certamente impossível. Por outro lado, é preciso perceber quanto podem as reconfigurações nos ciclos sociais e familiares motivadas pelo “descobrir” e pela aceitação progressiva do indivíduo de “outra” sexualidade exigir processos psicossociais de readaptação de grande exigência a que os psicólogos devem estar particularmente atentos (APA, 2000; Chernin & Johnson, 2003; Davies & Neal, 2000; Lehr, 1999).

Mesmo não tendo “descoberto” e “assumido” uma orientação sexual distinta da que anteriormente se vivenciou, mesmo tendo um sentido subjectivo de si mesmo que ao longo da vida foi permanecendo como o da “diferença” sexual, não é simples a construção de uma

Capítulo III

relação amorosa e/ou de uma família (Jones & Bates, 1988; Kurdek & Schmitt, 1988; Marshall, 1995; Menezes & Costa, 1992; Rubio, 1999). Pelo secretismo a que tendencialmente estão votados os afectos homossexuais e bissexuais, pela posição que social e ideologicamente vimos ser privilegiadamente assumida pela família heterossexual no quadro estrutural e funcional das sociedades actuais, iniciar, manter e/ou terminar uma relação amorosa não-heterossexual, reclama a confrontação com o estigma a que uma relação desta ordem está sujeita: “estar ou viver com alguém constitui um claro sinal pessoal e social de que se é homossexual e necessariamente exige um elevado grau de auto-aceitação da própria homossexualidade”. (Rubio, 1999, p. 156)

Pelo que anteriormente foi exposto a respeito de diferentes domínios de intervenção da psicologia afirmativa gay, se percebe e justifica que o desenvolvimento de competências e a formação contínua dos psicólogos em matéria de orientação sexual homossexual e bissexual sejam vistos como necessidades fundamentais integrantes desta psicologia (Alison et al., 1994; Fassinger & Ritchie, 1977; lasenza, 1989). Mais ainda quando os *curricula* universitários no campo da Psicologia tendem a ignorar e a negligenciar (ou, pelo menos, a não aprofundar com o cuidado e a informação que lhe são devidas) estas temáticas. Os recursos informativos e educativos, a continuidade da prática psicoterapêutica e do contacto profissional com os sexualmente “diferentes”, a supervisão cuidada e a criação de oportunidades para reflexão sobre as especificidades inerentes à construção psicológica da identidade sexual não-heterossexual, são aspectos centrais da formação profissional dos profissionais de uma psicologia que se pretende afirmativa (Carneiro, 2005). Em complemento, o conhecimento dos recursos comunitários desenvolvidos pelas associações LGBT, dos modos – potenciais e/ou reais – de envolvimento dos indivíduos nestas associações e dos resultados pessoalmente encontrados na decorrência deste envolvimento são instrumentos fundamentais do suporte psicológico à “diferença” sexual, tanto no que respeita à pessoa não-heterossexual, quanto no que se refere aos agentes significativos das suas redes de apoio e dos seus círculos de relação social. Os aparelhos legislativos de defesa e protecção dos direitos LGBT, bem como grupos de interajuda e apoio são exemplos não-negligenciáveis destas ferramentas da intervenção psicológica.

O **Quadro 2** sistematiza os focos ou domínios de intervenção psicológica afirmativa gay e as competências profissionais que estes domínios reclamam, tomando por referência o mais

recente documento que a Divisão 44 da *American Psychological Association* (sector desta instituição dedicada às questões gays, lésbicas e bissexuais) elaborou para definição das linhas orientadoras da intervenção profissional com esta população (cf. APA; 2000). Sublinha-se que a deontologia e a ética subjacentes à intervenção e à investigação psicológicas devem ser sistematicamente consciencializadas como dimensões transversais aos focos e às competências profissionais anteriormente exploradas e sistematizadas no Quadro.

Psicologia Afirmativa Gay	
Focos/ Domínios de Intervenção	Competências Profissionais
Atitudes do Psicólogo face à Homossexualidade / Bissexualidade	<ul style="list-style-type: none"> ▣ reconhecimento sistemático de que a orientação homo/ bissexual não é indicativa de perturbação mental mas apenas dificultada no seu desenvolvimento em virtude da estigmatização ▣ conhecimento aprofundado dos efeitos desta estigmatização sobre a saúde mental e sobre o bem-estar psicológico de homo/ bissexuais ▣ auto-avaliação cuidada (i) das atitudes, dos valores e das limitações na prestação de suporte a indivíduos homo/bissexuais e (ii) dos modos de interferência no processo e no resultado desse suporte
Relações Familiares Homossexuais/ Bissexuais	<ul style="list-style-type: none"> ▣ atenção sistemática aos processos de (potencial) (re)integração vs. desintegração familiar motivados pela homo/ bissexualidade do(s) elemento(s) constituintes
“Diferenças na Diferença” Homossexual/ Bissexual	<ul style="list-style-type: none"> ▣ (re)conhecimento das dificuldades particularmente levantadas a “múltiplas estigmatizações” (e.g., orientação sexual + género + etnia + valores religiosos + envelhecimento + ...) ▣ atenção às dificuldades acrescidas no desenvolvimento identitário de homo/ bissexuais com incapacidades físicas, sensoriais, cognitivas e/ ou emocionais
Educação e Formação de Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> ▣ acessibilidade e exploração de recursos informativos e educativos, práticas profissionais continuadas com os sexualmente <i>diferentes</i> e supervisão cuidada destas práticas; ▣ atenção crítica aos enviesamentos heterossexistas e/ ou às posições homofóbicas subjacentes aos difentes domínios da prática e da investigação psicológicas ▣ criação de oportunidades para reflexão sobre as especificidades da construção psicológica da identidade homo e bissexual ▣ acesso a recursos (informativos, socializantes e jurídicos) proporcionados pela comunidade gay, lésbica e bissexual e trabalho colaborativo com esta comunidade

Quadro 2. Psicologia Afirmativa Gay: Focos e Competências

III. 5. 2. O caso Português: como vamos de *psicologia afirmativa gay*?

Em Portugal, o estudo de Moita (2001), intitulado *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico: A homossexualidade de dois lados do espelho*, traz um importante contributo para o conhecimento das práticas psicoterapêuticas com clientes homossexuais. Partindo de uma análise que compara as produções discursivas que clientes homossexuais e psicoterapeutas elaboram a respeito da “homossexualidade”, este estudo reflecte sobre os significados encetados nesses discursos e sobre as suas implicações para a prática psicoterapêutica junto daqueles clientes.

Ainda que não haja por parte dos psicoterapeutas deste estudo uma intenção explícita de modificação da orientação sexual dos clientes, esta orientação é ainda por aqueles negativamente interpretada: significados valorativos associados à homossexualidade como comportamento contra-natural, défice ou falha, bem como a busca de justificações etiológicas para a orientação sexual homossexual traduzem esta interpretação negativa.

A insegurança e/ou a falta de conhecimento por parte dos psicoterapeutas no que respeita ao “tema homossexualidade” são também aspectos presentes no estudo. O que emerge de percepção de intenso desconforto por parte de alguns clientes relativamente à psicoterapia, é que a ignorância e/ou o preconceito dos clínicos relativamente à “homossexualidade” conduzem a um sentimento de desvalorização das dificuldades pessoais associadas à vivência da homossexualidade o que, como se compreende, compromete fortemente a satisfação dos clientes com o apoio que lhes é prestado. Aliás, as dificuldades vivenciais dos clientes foram descritas pelos clínicos como “traços constitutivos do sujeito homossexual” (sujeito a quem associaram o individualismo, a agressividade ou as dificuldades gerais de relacionamento interpessoal), substituindo perigosa e indesejavelmente a lógica afirmativa de atenção ao contexto (e da contribuição das suas configurações opressivas para o desajuste e para o sofrimento psicológicos) pela explanação de dimensões intra-pessoais que em nada abonam uma lógica afirmativa gay. Desta forma, “os clínicos absorvem os preconceitos do discurso [sócio-ideológico] dominante [...], o que os leva, apesar de alguns sublinharem a existência de *homossexualidades*, a construir [...] o «perfil do homossexual»” (p. 355).

As estratégias de apoio à familiar com vista à aceitação da homossexualidade dos filhos adolescentes foi referida pelos psicoterapeutas não apenas como utilizada mas, mais ainda, como positivamente percebida no contexto da intervenção psicológica. A

Capítulo III

desconstrução de estereótipos e a facilitação do diálogo entre pais e filhos emergem neste estudo como aspectos valorizados pela prática psicoterapêutica.

Conclui a investigadora que, *de dois lados do espelho* (o dos clientes e o dos clínicos), se criam no processo psicoterapêutico formas não unívocas de olhar a “homossexualidade”: num hiato verificado entre, por um lado, o que psicoterapeuta diz e o que cliente percebe e, por outro, o que o cliente diz e o psicoterapeuta interpreta, não é explicitamente assumida ou procurada uma posição afirmativa gay. E que, ao não alcançar esta capacidade de se afirmar como afirmativa, a intervenção psicológica no espaço clínico resulta num espaço em que

os clínicos internalizam o discurso hegemónico preconceituoso e, por sua vez, devolvem-no, agora validado sob a capa do científico, ao contexto social [...]. Neste processo, os clientes não são imunes ao poder do terapeuta: envolvidos no mesmo esquema de circularidade, vêem confirmado, agora por um «discurso científico», o preconceito que já antes haviam internalizado. A ignorância e o preconceito geram receio nos clientes, que assim generalizam a imagem negativa dos terapeutas, evitando recorrer ao seu apoio. (p. 355)

Importante é ainda salientar a criação, em 2004, do Grupo de Reflexão na área da Psicologia sobre questões relativas à orientação sexual. Na sequência das discussões críticas e das necessidades de intervenção apresentadas nas I Jornadas Lésbicas, organizadas pelo Clube Safo e pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) em 2002, este grupo de reflexão está em fase formativa e pretende desenvolver acções resultantes da reflexão conjunta e da prática psicológica dos seus elementos (Ferreira, 2005). São, até ao momento, propósitos fundamentais do Grupo:

- combater qualquer modo de discriminação com base na orientação sexual através do conhecimento científico;
- divulgar o conhecimento científico disponível em diversos campos do saber científico que directa ou indirectamente se relacionem com questões de orientação sexual;
- promover a colaboração entre psicólogos que se preocupam com questões relacionadas com a orientação sexual;
- supervisionar e enriquecer os *currícula* escolares numa perspectiva baseada no actual conhecimento científico sobre as questões relativas à orientação sexual, com

especial ênfase nos *curricula* das áreas da Psicologia, Saúde, Direito e Formação de Professores;

- combater o heterossexismo, particularmente no que diz respeito à homoparentalidade, “fronteira nítida do discurso que diz aceitar as orientações sexuais não heterossexuais, mas que continua a diferenciar e a discriminar quando falamos em questões de parentalidade” (Ferreira, 2005, p. 6);
- promover acções formativas para os técnicos no activo em órgãos institucionais com importante poder decisório, como por exemplo na área da justiça;
- colaborar com outras associações/grupos locais, nacionais e internacionais, nomeadamente com associações profissionais de outras áreas de intervenção.

Síntese

“Do *dito* ao *ouvido*” foi a metáfora com que pretendemos enquadrar os conteúdos temáticos deste capítulo. De um caminho interpretativo, explicativo, correctivo se fizeram as primeiras abordagens científicas da “homossexualidade”: de *uma* “homossexualidade” lida, dita e interpretada pelo biológico, pelo psiquiátrico e pelo psicológico como universal e indesejável.

Fazendo História Sexual, Weeks (2000) defende que os cientistas foram, por longo tempo, não mais do que agentes diagnósticos da longínqua e persistente perseguição à homossexualidade. Para a mudança destas configurações interpretativas foram cruciais as perspectivas de enquadramento sociológico das sexualidades, numa pluralização dos modos de *ser* homossexual a que o caminho liberacionista deu contributo maior na exigência reclamada de que esta pluralização fosse *ouvida*.

O percurso de luta contra a discriminação que lésbicas e gays erigem é, de acordo com Bayer (1987), ilustração de como os valores socio-políticos se lançaram na demarcação da “normalidade” e do “desvio”. Na sequência desse combativo percurso, passou a ser uma obrigação moral subjacente ao exercício profissional da ciência da(s) sexualidade(s) contribuir para a disseminação social, cultural e ideológica da não-discriminação das “diferenças”. Depois de décadas de uma prática discriminatória, os saberes psicólogo e psiquiátrico foram tendo que se mover para uma prática que, ao se pretender afirmativa, celebra e advoga a autenticidade e a integridade de lésbicas, gays e bissexuais e dos relacionamentos interpessoais que estes constroem para alcançarem a plenitude psicológica das suas vidas.

Não esqueçamos, contudo, que entre o projecto de uma psicologia afirmativa e a sua real concretização existe ainda distância. Mais de três décadas passadas sobre a oficialização da necessidade da afirmação das “diferenças” sexuais (também) no domínio da Psicologia servem para percebermos que a investigação e as recomendações nesta matéria continuam a ser necessárias. E que assim servem para reforçar a diferença que a estas “diferenças” continuamos a atribuir — ora pelo desconhecimento, ora pelo desajuste das práticas profissionais às especificidades que lhes assistem — num sentido de marginalização, de exclusão, de não-igualdade.

Na procura de uma sociedade respeitante da plenitude da vivência humana, no alcance de uma cidadania sexual, se exige que sem receios e sem silêncios, também o saber e o fazer psicológicos para esta plenitude activamente contribuam.

Porque, como nos diz Davies (1997), mais do que uma psicologia afirmativa gay, o que devemos procurar é uma psicologia “afirmativa da pessoa” (p. 37).

Capítulo IV.
Identidade e Homossexualidades:
Uma Perspectiva Psicossocial do Desenvolvimento

Há um estranho estado, que é o de toda e qualquer existência, em que tudo flui como a água que corre, mas em que os factos que realmente contaram, em lugar de se depositarem no fundo, são os únicos a virem à superfície e a connosco alcançarem o mar. Por isso, pois, envelhecer mais não é que não nos gastarmos [...]. É um fenómeno simples, sem dúvida: já tudo foi vivido e revivido pelos desaparecidos que transportamos nas nossas fibras, tal como transportamos também os milhares de seres que um dia virão a existir. A única questão que se põe, ainda e sempre, é a da razão por que, dessas inúmeras partículas que em cada um de nós flutuam, só umas, e não outras, assomam à superfície.

Marguerite Yourcenar
Como a Água que Corre

De há algumas décadas a esta parte, a noção de identidade foi sendo apropriada por diferentes campos disciplinares que lhe conferiram sustentação teórica e lhe imprimiram significados distintos (e.g., Bickford, 2001; Calhoun, 1995; Kroger, 1989; McDonald, 1999). Esta disseminação disciplinar e semântica tem contudo encetado, como refere McDonald (1999), uma trajectória paradoxal da análise científica da identidade: se, por um lado, a multiplicidade de teorias sobre a identidade a enriquecem e a complexificam, por outro, promovem frequentemente um facilitismo na abordagem de tal conceito, o que fragiliza tanto a sua compreensão como o rigor imprimido às tentativas de operacionalização do mesmo.

Neste capítulo pretendemos aprofundar, de um ponto de vista psicológico, uma concepção matricial de identidade, partindo da Teoria Psicossocial do Desenvolvimento de Erik Erikson e do Modelo dos Estatutos de Identidade de James Marcia. Tem sentido acrescido o aprofundamento destes modelos teóricos no âmbito da presente dissertação porquanto no conceito de identidade se vão apoiar os modelos psicológicos que, a partir da década de 1980, colocam no centro da sua análise a experiência psicológica de *ser gay* ou *lésbica*. Deixar de *dizer* a homossexualidade para *ouvi-la* através do sujeito psicológico implica entender como se desenvolvem os significados tanto pessoais quanto contextuais que, em diferentes momentos da vida, se vão (re)construindo em torno da identidade sexual.

A construção psicossocial do sentido de si como lésbica ou gay implica, por definição, relacionar teoricamente o sentido pessoal de *ser* sexualmente “diferente” com o desenvolvimento das relações interpessoais que no contexto heteronormativo produzem essa “diferença”, a despromovem e/ou condenam e conduzem o sujeito a experiências de intenso sofrimento, de impossibilidade de *ser* na sua plenitude pessoal, de *pertencer* num registo social e formalmente reconhecido de “igualdade” aos seus contextos sociais, culturais, políticos.

Os desafios da prática e da investigação psicológicas passam a ser, na relação com o que dissemos ser característico de uma psicologia afirmativa gay, os da compreensão acurada dos mecanismos desenvolvimentais que assistem à formação das identidades gay ou lésbica (em detrimento das suas causas e/ou da sua “explicação”) e dos factores contextuais que influenciam estes mecanismos. Aliás, a abordagem da relação entre o desenvolvimento da identidade homossexual e uma dimensão nuclear do desenvolvimento psicológico emerge como recomendação de enquadramento teórico dos processos subjacentes à construção da homossexualidade (e.g., Chernin & Johnson, 2003; Mohr e Fassinger, 2000; Rubio, 1996). Como realça Falco (1990), um dos problemas que se detecta na literatura psicológica sobre a identidade homossexual é o facto de usualmente sobre esta se escrever, pensar e pesquisar de forma distanciada do que a abordagem do conceito geral de identidade pode trazer de útil à compreensão da homossexualidade. Na lógica psicossocial encontrámos um corpo teórico sustentador das formas através das quais *pertencer* e *participar* moldam sentidos subjectivos associados à experiência de *ser* homossexual, aspectos de que nos ocupamos neste capítulo.

IV. 1. A Teoria Psicossocial do Desenvolvimento: Erik Erikson.

Habitualmente reconhecida como seminal na análise psicológica do processo de emergência e de evolução da identidade (e.g., Costa, 1991; Fassinger & Schlossberg, 1992; Hart, Maloney & Damon, 1987; Rosenberg, 1990; Kroger, 1989), a teoria psicossocial do desenvolvimento (Erikson, 1963, 1972) constituiu ponto de partida para um vasto número de trabalhos de investigação. De intenção fundamentalmente demonstrativa e baseado em reflexões de natureza clínica, este sistema teórico traz uma evolução epistémica de relevo em relação à escola psicanalítica no seio da qual começa por se desenvolver, sendo tradutores desta evolução (i) a valorização das condições sociais em que a adaptação do sujeito aos seus contextos ocorre e (ii) a expansão da análise da estrutura e do dinamismo

Capítulo IV

psicológicos à totalidade do ciclo de vida, pelo que a análise do desenvolvimento humano não se confina, na teoria eriksoniana, aos três estádios infantis - oral, anal e fálico - limítrofes do alcance explicativo da teoria do desenvolvimento psicossocial (Freud, 1986).

Em *Infância e Sociedade*, Erikson (1963) explora a análise do *ego*, conceito psicanalítico designante da capacidade humana para unificar a experiência e a acção individuais, na sua relação com as condições sócio-históricas de ocorrência da experiência subjectiva. Agrupados em três dimensões interrelacionadas, os processos subjacentes à construção da identidade são, para Erikson (1972), base de uma nova forma de olhar o desenvolvimento, doravante designado por “psicossocial”. Podem assim resumir-se estes processos:

- processos *inerentes ao organismo* (maturação biológica e capacidade de adaptação homeostática ao meio);
- a *organização da experiência no ego individual* (manutenção da coerência e da individualidade da experiência e adaptação às discontinuidades ocorridas tanto no organismo como no meio);
- um conjunto integrado de papéis (desempenhados nos domínios social e sexual), que fundamentam a *organização social* da experiência de vida; em todos os estádios do ciclo vital o indivíduo deve dispor de oportunidades para desenvolver um sentido de pertença geográfica e historicamente coerente: família, comunidade, classe, organismos institucionais, nação, são as organizações sociais demarcadas pelo autor em relação a este grupo de processos, sempre desenvolvidos num momento histórico peculiar.

Unicidade e diferenciação emergem como duas faces da estruturação da identidade: ao ser ele mesmo e ao diferenciar-se dos outros (ainda que sempre com estes travando uma relação experiencial de troca), ao conferir sentidos temporalmente continuados às experiências vitais e ao perceber-se, numa complexidade crescente, como avaliador *do* e avaliado *no* contexto relacional, o sujeito edifica um sentido de si num processo em constante reformulação. Através dos elementos integrantes da identidade, Erikson torna explícito o sentido desenvolvimental que a esta subjaz: ao dela falarmos, falamos de um processo evolutivo que se alicerça numa diferenciação crescente de si próprio, à medida que o sujeito se torna consciente de um círculo cada vez mais alargado de pessoas que para ele se revestem de sentido.

As “oito idades do homem” - i.e., as diferentes etapas evolutivas (ou estádios) que integram a teoria psicossocial do desenvolvimento – definem-se pela qualidade da resolução das trocas relacionais entre a pessoa e o contexto e desenharam uma epigénese que promove uma consciência organizante da experiência vivida. Assim,

cada estágio implica um dilema particular em que o indivíduo desenvolve atitudes básicas que marcam a sua evolução como ser social e que contribuem para o desenvolvimento da identidade. Estas atitudes básicas surgem em cada estágio como orientações polares [não marcadas por escolhas de tipo “ou-ou” mas antes por uma resolução balanceada de alternativas] [...] em que o indivíduo está perante soluções contraditórias que implicam tomada de decisão e cuja natureza depende do balanço dos vários factores [maturacionais, psicológicos e socio-culturais] de desenvolvimento. (Costa, 1991, p. 22)

O **Quadro 3** sumaria os critérios definidores e as configurações estruturais de cada um destes oito estádios, apresentando para cada um deles o modo de resolução optimal tal como definido por Erikson (1963, 1972).

Estádio Psicossocial	Elementos Integrativos e Resolução Optimal
I. Confiança Básica vs. Desconfiança Básica	<p>► primeiras identificações e sentido emergente de segurança baseado (i) na continuidade da satisfação das necessidades básicas, (ii) na reciprocidade com o prestador de cuidados e (iii) no controlo dos impulsos</p> <p>• resolução optimal: sentimento de confiança em si e no outro; emergência de processos de distintividade e de identificação na relação recíproca com outrem</p>
II. Autonomia vs. Vergonha e Dúvida	<p>► aquisição de competências psicomotoras e linguísticas conducentes a um sentido de autodomínio; desenvolvimento primário de um sentido de “Eu”</p> <p>• resolução optimal: sentidos de autonomia e de responsabilização adequados à expressão de necessidades; capacidade de exploração do meio (físico e relacional) envolvente</p>
III. Iniciativa vs. Culpa	<p>► capacidade imaginativa e transposição do pensamento para a acção; percepção de diferenças sexuais e interiorização destas diferenças</p> <p>• resolução optimal: canalização da energia e do prazer para um <i>agir produtivo</i>; capacidade auto-crítica; interiorização adaptativa das convenções sociais</p>
IV. Indústria vs. Inferioridade	<p>► investimento escolar e amplificação de agentes relacionais (pares, professores, pais); avaliação de si como trabalhador(a); antecipação de papéis sociais futuramente desempenhados</p> <p>• resolução optimal: sentido de competência e de aquisição no domínio da aprendizagem (escolar); capacidade de “fazer bem” e de ser reconhecido(a) nessa actuação; realização lógica de acções reais (i.e., para além da fantasia) e participação efectiva no mundo adulto</p>

Quadro 3. Elementos e resolução dos estádios da identidade na teoria psicossocial do desenvolvimento.

Estádio Psicossocial	Elementos Integrativos e Resolução Optimal
<p>V. Identidade vs. Confusão de Identidade</p>	<p>► integração dos elementos precedentes da identidade, com redefinição destes elementos; aquisição de um sentido de identidade que diferencia o sujeito do outro e que permite o reconhecimento de si no passado, no presente e no futuro, preparando as resoluções dos estádios psicossociais ulteriores</p> <p>• resolução optimal: sentido pessoal de continuidade, de diferenciação na relação interdependente com outrem e fidelidade aos seus valores, às suas ambições, ao “Eu”</p>
<p>VI. Intimidade vs. Isolamento</p>	<p>► competência para o estabelecimento de relações recíprocas e de partilha (amizade, amor romântico e/ ou união sexual) que ultrapassa o domínio da realização sexual</p> <p>• resolução optimal: capacidade de estar só mantendo um sentido de segurança providenciado pela intimidade, sendo esta segurança condição <i>sine qua non</i> para a genuinidade do sentido pessoal de intimidade</p>
<p>VII. Generatividade vs. Estagnação</p>	<p>► necessidade de direcção do sujeito sobre as gerações subsequentes no intuito de contribuir para o bem-estar presente e futuro das mesmas; contribuição para a prestação de cuidados à sociedade, considerada no seu todo</p> <p>• resolução optimal: capacidade de ser selectivo em relação às pessoas e/ou aos projectos que servem de base ao investimento generativo num leque de recursos materiais e interpessoais</p>
<p>VIII. Integridade vs. Desespero</p>	<p>► aceitação da condição humana da mortalidade com a esperança de um maduro julgamento e de uma compreensão reflexiva sobre a história vivida e sobre as pessoas que nela figura(ram)</p> <p>• resolução optimal: abertura a temas existenciais pela aceitação integrada das etapas da vida e dos projectos e relacionamentos mais significativos que deram forma e sentido a essas etapas</p>

Quadro 3 (cont.). Elementos e resolução dos estádios da identidade na teoria psicossocial do desenvolvimento.

IV. 1. 1. Adolescência: arena para a edificação da identidade.

Ao transportar o conceito cultural de “crise de identidade” para a análise da imagem consciente que o indivíduo elabora sobre si mesmo, é em *Adolescência e Crise* que Erikson (1972) explora mais detalhadamente a construção identitária para tal focando, como o título da obra torna claro, a adolescência enquanto momento do ciclo vital privilegiado para a estruturação da identidade. A este período corresponde o quinto estágio da teoria psicossocial, designado por “identidade *versus* confusão de identidade”.

Entendendo a “crise” como processo inerente à reorganização identitária, Erikson caracteriza o sujeito psicológico como alguém que se vai tornando progressivamente mais apto a lidar com desequilíbrios necessários para o alcance de um (re)equilíbrio mais complexo, diferenciado e integrado. Como nos diz,

«crise» não evoca a ideia de uma catástrofe iminente [...]; [em vez disso], é sinónimo de reformulação necessária, de momento crucial no desenvolvimento, uma vez que o sujeito deve escolher entre várias alternativas através das quais se repartem todos os recursos de crescimento, de restabelecimento e de diferenciação ulteriores. (Erikson, 1972, p. 19)

A adolescência surge como período de recapitulação e ressíntese dos elementos identitários, possibilitadas pelo confronto com oportunidades de tomada de decisão nos contextos de vida. Os sentidos pessoais de unidade e continuidade já englobados nos estádios psicossociais antecedentes expandem-se, agora, no espaço e no tempo: revisão do passado, reformulação no presente e projecção numa existência vindoura “emolduram-se” no contexto das exigências culturais e histórias que em cada momento são apresentadas ao adolescente. Definido como “psicossocial”, o desenvolvimento da identidade remete para dois planos de enquadramento relacional: o do grupo de pares e, mais amplamente, o das configurações histórico-culturais e institucionais do contexto em que aquele desenvolvimento toma lugar.

No tocante ao primeiro destes planos, encontramos uma relação estreita entre processos de identificação e de autonomia através da qual o adolescente constitui o meio caminho entre a dependência e a interdependência autónoma, o que resulta numa *autonomia interdependente* que pressupõe a sistemática interacção do indivíduo com os outros (Soares & Campos, 1986). Paralelamente, a vivência de relacionamento grupal com os pares constitui-se como um terreno no qual, por um lado, se colhem partilhas, sentidos

de “estar com os outros” e de com estes encontrar similitudes e bases de entendimento e, por outro lado, se semeiam as oportunidades de diferenciação e de autonomia de modo mais marcado, consciente, consolidado e desejado do que nos estádios psicossociais antecedentes: “a identidade de uma pessoa ou de um grupo pode ser correlativa à de uma outra pessoa ou de um outro grupo e a necessidade de obter uma identidade sólida pode significar uma emancipação interior” (Erikson, 1972, p. 18) que o sujeito progressivamente desenvolve em relação às referências desse mesmo grupo.

No plano alargado da cultura, a teoria psicossocial do desenvolvimento inscreve a construção identitária como regida por moratórias institucionais que apresentam ao adolescente (ao mesmo tempo que lhe reclamam escolhas e decisões nos domínios da realização interpessoal, vocacional/profissional e ideológica) formas de socialização que ora podem promover, ora podem impedir a resolução da crise de identidade que lhe é característica. A expressão “moratória” remete, neste quadro conceptual de referência, não apenas para o sentido lexical que mais imediata e correntemente se lhe atribui, que é o da dilação temporal (no caso vertente, necessária à solidificação dos processos psicológicos mobilizados na construção processual da identidade), mas também para opções diversificadas de escolhas que cada sociedade possibilita aos seus elementos.

Referenciadas no contexto norte-americano, as moratórias institucionalizadas (também designadas por moratórias psicossociais) são delimitadas por Erikson em função de dois sistemas antagónicos de valores: o tecnológico e o humanista. Se as primeiras, dominantes na época em que o autor redige *Adolescência e Crise*, fornecem oportunidades de desenvolvimento pessoal nos domínios tecnológico e científico (desenvolvimento este radicado essencialmente nos investimentos profissionais que o corpo social reclama aos seus jovens), as segundas representam uma preocupação com as ideologias social e politicamente instauradas e reclamam o investimento nos domínios da cooperação, da produção artística ou da liderança ideológica. Através deste investimento, “um sentimento de identidade [...], fundado na experiência da saúde social e da solidariedade cultural [...], promete aquele equilíbrio periódico na vida humana que, na integração das etapas do ego, contribui para afirmar um sentimento de humanidade” (Erikson, 1972, p. 380).

Erikson faz notar que a identidade nunca é definitivamente adquirida, acabada, nunca se apresenta como uma estrutura estática ou inalterável mas, isso sim, é sempre relativa às moratórias psicossociais e às configurações histórico-culturais que lhes dão suporte: “de facto, a interacção completa entre o social e o psicológico, entre o crescimento

Capítulo IV

[pessoal] e a história [...] só pode conceber-se como uma espécie de relativização psicossocial" (Erikson, 1972, p. 19).

IV. 1. 2. Repensar criticamente Erikson.

Já o dissemos: a teoria psicossocial do desenvolvimento origina-se numa intenção demonstrativa e clínica, com vista a analisar tanto o que a identidade é (ou pode vir a ser) como o que ela não é (no sentido da identificação analítica da ausência de um sentido de unidade e de continuidade pessoais). Desta intenção demonstrativa resultou uma dificuldade de definição precisa e consistente do conceito de identidade neste corpo teórico, desprovido então de uma metodologia que assegurasse a operacionalização do referido conceito: estrutura, funcionalidade, modos específicos de configuração, expressões como "self", "ego" ou "sentimento subjectivo" são unidades conceptuais mescladas e, portanto, sem uma demarcação clara das suas implicações diferenciais.

Revendo vários sistemas teóricos sobre a identidade (de entre os quais a teoria psicossocial do desenvolvimento) e sublinhando o lugar ocupado pelos processos conducentes a um equilíbrio entre a emergência do self e a centralidade assumida pelos outros significativos neste equilíbrio durante a adolescência, Kroger (1989) conclui que os referenciais teóricos basais da perspectiva de Erikson focalizam a "transformação interna de um sentido de «Eu» que resulta primariamente de uma reorganização intrapsíquica, mais do que da circunstância social" (p. 2). Neste sentido, Kroger remete para a necessidade de que as ideias desenvolvidas por Erikson sejam transpostas de modo mais atento e explícito para os contextos relacionais da construção identitária - designadamente através da conciliação com os pressupostos da ecologia do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1986), enunciadoreis da influência dos múltiplos contextos de vida sobre a qualidade do desenvolvimento psicológico - e, em sentido mais particular, à análise da relevância do contexto familiar na construção da identidade. A mesma autora acrescenta que "o esquema epigenético de formação da identidade pode reflectir um viés cultural. Parece que apenas em contextos culturais conducentes a escolhas rígidas nos domínios social, ideológico e vocacional residem as condições para que a crise da identidade possa emergir" (pp. 33-34).

Ainda que os princípios orientadores da teoria psicossocial do desenvolvimento permitam uma leitura das condições histórico-culturais de emergência da identidade, é

contudo necessário reconhecer que esta teoria não teve como propósito central a análise dos mecanismos de construção identitária em contextos diversificados e multiformes, razão pela qual nela não cabe uma análise precisa dos efeitos gerados por situações de discriminação e de opressão sócio-políticas sobre a construção identitária. Este sistema teórico chega mesmo a ser considerado conservador (Coles, 2000), ou como um sistema que “valoriza o conformismo com o *status quo* e o etnocentrismo [alicerçado nos valores e nas ideologias] da civilização ocidental” (Costa, 1991, p. 39).

Tópico especificamente ilustrador das insuficiências teóricas do pensamento eriksoniano é a discussão gerada por alguns trabalhos no domínio da crítica feminista (cf. Gilligan, 1982; Schwartz, 2001) que apontam para um viés androcêntrico incapaz de dar voz às realidades históricas, culturais e materiais das mulheres. O que se depura da teoria psicossocial do desenvolvimento é uma centralidade nela ocupada por tarefas psicossociais que sobrevalorizam a experiência masculina de elaboração de um self individualizado e distintivo, o que limita a compreensão do desenvolvimento identitário à experiência masculina, e portanto negligencia o entendimento deste desenvolvimento por parte das mulheres.

Finalmente, é de reforçar que embora centrado na adolescência como período fundamental à estruturação identitária, o pensamento de Erikson foi fundamental para que a psicologia pudesse perceber que o desenvolvimento não se esgota na infância ou na adolescência mas que, em vez disso, se reconfigura ao longo da vida e que a estas reconfigurações devemos necessariamente atender¹.

¹ É na viragem da década de 1960 para a de 1970 que emerge a “psicologia do desenvolvimento ao longo de toda a vida” ou “perspectiva do ciclo vital” (“*life-span perspective*”). Defende esta perspectiva, mais marcadamente que a teoria psicossocial do desenvolvimento, que é pela integração de *todas* as etapas da vida humana (do nascimento à morte) que a psicologia do desenvolvimento deve caminhar. A identificação de factores protectores do bem-estar psicológico no decurso do desenvolvimento é também sustentadora desta perspectiva, através da atenção especialmente conferida (i) aos sistemas de suporte social e (ii) às competências desenvolvimentais que permitem a um sujeito, a um grupo e/ou a uma comunidade lidar com as adversidades que se interpõem no seu percurso de desenvolvimento (cf. Baltes, 1987; Montada & Schmitt; 1982, Vandenplas-Holper, 2000).

IV. 2. O Modelo dos Estatutos de Identidade: James Marcia.

Reconhecendo como contributo maior de Erikson a elaboração de um esquema analisador das necessidades e capacidades individuais e das exigências e recompensas socialmente institucionalizadas que ora facilitam, ora inibem o desenvolvimento psicológico, James Marcia (1966, 1986, 2003) propõe um modelo que, em primeira instância, pretende validar o conceito de identidade.

As fragilidades terminológicas, operacionais e metodológicas antes anotadas a respeito deste conceito na teoria psicossocial do desenvolvimento assumem centralidade no modelo dos estatutos de identidade. Tentar dar sentido operacional à noção de identidade, de forma a torná-la mensurável e capaz de permitir a testagem científica de hipóteses é intenção deste modelo teórico.

Para Marcia (1986), o estágio da “identidade *versus* confusão de identidade” apresenta-se como núcleo estrutural da teoria de Erikson porquanto os conteúdos que integram os restantes estádios psicossociais do desenvolvimento se confinam a um “sentido de”, a uma “capacidade para” (e.g., sentido de autonomia, capacidade de tornar-se generativo) não remetendo, por isso, para uma estrutura efectivamente organizada.

Mais do que aos conteúdos da teoria psicossocial do desenvolvimento, é às dimensões processuais da construção da identidade que Marcia confere importância, mencionando “a possibilidade de resolução ulterior positiva [em cada momento do desenvolvimento] de estádios anteriores negativamente resolvidos” (p. 25).

O modelo dos estatutos da identidade debruça-se sobre a *exploração* de alternativas ou escolhas e sobre o(s) *investimento(s)* que a pessoa realiza nos domínios ideológico, ocupacional e interpessoal-sexual. Resultam do cruzamento destas duas dimensões processuais - *exploração* e *investimento* - quatro padrões (ou estatutos) distintos de construção identitária alcançados no final da crise da adolescência. O **Quadro 4** apresenta os critérios definidores dos quatro estatutos da identidade, tal como propostos por Marcia².

² As designações constantes desta tabela e doravante utilizadas foram discutidas criticamente, em comunicação pessoal, com a Professora Doutora Maria Emilia Costa e remetem para as designações originais do modelo, a saber: *achievement* (construído), *moratorium* (moratório), *foreclosure* (outorgado) e *diffusion* (difuso).

		Estatutos de Identidade			
		<i>Construído</i>	<i>Moratório</i>	<i>Outorgado</i>	<i>Diffuso</i>
Dimensões Processuais	Exploração	Presente	Em Processo	Ausente	Vagamente Presente ou Ausente
	Investimento	Presente	Vagamente Presente	Presente	Ausente

Quadro 4. Critérios definidores dos estatutos de identidade (Marcia, 1986, p. 26)

Tem sentido, para os propósitos deste trabalho, sintetizar as características de cada um dos estatutos da identidade recorrendo (i) às caracterizações descritivas elaboradas por Marcia (1966, 1986) a respeito destes estatutos e (ii) aos resultados de estudos empíricos que correlacionam os estatutos de identidade com outras variáveis do desenvolvimento psicológico (cf. Berzonsky, 1999; Costa, 1991; Marcia, 2003). Desta síntese se ocupa o **Quadro 5**.

Estatutos de Identidade	Características e relação com outras variáveis desenvolvimentais
Construído	<ul style="list-style-type: none"> ▪ exploração cuidada de alternativas ocupacionais, ideológicas (religiosas e políticas) e interpessoais-sexuais, seguida de realização bem definida de investimento ▪ cognitivamente, é o mais complexo, flexível e integrado dos estatutos identitários, o mais resistente à manipulação da auto-estima e à pressão da conformidade social ▪ correlação positiva com (i) altos níveis de desenvolvimento do ego e (ii) capacidade para o estabelecimento de relações íntimas, para confiar nos <i>outros significativos</i> e para integrar as opiniões desses outros significativos (e.g., Fischer, 1980; Kroger, 1995; Kunnen & Bosma, 2003; Leiper, 1981; Meeus, 1996; Waterman, 1999)
Moratório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ exploração de alternativas permanece em aberto, sem que os investimentos ocorram (pelo menos, de modo bem definido) ▪ correlação positiva com (i) ansiedade e vulnerabilidade interpessoal, (ii) modalidades tendencialmente ambivalentes (i.e., ora dependentes, ora distantes) de relacionamento familiar e (iii) manifestação recorrente de comportamentos disruptivos e aquiescentes que frequentemente conduzem a desgaste emocional e cognitivo (e.g., Costa, 1991; Kroger, 2002; Marcia, 2002; Meeus, 1999; Schachter, 2002)
Outorgado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ exploração (quase) inexistente de alternativas e investimentos firmes baseados nos valores familiares (“<i>eu sou o que pretende(ra)m que eu seja/ fosse</i>”) ▪ correlação positiva com (i) rigidez cognitiva e autoritarismo; (ii) relações familiares tendencialmente dependentes e não promotoras de diferenciação ou autonomia e (iii) estereotipia e superficialidade nas modalidades de relacionamento interpessoal/ sexual (e.g., Berzonsky, 2003; Flum, 1994; Kroger, 1995; Kunnen & Bosma, 2003; Leiper, 1981; Marcia, 1993, 2002)
Difuso	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ausência de exploração de alternativas e de direcções definitivas (investimentos) a imprimir ao curso da própria vida ▪ cognitivamente, é o menos complexo, flexível e integrado dos estatutos identitários, o menos resistente à manipulação da auto-estima e à pressão da conformidade social ▪ correlação positiva com (i) apatia, auto-indefinição, apreensão face ao próprio futuro, (ii) sentimento de rejeição familiar e (iii) evitamento social (conducente a um sentido de isolamento) (e.g., Costa, 1991; Fischer, 1980; Marcia, 1989, 1993; Schachter, 2002; Waterman, 1999)

Quadro 5. Estatutos de Identidade: características e relações com outras dimensões psicológicas.

Se o modelo proposto por Marcia se centrou, primordialmente, no período da adolescência e nas dimensões processuais subjacentes à construção identitária neste momento do ciclo vital, os trabalhos mais recentemente produzidos naquele quadro teórico desenvolveram medidas avaliativas do processo de construção identitária ao longo dos estádios psicossociais que sucedem o da “identidade *versus* confusão de identidade” (viz., Hart *et al.*, 1987; Schiadel & Marcia, 1985). Articulando as conclusões destes mais recentes trabalhos de investigação, Marcia (2003) conclui que o estatuto *moratório* tende a ser tradutor de transição desenvolvimental, geralmente conduzindo a um estatuto *construído* que vem a reflectir-se na capacidade do sujeito se tornar, ao longo da vida, íntimo, generativo e/ou integrado. O estatuto *difuso* configura-se como podendo conduzir ao isolamento (no estádio da intimidade), ao desinvestimento (no estádio da generatividade) e/ou ao desespero (no estádio da integridade). O estatuto *outorgado* é recorrentemente constatado nas sociedades caracterizadas pela dominância de valores capitalistas, já que os processos de exploração e de investimento são conduzidos por uma pressão cultural para a produtividade e para a eficácia, o que torna estes processos imaturos, irreflectidos.

Em suma, as condições mais amplas de sustentação do desenvolvimento integrado de um sentido subjectivo de *ser* apontam no modelo dos estatutos da identidade para as (im)possibilidades contextuais, sociais, políticas de pertença e de participação activa que, numa relação dialéctica entre a continuidade de si e do seu mundo, dão (ou retiram) ao sujeito um encontro ajustado com o seu núcleo identitário.

IV. 3. “Ser” ou “Estar”? Controvérsias na abordagem psicológica da identidade.

Cavanaugh (1996) defende que os tópicos nucleares do estudo psicológico sobre a identidade se têm enquadrado em dois tipos de controvérsias: a da “natureza *versus* contexto”³ e a da “continuidade *versus* descontinuidade”. Na opinião deste autor, e para a primeira destas controvérsias, os resultados de maior capacidade explicativa decorrem de estudos que procuram perceber a interacção *única* que cada sujeito trava, no curso do seu desenvolvimento, com a realidade social e os significados a esta imprimidos. No caso da “continuidade *versus* descontinuidade”, o que tenta analisar-se é o modo como o padrão funcional (qualquer que seja a dimensão do desenvolvimento em análise – cognição,

³ No original, as expressões utilizadas são “*nature*” e “*nurture*”. Estando cientes das múltiplas propostas de apreensão semântica, teórica e metodológica que de há longa data esta expressão tem suscitado no domínio da psicologia do desenvolvimento (viz., e.g., Iasenza, 1999; Lourenço, 2005; Schwartz, 2002b), optámos por esta tradução por nos parecer suficientemente fiel à designação inglesa.

Capítulo IV

comportamento, identidade...) de um sujeito e/ou de um grupo permanece ou se transforma.

Não é a uma tentativa de resolução dos impasses epistêmicos representados por estas controvérsias que nos propomos: em alternativa, o que aqui se intenta é deixar em aberto uma via para repensar a análise psicológica da identidade - para a repensar em função do que legado foi pela teoria psicossocial do desenvolvimento e pelo modelo dos estatutos da identidade, mas também em função do que no quadro das reflexões sobre o *aqui* e o *além* da identidade pretendemos equacionar sobre as identidades (sexuais), sobre o que a globalização traz à leitura da (re)construção identitária, sobre os múltiplos papéis sociais com que hoje, e a uma escala cada vez mais ampla, nos confrontamos. Para, sobretudo, dar sentido ao *ser* que em *itálico* temos referenciado: porque mais do que *ser*, é na relação com os seus contextos de *pertença* e com significados sociais e políticos que atravessam estes contextos que o sujeito psicológico *vai sendo*. Como o próprio Erikson postulou, é na interface entre o contexto daqueles que vamos sentindo como nossos “iguais” e o contexto das propriedades históricas, culturais e institucionais do corpo social, que *vamos existindo*.

Arnett (2002) defende que “a globalização permitirá expandir gradualmente a proporção da população mundial que dispõe de um vasto leque de escolhas identitárias, pelo que a diversidade de identidades será proporcional às referências multiculturais e híbridas que essa expansão faz emergir” (pp. 781-782). Se a crescente pluralização dos contextos de identificação coloca dificuldades à realização individual de escolhas e de investimentos que consolidam o sentido pessoal de identidade, é também verdade que permite a identificação com diferentes valores ideológicos, com plurais modalidades de expressão sexual/amorosa ou com distintos espaços onde é desejado *pertencer* e *participar*, o que potencialmente cataliza uma mais enriquecida (re)construção identitária. Assim, as sequências universais, invariantes, hierarquicamente organizadas, rígidas que, na teoria psicossocial (e na sua intenção estruturalista) esquematizam o desenvolvimento da identidade, ao permanecerem como “importantes *insights* [...] para o terreno de informação empírica sobre a formação da identidade” (Kroger, 1989, p. 34), devem relativizar-se de modo mais preciso no quadro da leitura contemporânea dos processos de estruturação identitária.

Mais do que de idades, devemos falar, de acordo com Lourenço (2005), de “passagem do tempo” quando aludimos ao desenvolvimento psicológico. O desenvolvimento nunca ocorre no vazio social, mas antes pelas trocas relacionais e pela contribuição destas

trocas para a construção de uma autonomia interdependente. Segundo Lourenço, o conceito de “estádio” só se configura como profícuo à leitura do desenvolvimento psicológico se se reportar a mudanças qualitativamente distintas, a formas de resolver problemas e de lidar com o mundo que são cada vez mais integradas, diferenciadas e complexas.

Gastas são, de resto, as discussões epistemológicas sobre a sobreposição da “essência” ao “socialmente construído” ou da sobreposição deste àquela. Na integração de processos maturativos, psicológicos, relacionais, sócio-culturais, ideológicos se vai (re)construindo o sujeito, a qualidade da sua *pertença* e o sentido da sua *participação* no mundo e no tempo em que se encontra. Num propósito crítico que esta tese pretende manter, a ênfase da “natureza” ou do “social”, a “escolha” entre *teses maturacionistas/organicistas* (que acentuam a contribuição de factores orgânicos para o desenvolvimento psicológico) ou *teses sócio-históricas* (que realçam os factores contextuais para a explanação deste desenvolvimento) resultaria numa suspeita intenção de análise, porque recorrentemente se reconhece a necessidade de articular *uma e outra* destas dimensões do *dever* humano quando da “normatividade” se ocupam as investigações psicológicas (Birke, 2002)⁴.

Nesta perspectiva crítica apoiaremos, seguidamente, a leitura psicológica sobre a experiência subjectiva de *ser* lésbica ou gay, sobre a relevância desenvolvimental que para esta experiência têm os contextos de *pertença* e de *participação* e sobre as críticas tecidas aos modelos de desenvolvimento da identidade homossexual.

IV. 4. Identidade Homossexual: aspectos centrais da leitura psicossocial.

Transportado para compreensão da experiência subjectiva de *ser* gay ou lésbica, o conceito de identidade traz complexidades na sua delimitação (e.g., Cass, 1984; 1996; Shiveley & De Cecco, 1977; Lopez, 1988; Rubio, 1996).

Cass (1996) definiu a identidade homossexual como “uma sensação muito pessoal, experienciada como o reconhecimento do quem sou eu [...], frequentemente descrita pelo indivíduo como «eu sei o que sou», «sinto-me como sendo um gay ou uma lésbica», «eu sou um[/a] homossexual»”. (p. 246). Unidade e integração, a par de um sentido consciente de

⁴ Cabe aqui um agradecimento ao Professor Doutor Joaquim Luís Coimbra, com quem a análise das controvérsias (e, particularmente, das designações mais pertinentes para referenciar estas teses) foi permitida numa discussão actualizada e amplificante das reflexões que aqui se encetam.

Capítulo IV

diferenciação relativamente à referência normativa da heterossexualidade, são processos subjacentes à construção das identidades gay e lésbica que reclamam um *tempo* longo e um *espaço* de validação social e relacional para a sua consolidação. Em virtude do carácter multidimensional do conceito, a identidade sexual tende a ser definida pela literatura psicológica em função de diferentes componentes que a integram: a orientação sexual, a identidade de género e os papéis sexuais (Lopez, 1988; Menezes, 1990).

Nos próximos momentos deste trabalho sintetizamos um conjunto de questões que ocupam centralidade numa lógica psicossocial do desenvolvimento das identidades lésbica e gay e que especificamente se prendem (i) com os elementos definidores da identidade sexual, (ii) com o conceito de “homofobia internalizada”, (iii) com o processo de revelação da homossexualidade da pessoa a si mesma e aos outros e (iv) com a relação destas diferentes questões durante a adolescência.

IV. 4. 1. Orientação Sexual, Identidade de Género, Papéis Sexuais.

A *orientação sexual homossexual* define-se, fundamentalmente, como a atracção sexual e/ou emocional dirigida a pessoas do mesmo sexo, a ela estando associadas fantasias, erotismo, desejos desencadeados pela presença real e/ou imaginada dessas pessoas. Em que medida é necessário ter tido experiência sexual com parceiro(s) do mesmo sexo para que o sujeito se defina como homossexual, se o sentido de si como homossexual se estabelece antes ou depois dessa experiência, são interrogações que a investigação deixa em aberto (Hegna, 2004; Rubio, 1996).

Não devem estar ausentes das reflexões sobre a relação entre conduta homossexual e orientação homossexual as evoluções sociais, culturais e políticas que historicamente se foram operando a respeito da sexualidade. Diferentes significações históricas, diferentes formas de luta pela afirmação da “diferença” sexual, conferem ao comportamento, ao desejo, aos significados psicológicos associados à experiência psicológica da (homo)sexualidade, um carácter de pluralidade que nos leva, também numa perspectiva psicossocial do desenvolvimento, a falar de *homossexualidades* e não de “uma” homossexualidade.

Do ponto de vista do sujeito psicológico, a *identidade de género* remete para o modo como cada pessoa se classifica enquanto homem ou mulher e para os processos através

dos quais, nos valores simbólicos e políticos da estrutura social, se constrói um sentido de si como homem ou como mulher. “Feminilidade” e “masculinidade” não são, deste ponto de vista psicológico, categorias estanques, unívocas ou dicotómicas: vimos que, através dos contributos da Teoria *Queer*, “género” assume um carácter discursivo e performativo – é-se o que social e culturalmente se constrói como possibilidade de ser homem ou mulher, em função de uma construção linguística que demarca, ela própria, o “masculino” do “feminino”. À identidade de género se associam dimensões vivenciais como a forma de estabelecer relações e de as referenciar com base nestas categorias de “masculino” e de “feminino” ou o desenvolvimento de uma consciência pessoal sobre a preferência diferenciada por homens ou por mulheres enquanto amigos/as, parceiros/as sexuais e/ou amorosos/as.

As representações sócio-culturais e ideológicas do “masculino” e do “feminino” travam, como dissemos, relação indissociável com estereótipos que interferem, recorrente e negativamente, com as sexualidades “não-normativas” e que decorrem dos mecanismos heterossexistas e homofóbicos que sobre “outras” sexualidades recaem. Estas representações são apropriadas no percurso identitário da pessoa, radizando nesta apropriação uma desvalorização de si enquanto sexualmente “diferente” que se prende, muitas vezes, com o sentido de que se é “menos homem” ou “menos mulher” porque gay ou porque lésbica. Como diz Isay (1993), lésbicas e gays exibem frequentemente uma batalha psicológica contra as consequências de terem sido forçados, no seu desenvolvimento, a abandonarem (ou pelo menos a camuflarem) a expressão da sua afectividade pela ameaça representada no facto de estes aspectos das suas vidas contrariarem as expectativas normativas do género⁵. Lembre-se a este respeito, que é característico de um estatuto de identidade *outorgado* a estereotipia e o carácter superficial das modalidades de relacionamento íntimo: de resto, como podem as relações de intimidade não-heterossexuais construir-se de modo gratificante e integrado se as referências sociais e culturais que sobre elas se jogam são ora inexistentes, ora ostracizantes? Como pode um indivíduo investir gratificamente nestas relações se os contextos de exploração sexual e/ou amorosa não-heterossexual estão remetidos para o silêncio e para a marginalização? Como podemos

⁵ Esta “batalha psicológica” não se restringe ao evitamento social e público daquilo que a pessoa possa encarar como “contrário” ao “seu” género, estendendo-se também ao espaço da construção dos seus relacionamentos e da sua intimidade (aspecto que vimos ser crucial à estruturação da identidade), à capacidade para manter relações íntimas e/ou amorosas e para nessa intimidade/emocionalidade se sentir confortável e genuína. Neste sentido, e complementando o que dissemos ser necessário a uma *psicologia afirmativa gay*, Isay (1993) salienta a necessidade dos psicólogos trabalharem com os sexualmente “diferentes” a aceitação da “atipicalidade de género” que os indivíduos associam às suas acções, às suas crenças e às suas relações, de explorarem os significados dessa “atipicalidade”, de fortalecerem a auto-estima e de descomprometerem o peso adverso desta “atipicalidade” na vivência de si como pessoa, plena e integralmente (re)construída.

Capítulo IV

pretender que, num espaço, social e ideologicamente “desigual” de procura e de experimentação sexual/emocional, as pessoas adquiram um sentido integrado e “igualitário” de si, da sua orientação sexual e dos significados de género que a “desigualdade” promove como confusos?

Estamos, aqui, na presença de aspectos que se prendem com o que a leitura psicossocial do desenvolvimento atribui de relevo às moratórias sociais e institucionais para a (re)construção identitária: em espaços de *pertença* familiar, social, institucional onde estereótipos e reacções negativas desta ordem são recorrentemente constatados, a identidade homossexual resulta, logicamente, como processo desenvolvimental que suscita intensas dificuldades e marcado sofrimento à vivência psicológica da “diferença”.

Os *papéis sexuais* dizem respeito ao modo como, social e culturalmente, são desempenhados comportamentos vistos como “masculinos” ou “femininos”: “o desenvolvimento dos papéis sexuais corresponde de algum modo à dimensão comportamental da identidade de género” (Menezes, 1990, p. 147). Porque culturalmente construídos, estes papéis diferem de contexto para contexto, comportando nas suas significações modos de identificação com os outros que ao discurso, à linguagem, às semânticas devem a sua relativização. Já os processos definidos por Erikson (1972) como sustentadores da experiência subjectiva e da construção identitária integravam, como vimos, o desempenho de papéis social e culturalmente relativizados, aspecto a que o modelo dos estatutos da identidade vem dedicar maior atenção (Marcia, 1966).

Na abordagem psicológica das identidades gay e lésbica, os papéis sexuais granjeiam especial atenção quanto ao modo como são experienciados pelos sexualmente “diferentes”. De modo frequente, as pessoas associam a possibilidade de expressão desta “diferença” como ameaçante, numa sociedade que linearmente impõe ao homem uma manifestação da sua identidade segundo o que normativamente se delimita como “masculino” e à mulher uma forma expressiva de feminilidade no obrigatório cumprimento do seu “papel de mulher”. Relativamente a tempos históricos mais remotos, os papéis “masculino” e “feminino” estarão algo relativizados, mas são ainda certamente, na sua rigidez, subsidiários das lógicas heterossexistas e das atitudes homofóbicas dessas lógicas derivadas. A masculinidade hegemónica, a sua relação intrínseca com a rejeição da homossexualidade, foi por nós referida como modalidade cultural destinada à manutenção de uma heteronormatividade que, também pelos papéis sexuais, se pretende veiculada e garantida (Browning, 1993, 1996; Escoffier, 1998; Murray, 2002).

Deve enfim dizer-se que o desenvolvimento psicológico da identidade sexual encontra, nas referências culturais e ideológicas normalizadoras, formas de vivência subjectiva e de expressão desta vivência que nos conduzem a *todos*, independentemente da orientação sexual, à impossibilidade de viver a plenitude que humanamente nos assiste. Não apenas os sexualmente “diferentes”, embora tendencial e compreensivelmente mais estes, experienciam esta não-plenitude da expressão social do que nos edifica como pessoas: a exploração nos domínios interpessoal e sexual passa, desejavelmente, por expressões e vivências que escapam à rigidez e à linearidade. Por isso mesmo, podem os investimentos nestes domínios ser mais consolidados quando homens e mulheres, heterossexuais ou não, expressam mais livremente os seus afectos, as suas relações significativas, os seus (não-lineares) modos de *gostar*.

IV. 4. 2. A Homofobia Internalizada: quando a *repulsa* toma conta do sujeito.

Didier Eribon descreve singularmente, em *Reflexões sobre a Questão Gay* (1999), as repercussões subjectivas da homofobia cultural, dizendo:

no começo, existe a injúria. Aquela que todo o gay pode entender num ou noutro momento da sua vida e que é o símbolo da sua vulnerabilidade psicológica e social [...]. E uma das consequências da injúria é a de moldar a relação com os outros e com o mundo [...], de moldar a personalidade, a subjectividade, o próprio *ser* do indivíduo. A injúria não é apenas uma palavra que descreve, que se contente em anunciar o que sou, [...] [mais ainda] faz-me saber o que me prende, o que eu sou sob a alçada do seu poder. (pp. 30-31)

A “injúria” que pelo silenciamento, pela violência, pela inferiorização sobre os sexualmente “diferentes” se lança, imprime inevitavelmente a esta “diferença” um precoce sentido de rejeição, de medo, de repulsa de si mesmo/a. Falar de homofobia internalizada é falar da forma como gays e lésbicas se vão percebendo como negativa e recorrentemente avaliados pelos contextos relacionais que – assim ficou claro com Erikson (1972) – dão às experiências vitais o seu substrato identitário. Se situado está o *sentido de si* num processo desenvolvimental que reclama o entendimento das relações entre o indivíduo e a(s) sua(s) comunidade(s), também nessas relações estarão, decorrentemente, situadas as “crenças

Capítulo IV

sobre si próprio[/a] enquanto homossexual como inferior aos heterossexuais" (Falco, 1990, p.7).

São documentadas pela literatura psicológica múltiplas manifestações emocionais, cognitivas e/ou comportamentais da homofobia internalizada, de que são exemplos a negação da sua própria orientação sexual e o desejo de mudança desta orientação, a baixa auto-estima e a desvalorização da auto-imagem, o desprezo ou a repulsa por indivíduos "assumidamente" homossexuais ou bissexuais, as tentativas de "fingir" que se é heterossexual ou de "esconder" a própria homossexualidade, a agressividade e/ou a culpa em situações que directa ou indirectamente levam a pessoa à confrontação com a (sua e/ou de outros) homossexualidade (cf., e.g., Beaty, 1999; Coleman & Ramafedi, 1989; Gonsiorek, 1988; Miranda & Storms, 1989; Mohr & Fassinger, 2000; Rubio, 1996, 1999; Savin-Williams, 2001b; Sophie, 1987).

Como foi possível perceber de acordo com o modelo dos estatutos da identidade, a intimidade reflecte a capacidade de valorização profunda, genuína e autónoma das trocas relacionais e de permanecer temporalmente investido nessas trocas (Orlofsky, Marcia & Lesser, 1973). Sentir-se *menor*, *repudiante*, *receoso* em relação a si mesmo/a não pode, seguramente, ser base promissora para a construção de um *espaço* ou de um *tempo* de amor. A percepção e o sentimento de que uma relação amorosa homossexual deve esconder-se, de que ela é uma "quase-relação", de que o parceiro ou a parceira do mesmo sexo não assume um valor tão importante como se de um/a parceiro/a do sexo oposto se tratasse, a crença de que é impossível a durabilidade da relação amorosa homossexual ou a constante atribuição de uma inevitável promiscuidade e infidelidade à relação homossexual são aspectos complementarmente derivados da homofobia internalizada.

Esta crença sobre a inferioridade do valor de uma relação amorosa homossexual (por comparação à relação heterossexual) está também documentada como potencialmente conducente a situações de violência e/ou abuso de um dos elementos da relação sobre o outro e/ou de uma constante tensão afectiva entre os dois elementos (e.g., Falco, 1990; Halberstam, 1998; Klein, 1999; Markowe, 1996; Marshall, 1995; Miranda & Storms, 1989; Rubio, 1999). O secretismo (ou, se não este, a revelação da existência da relação a um restrito número de pessoas) a que o amor homossexual frequentemente se vê condenado, são elementos coadjuvantes à disfuncionalidade relacional desta tensão e/ou destas formas violentas de relação amorosa. A contextualização das relações amorosas entre homens e entre mulheres no quadro ideológico normalizador dos papéis sexuais é um elemento

fundamental à compreensão da disfuncionalidade tanto amorosa quanto sexual que pode caracterizar a vivência da relação entre parceiros do mesmo sexo: no caso das mulheres, o padrão social valorativo do seu papel de *cuidadoras* e de *seres românticos*, formas estereotipadas e precocemente aprendidas de se *dar* nas relações, pode resultar em modalidades fusionais de construção da intimidade lésbica e, nesse sentido, comprometer a relação sexual e/ou romântica entre duas mulheres. Dificuldades associadas à vivência do desejo e do prazer sexual entre as mulheres encontram justificação na “incapacidade para estabelecer espaços de distância emocional, territorial e temporal [...], sendo fácil que cada uma das mulheres ignore o seu próprio espaço e as suas próprias necessidades, bem como o espaço e as necessidades da parceira” (Kaufman, Harrison & Hide, 1984, p. 530).

São igualmente os padrões de socialização a que os homens estão, no curso do seu desenvolvimento, recorrentemente expostos, padrões estes marcados por características “masculinas” de não-emocionalidade (ou, pelo menos, de uma mais contida expressão desta emocionalidade do que as mulheres), que recorrentemente resultam numa crença da impossibilidade de existência de amor entre dois. Ser parceiro doutro homem traz, à luz destas representações, uma potencial reprodução dos papéis “masculino” e “feminino” que os elementos de uma relação homossexual masculina podem vivenciar. Fácil é, portanto, que parceiros masculinos experienciem uma “desigualdade” de papéis e de poder decisional no contexto das relações emocionais, fenómeno alimentado pela ideia de que um é mais “masculino” e “activo” e o outro mais “feminino” e “passivo”, o que conduz à (auto-)desvalorização do elemento “mais fraco”, por contraposição à elevada exigência de “poder” ao “mais forte” (Colgan, 1987).

Tendo em conta estas dificuldades vivenciais relacionadas com a homofobia internalizada, deve retomar-se a lógica da psicologia afirmativa gay para fazer notar que é propósito essencial desta lógica a redução progressiva da homofobia internalizada. Que o sujeito aprenda a lidar de modo cada vez mais complexo e integrado com a sua “diferença”, compreendendo que a desvalorização desta “diferença” tem raiz contextual e ideológica, deve ocupar transversal e sistematicamente as intenções reflexivas e actantes da psicologia afirmativa gay.

Se *maldita* foi a História da abordagem (cultural, ideológica, científica...) da “homossexualidade”, lógico é que *maldita* possa ser a história que a pessoa homossexual aprende a contar sobre si mesma. Psicologicamente desajustada estaria, necessariamente, a pessoa heterossexual num mundo cujas referências fossem predominantemente as da

Capítulo IV

homossexualidade. Social e pessoalmente encarcerado/a estaria o/a heterossexual na vergonha de si mesmo/a, na impossibilidade de plenamente partilhar com os outros os seus desejos, as suas atracções, as suas relações, a sua identidade. E então se falaria, ao assim supormos, numa inevitável “heterofobia internalizada”, da qual inevitavelmente decorreriam dificuldades de construção emocional entre parceiros de sexo diferente. No contexto das representações culturais e simbólicas em que a experiência pessoal de ser lésbica ou gay continua a inscrever-se, merece peculiar atenção o longo e complexo caminho de “saída do armário de si mesmo” e da partilha desta “saída” com os outros.

IV. 4. 3. Quando a pessoa *Quebra o Armário: Revelar e Revelar-Se*.

De *coming out* falámos a respeito da afirmação colectiva das identidades gay e lésbica e da relevância que a *saída do armário* assumiu para esta afirmação. A consciência da não identificação com a norma heterossexual, a apropriação de um sentido da “diferença” face a esta norma e a revelação a si mesmo e aos outros da “diferença”, fazem do *coming out* (agora na óptica do desenvolvimento psicológico) “um processo complexo e reformulante da consciência individual como gay ou lésbica que, simultânea e complementarmente, apela à possibilidade do sujeito se perceber e definir como homossexual e de revelar a outrem a sua homossexualidade” (Markowe, 1996, p. 8).

Na relação com a abordagem psicossocial do desenvolvimento da identidade e nos moldes em que esta abordagem define a organização da experiência individual - sustentada em processos de individuação que permitem ao sujeito *ser ele mesmo*, ao mesmo tempo que lhe possibilitam sentidos de fidelidade e genuinidade na relação com os outros - se amplifica a importância do *coming out*. De tal modo é este aspecto central para a construção das identidades gay e lésbica que alguns autores vieram a denominar os modelos psicológicos de desenvolvimento da identidade homossexual como “modelos de *coming out*” (cf., De Monteflores & Schultz, 1978; Penelope & Woolf, 1989; Rubio, 1996).

No contexto da opressão, a revelação da “diferença” tem implicações pessoais e relacionais particularmente problemáticas. Revelar-se como sexualmente “diferente” pode acarretar custos que passam, potencialmente, pelo isolamento e pela exclusão dos grupos e dos contextos de pertença (escola, pares, amigos, família, trabalho...), quando não pela perseguição e violência directamente dirigidas à pessoa que, porque *revelada*, se torna *visível nesta “diferença”* e, logo, alvo de reacções sociais negativas e culpabilizantes. Ainda

que as consequências sociais da revelação possam resultar menos problemáticas e ostracizantes do que o sujeito antecipa, é fundamental examinar onde, como, quando e a quem revelar, aspectos fundamentais a que o suporte psicológico tem de atender, explorando com o indivíduo as expectativas que detém sobre os efeitos relacionais da revelação, os custos e os benefícios desta revelação e os elementos significativos com quem pode estabelecer uma relação confiante e segura ao *mostrar-se* como gay ou lésbica.

O processo psicológico de *coming out* configura-se como uma construção dinâmica e morosa, que tanto ao sujeito quanto às pessoas que lhe são significativas é reclamado para que a integração da “diferença” revelada ocorra (e.g., Cass, 1984; D’Augelli, 2000; Eichberg, 1990; Davis & Neal, 1997; Hershberger & D’Augelli, 1995; Markowe, 1996). Revelar(-se) é, pois, uma necessidade inerente à consciência de si, às trocas relacionais significativas e genuínas, à construção de uma intimidade gratificante, intimidade que sem se negligenciar na (re)construção identitária, dela necessariamente faz parte, mas não a esgota. Porque na revelação de si como pessoa integral e livremente considerada se traça o caminho do *coming out*.

A investigação no domínio da psicologia do desenvolvimento tem sido caracterizada, assim salienta Savin-Williams (1990), por um desconhecimento da construção subjectiva da identidade homossexual durante a adolescência: “um pressuposto cultural prevalente é o de que a homossexualidade é terreno da idade adulta: o que estes adultos foram enquanto crianças e adolescentes prevalece um mistério” (p. 165). Num período fulcral para a consolidação da identidade, como vimos ser a adolescência, a ausência de referências positivas sobre a “diferença” sexual, ao lado das reacções negativas que sistematicamente sobre esta “diferença” se lançam, a falta de informação (quando a não a *desinformação*) e sobrevalorização da heterossexualidade como padrão normativo e preferencial do desenvolvimento humano, são factores que tornam extremamente dificultado o percurso psicológico dos adolescentes. Como nos dizem Llamas e Vidarte (2001), a *saída do armário* coloca-se como processo de (re)construção pessoal particularmente saliente e adverso “desde o momento em que alguém se dá conta que não é heterossexual: quer dizer, para a grande maioria das pessoas, desde a adolescência” (p. 106).

Reconhece-se que as práticas sexuais homossexuais são relativamente frequentes entre os adolescentes (Garnets & Kimmel, 1993; Moore & Rosenthal, 1993; Savin-Williams,

Capítulo IV

1990, 2001a): durante a adolescência, “predominam as amizades com companheiros do mesmo sexo [...], pelo que alguma exploração sexual pode ocorrer neste contexto. No entanto, esses contactos homossexuais parecem ser geralmente irrelevantes no desenvolvimento de uma orientação homo ou heterossexual [futura]” (Menezes, 1990, p. 145). A exploração de distintas modalidades de relacionamento sexual e íntimo deve ser vista como parte integrante do desenvolvimento psico-sexual na adolescência, sem que tal represente necessariamente a determinação futura de uma identidade sexual homossexual ou bissexual. A rotulagem e a identificação precoce de um adolescente como homo ou bissexual pode desembocar numa culpabilidade e numa “falsa certeza” de si como sexualmente “diferente” que compromete a riqueza dos múltiplos significados decorrentes da exploração sexual e, nesse sentido, pode propiciar um investimento que outorga o desenvolvimento da identidade pessoal.

Família, contexto escolar e grupos de pares são habitualmente referidos (pela importância que nesta fase da vida sabemos assumirem) como contextos onde os problemas relacionados com a integração da “diferença” sexual mais frequentemente se colocam (Beatty, 1999; Carneiro & Menezes, 2006; Goggin, 1993; Johnson, 2000; Lasala, 2000; Lock & Steiner, 1999; Nichols, 1999; Savin-Williams, 1990; Thomas & Larrabee, 2002; Vincke & Rycke, 1999). São problemas recorrentes de adaptação psicológica por parte dos sexualmente “diferentes” a estes contextos o consumo de substâncias psicotrópicas, o fraco rendimento académico, o abandono escolar, a ocorrência de comportamentos (pró-)delinquentes, a depressão, as perturbações de ansiedade, a fobia social, a ideação suicida e/ou as tentativas de suicídio. Vários estudos apontam uma taxa de suicidalidade entre adolescentes homossexuais ou bissexuais com valores 3 a 4 vezes superiores à taxa de suicídio apresentada por adolescentes heterossexuais (Cole, Protinsky & Cross, 1992; Dempsey, 1994; Garland & Zigler, 1993; Hammelman, 1993; Johnson, 2000; Kourany, 1987). Muitos destes estudos negligenciam situações vivenciais de adolescentes que, ao idealizarem o suicídio ou que o tendo tentado, não manifestaram ter sido por razões relacionadas com a sua “diferença” sexual, pelo que a percentagem documentada em estudos sobre suicidalidade em jovens homossexuais e bissexuais é tendencialmente subestimada (Savin-Williams, 2001a).

A investigação psicológica dedica também atenção ao impacto da vitimização na saúde mental de jovens gays e lésbicas (Comstock, 1991; D’Augelli, 1989, 1992; Herek,

1989; Hershberger & D'Augelli, 1995). Entende-se por vitimização o ataque físico e/ou verbal que em diferentes graus é directamente exercido sobre sujeitos que se revelam como gays, lésbicas ou bissexuais e/ou cujas atitudes e comportamentos são social e culturalmente associados à "diferença" sexual⁶.

Embora sendo, naturalmente, os processos de vitimização constatados em populações gays, lésbicas e bissexuais adultas, é saliente a necessidade de investigação cuidada sobre estes processos no que concerne aos jovens e jovens adultos, porquanto é sobretudo nestes períodos de vida que mais vulneráveis se mostram, segundo os estudos a este tema dedicados, os sexualmente "diferentes". O stress cumulativo que tais situações geram nestes indivíduos é, como mostram os resultados de alguns destes estudos (D'Augelli, 1989; Hershberger & D'Augelli, 1995), um factor que compromete fortemente o bem-estar psicológico geral de quem sofre tais situações e que contribui consideravelmente para a ideação suicida e/ou para o comportamento suicidário. Assim, as situações de vitimização agravam um modo de *ser* e de *pertencer* já por si problemático e suscitante de dificuldades de adaptação psicológica.

Os contextos universitários são também mencionados como espaços onde recorrentemente se verificam situações de violência dirigida aos sexualmente "diferentes", fenómeno correlacionado com o facto de nesses contextos jovens e jovens adultos (mais tendencialmente do que nos anos escolares precedentes) revelarem a sua orientação sexual não-heterossexual e, logo, mais "identificáveis" e expostos aos perigos da vitimização estarem expostos (e.g., D'Augelli, 1989, 1992).

Atenderemos agora, e mais aprofundadamente, aos modos como assumem os contextos de *pertença* e de *participação* relevância no desenvolvimento integrado das identidades sexuais não-heterossexuais.

⁶ Foi anteriormente referido que a homofobia se apresenta como uma rejeição social dos indivíduos que revelem uma orientação sexual não-normativa, bem como a rejeição de indivíduos que ainda que não a revelando "pareçam" não-heterossexuais. A "vitimização" reporta-se, nas investigações aqui referenciadas, a situações em que a adversidade face à "diferença" sexual assume contornos de violência explícita, intensa e criminoso.

IV. 5. *Ser, Pertencer e Participar* :

os contextos da “diferença” e a construção subjectiva das homossexualidades.

IV. 5. 1. *Ser ao Pertencer: “diferença” sexual e redes de apoio.*

No que se refere à família, e em particular aos núcleos parentais, é a maior ou menor capacidade de aceitação da “diferença” sexual dos filhos que se apresenta como factor basilar para o modo como estes filhos vão desenvolver um sentido de si como não-heterossexuais. Os indivíduos que percebem elevado suporte por parte das figuras parentais são os que apresentam mais altos níveis de satisfação com a sua orientação homossexual (Elizur & Mintzer, 2001; Gonsiorek, 1988; Herdt & Koff, 2002; Lock & Steiner, 1999; Rubio, 1996; Savin-Williams, 1990, 2001a). Além disto, as reconfigurações familiares subsequentes à “descoberta” da homossexualidade dos filhos podem representar um conjunto de processos com os quais “toda a família ganha, no seu modo comunicacional, na genuinidade desenvolvida no contexto familiar, muitas vezes atingindo um nível de genuinidade relacional nunca conseguido antes da revelação [da sexualidade pelos filhos]” (Elizur & Mintzer, 2001, p. 148).

A negociação identitária entre pais e filhos interfere positivamente, quando levada ao ponto da integração familiar, quer com a capacidade dos filhos revelarem a outras pessoas (que não familiares) a sua “diferença”, quer com a capacidade de estes filhos estabelecerem relações segurizantes em geral e relações íntimas e/ou amorosas gratificantes. Por um lado, a revelação da “diferença” sexual aos pais apresenta-se como uma das mais exigentes e ameaçadoras tarefas desenvolvimentais que a um(a) filho(a) se coloca no seu desenvolvimento psicológico (Beaty, 1999); por outro lado, tal revelação facilita (quando conducente a uma percepção elevada de suporte familiar) a integração da “diferença” sexual, tanto por parte dos filhos como por parte dos núcleos parentais (Herdt & Koff, 2002).

Como se disse, a perspectiva psicossocial do desenvolvimento define a autonomia como interdependente, através de um processo de construção relacional com os outros em diferentes contextos da existência humana. Com os pares, se arquitectam bases para que progressivamente a pessoa se individualize, pelo que cabe atender ao papel destes pares na construção psicológica das identidades gay e lésbica.

A investigação psicológica mostra serem os amigos frequentemente mais suportivos do que a família no que respeita à “diferença” sexual e que é a estes que geralmente o indivíduo começa por revelar a sua “diferença” (Elizur & Mintzer, 2001; Kurdek, 1988; Vincke & Van Heeringen, 2002). Como refere Johnson (2000), ainda que o suporte parental seja de enorme importância para a integração pessoal da homossexualidade, a aceitação pelos amigos assume na adolescência uma clara sobreposição ao contexto familiar. Por esta razão, alguns autores reportam-se aos amigos dos adolescentes não-heterossexuais como “famílias alternativas” (Cantu, 2000; D’Augelli, 2000; Lasala, 2000). Com os amigos se torna (mais) possível que num sentido genuíno das relações sociais, de ser verdadeiro na sua “diferença”, de continuidade da experiência e de fidelidade aos seus valores e às suas escolhas – das quais a sexualidade é parte integrante e fundamental – se reconstrua o indivíduo rumo a uma mais complexa, integrada e não-discriminada aceitação da sua identidade (sexual).

Relacionada com estas questões está, naturalmente, a escola (Carneiro & Menezes, 2006; Epstein, O’Flynn & Telford, 2002; Thomas & Larrabee, 2002). Marcia (1986) atribui a este contexto de vida uma centralidade no apoio à experimentação e ao investimento nas escolhas realizadas em diferentes domínios da (re)construção identitária. Por isso, mesmo que na presença de um elevado suporte por parte da família e dos pares, se o contexto académico se revela adverso (ou, pelo menos, não afirmadamente suportivo) à “diferença” sexual, reduzidas serão as possibilidades de integração pessoal desta “diferença”. Como *difusos*, *outorgados* ou *moratórios* tendem os sexualmente “diferentes” a desenvolver-se num contexto em que os agentes educativos são desconhecedores, quando não contributivos para a exclusão e para a inferiorização, desta “diferença”. São nomeadamente retratadas na literatura psicológica corroborações de estereótipos que os psicólogos e outros agentes escolares fazem das escolhas vocacionais e profissionais dos estudantes em função da sua (manifesta e/ou suposta) orientação sexual: as representações preconceituosas da adequabilidade de uma determinada escolha curricular ou profissão a uma determinada orientação sexual ilustram as práticas profissionais estereotipificadas em contextos educativos, a que não são alheias representações igualmente estereotipadas de género que se mesclam com o viés dos profissionais da escola em torno da “diferença” sexual (cf. Fassinger, 1991; Fernandes, 1987).

Capítulo IV

De uma psicologia afirmativa gay não darão certamente conta posições e práticas profissionais desta ordem. Uma *educação sexual afirmativa* passa, como se compreende, pela superação destas insuficiências, na busca de um sistemático processo de pluralização e de enriquecimento pela diversidade do contexto escolar, processo através do qual a escola ganha como um sistema na sua globalidade, ao desenvolver-se como um espaço (mais) plural ou, afinal, como um espaço académico de integral cidadania (Carneiro & Menezes, 2006).

IV. 5. 2. Ser ao Participar: “diferença” sexual e participação comunitária.

Analisando os benefícios psicológicos potencialmente resultantes da participação política, Sanders (2001) refere que o envolvimento em associações voluntárias de cariz humanitário se revela promotora do bem-estar psicológico de quem nelas participa. Associações de defesa dos direitos de negros, homossexuais e mulheres figuram, no estudo desta autora, como espaços privilegiados para “protestar contra as situações de injustiça, lutar activa e conscientemente contra a discriminação, reclamar direitos, articular necessidades [de diferentes grupos minoritários] e resistir à opressão, de forma saudável e potenciadora do bem-estar psicológico” (p. 17). Esta autora conclui que as modalidades relacionais de combate à opressão são particularmente benéficas para indivíduos cuja identidade é histórica e politicamente votada a intensas formas de discriminação, sendo a “a actividade política um recurso que pode reduzir significativamente as consequências negativas para a saúde mental dos indivíduos derivadas do seu estatuto social desfavorecido” (p. 18).

A participação comunitária define-se, de acordo com Ceri (1991), como um processo activo de envolvimento que directa ou indirectamente se destina à protecção de determinados valores e ao equilíbrio de forças que caracterizam as relações sociais. O envolvimento activo do sujeito e a acção colectiva relacionam-se, pela participação voluntária em organizações, num processo dinâmico através do qual a mudança social e a vivência subjectiva das condições de opressão e de discriminação se encaminham para uma melhoria destas condições. Diversidade e empoderamento pessoal e colectivo cruzam-se, no espaço da participação política, como elementos complementares do desenvolvimento de um sentido acrescido de comunidade e de pertença (Menezes, Ferreira, Carneiro & Cruz, 2004): no contexto das organizações voluntárias, a participação dos indivíduos pode

conduzir a uma confiança interpessoal acrescida, a sentimentos de conectividade e a expectativas de ajuda mútua (Green & Brock, 2005).

De Picolli, Colombo e Mosso (2002) analisam as consequências individuais e grupais da participação. Ao nível individual, são enfatizados aspectos positivos como a promoção da auto-eficácia, da auto-estima e das crenças subjectivas sobre a capacidade para controlar os acontecimentos de vida. Ao nível colectivo é a mudança de normas e de valores de um grupo de pertença, a aquisição de novos conhecimentos sobre o mundo e sobre as relações sociais ou a redução de um sentido de alienação e de falta de poder de contribuir para a mudança que se apresentam como benefícios resultantes da participação política. No entanto, esta participação apresenta, segundo as autoras, riscos de uma forte identificação dos indivíduos com o seu grupo de pertença e, deste modo, a possibilidade de que o preconceito relativamente a valores e necessidades de outros grupos se desenvolva nos contextos participativos, o que impede o estabelecimento de um sentido tanto pessoal quanto grupal da necessidade de estabelecer coligações.

Não obstante o facto de se reconhecer que nas últimas décadas temos assistido a um decréscimo do interesse pela política e pelas formas «tradicionais» de participação na política (Inglehart, 1997), defende-se actualmente a emergência e a importância de «outras» formas de participação política, como é o caso das organizações de intervenção social e comunitária (Giddens, 1997b). Por um lado, há que reconhecer que a motivação para a participação nestas organizações nem sempre é de carácter estritamente político, na medida em que o envolvimento pode decorrer de experiências idiossincráticas múltiplas; por outro lado, a participação pode não resultar necessariamente num sentido acrescido de eficácia política (Stewart & Weinstein, 1997). No entanto, o envolvimento e a participação activa organizações são potencialmente contributivos para o estabelecimento de redes sociais mais vastas e apoiantes, assim como para a (re)construção do sentido de identidade através da integração de um ponto de vista histórico-social e político na definição de si próprio.

Com base na teoria psicossocial do desenvolvimento, Yates e Youniss (1998) referem que é através do envolvimento em estruturas comunitárias que os jovens podem tornar-se agentes reflexivos e desenvolver oportunidades para o investimento em valores e ideologias que asseguram o sentido de continuidade e de fidelidade subjacentes à (re)integração identitária. A reflexão aprofundada e partilhada sobre os constrangimentos e

Capítulo IV

oportunidades oferecidas pelos contextos em que os indivíduos se desenvolvem, a confrontação com uma compreensão ideológica enriquecida sobre estes contextos e o desenvolvimento de projectos de suporte activo a situações de desfavorecimento social, são resultados salientes do envolvimento político em associações voluntárias. Aliás, e segundo Kroger (1989), sujeitos *outorgados*, *moratórios* ou *difusos* podem evoluir para um estatuto construído de identidade se o contexto favorecer a negociação relacional dos significados das experiências de vida. Os contextos de participação associativa são frequentemente propiciadores de tais oportunidades, pelo que potencialmente favorecem a (re)integração das experiências de vida no desenvolvimento psicológico da identidade.

Reportando-se especificamente às identidades gay e lésbica, Vincke e van Heeringen (2002) defendem que o relacionamento interpessoal possibilitado pelo envolvimento activo em organizações de defesa dos direitos dos sexualmente “diferentes” reduz significativamente o stress minoritário e dos efeitos depressivos que deste stress decorrem: “a participação na cultura gay, nas suas estruturas organizacionais e o estabelecimento de contactos continuados com elementos dessas estruturas, é um ingrediente fundamental para uma construção identitária integrada” (p. 1319). No mesmo sentido, Alderson (2003) salienta que o envolvimento associativo auxilia um sentido acrescido de pertença comunitária, o desenvolvimento de relações de intimidade e a crença na estabilidade das relações amorosas, bem como a redução dos impactos negativos da discriminação e da violência dirigidas aos sexualmente “diferentes”.

IV. 6. Modelos de desenvolvimento psicológico das identidades gay e lésbica.

O caminho histórico através do qual os sexualmente “diferentes” afirmaram as suas identidades travou, como salientámos, uma estreita relação com o percurso de afirmação de “outras” identidades. Neste paralelismo entre o histórico-político e o individual alicerçam os modelos psicológicos de desenvolvimento das identidades gay e lésbica a sua análise sobre os sentidos inerentes à vivência da “diferença” sexual. O que estes modelos descrevem é, afinal, o desenvolvimento da identidade em contextos de opressão, tal como acontece com os modelos desenvolvimentais que se centram na identidade feminista (e.g., Downing & Roush, 1985; Helms, 1985) ou na identidade racial (e.g., Cross, 1971). As questões relacionadas com o “género”, a “orientação sexual” ou a “etnia” inspiram-se mutuamente, com vista à leitura psicológica dos processos que presidem ao desenvolvimento identitário e

quando este desenvolvimento retrata situações vivenciais problemáticas decorrentes das experiências de discriminação social.

IV. 6. 1. Da “diferença” à integração pessoal: trajectos psicossociais da homossexualidade.

Foi pioneiro o modelo proposto por Cass (1984) para compreensão da construção psicológica da identidade homossexual. A noção, inspirada nos contributos da perspectiva do ciclo vital, de que os indivíduos se desenvolvem e elaboram reformulações cognitivas, comportamentais e afectivas ao longo da vida, vai assumir centralidade no modo como esta autora descreve a construção activa e prolongada dos significados atribuídos à homossexualidade. A maleabilidade da identidade homossexual remete, nesta proposta teórica, para a edificação de um sentido de “diferença” como processo prolongado no tempo, como um fenómeno *long-lasting* que implica uma atenção aos modos relacionais do sujeito com o seu contexto, na descoberta de novos e reformulados significados que subjazem à homossexualidade. Aspecto relevante deste modelo é o facto de ele postular, contrariando abordagens desenvolvimentais da homossexualidade que lhe são anteriores, que “o indivíduo não se constitui como simples veículo passivo através do qual a mudança toma lugar” (Cass, 1990, p. 259). Em alternativa, a pessoa desempenha um papel activo na aquisição significada e significativa da sua homossexualidade.

A validação deste modelo em amostras de gays e lésbicas e o desenvolvimento de um instrumento de avaliação são também contributos relevantes de Cass na abordagem da identidade homossexual. Segundo esta autora, a identidade homossexual evolui ao longo de seis estádios de complexidade crescente na definição de si como sexualmente “diferente”: (i) a *confusão de identidade*, momento em que o sujeito questiona a sua própria orientação sexual; (ii) a *comparação identitária*, que envolve sentimentos de isolamento e alienação que decorrem daquele questionamento; (iii) a *tolerância identitária*, estádio de desenvolvimento marcado por uma procura activa de outros gays ou outras lésbicas e pela aceitação acrescida da própria homossexualidade; (iv) a *aceitação da identidade*, período em que o sujeito faz uma revelação selectiva (i.e., apenas a algumas pessoas) da sua homossexualidade; (v) o *orgulho identitário*, que envolve a imersão na subcultura gay e lésbica e a rejeição da norma e dos valores heterossexuais e (vi) a *síntese da identidade*, estádio culminante da construção da identidade homossexual e que se caracteriza pela

Capítulo IV

integração da orientação sexual homossexual na conjunto de características que globalmente definem a pessoa⁷.

Outros modelos de desenvolvimento da identidade homossexual se seguiram à proposta teórica de Cass (e.g., Coleman, 1982; Sophie, 1987; Troiden, 1979, 1989, 1993). Coleman (1982) enfatiza os processos de estigmatização e de pressão social para a conformidade com a norma heterossexual como dificultantes do desenvolvimento integrado de um sentido de si mesmo(a) como lésbica ou gay e Troiden (1979, 1989) propõe uma abordagem sociológica, na qual defende que a revelação – *coming out* – da identidade homossexual se apresenta mais como uma escolha pessoal (de revelar ou não perante as adversidades contextuais) do que um estágio desenvolvimental específico com características bem definidas. Defendendo uma sequência desenvolvimental de estádios bastante semelhante à que Cass propõe, estes dois modelos não foram, contudo, empiricamente validados.

Sophie (1987) desenvolveu o primeiro modelo de desenvolvimento da identidade homossexual que especificamente pretende dar conta das experiências de vida e significados subjectivos associados à homossexualidade feminina. Recorrendo a entrevistas estruturadas com mulheres lésbicas, Sophie conclui que o desenvolvimento da identidade sexual não é necessariamente um processo tão linearmente vivenciado como o que tende a ser descrito por outros modelos, já que uma grande amplitude temporal é constatável entre diferentes mulheres na definição de si mesmas como lésbicas.

Revedo os diferentes modelos de construção das identidades gay e lésbica, Falco (1990) agrupa os estádios fundamentais que delimitam a análise do desenvolvimento psicológico ao longo do processo de *coming out*, descrevendo-os como estádios que desenham um trajecto que vai desde um momento inicial de consciência vaga de uma “diferença” até momentos últimos de integração e ajustamento do sentido de si como homossexual, passando pela negociação deste sentido com outros significativos e pela confrontação com modelos sociais positivos sobre a homossexualidade. Se observarmos com cuidado esta progressão desenvolvimental que a pessoa homossexual faz na

⁷ Note-se, a título de exemplo, as similitudes entre esta sequência desenvolvimental e a que Downing e Roush (1985) descrevem para caracterização da identidade feminista: no modelo destas autoras, as mulheres caminham de uma *aceitação passiva* das condições opressivas a que estão sujeitas no corpo social sexista para um *compromisso activo* com modos não-estereotipados de pertença a este corpo social, o que implica transcender os papéis de género tradicionalmente atribuídos ao “feminino” e a integração dos significados de *ser mulher* numa concepção integrada de si mesmas.

(re)definição da sua identidade, percebemos o paralelismo com o que vimos ser a história da afirmação colectiva enveredada pelos sexualmente “diferentes”. O encarceramento social da “diferença” é agora, nos modelos psicológicos de desenvolvimento das identidades gay e lésbica, levado à impossibilidade pessoal de aceitação de uma orientação sexual não-normativa e à indefinição do sentido de ser “diferente”. A isto se segue a exploração de “outros diferentes”, de redes de socialização com “iguais”, num modo homofílico, como que persuasivo (perante si e perante os outros) de aceitação da homossexualidade. De um *orgulho liberacionista* que des-silencia a “diferença” sexual e a torna base de confrontação positiva consigo e com os outros se faz a etapa desenvolvimental seguinte. Finalmente, é uma integração que implica a não-sobreposição da orientação homossexual às características globais de si como pessoa que emerge, num modo de se relacionar que não fazendo perder de vista as necessidades pessoais e colectivas subjacentes à vivência da “diferença” sexual, a coloca ao lado das necessidades de “outras diferenças”, no que podemos dizer constituir uma “coligação psicológica” do sujeito consigo e com os agentes relacionais da existência humana.

IV. 6. 2. Críticas dos modelos de desenvolvimento da identidade homossexual.

Na relação com as críticas que sistematizámos a respeito da identidade, são as sequências invariantes e universais que também a abordagem psicológica das identidades gay e lésbica estabelece que têm sido questionadas por vários autores (e.g., Alderson, 2003; Garnets & Kimmel, 1993; Rubio, 1996). Enquanto representativas de processos universais e hierarquicamente organizados, estas sequências tendem a não contemplar modalidades de construção identitária que podem diferir de pessoa para pessoa e a assumir uma linearidade da trajectória desenvolvimental que não é necessariamente aplicável a todos os indivíduos.

Pela necessidade de contextualizar a forma e a substância das experiências desenvolvimentais que dão corpo à (re)construção das identidades gay e lésbica, as críticas ao modelos da identidade homossexual apelam à necessidade de atenção acrescida às formas qualitativamente distintas através das quais diferentes sujeitos lidam com o contexto social e político em que se inserem. A necessidade de atender às múltiplas realidades sociais, aos múltiplos contextos, às múltiplas identidades e, portanto, às múltiplas formas de discriminação relacionadas com estas diferentes identidades deve, deste modo, ser

Capítulo IV

criticamente avaliada no que concerne aos modelos psicológicos de desenvolvimento da “diferença” sexual. De outro modo dito, estes modelos devem respeitar uma sistemática

sensibilidade à dinâmica complexa associada a factores como os valores culturais sobre o género e sobre os papéis [sexuais], sobre as crenças procreativas e religiosas, sobre o nível cultural do indivíduo e da sua família e sobre a história pessoal e cultural de discriminação ou opressão [relacionada com a “diferença” sexual]. (APA, 2000, p. 1445).

Um extenso volume de trabalhos se dedica à abordagem das diferenças entre mulheres e homens na construção das identidades lésbica e gay (e.g.; Falco, 1990; Garnets & Kimmel, 1993; Kitzinger, 1996; Markowe, 1996; Rubio, 1996; Sophie, 1987). Sophie (1987) preconiza a análise da diferença que se estabelece entre as mulheres no tempo necessário para consolidação da identidade lésbica. Outros estudos (Kitzinger, 1987; Markowe, 1996) mostram que, comparativamente aos homens, as mulheres apresentam uma maior fluidez na definição da sua sexualidade. Kitzinger e Wilkinson (1995) abordam o processo de transição de um sentido de si como heterossexual para uma identidade lésbica, entrevistando mulheres que estabeleceram no seu passado relações amorosas heterossexuais. A heterossexualidade compulsiva (anteriormente referida e perspectivada como encorajamento das redes sociais para a conformidade à norma heterossexual e aos padrões de “feminilidade”) e a negação prolongada dos afectos que estas mulheres foram sentido pelo mesmo sexo são as barreiras apresentadas por este estudo à auto-identificação das entrevistadas como lésbicas.

De Monteflores e Schultz (1978) concluem que homens e mulheres se auto-definem como homossexuais em idades diferentes, sendo que geralmente as mulheres consciencializam a “diferença” sexual mais tarde do que os homens, aspecto que outros estudos corroboram (e.g., Falco, 1990; Rubio, 1996, 1999; Savin-Williams, 1995, 2001b). Para esta diferença de idades constatada entre homens e mulheres no desenvolvimento de uma identidade sexual não-normativa, concorre um percurso histórico-social e colectivo que aos homens deu mais protagonismo na afirmação da “diferença” sexual do que às mulheres. A visibilidade crescente que o movimento liberacionista gay e lésbico propiciou à “diferença” sexual ficou histórica e predominantemente representada como “masculina”, como já antes da emergência deste movimento masculinizada estava a representação – em condenação moral e religiosa, em fundamentos para a perseguição jurídica ou em patologização – da “homossexualidade”. Consequentemente, os espaços de socialização, os modelos positivos de sexualidade lésbica e os elementos sócio-culturais e simbólicos

promotores da afirmação positiva da homossexualidade feminina não tiveram a mesma saliência na decorrência da libertação homossexual que aos homens foi dada nesta libertação, o que se relaciona com uma tendencialmente mais tardia auto-identificação das mulheres como lésbicas (Jagose, 1996; Escoffier, 1998; Marcus, 2002; Weeks, 1995, 2000).

A atenção às diferenças de gênero no processo psicológico de construção das identidades gay e lésbica e o cuidado em perceber as particularidades que as mulheres apresentam nesta construção tentam, sobretudo, colmatar as lacunas resultantes do viés androcêntrico que (à semelhança do que dissemos ser questionado criticamente em relação à abordagem da identidade) que os modelos teóricos frequentemente revelam (APA, 2001; McCarn & Fassinger, 1996; Patterson, 1995).

Uma breve referência deve ainda ser feita às diferenças encontradas em função dos meios – rurais ou urbanos – em que os sujeitos desenvolvem a sua identidade gay, lésbica ou bissexual (e.g., D’Augelli, 2000; Savin-Williams, 1990, 2001b). Quando comparados com os meios urbanos, os contextos rurais são caracterizados por uma maior exposição dos comportamentos, atitudes e expressões da vivência identitária (globalmente considerada) aos outros e, portanto, mais sujeitos a juízos valorativos, reacções sociais e formas de relacionamentos interpessoais que pressupõem um conhecimento mais próximo destas expressões. A manutenção do anonimato a respeito de práticas, desejos e/ou relacionamentos homossexuais torna-se especialmente difícil para os indivíduos que, vivendo nos meios rurais, pretendam esse anonimato e o encarem necessário à preservação do seu bem-estar pessoal (D’Augelli & Hart, 1987). Por outro lado, a falta de sistemas socializantes que positivamente referenciem uma identidade sexualmente “diferente”, a menor acessibilidade a contextos de *pertença* e/ou a comunidades organizadas em defesa dos direitos LGBT e suportivas desta “diferença”, são também apontados como aspectos que dificultam, por comparação aos centros urbanos, a consciencialização positiva da “diferença” sexual, a exploração de recursos sociais e humanos que promovam o desenvolvimento integrado desta “diferença” e um envolvimento associativo que possa subsidiar esta integração (Savin-Williams, 1990). Em contextos de menor densidade populacional, a revelação da homossexualidade a outros significativos não apenas se mostra pouco provável como, no caso de ocorrer, tende a suscitar reacções muito negativas, violentas e ostracizantes (Browning, 1996; Eribon, 1999).

IV. 7. Um modelo inclusivo de desenvolvimento das identidades gay e lésbica.

Na sequência da sistematização dos vários modelos de desenvolvimento psicológico das homossexualidades e das críticas que aos mesmos vimos estarem endereçadas, é importante apresentar uma proposta teórica que se revele inclusiva na análise da construção das identidades gay e lésbica. O modelo desenvolvido por Fassinger e seus colaboradores (Fassinger & Miller, 1996; McCarn & Fassinger, 1996) afigurou-se-nos como singularmente útil para dar resposta a essa necessidade inclusiva.

Trata-se de um modelo que intenta dar resposta às insuficiências detectadas nas propostas psicológicas que o precedem, focalizando-se na experiência subjectiva relacionada com múltiplas formas de opressão e de discriminação anexadas à “diferença” sexual. Desenvolver-se e auto-definir-se como lésbica ou gay, implica um “processo de construção identitária como membro de um grupo, o que inclui uma confrontação (progressivamente diferenciada) com a opressão e com o seu próprio estatuto enquanto membro desse grupo oprimido de referência” (Fassinger & Miller, 1996, p. 55).

A relevância da participação política para o desenvolvimento da identidade homossexual emerge como aspecto criticamente considerado neste modelo. Como McCarn e Fassinger (1996) referem,

há, com certeza, mérito na ideia de que o activismo social e a relação interpessoal de confiança que esse activismo permite estão positivamente associados à saúde mental e a uma internalização positiva da identidade lésbica/gay [...]. No entanto, a implicação de que a falta das qualidades [decorrentes do activismo] signifique uma menos-valia desenvolvimental impede o reconhecimento das diferentes realidades sociais em que lésbicas e gays vivem. (pp. 519-520)

Nesta lógica, ainda que reconhecendo o importante papel do envolvimento activo da pessoa homossexual em estruturas comunitárias vocacionadas para a defesa dos seus direitos, o modelo aqui apresentado reserva aos sexualmente “diferentes” a possibilidade de reconhecimento das múltiplas “diferenças” que a sua “diferença” comporta. Mais especificamente, o viés androcêntrico recebe uma acrescida atenção por parte deste modelo inclusivo, que assim tenta dar conta dos processos desenvolvimentais que distintamente gays e lésbicas podem experienciar na edificação das suas identidades.

Tanto a revelação a um vasto número de pessoas da homossexualidade, quanto o envolvimento político em contextos comunitários enquanto aspectos indicadores de um desenvolvimental integrado das identidades gay e lésbica, merecem também cuidado crítico neste modelo. Na verdade, “forçar” a pessoa a esta revelação e/ou a este envolvimento pode ser pernicioso, uma vez que tais indicadores desenvolvimentais negligenciam os constrangimentos sociais que à revelação e à participação se colocam e, neste sentido, podem-nos conduzir a responsabilizar o sujeito pela sua própria vitimização. No contexto opressivo em que todos vivemos, a revelação e a negociação de identidades estigmatizadas estão de tal modo condenadas à exclusão e à discriminação que é, como temos dito, às estruturas sociais e ideológicas (e não á pessoa) que deve endereçar-se a razão das impossibilidades de ser “diferente”.

Fassinger e Miller (1996) referem que o pendor individualista habitualmente detectado nos modelos de desenvolvimento das identidades gay e lésbica faz com que sejam confundidos os *processos subjectivos* de significação destas identidades com *dimensões sociais* que dão sentido a esses processos. Preferindo a designação de “fases” à designação de “estádios” para caracterização dos momentos desenvolvimentais que descrevem a identidade homossexual, os autores salientam que a construção psicológica da “diferença” sexual se desenha como um processo flexível, contínuo e circular através do qual “cada nova relação [interpessoal] suscita novas questões à sexualidade individual e cada novo contexto requer uma consciência renovada da opressão grupal” (p. 522).

Distinguem-se, nesta concepção teórica do desenvolvimento das homossexualidades, o sentido pessoal da orientação sexual e os significados grupais que a esta são atribuídos. Dois ramos paralelos, reciprocamente catalíticos mas não necessariamente simultâneos, dão corpo a esta distinção: o ramo da *identidade sexual individual* e o ramo da *identidade sexual grupal*. Quatro fases de progressão desenvolvimental das identidades lésbica e gay são apresentadas para cada um destes ramos: “consciência” (*awareness*), “exploração” (*exploration*), “aprofundamento/compromisso” (*deepening/commitment*) e “internalização/ síntese” (*internalization/synthesis*). O modelo resulta, assim, do cruzamento destas quatro fases com os dois ramos – individual e grupal – que estruturam um sentido subjectivo e partilhado de consciência da opressão sobre a “diferença” sexual. A sistematização das quatro fases que, para cada uma das dimensões processuais (individual e grupal), são descritas neste modelo, dá a perceber em que medida a diferenciação, a complexificação e a integração das componentes da identidade promovem um sentido pelo e não-discriminado de si como lésbica ou gay.

Capítulo IV

A primeira fase – “consciência” – descreve um sentido vago e emergente de diferença relativamente à norma heterossexual que pauta os sentimentos e desejos, os objectos de relação afectiva. A não-identificação com a heterossexualidade normativa surge, nesta fase, associada ao questionamento da própria identidade como possivelmente gay ou lésbica, não estando ainda necessariamente implicada uma auto-definição como homossexual. O (re)conhecimento de pessoas e/ou comunidades não-heterossexuais conduz o indivíduo à percepção de que esteve, por longo tempo, subjugado às ideologias heterossexistas e a uma representação do mundo como exclusivamente heterossexual. McCarn e Fassinger (1996) ressaltam que o que caracteriza mais esta primeira fase é mais a identificação da pessoa homossexual com um grupo de “iguais” que efectivamente existe, do que a compreensão consciente dos significados culturais e ideológicos da discriminação social e das implicações problemáticas desta discriminação para o desenvolvimento psicológico da identidade homossexual.

Na fase subsequente – “exploração” – o indivíduo explora activamente os sentimentos e desejos que anteriormente emergiram de modo vago, tornando-se mais consciente da “diferença” e percebendo que a “homossexualidade” se aplica à caracterização das suas vivências e necessidades. Não está necessariamente presente nesta fase uma dimensão comportamental da sexualidade, nem a variedade de parceiros sexuais. Mais do que isso, é a tentativa de definir uma posição pessoal (de identificação ou não) com outras pessoas lésbicas ou gays que promove um sentimento de pertença a um grupo de “iguais”. Para a exploração concorrem, de modo muito relevante, a existência e a disponibilidade de recursos (tanto informativos/ materiais como pessoais) que permitem à pessoa ir consolidando o seu sentido de “diferença”. Trata-se de um momento desenvolvimental durante o qual o sujeito pode experienciar, simultaneamente, culpa por “ter contribuído” (directa ou indirectamente) para o heterossexismo e um sentido acrescido de bem-estar no contacto com outras pessoas gays ou lésbicas.

A terceira fase – “aprofundamento/compromisso” – caracteriza-se pela cristalização de escolhas no domínio do amor e/ou da sexualidade homossexuais. A pessoa reconhece o desejo homossexual como claramente definidor de si própria e desenvolve um sentido de completude e de auto-realização como ser sexual. Neste período desenvolvimental, intimidade e identidade fundem-se: é-se porque se é (também) intimamente, é-se de forma íntima porque se é numa construção de si como pessoa. Cabe neste “aprofundamento/

compromisso” a identificação acrescida (por comparação ao estágio precedente) com pessoas/ comunidades gays e/ou lésbicas, numa (re)estruturação identitária que combina entusiasmo e orgulho por *pertencer* a estas comunidades com um conflito interno.

A fase mais complexa do desenvolvimento da identidade – “internalização/síntese” – remete para uma auto-aceitação integral do desejo/amor por pessoas do mesmo sexo, o que implica longo tempo de exploração sexual/amorosa. A pessoa redefine, nesta fase, os significados tanto individuais como grupais da opressão, integra e sintetiza a sua identidade sexual na identidade global, o que se reflecte em sentimentos de completude, segurança e capacidade de manutenção de um sentido de si como gay ou lésbica em diferentes contextos existenciais.

Adquire-se, afinal, uma visão integrada do mundo que, por ser integrada, transcende os sentimentos de culpa e de insegurança e permite ao indivíduo amar-se e amar como lésbica ou gay. Para trás fica uma visão estereotipada do mundo e das relações, fica a avaliação de si e dos outros com base em noções dicotómicas (*ser “isto” ou “não-isto”*) e assim se alcança um sentido de si *com* os outros suportado por uma apreciação global das características pessoais que integram, mas nelas não se esgotam, a intimidade e a sexualidade. Ainda que não se perdendo um sentido identitário que permanece edificado na consciência de se *ser, pertencer e participar* em contextos que à “diferença” e à opressão votam esta consciência, a pessoa integra numa completa, integrada e complexificada imagem de si a(s) possibilidade(s) de amar(-se) com os “iguais”.

No **Quadro 6** são resumidos os elementos fundamentais das fases de desenvolvimento identitário segundo este modelo, em função dos ramos que o estruturam.

Ramo: Identidade Sexual INDIVIDUAL	Ramo: Identidade Sexual GRUPAL
Fase I. Consciência (<i>Awareness</i>)	
<ul style="list-style-type: none"> • consciência emergente de sentimentos/ desejo pelo mesmo sexo • sentimento de ser sexualmente “diferente” e questionamento da “norma heterossexual” 	<ul style="list-style-type: none"> • consciência emergente da existência de “iguais” • reconhecimento do questionamento que, enquanto grupo, os “iguais” fazem da “norma heterossexual”, compreendendo que se esteve/está sujeito ao heterossexismo e à homofobia
Fase II. Exploração (<i>Exploration</i>)	
<ul style="list-style-type: none"> • exploração activa dos sentimentos/ do desejo homossexual e/ ou de possibilidades de proximidade em relação a alguém que particularmente gera sentimentos e/ ou atracção homossexual 	<ul style="list-style-type: none"> • tentativa de clarificação de sentimentos de pertença a um grupo de “iguais” • possibilidade de experienciar culpa/fúria por ter contribuído para o heterossexismo, ao mesmo tempo que intensificando a curiosidade e a vontade de conhecer/ participar no grupo de “iguais”
Fase III. Aprofundamento/Compromisso (<i>Deepening/ Commitment</i>)	
<ul style="list-style-type: none"> • aprofundar o conhecimento de si como homossexual e consolidar escolhas no domínio da sexualidade • conciliação consistente entre intimidade e identidade 	<ul style="list-style-type: none"> • aprofundamento das referências em relação aos “iguais” • consciência acrescida das implicações da estigmatização e da opressão sobre si e sobre os “iguais”
Fase IV. Internalização/Síntese (<i>Internalization/ Synthesis</i>)	
<ul style="list-style-type: none"> • integração dos significados da (homo)sexualidade nas características que globalmente definem a pessoa • satisfação plena com a própria orientação e realização nas trocas emocionais, íntimas e/ ou amorosas 	<ul style="list-style-type: none"> • equilíbrio entre o sentido de se continuar a pertencer a um grupo de “iguais” e o desenvolvimento de visões não-estereotipadas sobre os outros

Quadro 6. Modelo Integrativo das Identidades Gay e Lésbica (Fassinger & Miller, 1996; McCam & Fassinger, 1996)

Síntese

A teoria psicossocial do desenvolvimento permitiu, neste capítulo, entender a construção psicológica de um sentido de *ser* que vai *para além* do sujeito, ao reclamar uma atenção cuidada às relações que em diferentes contextos se vão reconfigurando. A identidade consubstancia-se através “de um processo «situado» no *coração do indivíduo*, bem como no *coração da cultura da sua comunidade*, processo que funde, na prática, uma identidade [complexa e dialéctica a partir] destas duas identidades” (Erikson, 1972, p. 18). Pelo dinamismo intrínseco ao desenvolvimento psicológico do sujeito *na relação com os outros*, se pôde perceber a noção de *autonomia interdependente* e a relevância que para o seu estabelecimento o período da adolescência.

Com Marcia (1966, 1986, 2002) foram analisadas as dimensões processuais que sustentam a construção identitária (numa extensão das reformulações significadas e significantes da experiência pessoal aos vários momentos do ciclo de vida), bem como a relação da identidade com outras variáveis do desenvolvimento psicológico.

Nestas propostas teóricas encontrámos moldura conceptual para *ouvir* as homossexualidades, considerando o que as configurações opressivas dos contextos e a discriminação social trazem de especificidades à construção identitária por parte de lésbicas e gays. O modelo inclusivo elegido para análise do desenvolvimento psicológico das homossexualidades possibilita, como vimos, uma contemplação acurada daquelas especificidades.

O que vale a pena concluir sobre os percursos psicológicos que sustentam a identidade e, em particular, quando no quadro da(s) “diferença(s)” estes percursos assumem *lugares e tempos*, é que

os sujeitos podem até voltar ao ponto de partida mas são, em alguma medida, «outros» sujeitos, tocados que foram pela viagem, [...] num processo que se caracteriza por constantes desvios e retornos sobre si mesmo, um processo que provoca desarranjos e reajustes, de tal modo que só o movimento é capaz de garantir algum equilíbrio ao viajante. (Louro, 2004, p. 13)

Capítulo V.

Enquadramento, Objectivos e Hipóteses do Estudo

Neste capítulo, começaremos por sistematizar algumas recomendações metodológicas relativas à realização de estudos empíricos com populações socialmente discriminadas e, em especial, com populações homossexuais. Os quadrantes teóricos anteriormente explorados justificam, numa relação epistémica com os conteúdos deste capítulo, a necessidade de atender a estas recomendações. Questões relativas à selecção amostral, à utilização da Internet como método de recrutamento e à qualidade psicométrica das medidas de avaliação são também aqui consideradas.

Apresentaremos, ainda, os objectivos e as hipóteses do estudo empírico desenvolvido no âmbito desta dissertação, concluindo com uma apreciação sistematizada sobre a operacionalização das dimensões que integram este estudo.

V. 1. Sujeito e contexto nas investigações sobre discriminação social.

As investigações realizadas com populações socialmente discriminadas exigem cuidados particulares no modo como são analisadas as experiências subjectivas e/ou grupais da discriminação (e.g., Dévieux, Malow, Rosenberg & Dyer, 2004; Lonner & Adamopoulos, 1997; Pilar & Udasco, 2004; Skowron, 2004; Ying, Lee & Tsai, 2004). Partindo de um quadro de referência que apelida de “investigação culturalmente enquadrada”, Berry (1980) delimita as necessidades da investigação no que se refere a estas populações, enfatizando: (i) a atenção cuidada às características dos contextos ideológicos e políticos em que a experiência humana adquire significado, (ii) o recurso a modelos teóricos capazes de versarem as dificuldades de adaptação psicológica ao(s) contexto(s) de desfavorecimento social e (iii) o desenvolvimento e a validação de instrumentos que recorram a constructos tradutores destas dificuldades.

Se desprovidos destes cuidados conceptuais e metodológicos, se negligenciados os significados que os indivíduos atribuem ao contexto social e político em que a sua existência decorre, os estudos traduzem uma “desaculturação”, por esta se entendendo um sentido crescente de isolamento que os sujeitos e os grupos socialmente discriminados desenvolvem face à cultura dominante. Para Pilar e Udasco (2004), muitos dos modelos teóricos que no âmbito das ciências sociais analisam a vivência da opressão e, por decorrência, os instrumentos de avaliação elaborados com base nestes modelos, evidenciam uma tendência de análise que frequentemente dissocia a experiência individual da experiência grupal, o que tem conduzido a que a maior parte das investigações perspetive os indivíduos e o(s) seu(s) grupo(s) como se de entidades isoladas se tratasse. Assim, ora se sobrevaloriza as dimensões individuais das experiências de discriminação, circunscrevendo as dificuldades de adaptação psicológica a dimensões pessoais da experiência e subvalorizando a qualidade das interações sociais, ora se coloca estritamente nos processos sócio-culturais as razões justificativas da desadaptação aos contextos de vida, deste modo esquecendo a complexidade do desenvolvimento psicossocial.

Destas tendências da investigação resultam abordagens que reforçam a discriminação a que social e politicamente estão sancionados alguns indivíduos e/ou grupos identitários (e.g., Chow, 1995; Kitzynger, 1987; Lonner & Adamopolous; 1997; Stiles, 1993), não sendo rara a utilização dos resultados das investigações no âmbito de políticas públicas e de programas de intervenção comunitária de pendor ostracista (Cullen & Pretes, 2000;

Capítulo V

Padilla, 1980). As investigações relativas a experiências de discriminação social revelam consequências éticas e políticas, pelo que é de grande importância que abordem cuidadosamente as trajetórias desenvolvimentais e a contextualização ideológico-cultural destas trajetórias (Vivero & Jenkins, 1999).

Lonner e Adamopoulos (1997) defendem que um quadro eco-cultural de investigação potencia a sensibilidade da análise psicossocial à complexidade da percepção que os sujeitos e/ou grupos discriminados desenvolvem face à cultura normativa. Este quadro eco-cultural é versado como uma posição epistemológica, conceptual e metodológica que avalia criticamente a particularidade dos processos segundo os quais as pessoas desenvolvem, no contexto do(s) seus(s) grupo(s), um sentido de pertença. O processo de construção identitária em contextos de discriminação social reclama, desta feita, uma atenção às lógicas desenvolvimentais que assistem a esta construção, bem como o conhecimento da relação entre o sentido pessoal de *ser* e a qualidade das redes de apoio social em que a experiência de *pertencer* se vai construindo (Dévieux *et al.*, 2004; Ying *et al.*, 2004).

De acordo com Skowron (2004), os estudos que pretendam avaliar os processos de adaptação psicológica a contextos de não-reconhecimento de identidades estigmatizadas, devem averiguar cuidadosamente o sentido de comunhão que os sujeitos vão desenvolvendo nas suas comunidades bem como os graus diferenciais de envolvimento e de participação nestas comunidades. Para o autor, “os indivíduos definem-se a si mesmos e desenvolvem o seu funcionamento não de forma isolada mas sim no contexto de relações significativas com a família, com os amigos e com aqueles que amam” (p. 447), aspectos que as investigações empíricas devem contemplar nos seus desenhos metodológicos e na leitura dos seus resultados. Skowron menciona três níveis fundamentais de análise do desenvolvimento psicossocial no contexto da discriminação social: (i) o nível intrapessoal, relativo aos modos comportamentais, cognitivos e/ou emocionais que caracterizam a adaptação do sujeito psicológico às adversidades sociais; (ii) o nível interpessoal, relativo à avaliação dos modos relacionais que a progressiva complexificação identitária implica e à qualidade diferencial das relações de apoio que caracterizam o envolvimento comunitário e (iii) o nível ideológico-político, que remete para os valores e ideologias dos diferentes contextos em que a diferenciação das identidades ocorre.

O desenvolvimento identitário em contextos sociais de opressão reclama, pois, o recurso a medidas de avaliação e a metodologias que permitam captar a complexidade inerente à diferenciação das vivências subjectivas e/ou grupais, com atenção particular aos níveis de autonomia possibilitados aos membros de grupos minoritários, às relações entre pares e à negociação identitária com outros significativos, bem como às oportunidades de envolvimento em comunidades de “iguais” que possam dar sentido enriquecido aos processos desenvolvimentais analisados.

V. 2. A validade dos estudos com populações discriminadas.

Avaliar empiricamente o desenvolvimento-em-contexto exige também um cuidado particular no que concerne à validade das investigações com populações discriminadas. Atenderemos, por isso, a algumas recomendações metodológicas relativas: (i) à selecção amostral, (ii) à utilização da Internet como método de recrutamento e (iii) à qualidade psicométrica das medidas de avaliação.

V. 2. 1. Recrutamento e viés amostral.

Não obstante as evoluções históricas e políticas que contribuíram para uma visibilidade acrescida de sujeitos e/ou comunidades que experienciam discriminação social, muitos indivíduos permanecem “invisíveis” à investigação sobre tais experiências (Dévieux *et al.*, 2004; Fassinger, 1991; Lubek, van Hezewijk, Tolman & Pheterson, 1995; Skowron, 2004). Colaborar em investigações que se debruçam sobre diferentes aspectos da vida relacionados com a discriminação social é um processo potencialmente ameaçante para quem vivencia a estigmatização, pelo que difícil é o recrutamento de sujeitos para a realização de estudos neste domínio. Segundo Berk (1983), a atenção crítica aos problemas inerentes ao recrutamento de populações socialmente discriminadas e, conseqüentemente, os cuidados metodológicos relativos à selecção amostral de pessoas que se revêem em identidades não-normativas, constituem um factor nuclear de reflexão por parte dos investigadores sociais que estudam os processos de desenvolvimento identitário em contextos de opressão.

Deve também sublinhar-se que são os indivíduos com níveis (relativamente) complexos e integrados de desenvolvimento identitário os que habitualmente participam nos

Capítulo V

estudos sobre discriminação social, já que a colaboração nestes estudos implica um nível consciente da “diferença” e, na relação com esta consciência, a capacidade de relatar as experiências vividas e os processos de negociação relacional que ao longo da vida estão associados à estigmatização. Sujeitos com níveis desenvolvimentais integrados estão mais aptos a colaborarem do que sujeitos para quem a consciência da “diferença” é ainda vaga e/ou para quem a revelação das suas identidades é percebida como francamente ameaçante. Não obstante, e tendo em conta que as experiências de discriminação são transversais ao curso do desenvolvimento e aos diferentes contextos sociais da existência humana, mesmo para os sujeitos com níveis integrados de identidade, o “desconforto” e a “ameaça” associados à colaboração em estudos empíricos sobre a vivência pessoal/grupal da discriminação podem existir, aspecto que consubstancia um cuidado ético fundamental à realização destes estudos (APA, 2001; Lubek *et al.*, 1995; Martin & Knox, 2000; Stiles, 1993).

Muitas investigações interessadas na análise dos processos desenvolvimentais subjacentes às experiências de discriminação recorrem a amostras auto-seleccionadas, o que levanta problemas à validade ecológica, entendida como dificuldade em generalizar resultados com base nestas amostras. A dificuldade de estabelecer comparações entre as características desenvolvimentais de sujeitos estigmatizados e sujeitos com uma vivência “normativa” da(s) sua(s) identidade(s) deve ser tida em conta no enquadramento metodológico das investigações (e.g., Adcock & Collier, 2001; Berk, 1983; Lonner, 1985; Phinney, 1996; Skowron, 2004; Winship & Mare, 1992).

Os sujeitos que experienciam discriminação e que se disponibilizam para colaborar nestes estudos (e considerando, de acordo com o que antes mencionámos, os níveis tendencialmente mais integrados do seu desenvolvimento identitário) não são representativos das populações demarcadas com base nas suas categorias identitárias e, por isso, não são “comparáveis” a outros sujeitos do seu grupo, porquanto constituem *minorias das minorias* (Chow, 1995; Fassinger, 1991; Lonner & Adamopolous, 1997).

No entanto, e como sintetiza Nelsen (1994), recorrer a amostras auto-seleccionadas é, na generalidade das vezes, a única forma de aceder empiricamente às experiências de discriminação. Referindo que nenhum método de recrutamento pode garantir uma amostra totalmente representativa de uma população, Koch e Emrey (2001) lembram que “a maior parte dos investigadores sociais concordará que é preferível investigar [a discriminação

social] admitindo as limitações que são inerentes às investigações do que ignorar temas de interesse à custa de tais limitações” (pp. 131-132).

V. 2. 2. A Internet como método de recrutamento.

A utilização da Internet como método de recrutamento aparece, por um lado, sujeita a críticas relacionadas com os possíveis enviesamentos na selecção amostral, na inferência estatística e na generalização de resultados e, por outro, como meio facilitador do recrutamento, já que através dela um considerável número de sujeitos pode ser angariado, sobretudo quando a investigação psicossocial se debruça sobre aspectos que se prendem com identidades estigmatizadas.

São referidos por alguns autores (e.g., Birnbaum, 2000; 2004; Koch & Emrey, 2001; Krantz & Dalal, 2000; McKenna & Barg, 1999; Trend, 2000; Wakeford, 2002) cuidados importantes na utilização de metodologias que recorrem a questionários online. Um destes cuidados é relativo à necessidade de se proceder a um levantamento das características sócio-demográficas que auxiliam a leitura dos dados recolhidos: tentar perceber que diferenças existem entre sujeitos que respondem por escrito e sujeitos que respondem por Internet às investigações deve, nesta medida, ser uma preocupação sistemática a ter em conta. Se a contextualização dos dados é habitualmente salientada, como vimos, no que respeita à compreensão do desenvolvimento psicossocial (e mais ainda no caso de se analisar processos desenvolvimentais que se prendem com a estigmatização), também salientada será se tivermos em conta o carácter “virtual” da participação dos sujeitos em estudos que recorrem à Internet. A idade, o nível sócio-económico, a escolaridade, o grau de acesso às novas tecnologias ou as diferenças de género, são variáveis frequentemente documentadas como diferenciadoras dos participantes em estudos que utilizam a Internet (cf. Birnbaum, 2000; Koch & Emrey, 2001).

A utilização de *nicknames* e/ou de endereços de e-mail que funcionam como identificadores virtuais livremente escolhidos pelos respondentes é outra das recomendações relativas ao recurso à Internet para recrutamento amostral, na medida em que estes identificadores permitem ter algum controlo sobre múltiplas submissões que eventualmente um mesmo sujeito faz das respostas e, em sentido complementar, potenciam o anonimato dos participantes (Birnbaum, 2004; Wakeford, 2002). Segundo Birnbaum (2000), estes identificadores são vantajosos no sentido de muitos sujeitos

Capítulo V

sentirem como menos ameaçante a participação em estudos sobre experiências de discriminação quando nestes estudos podem responder através do “espaço virtual” do que quando participam por escrito.

A atenção à desistência de participação nos estudos é outro dos cuidados a considerar nas investigações online, tal como acontece com versões escritas de questionários. No processo de recolha dos dados e na recepção dos questionários via online deve ser tida em conta a desistência dos respondentes, logicamente não se devendo integrar na amostra sujeitos que não completam os questionários disponibilizados.

Finalmente, é importante um tempo relativamente longo de alojamento dos questionários em *websites* (Dillman, 2006; McKenna & Bargh, 1999). Com esta preocupação está relacionado o facto de sujeitos, e particularmente quando falamos de sujeitos com identidades “minoritárias”, poderem divulgar entre si a existência dos estudos, sendo também recomendado o aviso recorrente da existência dos estudos, processo que tende a aumentar as taxas de resposta (Dillman, 2006).

Em suma, recrutar sujeitos através da Internet permite “a obtenção de amostras de grande tamanho, podendo obter-se amostras heterogéneas no que respeita à idade, à escolaridade, ao rendimento e à classe social e podendo chegar-se a pessoas com características identitárias peculiares” (Birnbaum, 2004, p. 827). Constituindo um método cada vez mais utilizado nas ciências sociais para a realização de estudos empíricos, o alojamento de questionários na Internet apresenta-se como forma atractiva de participação nestes estudos, com acrescidas garantia do anonimato, razão principal para a utilização deste método em investigações com populações culturalmente discriminadas.

V. 2. 3. Pertinência e qualidade psicométrica das medidas de avaliação.

A recência dos estudos sobre o desenvolvimento psicológico em contextos de opressão é um factor que dificulta a compreensão aprofundada sobre o modo como este desenvolvimento se processa (*e.g.*, Kitzinger, 1987; Lonner & Adamopolous, 1997; Martin & Knox, 2000; Ying *et al.*, 2004). Na relação com esta recência, está o facto de as ciências sociais disporem de poucos instrumentos que se revelem pertinentes para a avaliação do “stress minoritário” e dos processos desenvolvimentais subjacentes à construção de um sentido de *ser* em contextos adversos à aceitação da “diferença” (Chow, 1995; Fassinger, 1991; Kitzinger, 1987).

De que modo são analisados os processos de negociação relacionados com um sentido individual e/ou colectivo de desaculturação, que processos simbólicos e desenvolvimentais estão em jogo na construção de si como “diferente” e que qualidade psicométrica apresentam os instrumentos destinados à operacionalização destes processos, são cuidados metodológicos fundamentais a que a investigação psicossocial tem de atender (e.g., Dawis, 1987; Stiles, 1993; Weller & Rommey, 1988). Trata-se, assim, de averiguar a lógica segundo a qual as medidas operacionais que suportam os estudos empíricos com sujeitos estigmatizados podem ser, nas suas intenções conceptuais, semânticas e operacionais, ajustadas à compreensão do desenvolvimento-em-contexto.

Stiles (1993) sintetiza os cuidados metodológicos da análise qualitativa sobre as realidades individuais e grupais decorrentes das experiências de discriminação, estendendo as implicações destes cuidados à investigação de natureza quantitativa, aos instrumentos de observação e medida empregues neste tipo de investigações e à interpretação dos resultados. A realçar, no âmbito da reflexão crítica proposta por este autor, são os aspectos que se prendem com a construção linguística subjacente aos modelos teóricos que versam as realidades sociais e psicológicas da discriminação. Quando os itens que integram uma medida objectiva de avaliação não retratam estas realidades, é natural que situações de desconforto, não-identificação com o conteúdo semântico dos itens ou incapacidade de compreensão dos propósitos das investigações ocorram, reduzindo deste modo a possibilidade de obter respostas fidedignas e válidas. Não raras vezes, é destas dificuldades que decorre a recusa em responder às medidas utilizadas num estudo e/ ou a desistência no processo de resposta. Para Stiles, é fulcral à validade das investigações que se procure a sistemática interpretação contextual dos resultados, a avaliação multidimensional da experiência subjectiva e/ou grupal que os instrumentos descrevem. Como o autor refere, as teorias não são mais do que histórias latentes que nos permitem contar o mundo, mas que apenas o permitem se interpretadas à luz do contexto, da multidimensionalidade das experiências subjectivas e sociais, sempre em busca de uma “história devolvida” aos participantes de um estudo e tentando que às necessidades destes participantes se dê respostas.

A conciliação de procedimentos de carácter simultaneamente qualitativo e quantitativo suporta processos mais robustos de adaptação e de validação de instrumentos de observação, possibilitando que estes instrumentos tenham sensibilidade acrescida às

Capítulo V

realidades experienciadas pelos sujeitos e pelos seus grupos de pertença. Esta conciliação de procedimentos é designada por “triangulação” e reporta-se a “um modo de procurar informação a partir de múltiplas bases de dados, métodos e teorias [...], numa interpretação de resultados que tem em conta tal multiplicidade” (Stiles, 1993, p. 608)¹.

Com recurso à triangulação é potenciada a validade de constructo, bem como a validade ecológica das investigações. A multidimensionalidade das experiências subjectivas e a avaliação desta multidimensionalidade com recurso a várias medidas que possam ampliar os conhecimentos sobre os fenómenos em estudo emerge, afinal, como recomendação transversal à realização de estudos com populações discriminadas (e.g., Adcock & Collier, 2001; Phinney, 1996).

Em suma, para que as medidas sejam sensíveis e ajustadas a estas populações, devem analisar os percursos desenvolvimentais, o grau de identificação dos sujeitos com a sua cultura, o que para estes sujeitos pode significar a identificação com uma cultura “minoritária” e quais as possíveis “diferenças na diferença”. Através destes cuidados metodológicos, é possível fortalecer a validade de constructo e validade ecológica, o que implica uma base teórica capaz de retratar as experiências de discriminação, de as versar como realidades vivenciais que os conceitos tentam operacionalizar, de fornecer indicadores mensuráveis, num cuidado linguístico a que não podem ser alheios os instrumentos utilizados.

V. 3. Recomendações relativas aos estudos com Lésbicas e Gays.

Identificar variáveis que são únicas relativamente à experiência pessoal e/ou colectiva da “diferença” sexual é fundamental à planificação e à implementação de estudos que se debruçam sobre as identidades lésbica e gay, bem como à avaliação crítica dos seus resultados (Bohan, 1996; Cass, 1996; Garnets & Kimmel, 1993; Mohr & Fassinger, 2000). Na óptica crítica necessária à abordagem da “diferença” sexual, e para que esta abordagem seja afirmativa também nos seus propósitos metodológicos, a investigação psicológica deve colocar “questões” que se prendam com o conhecimento das dimensões vivenciais que caracterizam esta “diferença”, que tentem perceber de que modo são dificultadas as trocas relacionais que os sexualmente “diferentes” experienciam e que possibilitem uma

¹ O recurso à triangulação permite a redução sistemática dos erros de medida uma vez que “promove possibilidades do investigador ir desenvolvendo *insights* sobre como avaliar os dados provenientes de diferentes fontes e métodos de avaliação e sobre o que os sujeitos descrevem a respeito das suas experiências pessoais, deste modo tornando as investigações mais fidedignas” (Garson, 2000, ¶18).

adequabilidade da intervenção psicológica a sujeitos que se revêem na “diferença”. Interessa, por isso, sistematizar, com base na literatura psicológica, as precauções que assistem à análise da experiência subjectiva de *ser gay* ou *lésbica*.

V. 3. 1. Repercussões empíricas do heterossexismo.

O viés heterossexista emerge como problemática transversal ao processo e aos resultados da investigação psicológica, jogando-se quer sobre as lógicas conceptuais, quer sobre as metodologias utilizadas (e.g., Cain, 1996; Garnets & Kimmel, 1993; Martin & Knox, 2000; Morin, 1977; Morrow, 1996). A formulação teórica e a decorrente planificação empírica de muitos estudos psicológicos sobre a orientação sexual pressupõem frequentemente uma superioridade do registo heterossexual, ora ignorando a “diferença” sexual (*i.e.*, a não-“heterossexualidade”), como se inexistente fosse e não necessitasse de ser conhecida, ora tentando validar metodologicamente as posições ideológicas que lhe estão na base, deste modo enfatizando de forma discriminatória a “diferença” (Chernin, Holden & Chandler, 1997).

Os estudos que, a respeito do ajustamento psicológico, estabelecem distinções entre homossexuais e heterossexuais negligenciam o facto de tais diferenças se relacionarem com a estigmatização que (no contexto social heterossexista) recai sobre a não-“heterossexualidade” e, assim, tendem a atribuir indesejavelmente estas diferenças a dificuldades intrínsecas aos sujeitos (e.g., APA, 2000; Morin, 1977; Savin-Williams, 1990). Embora muitos destes estudos continuem a defender que a homossexualidade é uma perturbação mental, é preciso ter em conta que estes estudos recorrem a metodologias e quadros teóricos de pendor heterossexista, servindo muitas vezes para sedimentar a representação ideológico-cultural que inferioriza a “diferença” sexual, revelando resultados inconsistentes e inconclusivos (cf. APA, 2000).

A forma como as “questões” da investigação tendem a ser colocadas denotam, na opinião de Gonsiorek (1988), dificuldades que se prendem muitas vezes com a definição pouco precisa dos termos utilizados a respeito das identidades gay e lésbica e com uma classificação redutora da vivência dos sujeitos e/ou dos grupos que experienciam a “diferença” sexual. São questões que muitas vezes revelam uma profunda ignorância sobre as realidades quotidianas com que os “diferentes” se confrontam no seu percurso e no seu

Capítulo V

quotidiano, quando não mesmo questões que reproduzem, no domínio da pesquisa psicológica, o ostracismo e/ou uma discriminação positiva destes sujeitos e/ou grupos.

O viés androcêntrico complementa, com frequência, o viés heterossexista, aspecto detectável no modo de elaboração de medidas de observação ou na frágil adaptação destas medidas às populações lésbica e gay (e.g., Chernin *et al.*, 1997; Kitzinger, 1987). O que antes dissemos sobre o pendor androcêntrico dos quadrantes teóricos para a compreensão da “diferença”, da (re)construção identitária e do enquadramento contextual dos processos psicológicos adjacentes ao sentido de si como lésbica ou gay, encontra correspondência nas metodologias e nas medidas que integram as investigações a estes temas dedicadas. Daqui deriva que os estudos psicológicos tendam a ler a construção das identidades lésbicas como “sucedâneas” das identidades gay, como se a vivência masculina da homossexualidade fosse ditame da experiência subjectiva de si como lésbica. Resulta, assim, que recorrentemente são elaborados e/ou adaptados itens cujo conteúdo não faz sentido para lésbicas ou, então, que os investigadores disponham de instrumentos passíveis de administração junto *ou* de lésbicas *ou* de gays, mas não de instrumentos pertinentes para avaliação da experiência desenvolvimental de umas e de outros (Fassinger & Miller, 1996). O conteúdo dos itens, a validade de constructo e a análise da estrutura factorial são garantes metodológicos referidos por Mohr e Fassinger (2000) como imprescindíveis à adequação de qualquer medida objectiva de avaliação que se mostre sensível às diferenças que descrevem as experiências identitárias de gays e de lésbicas².

Ainda que devendo, desejavelmente, contemplar dimensões comportamentais, cognitivas e afectivas que alicerçam a construção de si como homossexual, os estudos sobre a “homossexualidade” recorrem frequentemente à utilização de medidas de avaliação que se limitam à dimensão comportamental da sexualidade (Chernin *et al.*, 1997). Uma opção metodológica deste tipo torna, como se compreende, altamente simplista a vivência da “diferença” sexual, chegando alguns estudos a defender que o número de parceiras(os) sexuais é indicativo da qualidade desenvolvimental das identidades lésbica ou gay. Como defende Coleman (1988), a redução estrita da definição da identidade homossexual aos relacionamentos sexuais com parceiros do mesmo sexo decorre de uma tentativa de

² Para uma marcada preocupação em distinguir as experiências feminina e masculina da “diferença” sexual são exemplarmente contributivas as propostas de análise metodológica inspiradas pela teoria *queer*, o que se compreende tendo em conta o que na parte teórica do nosso trabalho foi sistematizado sobre esta corrente teórica. A respeito das implicações metodológicas das propostas *queer*, vide, e.g., Febraro, 1995; Nelson, 1994; Kitzinger, 1987; Kitzinger & Wilkinson, 1995).

sobrevalorizar o comportamento sexual na definição subjectiva que a pessoa faz de si mesma, assim criando bases para uma dissolução dos importantes, idiossincráticos e múltiplos significados que à sexualidade humana estão necessariamente associados.

Em consonância com o que anteriormente dissemos a respeito da hiper-sexualização das homossexualidades enquanto modo de manutenção da ideologia heterossexista (que assim estabelece que *ser homossexual* é sobretudo *ser sexo*), esta interpretação redutora das sexualidades relaciona-se com uma outra tendência detectável nos estudos sobre a “diferença” sexual. A tendência a que *uma* singular “homossexualidade” seja defendida desemboca numa estereotipada leitura da (re)construção identitária, na simplista assumpção de uma vivência monolítica, uniforme, homogénea de *ser lésbica* ou *gay*. Contra esta tendência metodológica se propõe a atenção particular a características como o género, os papéis sexuais, o estado civil e outras características demográficas, as relações amorosas, os círculos de pertença e de participação associativa, aspectos fundamentais dos estudos que pretendam focalizar-se na complexidade das interacções entre o sujeito e os seus contextos de pertença e de participação (e.g., Elizur & Mintzer, 2001; Garnets & Kimmel, 1993).

V. 3. 2. Recrutamento e (auto-)selecção amostral.

Um dos maiores desafios que se colocam aos investigadores é o de definir as populações de interesse para os estudos que realizam quando se dedicam á análise psicossocial da construção das identidades gay e lésbica (Fassinger, 1991; Mohr & Fassinger, 2000; Savin-Williams, 2001a). Retomando o que anteriormente se apontou a respeito das dificuldades de recrutar sujeitos para participação em estudos sobre experiências de discriminação social, tem interesse dedicar aqui alguma atenção a alguns aspectos que, mais especificamente, se relacionam com a selecção amostral em investigações sobre as homossexualidades.

A auto-identificação e a consciência clarificada de si como lésbica ou gay tende, à partida, a excluir da participação em investigações sujeitos para quem esta consciência de si como sexualmente “diferente” não é ainda consciente e/ou suficientemente “revelada” nos contextos de pertença e de identificação com “iguais”. Neste sentido, é muito pouco provável a participação destes indivíduos em estudos o que, desde logo, conduz à

Capítulo V

elaboração de investigações com amostras constituídas sobretudo por sujeitos que revelam um sentido de si complexo e diferenciado de si como homossexuais.

O recrutamento através de redes informais de pessoas que conhecem e/ou se relacionam socialmente com gays e lésbicas é reconhecido em múltiplos estudos como método capaz de angariar um considerável número de sujeitos (*e.g.*, Brady & Busse, 1994; Elizur & Mintzer, 2001; Rubio, 1996). Uma outra forma de recrutar gays e lésbicas para a colaboração em investigações recorre aos bares e outros espaços de diversão/socialização (*e.g.*, Bell & Weinberg, 1979; Brady & Busse, 1994; Gameiro, 1998; Meneses, 1998; Rubio, 1996). Note-se, contudo, que a utilização deste método de “presença” do investigador nos locais de diversão/socialização pode ter inconvenientes, de entre os quais (i) o facto de potencialmente conduzir à emissão de respostas pouco fidedignas em virtude de se estar em locais onde a diversão ocupa lugar central, (ii) o anonimato ser dificilmente assegurado nestes locais, dada a presença de quem solicita a colaboração nos estudos ser potencialmente desconfortável para os sujeitos e daqui ser decorrente uma acrescida desejabilidade social das respostas ou, ainda, (iii) o tipo de material utilizado não se compatibilizar com uma administração nestes contextos. Tendem também a ser excluídos das investigação que utilizam estes locais para recrutamento os sujeitos que não frequentam “ambientes gay”, reduzindo as possibilidades de diversificação das características das amostras assim recolhidas.

Excepto no caso em que os estudos têm como objectivo analisar processos e factores relacionados com a qualidade da intervenção psicológica junto de gays e de lésbicas, o recurso a amostras de sujeitos com experiência de apoio psicológico é igualmente limitadora das investigações, nomeadamente porque comparam muitas vezes realidades diferenciadas da vivência homossexual (*i.e.*, sujeitos com e sem experiência de recurso a serviços de apoio psicológico), o que se repercute na compreensão de percursos diferenciados relacionados com estas experiências e, portanto, nos resultados e conclusões que os estudos alcançam.

A colaboração de pessoas que desenvolvem trabalho nos contextos da participação associativa, especialmente dos líderes/representantes associativos, pode ser bastante vantajosa: por se tratar de pessoas que revelam um envolvimento continuado e directamente estabelecido com os sexualmente “diferentes”, estão habitualmente mais

informadas sobre as necessidades das populações com quem trabalham e, neste sentido, podem auxiliar de modo crucial os processos de planificação e implementação das investigações. A discussão crítica de resultados com estes “informantes” privilegiados, a sua colaboração na sensibilização de gays e lésbicas para a relevância da sua colaboração em estudos, a disseminação de informação sobre a existência destes estudos, o feedback sobre as reacções dos participantes ou, ainda, a lembrança recorrente de que os estudos continuam disponíveis são mais-valias que estes representantes ou líderes podem trazer à realização de estudos.

O problema da auto-selecção amostral é abordado por autores que advogam a importância de respeitar, primordialmente, a definição que os indivíduos fazem da sua própria identidade sexual (Garnets & Kimmel, 1993; Hare, 1994; Nardi & Sherod, 1994). Exactamente porque partindo do sujeito e não de uma imposição externa do investigador sobre “como” deve definir-se a pessoa relativamente à sua sexualidade, a auto-definição permite desafiar os estereótipos sobre a “homossexualidade” e evitar a homogeneização de definições para a qual tendem, como dissemos, muitas medidas avaliativas. Neste sentido, não é tanto a questão das amostras serem ou não representativas de uma categoria identitária delimitada em função da orientação sexual que deve preocupar os investigadores, mas antes a representação que o próprio sujeito faz da sua orientação sexual, à qual se juntam indicadores como o tempo de “consolidação” da definição de si como lésbica ou gay, as idades de “descoberta” da “diferença” sexual ou a importância atribuída a relações afectivas estabelecidas com pessoas do mesmo sexo. Martin e Knox (2000) salientam que a questão da selecção amostral deve ser abordada através da conciliação, por um lado, da possibilidade dada aos participantes de definirem, eles mesmos, a sua identidade sexual e, por outro, da escolha de medidas standardizadas que possibilitem avaliar as múltiplas dimensões (comportamentais, afectivas e/ou cognitivas) que, como se disse, enriquecem o conhecimento dos processos desenvolvimentais relacionados com a (re)construção identitária.

V. 4. Objectivos e Hipóteses do Estudo Empírico.

A presente investigação tem como **objectivo central** analisar o processo de construção psicológica das identidades gay e lésbica atendendo à relação entre este processo e (i) o apoio social e (ii) a participação associativa em organizações não-governamentais de defesa dos direitos LGBT³.

Deste objectivo central decorrem **grupos específicos de objectivos e hipóteses do estudo**, que seguidamente se apresentam.

Objectivo 1. Tendo-se dito, anteriormente, que a construção psicológica das homossexualidades é um processo desenvolvimental que reclama atenção às características contextuais e às diferenças na “diferença”, será objectivo do estudo a análise destas características e diferenças. Alguns indicadores demográficos, com destaque para o sexo e a idade, serão focados como possíveis factores de diferenciação das vivências da homossexualidade. A centralidade das variáveis sexo e idade, prende-se com o facto de a revisão da literatura efectuada salientar as diferenças entre homens e mulheres na construção da identidade homossexual, bem como o facto desta construção se apresentar como um fenómeno continuado no tempo e adquirir configurações distintas em diferentes momentos do ciclo vital.

Objectivo 1. 1. *As descobertas da homossexualidade, os amores homossexuais, a revelação da homossexualidade, os amigos e os espaços de socialização gay* emergem como dimensões para as quais são exploradas possíveis diferenças inter-sujeitos.

No que respeita às *descobertas*, esperamos encontrar diferenças entre homens e mulheres no primeiro relacionamento sexual homossexual, com as mulheres a iniciarem mais tarde um relacionamento deste tipo (**Hipótese 1 - H1**), tendo-se em conta as barreiras sócio-políticas à identificação de si como lésbica (e.g., Falco, 1990; Markowe, 1996) e a fluidez da sexualidade homossexual feminina (e.g., Kitzinger, 1987; Kitzinger & Wilkinson, 1995). As expectativas normativas e os papéis sexuais que vimos estarem relacionados com diferenças de género, fazem-nos esperar diferenças entre mulheres e homens na construção dos relacionamentos amorosos com parceiras(os) do mesmo sexo (e.g., Colgan,

³ Designamos genericamente como Organizações Não-Governamentais (ONG's) de defesa dos Direitos LGBT quaisquer colectivos ou associações que, no contexto nacional, prestem serviços de apoio a estas populações, salvaguardando que nem todos os colectivos ou associações adquiriram, até à data, um estatuto oficialmente reconhecido de ONG e que se destinam a populações algo diferenciadas, desenvolvendo actividades, também estas, diferenciadas.

1987; Kaufman *et al.*, 1984; Rubio, 1999), num sentido em que os homens iniciam mais tardiamente que as mulheres estes relacionamentos (**H2**). O grau de satisfação com a homossexualidade será também avaliado em função da idade e do sexo, sem esperar diferenças entre homens e mulheres, mas esperando que a idade seja importante para a “consolidação” do sentido de si como lésbica ou gay (*e.g.*, Garnets & Kimmel, 1993; Savin-Williams, 1990) e, portanto, que sujeitos mais velhos estejam mais satisfeitos com a orientação sexual do que sujeitos mais novos (**H3**).

Na dimensão *amores homossexuais*, são avaliadas as diferenças de sexo e de idade na relação amorosa homossexual actual e “hipotética” (ou idealizada) e na importância que possam ter estes dois tipos relação para os sujeitos do estudo. Esperamos encontrar diferenças entre homens e mulheres na relação actual, se existente, apresentando as mulheres uma maior valorização destas relações em virtude do carácter fusional recorrentemente referido por algumas investigações (*e.g.*, Falco, 1990; Kitzinger, 1987; Rubio, 1996, 1999) a respeito do amor lésbico (**H4**), não sendo contudo de esperar diferenças entre os sexos na relação amorosa hipotética (**H5**).

Para a dimensão *revelação da homossexualidade*, começamos por explorar diferenças no número de pessoas que conhecem a orientação sexual dos sujeitos do estudo em função das pessoas com quem cresceram e dos locais em que cresceram/vivem (*e.g.*, APA, 2000; D’Augelli & Hart, 1985; Lock & Steiner, 1999). Espera-se que para os sujeitos que vivem em pequenas localidades a revelação da homossexualidade seja mais dificultada do que para os que vivem em grandes localidades (**H6**).

Interessa também averiguar se existem diferenças na distribuição amostral respeitantes à revelação da homossexualidade em função da idade e do sexo. Considerando, de acordo com a literatura psicológica, as dificuldades que são particularmente levantadas aos adolescentes na revelação de uma orientação sexual não-normativa e, em sentido complementar, reconhecendo que os comportamentos sexuais homossexuais são relativamente frequentes na adolescência sem que tal indique necessariamente uma orientação sexual homossexual (*e.g.*, Garnets & Kimmel, 1993; Liebllich & Josselson, 1994; Menezes, 1990), é de esperar diferenças de idades na revelação da homossexualidade (*e.g.*, Johnson, 2000; Rubio, 1996; Savin-Williams, 1990) sendo os sujeitos mais novos menos “revelados” do que os sujeitos mais velhos (**H7**). Não esperamos encontrar diferenças entre homens e mulheres nesta dimensão da revelação da orientação sexual.

Capítulo V

Quanto aos *amigos*, pretendemos avaliar as diferenças na quantidade de amigos, no facto de ter ou não amigos homossexuais e na importância que é conferida a estes amigos homossexuais em função do sexo e da idade. Uma vez que vários factores podem estar envolvidos na construção das relações de amizade (e de “amizade homossexual”) – e.g., local em que os sujeitos vivem, se já “revelaram” ou não a sua orientação sexual, o tempo de “consolidação” de um sentido de si como “diferente”, a maior ou menor acessibilidade a espaços de socialização gay... - estas diferenças são analisadas de forma exploratória, não se definindo portanto hipóteses de diferenciação entre os sexos e as idades no que se refere aos *amigos*.

Espera-se, contudo, que os sujeitos que dizem ter um maior número de amigos (homossexuais) e que atribuem mais importância aos amigos homossexuais sejam os mais satisfeitos com a sua orientação sexual (**H8**). A importância da partilha com os amigos (homossexuais) para a vivência da sexualidade, leva-nos também a esperar que a quantidade de amigos (homossexuais) e a importância a estes dada conduzam a uma maior crença no amor homossexual e, portanto, a níveis mais reduzidos de homofobia internalizada (**H9**).

Os *ambientes gay* serão também avaliados no sentido de perceber se há diferenças entre homens e mulheres e entre as diferentes idades quer na frequência destes ambientes, quer na importância que os sujeitos lhes imprimem. Esperamos que a frequência destes espaços e a importância aos mesmos atribuída diferenciem os sujeitos do estudo no que respeita ao grau de satisfação com a sua homossexualidade (e.g., Escoffier, 1998; Malone, 2000), com sujeitos que frequentam estes espaços e que lhes atribuem mais importância a estarem mais satisfeitos com a sua orientação sexual do que os que não frequentam ou lhes atribuem menos importância (**H10**). Perceber em que medida pode a crença no “amor homossexual” ser complementada pela frequência dos ambientes gay, já que uma “livre expressão” das trocas afectivas é possível de ocorrer nestes ambientes, será também objectivo de estudo, sem que a este respeito estabeleçamos hipóteses.

Objectivo 1. 2. Ampliar o conhecimento das *diferenças na “diferença”*, atendendo às experiências de participação associativa, constitui outro dos objectivos da presente investigação empírica. Mais nos interessa perceber de que modo estas *diferenças* se estabelecem no (eventual) envolvimento dos sujeitos em associações de defesa dos direitos LGBT. Com propósito exploratório, começaremos por analisar as diferenças de sexo e de

idade no conhecimento que os sujeitos têm destas associações, se já estiveram presentes em actividades por elas desenvolvidas e se delas são associados. Estas diferenças de sexo e de idade serão também consideradas, a título exploratório, para a avaliação da qualidade desenvolvimental das experiências de participação.

Objectivo 1. 3. O Suporte Social apresenta-se como dimensão relativamente à qual a averiguação de *diferenças* na “diferença” complementa os objectivos do presente estudo. A análise das diferenças no suporte prestado por outros significativos contemplará (i) o sexo e a idade, (ii) o facto de ter ou não revelado aos outros a orientação sexual, (iii) a existência de amigos (homossexuais) e sua importância, (iv) os ambientes gay (considerando a frequência e a importância destes) e (v) a relação amorosa homossexual actual (se existente) e sua importância.

Não dispondo de investigações que consistentemente indiquem uma direcção das diferenças no suporte social prestado por diferentes agentes relacionais em função do sexo, esperamos contudo diferenças de idade (e.g., Beaty, 1999; Dawood *et al.*, 2000; Lasala, 2000), com os sujeitos mais novos a terem mais dificuldade na obtenção deste suporte do que sujeitos mais velhos (**H11**). A dificuldade de aceitação da “diferença” sexual por outros significativos que vimos ser referida pela literatura psicológica a respeito, particularmente, da adolescência, justifica mais directamente esta hipótese.

De acordo com a revisão da literatura efectuada, o *coming out* aparece como fundamental para perceber o suporte social que aos sexualmente “diferentes” é prestado. A revelação da homossexualidade traduz uma “revelação da pessoa” na sua integridade, razão pela qual se configura como potencialmente diferenciadora do suporte social que lésbicas e gays encontram nas suas vidas. Por isso nos interessa analisar as possíveis diferenças no suporte social em função da revelação: sabendo que “contar aos outros” que se é gay ou lésbica se apresenta, nos estudos ao assunto dedicados, como acontecimento ora dificultante das relações interpessoais, ora promotor de um sentido acrescido de suporte social, ao que se junta o facto de poder haver reacções distintas à revelação por parte de diferentes agentes relacionais, não estabelecemos hipóteses a este respeito, preferindo conferir às análises uma intenção exploratória.

Capítulo V

A existência ou não de uma relação amorosa homossexual merecerá atenção nas possíveis diferenças relativas ao suporte social. A dificuldade que vimos ser recorrentemente documentada a respeito da validação do “amor homossexual” nos contextos sociais que caracterizam as vivências gay e lésbica levam-nos a incluir esta variável na exploração das *diferenças na “diferença”* sexual.

Objectivo 1. 4. Tendo o sexo e a idade ocupado centralidade nos objectivos anteriores, vão agora estas variáveis assumir relevância numa análise que pretende atender às possíveis diferenças entre homens e mulheres e entre sujeitos com diferentes idades na construção da identidade homossexual. Partindo do modelo proposto nesta dissertação para a compreensão do desenvolvimento da identidade homossexual (McCarn & Fassinger, 1996), espera-se que as fases do desenvolvimento que este modelo define encontrem no presente estudo diferenças entre os sexos, diferenças estas que serão avaliadas de modo exploratório. No que respeita à idade, é importante analisar a sua relação com as fases da identidade homossexual, porquanto esta relação pode conduzir a reflexões importantes sobre a relevância da idade cronológica para a compreensão do desenvolvimento psicológico de um sentido de si como gay ou lésbica. Espera-se que sujeitos mais novos se auto-identifiquem mais fortemente com as primeiras fases do desenvolvimento da identidade homossexual do que sujeitos mais velhos (**H12**).

Se a análise das diferenças do suporte social em função da revelação da homossexualidade fez sentido como objectivo anterior deste estudo, é agora para a análise das diferenças no desenvolvimento da identidade gay e lésbica que nos interessa atender, de forma exploratória, à revelação da homossexualidade.

Os amigos (homossexuais) e os *ambientes* gay na identidade servirão também para analisar diferenças na construção de um sentido de si como sexualmente “diferente”, esperando-se que os amigos sejam importantes para todas as fases do desenvolvimento da identidade homossexual (*e.g.*, Cantu, 2000; Elizur & Mintzer, 2001; Nardi & Sherod, 1994), uma vez que a partilha com os “iguais” se apresenta, no modelo teórico em causa (Fassinger & Miller, 1996; McCarn & Fassinger, 1996), como fundamental àquela construção (**H13**). Para os *ambientes*, é esperado que seja sobretudo na fase de *exploração*, momento desenvolvimental em que as referências identificatórias e a disponibilidade de recursos para a construção psicológica de si como gay ou lésbica se mostram particularmente relevantes, que a frequência destes espaços diferencia os sujeitos no desenvolvimento das suas identidades (**H14**).

Objectivo 1. 5. Tendo-se mencionado que várias investigações psicológicas reclamam a importância de analisar a relação entre a identidade homossexual e a identidade, por poder ser esta uma medida nuclear do desenvolvimento que auxilia a compreensão do desenvolvimento de si como gay ou lésbica, será também objectivo deste estudo a análise das diferenças que, na população estudada, se encontram na construção identitária. Sexo, idade, amigos (homossexuais) e frequência dos ambientes gay serão as variáveis a ter em conta na análise exploratória destas diferenças.

Objectivo 2. Como sugere o título desta dissertação, o sentido vivencial de *ser gay* ou lésbica constrói-se na *pertença* a uma rede de relações interpessoais, rede na qual vimos serem particularmente significativos os pais e os amigos. Também os “iguais” (*i.e.*, outros gays e/ou outras lésbicas) assumem relevância na construção psicológica das homossexualidades. Assim, um objectivo central deste estudo é o de analisar a importância do suporte prestado por pais e amigos no desenvolvimento psicológico das homossexualidades.

Objectivo 2. 1. A satisfação com a homossexualidade prende-se, como antes se sistematizou, com a possibilidade de partilhar com outros significativos as vivências e as expressões da “diferença” sexual. Nessa media, interessa perceber neste estudo de que modo o suporte prestado por diferentes agentes de troca relacional significativa se relaciona com o grau de satisfação dos inquiridos esperando, com base em trabalhos que analisam a relação entre o suporte social e o desenvolvimento da identidade homossexual (*e.g.*, Vincke & De Rycke, 1999; Vincke & Van Heeringen, 2002), que na presença deste suporte os sujeitos se sintam mais satisfeitos com a sua orientação sexual (**H15**). Também o “amor homossexual” encontra modos distintos de vivência em função do suporte que outros significativos manifestam em relação a este “amor” (*e.g.*, Eichberg, 1990; Marshall, 1995); por esta razão analisaremos o efeito do suporte na crença que os sujeitos têm a respeito das relações amorosas homossexuais, esperando que na presença de suporte esta crença seja mais elevada (**H16**).

Objectivo 2. 2. A análise da relação do suporte social prestado pela família, pelos núcleos parentais e pelos amigos e o desenvolvimento das identidades lésbica e gay é, naturalmente, um objectivo que decorre da necessidade de perceber de que modo

pertencer configura diferentes modos desenvolvimentais de *ser* homossexual. Com base no modelo teórico de McCarn e Fassinger (1996), exploraremos o impacto do suporte prestado pelos diferentes agentes nas fases de desenvolvimento psicológico das homossexualidades.

Objectivo 2. 3. A importância de atender à identidade como núcleo desenvolvimento psicológico para uma compreensão enriquecida do suporte prestado a gays e lésbicas desenha-se, neste estudo, como objectivo complementar aos que antes fomos sistematizando. Se as relações entre a identidade e o suporte social são, como dissemos, estudadas em populações com diferentes características sócio-demográficas, o estabelecimento desta relação relativamente à nossa amostra pode trazer contributos relevantes à compreensão do suporte social de que os sexualmente “diferentes” dispõem no curso do seu desenvolvimento, pelo que em intenção exploratória estabelecemos este objectivo de investigação.

Objectivo 3. A participação voluntária em contextos associativos relaciona-se, como fomos explicitando nesta dissertação, com o sentido de *ser* e de *pertencer* que lésbicas e gays desenvolvem nos seus percursos identitários. Naturalmente se assume que os contextos associativos são, também eles, representativos de suporte social prestado às populações que aos seus serviços recorrem. Não obstante, a distinção entre estes contextos e as redes de suporte compostas por pais e amigos faz-se, neste trabalho, com o propósito de avaliar as possíveis diferenças que as interacções relacionais ocorridas num e noutro contexto podem assumir e, com isto, de compreender a importância que distintamente podem representar para a construção psicológica de si como lésbica ou gay. Dissemos que não é forçoso que a participação ocorra para que o desenvolvimento identitário adquira uma configuração integrada e complexa, sendo que a “exigência” da participação política para o alcance de um nível desenvolvimental integrado das identidades gay e lésbica pode mesmo conduzir a interpretações erróneas da construção psicológica destas identidades (Fassinger & Miller, 1996): o recurso à participação política como indicador desenvolvimental pode responsabilizar de modo indesejável o sujeito por dificuldades de adaptação que decorrem dos mecanismos contextuais de opressão e não de características pessoais.

No entanto, o envolvimento em contextos de participação voluntária é potencialmente contributivo para um acrescido bem-estar psicológico, pela redução das dificuldades decorrentes da discriminação e para o alcance de um sentido integrado e não-discriminado de si como gay ou lésbica, com sentimentos de partilha acrescida, com redes

sociais mais vastas. Por esta razão, constitui a análise da relevância da participação associativa para a construção das homossexualidades um objectivo do nosso estudo.

Objectivo 3. 1. A partilha com os “iguais” em contextos vocacionados para a defesa dos direitos de gays e lésbicas merece, enquanto objectivo da investigação que aqui apresentamos, especial atenção no que diz respeito às possibilidades de nestes contextos se encontrarem modelos e formas de socialização particularmente relevantes para a satisfação com a orientação homossexual e para a validação da crença no “amor entre iguais”. Espera-se, então, que uma mais elevada qualidade da participação associativa conduza a uma maior satisfação com a homossexualidade (**H17**) e a uma crença mais sólida nas relações amorosas com pessoas do mesmo sexo (**H18**).

Objectivo 3. 2. A análise da relação entre a participação associativa e a construção psicológica das homossexualidades é central no quadro dos objectivos do nosso estudo. Será por isso fundamental averiguar se diferentes qualidades da participação em associações LGBT promovem a integração da identidade homossexual, esperando-se que mais alta qualidade desta participação conduza a mais elevados níveis de desenvolvimento psicológico das identidades lésbica e gay (**H19**).

Objectivo 4. Não apenas se pretende no estudo que aqui apresentamos analisar diferenças inter-sujeitos na identidade, enquanto núcleo do desenvolvimento psicológico. Além destas diferenças, constitui objectivo da nossa investigação a avaliação da importância da identidade na construção psicológica das homossexualidades. Exploraremos, então, as relações entre a identidade e (i) a satisfação com a orientação sexual, (ii) a crença nas relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo e (iii) o desenvolvimento psicológico das identidades lésbica e gay.

V. 5. Operacionalização das Dimensões do Estudo: Considerações Prévias.

Tendo por base os objectivos desta investigação, é útil sintetizar algumas considerações sobre as diferentes dimensões do estudo e, em particular, sobre os modos como podem estas dimensões ser operacionalizadas.

V. 5. 1. Identidade Homossexual.

Mohr e Fassinger (2000) defendem que, de entre as medidas disponíveis para avaliação do desenvolvimento da identidade gay e lésbica, são as que se baseiam numa perspectiva de estágio que permitem um conhecimento mais ajustado às realidades experienciadas pelos sexualmente “diferentes”. Estas medidas são, para os autores, vantajosas para a compreensão das fases através das quais os sujeitos vão passando no seu percurso desenvolvimental, sendo importante que permitam perspectivar cada uma destas fases como constructos multidimensionais e que “envolvam necessariamente sentimentos e crenças individuais sobre a sua própria orientação sexual, sobre outras pessoas gays e lésbicas e sobre pessoas não homossexuais” (p. 69).

Esta análise multidimensional do desenvolvimento da identidade homossexual deve integrar variáveis específicas (que podem estar positiva ou negativamente associadas ao desenvolvimento da identidade) como a consciencialização das implicações da opressão para a vivência de identidade(s) estigmatizada(s), a construção de relações emocionais/afectivas e íntimas com parceiras(os) do mesmo sexo, a exploração de redes de socialização e de partilha da experiência homossexual ou a homofobia internalizada (e.g., Brady & Busse, 1994; Elizur & Mintzer, 2001; Fassinger & Miller, 1996; Klinkenberg & Rose, 1994; Shidlo, 1994). Com recurso a medidas que incluem estas diferentes variáveis em fases desenvolvimentais que descrevem as trajetórias subjectivas na vivência de ser lésbica ou gay, é possível perceber de modo amplo a estruturação progressivamente diferenciada da identidade homossexual.

Como se salientou ao longo deste trabalho, a diferenciação linguística dos questionários destinados à avaliação diferenciada do percurso desenvolvimental que homens e mulheres traçam na construção da sua “diferença” sexual é também uma dimensão operacional a ter presente. A isto se acrescenta que os resultados obtidos através de medidas objectivas de avaliação das experiências homossexuais devem ser analisados com auxílio de outros indicadores demográficos que alargam o conhecimento das experiências de sujeitos homossexuais, tanto mais que “factores como o contexto profissional, a localização geográfica, a pertença a grupos minoritários, a situação familiar, as realidades legais e económicas ou os sistemas de suporte determinam em que medida a revelação e a politização são possíveis e diferenciadas para estes sujeitos” (McCarn & Fassinger, 1996, p. 520).

Finalmente, a indissolubilidade entre as dimensões individuais da construção psicológica da “diferença” sexual e as dimensões colectivas ou grupais que lhe são paralelas deve, como se disse, alicerçar a operacionalização de medidas avaliativas dos percursos identitários, porquanto tal indissolubilidade coloca estes trajectos num quadro interpretativo que enriquece a compreensão do desenvolvimento-em-contexto da experiência de ser homossexual.

V. 5. 2. Redes de Apoio.

São vários os estudos que avaliam a relação entre o suporte social e o bem-estar psicológico em amostras de sujeitos com identidades estigmatizadas, revelando uma correlação positiva entre estas duas dimensões (e.g., D’Augelli & Hershberger, 1993; Elizur & Mintzer, 2001; Vincke & van Heeringen, 2002): a investigação psicológica salienta, deste modo, que o apoio prestado por agentes significativos se configura como essencial aos processos de adaptação que os indivíduos desenvolvem em contextos sociais adversos à “diferença” e, mais particularmente, à “diferença” sexual.

São contudo complexas as circunscrições do conceito de “suporte social”, dos seus modos de avaliação e das suas implicações (cf., e.g., Procidano & Heller, 1983; Sarason, Levine, Basham & Sarason, 1983; Vaux, 1988). Um dos aspectos relevantes a ter em conta na delimitação conceptual e metodológica do suporte social prende-se com a distinção entre as dimensões qualitativas (ou relacionais) e quantitativas (ou estruturais) que o definem. A dimensão quantitativa diz respeito à natureza estrutural das redes de relação social (por exemplo, o modo como é constituído o núcleo familiar, a quantidade de amigos, a forma de organização das comunidades que são próxima da pessoa, as relações de trabalho...) e permite avaliar a diversidade de redes sociais de que o sujeito dispõe nos seus contextos de vida.

A dimensão qualitativa reporta-se ao significado que o sujeito atribui a estas pessoas, ao peso diferencial que elas assumem na sua vida, à reciprocidade sentida no *dar* e no *receber* e às diferentes funções (instrumental, informativa, amorosa, de socialização...) que estes agentes assumem no desempenho do suporte. A este tipo qualitativo de apoio Vincke e van Heeringen (2002) dão o nome de “suporte confiante”, analisando a sua influência no bem-estar psicossocial de jovens gays e lésbicas. Defendem estes autores que o ajustamento psicológico é mais influenciado pelo suporte confiante ou percebido do

Capítulo V

que do suporte estrutural ou quantitativo. A análise da disponibilidade dos agentes relacionais que são significativos para gays e lésbicas deve, segundo estes investigadores, integrar os estudos que se debruçam sobre a adaptação dos sexualmente “diferentes” aos processos de discriminação social que experienciam. As configurações sociais e políticas dos contextos em que o desenvolvimento destes “diferentes” decorre merecem uma atenção crítica nas avaliações do suporte social, nomeadamente no que diz respeito à relação com o envolvimento em actividades associativas e outros contextos em que a identidade não-“heterossexual” pode ser discutida e partilhada (Coyle, 1998; Ensel & Lin, 1991; Nesmith, Burton & Cosgrove, 1999; Wethington & Kessler, 1991).

Outra distinção importante para a compreensão e para a operacionalização do apoio social é relativa à especificidade *versus* globalidade deste apoio. Se a especificidade indica a extensão segundo a qual os instrumentos de avaliação são capazes de avaliar uma estrutura ou uma função específica de suporte que diferentes pessoas prestam ao sujeito, a globalidade é relativa a medidas que combinam a estrutura e a função das redes de suporte num índice global de ajustamento, permitindo encontrar um indicador genérico do suporte que é prestado ao indivíduo (Sarason *et al.*, 1990).

O suporte social *específico* é geralmente mais valorizado em estudos que pretendem averiguar a capacidade do sujeito em lidar com adversidades, permitindo nomeadamente avaliar o suporte subjectivamente percebido em diferentes fases do desenvolvimento psicológico e em diferentes contextos da existência humana (Vaux, 1988). Tendo em conta os propósitos centrais do nosso estudo, e querendo perceber a importância diferenciadamente assumida por pais e amigos na construção psicológica das identidades lésbica e gay, é compreensível que uma medida capaz de avaliar a especificidade do suporte seja mais adequada para operacionalização das dimensões em análise.

Interessará, pois, proceder a uma sintética caracterização estrutural das redes de apoio dos sujeitos deste estudo, valorizando-se a qualidade (ou percepção subjectiva) e a especificidade (assumida por diferentes agentes relacionais) do apoio social, com vista à compreensão do seu contributo para a construção psicológica da identidade homossexual.

V. 5. 3. Participação Comunitária.

Yates e Youniss (1996, 1998) analisam a participação associativa na relação com o desenvolvimento da identidade em adolescentes e jovens adultos. Tomando como ponto de partida as propostas teóricas de Erikson - e salientando que nestas propostas assume papel central o investimento político, concebido como realização de escolhas no domínio dos valores, das ideologias e das tradições das comunidades de pertença dos indivíduos - estes autores investigam os processos psicossociais que alicerçam o envolvimento em estruturas da sociedade civil e de que modo este envolvimento, enquanto modo de socialização política, se relaciona com uma crescente compreensão e integração da própria identidade.

Vários estudos (e.g., Rappaport, 1987; Stewart & Weinstein, 1997; Yates & Youniss, 1998) têm demonstrado que do envolvimento voluntário em estruturas da sociedade civil resulta um sentido acrescido de relação social e conectividade aos outros, sendo mais integrada a identidade e o desenvolvimento político-moral dos jovens que participam nestas estruturas, quando comparados com os que não participam.

O tempo de permanência/envolvimento nos contextos associativos, aliado às possibilidades de partilha de significados que derivam das experiências sociais e culturais de opressão ou discriminação, é um elemento importante que as medidas dirigidas à avaliação das experiências de participação devem incluir: um mais longo tempo de participação promove o desenvolvimento de um sentido de responsabilidade com os outros, com uma causa política, com o que esta causa significa para a reformulação identitária.

Conclui-se referindo que não interessa apenas, neste estudo, focalizar a participação comunitária como factor potencialmente contributivo para o bem-estar psicológico e para a redução do mal-estar experienciado no contexto da discriminação da “diferença” sexual, mas que importa também analisar as possíveis contribuições das experiências de participação para a promoção integrada e complexificada do desenvolvimento identitário.

V. 5. 4. Identidade.

A maior parte das investigações psicológicas que analisam o desenvolvimento da identidade têm utilizado metodologias inspiradas pelo modelo dos estatutos de identidade, porquanto este modelo continua a revelar resultados empíricos relevantes para a

Capítulo V

compreensão daquele desenvolvimento (Berzonsky & Adams, 1999). A operacionalização dos estatutos de identidade foi originalmente possibilitada pelo recurso à entrevista semi-estruturada (Marcia, 1966), sendo esta entrevista seccionada em áreas temáticas (ocupacional, ideológico-política, religiosa e interpessoal) correspondentes aos domínios de exploração e/ou de investimento. A esta versão inicial da entrevista, outras áreas de exploração e de investimento vieram a ser integradas, como as actividades de lazer, as relações com os amigos e as relações amorosas ou os papéis desempenhados nas relações conjugais (Grotevant & Cooper, 1981).

Várias investigações têm mostrado que estas áreas temáticas são, contudo, susceptíveis de mudança quanto ao grau de importância que, em cada momento do desenvolvimento e em função das circunstâncias sócio-culturais experienciadas, assumem para a estrutura e para o funcionamento psicológico do sujeito (e.g., Alison & Schultz, 2001; Costa, 1991, Kroger, 1989). Como Marcia (1989) refere,

embora [est]as áreas temáticas sejam importantes, na medida em que reflectem temas [existenciais] salientes para, e distintivos entre, os adolescentes [...], de maior significância para a determinação do estatuto de identidade são as variáveis *processuais* de exploração de alternativas («crises») e de investimento, [uma vez que] o estatuto de identidade é determinado com base no grau de exploração e de investimento que a esta é subsequente. (p. 291)⁴

Posteriormente à criação da entrevista semi-estruturada, foram criadas medidas objectivas de avaliação dos estatutos da identidade, passíveis de administração em amostras com um maior número de sujeitos do que no caso dos estudos que recorrem à entrevista semi-estruturada. Estas medidas operacionalizam as dimensões processuais da exploração e do investimento, dimensões às quais são atribuídos scores e permitem determinar, pelo cruzamento destes escores, o estatuto identitário (*moratório, outorgado, difuso, integrado*) em que o sujeito se encontra (cf. Balistreri, Busch-Rossnagel, & Geisinger, 1995). Se as entrevistas são mais utilizadas e adequáveis a estudos que pretendem avaliar configurações narrativas e/ou biográficas que caracterizam os percursos identitários, as medidas objectivas destinam-se a uma classificação dos estatutos e ao desenvolvimento de

⁴ As modalidades de *exploração* e de *investimento* vão-se reconfigurando (porque também se reconfiguram as áreas existenciais a que estas dimensões processuais se aplicam) ao longo do ciclo vital, o que implica que se estabeleçam critérios avaliativos diferenciados em função da idade dos entrevistados e que se criem conteúdos temáticos ajustados às diferentes etapas da vida.

medidas contínuas para estes estatutos, sendo mais apropriadas a estudos de natureza quantitativa e com amostras amplas (Grotevant, 1987; Lieblich & Josselson, 1994, Schwartz, 2001). Além desta possibilidade de aplicação a grandes amostras, as medidas objectivas são vantajosas por permitirem encontrar escores contínuos na avaliação das dimensões de exploração e de investimento, o que permite cruzar os resultados relativos ao desenvolvimento da identidade com outras medidas e variáveis do desenvolvimento psicológico.

Um tópico complementar de relevo sobre as medidas de avaliação do desenvolvimento da identidade prende-se com a distinção entre medidas *directas* e medidas *derivadas* (Schwartz & Dunham, 2000). As medidas directas avaliam o grau segundo o qual os sujeitos cotam as suas respostas através de escores atribuídos a cada um dos estatutos da identidade, permitindo situar o sujeito num único estatuto, que corresponde ao valor mais alto de cotação. As medidas derivadas analisam as cotações nas dimensões de exploração e de investimento, estabelecendo altos e baixos valores para cada uma destas dimensões através da divisão pela mediana das respostas - *i.e.*, a valores acima e abaixo da mediana correspondem altos e baixos níveis de exploração e de investimento em diferentes domínios existenciais.

A relevância dos diferentes contextos sociais em que o desenvolvimento psicológico se processa deve ser considerada como factor nuclear na avaliação dos processos subjacentes à (re)construção identitária. Atender a variáveis particulares ou especificidades do desenvolvimento-em-contexto, nomeadamente em função da orientação sexual, deve ser uma contribuição que as investigações trazem para a compreensão da identidade.

Assim se tenta analisar, no presente estudo empírico, as relações entre as especificidades da vivência de uma orientação sexual não-“normativa” e o desenvolvimento da identidade enquanto dimensão nuclear do desenvolvimento psicossocial. *Ser*, *pertencer* e *participar* encontram na identidade um quadro matricial de referência no qual tenta dar-se sentido mais amplo à (re)construção de si como lésbica ou gay e aos processos relacionais que esta (re)construção suscita nos contextos de *pertença* e de *participação*.

Capítulo V

Síntese

O desenvolvimento-em-contexto das identidades lésbica e gay reclama cuidados metodológicos particulares que neste capítulo quisemos sistematizar. A validade dos estudos realizados com populações socialmente discriminadas (e, no caso vertente, com populações homossexuais) fica seriamente comprometida se tais cuidados não são tidos em conta nas investigações que a estas populações se dedicam.

A multidimensionalidade da experiência de *ser* gay ou lésbica foi estabelecida como condição necessária à realização deste estudo, sendo esta multidimensionalidade implícita nos vários objectivos do estudo que definimos ao longo deste capítulo e, por decorrência, às hipóteses relacionadas com tais objectivos.

Também se procedeu, neste capítulo, a uma explicitação das principais questões que o estudo empírico levanta a respeito da análise da experiência de *ser* homossexual, tendo-se para tal definido os objectivos e as hipóteses de investigação.

Foram ainda apresentadas algumas considerações sobre as modalidades operacionais da avaliação das identidades lésbica e gay, do apoio social, da participação comunitária e da identidade como núcleo desenvolvimental possivelmente relacionado com as vivências de *ser*, *pertencer* e *participar* enquanto sexualmente “diferente”.

Capítulo VI.
Instrumentos e Caracterização da Amostra

Em primeiro lugar, descrevem-se neste capítulo os procedimentos da investigação e apresenta-se um inquérito biográfico elaborado com o propósito de proceder à caracterização sócio-demográfica da amostra.

Serão depois apresentados os instrumentos que avaliam as experiências de participação, o apoio social, a identidade homossexual e a identidade, atendendo-se à adaptação e à validação destes instrumentos. Realiza-se ainda uma descrição preliminar da amostra relativa às dimensões assim avaliadas, de forma a facilitar a leitura dos resultados do estudo empírico.

Algumas diferenças entre os sujeitos que responderam à versão escrita e à versão online dos questionários são consideradas nos momentos finais deste capítulo.

VI. 1. Procedimentos.

O estudo recorreu a uma dupla versão dos questionários: a versão escrita e a versão online. Um exemplar da versão escrita pode ser consultado no Anexo I.

Na *versão escrita*, os questionários foram distribuídos (1) pelas associações não-governamentais de defesa dos direitos LGBT e (2) por pessoas que se disponibilizaram a ajudar neste processo de recolha de dados. Estes questionários escritos foram devolvidos por correio, em envelopes endereçados aos investigadores e identificados com códigos relativos aos conhecidos e às diferentes associações que colaboraram no estudo. No caso das associações, a distribuição desta versão foi feita quer através da disponibilização dos questionários no espaço físico das mesmas, quer através do envio por correio aos associados¹.

A *versão online* esteve disponível nos *sites* e nas páginas da Internet das associações LGBT e da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Recorreu-se também ao site PortugalGay.PT, que disponibilizou um *link* para a *webpage* da FPCEUP e que solicitou, com alertas recorrentes, a colaboração dos seus visitantes no estudo. No Anexo II inclui-se uma reprodução gráfica da versão online dos questionários e da indicação do estudo em algumas destas páginas da Internet.

Num primeiro momento de planificação do estudo, foram realizados contactos com os líderes/representantes das associações no sentido de os sensibilizar para a necessidade da sua colaboração neste estudo, na disseminação dos questionários escritos e na indicação da possibilidade de os sujeitos darem resposta aos questionários através da Internet. Fez também parte destes contactos pessoais a divulgação dos objectivos nucleares da investigação e o fornecimento de esclarecimentos que os líderes/representantes associativos solicitassem sobre o estudo.

Os questionários, tanto na versão escrita quanto na versão online, foram distribuídos e estiveram disponíveis entre Março de 2003 e Junho de 2004, um processo moroso relacionado com a dificuldade do recrutamento de sujeitos. Fomos também estabelecendo contacto regular com os líderes/ representantes associativos e com os editores do site

¹ O envio por correio aos associados foi possível no caso das associações que dispõem de *mailing-lists* dos associados sem que, naturalmente, a estas tivéssemos acesso.

Capítulo VI

PortugalGay.PT, no sentido de recebermos *feedback* sobre o modo como os sujeitos estavam a aderir ao estudo e de sabermos se necessitavam de questionários adicionais.

Reforçando-se a garantia de total anonimato dos participantes, houve o cuidado suplementar de se criar, para ambas as versões (escrita e online), um conjunto de questionários destinados a mulheres e outro destinado a homens (versão para mulheres e versão para homens), tentando assim superar o viés androcêntrico recorrentemente detectado nas investigações sobre as identidades lésbica e gay. Os questionários incluídos na versão para mulheres e na versão para homens são os mesmos, diferindo apenas no género dos substantivos e estabelecendo, respectivamente, uma utilização prioritária da expressão “lésbica” e da expressão “gay”.

Na página de rosto, foi solicitado aos sujeitos que “passassem palavra” a outros gays e a outras lésbicas sobre a existência da investigação e foi referida a disponibilidade dos investigadores para esclarecerem questões sobre o estudo, criando para o efeito um endereço electrónico.

VI. 2. Inquérito Biográfico.

VI. 2. 1. Descrição.

Constituindo o primeiro dos instrumentos utilizados no estudo, o inquérito biográfico foi elaborado com vista a integrar um conjunto de questões cujo foco de interesse se prende directamente com o conhecimento de características específicas da amostra. Na decorrência da “invisibilidade” a que social e culturalmente gays e lésbicas estão votados, justificou-se a inclusão deste inquérito. Tendo por base alguns dos aspectos que a literatura psicológica salienta como particularmente relevantes para o conhecimento das vivências psicológicas de lésbicas e gays e da contextualização destas vivências, o inquérito biográfico permite, como veremos, amplificar a leitura dos dados resultantes dos restantes instrumentos utilizados.

Neste inquérito estão contempladas as seguintes dimensões:

- (i) caracterização sócio-demográfica genérica - sexo, idade, estado civil, nível sócio-económico;
- (ii) caracterização estrutural das redes de apoio social – local em que cresceram/ vivem actualmente os inquiridos e pessoas com quem cresceram/ vivem,

- número de amigos(as) (homossexuais ou não) e importância atribuída às relações de amizade, pessoas que conhecem a orientação sexual dos sujeitos, frequência de espaços de socialização homossexual (“ambientes”) e relevância assumida por estes “ambientes” na vivência da orientação homossexual;
- (iii) auto-definição da orientação sexual no passado e no presente, idades de “descoberta” da homossexualidade, existência/importância de relações amorosas com pessoas do mesmo sexo e grau de satisfação com a orientação sexual;
 - (iv) nível de conhecimento de associações nacionais defesa dos direitos LGBT e motivações para a (eventual) participação nestas associações.

VI. 2. 2. Caracterização sócio-demográfica da amostra.

Tendo sido recebido um total de 563 questionários, são doravante considerados apenas os dados referentes aos questionários preenchidos por sujeitos que se auto-identificaram como lésbicas ou como gays nas versões para mulheres e homens, respectivamente. Segue-se, deste modo, a recomendação anteriormente referida de respeitar a definição que os sujeitos fazem da sua orientação sexual. Um critério complementar que presidiu à eliminação de uma parte substancial dos questionários recebidos prende-se com o facto de alguns sujeitos não terem dado resposta à totalidade dos questionários.

A amostra resulta, assim, num total de **400 sujeitos**. Procedemos seguidamente a uma caracterização preliminar da amostra com base nestes indicadores biográficos. As análises estatísticas realizadas recorrem ao programa *SPSS – Statistical Package for Social Sciences*, versão 13.5 para *Windows*.

Tendo em conta as **versões dos questionários** (online vs. escrita), verifica-se uma percentagem muito maior de sujeitos que responderam através da Internet do que de sujeitos que responderam por escrito conforme representado, em valores percentuais, no **Gráfico VI. 1**.

Capítulo VI

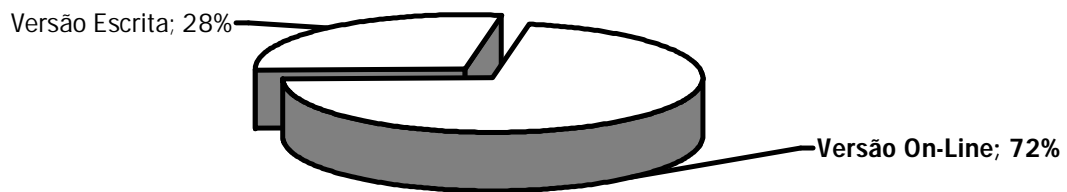


Gráfico VI. 1. Versões escrita e online dos questionários.

De entre os questionários devolvidos por correio (versão escrita), 66% (n=32) são relativos a sujeitos recrutados nas associações LGBT e os restantes 34% (n=62) relativos a sujeitos recrutados através de conhecidos.

Relativamente ao **sexo**, verifica-se um efectivo muito mais elevado de homens presentemente auto-definidos como gays do que de mulheres auto-definidas como lésbicas. O **Gráfico VI. 2.** representa os valores percentuais desta diferença.

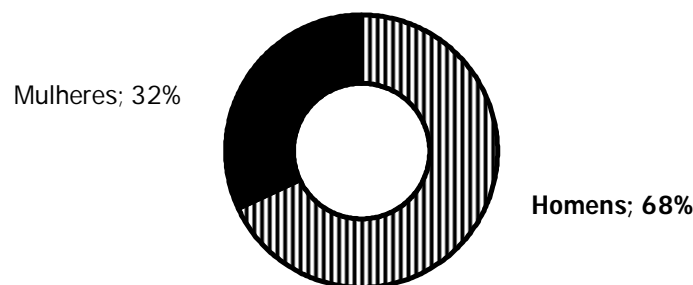


Gráfico VI. 2. Distribuição amostral segundo o sexo.

No que concerne à **idade**, a média é de 30 anos (DP = 9.05), com limites mínimo de 14 anos e máximo de 65 anos. Uma classificação das idades em faixas etárias foi elaborada com vista à realização das análises estatísticas em função destas faixas, cuja distribuição percentual pode ser observada no **Gráfico VI. 3.** A faixa etária com maior percentagem de sujeitos é a dos 21-30 anos, na qual se encontra quase metade dos sujeitos, seguida da faixa 31-40 anos. São bastante menores e aproximadas entre si as percentagens de sujeitos com idades inferiores a 20 anos e superiores a 40 anos.

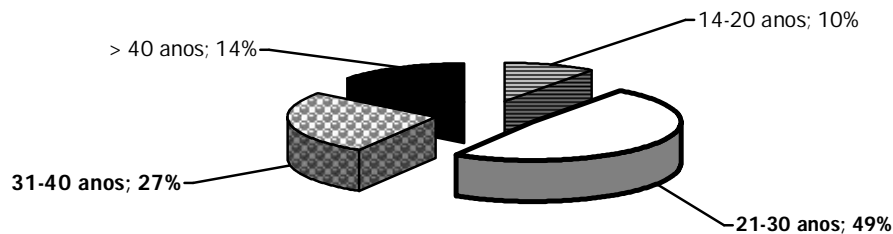


Gráfico VI. 3. Distribuição amostral segundo as faixas etárias.

O **Nível Sócio-Económico (NSE)** foi avaliado com recurso a três indicadores: o grau de escolaridade, a profissão e o número de livros em casa. Na **Tabela VI. 1.** são apresentados os dados descritivos referentes a cada um destes indicadores, sendo que para a classificação das profissões se recorreu aos estatutos ocupacionais definidos pela Norma S.A.R.L. Como pode observar-se na tabela, estamos na presença de uma amostra maioritariamente constituída por sujeitos altamente escolarizados, com estatuto ocupacional elevado (médio-alto ou superior), aspectos complementados pela grande percentagem de indivíduos com mais de 100 livros em casa.

		n	%
Escolaridade	Ensino Primário	11	3%
	Ensino Básico	11	3%
	Ensino Secundário	116	28%
	Ensino Superior	262	66%
Estatuto Ocupacional (Norma SARL)	Baixo	12	3%
	Médio	17	4%
	Médio-Alto	147	37%
	Superior	224	56%
Livros em Casa	Até 10	14	3%
	Até 50	60	15%
	Até 100	87	22%
	Mais de 100	139	60%

Tabela VI. 1. Nível Sócio-Económico (escolaridade, estatuto ocupacional e livros em casa).

Capítulo VI

Foram testadas diferenças de distribuição amostral em função do sexo e da idade no nível sócio-económico, não se encontrando diferenças nem em função do sexo [$\chi^2(3)=3.288$; $p=.349$], nem em função da idade [$\chi^2(12)=99.44$; $p=.112$]. Também não são encontradas diferenças de distribuição nos locais onde vivem actualmente os inquiridos, nem em função do sexo [$\chi^2(3)=3.594$; $p=.309$], nem em função da idade [$\chi^2(12)=8.974$; $p=.705$]².

Por terem sido considerados na amostra somente os sujeitos que se auto-identificaram como homossexuais, apenas constitui variável a **auto-definição da orientação sexual no passado**. Os efectivos e as respectivas percentagens desta auto-definição são apresentados no **Gráfico VI. 4**. Constata-se que a maioria dos inquiridos já se definia no passado como homossexual, sendo considerável o número de sujeitos que define o seu passado como caracterizado por uma definição de si como bissexual.

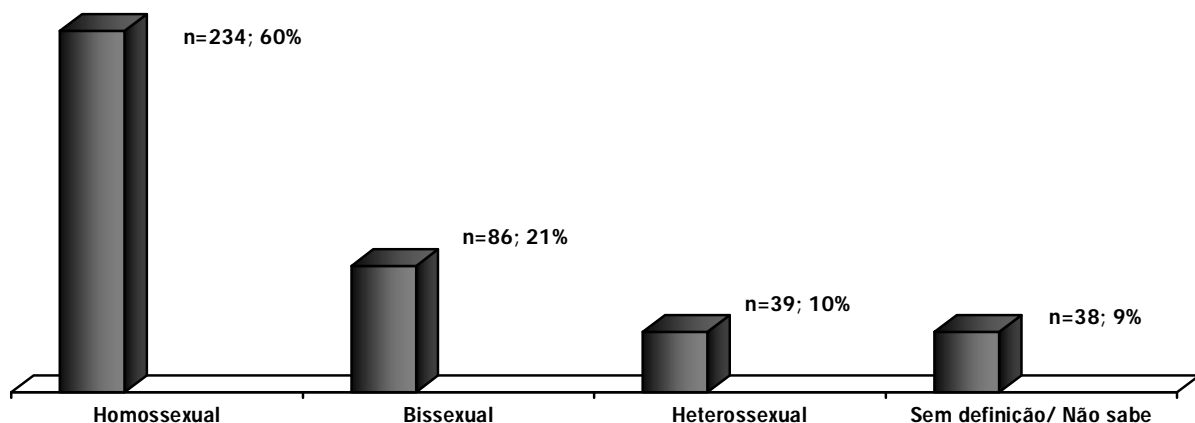


Gráfico VI. 4. Auto-definição da orientação sexual no passado.

Na **Tabela VI. 2**, são apresentados os resultados relativos à **"descoberta da homossexualidade"**, nesta categoria se incluindo as idades em que os sujeitos *"sentiram a primeira atracção por alguém do mesmo sexo"*, *"sentiram que eram homossexuais"*,

² Para uma primeira caracterização da amostra, foi pertinente a utilização dos três indicadores (escolaridade, estatuto ocupacional e número de livros em casa) para avaliação do nível sócio-económico dos inquiridos. Nas análises que seguidamente recorrem ao nível sócio-económico, apenas utilizaremos o estatuto ocupacional por se ter verificado, através das correlações bivariadas de Pearson entre os três indicadores, que este indicador é o que mais fortemente se correlaciona com os restantes dois.

“tiveram o primeiro relacionamento sexual com alguém do mesmo sexo” ou “namoraram, pela primeira vez, com alguém do mesmo sexo”.

As idades médias vão sendo crescentes para estes diferentes aspectos, destacando-se a precocidade da primeira atracção homossexual (em média, no início da adolescência). O sentido de si como lésbica ou gay implica um tempo mais alargado para emergir e a idade média mais tardia é constatável para o primeiro namoro homossexual, o que faz sentido se considerarmos, de acordo outros estudos (e.g., Elizur & Mintzer, 2001; Jones & Bates, 1988; Markowe, 1996; Rubio, 1999), que um relacionamento deste tipo implica geralmente uma progressiva aceitação de si como “diferente”.

Um aspecto adicional de relevo prende-se com o facto de serem encontradas, ainda que com efectivos reduzidos, idades mínimas e máximas bastante díspares para cada um destes indicadores da “descoberta homossexual”.

Idade...	Média (DP)	Idades Mínima/ Máxima
... da primeira <i>atracção</i> homossexual (n= 389)	12, 9 (4, 83)	Idade mínima – 3 anos (n=2)
		Idade máxima – 40 anos (n=2)
... do primeiro <i>sentido</i> homossexual (n=382)	17, 2 (6,25)	Idade mínima – 4 anos (n=6)
		Idade máxima – 50 anos (n=2)
... da primeira <i>relação sexual</i> homossexual (n=373)	18,6 (5,61)	Idade mínima – 6 anos (n=4)
		Idade máxima – 46 anos (n=3)
... do primeiro <i>namoro</i> homossexual (n=372)	21, 4 (5,33)	Idade mínima – 12 anos (n=4)
		Idade máxima – 53 anos (n=2)

Tabela VI. 2. Idades da “descoberta da homossexualidade”.

Quando questionados sobre o **grau de satisfação** com a sua orientação sexual, a grande maioria dos inquiridos (n=304; 77%) refere estar “*muito satisfeito(a)*”, cotando com valores extremos (6 ou 7) a resposta a esta pergunta.

Quanto ao **estado civil**, 78% dos sujeitos (n=311) são **solteiros**, 18% (n=67) está casado(a) ou vive em regime de união de facto e 6% (n=22) está em situação de divórcio ou de separação.

A respeito da **relação amorosa com uma pessoa do mesmo sexo** e sobre a **importância** atribuída a essa relação, quando ela é existente, conclui-se que:

- a maior parte dos inquiridos diz ter actualmente uma relação amorosa homossexual, que consideram *“muito importante”*;
- as pessoas casadas ou vivendo em união de facto cotam, na sua grande maioria (84%), a relação amorosa com alguém do mesmo sexo como *“muito importante”*;
- de entre o número de sujeitos separados ou divorciados, o número dos que dizem ter actualmente uma relação deste tipo é equivalente ao número dos que dizem não ter (n=9);
- para as pessoas separadas ou divorciadas que estão em relação amorosa com alguém do mesmo sexo (6%) é também *“muito importante”* a relação.

Todos os sujeitos que relataram **não ter uma relação amorosa** com alguém do mesmo sexo (n=143; 36%) responderam à questão *“acha que seria importante para si ter uma relação deste tipo?”*, o que é por si mesmo um indicador da relevância de uma relação amorosa homossexual para estes sujeitos. A quase totalidade de respostas a esta questão (96%) tem valores de cotação entre 4 e 7, assim revelando que estes sujeitos percepcionam uma hipotética relação amorosa homossexual como *“importante”*.

■ Caracterização Estrutural das Redes de Apoio

As distribuições percentuais da amostra em função do **local onde os sujeitos cresceram e vivem actualmente** foram analisadas de acordo com as quatro opções de resposta: pequena cidade ou vila do interior, grande cidade do interior, pequena cidade ou vila do litoral e grande cidade do litoral. A maioria dos inquiridos (75%) relata ter crescido em centros urbanos do litoral, sendo que os restantes 25% cresceram em localidades do interior. É muito reduzida a percentagem de indivíduos (22%) que vivem actualmente no interior (estejamos a considerar pequenas ou grandes localidades).

Atendendo às **relações de amizade**, e começando pela questão sobre a *“quantidade de amigos”* (independentemente de serem ou não amigos homossexuais), verifica-se que a maioria dos inquiridos (n=284; 71%) considera ser uma pessoa com **alguns ou poucos amigos**; 27% (n=108) considera ter *muitos* amigos e os restantes 2% (n=7) referem *não ter* amigos.

As respostas dadas à questão “tem amigos(as) homossexuais (lésbicas e/ou gays)?” revelam uma **percentagem muito elevada** (95%; n=378) de sujeitos que **dizem ter amigos homossexuais**. De entre estes sujeitos, é também muito elevada a percentagem (85%) dos que cotam a importância atribuída a estes amigos homossexuais com valores entre 5 e 7, assim mostrando que para si estes amigos são “importantes”.

Os dados referentes às “**pessoas com quem cresceram/vivem actualmente**” os sujeitos são apresentados na **Tabela VI. 3**. Como pode observar-se, mais de metade dos sujeitos (56%) cresceu num núcleo familiar composto por pai, mãe e irmãos. 14% dos sujeitos cresceram com os pais, sem a presença de irmãos. Uma percentagem relativamente elevada (25.7%) é encontrada para sujeitos que relatam ter crescido com “*outras pessoas*”, de entre estas sendo mais frequentemente descritos os avós.

No que respeita às pessoas com quem vivem actualmente, a percentagem mais elevada é constatada para sujeitos que vivem com os pais (35%), seguida da percentagem de pessoas que vivem sozinhas (23%). Destaca-se o facto de 14% dos sujeitos viverem presentemente com “companheiro(a)” ou “namorado(a)”. Deve referir-se que coube aos respondentes, em resposta aberta, a utilização diferenciada destas duas designações no espaço reservado à descrição de “*outras pessoas com quem vive*”.

		N	%
Cresceram só com o pai	1	0.3%
	... só com a mãe	12	3%
	... com pai e mãe	56	14%
	... só com os irmãos	4	1%
	... com pai, mãe e irmãos	222	56%
	... com outras pessoas	105	25,7%
Vivem actualmente...	.. só com o pai	3	0.8%
	... só com a mãe	23	6%
	... com pai e mãe	140	35%
	... só com os irmãos	8	2%
	... com pai, mãe e irmãos	42	11%
	... sozinhos(as)	93	23%
	... com “namorado(a)”/“companheiro(a)”	57	14%
	... com outras pessoas	34	8.2%

Tabela VI. 3. Pessoas com quem cresceram/vivem actualmente os inquiridos.

Capítulo VI

Cabe também nesta caracterização estrutural das redes de apoio a apresentação dos dados relativos à **revelação da orientação sexual**. Desde logo, salienta-se que é **bastante mais elevado o número de sujeitos que não revelou a sua orientação sexual** (n=283; 71%) do que o número de sujeitos que a revelou (n=117; 29%).

Para os sujeitos que revelaram, foram calculadas as percentagens de revelação de acordo com as 6 categorias de resposta e respectivos agentes relacionais (*pai, mãe, irmãos, amigos, colegas de trabalho e outras pessoas*), resultados que estão representados no **Gráfico VI. 5**. Embora consideremos estes dados como pertencentes a uma categoria de análise que designámos de “revelação a agentes relacionais”, deve ter-se em conta que a questão relativa aos dados apresentados no gráfico não é exactamente referente à revelação mas às “*pessoas que conhecem a orientação sexual*” dos inquiridos.

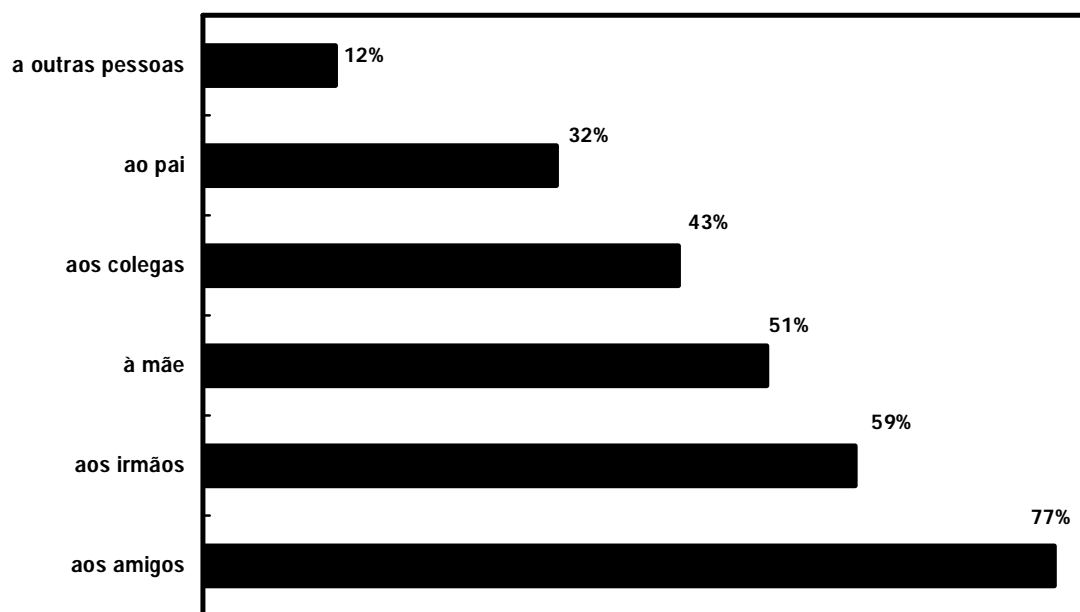


Gráfico VI. 5. Percentagens e agentes relacionais da revelação da orientação sexual.

Verifica-se que uma grande percentagem de sujeitos (77%) relata que os amigos são conhecedores da sua orientação sexual não sendo possível diferenciá-los, em virtude do modo de elaboração da questão, amigos homossexuais de amigos não-homossexuais. Os irmãos emergem como agentes relacionais que têm conhecimento da orientação sexual dos sujeitos em mais de metade dos casos (59%). No que respeita ao núcleo parental, observa-se que é muito superior a percentagem de sujeitos cuja orientação sexual é conhecida pela

mãe (51%) do que de sujeitos cuja orientação sexual é conhecida pelo pai, sendo este um agente relacional que apresenta uma das percentagens mais baixas de conhecimento da orientação sexual dos respondentes (32%), menor mesmo do que a que é encontrada para os colegas de trabalho (43%).

Finalmente, é analisada nesta caracterização estrutural do apoio social, a **frequência de “ambientes homossexuais”** e a **importância** que lhes é atribuída pelos sujeitos deste estudo. A maioria dos inquiridos **frequenta** estes ambientes (n=296, 67%). Tanto os sujeitos que frequentam como os sujeitos que não frequentam, deram resposta à questão *“em que medida estes ambientes são importantes para a forma como vive a sua orientação sexual?”*.

Os resultados revelam que é similar o efectivo de sujeitos que cota esta pergunta com valores entre 1 e 3, não percepcionando, por isso, os ambientes como importantes (n=213; 53%) e o efectivo de sujeitos que a cota com valores entre 5 e 7, percepcionando então os ambientes como importantes para a vivência da sua orientação sexual (n=162; 40,5%).

■ **Conhecimento das Associações LGBT e Motivações para a Participação**

Os dados que seguidamente se apresentam são relativos aos dois grupos de questões finais do inquérito biográfico.

O primeiro destes grupos reporta-se ao *conhecimento das associações portuguesas de defesa dos direitos de gays e lésbicas* (incluindo o conhecimento dos *folhetos ou documentos* produzidos por estas associações e das *actividades* que estas desenvolvem). É também questionado se o sujeito *“já esteve presente em alguma destas actividades”* e se *“é actualmente associado de alguma(s) das associações”*³.

Todos os sujeitos deram resposta a estas questões. O perfil descritivo dos resultados é apresentado no **Gráfico VI. 6**.

³ Ainda que, obviamente, não negligenciando as diferentes expressões e vivências identitárias a que estas associações se dirigem, a designação destas associações foi restringida, no conjunto de questionários utilizados neste estudo, às categorias identitárias “gay” e “lésbica” com o intuito de que os sujeitos dessem resposta a questões que se prendem mais directa e explicitamente com as suas próprias identidades. A utilização da designação “LGBT” poderia resultar em formas de elaboração das questões algo confusas ou “dispersantes” das intenções do nosso estudo.

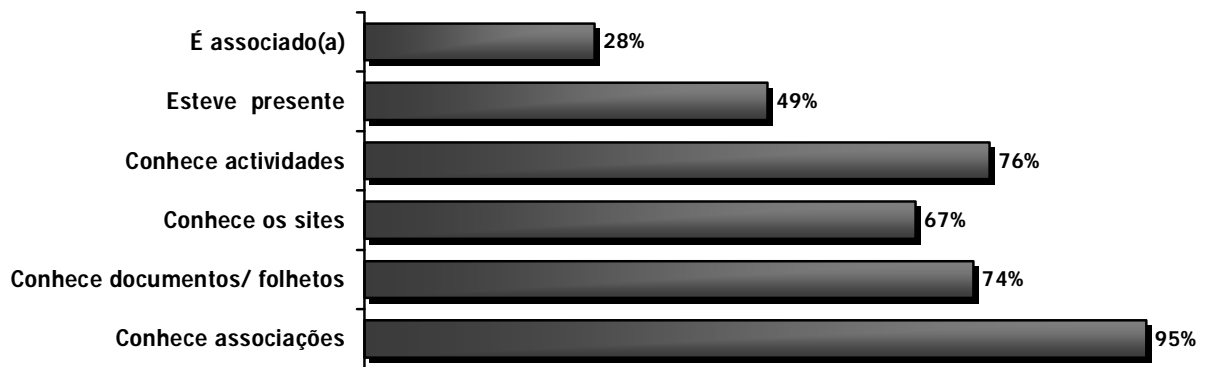


Gráfico VI. 6. Conhecimento das associações, presença em actividades e sujeitos associados.

Quase todos os sujeitos conhecem as associações e uma elevada percentagem conhece os *websites*, bem como os documentos e folhetos por estas produzidos. Ainda que uma grande percentagem de sujeitos refira já ter estado presente em alguma(s) actividade(s) associativa(s), apenas 28% (n=113) refere ser associado de alguma(s) das associações de defesa dos direitos gays e lésbicos. Constatase, deste modo, uma **acentuada diferença percentual entre os níveis de conhecimento das associações e o facto de se ser associado(a) das mesmas**.

Os sujeitos associados indicaram também *“a qual/quais das associações de defesa dos direitos de lésbicas e gays pertencem”*. Os resultados são apresentados, por valor decrescente de efectivo, na **Tabela VI. 4**.

Associação	Associados	
	n	%
Clube Safo	34	30%
ILGA-Portugal	20	18%
Rede Ex-Aequo	15	13%
Opus Gay	4	3.6%
Colectivo Não Te Prives	3	2.6%
Grupo Oeste Gay	2	1.9%
Grupo de Trabalho Homossexual	2	1.9%
Outras associações (não especificadas) ou sujeitos associados de várias das associações supra-designadas	33	29%
Total	113	100%

Tabela VI. 4. Efectivo de associados em diferentes Associações Gays e Lésbicas.

O segundo grupo de questões finais do inquérito biográfico refere-se às possíveis motivações subjectivas para a participação associativa⁴.

Apresentamos na **Tabela VI. 5.** o número e a percentagem de sujeitos que, proporcionalmente à totalidade de respostas sobre as motivações para a participação, responderam “sim” (*i.e.*, que consideraram ser cada uma dessas motivações uma opção válida para si). Nota-se que ainda que tendo optado pela expressão “participação associativa”, as respostas são mais precisamente dadas em relação às motivações da pessoa para decidir associar-se, segundo a forma como foi elaborada a pergunta referente a estas motivações.

Motivação	Total de Respostas (casos omissos)	Concordância pessoal com a Motivação (Sim)	
		N	%
Conhecer e conviver com outras lésbicas e/ou outros gays	153 (16)	93	61%
Procurar alguém com quem pudesse estabelecer relação amorosa	156 (13)	24	15%
Partilhar a experiência de vida com outros gays e/ou outras lésbicas	152 (17)	92	60%
Ter mais informação sobre “ser-se homossexual”	153 (16)	50	33%
Insuficiência sentida na partilha vivencial com pessoas não-homossexuais	162 (07)	55	34%
Intervir social e politicamente para um mundo menos “preconceituoso” em relação à homossexualidade	156 (13)	118	76%
Ajudar outras pessoas a viverem melhor com a sua orientação sexual	169 (00)	96	59%
Lidar melhor com as reacções de outras pessoas ao facto de ser lésbica/ gay	152 (17)	51	34%
Encontrar espaço para expressão “livre” de si	153 (16)	69	45%

Tabela VI. 5. Motivações para a Participação Associativa

Conforme consta da tabela, as motivações de maior relevo (com respostas de concordância superiores a 50%) são as que se prendem (i) com a intenção de intervir social e politicamente para uma redução do homopreconceito, (ii) com o desejo de conhecer/conviver com outros homossexuais e de com estes poder partilhar as experiências

⁴ Estas motivações foram introduzidas no inquérito biográfico com base em duas fontes complementares de informação: (a) uma revisão da literatura relativa à participação política (e, mais particularmente, à participação de gays e lésbicas em associações LGBT) e (ii) uma sistematização das motivações para o envolvimento associativo apresentadas por jovens portugueses em sessões de focos-grupos num estudo por nós conduzido. Da descrição deste estudo nos ocuparemos em momento posterior deste capítulo.

Capítulo V I

subjectivas e (iii) com a tentativa de ajudar outras lésbicas e/ou outros gays a viverem melhor com a sua orientação sexual.

Foi ainda reservado um espaço para a descrição de “outros motivos” (complementares aos que constam nas perguntas de resposta fechada) pelos quais os sujeitos tivessem decidido associar-se. Na totalidade dos questionários recebidos, 28 pessoas apresentaram por escrito as razões para participarem em associações de defesa dos direitos homossexuais.

Uma análise destas respostas revela que elas são equivalentes, no seu conteúdo semântico, a três das motivações que sistematizámos em perguntas fechadas e para as quais se verificam as mais altas taxas de concordância, a saber: (i) intervir para um mundo menos preconceituoso face à homossexualidade; (ii) ajudar outras pessoas a viverem melhor com a sua homossexualidade e (iii) partilha da experiência de vida com outros homossexuais. Apresentamos um exemplo para cada uma destas três categorias de razões, indicando o sexo e a idade dos inquiridos e salientando deste modo os aspectos que sentiram como importantes no seu percurso associativo:

- **[redução do preconceito]** *“a minha ligação às associações prendeu-se com a oportunidade de lutar contra a discriminação [...], porque creio que uma transformação social só será possível se quebrarmos estereótipos e preconceitos, a barreira da homofobia social, institucional e internalizada”* [mulher, 36 anos];

- **[ajuda aos outros]** *“ser associado foi uma questão de solidariedade [...], isto é, de ao poder ser eu próprio, ajudar outros homossexuais a não terem problemas com aquilo que desejam ser e a viverem a sua vida de forma plena e satisfatória”* [homem, 29 anos];

- **[partilha experiencial]** *“a força das associações teve a ver, para mim, com a contribuição partilhada para uma causa que a todos nos diz respeito [...], nelas encontrei gente disponível e com quem troquei as dores e as alegrias de ser uma lésbica”* [mulher, 24 anos].

As respostas à última questão do inquérito biográfico - *“como teve conhecimento desta investigação?”* - revelam que mais de metade dos sujeitos (53%; n=212) soube da existência deste estudo “através da Internet”. Juntamente com o facto da esmagadora maioria de pessoas ter respondido ao questionário na versão online, este dado corrobora a importância de se recorrer à Internet como método de recrutamento. 30% (n=119) teve conhecimento do estudo “através de amigos” e os restantes 17% (n=69) “através das associações”.

VI. 3. Ser, Pertencer e Participar:

Instrumentos e caracterização da amostra em função das dimensões operacionais.

Serão agora apresentados os instrumentos de avaliação das dimensões centrais deste estudo: as experiências de participação, o apoio social percebido, a construção psicológica das identidades gay e lésbica e o desenvolvimento da identidade. A ordem de apresentação de cada um destes instrumentos corresponde à sequência pela qual foram apresentados aos sujeitos.

Em primeiro lugar, descreve-se brevemente cada instrumento e os procedimentos de adaptação e validação.

Recorreu-se, para a adaptação, à tradução das versões originais dos instrumentos para a língua portuguesa e, posteriormente, à reflexão falada dos itens traduzidos. Sublinha-se a relevância particular que os processos de adaptação assumem no presente estudo, tentando-se que a estrutura linguística dos questionários seja, por um lado, fiel às propostas teóricas que lhes estão na base e, por outro, adequada às vivências dos sujeitos do estudo o que, como dissemos anteriormente, é crucial à validade dos estudos realizados com populações discriminadas.

Para a validação recorre-se (i) à análise da consistência interna (coeficiente *alpha* de Cronbach), (ii) à avaliação do poder discriminativo dos itens, (iii) à realização de análises factoriais confirmatórias e (iv) à análise das correlações entre as sub-escalas e entre estas e as escalas globalmente consideradas.

Algumas elucidações devem ser aqui incluídas a propósito da análise factorial confirmatória. Trata-se de uma metodologia que permite avaliar a estrutura factorial dos instrumentos e validar a sua estrutura interna. Através deste método, é possível avaliar o grau de ajustamento entre as covariâncias preditas por um modelo teórico e as covariâncias observadas numa amostra. O teste de Qui-Quadrado de Satorra-Bentler (SBS - χ^2) e os respectivos graus de liberdade constituem uma medida que incorpora a não-normalidade das variáveis observadas. Trata-se, contudo, de um teste estatístico bastante sensível ao efectivo da amostra, pelo que devem ser utilizados índices de ajustamento complementares quando o Qui-Quadrado é estatisticamente significativo, o que indica uma diferença entre o

Capítulo VI

modelo teórico e os dados observados (Satorra & Blenter, 1994). Os índices de ajustamento permitem ir encontrando, na realização progressiva das análises, um ajustamento acrescido dos dados ao modelo teórico. A solução final que é encontrada para cada análise deve, simultaneamente, ser lida pelo investigador de modo consistente com as propostas teóricas subjacentes à(s) medida(s) de avaliação que utiliza e ser considerada pelo programa informático a que se recorre como “admissível”⁵.

Utilizaremos, para cada um dos questionários utilizados no nosso estudo, quatro índices de ajustamento recorrentemente referidos como importantes para a admissibilidade de um modelo (e.g., Arbuckle, 1997; Fabrigar, Wegener, MacCallum & Strahan, 1999; Pett, Lackey & Sullivan, 2003; Steiger, 1990). A **Tabela VI. 6.** apresenta as designações, os propósitos estatísticos e os valores criteriosais que correspondem a estes índices.

Índices de Ajustamento	
Designação e Propósito Estatístico	Valores Criteriais
CFI – Comparative Fit Index – reflecte a qualidade da solução final do modelo em relação a um modelo nulo (i.e., em relação a um modelo teórico que não difere do que é encontrado para a amostra)	Superior a 0.90
GFI – Goodness-of-Fit Index – calcula a percentagem de covariâncias observadas na amostra que é explicada pelas variáveis implicadas no modelo teórico (ou variáveis latentes)	O mais próximo de 1
AGFI – Adjusted Goodness-of-Fit Index - variante do GFI que recorre às médias dos quadrados em vez da soma dos quadrados e que se apresenta menos sensível ao tamanho da amostra	O mais próximo de 1
RMSEA – Root-Mean Squared of Approximation - que avalia a discrepância entre as variáveis do modelo teórico (variáveis latentes) e a os dados da amostra por cada grau de liberdade	Inferior a 0.06

Tabela VI. 6. Índices de Ajustamento: Designação, Propósitos e Valores Criteriais

O *método de parcelamento (parceling)* pode ser utilizado quando estamos na presença de um amplo número de parâmetros que resulta da combinação das variáveis observadas com os respectivos erros e factores. Quando o efectivo da amostra não é

⁵ Foi utilizado o programa *AMOS – versão 5.0* para *Windows* na execução de todas as análises factoriais confirmatórias apresentadas neste estudo.

suficiente para a realização das análises com base no número de parâmetros, sendo habitualmente sugerido um número entre 5 a 10 sujeitos por parâmetro (Fabrigar *et al.*, 1999), procede-se ao agrupamento de vários itens que passam a constituir uma variável observada ou *parcela*.

O agrupamento dos itens em parcelas possibilita a estimação de um modelo com menor número de parâmetros e, conseqüentemente, o encontro de índices de ajustamento com maior estabilidade, bem como a redução de viés no cálculo dos parâmetros que estruturam o modelo encontrado através da Análise Factorial Confirmatória (Bagozzi & Edwards, 1998). Nas situações em que *não* se recorre ao método de parcelamento é aconselhável que as variáveis saturem no factor com um valor mínimo de 0.60, ao passo que a utilização das parcelas estabelece o valor de 0.50 como mínimo para a saturação (Steiger, 1990).

Nos momentos finais de apresentação e validação de cada um dos instrumentos utilizados faremos uma caracterização da amostra, tendo por base as dimensões avaliativas destes instrumentos.

VI. 3. 1. A Participação Comunitária:

Questionário das Experiência de Participação – QEP

(Ferreira & Menezes, 2001)

VI. 3. 1. 1. Descrição.

Este questionário destina-se a avaliar a qualidade desenvolvimental das experiências subjectivas de participação em contextos associativos e noutras estruturas da sociedade civil.

Da primeira parte do QEP constam itens que se referem ao tipo de associações em que os sujeitos possam, eventualmente, ter participado, designadamente: (i) *associações de estudantes ou de trabalhadores*; (ii) *partidos políticos ou juventudes partidárias*; (iii) *movimentos sociais reivindicativos ou de solidariedade social*; (iv) *grupos ou associações juvenis, religiosas, desportivas ou recreativas*. As opções de resposta são, para estes itens, “nunca”, “apenas pontualmente”, “menos de 6 meses” e “mais de 6 meses”. Pede-se

Capítulo VI

também à pessoa que indique, de entre estes tipos de associações, em qual delas considera ter tido a experiência de participação mais importante.

Na segunda parte, o sujeito avalia, tendo por base essa experiência de participação mais importante, o seu grau de envolvimento associativo, numa escala de 1 a 7 (1 = "*pouco activamente envolvido(a)*" e 7 = "*muito activamente envolvido(a)*").

Seguem-se, nesta segunda parte, dois grupos de questões. O primeiro grupo diz respeito às oportunidades que os sujeitos tiveram de realizar as seguintes actividades: *procurar informação em livros, nos média ou junto de pessoas mais experientes; participar em protestos, festas, reuniões, debates, tomadas públicas de posição...; organizar ou gerir uma equipa responsável por este tipo de actividades e tomar decisões (individualmente ou em grupo)*. Este primeiro grupo de questões avalia, então, as oportunidades de envolvimento activo em situações reais por parte do sujeito, traduzindo uma dimensão de "acção" subjacente às experiências de participação comunitária.

O segundo grupo de questões avalia com que frequência a pessoa sentiu que *havia diferentes pontos de vista, havia reflexão e eram analisados estes pontos de vista, as opiniões originavam novas formas de ver as questões, eram abordados problemas reais do seu quotidiano ou a participação era muito importante para si como pessoa*. Deste modo são analisadas as oportunidades para a partilha e para a confrontação de perspectivas, o que traduz uma dimensão de "reflexão" desenvolvida nos contextos de envolvimento político do sujeito.

Dividindo as respostas a estas duas dimensões – acção e reflexão – em "altos" e "baixos" valores (tomando por base a média), é possível encontrar três categorias de resultados referentes à qualidade das experiências:

- (1) "*baixa participação*" (sujeitos com baixos valores na acção e na reflexão);
- (2) "*participação desequilibrada*" (sujeitos com baixos valores na acção e altos valores na reflexão ou sujeitos com altos valores na acção e baixos valores na reflexão);
- (3) "*alta participação*" (sujeitos com altos valores na acção e na reflexão).

VI. 3. 1. 2. Adaptação

Uma vez que a versão original do QEP é portuguesa, não foi necessário proceder nem à reflexão falada, nem à tradução deste questionário. As alterações introduzidas na versão original para adaptação à amostra deste estudo consistiram em acrescentar ao tipo de associações a opção “*associações de defesa dos direitos lésbicos e gays*” (que na versão deste estudo constituem o primeiro item) e utilizar distintamente substantivos femininos e masculinos em função de se tratar, respectivamente, da “versão para mulheres” ou da versão “para homens”.

VI. 3. 1. 3. Validação.

Para a análise da qualidade psicométrica do QEP foram considerados, como logicamente se compreende, apenas os sujeitos que na primeira parte cotaram as questões relativas à colaboração em associações com respostas nas opções “apenas pontualmente”, “menos de 6 meses” e “mais de 6 meses” (não se considerando, portanto, os que responderam “nunca”). Foi critério adicional para a validação deste instrumento integrar apenas os sujeitos que na segunda parte cotaram as respostas com valores entre 1 e 7 (não se considerando, assim, os sujeitos que cotaram com zero – *i.e.*, “nunca” – as respostas relativas aos itens da “acção” ou da “reflexão”). A amostra total para validação do QEP resulta num efectivo de **332 sujeitos**.

■ Análise do Poder Discriminativo dos Itens

Para nenhum dos 10 itens constitutivos da escala se verifica uma concentração particularmente elevada de respostas. Acrescenta-se que, para a generalidade dos itens, a maioria das respostas são cotadas com o valor 3, 4 ou 5 da escala, não havendo por isso concentrações elevadas em valores extremos. Esta análise traduz, portanto, um bom poder discriminativo dos itens que integram a versão do QEP utilizada neste estudo.

■ Análise Factorial Confirmatória

Para o QEP não foi necessário recorrer ao método de parcelamento, uma vez que número de sujeitos da amostra é suficiente para os parâmetros calculados para esta escala.

A **Figura VI. 1.** representa graficamente a análise factorial confirmatória do QEP, avaliando a estrutura factorial deste instrumento com base nas dimensões da “acção” e da “reflexão”. Os itens que aparecem representados na figura são, portanto, relativos à segunda parte do QEP.

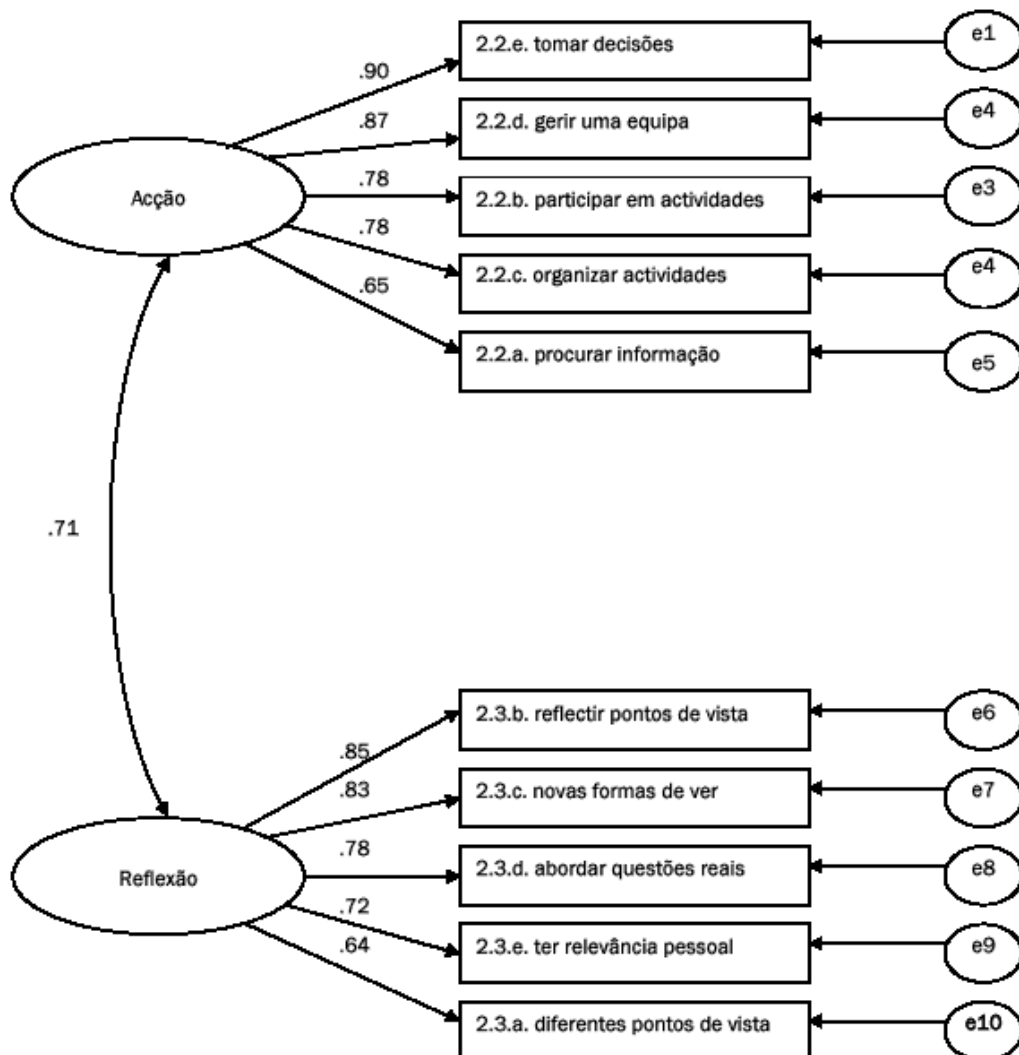


Figura VI. 1. Representação Gráfica da Análise Factorial Confirmatória do QEP

Tanto os itens da dimensão “acção” quanto os da dimensão “reflexão” apresentam valores de saturação satisfatórios, variando entre 0.64 e 0.90. Salienta-se, no que se refere à “acção”, os valores de saturação particularmente elevados dos itens “organizar actividades” e “organizar ou gerir uma equipa encarregue da organização de actividades”. Na dimensão “reflexão” são sobretudo altos os valores de saturação dos itens que avaliam a possibilidade de “analisar e reflectir sobre diferentes pontos de vista”, de se originarem “novas formas de ver as questões” e a “abordagem de problemas reais e/ou do quotidiano”.

Na **Tabela VI. 7.** são apresentados índices de ajustamento (bem como o valor do teste de qui-quadrado) para o QEP.

SBS - χ^2 (gl) = 144.11 (28)		$p = .001$
Índices de Ajustamento	Valores de Critério	Valores Encontrados
CFI	Superior a 0.90	0.932
GFI	O mais próximo de 1	0.984
ACFI	O mais próximo de 1	0.973
RMSEA	Inferior a 0.06	0.052

Tabela VI. 7. Teste de Qui-Quadrado e índices de Ajustamento para o QEP

Todos os índices de ajustamento têm valores adequados, donde se conclui que os dados da amostra se ajustam satisfatoriamente ao modelo teórico.

■ Consistência Interna

Da **Tabela VI. 8.** constam os valores do *alpha* de Cronbach da escala Acção e da escala Reflexão do QEP. Como pode observar-se na tabela, este questionário revela valores de consistência interna satisfatórios no âmbito do nosso estudo.

	<i>alpha</i> de Cronbach
Escala Acção (5 itens)	0.90
Escala Reflexão (5 itens)	0.79

Tabela VI. 8. Consistência Interna do QEP

■ Correlações entre as Dimensões

Para avaliar a correlação entre as escalas do QEP utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson (Tabela VI. 9.).

	Acção	Reflexão
Acção	1	
Reflexão	.619**	1
Nota: ** $p < 0.01$		

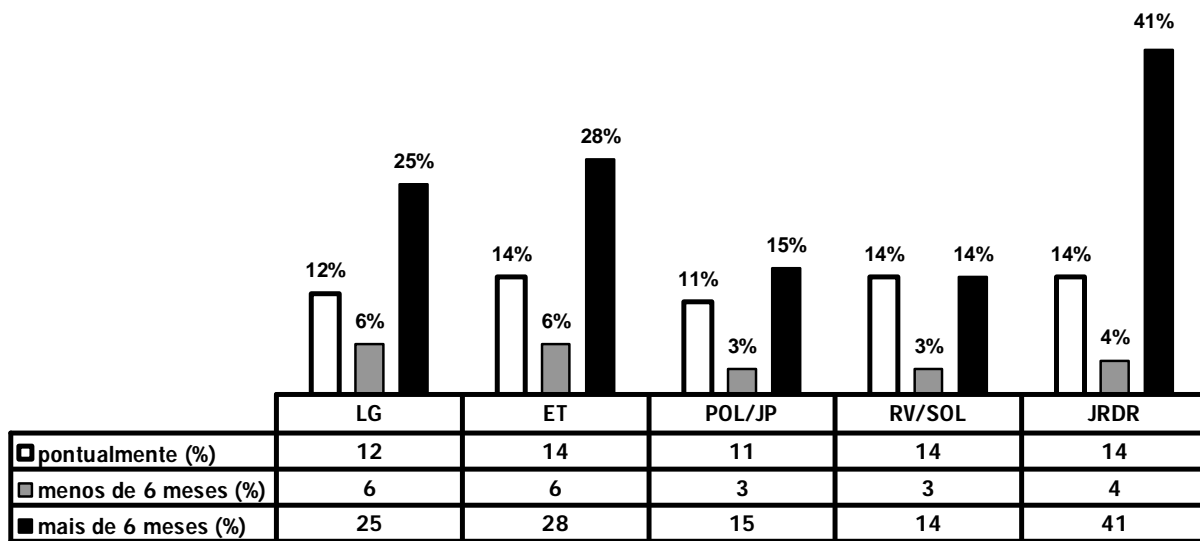
Tabela VI. 9. Correlação bivariada de Pearson entre as escalas do QEP

Como se verifica, é elevado e muito significativo o valor de correlação entre as sub-escalas do QEP.

Em suma, todos os indicadores utilizados para validação do QEP permitem concluir que este apresenta boas qualidades psicométricas, assim se corroborando a pertinência da sua utilização no âmbito do presente estudo empírico.

VI. 3. 1. 4. Caracterização amostral relativa às dimensões ao QEP

Para a primeira parte do QEP, foram analisadas as respostas relativas ao tipo de associações às quais os sujeitos estiveram ligados e/ou nas quais colaboraram. O **Gráfico VI. 7.** representa a distribuição percentual dos resultados relativos aos sujeitos que responderam “apenas pontualmente”, “menos de 6 meses” ou “mais de 6 meses” nesta questão (n = 332).

**Legenda:**

LG – associações lésbicas e gays; **ET** – associações de estudantes ou trabalhadores; **POL/JP** – partidos políticos ou juventudes partidárias; **RV/SOL** – movimentos sociais reivindicativos ou de solidariedade social; **JRDR** – grupos ou associações juvenis, religiosas, desportivas ou recreativas.

Gráfico VI. 7. Colaboração em diferentes tipos de associações.

Verifica-se que para todos os tipos de associações a maior percentagem dos inquiridos indica uma colaboração de “mais de 6 meses” e que é a grupos ou associações juvenis, religiosas, desportivas ou recreativas que o mais elevado número de sujeitos afirma (também na categoria “mais de 6 meses”) ter estado alguma vez ligado.

Outro aspecto importante prende-se com o facto de para todos estes tipos de contextos associativos a menor percentagem de respostas ser relativa à categoria “menos de 6 meses”: deste modo, é mais frequente uma colaboração “pontual” ou superior a 6 meses do que a permanência inferior a 6 meses nestes contextos.

No que se refere, especificamente, às associações de defesa dos direitos das lésbicas e dos gays, constatamos ser relativamente elevada a percentagem de inquiridos que diz ter nelas colaborado alguma vez ou a elas ter estado ligado (uma percentagem bastante similar à que se encontra para associações de estudantes ou trabalhadores). Quando contabilizada a percentagem total de sujeitos nas três categorias temporais de resposta, constatamos que quase metade dos respondentes (43%; n= 142) tiveram colaboração nestas associações.

Capítulo VI

Outro dado resultante da análise da primeira parte do QEP complementa de modo relevante a leitura das experiências de participação **nas associações gays e lésbicas**, por indicar que é nestas associações que (em percentagens similares às que se encontram para os grupos ou associações juvenis, religiosas, desportivas ou recreativas) **as pessoas consideram ter tido a experiência “mais importante”** (Tabela VI. 10).

Tipo de Associações	Sujeitos que aí consideram ter tido a experiência mais importante
JRDR	34%
LG	31%
ET	17%
VER/SOL	10%
POL/ JP	8%

Tabela VI. 10. Experiência de participação “mais importante” e Tipos de Associações

Refira-se ainda que entre os sujeitos que disseram ter colaborado nos diferentes tipos de associações são mais os que dizem ter estado *“muito activamente envolvidos”* (42%) do que os que referem ter estado *“pouco activamente envolvidos”* (25%) nestes contextos (independentemente do tempo de colaboração).

Para a segunda parte do QEP apresentamos as médias e desvios-padrão de resposta às dimensões “acção” e “reflexão”, considerando o total de sujeitos com experiência nos diferentes tipos de associações especificando valores para os sujeitos com participação nas “associações gays e lésbicas” (Tabela VI. 11.).

	M (DP)	
	Total de sujeitos com experiência de participação (n= 332)	Apenas sujeitos com participação nas “Associações LG” (n = 142)
Escala ACÇÃO	4.17 (1.43)	4.16 (1.40)
Escala REFLEXÃO	4.44 (1.16)	4.32 (1.06)

Tabela VI. 11. Médias e desvios-padrão do QEP

Como pode observar-se na tabela, são bastante similares as médias e os desvios-padrão das sub-escalas do QEP quando se compara a totalidade da amostra com experiências de participação e os sujeitos com participação nas “associações gays e lésbicas”. O valor médio de cotação na escala Reflexão é ligeiramente superior ao de cotação na escala Acção.

Na **Tabela VI. 12.** estão indicadas as distribuições percentuais de sujeitos nas categorias da qualidade – “baixa”, “desequilibrada” e “alta” – de participação, distinguindo também o total de sujeitos com experiências de participação e os sujeitos com participação, especificamente, em “associações gays e lésbicas”. Quando consideradas as experiências de participação nas diferentes associações apresentadas na primeira parte do QEP, verificamos que as três categorias (baixa, alta e desequilibrada) se equiparam em valores percentuais de distribuição amostral. Quando considerada apenas a participação em “associações LG”, quase metade dos sujeitos com experiência de envolvimento nestas associações avalia a sua participação como de “alta” qualidade, valor percentual seguido pelo dos que avaliam como de qualidade “desequilibrada”, sendo a “baixa” qualidade a categoria com menor percentagem de sujeitos.

Sujeitos com...	Total de sujeitos com experiência de participação (n= 332)	Apenas sujeitos com participação nas “Associações LG” (n = 142)
... baixa qualidade de participação	38% (n= 126)	24% (n= 34)
... qualidade desequilibrada de participação	29% (n= 96)	30% (n= 42)
.... alta qualidade de participação	33% (110)	46% (n= 66)

Tabela VI. 12. Distribuição amostral em função das categorias de participação.

VI. 3. 2. O Apoio Social:

Perceived Acceptance Scale – PAS

(Brock, Sarason, Sanghvi & Gurung, 1998)

VI. 3. 2. 1. Descrição.

Para avaliação do apoio social foi utilizado o PAS, uma medida papel e lápis que avalia a percepção de apoio social relativamente a quatro tipos de agentes relacionais: a família (globalmente considerada), o pai, a mãe e os amigos. O PAS é originalmente composto por 44 itens, sendo que as dimensões “família” e “amigos” integram, cada uma delas, 12 itens e as dimensões “pai” e “mãe” integram, também cada uma, 10 itens, cotados numa escala de *Likert* com 5 pontos (1= “discordo totalmente”, 5 =concordo totalmente”).

As razões que presidem à utilização deste instrumento para avaliação do apoio social neste estudo prendem-se (i) com o facto de o mesmo avaliar a *percepção* de suporte por parte dos sujeitos, tendo-se dito anteriormente que a investigação revela que este tipo de suporte se relaciona mais fortemente com o bem-estar psicológico de indivíduos socialmente discriminados e (ii) com a possibilidade de se calcular valores que se reportam diferenciadamente ao suporte globalmente percebido e ao suporte percebido em relação à família, aos pais e aos amigos. No estudo de validação preliminar do PAS (Brock *et al.*, 1999) é salientado que embora o valor de correlação entre as dimensões “família” e “amigos” sejam significativo, os valores mais elevados de correlação se estabelecem entre as dimensões “mãe” e “pai” e entre estas e a dimensão “família”. O PAS demonstra também, neste estudo de validação preliminar, elevados valores de correlação com medidas que avaliam dimensões de ajustamento psicológico como a solidão, a competência social, a auto-estima e o optimismo.

VI. 3. 2. 2. Adaptação.

Neste estudo estabelecemos, por comparação à versão original, uma maior amplitude de valores de cotação, tendo-se assim usado uma escala de *Likert* de 7 pontos (1 =“discordo totalmente”, 7=“concordo totalmente”) com o propósito de obter resultados mais diferenciados e com vista a evitar a tendência central das respostas. Os valores de cotação

dos instrumentos que virão a ser posteriormente descritos obedecem à mesma regra, de molde a uniformizar as escalas e, assim, a facilitar o processo de resposta.

■ Reflexão Falada dos Itens

Para a reflexão falada do PAS foi apresentada uma tradução literal dos itens da escala original a 3 homens e 4 mulheres. Estabelecemos o nível de escolaridade como critério de heterogeneidade amostral complementar ao sexo (2 sujeitos com escolaridade básica, 2 com escolaridade ao nível do ensino secundário e 2 com frequência universitária). As idades variaram entre os 18 e os 37 anos.

Os sujeitos consideraram os itens como fáceis na leitura e na compreensão e como bons ilustradores das relações interpessoais com os diferentes agentes relacionais (família, núcleos parentais e amigos). Disseram também ser pertinente, em sua opinião, manter expressões como *“por vezes”* (*“sometimes”*) ou *“em geral”* (*“generally”*) para descrever estas trocas relacionais. Salienta-se que a generalidade dos sujeitos discordou com a utilização de aspas em alguns dos itens que lhes foram apresentados - tal como constam da versão original (e.g., item 20: *“my father is always there for me when I need him”*) - por tornarem mais difícil a compreensão dos mesmos itens.

■ Tradução para a Língua Portuguesa

Procedemos à tradução dos itens para Português, mantendo a sua formulação original. Os itens traduzidos foram depois sujeitos à realização falada e revistos com base nesta reflexão, sendo a única alteração a registar a eliminação das aspas nos casos em que estas constam dos itens originais

VI. 3. 2. 3. Validação.

Para análise da qualidade psicométrica deste instrumento foram consideradas as respostas dadas por **484 sujeitos** à totalidade dos itens que o compõem. O número de sujeitos para validação do PAS é, portanto, maior que o efectivo da amostra a que as restantes análises estatísticas recorrem ($n = 400$ - i.e., apenas os respondentes que se auto-identificaram como homossexuais).

■ Análise do Poder Discriminativo dos Itens

Apenas para os itens 13 (*"posso sempre contar com os meus amigos"*) e 29 (*"sinto que sou posta(o) à margem do meu grupo de amigos"*) se verifica uma concentração moderadamente elevada de respostas, respectivamente, no valor 7 (57% dos sujeitos "concorda totalmente" do conteúdo do item 13) e no valor 1 (53% dos sujeitos "discorda totalmente" do conteúdo do item 29). Considerando que estes itens fazem menção a aspectos vulgarmente aceites sobre as relações de amizade, é compreensível esta concentração de respostas.

Uma vez que os restantes itens apresentam valores de cotação distribuídos pelos 7 pontos da escala e considerando que não é demasiado elevada a percentagem de concentração de respostas nos dois itens antes mencionados, a versão do PAS adaptada a este estudo revela ser composta por itens com poder discriminativo apropriado.

■ Análise Factorial Confirmatória

Tendo em conta o número de parâmetros subjacentes à realização desta análise e o insuficiente tamanho da amostra para poder atribuir um número suficiente de sujeitos por parâmetro, houve necessidade de recorrer ao método de parcelamento. Realizámos análises da consistência interna (coeficiente *alpha* de Cronbach) de itens com conteúdos semânticos aproximados entre si e pertencentes a uma mesma dimensão do PAS ("família", "pai", "mãe" ou "amigos") para, então, criar as parcelas. É recomendado que cada parcela seja constituída por um mínimo de três itens e que apresente valores de consistência interna acima de 0.50 (Pett *et al.*, 2003). A **Tabela VI. 13.** apresenta as parcelas originadas para cada dimensão do PAS, as respectivas designações e os itens que as compõem (com o valor do *alpha* de Cronbach), bem como os núcleos semânticos que dão sentido ao agrupamento dos itens nessas parcelas⁶.

Na **Figura VI. 2.** está representado o modelo final encontrado para o PAS através da Análise Factorial Confirmatória. .

⁶ As designações que criámos para as parcelas tentam ser breves e elucidativas do núcleo semântico que lhes corresponde, assumindo-se assim uma relativa liberdade na criação de tais designações.

Dimensão	Parcelas: Designação e Itens (α de Cronbach)	Núcleo Semântico
FAMÍLIA (total: 12 itens)	"Responsiva" Itens: 19, 23, 31 ($\alpha = 0.72$)	Capacidade de atender às necessidades da pessoa, de com esta se preocupar e de lhe manifestar afecto
	"Segura" Itens: 3, 7, 27, 35 ($\alpha = 0.63$)	Concordância face às decisões da pessoa, transmissão de confiança e de compreensão
	"Integrante" Itens: 11, 15, 41, 42 ($\alpha = 0.74$)	Integração e valorização da pessoa no círculo familiar
PAI (total: 10 itens)	"Suportivo" Itens: 4, 8, 32 ($\alpha = 0.62$)	Capacidade de aprovar as decisões do(a) filho(a), de não o(a) desiludir e de não manifestar severidade
	"Amparante" Itens: 12, 20, 24, 28 ($\alpha = 0.78$)	Amparo do(a) filho(a), estando presente, revelando-lhe amor e sensibilidade às suas necessidades
	"Aceitante" Itens: 16, 36, 40 ($\alpha = 0.77$)	Constituir-se como uma figura de confiança, não ferido os sentimentos do(a) filho(a) e transmitindo-lhe confiança
MÃE (total: 10 itens)	"Aprovadora" Itens: 2, 26, 30 ($\alpha = 0.80$)	Capacidade de aprovar as decisões do(a) filho(a), de não o(a) desiludir e de não manifestar severidade
	"Suportiva" Itens: 6, 10, 14, 18 ($\alpha = 0.84$)	Amparo do(a) filho(a), estando presente, revelando-lhe amor e sensibilidade às suas necessidades
	"Aceitante" Itens: 22, 34, 38 ($\alpha = 0.78$)	Constituir-se como uma figura de confiança, não ferido os sentimentos do(a) filho(a) e transmitindo-lhe confiança
AMIGOS (total: 12 itens)	"Presentes" Itens: 9, 17, 25, 44 ($\alpha = 0.71$)	Manifestação de preocupação com dificuldades da pessoa, de sensibilidade face às suas necessidades e de aprovação das suas decisões
	"Respeitantes" Itens: 21, 29, 33 ($\alpha = 0.74$)	Respeito pela pessoa, tendo em conta as suas opiniões e não a excluindo
	"Valorizantes" Itens: 1, 37, 43 ($\alpha = 0.62$)	Capacidade de valorizar a pessoa, de a compreender e de respeitar as suas opiniões

Tabela VI. 13. Parcelas do PAS

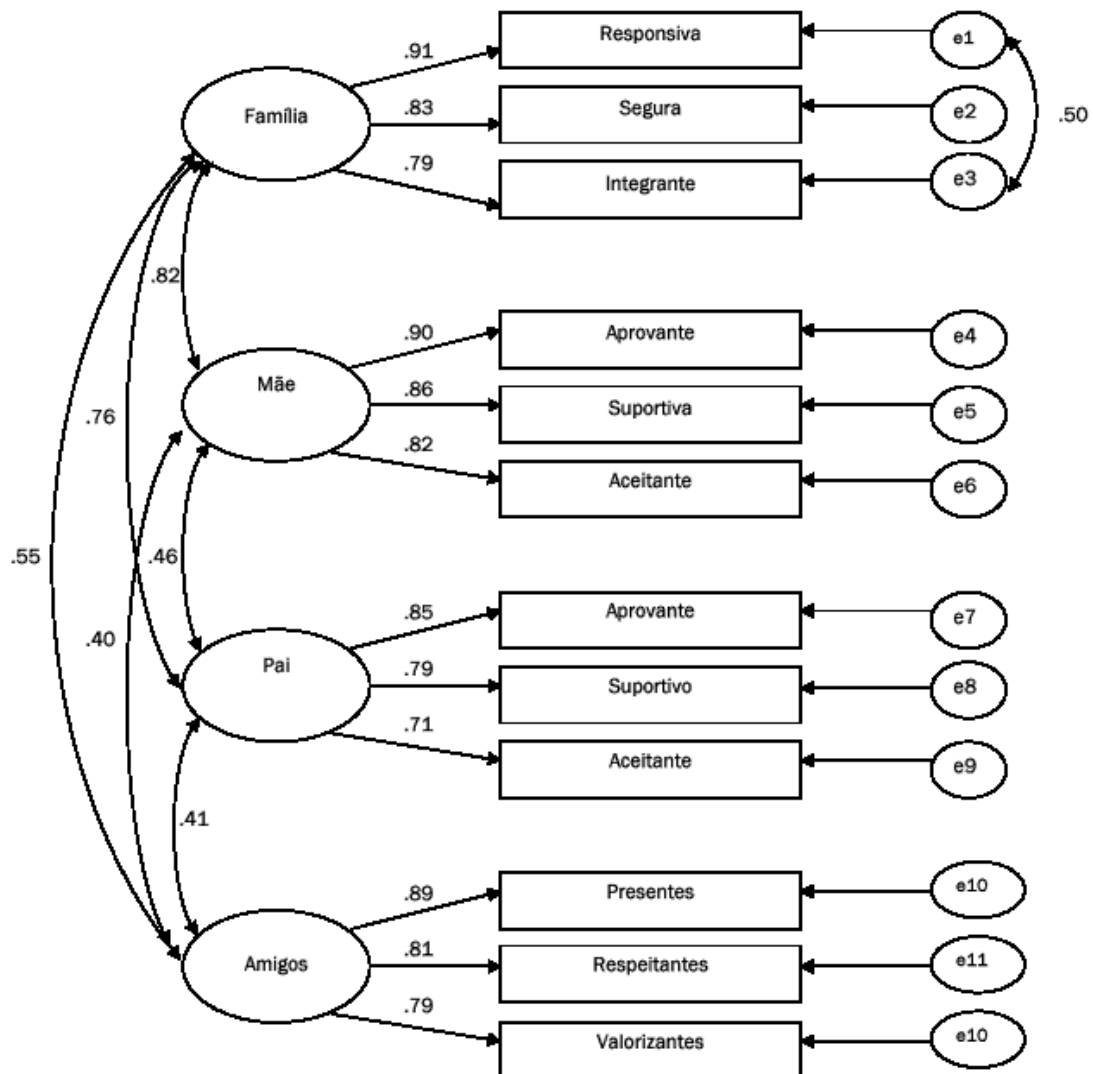


Figura VI. 2. Representação Gráfica da Análise Factorial Confirmatória do PAS

Como se pode observar na figura, são elevadas as saturações de todas as parcelas em cada uma das dimensões do PAS (com valores que variam entre 0.79 e 0.91), revelando estas parcelas satisfatórios índices de consistência interna (*alpha* de Cronbach).

SBS - χ^2 (gl) = 109.32 (66)		$p = .001$
Índices de Ajustamento	Valores de Critério	Valores Encontrados
CFI	Superior a 0.90	0.862
GFI	O mais próximo de 1	0.978
ACFI	O mais próximo de 1	0.991
RMSEA	Inferior a 0.06	0.024

Tabela VI. 14. Teste de Qui-Quadrado e índices de Ajustamento para o PAS

Ainda que o valor encontrado para o CFI seja ligeiramente inferior ao valor de critério, os restantes índices apresentam valores satisfatórios o que, complementado pela indicação de “admissibilidade” na solução final da análise estatística realizada, nos leva a aceitar que os dados se ajustam ao modelo teórico do apoio social.

■ Consistência Interna

Na **Tabela VI. 14.** apresentamos os valores do *alpha* de Cronbach para as escalas (*Família*, *Mãe*, *Pai* e *Amigos*) do PAS. São também apresentados nesta tabela os valores de consistência interna referidos no estudo de validação preliminar do PAS. Como se pode verificar, este instrumento demonstra, no âmbito do nosso estudo, bons índices de consistência interna.

	<i>alpha</i> de Cronbach	
	(A)	(B)
Escalas		
Família (12 itens: <u>3</u> , 7, 11, <u>15</u> , <u>19</u> , 23, 27, 31, 35, <u>39</u> , <u>41</u> , <u>42</u>)	0.90	0.92
Mãe (10 itens: <u>2</u> , 6, 10, 14, <u>18</u> , 22, <u>26</u> , <u>30</u> , 34, 38)	0.92	0.94
Pai (10 itens: <u>4</u> , <u>8</u> , <u>12</u> , 16, 20, 24, 28, <u>32</u> , 36, 40)	0.91	0.93
Amigos (12 itens: 1, <u>5</u> , 9, 13, 17, <u>21</u> , 25, <u>29</u> , <u>33</u> , <u>37</u> , <u>43</u> , 44)	0.88	0.80

Notas:

Os sublinhados reportam-se aos itens de cotação invertida(A) valores do *alpha* neste estudo; (B) valores do *alpha* no estudo de validação preliminar (Brock *et al.*, 1998)

Tabela VI. 14. Teste de Qui-Quadrado e índices de Ajustamento para o PAS

■ Correlações entre as Dimensões

São apresentadas seguidamente as correlações entre as dimensões do PAS (**Tabela VI. 15**).

	Família	Mãe	Pai	Amigos
Família	1			
Mãe	.704**	1		
Pai	.614**	.407**	1	
Amigos	.498**	.358**	.343**	1

Nota: ** $p < 0.01$

Tabela VI. 15. Correlações bivariadas de Pearson entre as dimensões do PAS

Apresentando, na sua totalidade, valores elevados de significância estatística, as correlações entre as dimensões são sobretudo fortes entre a “mãe” e a “família” e entre o “pai” e a “família”, sendo menor o valor de correlação quando se analisa (i) a associação entre a “mãe” e o “pai” e (ii) o valor de correlação dos “amigos” com as restantes sub-escalas. Deste modo, o PAS avalia o suporte percebido de modo adequado aos propósitos do presente estudo, tendo em linha de conta que “amigos”, “pai”, “mãe” e “família” são dimensões distintas do suporte, ainda que correlacionadas significativamente entre si.

Conclui-se, assim, que todos indicadores da validade interna do PAS permitem assegurar que este instrumento é ajustado ao presente estudo empírico.

VI. 3. 2. 4. Caracterização amostral relativa às dimensões ao PAS.

As médias e desvios-padrão das sub-escalas do PAS são apresentadas na **Tabela IV. 16**, com vista a obter uma caracterização primária dos valores atribuídos pelos sujeitos do estudo a cada uma das dimensões do apoio social percebido. Nesta tabela são também referidas as médias para os valores médios de cotação na escala total.

	Família	Pai	Mãe	Amigos	Escala Total
M (DP)	4.76 (1.32)	4.22 (2.46)	5.34 (1.05)	6.25 (1.35)	4.86 (2.42)

Tabela VI. 16. Médias e Desvios-Padrão das dimensões do PAS

O que se salienta nestes dados são os mais altos valores de cotação média para a “mãe” e para os “amigos”. Estes mostram-se, portanto, como os agentes relativamente aos quais os sujeitos deste estudo, globalmente considerados, percebem o mais elevado suporte. O “pai” revela-se como o agente a quem são atribuídos, em média, os valores mais baixos de percepção de suporte social de entre os agentes relacionais que integram o suporte percebido avaliado com recurso ao PAS.

VI. 3. 3. O Desenvolvimento da Identidade Homossexual:

Lesbian Identity Questionnaire / Gay Identity Questionnaire – LIQ/GIQ

(Fassinger, 2000)

VI. 3. 3. 1. Descrição.

Fassinger & McCarn (1991) realizaram um estudo com vista ao desenvolvimento de uma medida que permitisse operacionalizar as fases de desenvolvimento das identidades lésbica e gay, tal como descritas pelo modelo teórico que propõem. Neste estudo, é utilizada uma metodologia *Q-Sort* numa amostra de 38 mulheres identificadas como lésbicas⁷. Foi brevemente explicado às participantes a distinção teórica entre os ramos individual e grupal e as fases de desenvolvimento da identidade homossexual pedindo-lhes, de seguida, que lessem frases inscritas em cartões versando os diferentes aspectos desenvolvimentais que integram os ramos e as fases. Cada participante classificou os cartões com base numa ordem cronológica que se lhes afigurasse capaz de descrever o percurso da sua experiência pessoal como lésbica e, num momento posterior, com base no que lhes pareceu ser adequado às dimensões pessoais e grupais de ser homossexual. Fassinger e Miller (1996)

⁷ O principal objectivo desta metodologia é o de encontrar um conjunto de factores que descrevam, segundo os indivíduos que constituem as amostras dos estudos que recorrem ao *Q-Sort*, um modelo teórico especificado pelos seus autores. Como refere Fabbraro (1995), “a intenção deste procedimento é estabelecer factores comuns nas ou entre pessoas, em vez de factores comuns nos ou entre testes” (p. 145), sendo que as interpretações dos resultados encontrados através desta metodologia “são derivadas, necessariamente, dos significados políticos, sociais e culturais específicos de cada contexto e, portanto, de cada participante” (Goldman, 1991, p. 352).

Capítulo VI

apresentam um estudo com a mesma metodologia e os mesmos propósitos que o precedente, numa amostra de 34 homens homossexuais.

Ambos os estudos demonstram a existência de uma elevada percentagem de concordância entre as fases e ramos do modelo teórico apresentado aos sujeitos e o modo como estes distribuem os itens que lhes são apresentados. Assim, e no que diz respeito aos ramos do modelo, as duas dimensões (individual e grupal) do desenvolvimento das identidades lésbica e gay são claramente distinguidas pelos sujeitos destes estudos, ainda que os resultados revelem uma maior percentagem de concordâncias (variando entre 78% e 92%) nos itens referentes ao ramo individual do que nos itens relativos ao ramo grupal (com percentagens que variam entre 54% e 76%). Fassinger e Miller (1996) entendem que estes resultados se devem ao facto de haver uma desigualdade, detectada entre os participantes dos estudos, na acessibilidade que os indivíduos têm a grupos de “iguais” (*i.e.*, amigos homossexuais e/ou organizações de defesa dos direitos homossexuais).

Também no que respeita às fases desenvolvimentais e à sequência que estas descrevem é constatável uma alta percentagem de concordâncias entre as respostas dos participantes e o modelo teórico (com valores que variam entre 76% e 90%), sendo todavia de referir que a primeira e a última fases (“consciência” e “internalização”/“síntese”) são aquelas em que se verificam as mais altas percentagens (quando comparadas com as fases intermédias – *i.e.*, “exploração” e “aprofundamento/compromisso”).

Um aspecto a destacar nos resultados destes estudos é que *não* se verificam diferenças significativas nas percentagens de concordância que mulheres e homens revelam na distribuição dos itens pelas fases e pelos ramos da identidade homossexual, o que indica que o modelo é ajustável tanto a lésbicas como a gays.

Com base nos estudos acima sistematizados, Fassinger e seus colaboradores criaram o *Lesbian Identity Questionnaire* (LIQ) e o *Gay Identity Questionnaire* (GIQ), uma medida de tipo papel e lápis, composta por 40 itens com valores de cotação numa escala de *Likert* de sete pontos (1 = “discordo totalmente”, 7 = “concordo totalmente”). Estes itens são distribuídos pelas quatro fases e pelos dois ramos de desenvolvimento da identidade homossexual (com 5 itens para cada uma das fases e 5 itens para cada um dos ramos). Os conteúdos semânticos apenas diferem no género do substantivo, pelo que o LIQ e o GIQ integram um conjunto equivalente de questões.

Cada sujeito dá resposta aos itens das diferentes fases de desenvolvimento, sendo que as análises recorrem, assim, a uma avaliação retrospectiva do desenvolvimento identitário de cada sujeito – *i.e.*, considerando o valor que cada sujeito atribui aos itens de cada uma das fases e dos ramos para caracterização do seu percurso pessoal enquanto lésbica ou gay. Não se encontra, portanto, um valor único que caracterize uma única fase ou um único ramo em que a pessoa se encontra mas, em vez disso, são calculados valores que indicam o grau diferencial de identificação da pessoa com estes ramos e fases (mais altos valores correspondem a mais forte identificação).

O interesse maior de utilização do LIQ/GIQ no contexto do presente prende-se com a indissolubilidade entre o desenvolvimento individual das identidades lésbica e gay e a partilha de significados e experiências com “iguais” num contexto de discriminação social progressivamente mais consciencializado e integrado. Em virtude desta indissolubilidade, serão considerados globalmente os itens dos dois ramos para avaliar o grau de identificação com a fase de desenvolvimento da identidade homossexual.

O facto de, como vimos, o modelo teórico que sustenta este instrumento não postular a participação política de lésbicas ou gays como imprescindível indicador desenvolvimental – e, por decorrência, o facto de não centrar os conteúdos dos itens nessa participação - foi uma razão adicional para a utilização do LIQ/GIQ neste trabalho. Com isto se torna possível que a dimensão da identidade gay e lésbica e dimensão das experiências de participação sejam variáveis do desenvolvimento avaliadas com recurso a medidas distintas.

VI. 3. 3. 2. Adaptação.

No quadro deste estudo empírico, o LIQ/GIQ assume-se como um instrumento com particular relevância, tendo em conta as dimensões da identidade gay e lésbica que avalia. A centralidade desta medida de avaliação para a compreensão dos fenómenos em estudo implicou, por isso, especiais cuidados na sua adaptação.

A realização de focos-grupos para validação do modelo teórico subjacente ao instrumento constituiu o primeiro momento, de intenção fundamentalmente exploratória, do processo de adaptação. A tradução do LIQ/GIQ foi também mais exigente do que no caso dos restantes instrumentos. A versão original dos questionários foi-nos fornecida, via *e-mail*,

Capítulo VI

pela sua autora (Fassinger, 2000), que nos recomendou a utilização de uma versão revista e recente do LIQ e que nos autorizou a introdução das modificações que entendêssemos pertinentes para a realização do estudo.

■ Focos-Grupos

Realizámos três sessões de focos-grupos entre Maio e Junho de 2002, com três grupos diferenciados: um grupo de homens auto-identificados como gays (n=6), um grupo de mulheres auto-identificadas como lésbicas (n=5) e um grupo misto, de pessoas auto-identificadas como gays e lésbicas (n=7).

As idades (compreendidas entre os 16 e os 38 anos), o sexo, a escolaridade (ensinos básico, secundário e superior) e a participação associativa (*i.e.*, existência vs. inexistência de experiências de participação em associações LGBT no percurso individual) foram os critérios de diferenciação inter-sujeitos. Justifica-se a utilização da metodologia dos focos-grupos por ser recorrentemente considerada como privilegiada “na análise dos fenómenos sobre os quais pouco se conhece, especialmente nos casos em que a investigação se focaliza em temáticas relacionadas com minorias” (Morrow, 2000, p. 167)⁸.

Com base no modelo teórico proposto por Fassinger e seus colaboradores (Fassinger & Miller, 1996; McCarn & Fassinger, 1996), elaborámos um guião de entrevista estruturado em grupos nucleares de tópicos que serviram de base à discussão focalizada nos três grupos: (a) as principais evoluções percepcionadas em relação à “diferença” sexual (b) os processos de negociação relacional catalizados por esta “diferença” e (c) a relevância atribuída pelos sujeitos ao grupo de “iguais”, podendo este grupo ser relativo a outros gays e outras lésbicas (que conhecessem e/ou com quem se relacionam) e/ou relativo às organizações não-governamentais de defesa dos direitos LGBT.

A análise das produções discursivas geradas nestes grupos revela que os sujeitos descrevem, na generalidade, os seus percursos pessoais como precocemente marcados por um sentido de “diferença” em relação à sua orientação sexual e como trajectórias

⁸ Para um conhecimento mais amplo das intenções meta-teóricas dos focos-grupos e das vantagens por estes oferecidas à análise culturalmente enquadrada das vivências subjectivas e/ou grupais de discriminação social, *vide*, e.g., Canales & Peinado (1995); Hughes & Dumont, 1993; Krueger (1988).

desenvolvimentais caracterizadas por modificações nas trocas relacionais em virtude da revelação da sua homossexualidade. A consciência de “iguais”, a importância progressivamente maior que estes “iguais” foram tendo para a percepção consolidada de si como gay ou lésbica e as dificuldades em negociar a sua homossexualidade com os pais são aspectos mais recorrentemente verbalizados no que respeita às evoluções sentidas no “caminho da diferença” e às trocas relacionais. Os amigos figuram, para todos os sujeitos, como agentes relacionais de grande importância para a vivência da própria homossexualidade, independentemente de serem amigos homossexuais ou não-homossexuais.

Tanto para os sujeitos que têm experiências de participação associativa (n=10) quanto para os que não têm (n=8) é de reconhecida importância a existência das associações LGBT como espaços onde as pessoas podem encontrar “iguais” e para com estes partilharem experiências relacionadas com a discriminação social. Os participantes reconhecem, em sentido complementar, que estas associações se têm constituído como colectividades que fizeram emergir no contexto português um conjunto de preocupações relacionadas com a reivindicação e com o reconhecimento dos direitos dos sexualmente “diferentes”. Mesmo para os sujeitos que consideraram não ser importante desenvolverem actividades no espaço destas associações, a perspectiva é consensualmente a de que sem o seu aparecimento a “homossexualidade” não teria visibilidade e não poderia, por isso, ser uma causa de mobilização social e política.

Em termos sintéticos, estes dados dão a perceber a adequação do modelo teórico às experiências relatadas pelos participantes destes focos-grupos. Aliás, houve o cuidado de lhes explicar sucintamente nos momentos finais de cada sessão os principais elementos descritivos das fases e dos ramos do modelo, questionando-se sobre a inteligibilidade do modelo e sobre as possíveis relações com as suas experiências de vida. Os participantes consideraram as quatro fases do modelo pertinentes para a descrição das vivências relacionadas com as identidades de gays e lésbicas e, em particular, dos significados assumidos pela sua (homo)sexualidade e pela discriminação social sobre esta exercida no contexto da negociação com outros significativos.

■ Reflexão Falada dos Itens e Tradução para a Língua Portuguesa

Foi apresentada uma tradução literal da versão original do LIQ a 5 homens auto-identificados como gays e 5 mulheres auto-identificadas como lésbicas. Os critérios para a diferenciação dos sujeitos que reflectiram sobre os itens foram a idade (variando entre os 19 e os 43 anos), o sexo e o nível de escolaridade (ensino básico, secundário e superior). As reflexões faladas foram depois analisadas cuidadosamente, tendo-se sistematizado as concordâncias e discordâncias comuns entre os sujeitos a respeito de cada item.

Os conteúdos dos itens originais foram alterados em função desta sistematização, o que deu origem a uma versão sobre a qual se procedeu à retroversão para inglês com auxílio de uma especialista nesta língua⁹. Comparando as semelhanças e as diferenças entre a versão original e a versão retrovertida elaborou-se a versão do final do LIQ/GIQ usada neste estudo. As questões que integram esta versão final do LIQ e do GIQ são semelhantes no conteúdo, apenas diferindo em relação ao género dos substantivos (e.g., item 12 - *“só agora vou tomando consciência que me sinto diferente de outros homens”*, *“só agora vou tomando consciência que me sinto diferente de outras mulheres”*).

Na **Tabela VI. 17.** são apresentados exemplos dos itens na sua versão original (LIQ) e na versão deste estudo, neste último caso alternado exemplos do LIQ com exemplos do GIQ. São também incluídos exemplos de verbalizações da reflexão falada correspondentes aos itens constantes da tabela e com indicação do sexo e da idade do sujeito.

⁹ Dirigimos um especial agradecimento à Professora Doutora Ana Luísa Amaral pela ajuda prestada neste processo de retroversão.

Fase I. Consciência
<p>item 9, original. <i>I am just beginning to recognize that the way I feel about women may mean something</i></p> <p>item 9, neste estudo (LIQ). <i>Só agora começo a tomar consciência de que o que sinto pelas mulheres pode querer dizer alguma coisa</i></p> <p>ex. verbal. – “esta frase tem a ver com alguém que durante muito tempo só tinha uma visão do mundo como se ele só pudesse ser heterossexual e que começou a descobrir que afinal alguma coisa pode ser sentida de mais especial por outras pessoa do seu sexo” [Mulher, 24 anos]</p>
Fase II – Exploração
<p>item 16, original. <i>Recently, I have realized that I have been conditioned to view lesbians/ gays negatively</i></p> <p>item 16, neste estudo (GIQ). <i>Recentemente, tenho tomado consciência de que estava condicionada a encarar negativamente os gays e as lésbicas</i></p> <p>ex. verbal. – “quando se lê isto, percebe-se aquilo porque todos nós, homossexuais, passamos num momento qualquer da nossa vida, que é a incapacidade de percebermos o quanto fazemos mal a nós, porque fazemos mal às pessoas que são tudo aquilo que queremos, mas nem sempre podemos, ser” [Homem, 32 anos]</p>
Fase III. Aprofundamento / Compromisso
<p>item 7, original. <i>I have reached the point where I clearly feel more intimate sexually and emotionally with women than men</i></p> <p>item 19, neste estudo (LIQ). <i>Estou numa fase recente da minha vida em que me sinto emocionalmente e sexualmente mais próxima das mulheres do que dos homens</i></p> <p>ex. verbal. – “este é o momento das nossas vidas em que, se calhar, se encontra o modo mais bonito de ser lésbica, porque as outras mulheres têm o que desejamos que tenham: ou seja, que nos atraíam mas, mais do que isso, que nos façam perceber que é com elas que queremos estabelecer uma relação de amor” [Mulher, 36 anos]</p>
Fase III – Internalização / Síntese
<p>item 38, original. <i>I have reached the point where I fell deeply fulfilled in my relationships with women</i></p> <p>item 38, neste estudo (GIQ). <i>Estou numa fase da minha vida em que me sinto completamente realizado nas relações que estabeleço com os homens</i></p> <p>ex. verbal. – “quando se chega a esta capacidade, tudo o que há a conseguir está conseguido: ou seja, somos o que somos, não somos nem mais nem menos do que o que os outros podem ser, o que faz com que cada um de nós se complete como pessoa, e não se complete só como gay” [Homem, 27 anos]</p>

Tabela VI. 17. Itens originais e traduzidos do PAS e exemplos da reflexão falada

VI. 3. 3. Validação.

Para a validação deste questionário a amostra foi de **400 sujeitos** (constituída, portanto, apenas pelos inquiridos que se auto-identificaram como lésbicas ou como gays).

■ Análise do Poder Discriminativo dos Itens

Concentrações elevadas de respostas em valores elevados (com percentagens variando entre 74% e 79%) são verificáveis para os itens 24 (*consciência recente da atracção por pessoas do mesmo sexo*), 29 (*dificuldade em imaginar espaços com homossexuais*) e 39 (*consciência recente de que nem toda a gente é heterossexual*). Para estes itens, relativos à primeira fase de desenvolvimento da identidade homossexual ("consciência"), os sujeitos tendem a "discordar totalmente" das afirmações.

Percebe-se que, sendo estes itens relativos a uma fase primeira do desenvolvimento das identidades lésbica e gay, caracterizada por uma consciência ainda muito difusa de si enquanto sexualmente "diferente", a maior parte dos sujeitos discorde destes itens. Considerando, contudo, que o processo de cotação de respostas ao LIQ/GIQ tem em conta os valores distintamente apresentados por cada sujeito na avaliação dos seus níveis de identificação com cada uma das fases, estes itens são mantidos na versão deste questionário integrada no presente estudo empírico.

■ Análise Factorial Confirmatória

O número de parâmetros subjacentes à realização desta análise obrigou, também para o LIQ/GIQ, a recorrer ao método de parcelamento. Mais uma vez, foram calculados os valores do coeficiente *alpha* de Cronbach de itens com conteúdos semânticos aproximados com vista à elaboração das parcelas.

Da **Tabela VI. 18.** constam as parcelas de cada fase do desenvolvimento da identidade homossexual, suas designações e os itens que as compõem (com o valor do *alpha* de Cronbach), bem como os respectivos núcleos semânticos.

A **Figura VI. 3.** representa o modelo final encontrado para o GIQ/LIQ através da Análise Factorial Confirmatória.

Fase	Parcelas: Designação e Itens (α de Cronbach)	Núcleo semântico dos itens
I. <i>Consciência</i> (total: 10 itens)	"Questionar Norma" Itens: 8, 26, 39 ($\alpha = 0.69$)	Questionamento de si como "diferente" e consciência de que a "norma heterossexual" não esgota as possibilidades de desejo e atracção sexuais
	"Homo-Atracção" Itens: 9, 24, 31, 33 ($\alpha = 0.81$)	Consciência recente e vaga de atracção sexual pelo mesmo sexo e confusão associada à atracção homossexual
	"Descobrir Iguais" Itens: 15, 29, 37 ($\alpha = 0.59$)	Descoberta da existência de outros(as) homossexuais
II. <i>Exploração</i> (total: 10 itens)	"Interesse Sexual" Itens: 17, 27, 36 ($\alpha = 0.84$)	Consciência recente do desejo por pessoas do mesmo sexo e questionamento da possibilidade de estar sexualmente com alguém do mesmo sexo
	"Identificar Iguais" Itens: 3, 14, 16, 18 ($\alpha = 0.54$)	Identificação inicial com outros homossexuais
	"Proximidade" Itens: 1, 6, 11 ($\alpha = 0.52$)	Entusiasmo e receio desenvolvidos pela possibilidade (real ou imaginada) de proximidade social e/ou sexual com pessoas do mesmo sexo
III. <i>Aprofundamento/ Compromisso</i> (total: 10 itens)	"Emocionalidade" Itens: 4, 7, 19, 21 ($\alpha = 0.60$)	Intimidade com pessoa(s) do mesmo sexo complementa-se pela necessidade de aprofundamento emocional com esta(s) pessoas
	"Hetero-Recusa" Itens: 5, 20, 22 ($\alpha = 0.52$)	Afastamento consciente da "socialização heterossexual" e revolta com a discriminação sobre lésbicas/gays
	"Libertação" Itens: 12, 28, 32 ($\alpha = 0.58$)	Expressão "livre" de si como gay/lésbica e preferência pelos espaços de socialização homossexual
IV. <i>Internalização/ Síntese</i> (total: 10 itens)	"Eu-Íntimo" Itens: 23, 38, 40 ($\alpha = 0.71$)	Compleitude pessoal possibilitada pela realização íntima/amorosa com pessoas do mesmo sexo
	"Hetero-Conforto" Itens: 10, 13, 35 ($\alpha = 0.63$)	Relacionamento social não-desconfortável com heterossexuais sem anulação do sentido de si como homossexual
	"Integração" Itens: 2, 25, 30, 34 ($\alpha = 0.65$)	Manutenção de um sentido pessoal gratificante da identidade sexual e expressão desta em diferentes contextos, contando com apoio quer de heterossexuais, quer dos "iguais"

Tabela VI. 18. Parcelas do LIQ/GIQ.

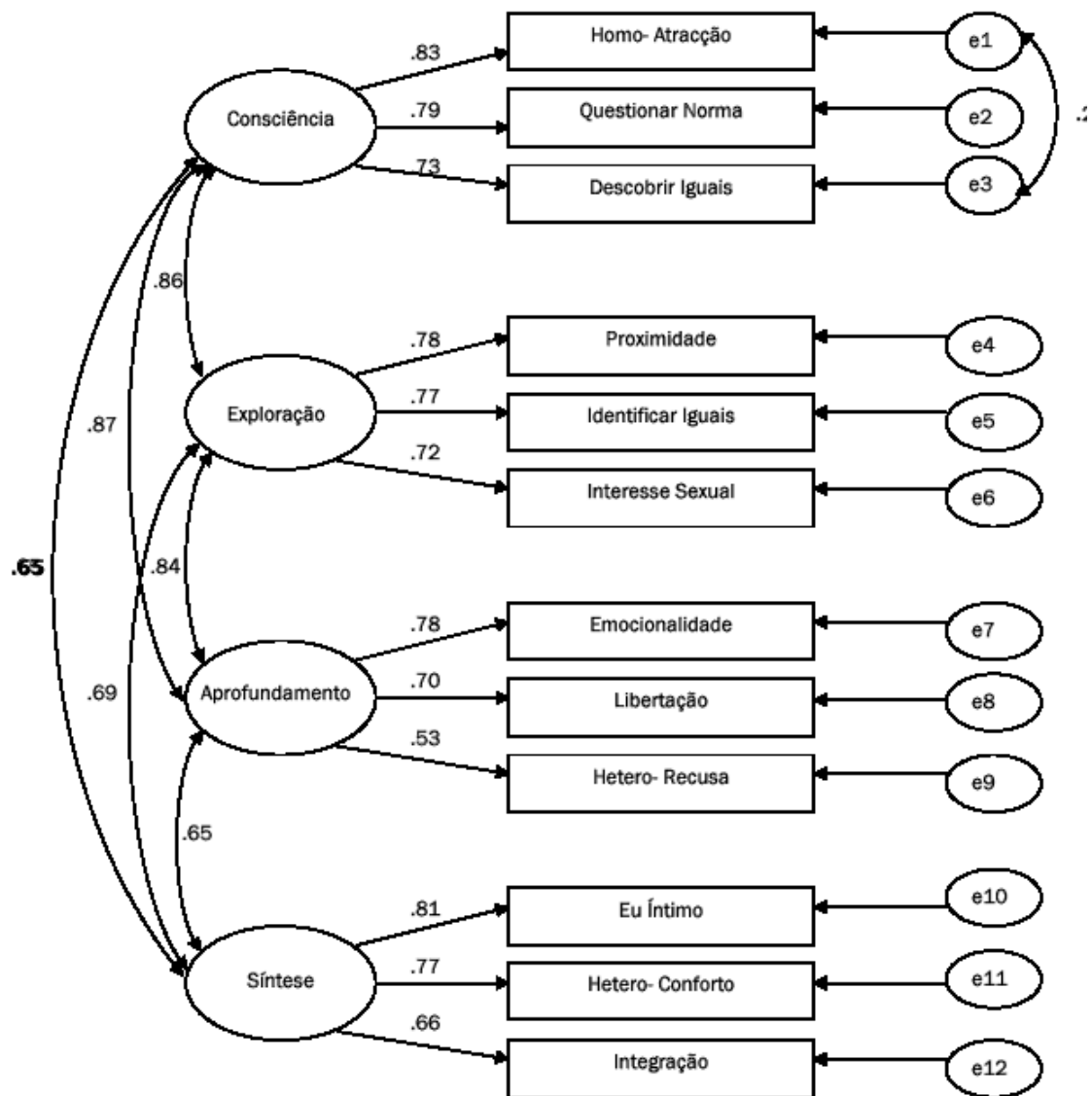


Figura VI. 3. Representação Gráfica da Análise Factorial Confirmatória do LIQ/GIQ

Os índices de ajustamento são, como se apresenta na **Tabela VI. 19.**, satisfatórios, o que reforça a adequação dos dados ao modelo teórico usado para avaliação do desenvolvimento da identidade homossexual.

SBS - χ^2 (gl) = 102.34 (52)		$p = .001$
Índices de Ajustamento	Valores de Critério	Valores Encontrados
CFI	Superior a 0.90	0.962
GFI	O mais próximo de 1	0.981
ACFI	O mais próximo de 1	0.971
RMSEA	Inferior a 0.06	0.042

Tabela VI. 19. Teste de Qui-Quadrado e índices de Ajustamento para o LIQ/GIQ

■ Consistência Interna

Tal como pode consultar-se na **Tabela VI. 20.**, os valores de consistência interna para cada fase de desenvolvimento da identidade homossexual são satisfatórios.

Os valores relativamente mais reduzidos da segunda e da terceira fase (por comparação aos da primeira e da quarta) vão ao encontro dos dados apresentados pelos autores da escala a respeito da distinção entre as quatro fases: também no nosso estudo, os itens que se reportam ao “despontar” inicial de um sentido de si como (sexualmente) “diferente” e os que dizem respeito à integração complexificada deste sentido na identidade pessoal traduzem afirmações mais consistentes e distinguíveis entre si do que os itens relativos às fases intermédias de desenvolvimento da identidade gay e lésbica.

	<i>alpha</i> de Cronbach
Escalas (10 itens por fase)	
Fase I - <i>consciência</i> (itens: 8, 9, 15, 24, 26, 29, 31, 33, 37, 39)	0.84
Fase II – <i>exploração</i> (itens: 1, 3, 6, 11, 14, 16, 17, 18, 27, 36)	0.72
Fase III – <i>aprofundamento/compromisso</i> (itens: 4, 5, 7, 12, 19, 20, 21, 22, 28, 32)	0.74
Fase IV – <i>internalização/síntese</i> (itens: 2, 10, 13, 23, 25, 30, 34, 35, 38, 40)	0.83

Tabela VI. 20. Consistência interna do LIQ/GIQ

■ Correlações entre as Dimensões

Os valores das correlações bivariadas de Pearson entre as fases de desenvolvimento da identidade homossexual são expostos na **Tabela VI. 21**.

	Consciência	Exploração	Aprofundamento	Síntese
Consciência	1			
Exploração	.860**	1		
Aprofundamento	.740**	.775**	1	
Síntese	.690**	.653**	.651**	1

Nota: ** $p < 0.01$

Tabela VI. 21. Correlações bivariadas de Pearson entre as dimensões do LIQ/GIQ

Sendo estatisticamente significativas as correlações entre todas as fases que caracterizam a identidade homossexual, constata-se um grau decrescente de associação entre os momentos desenvolvimentais que vão caracterizando a reconstrução de si enquanto gay ou lésbica. Como seria desejável, a primeira fase apresenta valores de correlação sucessivamente menores com as fases seguintes e, inversamente, a última fase demonstra valores de correlação progressivamente menores com as fases precedentes, assim se distinguindo no LIQ/GIQ (tal como foi validado neste estudo) os diferentes momentos da construção de um sentido pessoal da “diferença” sexual.

Os procedimentos utilizados para avaliação da qualidade psicométrica do LIQ/GIQ e os resultados desta avaliação atestam a adequabilidade deste instrumento ao estudo empírico.

VI. 3. 3. 4. Caracterização amostral relativa ao LIQ/GIQ.

As médias e desvios-padrão das dimensões do LIQ/GIQ constam da **Tabela IV. 22**. Com base nestes valores, pode obter-se uma caracterização inicial da amostra relativamente à identidade homossexual, atendendo aos valores médios atribuídos pelos inquiridos a cada uma das fases.

	Consciência	Exploração	Aprofundamento	Síntese
M (DP)	1.88 (1.05)	2.43 (1.12)	3.97 (1.13)	5.03 (1.13)

Tabela VI. 22. Médias e Desvios-Padrão das dimensões do LIQ/GIQ

Os valores de cotação vão sendo crescentes para cada uma das fases, sendo muito reduzidos para a primeira fase e elevados para a última. Desta forma, é com as fases inicial e final do desenvolvimento da identidade lésbica e gay que as pessoas da amostra revelam, respectivamente, menor e maior identificação.

VI. 3. 4. O Desenvolvimento da Identidade:

Ego Identity Process Questionnaire - EIPQ

(Balistreri, Busch-Rossnagel & Geisinger, 1995)

VI. 3. 4. 1. Descrição.

Este questionário apresenta-se como uma medida objectiva do desenvolvimento da identidade do ego, de tipo papel e lápis, tendo por base o modelo dos estatutos de identidade (Marcia, 1986) e permitindo a cotação dos itens em escores contínuos numa escala de *Likert* de 6 pontos (1= "*discordo totalmente*", 6 = "*concordo totalmente*"). Os autores do EIPQ referem duas vantagens principais da utilização deste instrumento, quando comparado com outras medidas objectivas utilizadas para avaliação do desenvolvimento da

Capítulo VI

identidade¹⁰. Uma destas vantagens é a de não reproduzir o viés androcêntrico que, como já se disse, caracteriza frequentemente estas medidas, ao que se vem juntar a vantagem do EIPQ distinguir os processos de *exploração* e de *investimento* ao possibilitar cotações separadas para cada uma destas dimensões processuais.

O EIPQ é composto por 32 itens, que se distribuem pelas duas dimensões processuais (exploração/investimento) e pelos dois domínios a que as medidas de avaliação da identidade votam especial interesse: o interpessoal e o ideológico. Cada um destes domínios é suportado por quatro áreas existenciais: religião, profissão, política e valores pessoais, no que respeita ao ideológico; amizade, namoro, papéis sexuais e família no que concerne ao interpessoal. Na **Tabela VI. 23.** expõem-se exemplos dos itens originais para cada uma destas áreas, por domínio e por dimensão processual.

	Domínios
Áreas	Ideológico
Religião	Exploração (+). Item 3. <i>I have considered adopting different kinds of religious beliefs.</i>
Profissão	Exploração (-). Item 30. <i>I have never questioned my occupational aspirations.</i>
Política	Compromisso (+). item 7. <i>I will always vote for the same political party.</i>
Valores Pessoais	Compromisso (-). item 29. <i>I am not sure that the values I hold are right for me.</i>
	Interpessoal
Amizade	Exploração (+). item 27. <i>I have had many experiences that led me to review the qualities that I would like my friends to have.</i>
Papéis Sexuais	Exploração (-). item 6. <i>My ideas about men's and women's roles have never changed as I became older.</i>
Namoro	Compromisso (+). item 32. <i>My ideas about dating are firmly held.</i>
Família	Compromisso (-). item 31. <i>The extent to which I value my family is likely to change in the future.</i>
Nota: A ausência e a presença de <i>exploração</i> ou de <i>investimento</i> estão representadas, por (+) e (-).	

Tabela VI. 23. Exemplos dos itens originais do EIP

Por ser uma medida *derivada* de avaliação do desenvolvimento identitário, este instrumento permite determinar os estatutos de identidade a partir da divisão dos valores de

¹⁰ Concretamente, os autores reportam-se a duas destas medidas: o OM-EIS – *Objective Measure of Ego Identity Status* (Adams, Shea & Finch, 1979) e o E-OMEIS - *Extended Objective Measure of Ego Identity Status* (Grotevant & Cooper, 1981). A respeito da adaptação ao contexto português da versão mais recente do E-OMEIS, vide. Matos, Barbosa e Costa (2000).

resposta acima e abaixo da mediana em cada uma das dimensões processuais: sujeitos acima da mediana nas duas dimensões são classificados como *integrados*, ao contrário dos sujeitos com valores abaixo da mediana nas duas dimensões, classificados como *difusos*. Os dois outros estatutos são resultantes de valor acima da mediana numa dimensão e abaixo da mediana na outra dimensão: sujeitos com valores de resposta acima da mediana na exploração e abaixo no investimento são *moratórios*, abaixo da mediana na exploração e acima no investimento são *outorgados*.

No estudo de validação preliminar do EIPQ (Balistreri *et al.*, 1995), os valores de consistência interna detectados para as dimensões exploração e investimento são, respectivamente, de 0.75 e 0.76. Os autores não encontram diferenças de género na classificação dos estatutos da identidade e salientam que as respostas dadas aos itens que integram a dimensão investimento revelam maior desejabilidade social do que os da dimensão *exploração*.

VI. 3. 4. 2. Adaptação.

■ Reflexão Falada dos Itens e Tradução para a Língua Portuguesa

A reflexão falada dos itens realizada com 5 sujeitos (2 homens e 3 mulheres) de idades compreendidas entre os 16 e os 42 anos e aos quais foi apresentada uma versão traduzida do EIPQ revelou que, na generalidade, os conteúdos semânticos eram claros, ainda que estes sujeitos tivessem referido que alguns dos itens não retratavam a sua experiência pessoal.

Outra das menções dos sujeitos foi relativa ao facto de expressões constantes deste instrumento como "*definitivamente...*", "*nunca...*", "*firmemente...*" ou "*sempre...*", denotarem uma intenção demasiado "rígida" ou "categórica" na descrição das várias áreas existenciais da identidade. Por este motivo foram modificados os conteúdos semânticos dos itens, acrescentando-lhes expressões capazes de "moderarem" estas afirmações (e.g., "*acho que...*", "*penso que...*", "*à partida, acredito que...*").

■ Elaboração de uma Escala de Homofobia Internalizada

Sem pretender construir uma medida complexa de Homofobia Internalizada, quisemos contudo que esta dimensão do desenvolvimento da identidade gay e lésbica constituísse um indicador operacional no presente estudo empírico. A relevância assumida pela homofobia internalizada no percurso dos sexualmente “diferentes” e a sua relação com outras variáveis do desenvolvimento psicológico (aspectos explorados na parte teórica desta dissertação), foram razões justificativas da inclusão destes indicadores no estudo¹¹.

Neste sentido, optámos por acrescentar à versão original do EIPQ três itens que focassem sumariamente a homofobia internalizada, tomando por base a perspetivação dos sujeitos sobre as relações amorosas com parceiros(as) do mesmo sexo. Pensámos que ao serem integrados neste instrumento, estes itens não se apresentariam potencialmente tão “ameaçantes” ou “estranhos” para os inquiridos.

Os três itens de homofobia internalizada foram elaborados seguindo a mesma lógica dos itens do EIPQ e espaçadamente distribuídos neste questionário da seguinte maneira:

Item 11. *“à partida, acredito que uma relação entre duas pessoas do mesmo sexo pode durar” (item hi 1);*

Item 22. *“à partida, acredito que duas pessoas do mesmo sexo podem ter uma relação de namoro em que se apoiam uma à outra” (item hi 2);*

Item 33. *“à partida, acredito que uma relação entre duas pessoas do mesmo sexo pode trazer segurança emocional” (item hi 3).*

A versão do EIPQ utilizada neste estudo resulta, assim, num total de 35 itens (os 32 originais e os 3 acrescentados para avaliação da homofobia internalizada), com cotação de respostas numa escala de *Likert* de 7 pontos (1 = “discordo totalmente”; 7 = “concordo totalmente”). Assume-se, neste estudo, que **quanto maior o valor de concordância** com o conteúdo dos itens da homofobia internalizada que estritamente tomam por referência a

¹¹ Desejamos, portanto, analisar a “homofobia internalizada” como variável complementar aos restantes aspectos do desenvolvimento da identidade homossexual contemplados na presente investigação e sem ambicionar uma análise mais incisiva e exaustiva da “desvalorização de si como homossexual” que ultrapassaria os propósitos das nossas análises.

perspectivação das relações amorosas homossexuais, **menos presente estará para estes sujeitos uma desvalorização de si como lésbica ou gay.**

VI. 3. 4. 3. Validação.

432 sujeitos deram resposta a todos os itens do EIPQ, sendo portanto esta a amostra utilizada para a sua validação. Faz-se notar que a análise da qualidade psicométrica foi elaborada separadamente para os 32 itens da escala e para os 3 itens de homofobia internalizada, o mesmo sucedendo nas análises estatísticas que posteriormente apresentaremos com recurso ao EIPQ.

■ Análise do Poder Discriminativo dos Itens

Para nenhum dos 32 itens que compõem a escala se verifica a existência de concentrações de resposta superiores a 50%. Deve aliás referir-se que, na generalidade dos itens, a distribuição percentual de respostas é bastante similar em cada uma das 7 alternativas de resposta, sendo portanto de concluir que este instrumento apresenta um bom poder discriminativo dos itens que o compõem.

Também para os itens da homofobia internalizada, as respostas são distribuídas uniformemente pelas opções de cotação.

■ Análise Factorial Confirmatória

Foi relativamente a este instrumento que a análise factorial confirmatória se revelou, comparativamente às que anteriormente descrevemos, mais complexa e dificultada. O número de parâmetros calculados para a realização desta análise obrigava, em princípio, à utilização de parcelas. Contudo, várias tentativas de encontrar agrupamentos semânticos dos itens que mantivessem a escala fiel aos propósitos conceptuais e que revelassem um valor satisfatório dos respectivos *alphas* de Cronbach foram ensaiadas, sem sucesso.

Optou-se, então, por ir fazendo ajustamentos progressivos com base nos índices de modificação, de forma a encontrar saturações razoáveis (*i.e.*, com valor de correlação superior a 0.30) dos itens isoladamente nas duas dimensões (exploração e investimento). A solução final encontrada para validação desta escala é a que apresentamos na **Figura VI. 4.**

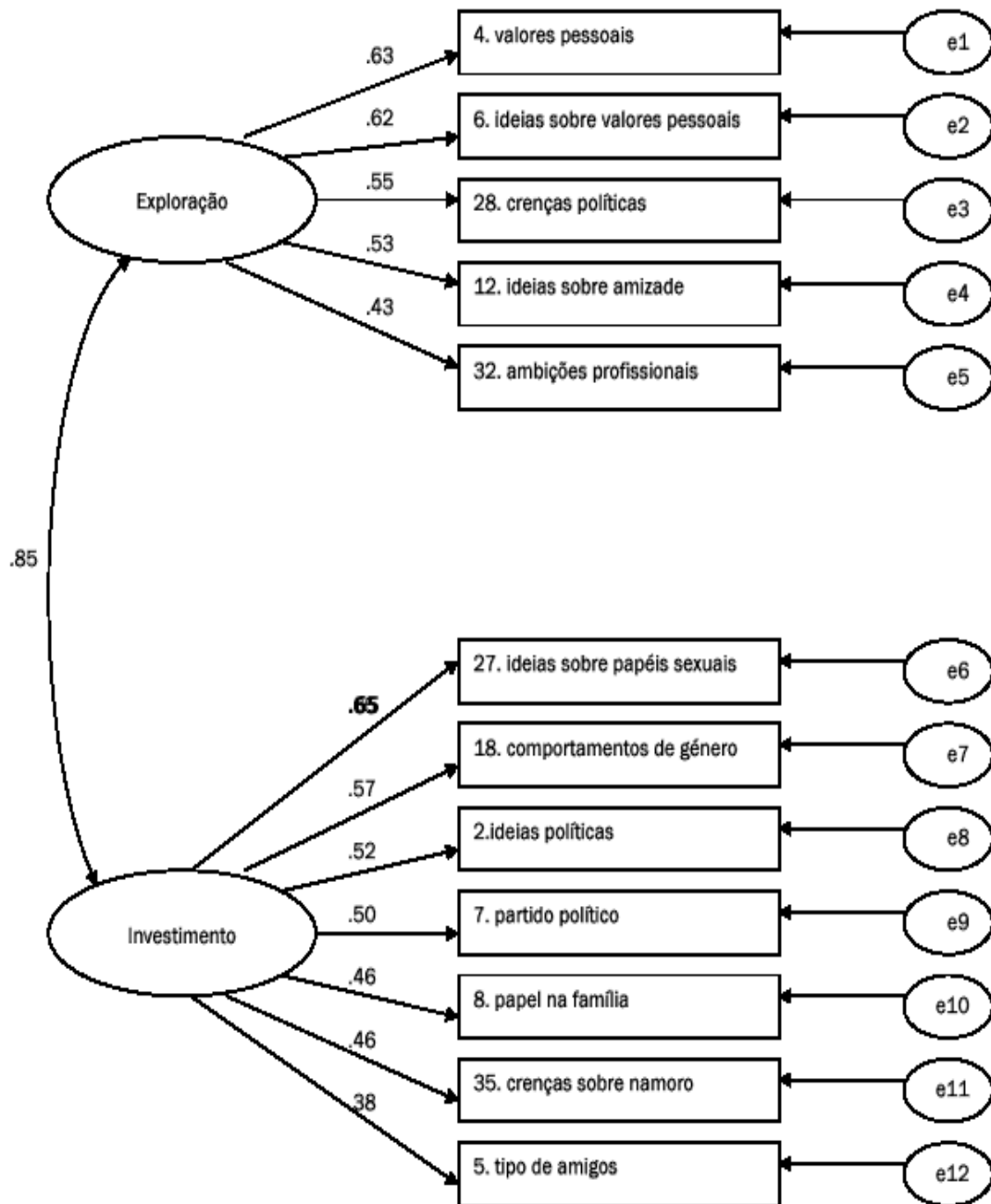


Figura VI. 4. Representação Gráfica da Análise Factorial Confirmatória do EIPQ

Para a exploração são encontrados apenas 5 itens e para o investimento apenas 8 com saturações satisfatórias. Os “valores pessoais” são, de entre os itens da exploração os de mais elevada correlação, ainda que em valores aproximados às “crenças políticas” e às “ideias sobre a amizade”. Ter explorado estas áreas existenciais aparece, assim, como aspecto importante para a construção da identidade.

No que se refere ao investimento, são os “papéis sexuais” e as crenças ou valores “políticos” que mais contribuem para a construção identitária. Não deve contudo esquecer-se que as “relações de namoro” e a “escolha dos amigos” têm, ainda que em valores de saturação mais reduzidos, importância para o investimento.

SBS - χ^2 (gl) = 141.24 (62)		$p = .001$
Índices de Ajustamento	Valores de Critério	Valores Encontrados
CFI	Superior a 0.90	0.997
GFI	O mais próximo de 1	0.992
ACFI	O mais próximo de 1	0.986
RMSEA	Inferior a 0.06	0.545

Tabela VI. 24. Teste de Qui-Quadrado e índices de Ajustamento para o EIPQ

Os índices de ajustamento apresentados na tabela anterior são os que permitiram admitir o ajustamento dos dados ao modelo.

■ Consistência Interna

Na **Tabela VI. 25.** são apresentados os valores de consistência interna das escalas de *exploração* e de *investimento* do EIPQ, verificando-se que estes valores são satisfatórios. Nesta tabela são também incluídos os valores do *alpha* de Cronbach para os três itens de homofobia internalizada, itens apresentam um elevado valor de consistência interna.

	<i>alpha</i> de Cronbach
Exploração (5 itens: <u>4</u> , <u>6</u> , <u>12</u> , 23, <u>28</u>)	0.78
Investimento (8 itens: 2, 5, 7, 8, 18, 27, 35)	0.82
Homofobia Internalizada (hi1 + hi2 + hi3)	0.81
Nota: Os <u>sublinhados</u> reportam-se aos itens de cotação invertida	

Tabela VI. 25. Consistência interna do EIPQ

■ Correlações entre as Dimensões

O valor da correlação bivariada de Pearson entre as escalas *exploração* e *investimento* pode ser consultado na **Tabela VI. 26**. Esta correlação apresenta, como se pode constatar, valores elevados e é estatisticamente muito significativa.

	Exploração	Investimento
Exploração	1	
Investimento	.820**	1
Nota: ** $p < 0.01$		

Tabela VI. 26. Correlação bivariada de Pearson entre as dimensões do EIPQ

Conclui-se salientando que a validação do EIPQ se deparou com dificuldades particulares e que os resultados que posteriormente apresentaremos contam com estas dificuldades.

Ainda assim, os vários indicadores da qualidade psicométrica deste instrumento permitem-nos assegurar a sua adequabilidade ao estudo.

VI. 3. 4. 4. Caracterização amostral relativa ao EIPQ

O valor médio de cotação dos sujeitos deste estudo à escala do *investimento* é ligeiramente superior ao valor médio que se constata para a escala de *exploração* (Tabela VI. 27). Deve lembrar-se que os autores da escala sublinham a possibilidade dos mais altos valores no investimento tenderem a ser resultantes da desejabilidade social que deriva de uma mais fácil identificação dos itens desta dimensão do que a identificação dos itens da exploração, fenómeno que se admite poder acontecer no nosso estudo.

	<i>Exploração</i>	<i>Investimento</i>
M (DP)	5. 42 (1.26)	6.42 (1.32)

Tabela VI. 27 Médias e Desvios-Padrão das dimensões do EIPQ

Na Tabela VI. 28. são apresentadas as médias e desvios-padrão para cada um dos itens da homofobia internalizada, bem como para os três itens quando relacionados. Quer para os itens considerados isoladamente, quer para a relação entre estes, as médias são elevadas, o que traduz uma crença dos sujeitos na possibilidade de construção, durabilidade e apoio mútuo de uma relação amorosa homossexual. Estes dados reforçam o que a caracterização sócio-demográfica revelava já como uma elevada importância atribuída pelos sujeitos deste estudo ao “amor homossexual”, seja este presentemente vivenciado pelos inquiridos, seja ele perspectivado como hipotético (*i.e.*, podendo vir a acontecer nas suas vidas).

	hi 1	hi 2	hi 3	hi1 + hi2 + hi3
M (DP)	6.38 (1.15)	6.60 (0.97)	6.48 (1.05)	6.32 (0.82)

Tabela VI. 28. Médias e Desvios-Padrão dos Itens de Homofobia Internalizada

VII. 4. “Descortinando o virtual”: Diferenças inter-sujeitos nas versões escrita e online.

Atendendo às recomendações relativas às investigações que recorrem à Internet como método de recrutamento, faz ainda sentido apresentar neste capítulo algumas diferenças entre as versões escrita e online dos questionários em função de algumas das características sócio-demográficas da amostra.

A elevada percentagem de sujeitos que participaram neste estudo através da Internet é um motivo complementar para a exploração destas diferenças.

Verifica-se uma diferença estatisticamente significativa na distribuição de respostas a cada uma das versões (escrita vs. online) em função da idade [$\chi^2(3) = 23.96$; $p < 0.001$] e do sexo [$\chi^2(1) = 15.66$; $p < 0.001$]. O Gráfico VI. 8. representa as percentagens de resposta às duas versões segundo as diferentes faixas etárias. Para todas as faixas etárias, é bastante mais elevada a percentagem de sujeitos que respondem à versão online do que de sujeitos que respondem à versão escrita. No entanto, as diferenças mais acentuadas de resposta entre uma e outras das versões é encontrada nas faixas 14-20 anos e 21-30 anos, idades em que o número de respondentes através da Internet é muito mais elevado do que o número de respondentes através da versão escrita.

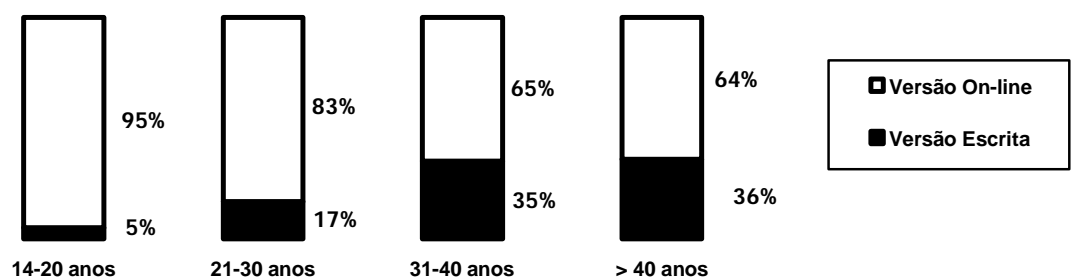


Gráfico VI. 8. Diferenças nas versões dos questionários em função da idade.

No Gráfico VI. 9. estão representadas as percentagens de homens e de mulheres que responderam por escrito e por Internet. Como se constata, a diferença de percentagens entre mulheres que respondem por escrito (11%) e por Internet (21%) é menor do que no caso dos homens, sendo que estes respondem em percentagens muito mais elevadas por Internet (56%) do que por escrito (12%). Se, como vimos em relação à amostra global deste estudo, os homens estão em muito maior número, quando especificamente se testam diferenças de sexo na resposta às versões dos questionários também uma diferença entre homens e mulheres é verificável.

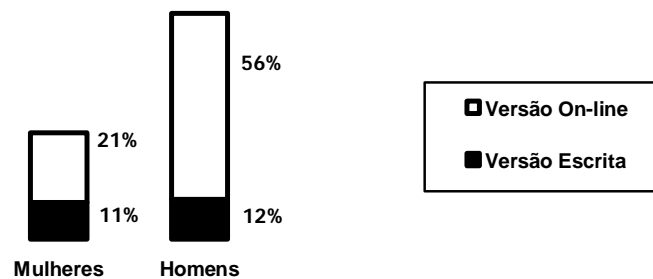


Gráfico VI. 9. Diferenças nas versões dos questionários em função do sexo.

Não são significativas as diferenças entre a versão escrita e a versão online dos questionários nem em função do local onde os sujeitos vivem actualmente [$\chi^2 (3) = 5.18$; $p=0.159$], nem em função de terem ou não amigos [$\chi^2 (1) = 2.36$; $p=0.125$]¹².

Foi testada a importância atribuída aos amigos (com base na questão relativa ao número de amigos que a pessoa considera ter) com recurso a uma análise de variância univariada, verificando-se uma diferença estatisticamente significativa [$F (1, 390) = 9.57$, $p=0.002$] entre a importância que os sujeitos que respondem por escrito e os sujeitos que respondem por Internet dão aos seus amigos. Os sujeitos da versão escrita consideram os seus amigos mais importantes ($M = 6.32$; $DP=1.72$) do que os sujeitos da versão online ($M= 5.22$; $DP = 1.50$).

¹² Esta inexistência de diferenças é compreensível, tendo em conta que, como se verificou, a grande percentagem dos sujeitos deste estudo vivem em grandes centros urbanos.

Capítulo VI

Há também uma diferença estatisticamente significativa na distribuição dos sujeitos que responderam às duas versões (escrita e online) no que se refere à importância atribuída aos amigos homossexuais [$\chi^2(6) = 14.831$; $p=0.022$]: uma maior percentagem de sujeitos que respondem à versão escrita (74%) dá mais importância a estes amigos do que os que respondem na versão online (41%).

Analísámos, ainda, a frequência dos ambientes gay e a importância que lhes é atribuída em função da versão (escrita e online) dos questionários. Não havendo diferenças entre os sujeitos de uma de outra versão no que se refere à importância atribuída a estes espaços [$\chi^2(6) = 7.273$; $p=0.296$], há diferenças na frequência destes ambientes [$\chi^2(1) = 19.112$; $p<0.001$], sendo que os sujeitos que respondem por escrito frequentam mais estes espaços do que os que respondem por Internet.

As implicações destas diferenças inter-sujeitos constatadas entre as versões escrita e a versão online dos questionários serão discutidas, quando tal se mostra pertinente, no capítulo seguinte.

Síntese

Na decorrência das recomendações relativas à realização de investigações com populações socialmente discriminadas e, mais especificamente, com os sexualmente “diferentes”, este capítulo pretendeu fundamentalmente proceder (i) a uma caracterização da amostra e (ii) à apresentação dos instrumentos do estudo empírico.

Destaca-se, desde logo, a Internet como fonte de recrutamento primordial.

As características demográficas traduzem aspectos importantes que este estudo traz para o conhecimento da vivência psicológica das homossexualidades. Estamos na presença de uma amostra constituída por um número muito mais elevado de homens do que de mulheres, de elevado nível sócio-económico e que revela satisfação com a sua “diferença” (sexual). Os sujeitos deste estudo são também, em considerável número, pessoas cuja orientação sexual é conhecida pelos outros significativos, salvaguardando-se que o número de pessoas que “revelou” a sua homossexualidade ao pai é bastante reduzido. Os amigos são referidos como muito importantes para a construção da identidade homossexual e as relações amorosas (vivas e/ou idealizadas) com parceiras(os) do mesmo sexo resultam como dimensão valorizada pelos indivíduos deste estudo para a construção psicológica de si.

No que se refere a esta caracterização sócio-demográfica, deve ainda lembrar-se que os participantes revelam conhecimento das associações LGBT, embora o efectivo de associados seja, no total da amostra, bastante reduzido.

Importante no âmbito desta investigação foi a análise das motivações para a participação comunitária nestes contextos associativos, análise esta que revela serem peculiarmente importantes as possibilidades de partilha das vivências subjectivas com os “iguais” e de ajuda a estes “iguais”, assim como as oportunidades de intervenção social intencionalmente destinada à contribuição para um mundo menos rejeitante da “diferença” (sexual). Os sujeitos com experiências de envolvimento nestas associações reportam terem sido/serem muito importantes estas experiências para o desenvolvimento pessoal da “sua” diferença, verificando-se uma elevada percentagem de sujeitos que avalia tais experiências como de “alta qualidade” desenvolvimental.

Capítulo VI

A adaptação e validação de instrumentos que avaliem o apoio social, a participação comunitária e a (re)construção identitária da “diferença” numa amostra de gays e lésbicas, pretendem ser contributos suplementares do presente estudo empírico. Respeitando a importância recorrentemente referida do recurso à triangulação para promoção da qualidade das investigações com populações socialmente discriminadas, foi necessário o desenvolvimento de esforços heurísticos que conciliassem intenções qualitativas e quantitativas na exploração da adequabilidade dos instrumentos aos sujeitos deste estudo. De tal conciliação resulta que os instrumentos revelam uma boa qualidade psicométrica.

Algumas reservas foram sinalizadas neste capítulo sobre a avaliação da identidade enquanto núcleo do desenvolvimento psicológico com recurso ao instrumento utilizado para essa avaliação. São relevantes e válidas as dimensões que integram a construção da identidade, sem que todavia se possa relevar as precauções inerentes à sua validação metodológica.

As diferenças entre os sujeitos que responderam ao estudo na versão escrita e os sujeitos que responderam na versão online permitiram, ainda, enriquecer o conhecimento sobre a amostra deste estudo.

Analisadas, então, as características da amostra e assegurada a qualidade psicométrica das medidas destinadas à avaliação do desenvolvimento da experiência psicossocial de *ser*, *pertencer* e *participar* enquanto (sexualmente) “diferente” nos contextos da opressão e da discriminação, passaremos à apresentação dos resultados do estudo.

Capítulo VII.

Resultados: Apresentação e Discussão

Neste capítulo apresentamos os resultados do estudo empírico com base em duas Secções. Na **Secção I**, são sistematizadas as diferenças inter-sujeitos no que se refere a diferentes dimensões do estudo: aspectos da vivência homossexual, diferenças nas experiências de participação associativa, no suporte social, na identidade gay e lésbica e na identidade são os focos centrais desta secção. Na **Secção II**, analisa-se a relação entre as dimensões nucleares do estudo (*ser*, *pertencer* e *participar*) com vista a uma compreensão integrada da construção psicológica da identidade homossexual.

As análises estatísticas que permitiram a obtenção dos resultados apresentados nestas duas secções recorreram à análise das distribuições amostrais em função das dimensões que vão sendo avaliadas no estudo (Teste do Qui-Quadrado) e a análises de variância univariadas e multivariadas. Estas análises de variância utilizam sistematicamente o *traço de Pillai* para avaliação do valor de significância dos efeitos testados. A utilização desta estatística justifica-se por ser referida por vários autores (e.g., Iverson & Norpoth, 1987; Turner & Thayer, 2001) como robusta na testagem de efeitos, mesmo quando não se assume a homogeneidade das variâncias.

Através destas análises foi possível, por um lado, testar as hipóteses apresentadas no capítulo do enquadramento do estudo e, por outro, apresentar dados de relevo para o conhecimento aprofundado da realidade vivencial das homossexualidades, com uma intenção fundamentalmente exploratória.

Para cada uma das secções é apresentada uma reflexão-síntese que possibilita, simultaneamente, a sistematização dos resultados mais importantes da investigação empírica e a discussão destes resultados com base nos quadrantes teóricos propostos na primeira parte do nosso trabalho. Apresentamos também nestas reflexões comentários que alguns líderes/representantes de associações LGBT portuguesas teceram ao estudo, auxiliando a leitura crítica dos resultados¹.

¹ A colaboração destes líderes/representantes associativos foi possível através da divulgação de um documento que lhes enviámos por e-mail e no qual foram sistematizados os principais resultados do nosso estudo. Os comentários dos representantes a este documento foram posteriormente sistematizados, sendo que em alguns casos solicitámos alguns esclarecimentos que permitiram especificar estes comentários.

Secção I.

As Homossexualidades: diferenças inter-sujeitos.**VII. 1. Diferenças nas Descobertas da Homossexualidade, nos Amores Homossexuais, na “Revelação” da Homossexualidade, nos Amigos e nos Ambientes.**

■ “Descobertas da homossexualidade”

Foi realizada uma análise de variância multivariada para avaliar o efeito do sexo nas “descobertas da homossexualidade”. Não se encontrou um efeito significativo do sexo na “primeira atracção homossexual” [$F(1,344)=0.222$; *ns*], são encontradas diferenças significativas entre os sexos para as restantes “descobertas da homossexualidade”, com valores de significância mais elevados para a idade do “primeiro sentido” e da “primeira relação amorosa” homossexual, conforme se apresenta na **Tabela VII. 1**.

Idade...	F (1, 344)	p	M	DP
... do primeiro <i>sentido</i> homossexual	7.14	0.008	Mulheres – 18,5	0.09
			Homens – 16,7	1.04
... do primeiro <i>namoro</i> homossexual	4.07	0.044	Mulheres – 20,6	0.42
			Homens – 22.8	0.53
... da primeira <i>relação sexual</i> homossexual	12.78	0.001	Mulheres – 20.1	1.05
			Homens – 17.8	1.03

Tabela VII. 1. Diferenças nas idades da “descoberta homossexual” em função do sexo.

Como se observa na tabela, as mulheres “despontam” mais tardiamente para o sentido de *ser* homossexual. Também mais tardiamente do que os homens têm a *primeira relação sexual homossexual*, o que confirma a **H1**. No que diz respeito ao *primeiro namoro homossexual*, as mulheres apresentam, em média, uma idade inferior à dos homens, iniciando portanto mais cedo do que estes o *namoro* com alguém do mesmo sexo, dado que nos permite confirmar a **H2**.

As diferenças no grau de satisfação com a orientação homossexual em função da idade e do sexo foram avaliadas com recurso a uma análise de variância univariada. Não se

Capítulo VII

verificando um efeito significativo da idade [$F(3,388)=1.66$; ns], verifica-se um efeito significativo do sexo [$F(1,388)=7.23$; $p=0.007$], apresentando as mulheres uma média de satisfação com a sua homossexualidade ($M=6.41$, $DP=0.15$) superior à dos homens ($M=5.85$, $DP=0.08$). Por não se encontrar diferenças de idade no grau de satisfação com a orientação sexual, é rejeitada a **H3**.

Acrescenta-se que a interacção entre o sexo e a idade não é significativa [$F(3,388)=0.281$; ns].

■ “Amores Homossexuais”

Averiguámos as diferenças de distribuição no que se refere à existência actual de uma relação amorosa em função do sexo e da idade. Considerando apenas os sujeitos que dizem estar actualmente numa relação deste tipo, não são encontradas diferenças significativas nem entre homens e mulheres [$\chi^2(2)=4.116$; $p=0.128$], nem entre as diferentes faixas etárias [$\chi^2(6)=11.791$; $p=0.077$].

Com recurso a uma análise de variância univariada, avaliámos os efeitos do sexo e da idade na importância atribuída a esta relação amorosa homossexual actual, tendo-se verificado um efeito significativo do sexo [$F(1,249)=5.442$; $p=0.020$], mas não da idade [$F(3,249)=1.543$; ns]. A interacção entre o sexo e a idade não é significativa [$F(2,249)=0.061$; ns]. Os resultados indicam que as mulheres atribuem, em média, mais importância à relação homossexual actual ($M=6.80$, $DP=0.11$) do que os homens ($M=5.50$; $DP=0.85$), o que confirma a **H4**.

No que concerne à relação amorosa homossexual “hipotética” ou idealizada, avaliámos também as diferenças de distribuição em função do sexo e da idade na importância que é atribuída a esta relação, através de uma análise da variância univariada. Não foram encontradas diferenças significativas nem entre homens e mulheres [$F(3,7)=1.563$; ns], nem entre as diferentes faixas etárias [$F(9,27)=0.628$; ns] na importância dada a esta relação “hipotética”. A interacção entre o sexo e a idade também não é significativa [$F(3,7)=0.125$; ns]. Assim, tanto os homens como as mulheres, e independentemente da idade, entendem que seria importante uma relação amorosa homossexual para a forma como vivem a sua homossexualidade, assim se confirmando a **H5**.

Testámos também diferenças de sexo e de idade na escala de homofobia internalizada através de uma análise de variância univariada. Não se verificando diferenças em função da idade [$F(3,352)=0.004$; *ns*], constata-se que é estatisticamente significativo o efeito do sexo [$F(1,352)=10.519$; $p=0.001$]. As mulheres cotam, em média, esta escala com valores mais elevados ($M=6.77$, $DP=0.11$) do que os homens ($M=6.24$; $DP=0.67$), assim concordando mais com o conteúdo destes itens e revelando, então, um menor grau de homofobia internalizada do que o que é apresentado pelos homens. A interacção entre o sexo e a idade não é significativa [$F(3,352)=0.610$; *ns*].

■ “Revelação” da Homossexualidade

Com intenção exploratória, averiguámos se ter crescido/ viver com diferentes pessoas poderá, para os sujeitos deste estudo, estar relacionado com o número de pessoas que são conhecedoras da sua orientação sexual. Os valores de χ^2 não revelam diferenças estatisticamente significativas entre a percentagem de sujeitos cuja orientação é conhecida pelos diferentes agentes (pai, mãe, irmãos, amigos, colegas, outras pessoas) e sujeitos cuja orientação não é conhecida por estes agentes, nem em função das pessoas com quem cresceram, nem em função das pessoas com quem vivem.

Analisámos as diferenças na “revelação” da homossexualidade em função do local onde os sujeitos cresceram/vivem actualmente. Não se verificam diferenças significativas de distribuição entre sujeitos cuja orientação é conhecida e sujeitos cuja homossexualidade não é conhecida por diferentes agentes em função do local em que cresceram. Há contudo uma diferença significativa das distribuições em função dos locais onde os sujeitos deste estudo vivem actualmente, apenas no que respeita à revelação aos irmãos [$\chi^2(3)=9.884$; $p=0.020$]. São os sujeitos que vivem em grandes cidades do litoral aqueles que maioritariamente dizem que os irmãos conhecem a sua orientação sexual (76% do total da amostra). Estas diferenças devem ser lidas relembando que a maior parte dos sujeitos do estudo vive em grandes centros urbanos. Se é somente a “revelação” aos irmãos que difere em função dos locais em que os sujeitos vivem, com a maior percentagem de sujeitos que “revelaram” aos irmãos vivendo nos grandes centros urbanos, apenas parcialmente podemos confirmar a **H6**.

Capítulo VII

Para esta dimensão da “revelação” da homossexualidade, interessou também averiguar se existem diferenças em função do sexo e da idade.

Quando analisadas as distribuições em função do sexo, verifica-se que há distribuições diferentes no que respeita à “revelação” à mãe [$\chi^2(1)=6.301$; $p=0.014$] e aos irmãos [$\chi^2(1)=6.040$; $p=0.009$]. Em relação aos restantes agentes (pai, colegas de trabalho e amigos) não são encontradas diferenças significativas de distribuição. O **Gráfico VII. 1.** representa os valores percentuais de “revelação” aos irmãos e à mãe em função do sexo.

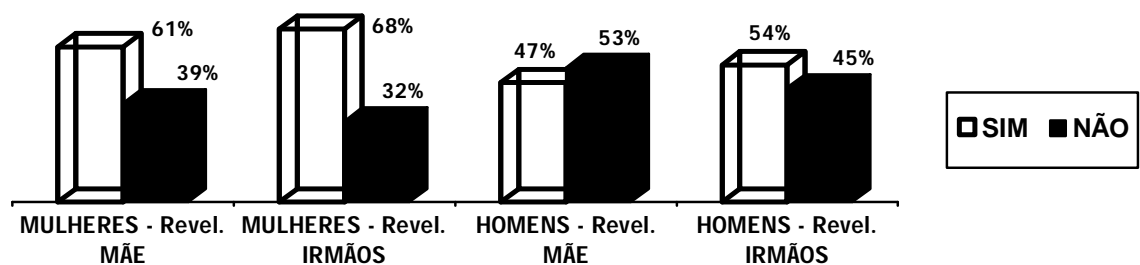


Gráfico VII. 1. Diferenças de sexo na “revelação” da homossexualidade à mãe e aos irmãos.

Como pode observar-se no gráfico, quer no caso das mulheres, quer no caso dos homens é maior a percentagem de pessoas cuja orientação sexual é conhecida pelos irmãos do que a percentagem cuja orientação não é conhecida por estes. Uma diferença relevante entre sexos reside no facto da percentagem de mulheres que “revelou” à mãe ser superior à de homens.

Para a “revelação” a diferentes agentes (pai, mãe, irmãos, amigos, colegas de trabalho) verificam-se diferenças significativas na distribuição em função da idade. São as faixas 21-30 anos e 31-40 anos aquelas em que encontramos a maior percentagem de sujeitos que dizem ter “revelado” a estes agentes (respectivamente 56% e 32%). Os sujeitos com idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos “revelam” menos a sua homossexualidade aos diferentes agentes do que os sujeitos das faixas etárias de maior percentagem de “revelação”, o que permite confirmar a **H7**.

Finalmente, foram analisadas as diferenças no grau de satisfação com a orientação sexual e na escala de homofobia internalizada em função da “revelação” aos diferentes agentes. Com este propósito, realizámos duas análises de variância univariada, uma delas testando o efeito da “revelação” aos diferentes agentes no grau de satisfação com a homossexualidade e outra testando este efeito na escala de homofobia internalizada.

No que concerne ao grau de satisfação com a orientação homossexual, são encontradas diferenças significativas entre sujeitos que revelaram e não revelaram à mãe [$F(1,368)=3.809$; $p=0.046$] e aos amigos [$F(1,368)=4.133$; $p=0.043$]. Os sujeitos que revelaram à mãe estão em média mais satisfeitos ($M=6.34$; $DP=1.12$) do que os que não revelaram ($M=5.92$; $DP=1.60$). Os sujeitos que revelaram aos amigos apresentam também uma média de satisfação com a orientação homossexual superior ($M=6.32$; $DP=1.06$) à dos que não revelaram ($M=5.42$; $DP=0.94$).

Atendendo à escala de homofobia internalizada, não são encontradas diferenças significativas em função da “revelação” aos diferentes agentes. Ter ou não “revelado” a orientação sexual à mãe, ao pai, aos irmãos, aos amigos ou aos colegas não é, portanto, um factor de diferenciação entre os sujeitos deste estudo no que concerne à crença no “amor homossexual”.

■ Amigos e Amigos Homossexuais

Tendo-se dito anteriormente que os sujeitos deste estudo atribuem, na generalidade, importância aos amigos e aos amigos homossexuais, interessa seguidamente analisar algumas diferenças inter-sujeitos relativas a estes amigos (homossexuais) e à sua importância para a vivência das homossexualidades.

Foram analisadas as diferenças de distribuição relativas à (i) quantidade de amigos, (ii) ao facto de ter ou não amigos homossexuais e (iii) à importância atribuída aos amigos homossexuais em função do sexo e da idade.

No que se refere à *quantidade de amigos*, a distribuição percentual não difere significativamente em função do sexo [$\chi^2(3)=4.405$; $p=0.221$], mas difere significativamente em função da idade [$\chi^2(9)=33.384$; $p=.000$]. Como pode observar-se no **Gráfico VII. 2.**, é

Capítulo VII

para as faixas 14-20 anos e 21-30 anos que encontramos uma maior percentagem de sujeitos referindo que têm alguns amigos. Em idades mais avançadas (31-40 anos e “mais de 40 anos”) aumenta a percentagem de sujeitos que considera ter poucos amigos. Pensamos que esta diferença se possa relacionar com o facto das pessoas, independentemente da sua orientação sexual, tenderem a ter menos amigos ao longo da idade, de reconfigurarem as suas percepções sobre as relações de amizade e, nesse sentido, considerarem de forma mais “selectiva” os seus amigos.

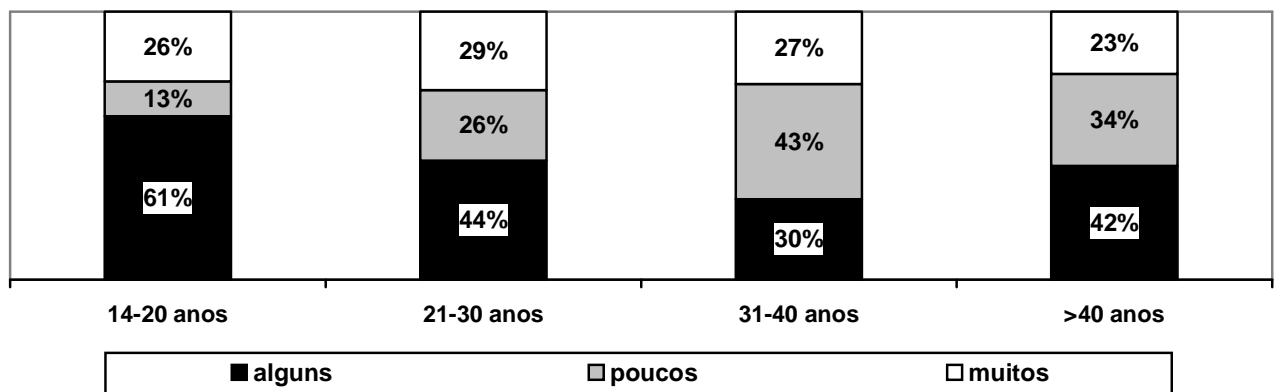


Gráfico VII. 2. Distribuições relativas à quantidade de amigos em função da idade.

Quanto aos *amigos homossexuais*, a distribuição difere significativamente quer em função da idade [$\chi^2(3)=10.776$; $p=0.013$], quer em função do sexo [$\chi^2(1)=5.176$; $p=0.028$]. Dos sujeitos que *dizem não ter* amigos homossexuais, 91% são homens e apenas 9% são mulheres. De entre os que *dizem ter* amigos homossexuais, 67% são homens e apenas 33% são mulheres.

Considerando a idade, é nas faixas 21-30 anos e 31-40 anos que mais sujeitos *dizem ter* amigos homossexuais (respectivamente, 49% e 27% do total da amostra). Os sujeitos das faixas etárias 14-20 anos e “mais de 40 anos” reportam uma percentagem bastante mais reduzida de amigos homossexuais (respectivamente, 16% e 8% do total da amostra).

Realizámos uma análise de variância univariada para testar diferenças na *importância atribuída aos amigos homossexuais* em função do sexo e da idade. Não sendo significativo o efeito da idade, nem a interacção entre o sexo e a idade, é significativo o

efeito do sexo, indicando este efeito que as mulheres atribuem em média mais importância aos amigos homossexuais ($M=5.77$; $DP=0.21$) do que os homens ($M=4.88$; $DP=0.12$).

Realizámos uma análise de variância univariada para testar os efeitos da quantidade de amigos, de ter ou não amigos homossexuais e da importância destes no grau de satisfação com a sua orientação sexual². São encontrados efeitos significativos da quantidade de amigos [$F(3, 378)=2.602$; $p=0.052$] e de ter ou não amigos homossexuais [$F(1, 378)=10.316$; $p=0.001$]. O efeito da importância atribuída aos amigos homossexuais não é significativo [$F(1,378)=0.213$; *ns*]. A **Tabela VII. 2** apresenta as cotações médias no grau de satisfação com a orientação sexual em função destes factores.

		satisfação com a homossexualidade	
		M	DP
Quantidade de amigos	"mais" (n=204)	5.59	0.46
	"menos" (n= 196)	4.21	0.32
Ter amigos homossexuais	sim (n=213)	5.77	0.29
	não (n=187)	4.73	0.14

Tabela VII. 2. Satisfação com a homossexualidade em função dos amigos (homossexuais)

Como se observa, são mais elevadas as médias de satisfação com a orientação sexual homossexual no caso dos sujeitos com mais amigos e que têm amigos homossexuais do que no caso dos sujeitos com menos amigos e que não têm amigos homossexuais. Estes dados permitem-nos confirmar apenas parcialmente a **H8**, uma vez que a importância atribuída aos amigos homossexuais não é relevante para o grau de satisfação com a homossexualidade.

Interessou-nos, ainda, avaliar diferenças de cotações na escala de homofobia internalizada em função destes três factores (quantidade de amigos, ter amigos homossexuais e importância a estes atribuída). Uma análise de variância univariada revela

² Para esta análise procedeu-se a uma recodificação das variáveis *quantidade de amigos* e *importância atribuída aos amigos homossexuais*. A *quantidade de amigos* foi recodificada em duas categorias: (1) "menos amigos" (incluindo aqui as opções de resposta *poucos* e *alguns*) e (2) "mais amigos" (equivalendo à opção de resposta *muitos*). A *importância dos amigos homossexuais* foi também recodificada em duas categorias: (1) "menos importantes" e (2) "mais importantes", correspondendo respectivamente aos valores de resposta abaixo e acima da mediana.

Capítulo VII

que apenas é significativo o efeito da quantidade de amigos [$F(1,350)=4.308$; $p=0.039$], não sendo significativos os efeitos de ter amigos homossexuais [$F(1,350)=1.093$; ns], nem da importância a estes atribuída [$F(1,350)=1.951$; ns]. Os sujeitos com “mais amigos” cotam com valores médios mais elevados a escala de homofobia internalizada ($M=5.56$; $DP=0.29$) do que os sujeitos com “menos amigos” ($M=4.21$; $DP=0.48$).

Constituindo a quantidade de amigos um factor diferenciador para a crença nos “amores homossexuais”, mas não se encontrando diferenças nesta crença nem em função da existência de amigos homossexuais, nem em função da importância que os sujeitos deste estudo lhes conferem na vivência da sua sexualidade, podemos confirmar apenas parcialmente a **H9**.

■ “Ambientes” Gay

Começamos por averiguar se existem diferenças de distribuição na frequência dos “ambientes” gay em função do sexo e da idade. Não se verificando diferenças significativas em função do sexo [$\chi^2(1) = 1.466$; $p=0.266$] são encontradas diferenças significativas em função da idade [$\chi^2(3) = 11.933$; $p=0.008$]. As faixas etárias com maior distribuição percentual de entre os sujeitos que dizem frequentar estes ambientes são, por ordem decrescente, as dos 21-30 anos (51%) e 31-40 anos (27%). Sujeitos entre com idades entre os 14-20 anos representam um valor percentual de 6% e “acima dos 40 anos” de 15%.

Para testar os efeitos do sexo e da idade na importância dada a estes ambientes, recorremos à análise de variância univariada, análise que revela existir um efeito principal do sexo [$F(1,385)=5.286$; $p=0.027$], com as mulheres a atribuírem, em média, mais importância a estes ambientes ($M=3.88$; $DP=1.70$) do que os homens ($M=2.98$; $DP=1.60$). Não se verifica nem um efeito principal da idade [$F(3, 385)=1.582$; ns], nem uma interacção significativa entre o sexo e a idade [$F(3, 385)=1.582$; ns].

Foram também exploradas as diferenças no grau de satisfação com a orientação sexual e na escala de homofobia internalizada função da importância conferida pelos sujeitos do estudo aos “ambientes” gay³. Uma análise de variância univariada realizada com este propósito revela que há efeitos significativos da frequência dos ambientes

³ A variável *importância dos ambientes* foi recodificada em duas categorias: “mais importantes” e menos importantes”, correspondentes a valores acima e abaixo da mediana, respectivamente.

[$F(1,389)=17.188$; $p=0.001$], mas não da importância que lhes é atribuída [$F(1,389)=0.005$; $p=0.946$]. Os sujeitos que atribuem mais importância a estes espaços estão significativamente mais satisfeitos com a sua orientação sexual ($M=6.23$; $DP=0.73$) do que os que atribuem menos importância ($M=5.69$; $DP=0.13$). Por ser apenas a importância atribuída a estes ambientes que distingue os sujeitos no que respeita ao grau de satisfação com a homossexualidade, confirma-se parcialmente a **H10**.

Outra análise de variância univariada permitiu avaliar as diferenças nas cotações da escala de homofobia internalizada em função dos ambientes gay e da importância que têm para os sujeitos do estudo. Não se encontrando um efeito significativo da frequência dos ambientes [$F(1,354)=0.144$; $p=0.750$], verifica-se um efeito significativo da importância que lhes é conferida [$F(1,354)=7.847$; $p=0.005$], sendo que os sujeitos que atribuem mais importância aos ambientes cotam em média com valores mais elevados a escala de homofobia internalizada ($M=6.35$; $DP=0.63$) do que os que dão menos importância aos ambientes ($M=6.69$; $DP=0.10$).

Conclui-se, assim, que no que respeita aos “ambientes” gay, o facto de os frequentar se relaciona com uma satisfação acrescida com a orientação sexual por parte dos sujeitos deste estudo e que quando lhes é atribuída mais importância se verifica uma crença mais forte nos itens que avaliam a crença no amor homossexual, contribuindo para uma menor homofobia internalizada, tal como foi avaliada neste estudo.

VII. 2. Diferenças no “Espaço Associativo”.

Nos momentos que se seguem, são analisadas diferenças inter-sujeitos relacionadas (i) com o “conhecimento associativo gay e lésbico”, (ii) com as percentagens de sujeitos associados das associações “gays e lésbicas” e (iii) com a avaliação do envolvimento nestas associações⁴. Também o tempo de envolvimento nas associações gays e lésbicas será merecedor de atenção nestas análises, a par da qualidade desenvolvimental das experiências de participação, tendo por base a codificação desta qualidade nos três níveis (*i.e.*, alta, desequilibrada e baixa) anteriormente referidos.

⁴ Lembra-se que o termo “associações gays e lésbicas” é utilizado por ter sido deste modo que as associações LGBT foram mencionadas nos questionários administrados.

Capítulo VII

Não são encontradas diferenças significativas das distribuições no conhecimento das associações gays e lésbicas em função do sexo [$\chi^2(1) = 2.111$; $p=0.146$], o que se compreende tendo em conta que os sujeitos do estudo foram, na sua maioria, recrutados através das páginas e dos *websites* destas associações.

Há, contudo, diferenças de sexo no conhecimento dos materiais informativos que estas associações produzem [$\chi^2(1)=19.63$; $p<0.001$], nas actividades que desenvolvem [$\chi^2(1)=24.58$; $p<0.001$] e em ter estado ou não presente nestas actividades [$\chi^2(1)=24.83$; $p<0.001$]. O **Gráfico VII. 3.** representa a diferença entre homens e mulheres para cada uma das categorias de análise onde as diferenças são constatadas, podendo-se verificar que em todas as categorias é maior a percentagem de homens do que de mulheres.

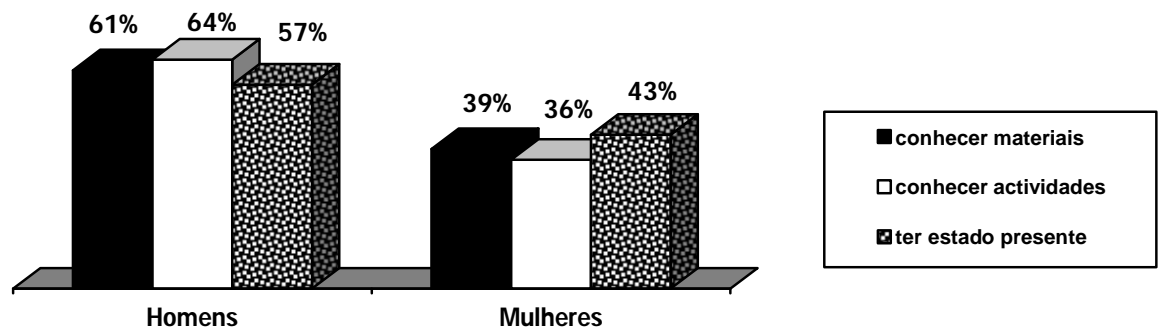


Gráfico VII. 3. Diferenças de sexo no conhecimento associativo e na presença em actividades.

Uma diferença particularmente importante entre homens e mulheres é relativa à percentagem de sujeitos associados das associações “gays e lésbicas” [$\chi^2(1)=43.85$; $p<0.001$]. Ainda que sendo menos conhecedoras dos materiais informativos e das actividades destas associações, e ainda que indicado uma menor presença nas actividades associativas, as mulheres representam contudo, na totalidade dos sujeitos do estudo que dizem ser associados(as), uma percentagem maior (57%) do que os homens (43%).

Há igualmente diferenças significativas de idade no conhecimento dos materiais produzidos pelas associações “gays e lésbicas” [$\chi^2(1)=19.628$; $p<0.001$], das actividades que elas desenvolvem [$\chi^2(1)=15.651$; $p=0.002$] e em ter estado presente nestas actividades [$\chi^2(1)=9.453$; $p=0.034$]. A maior percentagem de sujeitos, de entre a amostra total, que conhecem as actividades (68%) e os materiais informativos (72%) são os que se situam na faixa etária 21-30 anos. Também no que respeita ao conhecimento dos *websites* e ao ter

estado presente em actividades associativas são os sujeitos com idades entre os 21-30 anos que representam a maior percentagem (72% da amostra total).

Testámos, com recurso a uma análise de variância univariada, as diferenças na avaliação que os sujeitos fazem do seu envolvimento nas “associações gays e lésbicas” em função do sexo e da idade. Não sendo encontrado um efeito do sexo [$F(1,325)=3.425$; *ns*], nem uma interacção significativa entre o sexo e a idade [$F(3,325)=5.904$; *ns*], há um efeito significativo da idade nesta avaliação do envolvimento [$F(3,325)=2.649$; $p=0.049$].

A **Tabela VII. 3.** apresenta as médias de cotação no envolvimento nas associações “gays e lésbicas” para as faixas etárias em que as diferenças se revelaram significativas. Como se observa, os sujeitos mais velhos cotam com valores significativamente mais elevados o seu envolvimento associativo do que os sujeitos mais novos, considerando-se assim mais “activamente envolvidos” nas associações de defesa dos direitos homossexuais.

	Avaliação do Envolvimento	
Faixa etária	M (DP)	Sentidos das Diferenças
14-20 anos (A)	4.010	A < B , C
31-40 anos (B)	5.179	
>40 anos (C)	5.306	
Nota: $p < 0.05$		

Tabela VII. 3. Envolvimento nas associações “gays e lésbicas” em função da idade.

Considerando o tempo de participação nas associações “gays e lésbicas”, segundo as categorias anteriormente referidas (pontualmente, menos de 6 meses e mais de 6 meses), foram analisadas diferenças em função do sexo e da idade. A análise das distribuições revela diferenças significativas em função do sexo [$\chi^2(3)=33.477$; $p<0.001$], mas não em função da idade [$\chi^2(9)=35.128$; $p= 0.814$].

Nas categorias “pontualmente” e “menos de 6 meses”, as mulheres apresentam valores percentuais (respectivamente, 43% e 57%) inferiores aos dos homens (respectivamente, 36% e 54%). Já na categoria “mais de 6 meses”, as mulheres apresentam um valor mais elevado (57%) do que os homens (43%). Assim, não apenas tendem as

Capítulo VII

mulheres a apresentarem valores mais elevados do que os homens no que respeita a ser associada(o) destas associações, como também permanecem mais tempo do que os homens nestas associações.

Para o *espaço associativo* foram ainda avaliadas as diferenças na qualidade (alta, desequilibrada e baixa) das experiências da participação nas associações “gays e lésbicas” em função do sexo e da idade. A distribuição amostral relativa à qualidade das experiências não difere significativamente nem em função do sexo [$\chi^2(3)=3.530$; $p=0.517$], nem em função da idade [$\chi^2(9)=12.251$; $p=0.200$].

VII. 3. Diferenças no Suporte Social.

As análises que se seguem debruçam-se sobre as diferenças no suporte da família, do pai, da mãe e dos amigos atendendo (i) ao sexo e à idade, (ii) ao facto de ter ou não “revelado” a orientação sexual e (iii) à existência de uma relação amorosa homossexual.

Através de uma análise de variância multivariada, verificámos que há efeitos significativos do sexo [$F(4,389)=4.093$; $p=0.003$] e da idade [$F(10,1173)=2.053$; $p=0.017$], mas não uma interacção significativa entre sexo e idade [$F(10,1173)=1.113$; ns] no suporte social percebido em relação aos diferentes agentes.

No que respeita ao sexo, é apenas para a mãe que se mostram significativas as diferenças entre homens e mulheres [$F(1,392)=7.506$; $p=0.006$], sendo que os homens cotam em média o suporte percebido em relação à mãe com valores mais elevados ($M=5.15$; $DP=0.98$) do que as mulheres ($M=4.19$; $DP=0.19$).

No que respeita à idade, é para a família [$F(3,392)=5.275$; $p=0.024$], para a mãe [$F(3,392)=7.767$; $p=0.008$] e para os amigos [$F(3,392)=3.113$; $p=0.033$] que as diferenças na percepção de suporte se mostram significativas.

As médias de suporte para cada um destes três agentes são apresentadas na **Tabela VII. 4.**, na qual se apresentam as faixas etárias e as respectivas médias de suporte nos agentes em que as diferenças se revelaram significativas. Como pode ver-se nesta tabela, para as faixas 14-20 e 21-30 o suporte da família é mais baixo do que o suporte da mãe e dos amigos. Em idades mais avançadas (31-40 anos), o suporte da família é também mais

baixo do que o da mãe e dos amigos, embora o da mãe se apresente maior do que o dos amigos.

Faixas Etárias	Suporte – M (DP)			Sentido das diferenças
	da Família (A)	da Mãe (B)	dos Amigos (C)	
14-20 anos	4.29	4.58	4.80	A < B, C
21-30 anos	4.76	4.93	5.38	A, B < C
31-40 anos	4.02	5.32	5.09	A < B, C

Tabela VII. 4. Médias do suporte da família, da mãe e dos amigos em função das idades.

Por se verificar que, para todos os agentes em que se encontram diferenças significativas na cotação do suporte percebido (*i.e.*, família, mãe e amigos), a faixa dos 14-20 anos é a que apresentam mais baixos valores de cotação de suporte, podemos confirmar a **H11**.

As diferenças inter-sujeitos no suporte social foram também testadas em função dos sujeitos terem ou não “revelado” a sua homossexualidade. A análise de variância multivariada revela efeitos significativos da “revelação” à mãe [$F(4, 378) = 3.904$; $p = 0.016$].

Testes inter-sujeitos indicam que a “revelação” à mãe apresenta um efeito significativo no suporte percebido em relação aos amigos [$F(1,381) = 5.363$; $p = 0.021$] e à família [$F(1,381) = 8.957$; $p = 0.003$]. Sujeitos que “revelaram” à mãe percebem um mais elevado suporte dos amigos ($M = 6.22$; $DP = 0.32$) do que os que não “revelaram” ($M = 5.02$; $DP = 0.44$). Ter “revelado” à mãe permite também perceber um mais elevado suporte da família ($M = 6.42$; $DP = 0.33$) do que não ter “revelado” ($M = 5.23$; $DP = 0.41$).

Para testar as diferenças no suporte prestado pela família, pela mãe, pelo pai e pelos amigos em função da existência de uma relação amorosa homossexual, procedemos a uma análise de variância multivariada. Esta análise revelou um efeito principal da relação amorosa [$F(4,392) = 3.074$; $p = 0.030$], sendo para o suporte do pai [$F(1,395) = 3.904$; $p = 0.034$] e dos amigos [$F(1,395) = 9.781$; $p = 0.002$] que os valores da análise se mostram significativos. O suporte percebido pelos sujeitos em relação ao pai é mais elevado quando há uma relação amorosa ($M = 5.05$; $DP = 0.89$) do que quando esta relação é inexistente ($M = 3.99$; $DP = 0.13$); também o suporte dos amigos é percebido como mais elevado por parte dos sujeitos que vivem uma relação amorosa com alguém do mesmo sexo ($M = 5.38$; $DP = 0.65$) do que parte dos sujeitos que não a vivem ($M = 4.02$; $DP = 0.42$).

VII. 4. Diferenças nas Identidades Lésbica e Gay.

Sem que se verifique um efeito significativo do sexo [$F(4,331)=3.225$; *ns*], nem uma interação significativa entre o sexo e a idade [$F(12,999)=0.871$; *ns*] nas cotações médias às diferentes fases de desenvolvimento da identidade homossexual, é verificável um efeito da idade [$F(12,999)=2.372$; $p=0.005$] nestas cotações.

As diferenças de idade são significativas para as fases I - *Consciência* [$F(3,334)=2.866$; $p=0.037$], II - *Exploração* [$F(3,334)=6.506$; $p<0.001$] e III - *Aprofundamento/Compromisso* [$F(3,334)=5.833$; $p=0.001$], não sendo significativas para a fase IV - *Internalização/Síntese* [$F(3,334)=0.963$; *ns*].

Para a primeira fase - *consciência* - são encontradas diferenças significativas de cotação entre a faixas etária 14-20 anos e as faixas 21-30 anos e 31-40 anos, o mesmo acontecendo para a terceira fase - *aprofundamento/compromisso*. Para a segunda fase - *exploração* - é também encontrada uma diferença significativa entre estas faixas e, adicionalmente, entre os 14-20 anos e a faixa "mais de 40 anos". A Tabela VII. 5. apresenta as médias de cotação nas fases da identidade homossexual, segundo as faixas etárias em que os sujeitos se diferenciam significativamente nestas médias.

Fase	Faixas Etárias	M (DP)	Sentido das Diferenças
I. Consciência	14-20 (A)	2.55 (1.13)	A > B , C
	21-30 (B)	1.87 (0.99)	
	30-40 (C)	1.66 (0.95)	
II. Exploração	14-20 (A)	3.29 (1.24)	A > B , C , D
	21-30 (B)	2.42 (1.07)	
	31-40 (C)	2.11 (0.91)	
	> 40 (D)	2.52 (1.32)	
III. Aprofundamento/Compromisso	14-20 (A)	3.65 (1.19)	A > B , C
	21-30 (B)	2.98 (1.06)	
	30-40 (C)	2.66 (1.04)	

Tabela VII. 5. Médias de cotação das fases de desenvolvimento da identidade homossexual em função das idades.

Como se observa, para as três primeiras fases de desenvolvimento gay e lésbico, os sujeitos com idades entre os 14-20 anos cotam com valores significativamente mais elevados os itens destas fases, assim revelando uma maior identificação com estas fases do que os sujeitos mais velhos. Confirma-se, assim, a H12.

Vale a pena salientar que para os sujeitos com mais de 40 anos é elevada a cotação na fase II (a única em que estas idades se diferenciam significativamente de idades mais novas), o que significa que estes sujeitos se auto-identificam bastante com a *exploração* da identidade homossexual.

Foi realizada uma análise de variância multivariada para testar o efeito da “revelação” da orientação sexual aos diferentes agentes no desenvolvimento da identidade gay e lésbica. Apenas a “revelação” aos irmãos apresenta um efeito significativo no desenvolvimento da identidade [$F(4, 311)=3.9002$; $p=0.004$], sendo nas fases II - *Exploração* e III – *Aprofundamento/Compromisso* que encontramos diferenças significativas entre os sujeitos que “revelaram” e os que não “revelaram” aos irmãos, conforme pode ser consultado na **Tabela VII. 6.**

	F (4,311)	p	Revelação aos irmãos	M (DP)
Fase II. Exploração	8.803	0.003	Sim Não	2.40 (0.20) 2.56 (0.11)
Fase III. Aprofundamento/ Compromisso	5.507	0.012	Sim Não	2.78 (0.42) 3.26 (0.32)

Tabela VII. 6. Médias das fases de *exploração* e de *aprofundamento* da identidade homossexual em função da revelação aos irmãos.

Como se verifica, são os sujeitos que não “revelaram” aos irmãos os que cotam com valores mais elevados estas duas fases de desenvolvimento da identidade gay e lésbica, o que nos indica uma maior identificação com a *exploração* e com o *aprofundamento/compromisso* nos casos em que os irmãos não são conhecedores da homossexualidade dos sujeitos do estudo.

Quando testadas, através da análise de variância multivariada, as diferenças nas cotações às fases da identidade gay e lésbica em função da quantidade de amigos, de ter ou não amigos homossexuais e da importância atribuída a estes, verifica-se apenas um efeito significativo da existência de amigos homossexuais. Este efeito é constatado, especificamente, para a fase II – *Exploração* [$F(1,332)=6.500$; $p=0.011$], sendo que a auto-

Capítulo VII

identificação com a *exploração* da identidade lésbica e gay é maior para os sujeitos que, neste estudo, dizem ter amigos homossexuais ($M=3.18$; $DP=0.31$) do que para os que dizem não ter ($M=2.35$; $DP=0.71$). Deste modo, é parcialmente confirmada a **H13**.

Os ambientes gay revelam também efeitos, testados pela análise de variância multivariada, nas fases da identidade gay e lésbica. Mais concretamente é a frequência [$F(4,333)=9.328$; $p<0.001$] e não a importância a estes ambientes atribuída [$F(4,333)=1.743$; ns] que diferencia significativamente os sujeitos das fases I – *Consciência* e [$F(1,336)=12.336$; $p<0.001$] e II – *Exploração* [$F(1,336)=15.673$; $p<0.001$]. Os sujeitos que não frequentam os ambientes gay identificam-se mais com estas duas fases do que os que não frequentam, como pode observar-se na **Tabela VII. 7**. A **H14** pode assim ser confirmada, sendo que também para a fase de *consciência* a frequência dos ambientes se manifesta importante, resultado que a esta hipótese traz uma informação complementar de relevo.

	Frequentam Ambientes	M (DP)
Fase I. Consciência	Sim	1.77 (0.07)
	Não	2.28 (0.13)
Fase II. Exploração	Sim	2.29 (0.08)
	Não	2.89 (0.11)

Tabela VII. 7. Médias de cotação das fases de consciência e exploração da identidade homossexual em função da frequência de ambientes gay.

Realizámos uma análise de variância multivariada para testar diferenças nas fases de desenvolvimento das identidades lésbica e gay em função da existência de uma relação amorosa homossexual actual e da importância desta relação. Não são encontrados efeitos significativos nem da existência desta relação [$F(1,335)=0.808$; ns], nem da importância que lhe é atribuída pelos sujeitos do estudo [$F(1,335)=0.905$; ns].

VII. 5. Diferenças na Identidade

Para avaliar as diferenças na construção da identidade, globalmente considerada, atenderemos (i) ao sexo e à idade, (ii) à existência de amigos (homossexuais) e sua

importância, (iii) aos ambientes gay (considerando a frequência destes e a sua importância) e (iv) à relação amorosa homossexual actual (se existente).

Para cada um destes factores de diferenciação inter-sujeitos na identidade global interessa avaliar, por um lado, a sua relevância para a *exploração* e para o *investimento*, o que faremos com recurso a análises de variância multivariadas e, por outro, a relação daqueles factores com os estatutos da identidade (recorrendo, para tal, a análises das distribuições).

A exploração e o investimento não se diferenciam significativamente nem em função do sexo [$F(2,391)=0.006$; *ns*], nem em função da idade [$F(6,784)=0.821$; *ns*]. A interacção entre o sexo e a idade também não é significativa [$F(6,784)=0.698$; *ns*].

As distribuições pelos quatro estatutos da identidade (*difuso*, *moratório*, *outorgado* e *integrado*) também não diferem nem em função do sexo [$\chi^2(4)=1.229$; $p=0.855$], nem em função da idade [$\chi^2(12)=10.831$; $p=0.543$].

Atendendo à importância da “revelação” da orientação sexual para a identidade, a distribuição amostral não difere para os quatro estatutos da identidade em função da “revelação” ao pai [$\chi^2(4)=0.876$; $p=0.928$], à mãe [$\chi^2(4)=8.190$; $p=0.085$], aos amigos [$\chi^2(4)=3.424$; $p=0.490$] ou aos colegas [$\chi^2(4)=4.525$; $p=0.335$]. Consta-se, contudo, que difere em função da “revelação” aos irmãos [$\chi^2(4)=17.182$; $p=0.002$]. A **Tabela VII. 8.** apresenta as percentagens de classificação em cada um dos estatutos, diferenciados entre os sujeitos que “revelaram” e os que não “revelaram” aos irmãos.

Revelação aos Irmãos	Estatutos da Identidade			
	Difuso	Outorgado	Moratório	Integrado
Sim	5%	8%	11%	26%
Não	11%	12%	13%	14%

Tabela VII. 8. Classificação nos estatutos da identidade em função da revelação aos irmãos.

Interessa salientar, com base nesta tabela, que a “revelação” aos irmãos diferencia mais acentuadamente os estatutos *integrado* e *difuso*, no primeiro se encontrando uma maior percentagem de sujeitos que “revelaram” aos irmãos, ao contrário deste último, onde se verifica uma maior percentagem de sujeitos que não “revelaram” aos irmãos. Para os

Capítulo VII

estatutos *moratório* e *outorgado*, as diferenças de distribuição percentual entre sujeitos que “revelaram” e que não “revelaram” aos irmãos são, como se pode ver, bastante menos acentuadas.

Não são encontrados efeitos significativos nem dos amigos [$F(2,389)=0.158$; *ns*], nem da importância dos amigos homossexuais [$F(2,389)=0.850$; *ns*] na exploração e no investimento. Observa-se, contudo, um efeito significativo dos amigos homossexuais [$F(2,389)=3.316$; $p=0.037$]. Os sujeitos diferenciam-se nas médias de *investimento* [$F(1,390)=6.571$; $p=0.011$], mas não nas médias de exploração [$F(1,390)=2.239$; *ns*] em função de terem ou não amigos homossexuais, sendo que os que têm amigos homossexuais apresentam uma média no investimento ($M=4.82$; $DP=0.58$) superior aos que não têm amigos homossexuais ($M=4.081$; $DP=0.28$).

Não há diferenças significativas na distribuição dos sujeitos do estudo pelos estatutos da identidade nem em função da quantidade de amigos [$\chi^2(4)=2.587$; $p=0.629$], nem do facto de ter amigos homossexuais [$\chi^2(4)=6.370$; $p=0.173$], nem da importância que estes assumem para a vivência das homossexualidades [$\chi^2(4)=3.921$; $p=0.417$].

Os ambientes gay – *i.e.*, a frequência destes e a importância que os sujeitos lhes atribuem – foram também analisados como possíveis diferenciadores da exploração e do investimento, não se tendo encontrado efeito nem da frequência [$F(2,392)=2.983$; *ns*], nem da importância destes ambientes [$F(2,392)=0.226$; *ns*] nas duas dimensões processuais da construção da identidade. A interacção entre a frequência e a importância dos ambientes gay também não é significativa [$F(2,392)=3.987$; *ns*].

A distribuição amostral pelos estatutos da identidade também não difere significativamente, nem em função da frequência destes espaços de socialização [$\chi^2(4)=9.904$; $p=0.420$], nem em função da importância que têm para os sujeitos do estudo [$\chi^2(4)=7.173$; $p=0.127$].

Por último, refere-se que não são encontrados efeitos nem da relação amorosa homossexual actual [$F(2,392)=0.963$; *ns*], nem importância que os sujeitos lhe conferem [$F(2,392)=0.952$; *ns*] nas dimensões de investimento e de exploração. A distribuição pelos estatutos da identidade também não difere nem em função de uma relação deste tipo [$\chi^2(4)=2.610$; $p=0.625$], nem da importância que as lésbicas e os gays deste estudo dão a essa relação [$\chi^2(4)=2.080$; $p=0.721$].

VII. 6. Secção I: Reflexão-Síntese.

Os dados desta primeira secção permitem-nos aprofundar o conhecimento sobre as *diferenças na “diferença”* (sexual). Naturalmente se reconhece, em primeira instância, que estes dados não esgotam as *cambiantes vivenciais* que à compreensão do desenvolvimento psicológico das identidades (sexuais) devem sempre assistir. Como fomos percebendo, auxiliados pelos quadrantes teóricos desta dissertação, a *diferença* pode ser referenciada por múltiplos *centros* de entendimento da realidade, tal como estes *centros* podem sustentar múltiplas *diferenças* que, logicamente, não podem ser abarcadas na sua totalidade por um trabalho de investigação.

As lógicas de *olhar* as homossexualidades, de as *ouvir*, mais do que as *dizer* (como antes propusemos em metáfora), são transversais às intenções do nosso trabalho, pelo que daqui decorre salvaguardar que as *diferentes “diferenças”* analisadas não poderiam nunca, segundo tais intenções, dirigir-se para um intento de procura de *essências* ou de *especificidades imutáveis* das vivências psicológicas de lésbicas e de gays. Defender uma perspectiva de *ir sendo* nos vários contextos da existência humana, é defender necessariamente a construção da “diferença” enquanto processo multidimensional e situado em contextos relacionais, esses sim, possivelmente diferenciados. No ensejo crítico de evitamento da reprodução científica da discriminação social a que os “diferentes” permanecem votados, o que desejámos analisar foram as *vivências na vivência* das homossexualidades, em detrimento de uma essencialização do *ser* homossexual, essencialização que sonegaria o desenvolvimento dos sentidos pessoais e colectivos da “diferença” (sexual) cujas implicações foram sistematizadas na Primeira Parte desta tese.

Uma limitação que recorrentemente fomos admitindo neste estudo, e em consonância com o que se disse ser inerente à realização de investigações com populações socialmente discriminadas, prende-se com as diferenças a que é impossível aceder no estudo da “diferença” e, em particular, da “diferença sexual”. A este respeito, referiu um dos representantes associativos que colaboraram na leitura dos dados:

“esta é uma inevitável e inultrapassável dificuldade com que se depara quem quer aceder a pessoas LGBT, mais ainda a pessoas que passam pelos espaços associativos, dificuldade de resto sentida pelo próprio movimento [LGBT]: a de

Capítulo VII

comunicar com as pessoas de vários estratos ou níveis socio-económicos, com pessoas que vivem de diferentes maneiras e em vários contextos a sua sexualidade”.

Salvaguardadas estas reflexões preliminares sobre o entendimento da “diferença”, começaremos por nos ocupar de duas dimensões que este estudo revela serem importantes para a compreensão da vivência psicológica das homossexualidades: o sexo e a idade. Para cada uma destas dimensões, apresentaremos seguidamente algumas reflexões que facultam o entendimento das “diferenças” homossexuais.

VII. 6. 1. A “passagem do tempo” das homossexualidades.

Dissemos que as “descobertas da homossexualidade” (*primeira atracção, primeiro sentido, primeira relação sexual e primeiro namoro*) não se diferenciam em função da idade. Foi também constatado que a idade não diferencia significativamente os sujeitos deste estudo no que concerne ao grau de satisfação com a sua orientação sexual. De acordo com a caracterização amostral apresentada no capítulo precedente, verificamos que em média as “descobertas” ocorrem durante a adolescência e/ou no final desta etapa da vida e que os sujeitos dizem estar “satisfeitos com a sua orientação sexual”. Estes dados contrariam, portanto, o pressuposto de muitas investigações psicológicas sobre as homossexualidades como um necessário “território adulto”, retomando a expressão usada por Savin-Williams (1990) na análise crítica destas investigações.

Sobre as implicações socio-políticas desta precocidade da aquisição de um sentido de si como gay ou lésbica, comentou um representante associativo:

“não há que ter medo de assumir que desde cedo pode existir uma reflexividade do self homossexual, uma possibilidade do sujeito se pensar como tal; [...] se por um lado a luta colectiva foge compreensivelmente ao discurso de se «ser assim» desde muito cedo, esta luta também tem que reconhecer que as pessoas que nela se envolvem sabem muitas vezes da sua homossexualidade desde muito novas”.

Fala este representante na "*reflexividade do self*", processo social que com Giddens (1997a) percebemos ser central para a edificação identitária no quadro da modernidade e suportado por contextos de identificação e de partilha experiencial.

Rejeitar a essencialização das homossexualidades, manter presente a importância dos contextos da *pertença* e da *participação* para a leitura dos significados conferidos às vivências sexuais, remeter para o desenvolvimento-em-contexto a construção psicológica da "diferença sexual" não são, como ilustram as palavras deste representante associativo, aspectos impeditivos do reconhecimento da precocidade desta "diferença".

Considerando o domínio da intervenção psicológica, emerge, em nosso entender, uma implicação importante da idade como dimensão do entendimento das *diferenças na "diferença"*: a de que uma *psicologia afirmativa gay* poderá ser tanto mais consonante com os propósitos que a fundamentam, quanto mais *ouvir* os significados ideológicos, culturais, relacionais das homossexualidades e de os legitimar com igual importância nos diferentes momentos das vidas de quem os *diz*. Apenas realmente afirmativa se nos afigura se desprovida de pressupostos interpretativos de intervenção que pré-determinem *quando* podem os indivíduos afirmar-se como sexualmente "diferentes".

A análise do efeito da idade no desenvolvimento psicológico das identidades gay e lésbica, aspecto a que este estudo dedicou interesse, frisa a possibilidade de ser precoce não apenas a *consciência* de si como gay ou lésbica, mas também a *exploração* das homossexualidades e o *aprofundamento/compromisso* que em torno destas homossexualidades os sujeitos do estudo vão estabelecendo. Tal como foi avaliado neste trabalho, e sustentado pelas propostas teóricas de Fassinger e seus colaboradores (Fassinger & Miller, 1996; McCarn & Fassinger, 1996), o desenvolvimento psicológico das identidades homossexuais revela-se diferenciado em função das idades nas três primeiras fases desenvolvimentais, mas não na última. Será também relevante reflectir sobre as possíveis implicações desta diferenciação.

Remetendo para os processos cognitivos, emocionais e comportamentais que, ao integrarem cada fase de desenvolvimento da identidade homossexual, nos oferecem uma leitura mais complexa da "diferença sexual" do que aquela que é facultada pelos indicadores da *consolidação* do sentido de ser lésbica ou gay, a precocidade desta "diferença" aparece, mais uma vez, salientada no presente estudo. Se foram os sujeitos mais novos (*i.e.*, com idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos) que mais elevada cotação atribuíram às três primeiras fases de desenvolvimento da identidade homossexual

Capítulo VII

(e que, portanto, mais se auto-identificaram com estas fases), então desde cedo o desenvolvimento psicológico da *consciência*, da *exploração* e do *aprofundamento/compromisso* com o ser “diferente” vai ocorrendo.

As múltiplas possibilidades de identificação e de reconstrução psicossocial que os quadrantes pós-lineares nos afirmam como necessárias ao entendimento contemporâneo das identidades, num *aqui* e num *agora* com significado de âmbito finito (Pais, 2001), são complementares para a leitura dos dados empíricos. São-no também as amplas possibilidades de opções de (re)construção de si que a análise psicológica da globalização (e.g., Arnett, 2002) traz à leitura das identidades e, em particular, das identidades lésbica e gay. Comentou, a este respeito, uma representante associativa:

“percebermos as mudanças do nosso tempo, é percebermos que certamente os adolescentes têm hoje referências que se, por um lado, podem levá-los a uma consciência mais precoce [das homossexualidades], também os pode fazer ficar mais tempo na exploração e no aprofundamento da identidade [...], estas mudanças são patentes neste estudo e devemos estar atentas e atentos a elas”.

Se a intervenção psicológica tem que entender o desenvolvimento psicológico do adolescente no tecido destas actuais mudanças sociais, mais deve fazê-lo uma *psicologia afirmativa gay* que, em diferentes contextos, saiba como adequar-se aos adolescentes sexualmente “diferentes”. As dificuldades de identificação e de partilha que em particular se levantam a estes adolescentes, dificuldades de que decorrem os graves riscos de desadaptação psicológica referidos neste trabalho a respeito do questionamento de si como não-heterossexual na adolescência (e.g., Carneiro & Menezes, 2006; Johnson, 2000; Savin-Williams, 2001a; Thomas & Larrabee, 2002) não podem senão direccionar, como fundamentam os dados do nosso estudo, esta *psicologia afirmativa gay* para um cuidado cada vez mais atento e sistemático a tais dificuldades.

Ainda sobre as diferenças de idade constatadas no âmbito deste estudo, cabe realçar que elas são corroborantes de uma não linear correspondência entre a complexificação do sentido de si enquanto “diferente” e a idade cronológica. De outro modo dito, as variantes etárias constatadas na cotação das diferentes fases de desenvolvimento das homossexualidades revelam que a uma determinada fase não tem que corresponder necessariamente uma determina faixa etária. Reflectindo sobre esta “*décalage*” entre a

idade e as fases desenvolvimentais que descrevem e operacionalizam a experiência psicológica de ser homossexual, sublinhamos dois aspectos interrelacionados que recuperam o que nos quadrantes teóricos dissemos a respeito da análise psicológica da identidade e, em particular, das identidades homossexuais.

O primeiro destes aspectos reporta-se à controvérsia entre *ser* e *estar* e ao que no debate epistémico sobre esta controvérsia propusemos como um possível entendimento do desenvolvimento da identidade enquanto conjunto integrado de mudanças progressivamente mais complexas e diferenciadas que não reclamam tanto a idade cronológica quanto, como no diz Lourenço (2005), a “passagem do tempo”. Nesta passagem do tempo encontramos sentido para estabelecer uma relação entre o desenvolvimento da identidade (homossexual) e os significados contextuais lhe vão sendo imprimidos (Cavanaugh, 1996): mais do que salientarmos uma correspondência linear entre as faixas etárias consideradas no nosso estudo e as fases da identidade homossexual conforme são descritas pelo modelo que as enquadra (McCarn & Fassinger, 1996), o que se depura dos resultados encontrados é que numa mesma faixa etária se encontram citações que revelam a auto-identificação dos sujeitos com fases desenvolvimentais distintas.

O segundo aspecto, mais directamente referente à análise do desenvolvimento psicológico das homossexualidades, remete para uma descrição teórica deste desenvolvimento que é, ela própria, defensora de “fases” desenvolvimentais que caracterizam os percursos do *ser* homossexual, mais do que de estádios estanques e rígidos (McCarn & Fassinger, 1996). Se diferentes contextos possibilitam diferentes modos de compreender e de vivenciar a opressão, tal como diferentes compreensões e vivências desta opressão reconfiguram os contextos relacionais de lésbicas e gays (Fassinger & Miller, 1996), melhor se percebe que sujeitos de uma mesma idade possam depara-se com oportunidades contextuais distintas para o seu desenvolvimento que se reflectem na auto-identificação com elementos descritivos de diferentes fases.

Versando uma *psicologia afirmativa gay*, designadamente no que se refere à formação de profissionais que com os sexualmente “diferentes” desenvolvem trabalho, referenciámos a necessidade de reflectir atentamente sobre as especificidades da construção psicológica da “diferença” (sexual). Esta “maleabilidade” desenvolvimental revela-se, a nosso ver, como fundamental para a compreensão das realidades

Capítulo VII

experienciadas nas homossexualidades. Na decorrência desta “maleabilidade” têm, então, que ser contemplados os constrangimentos ou, pelo contrário, as oportunidades que nos vários *espaços* da “passagem do tempo” se colocam ao sentido de si na “diferença” sexual: os contextos relacionais da “revelação”, das relações de amizade e dos *ambientes* gay foram, neste estudo, contributivos para enriquecer a compreensão das diferenças na “passagem do tempo homossexual”.

■ Os tempos da “revelação”

São naturalmente restritas as informações de que podemos dispor neste estudo a respeito da “revelação” da homossexualidade. Como sugeriu uma representante associativa, este processo de “revelação” da homossexualidade deixa em aberto, tal como foi avaliado, interrogações quanto ao momento da vida em que ocorreu para os sujeitos, se ocorreu de uma forma *“intencional ou consciente”* ou *“porque já não se aguentava mais esconder a homossexualidade”* e quanto à exactidão com que se poderia saber se as experiências de participação nas associações LGBT são ou não (e se sim, como podem ser mais exactamente) *“um contributo para impulsionar a revelação ou já um resultado subsequente ao facto de se ter participado nestas associações”*.

Não se tendo pretendido uma exploração aprofundada dos processos relacionais associados ao “dizer a sua homossexualidade” a outros significativos, obteve-se contudo alguns resultados importantes para a leitura das *diferenças* na “diferença”. O que os resultados aqui encontrados dão a saber é que entre os 20 e os 40 anos de idade que o “contar as homossexualidades” tende a ser mais frequente, com a decorrente implicação de que sujeitos “mais novos” e “mais velhos” do que estes *dizem menos* as suas homossexualidades.

O local em que se cresceu ou as pessoas com quem se cresceu/vive actualmente não são aspectos que diferenciem significativamente a “revelação”. Apenas o local em que vivem actualmente os inquiridos diferencia os sujeitos que “revelaram” a sua homossexualidade, numa “urbanidade” que facilita este conhecimento por parte dos irmãos. Não obstante, fizemos notar que é bastante elevada a percentagem de sujeitos deste estudo

que vivem em centros urbanos, assim se reconhecendo uma limitação deste estudo, ao que acrescentamos as palavras de um representante associativo:

"também nos centros urbanos há «ruralidade», no sentido em que muitas pessoas LGBT ocultam a sua diferença, ou pura e simplesmente não têm a independência social, económica e/ou familiar que lhes permita a saída do armário [...]; a maioria das vivências homossexuais em Portugal faz-se no segredo e na duplicidade, com uma vida dupla que constantemente resulta deste esconderijo".

Para os adolescentes nos parece ser particularmente verdadeira esta realidade, se considerarmos que a adolescência representa um *tempo-lugar* de vida marcados pela dependência da família e por uma falta de recursos sociais e económicos. Também nos parece esta realidade verdadeira para sujeitos que, sendo mais velhos, têm já um percurso longo de "esconderijo" que pode dificultar a revelação das suas homossexualidades porquanto, para estes, "contar a diferença" reclama uma mais complexa e exigente reformulação das trocas relacionais que marcaram e/ou virão a marcar as suas vidas. Lembre-se, aliás, que é para a faixa etária "mais de 40 anos" que encontramos a menor percentagem de sujeitos que consideram ter "muitos amigos", o que certamente será contributivo para uma menor "revelação" da homossexualidade, ainda mais quando os resultados do estudo revelam que a uma maior quantidade de amigos homossexuais corresponde uma mais elevada satisfação com a orientação sexual. Se "contar a homossexualidade" se apresenta nesta investigação como um difícil processo, como não poderia este processo ser mais difícil quando menos satisfação se tem com a sua própria homossexualidade e quando menos amigos existem para que o gostar-se na "diferença" se valide em círculos de relação social?

■ Os tempos dos "territórios homossexuais"

Os resultados relativos à "revelação" das homossexualidades ganham mais ampla leitura quando sabemos, através deste estudo, que é também para as faixas dos "mais novos" (14-20 anos) e dos "mais velhos" (mais de 40 anos) que se verificam as mais reduzidas percentagens de pessoas com amigos homossexuais. Adicionalmente, é também para estes sujeitos "mais novos" e "mais velhos" que se constata menores percentagens de frequência dos *ambientes* gay. Se a frequência destes ambientes está, como vimos, relacionada com uma maior satisfação com a orientação sexual homossexual, melhor se

Capítulo VII

entendem as dificuldades com que estes sujeitos se deparam, em momentos mais precoces e mais tardios da “passagem do tempo”, na construção psicológica das suas identidades.

Os “territórios da diferença” podem, enquanto espaços de socialização, ser promotores de uma “menor estranheza” face às (suas próprias) homossexualidades (e.g., Browning, 1996; Llamas, 2004), numa *geografia homossexualizada* que os dados deste estudo consagram como importante para a construção de si na “diferença” e a que os psicólogos devem ter atenção quando trabalham com os diferentes *tempos* do desenvolvimento psicológico de lésbicas e gays.

Um dos representantes associativos sublinhou, por um lado, o facto de estes *espaços de socialização homossexual* serem evidenciados no nosso estudo como espaços que são também possivelmente encontrados através da Internet e, por outro, a maior importância que os sujeitos que responderam na versão escrita dão aos amigos homossexuais, quando comparados com os sujeitos que responderam na versão online. Os sujeitos “mais novos” (14-20 anos) são, conforme mostrámos no capítulo anterior em relação à totalidade da amostra, os que mais respondem ao estudo através da Internet, aspecto que entendemos poder ser explicado pela progressiva “desmarginalização” das identidades homossexuais que o *espaço virtual* oferece. O envolvimento virtual tem importância, na aquisição de um sentido de identidade de grupo, podendo promover a auto-aceitação dessa identidade (e.g., McKenna & Barg, 1998, 1999; Wakeford, 2002). No caso de gays e lésbicas, um bem-estar acrescido com a orientação sexual decorre não raras vezes deste envolvimento, ao ser dado às pessoas uma possibilidade de irem contactando com “comunidades virtuais” (Wakeford, 2002) onde são partilhadas as experiências de discriminação social e onde podem os “diferentes” encontrar um amplo número de “iguais”. Como disse o mesmo representante associativo,

“em grande medida, a Internet quebrou o isolamento de milhares de pessoas e, particularmente no caso gay e lésbico, tem florescido: chats, canais IRC, websites, blogs, etc., representam não apenas um espaço de acesso muito mais fácil a muito mais informação do que os espaços físicos [mais ou menos relacionados com as identidades lésbica e gay], mas sobretudo pela possibilidade de anonimato, de protecção que oferece a distância da comunicação virtual”.

Certamente que a permanência no “contacto virtual” pode contribuir para evitar, senão mesmo impedir, o encontro presencial com os “iguais”. Estando os adolescentes mais sozinhos na sua “diferença”, tendo menos acesso aos ambientes gay, não dispondo de redes de socialização tão amplas quanto os sujeitos mais velhos, é natural que respondam mais através da Internet, nomeadamente podendo preparar no espaço virtual um primeiro caminho para o posterior encontro presencial com outros gays e outras lésbicas. De acordo com uma representante associativa,

“é possível que um enfraquecimento do encontro físico, tanto nos locais de diversão gay, quanto no próprio campo associativo, advenha de uma propensão para o isolamento físico que a Internet provoca face à comunidade LGBT, mas também pode ser a porta de entrada para espaços que nunca seriam frequentados pelas pessoas [LGBT] se a Internet não os desse a conhecer”.

A “passagem do tempo” resulta também relevante para compreender as diferenças no “espaço associativo” e na percepção de suporte social por parte dos inquiridos. A cada um destes vectores prestamos agora importância numa análise que pretende conferir-lhe enquadramento através dessa “passagem temporal”.

■ Os tempos do “espaço associativo”

Também no que se refere às “associações gays e lésbicas” verificámos diferenças de idade e, particularmente, no que respeita ao conhecimento destas associações (*i.e.*, dos materiais produzidos pelas associações, das actividades que desenvolvem e em nelas ter estado presente). Sujeitos “mais novos” e “mais velhos” estão representados em menor percentagem no que concerne a tal conhecimento, o que vem reforçar as dificuldades colocadas a estes sujeitos na partilha das suas experiências com os “iguais”. Tendo sido a maior parte dos sujeitos recrutados para o nosso estudo através da Internet e verificando-se que as faixas 14-20 anos e “mais de 40 anos” são as menos representadas na totalidade da amostra, é inevitável que aos sujeitos destas faixas etárias chegue o “conhecimento associativo”. Por outro lado, e pela possibilidade antes referida de que a Internet funcione quer como espaço de “primeiro contacto” com os “iguais”, quer como espaço de socialização virtual que pode não conduzir a um conhecimento presencial, se pode explicar que os sujeitos “mais novos” e “mais velhos” não tenham estado presentes nas actividades associativas.

Capítulo VII

Uma contribuição que se nos afigura complementar para a compreensão das diferenças de idade no “conhecimento associativo” está relacionada com o que um dos representantes associativos disse:

“naturalmente que com o advento do movimento associativo LGBT [...], a re-construção de referências positivas [sobre a “diferença” sexual] está hoje facilitada, mas o trabalho pela auto-estima LGBT, individual e colectiva, está apenas no seu início em Portugal, pelo que as associações devem suportar cada vez mais as primeiras fases de descoberta da “diferença” sexual face à norma, devendo para isso aprender a chegar a quem nunca por lá passou”.

Também valerá a pena dizermos que uma *psicologia afirmativa gay* deverá ser capaz de “chegar”, nos diferentes contextos da sua actuação, a quem começa a descobrir-se na “diferença sexual”. Que esta psicologia afirmativa trabalhe no sentido da estreita colaboração com os recursos associativos que complementam a intervenção psicológica configura-se, neste estudo, fundamental e consonante quer com o que antes se disse sobre os propósitos afirmativos da intervenção psicológica (e.g., APA, 2000; Carneiro & Menezes, 2006; Davies & Neal, 2000; Ferreira, 2005), quer com a importância destes recursos para a construção psicológica das homossexualidades frisada no modelo teórico que dá base à avaliação desta construção (McCarn & Fassinger, 1996). Com a articulação de esforços entre profissionais da psicologia e pessoas das associações LGBT no sentido de dar a conhecer e de promover a presença dos sexualmente “diferentes” nestes espaços associativos adquire certamente o sujeito possibilidades mais promissoras de complexificação identitária.

Resta salientar que para os sujeitos “mais novos” deste estudo se verificou, por comparação a sujeitos mais velhos, a mais baixa média do envolvimento associativo, o que reforça a necessidade de, especialmente com os adolescentes, se promover este suporte colaborante entre os esforços da intervenção psicológica e das associações LGBT. Não se advogando aqui uma “exigência” de participação associativa para o desenvolvimento psicológico das homossexualidades, redutor seria negar a relevância desta participação para a construção de si como lésbica ou como gay.

■ **Os tempos do suporte social**

Reflectindo sobre a relação entre a “passagem do tempo” nas homossexualidades e o suporte social, destaca-se que a quantidade de amigos se apresenta variando em função das faixas etárias consideradas neste estudo, o que também é verdadeiro para os amigos homossexuais. Para os sujeitos “mais novos” (14-20 anos) e “mais velhos” (mais de 40 anos), estes amigos homossexuais são menos existentes do que para os sujeitos com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos de idade. Dizermos que são menos existentes os amigos gays e/ou as amigas lésbicas, corresponde a dizermos que os sujeitos relataram “não ter” amigos homossexuais, o que poderia vir a ser futuramente investigado de forma mais aprofundada em estudos que se debruçassem sobre a construção de relações de amizade com os “iguais” e sua relevância para a construção das identidades gay e lésbica. De qualquer modo, deve registrar-se a ideia de que em *tempos* mais *precoces* e mais *tardios* das homossexualidades está dificultada a possibilidade de construção de “famílias alternativas” (Cantu, 2000) que muitas vezes estes amigos representam para os sexualmente “diferentes”. Mais problemática esta dificuldade se nos apresenta quando recordamos que tanto a quantidade de amigos, como o facto de ter amigos homossexuais se apresentaram neste estudo como factores importantes para se alcançar uma maior satisfação com a orientação sexual homossexual.

A família, a mãe e os amigos foram os agentes relativamente aos quais a “passagem do tempo” das homossexualidades mostrou neste estudo resultados que devem ser salientados. Os sujeitos com idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos são os que mais baixo suporte percebem em relação a estes agentes. Num tempo de vida que reclama especialmente trocas suportivas destes agentes, percebe-se que os adolescentes deste estudo estão, de facto, “sozinhos” nas suas vivências. Com a passagem do *tempo*, vamos percebendo que os amigos vão sendo percebidos como mais suportivos do que a mãe e a família, embora para os sujeitos com mais de 40 anos não se tenham encontrado diferenças significativas de suporte percebido em relação aos diferentes agentes de suporte. Assim, e tal como os adolescentes, estes sujeitos com idades superiores a 40 anos estão “sozinhos” nas suas homossexualidades, o que certamente contribuirá para que menos se auto-identifiquem, quando comparados com as pessoas das restantes faixas etárias consideradas neste estudo, com a *consciência*, a *exploração* e o *aprofundamento* da (sua) “diferença” sexual.

VII. 6. 2. *Elas e Eles nas homossexualidades.*

Para as “descobertas da homossexualidade”, as diferenças de sexo são significativas, revelando um primeiro *sentido mais tardio de si* como lésbica do que como gay, bem como mais tardiamente nas mulheres do que nos homens se constata a ocorrência da primeira relação sexual com alguém do mesmo sexo e o primeiro *namoro* homossexual. Excepção é feita, de entre estas “descobertas”, para a *primeira atracção* homossexual, dimensão relativamente à qual, como se disse, homens e mulheres não se diferenciam.

O *desejo* homossexual, que a avaliação da *primeira atracção* mais directamente deu a conhecer, aparece então como precoce tanto para as mulheres como para os homens (de acordo com o que foi apresentado na caracterização sócio-demográfica), ao passo que o *encontro sexual* com pessoas do mesmo sexo e a *romantização* homossexual exigem às mulheres um tempo mais longo do que aos homens. Certamente contribuirão para este mais longo tempo das homossexualidades femininas (em *sexualidade* e/ou em *amor*) representações sociais e culturais do homem hiper-sexualizado e da mulher “reservada” ao amor, e que não ao amor com outra(s) mulher(es). As considerações teóricas que desenvolvemos a respeito dos papéis sexuais são agora chamadas à leitura destes dados, tanto mais que estes papéis sexuais, quando rigidamente estabelecidos, dificultam a construção de si como lésbica ou gay na partilha amorosa e/ou sexual (e.g., Colgan, 1987; Hegna, 2004; Isay, 1993; Rubio, 1999). Um representante associativo referiu, na apreciação crítica a estes dados:

“as limitações culturais impostas pelos papéis de género estão por detrás das diferenças entre mulheres e homens nas relações homossexuais, bem como na valorização que umas e outros fazem sobre estas relações [...]; se queremos entender estas diferenças, olhemos ao sistema patriarcal de valores, para a preponderância socialmente atribuída aos papéis masculinos e à des-sexualização das mulheres que derivam deste sistema, factores ideológicos que insistem em negar socialmente que as diferenças entre homens e mulheres não existem no amar”.

A hiper-sexualização que vimos ser jogada sobre os homens (e.g., Escoffier, 1998; Malone, 2000; Levy, 2004) repercute-se, compreensivelmente, numa dificuldade que a estes é apresentada de *dizerem o(s) amor(es)*, de o valorizarem, em vivência e expressão,

tanto quanto as mulheres e, ainda mais, quando de uma relação com alguém do mesmo sexo se trata (Colgan, 1987; Miranda & Storms, 1989; Rubio, 1996, 1999).

Ainda que tanto os homens como mulheres tenham relatado ser “importante” uma relação amorosa homossexual (vívda ou idealizada) para a vivência das suas homossexualidades, é para as mulheres que se verifica uma maior importância desta relação. Se a aculturação das mulheres “esquece” a sua sexualização e a “sonega” ou “esconjura” no caso da sexualização com outra(s) mulher(es), se esta aculturação as conduz, desde cedo, a perspectivarem-se como pessoas mais dedicadas ao *amor* do que à sexualidade, como não poderiam estas dar maior importância do que os homens ao que conquistam, e talvez ainda mais quando fugindo à “norma da conquista de um parceiro masculino”, quando amam outra(s) mulher(es)?

Se as mulheres têm menos amigos homossexuais do que os homens, consideram-nos contudo mais importantes do que os homens. Ainda que não seja possível, através deste estudo, saber se os amigos homossexuais serão outras lésbicas e/ou outros gays, a partilha possibilitada com estes amigos homossexuais (que as mulheres, mais do que os homens, consideram serem importantes) terá, certamente, relevância para a possibilidade de validação dos *amores vividos*, o que nos parece contribuir também para a maior valorização do amor homossexual por parte das mulheres.

■ *Elas e Eles na “revelação” e nos “territórios homossexuais”*

Como vimos, as homossexualidades das mulheres são mais conhecidas pelas mães do que as homossexualidades dos homens. Para uma representante associativa,

“este é um dado surpreendente, uma vez que numa sociedade conservadora em que as mulheres, até há bem pouco tempo, não deveriam ser sequer sujeitas de sexualidade, a vergonha e o pudor lhes ditavam o «decoro» na abordagem dos temas da sexualidade; [...] à partida, esperaríamos que os homens, a quem mais se reconhece socialmente o desejo sexual, mais assumiriam perante as suas mães a homossexualidade, não tanto por vontade própria mas por força das circunstâncias [sócio-culturais e ideológicas]”.

Para uma *psicologia afirmativa gay*, e porque tomando esta psicologia afirmativa as relações familiares como um dos seus focos centrais (APA, 2000), deverá a diferença entre

Capítulo VII

homens e mulheres na “revelação” à mãe constituir interesse, quer através de estudos que futuramente possam aprofundar as razões, os momentos desenvolvimentais em que tal “revelação” ocorre e os processos de reconfiguração relacional concorrentes para e decorrentes do *dizer as homossexualidades*, quer através de uma atenção cuidada, nos diferentes contextos da actuação profissional, às implicações emocionais, cognitivas e comportamentais desta “revelação”.

As reduzidas percentagens que, tanto para homens como para mulheres, são encontradas na “revelação” ao pai não podem deixar de ser salientadas como imprescindível base de trabalho futuro da *psicologia afirmativa gay*, porquanto o envolvimento deste agente relacional no suporte prestado aos sexualmente “diferentes”, estejamos falando de mulheres ou de homens, se mostra particularmente difícil. Como referiu um representante associativo:

“há nesta dificuldade de comunicação da homossexualidade à figura parental um aspecto que o movimento LGBT sabe ser de grande importância para quem por lá passa, ao que os resultados deste estudo acrescentam a possibilidade de sabermos que tal dificuldade chega ao ponto de na amostra haver mais pessoas que se assumem no local do trabalho do que junto do pai, local que é consensualmente, mas não pelo que podemos observar neste estudo, o meio onde a saída do armário é mais difícil e menos praticada”.

Frequentando menos os *ambientes gay*, as mulheres atribuem contudo mais importância a estes ambientes do que os homens. Vários factores de ordem social e económica podem estar aqui em jogo, interessando-nos frisar a possibilidade de que a “conquista feminina” destes ambientes, lugares histórica e predominantemente *feitos no masculino*, seja contributiva para a maior valorização que as mulheres fazem destes lugares, quando comparadas com os homens. Adicionalmente, esta diferença de sexos na valorização dos ambientes sugere-nos uma desconstrução de estereótipos ou representações culturais que levariam a pensar na “mulher lésbica escondida ou encarcerada” na sua “diferença”, sem presença em espaços de socialização e sem valorização destes espaços para as vivências da sua homossexualidade, em detrimento da dominação e da sobrevalorização pelos homens (homossexuais) de locais de diversão e de socialização.

A averiguação futura e mais precisa da relação entre estes espaços e a construção psicológica da “diferença” sexual (com ênfase justificável nas identidades lésbicas mas

devendo relacionar estas questões com as identidades gay) surge como pista importante para outros trabalhos de investigação. Numa intenção de pesquisa que se pretenda debruçada sobre o *caminho das homossexualidade* rumo a uma integração pessoal, que a uma psicologia afirmativa reconhecemos ser mais a da pessoa do que a das “diferenças” (sexuais), podem trabalhos desta ordem trazer-nos dados relevantes sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, que possa passar designadamente pela socialização e pela valorização dos espaços da “diferença”.

■ **Elas e Eles no “espaço associativo”**

Para as dimensões do conhecimento associativo (*i.e.*, dos materiais e das actividades) e para a presença em actividades desenvolvidas pelas associações “gays e lésbicas”, são menores as percentagens de mulheres do que de homens verificadas neste estudo. Não podem ser negligenciadas na leitura destes resultados as diferenças de sexo apresentadas na caracterização amostral sobre a participação no estudo e que mostram ser bastante mais reduzida a percentagem de mulheres do que de homens que responderam aos questionários através da Internet. Se assumido foi que o *espaço virtual* é uma possível “porta de entrada” para o conhecimento associativo e para a presença nas associações, então se percebe melhor que para as mulheres possa ser mais difícil o acesso a este conhecimento e a estas actividades.

No entanto, o que de mais importante emerge nos resultados aqui sistematizados é o facto de as mulheres representarem, de entre os sujeitos associados dos espaços associativos LGBT, uma percentagem significativamente maior do que os homens e de nestes espaços permanecerem mais tempo do que os homens (*i.e.*, sendo para as mulheres que se encontra a maior percentagem de inquiridos que dizem estar associados por “mais de 6 meses”). De acordo com o que salientou um representante associativo,

“o facto de este estudo mostrar que a maioria da participação é feita pelas mulheres, valida o que sempre foi relativamente evidente no movimento LGBT: sempre soubemos que as mulheres participam mais, ao mesmo tempo que a elas sempre foi menos reconhecida a participação do que aos homens; tudo isto é, a meu ver, totalmente justificado pela particularidade da lesbofobia, que o sistema social determina e que o movimento muitas vezes reproduz, associada portanto ao sexismo e à dupla invisibilidade do lesbianismo [porque de mulheres e lésbicas se trata]”.

Assim, e em suma, desejável é que nestas *diferenças da "diferença"*, elas e eles tomem *tempos e lugares* que ora encontram comunalidades, ora encontram especificidades, para que reproduzidos não sejam os mecanismos de discriminação social (Kitzinger, 1987, 1996; Kitzinger & Wilkinson, 1995; Markowe, 1996). Esta contemplação de necessidades e percursos diferenciados é em nosso entender tão válida e profícua para o movimento associativo LGBT, como para a intervenção psicológica que em diferentes contextos se pretenda afirmativa junto dos sexualmente "diferentes". Porque válida e profícua é para *elas e eles* na constante e reformulante edificação das suas "diferenças". No dizer de um representante associativo,

"este estudo faz pensar que é possível adquirir um enfoque mais alargado [sobre as homossexualidades] segundo uma relação, que nos resultados desta investigação vai aparecendo sempre como inextrincável, entre o género e a sexualidade e que este enfoque é não somente útil mas também imprescindível para se entender as múltiplas formas de construção identitária".

■ **Elas e Eles no suporte social**

Se homens e mulheres não se diferenciam em relação à quantidade de amigos, diferenciam-se contudo no que diz respeito a terem ou não amigos homossexuais. Tendo menos amigos homossexuais do que os homens, atribuem-lhes contudo mais importância, sendo de admitir que talvez estas duas dimensões se relacionem, no sentido em que por terem menos amigos as mulheres os valorizem mais do que os homens.

Uma limitação a reconhecer ao estudo prende-se com o facto de não ter sido possível sabermos, em virtude dos conteúdos das questões que avaliaram estes círculos de amizade, se os sujeitos se reportaram a amigas lésbicas e/ou a amigos gays. Se especificado o sexo destes "amigos homossexuais", resultados diferentes poderiam, porventura, ser encontrados.

Elas e eles diferenciam-se também neste estudo, agora considerando os agentes relacionais contemplados na avaliação do suporte social percebido, no que diz respeito à mãe, que se apresenta como figura mais suportiva dos filhos gays do que das filhas lésbicas. Para os restantes agentes (família, pai e amigos) não foram encontradas diferenças de sexo, sendo de relembrar que é para o pai que se encontram no presente

estudo, independentemente do sexo, menores percentagens de “revelação” das homossexualidades, sendo então compreensível que entre homens e mulheres não se verifiquem diferenças no suporte percebido em relação à figura paterna.

Os *tempos das homossexualidades* e as diferenças que *elas e eles* revelam na construção psicológica da (sua) “diferença”, foi o que fundamentalmente pretendemos sistematizar ao longo desta primeira secção.

Que uma *psicologia afirmativa gay*, em intenções de actuação e/ou em trabalhos futuros de investigação, saiba *escutar* estas diferentes “diferenças” surge como fundamental à adequação dos esforços profissionais dos psicólogos ao suporte que podem prestar a lésbicas e gays. Para que possam estas e estes caminhar, nos diferentes *tempos* das suas homossexualidades, rumo à integração das “diferenças”.

Secção II.

Ser, pertencer e participar:

Uma Compreensão Integrada das Homossexualidades.

VII. 7. A Importância de *Pertencer*.

Tendo-se visto na secção precedente que a satisfação com a orientação sexual e que a homofobia internalizada constituem factores com poder de diferenciação de alguns dos resultados apresentados, começaremos por analisar a relação entre o apoio social percebido e estes dois factores.

Para testar o efeito dos níveis (*alto* e *baixo*) de suporte social do pai, da mãe, da família e dos amigos no grau de satisfação com a orientação sexual recorremos a uma análise de variância univariada⁵. Verifica-se um efeito significativo do suporte da mãe [$F(1,380)=5.646$; $p=0.018$] e um efeito marginalmente significativo do suporte dos amigos [$F(1,380)=3.547$; $p=0.058$], não sendo o suporte dos restantes agentes (pai e família) significativo.

Os sujeitos que percebem *alto* suporte da mãe estão, em média, mais satisfeitos com a sua homossexualidade ($M=6.38$; $DP=0.11$) do que os que percebem *baixo* suporte ($M=5.99$; $DP=0.13$). No mesmo sentido, os sujeitos com *alto* suporte percebido em relação aos amigos apresentam uma média mais elevada de satisfação com a sua homossexualidade ($M=6.35$; $DP=0.12$), por comparação aos que percebem *baixo* suporte destes agentes ($M=6.03$; $DP=0.11$). A **H15** pode, então, ser confirmada com base nestes resultados.

A análise de variância univariada que avalia o efeito dos níveis de suporte social na escala de homofobia internalizada revela que apenas o suporte dos amigos é significativo [$F(1,344)=7.483$; $p=0.007$], o que permite uma confirmação parcial da **H16**. São os sujeitos com *alto* nível de suporte percebido em relação aos amigos que cotam com valores médios mais altos os itens relativos à crença no amor homossexual ($M=6.66$; $DP=0.87$), assim revelando um grau de homofobia internalizada inferior ao dos sujeitos que percebem *baixo* nível de suporte dos amigos ($M=6.21$; $DP=0.91$).

⁵ Os níveis *alto* e *baixo* de suporte social resultam de uma recodificação das respostas a cada sub-escala do PAS em categorias de valores acima e abaixo da mediana, respectivamente.

Para analisar a relação entre o suporte social percebido e o desenvolvimento da identidade homossexual, começamos por analisar os valores de correlação entre estas duas dimensões. Os resultados desta análise são apresentados na **Tabela VII. 9**.

Fases da Identidade Homossexual	Suporte Social Percebido			
	Família	Pai	Mãe	Amigos
I. Consciência	- 0.132*	-0.91	- 0.110*	-0.333**
II. Exploração	- 0.174*	-0.94	- 0.112*	-0.291**
III. Aprofundamento/ Compromisso	- 0.279**	-0.108*	- 0.216**	-0.285**
IV. Internalização/Síntese	0.023	0.087	0.055	0.128*

Nota: * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$

Tabela VII. 9. Correlações bivariadas de *Pearson* entre o Suporte Social Percebido e as Fases de Desenvolvimento da Identidade Homossexual.

Como pode observar-se na tabela, ainda que baixas, são significativas as correlações entre o suporte da família e da mãe e as três primeiras fases de desenvolvimento da identidade homossexual, com valores de significância estatística mais elevados no caso do suporte dos amigos. Estas correlações são, na sua totalidade, de valor negativo. O suporte do pai apenas se revela significativo e também negativamente correlacionado com a fase III das identidades gay e lésbica. Salienta-se que, de entre estas primeiras fases, os valores mais elevados de correlação negativa entre o desenvolvimento da identidade homossexual e o suporte social se encontram para a fase de *aprofundamento/compromisso*, o que se compreende se lembrarmos que esta fase se caracteriza, de acordo com o modelo teórico utilizado, por uma mais intensa identificação com os “iguais” e por um conflito interno suscitado por esta identificação e a consciência acrescida da opressão. Para a quarta fase (*integração/síntese*) apenas se apresenta significativa e com valor positivo a correlação entre o suporte dos amigos e esta fase de desenvolvimento.

Estes resultados são indicativos de que a auto-identificação dos sujeitos com as três primeiras fases se relaciona negativamente com o suporte da família, da mãe e dos amigos, levando-nos a afirmar que a *consciência*, a *exploração* e o *aprofundamento* do sentido de si como gay ou lésbica se vai fazendo num caminho “solitário”, caracterizado por um baixo

Capítulo VII

suporte dos outros significativos. Apenas os amigos parecem relacionar-se positivamente com um sentido subjectivo de *internalização/síntese* da experiência de ser lésbica ou gay.

São agora apresentados os resultados da análise de variância multivariada através da qual se avaliou o efeito do suporte social percebido no desenvolvimento da identidade homossexual. Nesta análise apresentam valor estatisticamente significativo apenas o efeito do suporte dos amigos [$F(4,323)=2.592$; $p=0.037$] e a interacção entre o suporte da mãe e o suporte da família [$F(4,323)=2.481$; $p=0.044$]. O suporte dos amigos apenas diferencia os sujeitos na primeira fase de desenvolvimento da identidade gay e lésbica, *consciência* [$F(1,326)=5.046$; $p=0.025$], sendo que *alto* suporte dos amigos conduz a uma auto-identificação mais baixa dos sujeitos com esta fase ($M=1.59$; $DP=0.10$) do que *baixo* suporte dos amigos ($M=1.92$; $DP=0.11$). A *consciência* de si como gay ou lésbica revela-se, portanto, como uma etapa desenvolvimental de maior auto-identificação por parte de sujeitos que percebem os amigos como menos suportivos.

A interacção entre a mãe e a família é significativa para as fases I - *consciência* [$F(1,326)=4.565$; $p=0.033$]; II - *exploração* [$F(1,326)=5.333$; $p=0.022$] e III - *aprofundamento/compromisso* [$F(1,326)=9.681$; $p=0.002$].

Para a primeira fase de desenvolvimento da identidade homossexual é apenas nas médias entre o *baixo* suporte da mãe e o *baixo* suporte da família que há se encontra uma diferença significativa das médias. Para as fases de *exploração* e de *aprofundamento/compromisso*, são equivalentes as categorias de suporte nas quais as médias destas fases, quando comparadas, revelam uma diferença significativa de médias: (i) *baixos* suportes da mãe e da família e (ii) *altos* suportes da mãe e da família.

A Tabela **VII. 10.** apresenta as médias e os desvios-padrão das fases I, II e III da identidade homossexual em função dos níveis (*alto* e *baixo*) de suporte da mãe, da família. Apenas para as categorias de suporte da mãe e da família em que se revelaram significativas serão apresentadas estas médias.

		Suporte da Mãe	
		<i>Alto</i>	<i>Baixo</i>
Suporte da Família	<i>Alto</i>	Fase I – 1.76 (0.89) Fase II – 2.32 (0.95) Fase III – 2.75 (0.92)	_____
	<i>Baixo</i>	_____	Fase I – 2.08 (0.92) Fase II – 2.65 (0.18) Fase III – 3.36 (0.96)

Tabela VII. 10. Médias de cotação das fases de consciência, exploração e aprofundamento da identidade homossexual em função do suporte combinado da mãe e da família.

Como pode verificar-se, os níveis de suporte social percebidos em relação à mãe à família são, quando *baixos* para estes dois agentes de suporte, aqueles em que podem encontrar-se médias de cotação mais elevadas para as três primeiras fases de desenvolvimento da identidade homossexual. Assim, é também nos casos em que mais “solitários” se encontram os sujeitos do estudo (*i.e.*, quando menos suporte percebem na relação com o sentido da sua “diferença” sexual), que mais se auto-identificam com a *consciência*, a *exploração* e o *aprofundamento* da sua “diferença”.

Analisámos, ainda, os efeitos do suporte social na construção da identidade, considerada como núcleo do desenvolvimento identitário. A análise de variância multivariada destinada a testar as diferenças na *exploração* e no *investimento* identitários em função do suporte, revela efeitos significativos para os níveis de suporte do pai [$F(2,383)=4.577$; $p=0.011$] e dos amigos [$F(2,383)=5.450$; $p=0.003$]. No que se refere ao suporte do pai, o efeito é encontrado para a dimensão do *investimento* [$F(1,384)=4.809$; $p=0.029$], sendo que nos casos em que os sujeitos percebem *alto* suporte por parte deste agente cotam com valores mais elevados o investimento ($M=5.07$; $DP=0.10$) do que quando percebem *baixo* suporte ($M=4.66$; $DP=0.86$).

Relativamente ao suporte dos amigos, são encontrados efeitos significativos tanto para o *investimento* [$F(1,384)=7.625$; $p=0.007$] como para a *exploração* [$F(1,384)=11.122$; $p=0.001$]: *alto* suporte dos amigos corresponde a valores mais elevados de exploração ($M=4.50$; $DP=0.12$) do que *baixo* suporte ($M=4.04$; $DP=0.12$); no mesmo sentido, *alto*

Capítulo VII

suporte dos amigos corresponde a valores mais elevados de exploração ($M=4.50$; $DP=0.12$) do que *baixo* suporte ($M=4.04$; $DP=0.12$).

A análise das diferenças de distribuição pelos quatro estatutos da identidade revela que não é significativo o suporte de nenhum dos agentes (família, pai, mãe e amigos).

VII. 8. A importância de *Participar*.

Tal como para a dimensão do suporte social, começamos por analisar o efeito da qualidade (alta, desequilibrada e baixa) das experiências de participação no grau de satisfação da orientação sexual e na escala de homofobia internalizada.

A análise de variância univariada para a testagem dos efeitos da qualidade das experiências na satisfação com a homossexualidade revela um efeito significativo desta qualidade [$F(3,286)=3.711$; $p=0.012$]. Os sujeitos com *baixa* qualidade de experiências de participação cotam, em média, a satisfação com a sua homossexualidade com valores inferiores ($M=6.37$; $DP=0.42$) à dos sujeitos com *alta* qualidade de participação associativa (6.74 ; $DP=0.39$), o que é indicativo de que a qualidade das experiências de participação promove a satisfação com a orientação sexual, assim podendo confirmar-se a **H17**.

Foram testados, através de uma análise de variância univariada, os efeitos da qualidade das experiências de participação na escala de homofobia internalizada, encontrando-se um efeito significativo desta qualidade [$F(3,278)=3.760$; $p=0.011$].

Distinguem-se de modo significativo, novamente, a *alta* e a *baixa* qualidade das experiências. Os sujeitos com *alta* qualidade das experiências são, em média, mais crentes no amor homossexual ($M=6.74$; $DP=0.90$) do que os sujeitos com *baixa* qualidade das experiências (6.36 ; $DP=0.82$). Esta mais sólida crença no “amor homossexual” em função da qualidade acrescida das experiências de participação confirma a **H18**.

Uma análise de variância multivariada testou os efeitos na qualidade da participação em associações “gays e lésbicas” nas fases do desenvolvimento da identidade, não se tendo encontrado um efeito significativo da participação [$F(12,789)=0.842$; *ns*]. Deste modo, não foi possível confirmar a **H19**.

VII. 9. A Identidade e as *Homossexualidades*.

Duas análises de variância univariada foram realizadas com vista à testagem dos efeitos da exploração e do investimento (dimensões recodificadas em *altos* e *baixos* níveis, correspondentes a valores acima e abaixo da mediana) no grau de satisfação com a orientação sexual e na escala de homofobia internalizada.

Não foram encontrados efeitos significativos nem da exploração [$F(1,355)=4.625$; *ns*] nem do investimento [$F(1,355)=5.972$; *ns*] no grau de satisfação com a orientação homossexual. A interacção entre o investimento e a exploração também não é significativa [$F(1,355)=9.424$; *ns*].

Também não são significativos os feitos nem da exploração [$F(1,372)=6.092$; *ns*], nem do investimento [$F(1,372)=7.321$; *ns*] na escala de homofobia internalizada.

A análise das distribuições nas dimensões “satisfação com a homossexualidade” e “homofobia internalizada” em função dos estatutos da identidade revela que nenhum dos valores dos qui-quadrados correspondentes a esta análise é significativo.

Daqui se conclui que a identidade não diferencia significativamente o grau de satisfação que os sujeitos deste estudo revelam ter em relação à sua homossexualidade, tal como não produz diferenças na crença dos inquiridos relativamente ao “amor homossexual”.

Para avaliar as diferenças no desenvolvimento da identidade gay e lésbica em função da identidade, realizámos uma análise de variância multivariada. Os resultados desta análise revelam que não são significativos nem os efeitos da exploração [$F(4, 334)=1.660$; *ns*], nem os efeitos do investimento [$F(4, 334)=0.853$; *ns*], nem a interacção entre a exploração e o investimento [$F(4, 334)=1.329$; *ns*]. A análise das distribuições percentuais pelas fases de desenvolvimento da identidade gay e lésbica em função dos estatutos da identidade revela também que nenhum dos valores de qui-quadrado é significativo.

VII. 10. Secção II: Reflexão-Síntese.

Se a primeira secção pretendeu conduzir os resultados do estudo empírico para uma compreensão das *diferenças na "diferença"*, esta segunda secção teve como intenção central remeter para uma leitura integrada os modos como *pertencer* e *participar* contribuem, no âmbito deste estudo, para a (re)construção das identidades gay e lésbica, questão que apontámos como objectivo nuclear do nosso trabalho. Não são, portanto, dimensões das vivências das homossexualidades que se mostram centrais às reflexões seguidamente apresentadas, mas antes a inter-relação entre os vectores-chave desta investigação (*i.e.*, as experiências de participação associativa, o suporte social e o desenvolvimento psicológico das homossexualidades).

Tendo-se, ao longo deste estudo, salientado os cuidados inerentes às investigações realizadas com os sexualmente "diferentes" e tendo-se visto que a amostra deste estudo é "seleccionada" nas suas *diferentes diferenças*, impelem-nos os resultados encontrados a acrescentar que mesmo nesta "selecção" permanecem as dificuldades relacionadas com o desenvolvimento psicológico das homossexualidades. Dissemos que há riscos em reconhecer a contribuição dos movimentos sociais para a afirmação colectiva das identidades não-"heterossexuais", na medida em que não estão resolvidas as múltiplas e violentas formas de discriminação social que persistem como obstáculos à vivência plena de si na "diferença sexual" (*e.g.*, Borrillo, 2000; Seidman, 2001; Weeks, 1998b, 2000). Agora se traz para a discussão dos resultados deste estudo a necessidade de destacar que permanecem na construção psicológica de ser homossexual, pelos contextos da *pertença* e da *participação*, as adversidades jogadas sobre todas e todos que nesta construção buscam um sentido integrado, diferenciado e não-discriminado de si. Nas palavras de um representante em apreciação global do nosso estudo:

"um melhor nível de vida, um estatuto socialmente mais «confortável», um melhor acesso a lugares onde as pessoas LGBT partilham e vivem as suas vidas, são factores de grande importância e facilitadores de uma melhor maneira de se viver o que não é a norma, mas que de forma alguma garantem meios de defesa totalmente protectores contra a discriminação e contra o sofrimento humano de gays e lésbicas, porque a imensa maioria dos homossexuais continua a viver mais no segredo do que no visível, e há-de continuar a viver enquanto houver medos em ser-se «diferente»".

As reflexões que se seguem tentam contribuir para uma leitura crítica dos modos como *pertencer* e *participar* se relacionam com o desenvolvimento psicológico das homossexualidades.

VII. 10. 1. A construção das homossexualidades através da Pertença.

Olhando ao papel da família, vários aspectos emergem como fundamentais para compreender o desenvolvimento psicológico das homossexualidades.

O pai, que já antes se apresentava como figura com quem a troca relacional da “diferença” é difícil, aparece agora como “ausente” do apoio social que os sujeitos percebem. De resto, se para o pai havia sido demonstrada a mais difícil “revelação” das homossexualidades (por comparação a todos os restantes agentes relacionais), então se compreende que não seja este tendencialmente aceitante e/ou suportivo da “diferença”, numa troca que, mais do que dificultada, parece nem sequer se iniciar para a maioria dos sujeitos.

A mãe constitui-se, com base nos resultados deste estudo, como figura cujo suporte tem importância para o desenvolvimento das três primeiras fases das homossexualidades, mas apenas numa relação com o suporte da família globalmente considerada. Sujeitos com baixo suporte quer da mãe quer da família foram os que mais se auto-identificaram com estas fases, o que nos permite perceber, em leitura integrada, que até à *síntese/integração* da “diferença” um “caminho solitário” perante o contexto familiar vai sendo traçado. No caso da mãe, deve recordar-se que importante seria que o suporte por esta prestado antecederesse esta fase de *síntese*, porquanto, assim mostram os resultados deste estudo, os sujeitos que percebem suporte mais elevado por parte da mãe estão, em média, mais satisfeitos com a sua orientação sexual. Ora, se o modelo teórico neste estudo utilizado para a análise do desenvolvimento das identidades lésbica e gay integra, como se disse, um conjunto de processos emocionais, cognitivos e comportamentais que logicamente não se esgotam num indicador de “satisfação com a orientação homossexual”, é também verdade que esta “satisfação” deverá contribuir para que a construção de si na “diferença” seja facilitada, pelo que o suporte da mãe se nos afigura como um potencial catalizador desta construção.

Capítulo VII

Mãe, pai e família no seu todo são, afinal, agentes com quem a troca significada e significante da “diferença” permanece como problemática para os inquiridos, à semelhança do que outras investigações psicológicas salientam (e.g., Beaty, 1999; Elizur & Mintzer, 2001; Herdt & Koff, 2002; Vincke & van Heeringen, 2002).

Vimos, também, que neste “caminho solitário” se encontram especialmente os sujeitos mais novos, para quem a revelação da “diferença” perante estes agentes e o suporte social em relação aos mesmos percebido é ainda mais problemático do que para sujeitos mais velhos. De acordo com a investigação psicológica no domínio da adolescência, a construção de si como não-“heterossexual” vai emergir então como fortemente adversa, o que representa um risco elevado para o bem-estar psicológico destes adolescentes (e.g., Cole *et al.*, 1992; Johnson, 2000; Lasala, 2000; Lock & Steiner, 1999; Savin-Williams, 1990, 2001a) merecendo assim uma atenção reforçada na leitura dos dados obtidos.

Sobre a “solidão” da vivência das homossexualidades no contexto da família e da evidência desta solidão no nosso estudo, comentou um representante associativo:

“«consciência», «exploração» e «aprofundamento» são, de facto e na maioria dos casos, fases solitárias, como os resultados confirmam; um férreo contexto de educação heterossexista que não prevê nem diferenças nem desvios exige, necessariamente, um tempo longo na desconstrução da partilha aprendida e interiorizada e da escala de valores desde cedo aprendidas; [as pessoas] têm, neste discurso socialmente predominante, um longo caminho a percorrer consigo próprias, e mais ainda quando jovens, o mesmo acontecendo com a[s] sua[s] família[s]”

Um resultado com peculiar interesse prende-se com o menor suporte percebido pelas mulheres do que pelos homens em relação à mãe. Sendo as mulheres, comparativamente aos homens, que “revelam” mais a sua orientação sexual à figura materna (dado que anteriormente havia sido comentado por uma representante associativa como surpreendente no quadro social e cultural em que se situam as vivências homossexuais), são também as mulheres que menos suporte “recebem” desta figura, como vimos na primeira secção dos resultados. Não tendo sido possível comparar, com base em diferenças de sexo, o suporte do pai e da mãe (já que o número de sujeitos que revelam ao pai se apresenta, independentemente do sexo, como muito reduzido), pode contudo

salientar-se que as filhas lésbicas estão em “desvantagem” no suporte que, comparativamente aos filhos gays, percebem da mãe. Como defendem Herdt & Koff (2002) para explicação desta tendência observada nas investigações psicológicas dedicadas à análise do suporte parental (e mais especialmente da mãe) aos filhos sexualmente “diferentes”,

as famílias conseguem integrar mais facilmente o filho homossexual [do que a filha lésbica], porque ele ainda poderá preencher as expectativas fundamentais do seu papel como macho, apesar da homossexualidade [...]. Uma vez que a mulher [homossexual] não tem marido nem filhos de um homem, o seu estatuto feminino fica sempre comprometido. Deste modo, é uma fora-da-lei para o seu próprio género, porque se parte do princípio que não pode servir de construtora e de guardiã da família, *como o fizera a sua própria mãe* [itálicos adicionados]. (pp. 78-79)

No tocante aos amigos, foi verificado que é na presença de um mais elevado suporte percebido em relação a estes que os inquiridos apresentam maior satisfação com as suas homossexualidades. Verificámos uma correlação negativa entre o suporte destes amigos e as três primeiras fases de desenvolvimento das identidades lésbica e gay. Novamente se pode perceber que é também traçado um “caminho solitário” da construção de si na “diferença” quando atendemos às trocas entre os sujeitos deste estudo e os seus amigos. Mais se constatou que um baixo suporte percebido em relação a estes amigos está associado a uma mais forte identificação com os itens que descrevem a *consciência* desta “diferença”. Não sabemos se é porque são menos suportados pelos amigos que os sujeitos “despontam” para as suas homossexualidades, ou se é por terem “despontado” que ficam votados a um menor suporte nos seus círculos de amizade. Seria importante, para enriquecer o conhecimento das trocas relacionais entre gays e lésbicas e os seus amigos, desenvolver futuros estudos que dessem a conhecer a direcção desta associação (*i.e.*, se a pessoa percebe os amigos como menos suportivos porque se começa a saber diferente e/ou porque a pessoa se começa a saber diferente percebe menos suporte dos amigos).

Devemos também reconhecer aqui que a avaliação do suporte social percebido em relação aos amigos não nos permite, com base no questionário que utilizámos para esta avaliação, distinguir os amigos dos amigos homossexuais. Apenas no inquérito biográfico foi perguntado aos sujeitos se têm amigos homossexuais e, se sim, que importância lhes atribuem no modo como vivem a sua orientação sexual. Na linha das investigações

Capítulo VII

psicológicas que analisam a relevância destes amigos homossexuais para a adaptação psicológica às adversidades contextuais e relacionais que se põem à construção de si como lésbica ou gay (e.g., Cantu, 2000; Elizur & Mintzer, 2001; Garnets & Kimmel, 1993; Rubio, 1996; Lasala, 2000; Thomas & Larrabee, 2002), certamente seria importante que esta análise fosse realizada.

A propósito das (im)possibilidades de (re)construção identitária que gays e lésbicas encontram nos espaços de *pertença* será ainda importante esboçar algumas das implicações que os resultados da nossa investigação podem ter para uma *psicologia afirmativa gay*. Nos diferentes contextos em que esta psicologia se implemente, não apenas aos sexualmente “diferentes” mas, em sentido complementar, aos seus círculos de relação social e familiar devem estender-se as intenções da intervenção psicológica, como foi sistematizado na parte teórica (e.g., APA, 2000; Davies & Neal, 2000; Falco, 1990; lasenza, 1989; Stein, 1988).

Os processos relacionais que no espaço da família se erguem em torno da “diferença” sexual não podem ser descurados nesta intervenção. Em especial, o envolvimento activo do pai e da mãe (agentes relacionais para quem vimos ser neste estudo, ainda que de modo distinto, problemática a aceitação dos filhos homossexuais) deve constituir um foco sistemático da actuação profissional afirmativa. Para o pai nos parece fundamental que as expectativas dos sexualmente “diferentes” em relação às possíveis reacções daquele a esta “diferença” sejam cuidadosamente exploradas, se pode ou não vislumbrar-se uma (futura) aceitação da diferença dos filhos e se outras pessoas podem auxiliar esta aceitação. Quando perspectivado como possível, o apoio psicológico (individual e/ou em grupo) ao pai será também uma mais-valia para a intervenção psicológica. Nomeadamente, pode ser profícuo trabalhar cuidadosamente as representações culturais que este agente relacional faz (pelo seu percurso de vida e/ou pelos contextos em que se relaciona com os outros) a respeito da masculinidade e de que formas é esta posta em causa quando se confronta com um filho gay. Também as representações culturais a respeito da “construção familiar” devem ser integradas na intervenção psicológica, já que, por intermédio de expectativas normativas e estereotipadas, estas representações tendem a influenciar fortemente o modo como se lida com a homossexualidade, quer dos filhos, quer das filhas.

Como se compreende, estes possíveis “temas” da intervenção psicológica com o pai estendem-se à mãe e à família no seu todo, bem como podem estender-se a outras pessoas que com estas famílias se relacionam. Contudo, sugerimos que o suporte profissional à mãe tenha em atenção quer os significados que na família são partilhados com ela (uma vez que os resultados deste estudo indicam uma relação estreita entre o suporte materno e o suporte familiar), quer os significados que ela própria, enquanto mulher e mãe, foi conferindo e/ou continua a conferir à sua trajectória de vida.

Os irmãos podem também ser importantes elementos a envolver nesta psicologia afirmativa gay. Os dados do presente estudo revelam que a “revelação” aos irmãos está relacionada com uma mais forte auto-identificação dos inquiridos com a *exploração* e com o *aprofundamento/compromisso* das suas identidades homossexuais. Mais ainda, os sujeitos cuja orientação sexual homossexual é conhecida pelos irmãos são os que encontramos em maior percentagem no estatuto *integrado* ou *construído* da identidade.

Deste modo, a progressiva transição da fase de descoberta ou *consciência* da “diferença” para um sentido *integrado* e não-discriminado de si como homossexual pode ser auxiliada por um suporte activo dos irmãos, tanto no contexto da família, quanto noutros contextos das vivências homossexuais. Não apenas as relações de fratria podem enriquecer-se, se psicologicamente suportadas, com esta “colaboração” dos irmãos, como toda a família adquirir contornos diferenciados e mais suportivos nas formas de lidar com a homossexualidade das filhas e/ou dos filhos homossexuais.

Segundo os resultados encontrados, parece contudo ir mais longe do que às possibilidades acrescidas de suporte o papel dos irmãos na construção psicológica das homossexualidades. Tendo-se verificado uma associação positiva entre a “revelação” aos irmãos e a aquisição de um estatuto *construído* da identidade, então se perceberá que a troca relacional estabelecida entre os sexualmente “diferentes” e os seus pares favorece a estes “diferentes” uma maior resistência à pressão para a conformidade social, a capacidade para se darem na intimidade e para confiar nos outros significativos, características nucleares daquele estatuto da identidade.

Representando o envelhecimento de lésbicas e de gays uma preocupação da psicologia afirmativa, podendo nomeadamente este envelhecimento constituir base para a vivência de múltiplas estigmatizações (APA, 2000), deve também a intervenção psicológica

Capítulo VII

atender à *passagem do tempo* que aos “mais velhos” vai apresentando diferentes modos de (se) viverem (n)as homossexualidades. Vimos, de acordo, com os resultados deste estudo, que a “solidão” caracteriza estes modos de (se) viver (n)as “diferenças” em momentos mais “tardios” do desenvolvimento, em processos que potencialmente exigem complexas reformulações do passado e do futuro a que uma *psicologia afirmativa gay* deve atender. Que deve atender, em suporte conhecedor, ao que representa, para cada sujeito, a passagem do (seu) *tempo homossexual* e às (re)configurações relacionais que desta passagem resultam. Igualmente no quadro desta psicologia afirmativa, seria importante o desenvolvimento de estudos e investigações que articulassem, de modo mais acurado do que neste trabalho quisemos analisar, as relações entre o desenvolvimento da identidade e a *passagem do tempo* das homossexualidades, nomeadamente de molde a compreender como que implicação podem ter estas relações para a *generatividade* e para a *integração* identitárias. Análises mais aprofundadas de coortes relativas a diferentes momentos geracionais e sua importância para o desenvolvimento das identidades lésbica e gay poderiam também ser aspectos importantes a que investigações futuras poderiam dedicar-se.

Concluimos a discussão sobre a construção das homossexualidades através da *pertença*, salientando que a colaboração estreita entre a intervenção psicológica e os esforços de actuação desenvolvidos pelas associações LGBT é fundamental para uma *psicologia afirmativa gay* e que o é também, por decorrência, no contexto português (e.g., APA; 2000; Carneiro, 2005; Carneiro & Menezes, 2006; Davies & Neal, 2000; Ferreira, 2005). Os recursos que estas associações podem oferecer ao trabalho psicológico em diferentes contextos de actuação são fundamentais para a eficácia desta actuação, do mesmo modo que são necessários ao “espaço associativo” os *saberes* psicológicos. Aliás, da intenção de uma articulação com as associações LGBT, sempre se nutriu e continuará a nutrir-se este nosso trabalho, porque delas dependeu e porque a elas deseja “devolver” os resultados aqui apresentados e as suas implicações.

VII. 10. 2. A construção das homossexualidades através da Participação.

É importante começar por relembrar o que na caracterização da amostra relativa às experiências de participação nos diferentes tipos de associações e, mais particularmente, nas associações LGBT. Observa-se que a maior parte dos inquiridos indicou uma

colaboração superior a 6 meses nas associações “gays e lésbicas” e que estas associações figuram como espaços nos quais uma considerável percentagem de sujeitos consideraram ter tido a experiência de participação mais importante. Sobre estes resultados, disse um representante associativo:

“no quadro da fraca participação cívica e associativa que caracteriza Portugal, é gratificante para o associativismo LGBT encontrar-se na segunda posição das experiências associativas mais satisfatórias. Isto indica-nos uma vitalidade do movimento LGBT facilitada pelo facto de se tratar de um movimento que é, antes de mais, identitário [...]; esta mesma vitalidade tem na sua raiz o que os resultados [do estudo] mostram: o facto de que quem por este movimento passa tende a ficar por algum tempo, o que é importante para que a identidade vá «buscar algo» a estes espaços da participação LGBT”

Um resultado importante deste estudo (e que nos diz que efectivamente os sujeitos podem ir “buscar algo” às associações LGBT), prende-se com o facto de ser mais elevado o grau de satisfação dos sujeitos em relação às suas homossexualidades quando as experiências de participação nas associações “gays e lésbicas” combinam “elevada acção” e “elevada reflexão”. São, pois, as experiências associativas com “alta” qualidade que permitem, a quem nas associações LGBT participa, “gostar-se” mais nas suas próprias homossexualidades.

De entre os sujeitos que relataram ter tido experiências de participação nas associações “gays e lésbicas”, são os que têm “mais de 40 anos” aqueles que cotam a avaliação do seu envolvimento com valores médios mais elevados (um resultado com interesse acrescido pelo facto destes sujeitos serem os que na amostra total do estudo estão representados em menor percentagem). Alguma relação com o que antes dissemos sobre a “solidão” que caracteriza estes sujeitos, por comparação a sujeitos “mais novos”, deve em nosso entender reclamar-se na leitura deste resultado: talvez porque mais “solitários” possam estes sujeitos encontrar no espaço associativo “gay e lésbico” o que exteriormente a este não lhes é facultado nas vivências da sua “diferença”. Admite-se, naturalmente, que nestas idades a “escolha” de participar em associações (LGBT e/ou outras) implique uma *aposta* que é valorizada por quem a faz e que por isso este envolvimento nas associações “gays e lésbicas” seja tão importante. Contudo, não será de esperar que se o envolvimento nestas associações não estiver relacionado com uma

Capítulo VII

gratificação mínima no encontro com outros gays e outras lésbicas que aí participem seja considerado importante para estes sujeitos.

Tanto para as associações LGBT, quanto para a intervenção psicológica deve este resultado merecer atenção. Que as associações saibam chamar a si um maior número do sujeitos “mais velhos”, que alguma especificidade de interesses e de experiências de vida possam estas associações permitir às pessoas “mais velhas” (nomeadamente promovendo a criação de grupos formados por estas pessoas) e que um contacto intergeracional seja promovido (em diferentes tipos de actividades ou de espaços/oportunidades de reflexão) são possibilidades interrelacionadas e que constituem sugestões aqui deixadas ao trabalho futuro destas associações.

Entendemos também fundamental uma colaboração entre os esforços associativos LGBT e a intervenção psicológica que, nos diferentes contextos, se direcione de modo mais ou menos directo com os sexualmente “diferentes” em momentos mais avançados do ciclo vital (*i.e.*, que não apenas indivíduos na fase da adolescência ou início da idade adulta). Se mais “sozinhos” estão nas suas homossexualidades, estes sujeitos “mais velhos” devem então ser apoiados no sentido de *explorarem* e *aprofundarem* as suas vivências na “diferença” (muitas vezes nunca antes colocada à pessoa, como corroboram as idades máximas encontradas para os indicadores das “descobertas da homossexualidade”), sendo logicamente muito importante o espaço associativo para este apoio, enquanto *lugar* de “iguais”.

Outro aspecto a valorizar relativamente à construção psicológica das homossexualidades através da *participação*, refere-se ao facto de os sujeitos destes estudo terem revelado, na sua maioria, um elevado conhecimento das associações LGBT. Mesmo sabendo-se que estes sujeitos colaboram em grande maioria no estudo através da Internet e que isso facilita tal conhecimento, mesmo sabendo que os sujeitos não são, predominantemente, associados destes espaços, sonegar este resultado corresponderia a não reconhecer ao movimento LGBT português aquilo que tem vindo a conquistar e a afirmar na arena social e política do nosso país, como foi sistematizado na parte teórica deste trabalho. Conforme as apreciações críticas que um representante associativo teceu a este resultado,

“isto vai de encontro à constatação que os representantes das associações podem, no seu dia-a-dia, fazer da realidade LGBT com que se deparam hoje: as associações adquiriram até

ao presente um peso importante junto da «comunidade» [gay e lésbica] e foram lentamente assumindo a importância intergeracional, referencial, assistencial ou pragmática para milhares de pessoas [...]. Nenhum(a) homossexual em Portugal desconhecerá actualmente a existência destas associações e grandes progressos têm sido feitos na resposta associativa às necessidades emancipatórias desta «comunidade»”.

Deve reconhecer-se que algumas limitações estão presentes neste estudo relativamente à avaliação da qualidade das experiências de participação e, em particular, das experiências de participação em associações “gays e lésbicas”. Por não termos pretendido esgotar o leque de acções potencialmente promotoras de reflexão desenvolvidas nos *espaços da participação*, mas antes encontrar factores de acção e de reflexão que naturalmente tiveram que ficar reduzidos a algumas destas actividades, não foi possível expandir, com base nas avaliações que quer o QEP, quer o inquérito biográfico nos permitiram efectuar sobre o que para estes sujeitos significa *participar* e que relação tem esta participação com o *ser(-se)* homossexual.

Estamos aqui em presença de possibilidades de investigação a serem desenvolvidas futuramente e que possam sugerir alterações/refinamentos a avaliação da participação associativa. Esta foi, aliás, uma sugestão de enriquecimento futuro do conhecimento sobre o envolvimento associativo e sobre a sua relevância para a construção das identidades sexuais não-normativas que dois representantes associativos fizeram a respeito do estudo: ao reconhecerem o contributo inovador da presente investigação, manifestaram vontade de que dimensões complementares às que aqui foram incluídas pudessem ser desenvolvidas para compreensão da importância psicológica de participar no espaço *associativo*. Como dizia uma representante,

“há um caminho simultaneamente relevante e suscitador de interesse num conhecimento futuro sobre como poderemos pensar o que significa estar nas associações [LGBT]; nomeadamente, sabermos se serão estas associações um «trampolim» para outras formas associativas [alternativas e/ou complementares] a elas ou se estas outras experiências estão antes «questão associativa LGBT»”.

Uma necessidade futura importante é, em nosso entender, a de que tanto representantes associativos, como outras pessoas com experiência de participação nas associações LGBT possam auxiliar esta compreensão aprofundada das experiências de envolvimento associativo. Se o presente trabalho contou com esta colaboração de

Capítulo VII

representantes para a leitura dos resultados encontrados, num esforço produtivo de contextualização dos mesmos e de apreensão dos significados que se encontram nos discursos destes representantes, a investigação futura poderá ganhar com dados de carácter empírico e/ou qualitativo sobre *ser e participar nas homossexualidades* que envolvem activa e continuamente outras pessoas.

Duas últimas reflexões críticas são importantes sobre o que este estudo indicia a respeito da construção psicológica das homossexualidades no espaço da *participação* e, mais peculiarmente, no espaço social e político português.

A primeira destas reflexões, e de acordo com o que defendemos noutro trabalho (Carneiro & Menezes, 2006), remete para o facto de que é possível que uma des-sincronia entre os processos mais directamente relacionados com a construção individual das identidades homossexuais e os processos mais directamente relacionados com a construção colectiva destas identidades caracterize as realidades vivenciais dos sujeitos deste estudo. De resto, e como se disse antes, esta des-sincronia é referida nos próprios trabalhos de Fassinger e seus colaboradores (Fassinger & Miller, 1996; McCarn & Fassinger, 1996), quando nos dizem que os ramos individual e grupal da construção psicológica da “diferença” sexual são mutuamente catalíticos mas não necessariamente sincronizados no tempo.

Para esta des-sincronia nos parece que podem concorrer fortemente a recência da afirmação colectiva de gays e lésbicas no espaço político e social português, o facto das intenções dos esforços associativos de lésbicas e gays estarem no nosso país predominantemente voltados para a modificação das estruturas sociais e dos mecanismos formais que de há longo tempo se têm jogado sobre a “diferença homossexual” e, como dizia o representante associativo anteriormente citado, o facto de *“isto não ser o bastante para chegar ao sujeito”*.

A não “exigência” da participação política para a integração identitária que lésbicas e gays podem fazer nas suas trajectórias de vida, aspecto igualmente salientado por este modelo teórico, tem também relevância na leitura dos resultados obtidos: não estando os itens que descrevem as diferentes fases focalizados em experiências de participação (sendo que a partilha das homossexualidades com “iguais” se faz em *espaços* que não são necessariamente os associativos), pode justificar em grande medida o facto de não terem sido encontrados efeitos da qualidade das experiências de participação no desenvolvimento

psicológico da identidade homossexual. Estudos que articulem, através de medidas elaboradas e validadas junto de populações gays e lésbicas, o desenvolvimento identitário com as experiências de participação (tanto em associações gays e lésbicas como noutros espaços associativos), podem constituir uma mais valia para a compreensão desta relação entre *ser e participar nas homossexualidades*.

A segunda reflexão leva-nos a um plano mais amplo de explicação da relação entre construção de si como sexualmente “diferente” e o envolvimento nos espaços da participação LGBT. Num momento em que historicamente vamos assistindo, também em Portugal, ao debate e à luta afirmativa pela “igualdade” da “diferença” que não apenas se restringe ao reconhecimento social e formal da orientação sexual mas se amplia ao reconhecimento da identidade de género, mais podem as associações estender a sigla que as denomina como L, G, B. T. Não cabendo nas intenções deste estudo a exploração exaustiva dos fenómenos colectivos que em torno desta “extensão” às realidades vivenciais da “diferença” se vão demarcando, será contudo preciso reconhecer que uma crescente preocupação com estas *outras* “diferenças” começa a ser (mais) visível, preocupação trazidas ao espaço público pela mão dos colectivos de defesa dos direitos LGBT. Não tem como não ser desta preocupação tradutora a acção internacional a que alguns destes colectivos (e pessoas dele simpatizantes) apelaram recentemente, partindo do assassinato da transsexual Gisberta e reforçando o que de há longo tempo o movimento LGBT português vem referindo como urgente necessidade de activamente combater a discriminação social com base na identidade de género (e que um “T” na nomeação deste movimento declara). Falta certamente saber o que podem nos espaços associativos LGBT ser resultados futuros desta luta pela afirmação de “outras diferenças”, que não apenas a da orientação sexual, e de que forma se relacionarão estes resultados com a reconstrução psicológica de quem neles participa. Ainda assim, e no dizer de um representante associativo em referência ao nosso estudo,

“a participação LGBT parece começar a envolver novas preocupações, a assumir novos contornos e a reclamar novas abordagens que correspondam a novas populações e novas necessidades no seu próprio seio [...]; a dificuldade do associativismo gay e lésbico em assumir internamente uma maior diversidade parece-me ser o prenúncio de um percurso [traçado na dialéctica relação entre o colectivo e o pessoal] que ainda é necessário trilhar até à maturidade”.

VI. 10. 3. *Para além da “Diferença”: Ser(-se) e Amar(-se) nas homossexualidades.*

Reservámos, para o final da apresentação dos resultados, uma reflexão sobre duas dimensões avaliadas transversalmente no nosso estudo: a identidade, enquanto núcleo do desenvolvimento psicológico e os “amores homossexuais”.

As razões que presidiram à inclusão, neste momento final de apresentação e de discussão dos resultados, da análise da relação da **identidade** com outras dimensões deste estudo, prende-se (i) com o facto de esta relação não ser central na nossa investigação e (ii) com a fraca associação entre a identidade e a as restantes dimensões avaliadas. Ainda assim, alguns resultados revelaram-se, em nosso entender, importantes para uma compreensão enriquecida dos percursos desenvolvimentais dos sujeitos deste estudo, pelo que os sintetizaremos no que decidimos apelidar como “**ser(-se) nas homossexualidades**”.

Por seu turno, “**amar(-se) nas homossexualidades**” entende-se, nesta reflexão final, como um conjunto integrado de resultados que revelam uma associação transversal entre, por um lado, a homofobia internalizada e as relações amorosas homossexuais (existentes e/ou idealizadas) e, por outro, algumas das restantes dimensões deste estudo.

■ **Ser(-se) nas homossexualidades.**

Um dado relevante para melhor perceber a importância dos amigos homossexuais diz respeito ao facto de estes serem importantes para o *investimento* ou *compromisso* identitário. Se os amigos homossexuais tinham já sido referidos como figuras relacionais que contribuem para uma maior satisfação dos sujeitos com a sua orientação sexual, é também para a construção “nuclear” de um sentido investido de *ser* que eles vêm a demonstrar relevância neste estudo.

Pode este facto oferecer pistas a investigações psicológicas que desejem centrar-se nas relações de amizade entre sujeitos homossexuais, ora tentando encontrar modos mais acurados do que os que foi possível desenvolver neste trabalho sobre o desenvolvimento identitário e sua relação com a vivência das “diferenças” sexuais, ora podendo estas investigações analisar outras dimensões nucleares do desenvolvimento (raciocínio moral, desenvolvimento cognitivo, padrões de vinculação...) e sua relação com estas “diferenças”.

Outro dado de especial interesse é o que sobre o pai e a relação encontrada entre o suporte que os sujeitos percebem em relação a este e as dimensões de *exploração* e

investimento do desenvolvimento da identidade. Sendo o pai a figura a quem os inquiridos “revelam” menos as suas homossexualidades (o que antes foi já explorado nas suas implicações), é no entanto uma figura que, quando suportiva, contribui para o desenvolvimento psicológico da identidade.

A intervenção psicológica tem aqui um campo a explorar futuramente, que é o do envolvimento dos amigos e do pai no apoio a prestar junto dos “sexualmente” diferentes. Se em momento anterior referimos a necessidade do envolvimento dos outros significativos para que, em diferentes contextos de actuação, uma *psicologia afirmativa gay* saiba *ouvir* as homossexualidades e a estas ir de encontro, mais se percebe na presença destes resultados que esta psicologia pode ir de encontro ao desenvolvimento *da pessoa* se atender à importância que estes outros significativos (em especial o pai e os amigos) têm para o desenvolvimento da identidade.

Mais do que *ser* na “diferença” é *ser* em pessoa que a intervenção psicológica de intenção afirmativa deve valorizar, como sugerido por Davies (1997). Ideia consonante com esta valorização é a que um representante associativo desenvolveu a propósito da nossa investigação:

“os dados que o estudo avança parecem apontar para um sentido comum – o de que a identidade homossexual assume importância enquanto parte de um processo mais global de problematização de si [como sexualmente “diferente”]; a homossexualidade enquanto dimensão identitária individual parece perder relevância quando é alvo de uma reflexão ou fonte de acção que me parece enquadrar o conjunto de vivências do indivíduo, reclamando para a integração de si mesmo o «direito à indiferença», mote de uma campanha da associação ILGA-Portugal”.

■ **Amar(-se) nas homossexualidades.**

Foi constatado que, independentemente da idade, os sujeitos deste estudo atribuem, em média, importância às relações amorosas homossexuais quando se reportam quer a uma relação amorosa *vivida* (i.e. que dizem “ter actualmente”), quer a uma relação amorosa *idealizada* ou “hipotética”.

Os resultados deste estudo evidenciaram também que a valorização do amor não difere com a idade dos sujeitos, o que portanto faz perceber que a trajectória das

Capítulo VII

homossexualidades vai sendo marcada nos seus diferentes *tempos* por uma valorização do “amor entre iguais”.

Dizer-se que as mulheres valorizam mais do que os homens as relações amorosas homossexuais não deve levar-nos a pensar que os homens não valorizam tais relações. De resto, a caracterização da amostra deste estudo evidenciou que as pessoas, independentemente de falarmos de homens ou de mulheres, consideram a relação amorosa homossexual *vivida* importante para as suas homossexualidades. Mais ainda podemos dizer que homens e mulheres valorizam o(s) amor(es) “entre iguais” se se constata que, no que concerne à “idealização” deste(s) amor(es), os resultados do estudo mostram que não há diferença de sexos: para *elas* e para *eles* seria igualmente importante viver uma relação deste tipo.

A quantidade de amigos veio também a mostrar-se importante na valorização deste(s) amor(es), tendo sido os sujeitos que disseram ter “mais amigos” que cotaram com valores mais elevados os itens (da escala de homofobia internalizada) relativos às possibilidades de estabelecer uma relação amorosa homossexual, de esta relação ser duradoura e de nela as pessoas poderem *dar(-se)* e *receber(-se)* mutuamente.

Aliás, não é apenas por se ter “mais amigos” que mais se acredita nestas possibilidades, mas também porque desses amigos se percebe um mais elevado suporte. Nos *espaços* das trocas relacionais com outros significativos, quando de amigos falamos e quando estes amigos são percebidos como mais suportivos, se vai validar o *amar(-se) nas homossexualidades*, se vai enfim acreditar que possa o *amar(-se)* “entre iguais” ter tanta legitimidade como o “amor entre diferentes”.

Um resultado especialmente interessante é o que nos indica que quando existe uma relação amorosa homossexual os sujeitos deste estudo percebem como mais elevado o suporte do pai. Tendo-se frisado, ao longo do estudo, que este agente relacional se apresenta como aquele relativamente ao qual se encontra a menor percentagem de pessoas que dizem ter “revelado” a sua homossexualidade, tem por decorrência lógica que salientar-se aqui tal resultado. Mesmo reconhecendo que inúmeros factores podem estar em jogo nesta acrescida percepção de suporte do pai em função da existência de uma relação amorosa homossexual (factores que não cabem neste trabalho e que representam uma pista para o desenvolvimento de investigações futuras), mesmo sabendo que *amar(-se)*

nas homossexualidades pressupõe um elevado nível de integração pessoal da sua “diferença” (e.g, Fassinger & Miller, 1996; Hegna, 2004; Rubio, 1999) e que esta integração pessoal pode estar “por detrás” do suporte paterno e ser anterior ao estabelecimento de relações amorosas, não há como não salientar que este maior suporte do pai deve ser tido em conta. Designadamente, e complementando o que antes se disse sobre a necessidade de envolvimento do pai no suporte psicológico prestado aos sexualmente “diferentes”, pode a intervenção psicológica de intenção afirmativa explorar futuramente estratégias de que, “permeabilizadas” pelos significados que tanto o sujeito quanto os seus pais fazem da relação amorosa, facilitem a integração identitária destes “diferentes”, assim como a relação que estabelecem com o pai.

A socialização em ambientes gay revelou-se também como importante para o(s) amor(es) “entre iguais”, já que são os sujeitos que frequentam estes ambientes, quando comparados com os que não os frequentam, que menos homofobia internalizada revelam neste estudo.

Quando esta socialização nos remete para o “espaço associativo gay e lésbico”, mais precisamente dizendo que quando os sujeitos encontram neste espaço oportunidades para desenvolverem uma *alta* qualidade de experiências de participação, verificamos que a crença no(s) amor(es) é mais elevada. Nos parece que este dado, ao remeter para a importância que *participar* nas associações LGBT tem para a validação pessoal de *amar(-se) nas homossexualidades*, deverá ser um aspecto que estas associações podem devolver às pessoas que nelas participam.

Na articulação da intervenção psicológica com os esforços associativos - no sentido de continuarem a oferecerem nos seus *espaços* formas e processos (talvez ainda mais do que já o são) validantes deste *amar(-se)* - encontramos um importante caminho a explorar futuramente. Numa sociedade em que ainda tantos “diferentes” não *ousam dizer o nome* do(s) amor(es), não porque tantas vezes não possam querê-lo, mas porque não podem “igualmente” fazê-lo, uma valorização deste(s) amor(es) nos parece crucial a uma *psicologia afirmativa gay*. Na desigualdade que perdura, no (real e simbólico) ostracismo que coarcta o apaixonado beijo, a relação (sexual e/ou amorosa) “entre iguais”, a plenitude da vivência homossexual, não parece permanecer a descrença, pelo menos entre os sujeitos deste estudo, de *amar(-se) nas homossexualidades*.

Capítulo VII

Fazendo nossas as palavras de um representante associativo a respeito do nosso estudo, concluímos este capítulo referindo que

“não surpreende que sejam as pessoas – homens e mulheres – que mais acreditam na possibilidade de relações gays ou lésbicas estáveis, realizadoras e fonte de segurança emocional, aquelas que apresentam um menor grau de homofobia internalizada. Duvidar desta possibilidade, não é senão [...] reforçar os estereótipos da promiscuidade «natural» dos homens dos e das homossexuais, bem como da sua «fraqueza» e «instabilidade emocional». Instabilidade que muitas vezes é uma realidade – com consequências negativas no plano emocional e na qualidade das relações amorosa que se estabelecem – mas apenas por via da discriminação e das conseqüentes dificuldades de auto-emancipação individual”.

Conclusões

Conclusões

*Não posso adiar o amor
não posso
ainda que o grito sufoque na garganta
ainda que o ódio estale e crepite e arda
sob as montanhas cinzentas
e montanhas cinzentas*

*Não posso adiar este braço
que é uma arma de dois gumes amor e ódio
Não posso adiar
ainda que a noite pese séculos sobre as costas
e a aurora indecisa demore
não posso adiar para outro século a minha vida
nem o meu amor
nem o meu grito de libertação*

Não posso adiar o coração.

António Ramos Rosa
Obra Poética

Como concluir um trabalho que advoga processos de construção identitária que, por processos serem, estarão sempre em contínua mudança? Como, rumo a uma (sempre) mais complexa compreensão de si com os outros, pode achar-se encerrado um *olhar* que na compreensão desta compreensão tente encontrar sentidos?

As respostas serão tantas quantas as possibilidades de se reconstruir as histórias de cada pessoa que a este estudo tenha dado contribuições, de tantas e tantas outras pessoas que a ele não chegaram, de cada *tempo* e de cada *lugar* que apontámos como unicamente situados para a reconstrução das identidades (homossexuais). Mas também de cada *não-tempo* e de cada *não-lugar*. De quanto fica mais por *ouvir* sobre as homossexualidades do que sobre elas *dito*. Do que desconhece sempre um trabalho de investigação, também ele em aberto e reclamando continuidade noutros que venham a seguir-se.

Poderá encontrar-se sentido (quase) conclusivo numa ideia: a de que procurar caminhos para compreender e ajudar quem sofre, com base na discriminação e na exclusão, tem de ser sempre uma jornada que apenas se legitima quando somos capazes de transformar os objectos do nosso *olhar* numa realidade que é intolerável pela intolerância que representa.

Conclusões

Assim se construíram as intenções centrais desta dissertação. Na intolerável intolerância que para os sexualmente “diferentes” continua a representar a impossibilidade de *serem*, de plenamente *pertencerem* e de necessitarem de *participar*, estão contidas as razões primeiras do nosso trabalho. Terem *nome* e *lugar* estes sexualmente “diferentes”, mas porque não os tendo ainda social e formalmente, é só por si significativo da necessidade de compreender as circunstâncias em que decorre o seu desenvolvimento psicológico.

Com certeza que é legítimo argumentar que também a investigação pode contribuir para a nomeação da “diferença”. Mas pode contra-argumentar-se dizendo que, porque continua a existir sofrimento, porque escondida está ainda uma (imensa) “minoría” que reclama o reconhecimento pessoal, relacional, social e político da sua existência, valerá então a pena continuar a perceber de que modo se desenvolve a experiência deste sofrimento de modo a sugerir pistas, senão para o seu desaparecimento, para a sua atenuação.

O situar da experiência psicológica de ser lésbica ou gay no meta-quadrante da cidadania permitiu, em nosso entender, o encontro com novas formas de *olhar* a “diferença” (sexual), de perceber o que reclama ela na “igualdade” do político e do que se deve compreender como um necessário situar dos sentidos pessoais e relacionais de *ir sendo* homossexual na *pertença* e na *participação*. Ao tentar contribuir para o entendimento psicológico das homossexualidades, nos fez sentido este meta-quadrante, para que se entenda, em benefício da pessoa, que as suas experiências pessoais e relacionais, e em particular as da sua (homos)sexualidade, não podem ser deslocadas das circunstâncias sociais, ideológicas e políticas, também estas em sistemática reformulação, que as emolduram.

A cidadania (sexual) que gays e lésbicas têm construído, foi também relevante para aprofundar o modo como a ciência das (homos)sexualidades, e em especial a ciência psicológica, se foram desenhando ao longo do tempo, chegando a uma *psicologia afirmativa gay*, como amplamente propusemos designá-la nesta dissertação. Saber *ouvir* as homossexualidades, saber actuar e/ou pesquisar de encontro ao que é *ouvido*, são intenções fundamentais desta psicologia. Tal como foram as intenções do nosso trabalho,

do estudo empírico aqui apresentado, bem como dos modos de interpretação dos resultados deste estudo e das sugestões de investigações que futuramente possam contribuir para *outros modos de ouvir* que enriqueçam a *escuta* da “diferença” (sexual).

O que fica também implícito nesta dissertação é a necessidade de não apenas se continuar a busca de *diferenças na “diferença”* (sexual), de molde a que essas *outras* realidades a *escutar* se compreendam mais alargadamente, mas de expandir a *escuta* a quem, na exclusão, experiencia dificuldades múltiplas e acrescidas em *ser, pertencer e participar*. Não tendo sido intenção central do nosso trabalho alargar objectivos e implicações empíricas a estas múltiplas formas de exclusão, não deixa de se reconhecer que os quadrantes teóricos, os resultados do estudo apresentado, a sistematização e a discussão destes resultados, a integração das apreciações críticas de representantes associativos e as sugestões avançadas para investigações posteriores vão, de alguma maneira, tentando contribuir para aquela expansão.

De resto, talvez mais de uma *psicologia afirmativa LGBT* pudesse, ao longo desta tese ter-se falado porque, com alguma recorrência, se foi discutindo a preocupação de estarmos atentos ao que social e politicamente foi reconfigurando a paisagem política e social da inscrição das “diferenças” e das lutas colectivas pelo reconhecimento destas “diferenças”. Porque assim talvez melhor se descrevesse a luta dos sujeitos que connosco estiveram em discussões que deram corpo ao estudo realizado e (de forma menos directamente *audível*) em cada questionário recolhido, dos representantes associativos que colaboraram nesta jornada, das pessoas que, não estando aqui, aqui “estão”. Porque a expressão *psicologia afirmativa LGBT* seria certamente mais tradutora do reconhecimento de que “a diferença somos [tod@s] nós” (Stoer & Magalhães, 2006).

Mesmo assim, não bastaria tal expressão para as implicações mais longínquas do que neste trabalho se pode *ler*. Privilegiando a noção de *cidadania diferenciada*, se foi percebendo que uma *coligação arco-íris* (Young, 1995, 2000) será sempre denotativa da imperiosa inclusão de *outras* categorias identitárias que não se esquecem nem se anulam nesse ensejo vasto da contemplação das *diferenças da “diferença”*, ao mesmo tempo que a esta “diferença” prometem ir retirando fronteiras estanques. Tanto no plano colectivo, quanto no plano pessoal se vai fazendo o sentido de *si com o outro*, ou *do outro consigo*. Desta maneira se pretendeu avaliar a experiência das identidades gay e lésbica, num

Conclusões

momento sócio-histórico que, como dizia um representante associativo, “ainda tem que trilhar-se rumo à maturidade”.

Razões existem, como nesta dissertação se sustenta teórica e empiricamente, para que esta “maturidade” leve tempo, em história colectiva e pessoal. As adversidades que os contextos da *pertença* continuam a demonstrar face às homossexualidades, num processo de reconstrução identitária que se vai fazendo e vendo “sozinho” até à *integração*, foram evidenciadas nos resultados do estudo empírico que realizámos. Enquadrado por um contexto de mobilização colectiva que vai, também ele, encontrando “solidões” na sua luta, este processo merece cuidados atentos e continuados por parte dos profissionais que com os sexualmente “diferentes” trabalham.

No entanto, há uma outra face que neste estudo se encontra. A de uma vontade de mudança e contribuição para esta mudança que, desde logo, é transmitida pelo facto de nele ter colaborado um considerável número de pessoas. De através dele nos terem chegado testemunhos que, de forma mais ou menos directa, são já representativos, em si mesmos, de *poder*, mas mais do que isso de *querer* “falar de si”, de se (re)pensar na sua “diferença”, de se “revelar”. Chegar até esta investigação é ter chegado a um conhecimento de *si com os outros* que não podemos negligenciar.

Os resultados a respeito do que *dizem* de si os participantes deste estudo mostram-nos mais que uma mera colaboração. Mostram mais que um mero conhecimento, quando na sua generalidade nos revelam estarem estes participantes em fases de desenvolvimento complexificadas das suas identidades. Dizer-se que os sujeitos estão integrados é dizê-lo, de acordo com o modelo utilizado para a análise do desenvolvimento psicológico das identidades lésbica e gay a que recorremos (Fassinger & Miller, 1996; McCarn & Fassinger, 1996), que embora se tendo alcançado uma noção complexificada e não-discriminada de si, não se perde de vista o sentido da opressão. Porque não se pode perder o que “há séculos pesa sobre as costas”, a *maldição* sobre os afectos e sobre o reconhecimento social e/ou formal, esse sim indeciso, da *pessoa* para além da “diferença”.

Estamos ainda em Portugal, assim se disse neste trabalho, num momento que, à semelhança do que acontece no plano internacional, manifesta *crises* e procura reformulações que têm necessariamente de erguer-se nas ambivalências resultantes de

uma acrescida visibilidade dos colectivos e das pessoas LGBT, por um lado e no que de formal e social continua a não se reconhecer a estas pessoas (ou quando se lhes dirigem as mais intoleráveis formas de intolerância). Nos parece poder dizer-se que numa “adolescência política” (del Aguila, 2000) se encontra hoje o movimento LGBT português, nascido, crescente nas suas actuações, preocupações, contextos e tensões que são potencialmente conducentes à reformulação e ao amadurecimento dos movimentos sociais, ainda mais quando de movimentos identitários se trata (cf., e.g., Bickford, 1999; Calhoun, 1995; Touraine, 1997).

Ora, se se defendeu neste trabalho que o desenvolvimento psicológico ocorre em contexto, compreensíveis são os resultados relativos à *participação* política e à relação desta com a construção psicológica das homossexualidades.

De um lado, temos as motivações para esta participação, a importância de se envolver politicamente para mais satisfeita(o) se estar com a sua orientação sexual, a “vitalidade” e as conquistas que no espaço público nacional e internacional se admitem e devem reconhecer a este movimento. Por várias vezes, aliás, os representantes que colaboraram no nosso estudo referiram a expressão “movimento”, o que declara a real existência destas conquistas e que implicitamente nos fundamenta a ideia de que algo vai *acontecendo*, de que a sua luta é um *ir sendo*, porque de “movimento” falam.

De outro lado, as críticas que estes mesmos representantes fazem aos esforços de afirmação colectiva em que se envolve(ra)m, o que a estes esforços tanto falta fazer e repensar no *aqui e além* das identidades, o que portanto o movimento tem, e nisso reside a sua vitalidade, para alcançar.

As discussões que apresentámos e as implicações que sugerimos a respeito dos resultados do nosso estudo foram sublinhando a necessidade de articulação persistente entre uma *psicologia afirmativa gay* e os esforços que de há longo tempo os colectivos LGBT alargam à afirmação das diferentes “diferenças”. Tendo proposto uma *triangulação* para compreensão enriquecida dos resultados do estudo apresentado e discutido, poderá sugerir-se nestas linhas finais, que a uma *triangulação heurística* deve corresponder futuramente uma *triangulação de terreno*: ao contextualizar o que *dizem* as homossexualidades em

Conclusões

fontes multiplicadas de compreensão, ao devolver os contributos que esta dissertação sistematizou em torno da “diferença” a quem mais destes contributos deve beneficiar e na troca continuada com os esforços de transformação social e colectiva que podem ao sujeito psicológico dar contributos relevantes.

Que a investigação vindouras possa nestas dissertação encontrar pistas para o trabalho com outras formas de sofrimento humano decorrentes da discriminação social é um adicional intento do nosso trabalho. Como dizem Corrigan & Matthews (2003), partindo de uma análise das similitudes entre a estigmatização experienciada por gays e lésbicas e outras formas de estigmatização,

a investigação que examina questões relacionadas com o desenvolvimento da identidade e com a *saída do armário* na [e através da] comunidade gay, pode informar-nos sobre experiências similares em pessoas que vivem o estigma e a discriminação [...]; há que continuar a analisar os modos como as várias formas de sair colectiva e pessoalmente do sofrimento causado por estas experiências revelam impactos tanto para o indivíduo quanto para as comunidades como um todo [itálicos adicionados]. (pp. 244-245)

A valorização de si como sexualmente diferente, tal como pôde ser perspectivada com base nos resultados do nosso estudo, deixa um legado indiciante da importância do *amar(-se) nas homossexualidades* para esta valorização. Não espanta que tal importância se tenha mostrado transversal aos resultados apresentados. Em primeira instância, porque é o próprio modelo da análise do desenvolvimento psicológico das identidades gay e lésbica no qual encontrámos sentido para a compreensão inclusiva da “diferença” sexual (McCarn & Fassinger, 1996) a postular que *ir sendo* homossexual pressupõe *ir sendo* numa troca afectiva e íntima que se funde na identidade, num *gostar(-se)* progressivamente diferenciado e não-discriminado que à pessoa permite o estabelecimento de bases emocionais gratificantes e integradas que auxiliam as formas de lidar com a opressão. É-se, segundo esta perspectiva teórica, o que se pode e quer amar, quando à fase da *integração* se chega.

Mas também porque as discussões deste *querer e poder* amar ocuparam lugar em momentos vários deste trabalho.

Do *amar(-se) nas homossexualidades* se disse que representa um corolário central de uma cidadania sexual (e.g. Dean, 2000; Richardson, 1998), quando este *amar(-se)* nada mais procura do que o seu reconhecimento social e formal. Se disse que representa esta troca afectiva, vivida e expressada no espaço em que todas e todos nos situamos, uma relativização urgente entre o *público* e o *privado* (e.g., Bailey, 2000, 2002; Llamas & Vidarte, 2000; Mason, 1995; Phelan, 2000). Se disse que a uma *psicologia afirmativa* gay cabe a validação dos afectos, em espaços diferenciados de *pertença* e de *participação*. Se disse que à pessoa assiste humanamente o *dar-se* e *receber-se* na “diferença”, rumo à vontade (pessoal e colectiva) cada vez maior da “igualdade”.

Porque tem sido, por tantos séculos, este *amar(-se)* uma “*faca de dois gumes/ amor e ódio*”: amor de quem o vive, idealiza ou reconhece importante para si e/ou para os seus “iguais”, ódio de quem imprime a “diferença” e a *malediz*. Porque uma cidadania colectiva e pessoal será sempre reclamante do “*grito de libertação*” que, de várias formas, cada um dá a si e pode dar aos outros. Numa cidadania, que mais do que sexual, seja uma cidadania do amor igual. Numa cidadania que se translada da sobrevivência para a vivência democrática.

Até que tod@s tenhamos percebido e realizado que não se pode encontrar esta cidadania, enquanto se “*adiar o coração*”, não “*para outro século*”, mas para o mais urgente momento. Porque é a vida que não podemos adiar.

- Aberson, C. L., Swan, D. J., & Emerson, E. P. (1999). Covert discrimination against gay men by U.S. college students. *The Journal of Social Psychology*, 139(3), 323-334.
- Adam, B. D. (1987). *The rise of a gay and lesbian movement*. Boston, MA: Twayne.
- Adam, B. D., Duyvendak, J. W., & Krouwel, A. (1999). Introduction: The reasons of the Gay Movement. In B. D. Adam, J. W. Duyvendak, & A. Krouwel (Eds.), *The global emergence of gay and lesbian politics: National imprints of a worldwide movement* (pp. 1-11). Philadelphia: Temple University Press.
- Adams, G. R., Shea, J. A., & Fintch, S. A. (1979). Toward the development of an objective assessment of ego-identity status. *Journal of Youth and Adolescence*, 8, 223-237.
- Adcock, R., & Collier, D. (2001). Measurement validity: A shared standard for qualitative and quantitative research. *American Political Science Review*, 95, 529-546.
- Amnesty International Publications (2005). *Stonewalled: Police abuse and misconduct against lesbian, gay, bisexual and the transgender people in the U. S.* New York: Amnesty International USA.
- Alderson, K. G. (2003). The ecological model of gay male identity. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, 12(2), 75-85.
- Aldrich, R. (1993). *The seduction of the Mediterranean: Writing, art and homosexual fantasy*. London: Routledge.
- Alison, K. W., Crawford, I., Echemendia, R., Robinson, L., & Knepp, D. (1994). Human diversity and professional competence: Training in clinical and counseling psychology revised. *American Psychologist*, 69, 792-796.
- Allison, B.N., & Schultz, J.B. (2001). Interpersonal identity formation during early adolescence. *Adolescence*, 36, 143, 509-523.
- Almeida, M. V. (1994). As setas de São Sebastião: Sexualidade, sida e movimentos sociais. In A. Melo (Org.), *Quando o mundo nos cai em cima: Artes no tempo da sida* (pp. 23-33). Lisboa: Associação Abraço.
- Almeida, M. V. (2000). *Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade* (2ª ed.). Lisboa: Fim de Século.
- Almeida, M. V. (2005). O casamento entre pessoas do mesmo sexo: Um esboço do debate no espaço público. In <http://valedalmeida.no.sapo.pt/casamentocoloquioglg2.pdf>, acessado a 12 de Dezembro de 2006.
- Altman, D. (1982). *The homosexualization of America*. Boston: Beacon Press.
- Anthis, K. S., Dunkel, C. S., & Anderson, B. (2004). Gender and identity status differences in late adolescents' possible selves. *Journal of Adolescence*, 27, 147-152.

Bibliografia

- American Counseling Association (1996). ACA code of ethics and standards of practice. In B. Herlihy & G. Corey (Eds.), *ACA ethical standards casebook* (pp. 26-59). Alexandria, VA: American Counseling Association.
- American Psychiatric Association (1974). Position statement on homosexuality and civil rights. *American Journal of Psychiatry*, 131, 497-499.
- American Psychological Association (1992). Ethical principles and code of conduct. *American Psychologist*, 47, 1597-1611.
- American Psychological Association (1998). Appropriate therapeutic responses to sexual orientation on the proceedings of the American Psychological Association. *American Psychologist*, 53, 882-939.
- American Psychological Association (2000). Guidelines for psychotherapy with lesbian, gay, and bisexual clients. *American Psychologist*, 55(12), 1440-1451.
- Arbuckle, J. L. (1997). *Amos user's guide*. Chicago: SmallWaters Corporation.
- Arnett, J. J. (2002). The psychology of globalization. *American Psychologist*, 57(10), 774-783.
- Bagozzi, R. P., & Edwards, J. R. (1998). A general approach for representing constructs in organizational research. *Organizational Research Methods*, 1, 45-87.
- Bailey, J. (2000). Some meanings of "the private" in sociological thought. *Sociology*, 34(2), 381-401.
- Bailey, J. (2002). From public to private: the development of the concept of "the private". *Social Research*, 69(1), 124-149.
- Bailey, J. M., & Benishay, D. (1993). Familial aggregation of female sexual orientation. *American Journal of Psychiatry*, 150, 272-277.
- Bailey, J. M., & Dawood, K. (1998). Behavior genetics, sexual orientation and the family. In C. J. Patterson & A. R. D'Augelli (Eds.), *Lesbian, gay and bisexual identities in families: Psychological perspectives* (pp. 46-73). New York: Oxford University Press.
- Baker, R. (1989). *Private acts, social consequences: Aids and the politics of public health*. New York: Free Press.
- Baker, D. B., Strub, S., & Henning, B. (1995). *Cracking the corporate closet: Homosexuality and employment*. New York: HarperBusiness.
- Balistreri, E., Busch-Rossnagel, N. A., & Geisinger, K. F. (1995). Development and preliminary validation of the ego identity process questionnaire. *Journal of Adolescence*, 18, 179-192.
- Baltes, P. B. (1987). Theoretical propositions of life-span developmental psychology: On the dynamics between growth and decline. *Developmental Psychology*, 23, 611-626.

- Bandura, A. (1969). *Principles of Behavior Modification*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Bandura, A. (1977). *Social Learning Theory*. New York: General Learning Press.
- Baptista, M. B. (1993). *Génese e genes: Génese da ciência da hereditariedade e suas implicações científicas e filosóficas*. Lisboa: Gradiva.
- Barbalet, J. M. (1989). *A cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Baron, J. (1996). Some issues in psychotherapy with gay and lesbian clients. *Psychotherapy*, 33(4), 611-616.
- Bastos, S. (1997). *O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*. Lisboa: Dom Quixote.
- Baudouin, J. (2000). *Introdução à sociologia política*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Bayer, R. (1987). *Homosexuality and American psychiatry: The politics of diagnosis*. New Jersey: Princeton University Press.
- Beaty, L. A. (1999). Identity development of homosexual youth and parental and familial influences on the coming out process. *Adolescence* (Fall), 164-169.
- Bechtel, G. (1998). *A carne, o diabo e o confessor* (Trad. Magda Bigotte de Figueiredo). Lisboa: Dom Quixote.
- Bécourt, D. (1972). *Livres condamnés, livres interdits: liberté ou censure?*. Paris: Sage.
- Beiner, R. (1995). Introduction: Why citizenship constitutes a theoretical problem in the last decade of the twentieth century. In R. Beiner (Ed.), *Theorizing citizenship* (pp. 1-28). Albany: State University of New York Press.
- Bell, A. P., & Weinberg, M. S. (1978). *Homosexualities: A study of diversity among men and women*. New York: Simon & Schuster.
- Bell, A., & Weinberg, M. (1979). *Homosexualidades* (Trad. Luis Aguado Aguilar e Francico Pabón Torres). Madrid: Editorial Debate (Obra original publicada em 1978)
- Bell, D. (1995). Pleasure and danger: The paradoxical spaces of sexual citizenship. *Political Geography*, 14, 139-153.
- Bell, M. (1999). *Igualdad de derechos y políticas de la UE* (Trad. César Lestón). In ILGA-Europe –European Delegation of International Lesbian and Gay Association (Ed.), *La Orientación Sexual y la Unión Europea tras el Tratado de Amestardam* (pp. 29-44). Bruxelas: ILGA Europe.
- Benhabib, S. (1999). Citizens, residents, and aliens in a changing world: Political membership in the global era. *Social Research*, 66(3), 709-744.
- Bennet, W. L. (1990). The uncivil culture: Communication, identity, and the rise of lifestyle politics. *Journal of Communication*, 40(2), 103-125.

Bibliografia

- Bennet, W. L. (1996). *The politics of illusion*. New York: Longman.
- Berger, N. (2000). Queer readings of Europe: Gender, identity, sexual orientation and the (im)potency of rights politics at the European Court of Justice. *Social and Legal Studies*, 9(2), 249-270.
- Berk, R. (1983). An introduction to sample selection bias in sociological data. *American Sociological Review*, 48, 386-397.
- Berman, A. M., Schwartz, S. J., Kurtines, W. M., & Berman, S. L. (2001). The process of exploration in identity formation: the role of style and competence. *Journal of Adolescence*, 24, 513-528.
- Berry, J. W. (1980). Acculturation as varieties of adaptation. In A. M. Padilla (Ed.), *Acculturation: Theory, models and some new findings* (pp. 9-25). Boulder, CO: Westview Press.
- Bersani, L. (1995). *Homos: Repenser l'identité*. Paris: Editions Odile Jacob.
- Berzon, B. (1979). Developing a positive gay identity. In B. Berzon & R. Leighton (Eds.), *Positively gay* (pp. 12-44). Millbrae: Celestial Arts.
- Berzonsky, M. D. (2003). The structure of identity: Commentary on Jane Kroger's view of identity status transition. *Identity: An International Journal of Theory and Research*, 3(3), 231-245.
- Berzonsky, M. D., & Adams, G. R. (1999). Reevaluating the identity status paradigm: Still useful after 35 years. *Developmental Review*, 19, 557-590.
- Bickford, S. (1999). Reconfiguring pluralism: Identity and institutions in the inegalitarian polity. *American Journal of Political Science*, 43(1), 86-109.
- Bickford, S. (2001). Anti-anti-identity politics: Feminism, democracy, and the complexities of citizenship. *Hypatia*, 12(4), 112-131.
- Binnie, J. (1997). Invisible Europeans: Sexual citizenship in the new Europe. *Environment and Planning*, 29, 237-248.
- Birke, L. (2002). Unusual fingers: Scientific studies of sexual orientation. In D. Richardson & S. Seidman (Eds.), *Handbook of Lesbian & Gay Studies* (pp. 55-71). London: Sage.
- Birnbaum, M. H. (2000). Decision making on the lab and on the web. In M. H. Birnbaum (Ed.), *Psychological experiments on the Internet* (pp. 3-34). San Diego, CA: Academic Press.
- Birnbaum, M. H. (2004). Human research and data collection via the Internet. *American Review of Psychology*, 55(1), 803-832.
- Blasius, M., & Phelan, S. (Eds.). (1997). *We are everywhere: A historical sourcebook of gay and lesbian politics*. London: Routledge.

- Bleuel, H. P. (1973). *Sex and society in Nazi Germany*. Philadelphia: Lippincott.
- Blumenfeld, W. J. (Ed.). (1992). *Homophobia: We all pay the price*. Boston: Beacon Press.
- Blumenfeld, W. J., & Raymond, D. (1993). *Looking at gay and lesbian life*. Boston, MA: Beacon Press.
- Blumstein, P. & Schwartz, P. (1990). Intimate relationships and the creation of sexuality. In D. P. McWhirter, S. A. Sanders, & J. M. Reinish, J. M. (1990) (Eds.), *Homosexuality/Heterosexuality: Concepts of sexual orientation* (pp. 307-320). New York: Oxford University Press.
- Bodmer, W., & McKie, R. (1994). *The book of man: The quest to discover our genetic heritage*. London: Little Brown.
- Bohan, J. S. (1996). *Psychology and sexual orientation: Coming to terms*. New York: Routledge.
- Bok, S. (1984). *Secrets: On the ethics of concealment and revelation*. New York: Pantheon Press.
- Borrillo, D. (2000). *L'homophobie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Boswell, J. (1980). *Christianity, social tolerance and homosexuality: Gay people in Western Europe from the beginning of the Christian era to the fourteenth century*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Boswell, J. (1995). *Same-sex unions in premodern Europe*. New York: Vintage Books.
- Bottery, M. (2003). The end of citizenship? The nation state, threats to its legitimacy, and citizenship education in the twenty-first century. *Cambridge Journal of Education*, 33(1), 101-122.
- Bouchard, J. (1990). Twins reared together and apart: What they tell us about diversity. In S. Fox (Ed.), *Individuality and determinism*. New York: Plenum Press.
- Boughner, T. (1988). *Out of all time: A gay and lesbian history*. Boston: Alyson.
- Bounan, M. (1992). *O tempo da Sida* (Trad. Júlio Henriques). Lisboa: Antígona.
- Bourdieu, P. (1998). *A dominação masculina*. (Trad. Miguel Serras Pereira). Oeiras: Celta.
- Brady, S., & Busse, W. J. (1994). The gay identity questionnaire: A brief measure of homosexual identity formation. *Journal of Homosexuality*, 26, 1-22.
- Brock, D. M., Sarason, I. G., Sanghvi, H., & Gurung, R. A. (1998). The perceived acceptance scale: Development and validation. *Journal of Social and Personal Relationships*, 15(1), 5-21.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22(6), 723-742.

Bibliografia

- Brown, H. (1976). *Familiar faces, hidden lives: The story of homosexual men in America today*. New York: Harcourt Brace.
- Brown, W. (1995). *States of injury: Power and freedom in late modernity*. Princeton: Princeton University Press.
- Browning, F. (1993). *The culture of desire: Paradox and perversity in gay lives today*. New York: Crown.
- Browning, F. (1996). *A queer geography: Journeys toward a sexual self*. New York: Crown.
- Brunsting, S., & Postmes, T. (2002). Social movement participation in the digital age: Predicting offline and online collective action. *Small Group Research*, 33(5), 525-554.
- Budgeon, S. (2003). Identity as an embodied event. *Body & Society*, 9(1), 35-55.
- Bullough, V. (1974). Homosexuality and the medical model. *Journal of Homosexuality*, 1(1), 99-109.
- Bullough, V. (1994). *Science in the bedroom: A history of sex research*. New York: Basic Books.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York and London: Routledge.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: On the discursive limits of "sex"*. New York and London: Routledge.
- Byne, W. (1996). Biology of homosexuality: Implications of neuroendocrinal and neuroanatomical studies. In R. P. Cabaj & T. S. Stein (Eds.), *Textbook of sexuality and mental health* (pp.129-146). Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Cain, P. A. (2000). *Rainbow rights: The role of lawyers and courts in the lesbian and gay civil rights movement*. New York: Westview Press.
- Cain, R. (1996). Heterosexism in social work and research. *Journal of Social Work Education*, 21, 65-68.
- Calhoun, C. (1995). *Critical social theory: Culture, History, and the challenge of difference*. Cambridge: Blackwell.
- Cantu, L. (2000). Gay men's friendship: Invincible communities. *Gender and Society*, 14(6), 822-823.
- Carlson, D. (2001). Gay, queer and cyborg: The performance of identity in a transglobal age. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 22(3), 297-309.
- Carneiro, N. S. (2001, Junho). Viagem ao fim da Vergonha. "Pluma 28" – *Publicação comemorativa da I Semana do Orgulho LGBT do Porto* (pp. 4-5).

- Carneiro, N. S. (2003). Palavras em jeito de medo: Expressões linguístico-identitárias da homophobia. In <http://www.psicologia.com.pt/artigos/A0142&area=d11>.
- Carneiro, N. S. (2005, Setembro). *O pincel da psicologia sobre a tela do político: para uma cidadania psicológica da diversidade sexual*. Comunicação Apresentada no I Colóquio de Estudos Gays e Lésbicos – “Identidades, Comunidades, Visibilidades”. Lisboa, Instituto Franco-Português.
- Carneiro, N. S., Gouveia, C. C., & Menezes, I. (2003, Setembro). *Screaming actors in a silencing scenery: social support, political participation and homosexual identities in the Portuguese reality*. Comunicação apresentada na *International Conference of Critical Psychology*. Bath, Inglaterra.
- Carneiro, N. S., & Menezes, I. (2004a, Janeiro). Do Preto e Branco ao Arco-Íris: Identidade LGBT e percursos de cidadania em Portugal. Comunicação apresentada no II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carneiro, N. S., & Menezes, I. (2004b). Paisagens, caminhos e pedras: Identidade homossexual e participação política. In A. F. Cascais (Org.), *Indisciplinar a teoria: Estudos gays, lésbicos e queer* (pp. 117-141). Lisboa: Fenda.
- Carneiro, N. S., & Menezes, I. (2006). La construction de l'identité des jeunes homosexuels au Portugal. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 35(2), 225-249.
- Carneiro, N. S., & Menezes, I. (no prelo). From an oppressed citizenship to affirmative identities: Lesbian and gay political participation in the Portuguese context. *Journal of Homosexuality*.
- Caron, D. (2003, Dezembro). “La littérature du Sida”. *Magazine Littéraire – Numéro Spéciale : Littérature et Homosexualité*/426.
- Carter, J. (1997). Normality, whiteness, authorship: Evolutionary sexology and the primitive pervert. In V. Rosario (Ed.), *Science and homosexualities* (pp. 155-176). New York: Routledge.
- Cascais, A. F. (Org.). (1997). Da virulência. In A. F. Cascais (Org.), *A Sida por um fio: Antologia de textos* (pp. 7-26). Lisboa: Vega.
- Cascais, A. F. (2004). Um nome que seja seu: Dos estudos gays e lésbicos à teoria queer. In A. F. Cascais (Org.), *Indisciplinar a Teoria: Estudos gays, lésbicos e queer* (pp. 21-65). Lisboa: Fenda.
- Cascais, A. F. (2005). Corpo, extensio: Uma cartografia segundo HUGO. *Revista de Comunicação e linguagens*, 34/35, 253-266.

Bibliografia

- Cass, V. (1984). Homosexual identity formation: Testing a theoretical model. *Journal of Sex Research*, 20(2), 143-167.
- Cass, V. C. (1990). The implications of homosexual identity formation for the Kinsey model and scale of sexual preference. In D. P. McWhirter, S. A. Sanders & J. M. Reinish (Eds.), *Homosexuality/ Heterosexuality: Concepts of sexual orientation* (pp. 239-266). New York: Oxford University Press.
- Cass, V. (1996). Sexual orientation identity formation: A western phenomenon. In R. P. Cabaj & T. S. Stein (Eds.), *Textbook of homosexuality and mental health* (pp. 227-251). Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Cavanaugh, J. C. (1996). *Adult development and aging* (2nd ed.). Pacific Grove, CA: Brooks/Cole.
- Cemlyn, S., & Briskman, L. (2002). Social (dyz)welfare within a hostile state. *Social Work Education*, 21(1), 49-69.
- Ceri, P. (1991). Partecipazione Sociale. *Enciclopedia delle Scienze Sociali*, Vol. VI. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana.
- Chambers, S. (2001). Language and politics: Agonistic discourse in the West Wing. In <http://www.ctheory.net/agnos.articl/chamb.html>, acedido a 12 de Junho de 2003.
- Chazel, F. (1995). Poder. In R. Boudn (dir.), *Tratado de Sociologia* (pp. 195-224). Oeiras: Celta.
- Checkel; J. T. (1999). Norms, institutions, and national identity in contemporary Europe. *International Studies Quarterly*, 43(1), 83-105.
- Chernin, J., Holden, J. M., & Chandler, C. (1997). Bias in psychological assessment: Heterosexism. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development*, 30, 68-76.
- Chernin, J. N., & Johnson, M. R. (Eds.). (2003). *Affirmative psychotherapy and counseling for lesbians and gay men*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Chow, S. L. (1995). Criticisms of experimentation revisited. In I. Lubek, R. van G. Hezewijk, C. Tolman, & G. Pheterson (Eds.), *Trends and issues in theoretical psychology* (pp. 327-333). New York: Springer.
- Clendinen, D., & Nagourney, A. (1999). *Out for good: The struggle to build a gay rights movement in America*. New York: Simon & Schuster.
- Cohen, J. L. & Arato, A. (1992). *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press.
- Cohler, B. J. (1982). Personal narrative and life course. *Life-Span Development and Behavior*, 4, 205-241.

- Cole, D. E., Protinsky, H. O., & Cross, L. H. (1992). An empirical investigation of adolescent suicidal ideation. *Adolescence*, 28 (18), 813-818.
- Coleman, E. (1982). Developmental stages of the coming out process. *Homosexuality and Psychotherapy*, 31-43.
- Coleman, E. (1988). Assessment of sexual orientation. In E. Coleman (ed.), *Integrated identity for gay men and lesbians* (pp. 9-24). New York: Harrington Park Press.
- Coleman, E., & Remafedi, G. (1989). Gay, lesbian, and bisexual adolescents: A critical challenge to counselors. *Journal of Counseling & Development*, 68, 36-40.
- Coles, R. (Ed). (2000). *The Erik Erikson reader*. New York: W.W. Norton & Company.
- Colgan, P. (1987). Treatment of identity and intimacy issues in gay males. *Journal of Homosexuality*, 14(1/2), 13-22.
- Colomina, B. (1992) (Ed.). *Sexuality and space*. New York: Princeton University Press.
- Comstock, G. D. (1991). *Violence against lesbians and gay men*. New York: Columbia University Press.
- Connell, R. W. (1993). *Gender & power: Society, the person, and sexual politics*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Connolly, W. E. (1987). *Politics and ambiguity*. New York: Routledge.
- Cooper, D. (1978). *A linguagem da loucura* (Trad. Wanda Ramos). Lisboa: Editorial Presença.
- Cooper, D., Basaglia, F., Castel, R., & Lopez, R. G. (1977). *Psiquiatria e antipsiquiatria em debate* (Trad. G.O.D.I.P.). Lisboa: Afrontamento.
- Cooper, M. S. (1993). Equal protection and sexual orientation in military and security contexts: An analysis of recent federal decisions. *Law and Sexuality: A Review of Gay and Lesbian Legal and Issues*, 3, 201-243.
- Corrigan, P. W., & Matthews, A. K. (2003). Stigma and disclosure: Implications for coming out of the closet. *Journal of Mental Health*, 12 (3), 235-248.
- Costa, M. E. (1991). *Contextos sociais de vida e desenvolvimento da identidade*. Porto: INICT.
- Coyle, A. (1998). Developing lesbian and gay identity in adolescence. In J. Coleman, & D. Roker (Eds.), *Teenage sexuality: health, risk and education* (pp. 163-178). London: Hardwood Academic.
- Coyle, A., & Kitzinger, C. (2002) (Eds.). Introduction. In A. Coyle & C. Kitzinger (Eds.), *Lesbian and gay psychology: New perspectives* (pp. 3-16). Oxford: Blackwell.
- CP – Constituição Portuguesa (2005). *Constituição da República – Disposições relevantes em matéria de Igualdade*. In <http://www.cea.ucp.pt/lei/const>, acedido a 2 de Novembro de 2005.

Bibliografia

- Crosby, F. J., & Herzberger, S. D. (1996). For affirmative action. In R. F. Tomasson, F. J. Crosby, & S. D. Herzberger (Eds.), *Affirmative action: The pros and cons of policy and practice* (pp. 5-109). Washington, DC: American University Press.
- Crosby, F. J., Iver, A., Clayton, S., & Downing, R. A. (2003). Affirmative action: Psychological data and the policy debates. *American Psychologist*, 58(2), 93-115.
- Cross, W. E., Jr. (1971). The Negro-to-Black conversion experience: Towards a psychology of Black liberation. *Bleck World*, 20, 13-27.
- Cullen, B. T. & Pretes, M (2000). The meaning of marginality: Interpretations and perception in social sciences. *The Social Science Journal*, 37(2), 215-232.
- Cutrufelli, M. R. (1980). *A invenção da mulher: Mitos e técnicas de uma exploração* (Trad. Luís Villan). Lisboa: A Regra do Jogo.
- D'Augelli, A. R. (1989). Lesbians' and gay men's experiences of discrimination and harassment in a university community. *American Journal of Community Psychology*, 17, 317-321.
- D'Augelli, A. R. (1992). Lesbian and gay male undergraduates' experiences of harassment and fear on campus. *Journal of Interpersonal Violence*, 7, 383-395.
- D'Augelli, A. R. (2000). Lesbian, gay, and bisexual issues. In J. Rappaport & E. Seidman (Eds.), *Handbook of community psychology* (pp. 944-947). New York: Kluwer Academic/Plenum.
- D'Augelli, A. R., & Hart, M. M. (1987). Gay women, men and their families in rural settings: Toward the development of helping communities. *American Journal of Community Psychology*, 15, 79-93.
- D'Augelli, A. R., & Hershberger, S. L. (1993). Lesbian, gay, and bisexual youth in community settings: Personal challenges and mental health problems. *American Journal of Community Psychology*, 21(4), 421-448.
- D'Emilio, J. (1992). *Making trouble: Essays on gay history, politics, and the university*. Chicago: The University of Chicago Press.
- D'Emilio, J. (2000). Cycles of change, questions of strategy: The gay and lesbian movement after fifty years. In A. C. Rimmerman, K. D. Wald, & C. Wilcox (Eds.), *The politics of gay rights* (pp. 31-53). Chicago: The University of Chicago Press.
- D'Emilio, J., Turner, W. B., & Vaid, U. (2000). *Creating change: Sexuality, public policy, and civil rights*. New York: St. Martin's Press.
- Dahrendorf, R. (1994). The changing quality of citizenship. In B. van Steenberg (Ed.), *The condition of citizenship* (pp. 10-19). London: Sage.

- Danish, S. J., D'Augelli, A. R., & Ginsberg, Mark R. (1984). Life development intervention: Promotion of mental health through the development of competence. In S. D. Brown & R. W. Lent (Eds.), *Handbook of counseling psychology* (chapter 13, pp. 520-544). New York: John Wiley & Sons.
- David-Néel, A. (1997). *Pela vida*. Lisboa: Antígona. (Obra original publicada em 1898)
- Davidson, A. I. (2002). The emergence of sexuality: Historical epistemology and the formation of concepts. Harvard: Harvard University Press.
- Davies, D. (1997). Homophobia and heterosexism. In D. Davies & C. Neal (Eds.), *Pink therapy: a guide for counsellors and therapists working with, lesbian, gay and bisexual clients* (pp. 24-40). Buckingham: Open University Press.
- Davies, D., & Neal, C. (1997). An historical overview of homosexuality and therapy. In D. Davies & C. Neal (Eds.), *Pink therapy: A guide for counselors and therapists working with lesbians, gay end bisexual clients* (pp. 11-23). Buckingham: Oxford University Press.
- Davies, D., & Neal, C. (Eds.). (2000). *Therapeutic perspectives on working with lesbian, gay and bisexual clients*. Buckingham: Oxford University Press.
- Davis, B. (2002). Become male or female. In S. Jackson & S. Scott (Eds.), *Gender: A sociological reader* (pp. 280-290). New York: Routledge.
- Davison, G. (1991). Constructionism and morality in therapy for homosexuality. In J. Gonsiorek & J. Weinrich (Eds.), *Homosexuality: Research implications for public policy* (pp. 137-148). Newbury Park, CA: Sage.
- Davison, G., & Wilson, G. (1973). Attitudes of behavior therapies toward homosexuality. *Behavior Therapy*, 4, 686-698.
- Dawis, R. V. (1987). Scale construction. *Journal of Counselling Psychology*, 34, 481-489.
- Dawood, K., Pillard, R. C., Horvath, C., Revelle, W., & Bailey, J. M. (2000). Familial aspects of male homosexuality. *Archives of Sexual Behavior*, 29(2), 155-163.
- DC – *Declaração de Coimbra* (2002). Documento fundamental do Fórum Social Português. In <http://www.forumsocialportugues.org>, acedido a 6 de Maio de 2003.
- De Haan, L. (1001). Struggles for subjectivity: Identity, action, and youth experience. *Social Forces*, 79(4), 1553-1565.
- De Monteflores, C., & Schultz, S. J. (1978). Coming out : similarities and differences for lesbians and gay men. *Journal of Social Issues*, 34(3), 59-72.

Bibliografia

- De Piccoli, N., Colombo, M., & Mosso, C. (2002, Novembro). *Active participation as an expression of the sense of community*. Comunicação apresentada no IV European Congress of Community Psychology, Barcelona, Espanha.
- Dean, C. J. (2000). *The frail social body: Pornography, homosexuality and other fantasies in interwar France*. Berkeley: Berkeley University Press.
- Dean, C. J. (2001). Speculations on privacy, identity and the history of sexuality in France. In Blanco (Ed.), *Working Paper Series in European Studies* (pp. 2- 18). Wisconsin: International Institute of European Studies.
- Dean, L., Wu, S., & Martin, J. L. (1992). Trends in violence and discrimination against gay men. In G. M. Herek & K. T. Berril (Eds.), *Hate crimes: Confronting violence against lesbians and gay men* (pp. 46-64). Newbury Park, CA: Sage.
- Defert, D. (1990). The homosexualization of AIDS. In M. Blasius & S. Phelan (Eds.), *We are everywhere: A historical sourcebook of lesbian and gay politics* (pp. 659-663). London: Routledge.
- Deitcher, D. (Ed.). (1995). *Over the rainbow: Lesbian and gay politics in America since Stonewall*. London: Boxtree.
- del Aguila, R. (2000). Política, cidadania, consciência. In R. del Aguila, P. B. Clarke, A. S. Silva, & N. Tenzer (Orgs.), *A política: Ensaios de definição* (pp. 1-17). Madrid: Sequitur.
- Dempsey, C. L. (1994). Health and social issues of gay, lesbian, and bisexual adolescents. *Families in society*, 75(3), 160-167.
- Dennis, D. (1997). AIDS and the new medical gaze: Bio-politics, AIDS and homosexuality. *Journal of Homosexuality*, 32(3/4), 169-184.
- Derrida, J. (1991). *Writing and difference*. London: Routledge.
- Derrida, J. (1994). The deconstruction of actuality: An interview with Jacques Derrida. *Radical Philosophy*, 68, 28-41.
- Dévieux, J. G., Malow, R. M., Rosenberg, R., & Dyer, J. G. (2004). Context and common ground: Cultural adaptation of an intervention for minority HIV infected individuals. *Journal of Cultural Diversity*, 11(2), 49-57.
- Dillman, D. A. (2006). Why mode of survey choice makes a difference. *Public Health Reports*, 121(1), 11-13.
- Dolby, N. & Cornbleth, C. (2001). *Introduction: Social identities in transnational times*. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 22(3), 293-296.

- Dollimore, J. (1991) *Sexual Dissidence: Augustine to Wilde, Freud to Foucault*. Oxford: Oxford University Press.
- Downing, N. E., & Roush, K. L. (1985). From passive acceptance to active commitment: A model of feminist identity development for women. *The Counseling Psychologist*, 13(4), 695-709.
- Drescher, J. (1996). Psychoanalytic subjectivity and male homosexuality. In R. P. Cabaj & T. S. Stein (Eds.), *Textbook of sexuality and mental health* (pp. 173-190). Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Drescher, J. (1998). Contemporary psychoanalytic psychotherapy with gay men with a commentary on reparative therapy of homosexuality. *Journal of Gay and Lesbian Psychotherapy*, 2(4), 51-74.
- Drescher, J. (2004, Outubro). *The Practice of Psychoanalytic Psychotherapy with Gay Patients: Revisiting a Historical Trend*. Comunicação apresentada na I Conferência da Pink Therapy Association – *Queer Analysis: A conference for all psychotherapists working with sexual minority clients*. Londres, Inglaterra.
- Dworkin, S. (1992). Some ethical considerations when counseling gay, lesbian, and bisexual clients. In S. Dworkin & F. Gutierrez (Eds.), *Counseling gay men and lesbians: Journey to the end of the rainbow* (pp. 325-334). Alexandria, VA: American Association for Counseling and Development.
- Ehrlich, T. (2000). *Civic responsibility and higher education*. Washington, DC: American Council on Education/Oryx Press.
- Eichberg, R. (1990). *Coming out: An act of love*. New York: Plume/Penguin.
- Elizur, Y., & Mintzer, A. (2001). A framework for the formation of gay male identity: Processes associated with adult attachment style and support from family and friends. *Archives of Sexual Behavior*, 30(2), 143-167.
- Ellis, S. J., & Kitzinger, C. (2002). Denying Equality: An analysis of arguments against lowering the age of consent for sex between men. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 12(3), 167-180.
- Elman, R. A. (1996). Triangles and tribulations: The politics of Nazi symbols. *Journal of Homosexuality*, 30(3), 3-11.
- Engel, S. (2002). Making a minority: Understanding the formation of the gay and lesbian movement in the United States. In D. Richardson & S. Seidman (Eds.), *Handbook of lesbian and gay studies* (pp. 377-402). London: Sage.

Bibliografia

- Ensel, W. M., & Lin, N. (1991). The life stress paradigm and psychological distress. *Journal of Health and Social Behaviour*, 32, 321-341.
- Epstein, D., O'Flynn, S., & Telford, D. (2002). Innocence and experience: Paradoxes in sexuality and education. In D. Richardson & S. Seidman (Eds.), *Handbook of lesbian and gay studies* (pp. 271-290). London: Sage.
- Epstein, S. (1999). Gay and lesbian movements in the United States: Dilemmas of identity, diversity, and political strategy. In B. D. Adam, J. W. Duyvendak & A. Krouwel (Eds.), *The global emergence of gay and lesbian politics: National imprints of a worldwide movement* (pp. 30-90). Philadelphia: Temple University Press.
- Eribon, D. (1999). *Réflexions sur la question gay*. Paris: Fayard.
- Eribon, D. (2000). *Papiers d'identité*. Paris: Fayard.
- Erikson, E. H. (1963). *Childhood and society*. New York: Norton.
- Erikson, E. H. (1972). *Adolescence et crise* (Trad. Joseph Nass & Claude Louis-Combet). Paris : Flammarion. (Obra original publicada em 1968)
- Escoffier, J. (1998). *American homo: Community and perversity*. Berkeley: University of California Press.
- Evans, A. (2000). The logic of *homophobia*. *Gay & Lesbian Review*, 7(3), 19-23.
- Evans, D. T. (1993). *Sexual Citizenship*. London: Routledge.
- Fabrigar, L. R., Wegener, D. T., McCallum, R. C., & Strahan, E. J. (1999). Evaluating the use of factor analysis in psychological research. *Psychological Methods*, 4, 272-299.
- Falco, K. (1990). *Psychotherapy with lesbian clients*. New York: Brunner/Mazel.
- Farr, J. (2004). Social capital: A conceptual history, *Political Theory*, 32(1), 6-33.
- Fassinger, R. E. (1991). The hidden minority: Issues and challenges in working with lesbian women and gay men. *The Counselling Psychologist*, 19(2), 157-176.
- Fassinger, R. E., & McCarn, S. R. (1991, March). *Embracing our diversity: An inclusive model of lesbian identity development*. Paper presented at the annual conference of the Association for Women in Psychology, Hartford, CT.
- Fassinger, R. E., & Miller, B. A. (1996). Validation of an inclusive model of sexual minority identity formation on a sample of gay men. *Journal of Homosexuality*, 32 (2), 53-78.
- Fassinger, R. E., & Ritchie, B. S. (1977). Sex matter: gender and sexual orientation in training for multicultural counseling competency. In D. B. Pope-Davis & H. L. K. Coleman (Eds.), *Multicultural counseling competencies: Assessment, education, training, and supervision* (pp. 83-110). Thousand Oaks, CA: Sage.

- Fassinger R. E., & Schlossberg, N. K. (1992). Understanding the adult years: Perspectives and implications. In S. D. Brown & R. W. Lent (Eds.), *Handbook of counseling psychology* (2nd ed., chapter 7, pp. 217-249). New York: John Wiley & Sons.
- Fausto-Sterling, A. (1992). *Myths of gender*. New York: Basic Books.
- Febbraro, A. R. (1995). On the epistemology, metatheory, and ideology of Q Methodology: A critical analysis. In I. Lubek, R. van Hezewijk, G. Pheterson, & C. W. Tolman (Eds.), *Trends and issues in theoretical psychology* (pp. 144-150). New York: Springer.
- Fernandes, J. V. (1987). *A escola e a desigualdade sexual*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ferreira, E. (2005, Setembro). *Grupo de reflexão na área de psicologia sobre questões relativas à orientação sexual: Da reflexão á acção – uma proposta de trabalho*. Comunicação Apresentada no I Colóquio de Estudos Gays e Lésbicos – “Identidades, Comunidades, Visibilidades”, Lisboa, Instituto Franco-Português.
- FHAR – Frente Homossexual de Acção Revolucionária, (1976). *Relatório contra a normalidade: Manifesto dos homossexuais franceses* (Trad. José António Dias). Lisboa: Assírio e Alvim.
- Fischer, K. W. (1980). A theory of cognitive development: The control and construction of hierarchies of skills. *Psychological Review*, 87, 477-531.
- Fisher, C. B. (2003). *Decoding the ethics code: A practical guide for psychologists*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Fletcher, D. (1998). Iris Marion Young: The politics of difference, justice and democracy. In A. Carter & G. Stokes (Eds.), *Liberal democracy and its critics* (pp. 196-215). Malden: Blackwell.
- Flum, H. (1994). The evolutive style of identity formation. *Journal of Youth and Adolescence*, 23, 489-498.
- Foley, M. W., & Edwards, B. (1996). The paradox of civil society. *Journal of Democracy*, 7(3), 38-52.
- Foucault, M. (1979). *Discipline and punish: The birth of the prison* (Trad. Alain Sheridan). Oxford: Vintage.
- Foucault, M. (1980). *Power/Knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977*. Brighton: Harvester Press.
- Foucault, M. (1994). *História da sexualidade. Volume I – A vontade de saber*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Freud, S. (1986). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Trad. Ramiro da Fonseca). Lisboa: Livros do Brasil. (Obra original publicada em 1905)

Bibliografia

- Freud, S. (1990). *Uma recordação de infância de Leonardo Da Vinci* (Trad. Maria João Pereira). Lisboa: Relógio D'Água. (Obra original publicada em 1910)
- Friedländer, S. (1997). *Nazi Germans and the Jews: The years of persecution, 1933-1939*. New York: Harper Collins.
- Fuss, D. (Ed.). (1992). *Inside/out: Lesbian theories, gay theories*. London: Routledge.
- Gameiro, O. J. C. (1988). *Do acto à identidade: Orientação sexual e estruturação social*. Tese de doutoramento não publicada. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Gamson, J. (2000). Sexualities, Queer Theory, and qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2nd ed, pp. 347-365). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Garland, A. F., & Zigler, E. (1993). Adolescent suicide prevention: Current research and social policy implications. *American Psychologist*, 48(2), 169-182.
- Garnets, L. D., & Kimmel, D. C. (1993). Introduction: Lesbian and gay male dimensions in the psychological study of human diversity. In L. D. Garnets & D. C. Kimmel (Eds.), *Psychological perspectives on lesbian and gay male experiences* (pp. 1-51). New York: Columbia University Press.
- Garnets, L., Hancock, K. A., Cochran, S. D., Goodchilds, J., & Peplau, L. A. (1991). Issues in psychotherapy with lesbians and gay men: A survey of psychologists. *American Psychologist*, 46, 964-972.
- Garson, J. (2000). Reliability and validity: Key concepts and terms. In <http://www.2chass.ncsu.grason/pa7657/statnote.html>, acedido a 17 de Outubro de 2003.
- Gay, P. (1988). *Freud: A life for our time*. Oxford: Oxford University Press.
- Gellner, E. (1994). *Conditions of liberty: Civil society and its rivals*. New York: Allen Lane/Penguin Press.
- Gergen, K. (1992). *The saturated self: Dilemmas of identity in contemporary life*. New York: Basic Books.
- Gergen, K. (1994). *Toward transformation in social knowledge*. New York: Springer-Verlag.
- Gergen, K., & Leach, C. W. (2001). Introduction: The challenge of reconstruction. *Political Psychology*, 22(2), 227-232.
- Giddens, A. (1997a). *Modernidade e identidade pessoal* (2^a ed., Trad. Miguel Vale de Almeida). Oeiras: Celta.

- Giddens, A. (1997b). *Para além da esquerda e da direita: O futuro da política radical*. Oeiras: Celta.
- Gilligan, C. (1982). *In a different voice: Psychological theory and women's development*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Goggin, M. (1993). Gay and lesbian adolescence. In S. Moore & D. Rosenthal (Eds.), *Sexuality in adolescence* (pp. 102-123). New York: Routledge.
- Goldman, I. (1991). Narcissism, social character, and communication: A Q-methodological perspective. *The Psychological Record*, 41, 343-360.
- Gonsiorek, J. C. (1988). Mental health issues of gay and lesbian adolescents. *Journal of Adolescent Health Care*, 9(2), 114-127.
- Gonsiorek, J. C. (Ed.). (1982). *Homosexuality and psychotherapy*. New York: Haworth Press.
- Gooding, C. (1992). *The trouble with the Law? A legal handbook for lesbians and gay men*. London: Gay Men's Press.
- Gould, C. (1988). *Rethinking Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goy, R. W., & McEwan, B. S. (1980). *Sexual differentiation of the brain*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Gracia, E., García, F., & Musitu, G. (1995). Macrosocial determinants of social integration: Social class and area effect. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 5, 105-119.
- Greenberg, D. F. (1988). *The construction of homosexuality*. Chicago: University of Chicago Press.
- Greenberg, G. (1995). If a self is a narrative: Social constructionism in the clinic. *Journal of Narrative and Life History*, 5(3), 269-283.
- Grmek, M. D. (1994). *Historia da Sida* (Trad. Paulo Faria). Lisboa: Relógio D'Água.
- Gross, L. (1993). *Contested closets: The politics and ethics of outing*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Grotevant, H. D. (1987). Toward a process model of identity formation. *Journal of Adolescent Research*, 2, 203-222.
- Grotevant, H., D., & Cooper, C.R. (1981). Assessing adolescent identity in the areas of occupation, religion, politics, friendship, dating, and sex roles: Manual for the administration and coding of the interview. *Journal Supplement Abstract Service Catalog of Select Documents in Psychology*, 11, 522-553.
- Günter, G. (1995). *Hidden holocaust: Gay and lesbian persecution in Germany, 1933-1945*. London: Cassell.

Bibliografia

- Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action*. Boston: Beacon Press.
- Habermas, J. (1994). The normative models of democracy. In S. Benhabib (Ed.), *Democracy and difference: Contesting the boundaries of the political* (pp. 21-45). New Jersey: Princeton.
- Habermas, J. (1999). *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy* (3rd ed.). New Baskerville: MIT Press.
- Haeberle, E. J. (1981). Stigmata of degeneration: Prisoner makings in Nazi concentration camps. In S. Licata & R. Peterson (Eds.), *Historical perspectives on homosexuality* (pp. 135-139). New York: Haworth Press.
- Halberstam, J. (1998). *Female masculinity*. Durham: Duke University Press.
- Halley, J. E. (1999). *Don't: A reader's guide to the military's ant-gay policy*. Durham: Duke University Press.
- Halperin, D. M. (1995). *Saint Foucault: Towards a gay hagiography*. New York: Oxford University Press.
- Halwani, R. (2002). Outing and virtue ethics. *Journal of Applied Philosophy*, 19(2), 141-152.
- Hamer, D., & Copeland, P. (1994). *The science of desire: The search of the gay gene and the biology of behavior*. New York: Simon and Schuster.
- Hammelmann, T. L. (1993). Gay and lesbian youth: Contributing factors to serious attempts or considerations of suicide. *Journal of Gay and Lesbian Psychotherapy*, 2, 77-89.
- Hare, J. (1994). Concerns and issues faced by a family headed by a lesbian couple. *Families in Society*, 75, 27-35.
- Harris, D. (1997). *The rise and fall of gay culture*. New York: Hyperion.
- Hart, D., & Fegley, S. (1995). Prosocial behavior and caring in adolescence: Relations to self-understanding and social judgment. *Child Development*, 66, 1347-1359.
- Hart, D., Maloney, J., & Damon, W. (1987). The meaning and development of identity. In T. Honess & K. Yardley (Eds.), *Self and identity: Perspectives across the life-span* (pp. 121-133). New York, NY: Routledge.
- Hegna, K. (2004, Maio). *Same-sex and other-sex sexual experiences among Norwegian adolescents – Experimentation, heterosexual scripts and sexual orientation*. Comunicação apresentada na 9th Conference of the European Association for Research on Adolescence. Porto, Portugal.
- Helms, J. E. (1985). Towards a theoretical explanation of the effects of race in counselling: A black and white model. *The Counselling Psychologist*, 12(4), 153-165.

- Henning, B. (1998). A dung beetle in distress: Hans Christian Anderson meets Karl Maria Kertbeny, Geneva, 1860: Some notes on the archeology of homosexuality and the importance of tuning. *Journal of Homosexuality*, 35(3/4), 139-161.
- Herd, G. H. (1987). *Guardians of the flutes: Idioms of masculinity*. New York: Columbia University Press.
- Herd, G. H. (1992) (Ed.). *Gay culture in America: Essays from the field*. Boston: Beacon Press.
- Herd, G. H. (1996). Issues in the cross-cultural study of homosexuality. In R. P. Cabaj & T. S. Stein (Eds.), *Textbook of sexuality and mental health* (pp. 65-82). Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Herd, G. H., & Koff, B. (2002). *Tenho uma coisa para vos dizer: O percurso de uma família com um filho homossexual* (Trad. Jorge Almeida e Pinho). Porto: Âmbar.
- Herek, G. M. (1989). Hate crimes against lesbians and gay men: Issues for research and social policy. *American Psychologist*, 44, 948-955.
- Herek, G. M. (1993). The context of antigay violence: Notes on cultural and psychological heterosexism. In L. D. Garnets & D. C. Kimmel (Eds.), *Psychological perspectives on lesbian and gay male experiences* (pp. 89-107). New York: Columbia University Press.
- Herrn, R. (1995). On the history of biological theories of homosexuality. *Journal of Homosexuality*, 28(1/2), 31-56.
- Hershberger, S. L. & D'Augelli, A. R. (1995). The impact of victimization on the mental health and suicidality of lesbian, gay and bisexual youth. *Developmental Psychology*, 31(1), 65-74.
- Herzer, M. (1985). Kertbeny and the nameless love. *Journal of Homosexuality*, 12(1), 1-26.
- Hite, S. (1976). *The Hite report on female sexuality*. London: Brooklin Books.
- Hite, S. (1986). *O Relatório Hite sobre sexualidade masculina* (Trad. Ana César, Márcia de Almeida e Berta Amorosa Silva). Lisboa: Difel. (Obra original publicada em 1978)
- Hollander, G. (2000). Questioning youths: Challenges to working with youths forming identities. *School Psychology Review*, 29(2), 173-179.
- Hoover, K. R. (2002, Julho). *What should democracies do about identity?*. Comunicação apresentada no 25th Silver Jubilee Annual Scientific Meeting da International Society of Political Psychology. Berlim, Alemanha.
- Hostetler, A., & Herd, G. (1998). Culture, sexual life ways, and developmental subjectivities: Rethinking sexual taxonomies. *Social Research*, 65(2), 302-334.

Bibliografia

- Iasenza, S. (1989). Some challenges of integration sexual orientations into counselor training research. *Journal of Counseling Development*, 68, 73-76.
- ILGA – International Lesbian and Gay Association (1996). *Gay holocaust survivors*. ILGA: ILGA Euroletter.
- ILGA – International Lesbian and Gay Association (1998). *Equality for lesbians and gay men: A relevant issue in the civil and social dialogue*. Brussels: ILGA Europe Reports.
- ILGA-Portugal (2006). *Igualdade no Acesso ao Casamento Civil*. Brochura de divulgação de iniciativas.
- Inglehart, R. (1997). *Modernization and post-modernization: Cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton: Princeton University Press.
- Iasenza, S. (1999). Who do we want to be? A commentary on essentialist and social constructionist perspectives in clinical work. In J. S. Bohan, G. M. Russell, V. Cass, D. G. Haldeman, S. Iasenza, F. Klein, A. M. Omoto, & L. Tiefer (Eds.), *Conversations about psychology and sexual orientation* (pp. 71-76). New York, NY: New York University Press.
- Isay, R. (1993). *Being homosexual: Gay men and their development*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Iverson, G. R., & Norpoth H. (1987). *Analysis of variance*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Jackson, E. (1995). *Strategies of deviance: Studies in gay male representation*. Bloomington: Indiana University Press.
- Jackson, S. (1999). *Heterosexuality in question*. London: Sage.
- Jackson, S., & Scott, S. (2002). Introduction: The gendering of sociology. In S. Jackson & S. Scott (Eds.), *Gender: A sociological reader* (pp. 1-26). London: Routledge.
- Jagose, A. (1996). *Queer theory: An introduction*. New York: New York University Press.
- Janoski, T. (1998). *Citizenship and civil society: A framework of rights & obligations in liberal, traditional, and social democratic regimes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Johansson, W., & Percy, W. (1994). *Outing: Shattering the conspiracy of silence*. New York: Harrington Park Press.
- Johnson, C. C. (2000). High-risk behavior among gay adolescents: implications for treatment and support. *Adolescence* (Winter), 82-96.
- Jones, E. & Gaventa, J. (2002). *Concepts of Citizenship*. Brighton: Institute of Development Studies – IDS Developmental Bibliographical Collection, 19.
- Jones, W., & Bates, J. E. (1988). *Satisfaction in male homosexual couples*. Brighton: Harrington Press.
- Kamenny, F. (1971). A declaration of war. *The Advocate*, May, 1971.

- Kaplan, M. B. (1997). *Sexual justice: Democratic citizenship and the politics of desire*. London: Routledge.
- Katz, J. N. (1976). *Gay American history*. New York: Thomas Y. Crowell.
- Katz, J. N. (1995). *The invention of heterosexuality*. New York: Dutton.
- Kaufman, P., Harrison, E., & Hide, M. (1984). Distancing for intimacy in lesbian relationships. *American Journal of Psychiatry*, 141, 530-533.
- Kinsey, A. C., Pomeroy, W. B. Martin, C. E., & Gebhard, P. H. (1948). *Sexual behavior in the human male*. Philadelphia: W. B. Saunders.
- Kinsey, A. C. Pomeroy, W. B. Martin, C. E., & Gebhard, P. H. (1953). *Sexual behavior in the human female*. Philadelphia: W. B. Saunders.
- Kitzinger, C. (1987). *The social construction of lesbianism*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Kitzinger, C. (1996). Speaking of oppression: Psychology, politics, and the language of power. In E. D. Rothblum & L. A. Bond (Eds.), *Preventing heterosexism and homophobia* (pp. 3-19). New York: Sage.
- Kitzinger, C., & Wilkinson, S. (1995). Transitions from heterosexuality to lesbianism: The discursive production of lesbian identities. *Developmental Psychology*, 31(1), 95-104.
- Klein, F. (1999). Psychology of sexual orientation. In J. S. Bohan, G. M. Russell, V. Cass, D. C. Hadelman, S. Iasenza, F. Klein, A. M. Omoto, & L. Tiefer (Orgs.), *Conversations about psychology and sexual orientation* (pp. 129-138). New York: New York University Press.
- Klinkenberg, D., & Rose, S (1994). Dating scripts of gay men and lesbians. *Journal of Homosexuality*, 26(4), 23-36.
- Koch, N. S., & Emrey, J. A. (2001). The internet and the opinion measurement: Surveying marginalized populations. *Social Science Quarterly*, 82 1), 130-138.
- Kourany, R. F. (1987). Suicide among homosexual adolescents. *Journal of Homosexuality*, 13, 111-117.
- Krafft-Ebing, R. (1998). *Psychopathia sexualis: A medico-forensic study* (Trad. Franklin S. Klaf). New York: Arcade Publishing. (Obra original publicada em 1886)
- Krajeski, J. (1996). Homosexuality and the mental health professions: A contemporary history. In R. P. Cabaj & T. S. Stein (Eds.), *Textbook of sexuality and mental health* (pp. 17-31). Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Kramer, L. (1997). 1112, Soma e segue (Trad. António Fernando Cascais). In A. F. Cascais (Org.), *A Sida por um fio: Antologia de textos* (pp. 27-50). Lisboa: Vega.
- Krantowitz, A. (1977). *Under the rainbow: Growing up gay*. New York: Morrow.

Bibliografia

- Krantz, J. H., & Dalal, R. (2000). Validity of web-based psychological research. In M. H. Birnbaum (Ed.), *Psychological experiments on the Internet* (pp. 35-60). San Diego: Academic Press.
- Kroger, J. (1989). *Identity in adolescence: The balance between self and other*. New York, NY: Routledge.
- Kroger, J. (1995). The differentiation of "firm" and "developmental" foreclosure statuses: A longitudinal study. *Journal of Adolescent Research*, 10, 317-337.
- Kroger, J. (2002). Introduction: Identity development through adulthood. *Identity: An International Journal of Theory and Research*, 2(1), 1-5.
- Krueger, R. A. (1988). *Focus groups: A practical guide for applied research*. London: Sage.
- Kübler-Ross, E. (1987). *Sida: O desafio final* (Trad. Marilena Caetano Ruas). Lisboa: Difusão Cultural.
- Kunnen, E. S., & Bosma, H. A. (2003). Fischer's skill theory applied to identity development: A response to Kroger. *Identity: An International Journal of Theory and Research*, 3(3), 247-270.
- Kurdek, L. A. (1988). Perceived social support in gays and lesbians adolescents. *Journal of Family Psychology*, 11, 109-124.
- Kurdek, L. A., & Schmitt, P. S. (1988). *Relationship quality of gay men in closed or open relationships*. New York: Haworth Press.
- Kymlicka, W. & Norman, J. (1995). Return of the citizen: A survey of recent work on citizenship theory. In R. Beiner (Ed.), *Theorizing citizenship* (pp. 283-322). Albany: State University of New York.
- Kymlicka, W., & Norman, W. (2000). Citizenship in culturally diverse societies: Issues, contexts, concepts. In W. Kymlicka & W. Norman (Eds.), *Citizenship in diverse societies* (pp. 1-41). New York: Oxford University Press.
- Lasala, M. C. (2000). Lesbian, gay male, and their parents: Family therapy for the coming-out crisis. *Family Process*, 39, 67-81.
- Lehr, V. (1999). *Queer family values: Debunking the myth of the nuclear family*. Philadelphia: Temple University Press.
- Leiper, R. N. (1981). *The relationship of cognitive developmental structures to the formation of identity in young men*. Canada: Simon Fraser.
- Lemke, J. (1991). *Gay voices from east Germany*. Bloomington: Indiana University Press.
- LeVay, S. (1996). *Queer science: The use and abuse of research into homosexuality*. Cambridge, MA: The MIT Press.

- Levina, M., Waldo, C. R., & Fitzgerald, L. F. (2002). We're here, we're queer, we're on TV: The effects of visual media on heterosexual's attitudes toward gay men and lesbians. *Journal of Applied Social Psychology*, 30(4), 738-758.
- Levy, T. (2004). Crueldade e crueza do binarismo. In A. F. Cascais (Org.), *Indisciplinar a teoria: Estudos gays, lésbicos e queer* (pp. 183-214). Lisboa: Fenda.
- Lewis, J. (1999). *El camino a Amsterdam*. In ILGA-Europe –European Delegation of International Lesbian and Gay Association, *La Orientación Sexual y la Unión Europea tras el Tratado de Amestardam* (pp. 9-28). Bruxelas: ILGA Europe.
- Lieblich, A., & Josselson, R. (1994). *Exploring identity and gender: The narrative studies of life*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Lister, R. (1998). Citizenship in action: citizenship and community development in Northern Ireland context. *Community Development Journal*, 33(3), 226-235.
- Llamas, R. (1998). *Teoría torcida: Prejuicios y discursos en torno a "la homosexualidad"*. Madrid: Siglo Veintiuno de España.
- Llamas, R. (2004). A reconstrução do corpo homossexual em tempos de sida (Trad. Ana Márquez e António Alves Martins). In M. L. Marcos & A. F. Cascais (Orgs.), *Revista de Comunicação e Linguagens – Corpo, Técnica, Subjectividades*, 33 (pp. 323-353). Lisboa: Relógio d'Água.
- Llamas, R., & Vidarte, F. J. (2000). *Homografías* (2ª ed.). Madrid: Espasa.
- Llamas, R., & Vidarte, F. J. (2001) *Extravíos*. Madrid: Espasa.
- Lock, J., & Steiner, H. (1999). Gay, lesbian, and bisexual youth risks for emotional, physical, and social problems: Results from a community-based survey. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 38, 297-304.
- Logan, R. L. (1996). Homophobia? No, homophobia. *Journal of Homosexuality*, 31 (3), 31-53.
- Lonner, W. J. (1985). Issues in testing and assessment in cross-cultural counseling. *The Counseling Psychologist*, 13, 599-614.
- Lonner, W. J., & Adamopoulos, J. (1997). Culture as antecedent to behaviour. In J. W. Berry, Y. H. Poortinga, & J. Pandey (Eds.), *Handbook of cross-cultural psychology: Theory and method* (pp. 43-83). Needham Heights, MA: Allyn & Bacon.
- Lopez, F. (1988). Adquisición y desarrollo de la identidad sexual y de género. In J. Fernández (Ed.), *Nuevas perspectivas en el desarrollo del sexo y el género* (pp. 45-69). Madrid: Pirámide.

Bibliografia

- Lopez, F. G. (1992). Family dynamic and late adolescent identity development. In S. D. Brown & R. W. Lent (Eds.), *Handbook of counseling psychology* (2nd ed., chapter 8, pp. 251-283). New York: John Wiley & Sons.
- Lourenço, O. M. (2005). *Psicologia de desenvolvimento cognitivo: Teoria, dados e implicações* (2^a ed.). Porto: Almedina.
- Louro, G. L. (1996). Nas redes do conceito de género. In M. J. Lopes, D. E. Meyer & V. R. Waldow (eds.), *Género e Saúde* (pp. 24-43). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Louro, G. L. (2001). Pedagogias da sexualidade. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado – Pedagogias da sexualidade* (pp. 9-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho - Ensaios sobre sexualidade e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lubek, R., van Hezewijk, G., Tolman, C., & Pheterson, G. (1995). Preface: New trends in psychological research. In I. Lubek, R. van G. Hezewijk, C. Tolman, & G. Pheterson (Eds.), *Trends and issues in theoretical psychology* (pp. i-xxiii). New York: Springer.
- Luzes, P. (1963). Psicopatologia da homossexualidade masculina. *Separata Jornal do Médico*, 50 (Setembro), 3-15.
- Lyotard, J. F. (1999). *O pós-moderno explicado às crianças: correspondência 1982-1985* (3^a ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- Malone, J. (2000). *21st Century gay*. New York: M. Evans and Company.
- Marcia, J. E. (1966). Development and validation of ego identity status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, 551-558.
- Marcia, J. E. (1986). Clinical implications of the identity status approach within psychosocial developmental theory. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 2, 23-34.
- Marcia, J. E. (1989). Identity diffusion differentiated. In M. A. Luszcz & T. Nettelbeck (Eds.), *Psychological development: Perspectives across the life-span* (pp. 289-294). Amsterdam: North-Holland.
- Marcia, J. E. (1993). The status of the statuses: Research review. In J. E. Marcia, A. S. Waterman, D. R. Matteson, S. L. Archer, & J. L. Orlofsky (Eds.), *Ego identity: A handbook for psychological research* (pp. 22-41). New York: Springer-Verlag.
- Marcia, J. E. (2002). Identity and psychosocial development in adulthood. *Identity: An International Journal of Theory and Research*, 2(1), 7-28.
- Marcia, J. E. (2003). Treading fearlessly: A commentary on personal persistence, identity development, and suicide. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 68(2), 131-138.

- Marcus, E. (2002). *Making gay history: The half-century fight for lesbian and gay equal rights*. New York: Harper Collins.
- Markowe, L. A. (1996). *Redefining the self: Coming out as a lesbian*. Cambridge, MA: Polity Press.
- Marmor, J. (1980). Overview: The multiple roots of homosexual behaviour. In J. Marmor (Ed.), *Homosexual behaviour: A modern reappraisal* (pp. 4-17). New York: Basic Books.
- Marmor, J. (1998). Homosexuality: Is etiology really important? *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 2(4), 19-28.
- Marshall, A. (1995). *Together forever? The gay guide to good relationships*. London: Pan Books.
- Marshall, T. H. (1950). *Citizenship and social class*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Martin, I. (2002). Citizenship debate asks some awkward questions. *Adult Education*, 13(10), 18-20.
- Martin, J. I., & Knox, J. (2000). Methodological and ethical issues in research on lesbians and gay men. *Social Work Research*, 24(1), 51-59.
- Mason, G. (1995). (Out)laws: Acts of proscription in the sexual order. In M. Thornton (Ed.), *Public and private: feminist legal debates* (pp. 34-62). Oxford: Oxford University Press.
- Matos, P. M., Barbosa, S., & Costa, M. E. (2000). A propósito da avaliação psicológica da identidade: Estudo sobre o EOMEIS-2. *Psychologica*, 25, 45-66.
- McCarn, S. R., & Fassinger, R. E. (1996). Revisioning sexual minority identity formation: A new model of lesbian identity and its implications for counseling and research. *The Counseling Psychologist*, 24 (3), 508-534.
- McDonald, K (1999). *Identity and youth*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McIntosh, M. (1996). The homosexual role. In S. Seidman (Ed.), *Queer theory sociology* (pp. 33-40). Oxford: Blackwell. (Obra original publicada em 1968)
- McKenna, K. Y. A., & Barg, J. A. (1998). Coming out in the age of the Internet: "Desmarginalization" through virtual group participation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(3), 681-694.
- McKenna, K. Y. A., & Barg, J. A. (1999). Causes and consequences of social interaction at the Internet: A conceptual framework. *Media Psychology*, 1, 249-270.
- McKenna, K. Y. A., Green, A. S., & Gleason, M. J. (2002). Relationship formation on the Internet: What's the big attraction? *Journal of Social Issues*, 58, 9-31.
- McNay, L. (1998). Michel Foucault and agonistic democracy. In A. carter & G. Stokes (Eds.), *Liberal democracy and its critics* (pp. 216-237). Malden: Polity Press.

Bibliografia

- McPherson, M., Smith-Lovin, L., & Cook, J. (2001). Birds of a feather: Homophily in social networks. *Annual Review of Sociology*, 27, 415-44.
- Mécary, C., & de la Pradele, G. (2003). *Les droits des homosexuels: Liberté, égalité, fraternité*. Paris : Presses Universitaires de France.
- Meeus, W. (1996). Studies on identity development in adolescence: An overview of research and some new data. *Journal of Youth and Adolescence*, 25, 269-598.
- Mejer, I. C., & Prins, B. (1998). How bodies come to matter: An interview with Judith Butler. *Journal of Women in Culture and Society*, 23(2), 275-287.
- Meneses, I. S. S. (1998). *Espaços públicos, vidas privadas: Identidades gay em Lisboa*. Tese de mestrado não publicada. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Menezes, I. (1990). O desenvolvimento psicosssexual. In B. P. Campos (Org.), *Psicologia do desenvolvimento e educação de jovens* (139-185). Lisboa: Universidade Aberta.
- Menezes, I., & Costa, M. E. (1992). Amor entre iguais: A psicoterapia da diferença. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 8, 79-84.
- Menezes, I., Ferreira, P. D., Carneiro, N. S., & Cruz, J. (2004). Citizenship, empowerment, and participation: Implications for community interventions. In A. S. Vidal, A. Z. Constanzo, & M. P. Lois (Eds.), *Psicologia comunitária europea: Comunidad, poder, ética y valores* (pp. 301-308). Barcelona: Publicacions de la Univeritat de Barcelona.
- Miller, D. (2000). *Citizenship and national identity*. Malden, MA: Blackwell.
- Milton, M., & Coyle, A. (1998). Psychotherapy with lesbian and gay clients. *The Psychologist*, 11, 73-76.
- Milton, M., Coyle, A., & Legg, C. (2002). Lesbian and gay affirmative psychotherapy: defining the domain. In A. Coyle & C. Kitzinger (Eds.), *Lesbian and gay psychology: New perspectives* (pp. 175-197). Oxford: Blackwell.
- Miranda, J. & Storms, M. (1989). Psychological adjustment of lesbians and gay men. *Journal of Counseling Development*, 68, 41-45.
- Moffat, A. (1981). *A psicoterapia do oprimido: Ideologia e técnica da psiquiatria popular* (Trad. Manuel Rosa). Lisboa: Assírio e Alvim.
- Mohr, J., & Fassinger, R. E. (2000). Measuring dimensions of lesbian and gay male experience. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development*, 33, 66-90.
- Moita, M. G. (2001). *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico: A homossexualidade de dois lados do espelho*. Tese de Doutoramento não publicada. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar. Universidade do Porto.

- Mondimore, F. (1996). *A natural history of homosexuality*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Money, J. (1988). *Gay, straight and in between*. Oxford: Oxford University Press.
- Monleón, A. (2001). Transgression et ludisme: La Drag Queen. In E. Real, D. Jiménez, D. Pujante, & A. Cortijo (Eds.), *Écrire, traduire et représenter la fête* (pp. 373-380). València : Publicaciones de la Universidad de Valencia.
- Montada, L., & Schmitt, M. (1982). Issues in applied developmental psychology: A life-span perspective. *Life-Span Development and Behavior*, 4, 1-32.
- Moore, S., & Rosenthal, D. (1993). *Sexuality in adolescence*. New York: Routledge.
- Moran, L. J. (1996). *The homosexual(ity) of Law*. London: Routledge.
- Moran, L. J. (2002). Lesbian and gay bodies of law. In D. Richardson & S. Seidman (Eds.), *Handbook of lesbian and gay studies* (pp. 291-311). London: Sage.
- Morgan, K. & Nerison, R. (1993). Homosexuality and psychopolitics: An historical overview. *Psychotherapy* (Spring), 133-140.
- Morin, S. (1977). Heterosexual bias in psychological research on lesbianism and male homosexuality. *American Psychologist* (August), 629-637.
- Morrow, D. F. (1996). Heterosexism: Hidden dimension in social work education. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 5, 1-16.
- Mortimer, J., Finch, M. D., & Kumba, D. (1982). Persistence and change in development: The Multidimensional self-concept. *Life-Span Development and Behavior*, 4, 263-313.
- Moya, L. (2005). *Beyond identity politics: Feminism, power, and politics*. Cambridge: Sage.
- Muehlenhard, C. L. (2000). Categories and sexuality. *The Journal of Sex Research*, 37(2), 101-107.
- Murray, S. O. (1996). *American gay*. London: The University of Chicago Press.
- Murray, S. O. (2002). The comparative sociology of homosexualities. In D. Richardson & S. Seidman (Eds.), *Handbook of lesbian & gay studies* (pp. 83-96). London: Sage.
- Naphy, W. (2006). *Born to be gay: História da homossexualidade*. Lisboa: Edições 70.
- Nardi, P. M., & Sherod, D. (1994). Friendship in the lives of gay men and lesbians. *Journal of Social and Personal Relationships*, 11, 185-199.
- Nelsen, I. C. (1994). Ethics, gender, and ethnicity in research and evaluation. *Journal of Social Service Research*, 18, 139-152.
- Nesmith, A. A., Burton, D., & Cosgrove, T. J. (1999). Gay, lesbian, and bisexual youth and young adults: Social support in their own words. *Journal of Homosexuality*, 37(1), 95-108.

Bibliografia

- Nichols, S. L. (1999). Gay, lesbian, and bisexual youth: Understanding diversity and promoting tolerance in schools. *The Elementary School Journal*, 99(5), 505-519.
- Nurius, P. (1983). Mental health implications of sexual orientation. *The Journal of Sex Research*, 19(1), 119-136.
- Odijk, M., & Kabo, A. (1998). *Work places and homosexuality in Europe and United States: The 1998 Conference on trade unions, homosexuality and work – Conference report and closing documents*. Amsterdam/Utrecht: ÖTV Arbeit.
- Orlofsky, J. L., Marcia, J. E., & Lesser, I. M. (1973). Ego identity status and the intimacy versus isolation crisis of young adulthood. *Journal of Personality and Social Psychology*, 27, 211-219.
- Padilla, A. M. (1980). *Acculturation: Theory, methods and some new findings*. Boulder, CO: Westview Press.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar.
- Pare, C. (1985). Etiology of Homosexuality: Genetic and chromosomal aspects. In J. Marmor (Ed.), *Sexual inversion: The multiple roots of homosexuality* (pp. 70-80). New York: Basic Books.
- PE – Parlamento Europeu (2003, Outubro). Resolutions on fundamental European rights. In http://www.europarl.eu.int/home/default_pt.html, acedido a 12 Janeiro de 2004.
- Penelope, J., & Wolfe, S. J. (Eds.) (1989). *The original coming out stories*. Freedom, CA: The Crossing Press.
- Perchuk, A., & Posner, H. (1995) (Eds.). *The masculine masquerade: Masculinity and representation*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Perkins, R. E. (1996). Rejecting therapy: Using our communities. In E. D. Rothblum & L. A. Bond (Eds.), *Preventing heterosexism and homophobia* (pp. 3-19). New York: Sage.
- Perloff, W. (1985). Hormones and homosexuality. In J. Marmor (Ed.), *Sexual inversion: The multiple roots of homosexuality* (pp. 44-70). New York: Basic Books.
- Persell, C. H. (1997). The interdependence of social justice and civil society. *Sociological Forum*, 12(2), 149-172.
- Pett, M. A., Lackey, N. R., & Sullivan, J. J. (2003). *Making sense of factor analysis: The use of factor analysis for instrument development in health care research*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Phelan, S. (2000). Queer liberalism?. *American Political Science Review*, 94(2), 431-437.
- Phinney, J. S. (1996). When we talk about ethnic minority groups, what do we mean? *American Psychologist*, 51, 918-927.

- Pilar, J. A., & Udasco, J. O. (2004). Deculturation: Its lack of validity. *Cultural diversity and Ethnic Minority Psychology*, 10(2), 169-176.
- Pillard, R. C. (1996). Homosexuality from a familial and genetic perspective. In R. P. Cabaj & T. S. Stein (Eds.), *Textbook of sexuality and mental health* (pp. 115-128). Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Pillard, R. C. (1998). Biological theories of homosexuality. *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 2(4), 75-85.
- Plummer, D. (1963). *Queer people: The truth about homosexuals in Britan*. London: W. H. Allen.
- Plummer, K. (1995). *Telling sexual stories: Power, change and social worlds*. London and New York: Routledge.
- Plummer, K. (1996). Symbolic interactionism and the forms of homosexuality. In S. Seidman (Ed.), *Queer theory/sociology* (pp. 64-82). Oxford: Blackwell.
- Pollack, M. (1982). L'homosexualité masculine, ou le bonheur dans le guetto?. In P. Ariés & A. Béjin (Orgs.), *Sexualités occidentales* (pp. 223-246). Paris: Seuil.
- Procidano, M. E., & Heller, K. H. (1983). Measures of perceived social support from friends and from family: Three validation studies. *American Journal of Community Psychology*, 11(1), 1-24.
- Pulkkinen, L. (1982). Self-control and continuity from childhood to late adolescence. *Life-Span Development & Behavior*, 4, 63-105.
- Purcell, D. W. & Hicks, D. W. (1996). Institutional discrimination against lesbians, gay men, and bisexuals: The courts, legislature, and the military. In R. P. Cabaj & T. S. Stein (Eds.), *Textbook of homosexuality and mental health* (pp. 763-782). Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Rahman, M. (2000). *Sexual citizenship: Identities and strategies in lesbian and gay politics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Ramos, R. (2004). Para uma história política da cidadania em Portugal. *Análise Social*, XXXIX (172), 547-569.
- Rappaport, J. (1987). Terms of empowerment/ exemplars of prevention: Toward a theory for community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 15, 121-148.
- Raskin, P. M. (2002). Identity in adulthood: Reflections on recent theory and research. *Identity*, 2(1), 101-108.
- Rechy, J. (1977). *The sexual outlaw*. New York: Grove Press.

Bibliografia

- Reskin, B. F. (1998). *The realities of affirmative action*. Washington, DC: American Sociological Association.
- Rich, A. (1980). Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, 5(4), 631-660.
- Richardson, D. (1998). Sexuality and citizenship. *Sociology*, 32(1), 83-100.
- Richardson, D. (2000). Claiming citizenship? Sexuality, citizenship and lesbian/feminist theory. *Sexualities*, 3(2), 255-272.
- Ricoeur, P. (1995). *Le juste*. Paris: Esprit.
- Rieber, S. (2004). Democracy and Territorial Rights. *Journal of Social Philosophy*, 35(4), 529-543.
- Rimmerman, C. A. (2000). Beyond political mainstream: Reflections on lesbian and gay organizations and the grassroots. In C. A. Rimmerman, K. D. Wald, & C. Wilcox (Eds.), *The politics of gay rights* (pp. 54-78). Chicago: The University of Chicago Press.
- Robertson, R (1992). *Globalization : Social theory and global culture*. London: Sage.
- Rodgers, Robert F. (1984). Theories of adult development: Research status and counseling implications. In S. D. Brown & R. W. Lent (Eds.), *Handbook of counseling psychology* (chapter12, pp. 479-519). New York: John Wiley & Sons.
- Rom, M. C. (2000). Gays and AIDS: Democratizing disease? In C. A. Rimmerman, K. D. Wald, & C. Wilcox (Eds.), *The politics of gay rights* (pp. 217-248). Chicago: The University of Chicago Press.
- Rosario, V. (1997) (Ed.). *Science and homosexualities*. London: Routledge.
- Rosenberg, M (1990). The self-concept: social product and social force. In M. Rosenberg & R. H. Turner (Eds.), *Social psychology, sociological perspectives* (pp. 593-624). New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Roseneil, S. (2002). The heterosexual/homosexual binary: Past, present and future. In D. Richardson & S. Seidman (Eds.), *Handbook of lesbian and gay studies* (pp. 27-43). London: Sage.
- Roussopoulos, D., & Benello, C. G. (2003). *The Case for participatory democracy: Prospects for a new society*. Minnesota: Black Rose Books.
- Rubio, S. (1996). *Proceso de desarrollo de la identidad homosexual*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade de Salamanca.
- Rubio, S. S. (1999). *Como se vive la homosexualidad y el lesbianismo?* Salamanca: Amarú.
- Russell, G. M., & Bohan, G. M. (1999). Implications for clinical work. In J. S. Bohan, G. M. Russell, V. Cass, D. C. Hadelman, S. lasenza, F. Klein, A. M. Omoto, & L. Tiefer (Orgs.),

- Conversations about psychology and sexual orientation* (pp. 31-56). New York: New York University Press.
- Sampson, E. E. (1993). Identity Politics: Challenges to Psychology's Understanding. *American Psychologist*, 48(12), 1219-1230.
- Sanders, L. M. (2001, September). *The psychological benefits of political participation*. Comunicação apresentada no *Annual Meeting of the American Political Science Association*. San Francisco, EUA.
- Santos, A. C. (2002). Sexualidades politizadas: Ativismo nas áreas da AIDS e da orientação sexual em Portugal. *Cadernos de Saúde Pública*, 18 (3), 595-611.
- Santos, A. C. & Fontes, F. (2001). O Estado português e os desafios da (homo)sexualidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 59, 173-194.
- Santos, B. S. (1989). *O Estado e os modos de produção de poder social*. Publicações Oficina do Centro de Estudos Sociais/7.
- Santos, B. S. (1998). *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva e Fundação Mário Soares.
- Santos, B. S. (2002). Os processos de globalização. In B. S. Santos (Org.), *A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização: Volume I: Globalização – fatalidade ou utopia?* (2ª ed., pp. 31-106). Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (2003) (Org.), *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento.
- Santos Silva, A. (2000). A acção política, um ensaio de teoria e perspectiva. In R. del Aguila, P. B. Clarke, A. S. Silva, & N. Tenzer (Orgs.). *A política: Ensaio de definição* (pp. 78-115). Madrid: Ediciones Sequitur.
- Sarason, I. G., Levine, H. M., Basham, R. B., & Sarason, B. R. (1983). Assessing social support: The social support questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 127-139.
- Sardoč, M., & Shaughnessy, M. F. (2001). An interview with Iris Marion Young. *Educational Philosophy and Theory*, 33(1), 95-101.
- Sattora, L., & Bentler, P. M. (1994). Corrections to test statistics and standard errors in covariance structural analysis. In A. van Eye & C. C. Clogg (Eds.), *Latent variable analysis in developmental research* (pp. 285-305). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Savin-Williams, R. C. (1990). *Gay and lesbian Youth: Expressions of identity*. New York: Hemisphere.
- Savin-Williams, R. C. (2001a). A critique of research on sexual-minority youths. *Journal of Adolescence*, 24, 5-13.

Bibliografia

- Savin-Williams, R. C. (2001b). Suicide attempts among sexual-minority youths: Population and measurement issues. *Journal of Counseling and Clinical Psychology*, 69(6), 983-991.
- Scasta, D. (1998). Historical perspectives on homosexuality. *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 2(4), 3-17.
- Schachter, E. P. (2002). Identity constraints: The perceived structural requirements of a "good" identity. *Human Development*, 45, 416-433.
- Schegloff, E. A. (1997). Whose next? Whose context? *Discourse and Society*, 3, 87-118.
- Schiebinger, L. (1994). *Nature's body: Sexual politics and the making of modern science*. Boston: Beacon Books.
- Schiedel, D. G., & Marcia, J.E. (1985). Ego identity, intimacy, sex role orientation and gender. *Developmental Psychology*, 21, 149-160.
- Schwartz, S. J. (2001). The evolution of Eriksonian and neo-Eriksonian identity theory and research: A review and integration. *Identity*, 1, 7-58.
- Schwartz, S. J. (2002a). Convergent validity in objective measures of identity status: Implications for identity status theory. *Adolescence*, 37(147), 609-625.
- Schwartz, S. J. (2002b). In search of mechanisms of change in identity development: Integrating the constructivist and discovery perspectives on identity. *Identity: An International Journal of Theory and Research*, 2(4), 317-229.
- Schwartz, S. J., & Dunham, R. M. (2000). Identity status formulae: Generating continuous measures of the identity statuses from measures of exploration and commitment. *Adolescence*, 35, 147-165.
- Scott, J. W. (1986). Gender: A useful category of historical analysis. *American Historical Review*, 91(5), 1053-1076.
- Sedgwick, E. K. (1990). *Epistemology of the Closet*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- Seidman, S. (1996). Introduction. In S. Seidman (Ed.), *Queer theory/sociology* (pp. 1-29). Cambridge, MA: Blackwell.
- Seidman, S. (2001). From identity to queer politics: Shifts in normative heterosexuality and the meaning of citizenship. *Citizenship Studies*, 5(3), 321-328.
- Seligman, A. (1992). *The idea of civil society*. New York: Free Press.
- Sengupta, J. (2003). Gay rights and European citizenship. *The Gay and Lesbian Review*, 12(2), 26-31.

- Shaw, J. (2000). The problem of membership in EU citizenship. In Z. Bánkowski & A. Scott (Eds.), *The European Union and its Order* (pp. 124-145). Oxford: Blackwell.
- Shidlo, A. (1994). Internalized homophobia: Conceptual and empirical issues in measurement. In B. Greene & G. M. Herek (Eds.), *Lesbian and gay psychology: Theory, research, and clinical applications* (pp. 176-205). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Shilts, R. (1993). *Conduct unbecoming: Gays and lesbians in the U.S. military*. New York: St. Martin's Press.
- Shiveley, M. G., & De Cecco, J. P. (1977). Components of sexual identity. *Journal of Homosexuality*, 3, 41-48.
- Signorile, M. (1993). *Queer in America: Sex, media and the closets of power*. New York: Random House.
- Silverstein, C. (1996). History of treatment. In R. P. Cabaj & T. S. Stein (Eds.), *Textbook of sexuality and mental health* (pp. 3-16). Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Singh, B. R. (2001). Citizenship education and the challenge of racism, discrimination and disadvantage. *Contemporary Politics*, 7(4), 299-318.
- Skowron, E. A. (2004). Differentiation of self, personal adjustment, problem solving, and ethnic belonging among persons of color. *Journal of Counseling and Development*, 82, 447-456.
- Smith, A. M. (1994). *New Right discourses on race and sexuality*. New York: Cambridge University Press.
- Smith, P. J. (1999). Introduction: Icons and iconoclasts – Fragments of sixties queer culture. In P. J. Smith (Ed.), *The queer sixties* (pp. xi-xxvi). New York: Routledge.
- Soares, I., & Campos, B. P. (1986). Educação sexual e desenvolvimento psicossocial. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 2, 71-79.
- Sophie, J. (1987). Internalized homophobia and lesbian identity. In Eli Coleman (Ed.), *Psychotherapy with homosexual men and women: Integrated identity approaches for clinical practice*. New York: Haworth Press.
- Soromenho-Marques, V. (1996). *A era da cidadania – de Maquiavel a Jefferson*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Soutphommasane, T. (2005). Grounding multicultural citizenship: From minority rights to civic pluralism. *Journal of Intercultural Studies*, 26(4), 401-416.
- Spencer, C. (1999). *Homossexualidade: Uma história* (trad. Ruben Mauro Machado). Rio de Janeiro: Editora Record.

Bibliografia

- Steiger, J. H. (1990). Structural model evaluation and modification: An interval estimation approach. *Multivariate Behavioral Research*, 25, 173-180.
- Stein, T. S. (1988). Theoretical considerations in psychotherapy with gay men and lesbians. In M. W. Ross (ed.), *The treatment of homosexuals with mental disorders*. New York: Harrington Park Press.
- Stein, T. S., & Cabaj, R. P. (1996). *Psychotherapy with gay men*. In R. P. Cabaj & T. S. Stein (Eds.), *Textbook of sexuality and mental health* (pp.413-432). Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Stewart, E., & Weinstein, R. S. (1997). Volunteer participation in context: Motivations and political efficacy within three AIDS organizations. *American Journal of Community Psychology*, 25(6), 809-837.
- Stiles, W. B. (1993). Quality control in qualitative research. *Clinical Psychology Review*, 13, 593-618.
- Stoer, S. R., & Magalhães, A. M. (2005). *A diferença somos nós: a gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*. Porto: Afrontamento.
- Stoer, S. R., Magalhães, A. M., & Rodrigues, D. (2004). *Os lugares da exclusão social: Um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez.
- Stychin, C. F. (2001). Sexual citizenship in the European Union. *Citizenship Studies*, 5(3), 285-301.
- Stychin, C. F., & Herman, D. (2000). *Sexuality in the legal arena*. London: Athlone Press.
- Symonds, J. A. (1984). *Sexual inversion: A classic study of homosexuality*. New York: Bell.
- Sypnowich, C. (2000). The culture of citizenship. *Politics & Society*, 28(1), 531-556.
- Szasz, T. (1970). *Ideology and insanity*. New York: Anchor Books.
- Szasz, T. (1974). *The myth of mental health*. New York: Harper and Row.
- Tamagne, F. (2000). *L'Histoire de l'homosexualité en Europe: Berlin, Londres, Paris 1919-1939*. Paris: PUF.
- Taylor, V., Kaminski, E. & Dugan, K. (2002). From the Bowery to the Castro: Communities, identities and Movements. In D. Richardson & S. Seidman (Eds.), *Handbook of lesbian and gay studies* (pp. 99-114). London: Sage.
- Teal, D. (1971). *The gay militants: How gay liberation began in America, 1969-1971*. New York: St. Martin's Press.
- Terry, J. (1999). *An American obsession: Science, medicine and homosexuality in modern society*. Chicago: Chicago University Press.

- Thomas, S. R., & Larrabe, T. G. (2002). Gay, lesbian, bisexual, and questioning youth. In J. Sandoval (Ed.), *Handbook of crisis counseling, intervention, and prevention in the schools* (2nd ed., pp. 301-322). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Tin, L. G. (2003). *Dictionnaire de l'homophobie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Toldy, T. M. (1997). As mulheres na Igreja Católica: Luzes e sombras ao longo da história. *Theologica*, 32(2), 219-245.
- Tolson, A. (1977). *Os limites da masculinidade* (Trad. Miguel Serras Pereira). Lisboa: Assírio e Alvim.
- Touraine, A. (1997). *Iguais e diferentes: Poderemos viver juntos?* (Trad. Carlos Aboim de Brito). Lisboa: Instituto Piaget.
- Trend, D. (2000). *Reading digital culture*. Oxford: Blackwell.
- Trickett, E. J. (1994). Human diversity and community psychology: Where ecology and empowerment meet. *American Journal of Community Psychology*, 22(4), 583-593.
- Troiden, R. (1979). Becoming homosexual: Research on acquiring a gay identity. *Psychiatry*, 42 (4), 362-373.
- Troiden, R. (1989). The formation of homosexual identities. *Journal of Homosexuality*, 17, 43-73.
- Troiden, R. (1993). The formation of homosexual identities. In L. Garnets & D. Kimmel (Eds.), *Psychological perspectives on lesbian and gay male experiences* (pp. 191-217). New York: Columbia University Press.
- Tripp, C. A. (1975). *The homosexual matrix*. New York: Signet.
- Turner, J. R., & Thayer, J. (2001). *Introduction to analysis of variance*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Vaid, U. (1995). *Virtual Equality: The mainstreaming of gay and lesbian liberation*. New York: Anchor & Doubleday.
- van Steenberg, B. (1994). The condition of citizenship: An introduction. In B. van Steenberg (Ed.), *The condition of citizenship* (pp. 1-9). London: Sage.
- Vandenplas-Holper, C. (2000). *Desenvolvimento psicológico na idade adulta e durante a velhice - maturidade e sabedoria* (Trad. Paulo Cardoso de Jesus). Porto: ASA.
- Vaux, A. (1988). *Social support: Theory, research, and intervention*. New York, NY: Praeger.
- Villaverde Cabral, M. (1997). *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Vincke, J., & De Rycke, L. (1999). Gay identity and the experience of gay social stress. *Journal of Applied Social Psychology*, 29(6), 1316-1331.

Bibliografia

- Vincke, J., & Van Heeringen, K. (2002). Confidant support and the mental well-being of lesbian and gay young adults: A longitudinal analysis. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 12(3), 181-193.
- Vitorino, S. (2001, Junho). A heterossexualidade dos media Portugueses. "Pluma 28" - *Publicação comemorativa da I Semana do Orgulho LGBT do Porto* (pp. 6-8).
- Vivero, V. N., & Jenkins, S. R. (1999). Existential hazards of the multicultural individual: Defining and understanding "cultural homelessness". *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 5, 6-26.
- Wakeford, N. (2002). New technologies and "cyber-queer" research. In D. Richardson & S. Seidman (Eds.), *Handbook of lesbian & gay studies* (pp. 115-144). London: Sage.
- Walters, A. (1995). Bringing homophobia out of the closet. *Journal of Sex Education Therapy*, 21(24), 233-244.
- Walzer, M. (1991). The idea of civil society: A path to social reconstruction. *Dissent* (Spring), 293-204.
- Walzer, M. (1995). *Spheres of Justice: A defense for pluralism and equality*. New York: Basic Books.
- Warleigh, A. (1998). Frozen: citizenship and European unification. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 1, 113-151.
- Warner, M. (1993) (Ed.). *Fear of a queer Planet: Queer politics and social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Waterman, A. S. (1999). Identity, the identity statuses, and identity status development: A contemporary statement. *Developmental Review*, 19, 497-565.
- Wattenberg, B. J. (1995). *Values matter most*. New York: Free Press.
- Weeks, J. (1977). *Coming out: Homosexual politics in Britain from the nineteen century to the present*. London: Quartet Books.
- Weeks, J. (1985). *Sexuality and its discontents: Meanings, myths, and modern sexualities*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Weeks, J. (1995). *Invented moralities: Sexual values in an age of uncertainty*. Cambridge: Polity Press.
- Weeks, J. (1996). The construction of homosexuality. In S. Seidman (Ed.), *Queer theory/sociology* (pp. 41-63). Oxford: Blackwell.
- Weeks, J. (1998a). The 'Homosexual Role' after 30 years: An appreciation of the work of Mary McIntosh. *Sexualities*, 1(2), 131-152.
- Weeks, J. (1998b). The sexual citizen. *Theory, culture and society*, 15(3/4), 35-52.

- Weeks, J. (2000). *Making sexual history*. Oxford: Blackwell.
- Weinberg, G. (1972). *Society and the healthy homosexual*. New York: St. Martin's Press.
- Weller, S. C., & Rommey, A. K. (1988). *Systematic data collection*. Newbury Park, CA: Sage.
- Weltman, D., & Billig, M. (2001). The political psychology of contemporary anti-politics: A discursive approach to the end-of-ideology era. *Political Psychology*, 22(2), 367-382.
- Wethington, E., & Kessler, R. C. (1991). Situations and processes of coping. In J. Eckenrode (Ed.), *The social context of coping* (pp. 13-29). New York: Plenum.
- Wilson, W. J. (1987). *The truly disadvantaged: The inner city, the underclass and public policy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Winship, C., & Mare, R. (1992). Models for sample selection bias. *Annual Review of Sociology*, 18, 327-350.
- Yates, M., & Youniss, J. (1996). A development perspective on community service. *Social Development*, 5, 85-11.
- Yates, M., & Youniss, J. (1998). Community service and political development in adolescence. *Journal of Social Issues*, 54(3), 495-512.
- Ying, Y., Lee, P. A., & Tsai, J. L. (2004). Inventory of college challenges for ethnic minority students: Psychometric properties of a new instrument in Chinese Americans. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 10(4), 351-364.
- Young, I. M. (1990). *Justice and the politics of difference*. New Jersey: Princeton University Press.
- Young, I. M. (1995). Polity and group difference: A critique of the ideal of universal citizenship. In R. Beiner (Ed.), *Theorizing citizenship* (pp. 175-207). Albany: State University of New York Press.
- Young, I. M. (2000). Difference as a resource for democratic communication. In J. Bohman & W. Rehg (Eds.), *Deliberative democracy: Essays on reason and politics* (pp. 383-406). Cambridge: MIT Press.
- Young, I. M. (2003). O género como serialidade: Pensar as mulheres como um colectivo social. (Trad. Laura Fonseca e Marinela Freitas). *Ex-Aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 8, 113-139.
- Zapatero, J. L. R. (2005). Un país mejor. *Zero – Revista Gay en Español*, 77. Madrid: ZeroPress.
- Zimmerman, J. F. (1986). *Participatory Democracy: Populism revised*. London: Greenwood Pub Group.

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
VERSÃO PARA MULHERES

Cara colaboradora:

Estamos a realizar, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, um estudo que pretende aprofundar o conhecimento sobre as vivências das lésbicas e dos gays em Portugal. Nas páginas seguintes encontrará um conjunto de questões que abordam temas relacionados com as suas experiências de participação, as suas redes de relação interpessoal e o processo de definição de si própria enquanto lésbica. Como é evidente, as suas respostas são **TOTALMENTE CONFIDENCIAIS** e apenas os investigadores terão acesso aos dados recolhidos.

Como é sabido, a investigação junto da comunidade de lésbicas e gays depara-se com dificuldades particulares em virtude da discriminação a que frequentemente esta comunidade está sujeita. Por isso, é **MUITO IMPORTANTE** para nós a sua participação, mesmo reconhecendo que estamos a “roubar-lhe” um pouco do seu tempo.

Para devolução dos inquéritos preenchidos utilize os envelopes endereçados à Faculdade de Psicologia. Estes envelopes **não necessitam de selo**, desde que os deposite num marco de correio.

Gostaríamos de solicitar o seu apoio a esta investigação de um outro modo, já que é para nós fundamental “passar a palavra” às pessoas da comunidade. Por isso, se conhecer outras lésbicas e/ ou outros gays agradecemos que lhes possa fazer chegar a informação de que esta investigação está em curso e de que TODOS os contributos são importantes. A versão on-line destes questionários pode ser preenchida através dos sites das associações de defesa dos direitos lésbicos e gays ou através do site da Faculdade em www.fpce.up.pt

Finalmente, os investigadores estão disponíveis para dar resposta a qualquer questão que este estudo lhe suscite através do endereço de e-mail: lg@psi.up.pt

Obrigados pela sua colaboração.

Setembro de 2003

Numa fase posterior, este estudo envolverá entrevistas a algumas das pessoas que responderam a estas questões. Caso esteja disposta a ser contactada para participar nessas entrevistas, agradecemos que indique o seu nome, número de telefone e/ou endereço de e-mail no espaço que encontra no final desta página. **A INDICAÇÃO DO SEU NOME E DO SEU CONTACTO É TOTALMENTE OPCIONAL.** Se não estiver disponível deixe este espaço em branco e prossiga, por favor, para a página seguinte.

Nome: _____

Telefone ou móvel: _____ e-mail: _____

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DESTE INQUÉRITO

As questões deste inquérito têm 3 formatos.

Em algumas questões trata-se de assinalar, no quadrado respectivo, **a opção** ou **as opções** correcta(s). Por exemplo:

Sexo: feminino ☐ masculino ☐

Noutras questões, é-lhe pedido que registe a sua opinião numa escala do tipo:

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---------------------

Aqui, deverá assinalar o número que corresponde melhor à sua opinião, com um círculo. Nestes casos, o número “1” corresponde a uma opinião extrema de sinal negativo, e o “7” a uma opinião extrema de sinal positivo: ou seja, deve assinalar “1” se discorda totalmente, e “7” se concorda totalmente.

É provável que, na maioria das situações, uma opção intermédia seja a que melhor corresponde à sua opinião. No caso de se enganar, risque e assinale a opção desejada com outro círculo. Por exemplo:

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---------------------

Finalmente, noutras questões ainda, é pedido que registe, por escrito, o seu ponto de vista.

REGISTO BIOGRÁFICO

Sexo: feminino ☐ masculino ☐

Idade: _____ anos

Situação actual: solteira ☐ casada ou em união de facto ☐ divorciada ou separada ☐ viúva ☐

Escolaridade:

Ensino primário (4.º ano) ☐ Ensino básico (9.º ano) ☐

Ensino secundário (12.º ano) ☐ Ensino superior (bacharelato, licenciatura, ...) ☐

Profissão actual: _____

Aproximadamente, quantos **livros** tem em sua casa?

alguns (até 10) ☐ uma estante (até 100) ☐

uma prateleira (até 50) ☐ várias estantes (mais de 100) ☐

Em que local **cresceu** e/ ou **vive actualmente**?

Pequena cidade ou vila do interior: cresceu ☐ vive actualmente ☐

Grande cidade do interior: cresceu ☐ vive actualmente ☐

Pequena cidade ou vila do litoral: cresceu ☐ vive actualmente ☐

Grande cidade do litoral: cresceu ☐ vive actualmente ☐

Com quais das seguintes pessoas **cresceu/** e ou **vive actualmente**?

Com o **pai**: cresceu ☐ vive actualmente ☐

Com a **mãe**: cresceu ☐ vive actualmente ☐

Com **irmãos**: cresceu ☐ vive actualmente ☐

Com **outras pessoas**: quem? _____ cresceu ☐ vive actualmente ☐

Você **considera-se**:

uma pessoa com **muitos** amigos ☐ uma pessoa com **alguns** amigos ☐

uma pessoa com **poucos** amigos ☐ uma pessoa **sem** amigos ☐

No que diz respeito à sua **orientação sexual**, como se define?

No **passado**: homossexual ☐ bissexual ☐ heterossexual ☐ sem definição/ não sabe ☐

No **presente**: homossexual ☐ bissexual ☐ heterossexual ☐ sem definição/ não sabe ☐

Apenas no caso de estes acontecimentos **terem ocorrido** na sua vida, por favor indique **aproximadamente**:

Com que idade ...

... sentiu a primeira atracção por alguém do mesmo sexo - _____ anos

... teve o primeiro relacionamento sexual com alguém do mesmo sexo - _____ anos

... namorou, pela primeira vez, com alguém do mesmo sexo - _____ anos

... sentiu que era homossexual - _____ anos

Actualmente, em que grau se sente **satisfeita** com a sua orientação sexual?

Nada satisfeita	1	2	3	4	5	6	7	Muito satisfeita
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	------------------

Está actualmente envolvida numa **relação amorosa** com uma pessoa do **mesmo sexo**? Sim ☐ Não ☐

Se **SIM**, que **importância** atribui a essa relação?

Nada importante	1	2	3	4	5	6	7	Muito importante
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	------------------

Se **NÃO**, acha que **seria importante** para si ter uma relação deste tipo?

Nada importante	1	2	3	4	5	6	7	Muito importante
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	------------------

Você **revelou a outras pessoas** a sua orientação sexual? Sim ☐ Não ☐

Se **SIM**, quais das seguintes pessoas conhecem a sua orientação sexual? (assinalar **apenas as que conhecem**)

Pai ☐ Mãe ☐ Irmãos ☐ Amigos ☐ Colegas (de trabalho ou de escola/ faculdade) ☐ Outras pessoas ☐

Tem **amigas** e/ ou **amigos homossexuais** (lésbicas e/ ou gays)? Sim ☐ Não ☐

Costuma frequentar **“ambientes” homossexuais** (bares, discotecas, cafés, lojas, ...)? Sim ☐ Não ☐

Actualmente, em que medida são importantes para a forma como vive a sua orientação sexual...

... as suas **amigas** e/ ou os seus **amigos** homossexuais

Nada importantes	1	2	3	4	5	6	7	Muito importantes
------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------

... os “**ambientes**” homossexuais

Nada importantes	1	2	3	4	5	6	7	Muito importantes
------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------------------

Conhece algumas **associações portuguesas de defesa dos direitos de lésbicas e gays**? Sim ☐ Não ☐

Conhece os **folhetos ou documentos** produzidos por estas associações? Sim ☐ Não ☐

Costuma consultar os **sítes da Internet** destas associações? Sim ☐ Não ☐

Conhece as **actividades** que estas associações desenvolvem? Sim ☐ Não ☐

Já **esteve presente** em alguma(s) dessas actividades? Sim ☐ Não ☐

É **actualmente** associada de alguma (ou algumas) destas associações? Sim ☐ Não ☐

Se **SIM**, de qual/ quais? _____

Quais os **principais motivos** pelos quais decidiu associar-se?

(Assinale **a opção** ou **as opções** que são mais válida(s) para si)

Conhecer e conviver com outras lésbicas e/ ou outros gays ☐

Procurar alguém com quem pudesse estabelecer uma relação amorosa ☐

Poder partilhar a sua experiência de vida enquanto lésbica com outras lésbicas e/ ou outros gays ☐

Estar mais informada sobre o que é “ser-se homossexual” ☐

Sentir que a partilha de experiências de vida com pessoas não-homossexuais não era suficiente ☐

Intervir social e politicamente de modo a contribuir para um mundo menos “preconceituoso” relativamente à homossexualidade ☐

Ajudar outras pessoas a viverem melhor com a sua orientação sexual ☐

Lidar melhor com a reacção de outras pessoas (família, amigos, colegas, ...) ao facto de ser lésbica ☐

Encontrar um espaço onde pudesse exprimir-se e comportar-se “livremente” ou “mais à-vontade” ☐

Outro(s) motivo(s) _____

Como teve conhecimento desta investigação?

... através de **amigos** ☐ ... através da **Internet** ☐ ... através das **associações** ☐ ... por **correio** ☐

Por favor, verifique se respondeu a todas as questões.

EXPERIÊNCIAS de PARTICIPAÇÃO

Ferreira e Menezes (2001)

1. Colaborou ou esteve, alguma vez, ligada a:

	Nunca	Apenas pontualmente	Sim, durante:	
			Menos de 6 meses	6 meses ou mais
a) Associações de Defesa dos Direitos Lésbicos e Gays?				
b) Associações de Estudantes ou de Trabalhadores?				
c) Partidos Políticos ou Juventudes Partidárias?				
d) Movimentos Sociais Reivindicativos ou de Solidariedade Social?				
e) Grupos ou Associações Juvenis, Religiosas, Desportivas ou Recreativas?				

Qual das experiências de participação considera ter sido **a mais importante** para si? (indicar alínea) _____2. Pensando **nessa experiência de participação mais importante**, por favor responda às seguintes questões.2. 1. Como **avalia** o seu envolvimento? Esteve:

Pouco activamente envolvida	1	2	3	4	5	6	7	Muito activamente envolvida
-----------------------------	---	---	---	---	---	---	---	-----------------------------

2. 2. Enquanto colaborou, **realizou alguma(s) destas actividades?**a) procurar informação em livros, nos *media* ou junto de pessoas mais experientes.

Não, nunca.	0	Nada frequentemente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequentemente
-------------	---	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------

b) participar em actividades (por exemplo: protestos, festas, reuniões, debates, tomadas públicas de posição, etc.)?

Não, nunca.	0	Nada frequentemente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequentemente
-------------	---	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------

c) organizar actividades (por exemplo: protestos, festas, reuniões, debates, tomadas públicas de posição, etc.)?

Não, nunca.	0	Nada frequentemente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequentemente
-------------	---	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------

d) organizar ou gerir uma equipa encarregue da organização de actividades ((por exemplo: protestos, festas, reuniões, debates, tomadas públicas de posição, etc.)?)

Não, nunca.	0	Nada frequentemente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequentemente
-------------	---	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------

e) tomar decisões (sozinha ou em grupo).

Não, nunca.	0	Nada frequentemente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequentemente
-------------	---	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------

2. 3. Enquanto colaborou, **com que frequência sentiu que:**

a) havia diferentes pontos de vista em discussão.

Não, nunca.	0	Nada frequentemente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequentemente
-------------	---	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------

b) havia reflexão e eram analisados diferentes pontos de vista.

Não, nunca.	0	Nada frequentemente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequentemente
-------------	---	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------

c) as opiniões em conflito davam origem a novas formas de ver as questões.

Não, nunca.	0	Nada frequentemente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequentemente
-------------	---	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------

d) eram abordados problemas reais e/ ou do seu quotidiano.

Não, nunca.	0	Nada frequentemente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequentemente
-------------	---	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------

e) a participação era muito importante para si, enquanto pessoa.

Não, nunca.	0	Nada frequentemente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequentemente
-------------	---	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------

PAS

Versão original de Douglas M. Brock, Irwin G. Sarason, Hari Sanghvi e Regan A. R. Gurung (1998)
Versão para investigação adaptada por Carneiro, Cruz e Menezes (2003)

As afirmações que se seguem dizem respeito às relações que você estabelece com os seus amigos e com a sua família. Por favor, responda indicando em que medida estas afirmações descrevem essas mesmas relações.

Não se esqueça de que não há respostas certas nem erradas. O que conta é a sua opinião.

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
----------------------------	---	---	---	---	---	---	---	----------------------------

	Discordo Totalmente							Concordo Totalmente						
1. Sou uma parte muito importante da vida dos meus amigos.	1	2	3	4	5	6	7							
2. A minha mãe desiluiu-me em muitas ocasiões.	1	2	3	4	5	6	7							
3. Os meus pais discordaram de muitas coisas que eu fiz.	1	2	3	4	5	6	7							
4. O meu pai foi demasiado severo comigo.	1	2	3	4	5	6	7							
5. Por vezes, pergunto-me se as pessoas gostam de mim.	1	2	3	4	5	6	7							
6. A minha mãe está sempre lá quando preciso dela.	1	2	3	4	5	6	7							
7. Em geral, os meus pais confiaram nas minhas decisões.	1	2	3	4	5	6	7							
8. Por vezes, o meu pai fez-me sentir que não me aprovava.	1	2	3	4	5	6	7							
9. Os meus amigos mostram-me frequentemente que se preocupam comigo.	1	2	3	4	5	6	7							
10. A minha mãe fez-me sentir que me aceitou verdadeiramente.	1	2	3	4	5	6	7							
11. Sou uma parte muito importante da vida da minha família.	1	2	3	4	5	6	7							
12. No fundo, o meu pai nunca me compreendeu.	1	2	3	4	5	6	7							
13. Posso sempre contar com os meus amigos.	1	2	3	4	5	6	7							
14. A minha mãe ama-me e preocupa-se comigo, independentemente do que eu possa fazer ou dizer.	1	2	3	4	5	6	7							
15. Muitas vezes, sinto-me posta de lado pela minha família.	1	2	3	4	5	6	7							
16. Sinto-me confortável sendo exactamente como sou quando estou com o meu pai.	1	2	3	4	5	6	7							
17. Os meus amigos são sensíveis às minhas necessidades pessoais.	1	2	3	4	5	6	7							
18. No fundo, a minha mãe nunca me compreendeu.	1	2	3	4	5	6	7							
19. Por vezes, pergunto-me se a minha família gosta de mim.	1	2	3	4	5	6	7							

	Discordo Totalmente				Concordo Totalmente		
20. O meu pai está sempre lá quando preciso dele.	1	2	3	4	5	6	7
21. Muitas vezes, sinto-me excluída na relação que tenho com as pessoas.	1	2	3	4	5	6	7
22. Sinto-me confortável sendo exactamente como sou quando estou com a minha mãe.	1	2	3	4	5	6	7
23. A minha família mostra-me frequentemente que se preocupa comigo.	1	2	3	4	5	6	7
24. O meu pai fez-me sentir que me aceitou verdadeiramente.	1	2	3	4	5	6	7
25. Confio aos meus amigos os meus segredos pessoais.	1	2	3	4	5	6	7
26. Por vezes, a minha mãe fez-me sentir que não me aprovava.	1	2	3	4	5	6	7
27. Posso sempre contar com a minha família.	1	2	3	4	5	6	7
28. O meu pai ama-me e preocupa-se comigo, independentemente do que eu possa fazer ou dizer.	1	2	3	4	5	6	7
29. Sinto que sou posta à margem do meu grupo de amigos.	1	2	3	4	5	6	7
30. A minha mãe foi demasiado severa comigo.	1	2	3	4	5	6	7
31. A minha família é sensível às minhas necessidades pessoais.	1	2	3	4	5	6	7
32. O meu pai desiludiu-me em muitas ocasiões.	1	2	3	4	5	6	7
33. Por vezes, sinto que os meus amigos não me consideram uma boa amiga.	1	2	3	4	5	6	7
34. A minha mãe teve sempre o cuidado de não ferir os meus sentimentos.	1	2	3	4	5	6	7
35. Confio à minha família os meus segredos pessoais.	1	2	3	4	5	6	7
36. O meu pai teve sempre o cuidado de não ferir os meus sentimentos.	1	2	3	4	5	6	7
37. Muitas vezes, sinto que os meus amigos não me compreendem.	1	2	3	4	5	6	7
38. A minha mãe confia que o que faço é o melhor para mim.	1	2	3	4	5	6	7
39. Muitas vezes, sinto que a minha família não me compreende.	1	2	3	4	5	6	7
40. O meu pai confia que o que faço é o melhor para mim.	1	2	3	4	5	6	7
41. Sinto que sou posta à margem nas minhas relações familiares.	1	2	3	4	5	6	7
42. Por vezes, sinto que a minha família não me considera um bom elemento.	1	2	3	4	5	6	7
43. Os meus amigos discordaram de muitas coisas que eu fiz.	1	2	3	4	5	6	7
44. Em geral, os meus amigos confiaram nas minhas decisões.	1	2	3	4	5	6	7

Por favor, verifique se respondeu a todas as questões.

EIPQ

Versão original de E. Balistreri, N. A. Busch-Rossnagel e K. F. Geisinger (1995)

Versão para investigação adaptada por Carneiro e Menezes (2003)

Para cada uma das seguintes afirmações assinale, por favor, o valor (de 1 a 7) que melhor traduz a sua opinião.

	Discordo Totalmente				Concordo Totalmente			
1. Acho que decidi definitivamente a profissão que quero ter.	1	2	3	4	5	6	7	
2. Não espero mudar as minhas ideias políticas.	1	2	3	4	5	6	7	
3. Tenho pensado que posso ter diferentes crenças religiosas.	1	2	3	4	5	6	7	
4. Nunca senti necessidade de pôr em causa os meus valores pessoais.	1	2	3	4	5	6	7	
5. Acho que estou bastante segura sobre o tipo de amigos que são melhores para mim.	1	2	3	4	5	6	7	
6. As minhas ideias sobre os papéis femininos e masculinos nunca mudaram com o passar dos anos.	1	2	3	4	5	6	7	
7. Penso que votarei sempre no mesmo partido político.	1	2	3	4	5	6	7	
8. Acho que sei muito bem o meu papel na minha família.	1	2	3	4	5	6	7	
9. Tenho conversado várias vezes sobre a maneira como as pessoas se comportam nas relações de namoro.	1	2	3	4	5	6	7	
10. Tenho analisado cuidadosamente diferentes perspectivas políticas.	1	2	3	4	5	6	7	
11. À partida, acredito que uma relação de namoro entre duas pessoas do mesmo sexo pode durar.	1	2	3	4	5	6	7	
12. Nunca pus em causa as minhas ideias sobre o tipo de amiga(o) que é melhor para mim.	1	2	3	4	5	6	7	
13. Os meus valores pessoais podem mudar no futuro.	1	2	3	4	5	6	7	
14. Quando converso sobre religião, eu tenho uma opinião pessoal.	1	2	3	4	5	6	7	
15. Acho que não estou bem segura sobre o tipo de relação de namoro que é melhor para mim.	1	2	3	4	5	6	7	

	Discordo Totalmente				Concordo Totalmente			
16. Até agora, não senti necessidade de pensar sobre a importância que dou à minha família.	1	2	3	4	5	6	7	
17. As minhas crenças religiosas podem mudar nos próximos tempos.	1	2	3	4	5	6	7	
18. Penso que não vou mudar as minhas ideias sobre os comportamentos femininos e masculinos.	1	2	3	4	5	6	7	
19. Tenho tentado conhecer diferentes profissões, de maneira a encontrar a profissão que é melhor para mim.	1	2	3	4	5	6	7	
20. Tenho vivido várias experiências que me fizeram mudar as minhas ideias sobre os papéis femininos e masculinos.	1	2	3	4	5	6	7	
21. Tenho avaliado com cuidado diferentes valores pessoais, de maneira a escolher os que são melhores para mim.	1	2	3	4	5	6	7	
22. À partida, acredito que duas pessoas do mesmo sexo podem ter uma relação de namoro em que se apoiam uma à outra.	1	2	3	4	5	6	7	
23. Aquilo que procuro num(a) amigo(a) pode mudar no futuro.	1	2	3	4	5	6	7	
24. Tenho-me perguntado qual o tipo de namoro que é melhor para mim.	1	2	3	4	5	6	7	
25. Não espero mudar os meus objectivos vocacionais (que dizem respeito às minhas opções escolares, profissionais,...).	1	2	3	4	5	6	7	
26. Tenho avaliado de muitas maneiras o lugar que ocupo na minha família.	1	2	3	4	5	6	7	
27. Penso que nunca irei mudar as minhas ideias sobre os papéis femininos e masculinos.	1	2	3	4	5	6	7	
28. Nunca pus em causa as minhas crenças políticas.	1	2	3	4	5	6	7	
29. Tenho tido muitas experiências que me levaram a repensar as qualidades que eu gostaria que os meus amigos tivessem.	1	2	3	4	5	6	7	
30. Tenho conversado sobre religião com pessoas que têm crenças diferentes das minhas.	1	2	3	4	5	6	7	
31. Não tenho certeza se os meus valores são os melhores para mim.	1	2	3	4	5	6	7	
32. Nunca pus em causa as minhas ambições profissionais.	1	2	3	4	5	6	7	
33. À partida, acredito que uma relação entre duas pessoas do mesmo sexo pode trazer segurança emocional.	1	2	3	4	5	6	7	
34. O valor que dou à minha família pode mudar no futuro.	1	2	3	4	5	6	7	
35. Acho que sei muito bem quais são as minhas crenças sobre as relações de namoro.	1	2	3	4	5	6	7	

Por favor, verifique se respondeu a todas as questões.

LIQ

Versão original de Ruth E. Fassinger (2000)

Versão para investigação adaptada por Carneiro e Menezes (2003)

POR FAVOR, LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES QUE SE SEGUEM.

As afirmações deste questionário tentam identificar ideias e sentimentos que você tem **ACTUALMENTE** sobre a sua identidade sexual, isto é, **a forma como se sente e vê enquanto lésbica**. Algumas dessas afirmações podem não se aplicar a si e outras podem ter-se aplicado a si no passado, mas não actualmente. Por favor, responda a todas as afirmações e atribua-lhes os valores mais altos sempre que se apliquem aos sentimentos que tem sobre si própria no momento presente. Se desejar, pode ler rapidamente todas as afirmações antes de responder, para que possa ter uma ideia sobre as diferenças existentes. Não se esqueça de atribuir os valores mais altos às afirmações que a descrevem ACTUALMENTE.

Leia o exemplo que se segue:

1. *Estou a começar a conhecer lésbicas e gays e isso assusta-me, mas ao mesmo tempo entusiasma-me.*

Se esta afirmação reflecte o que sente actualmente em relação à sua identidade sexual, deverá assinalar “6” ou “7”. No entanto, se isto fez sentido para si em momentos passados mas não é actualmente verdadeiro (isto é, se já conhece lésbicas e gays há muito tempo e isso não a assusta), deverá assinalar “1” ou “2” uma vez que isto já NÃO descreve a sua experiência pessoal.

Em resumo, o que se pretende é que responda de acordo com o que pensa e sente ACTUALMENTE sobre a sua identidade sexual.

	Discordo Totalmente				Concordo Totalmente			
1. Estou a começar a conhecer lésbicas e gays, e isso assusta-me mas ao mesmo tempo entusiasma-me.	1	2	3	4	5	6	7	
2. Hoje em dia, o facto de eu ser lésbica é uma parte fundamental da minha vida social.	1	2	3	4	5	6	7	
3. Só agora começo a tomar consciência de que posso estar interessada em ter encontros com mulheres.	1	2	3	4	5	6	7	
4. Só agora começo a tomar consciência, tendo em conta as minhas experiências pessoais, de que prefiro as mulheres aos homens como parceiras íntimas.	1	2	3	4	5	6	7	
5. Ultimamente, estou constantemente a achar que tenho sido maltratada pelo facto de ser lésbica.	1	2	3	4	5	6	7	
6. Recentemente, tenho reparado que as lésbicas e os gays estão em toda a parte, e que muitas vezes tenho a sensação de que sei quem são.	1	2	3	4	5	6	7	
7. Estou numa fase recente da minha vida em que me sinto emocionalmente e sexualmente mais próxima das mulheres do que dos homens.	1	2	3	4	5	6	7	
8. Só agora começo a tomar consciência de que a heterossexualidade não é tudo o que existe.	1	2	3	4	5	6	7	
9. Só agora começo a tomar consciência de que o que sinto pelas mulheres pode querer dizer alguma coisa.	1	2	3	4	5	6	7	
10. Acredito que há muitos heterossexuais que aceitam as lésbicas e os gays.	1	2	3	4	5	6	7	
11. Só agora começo a pensar que os meus sentimentos significam que me apaixonei por uma mulher.	1	2	3	4	5	6	7	
12. Recentemente, iniciei uma “libertação pessoal” como lésbica e comecei a envolver-me na cultura lésbica.	1	2	3	4	5	6	7	
13. Enquanto lésbica, consigo hoje em dia relacionar-me confortavelmente tanto com lésbicas e gays como com heterossexuais.	1	2	3	4	5	6	7	
14. Ultimamente, é cada vez mais importante para mim conhecer lésbicas e gays e relacionar-me com eles.	1	2	3	4	5	6	7	
15. Só agora vou tomando consciência de que me sinto diferente de outras mulheres.	1	2	3	4	5	6	7	
16. Recentemente, tenho tomado consciência de que estava condicionada a encarar de forma negativa as lésbicas e os gays.	1	2	3	4	5	6	7	
17. Começo a notar em mim um forte desejo de tocar o corpo de outra mulher.	1	2	3	4	5	6	7	
18. Ultimamente, tenho tomado consciência de que muitos heterossexuais nem sequer sabem que as lésbicas e os gays existem.	1	2	3	4	5	6	7	
19. Reconheço, hoje em dia, que sou uma pessoa que estabelece relações emocionalmente profundas com mulheres.	1	2	3	4	5	6	7	
20. Ultimamente, tenho reparado que me estou a afastar do mundo heterossexual.	1	2	3	4	5	6	7	
21. Só agora vou tomando consciência de que estaria disposta a ter uma relação amorosa com uma mulher e a viver com ela.	1	2	3	4	5	6	7	

	Discordo Totalmente							Concordo Totalmente						
22. Ultimamente, zango-me imenso com a forma como os heterossexuais falam sobre os homossexuais e os tratam.	1	2	3	4	5	6	7							
23. Agora que faço o que realmente quero no domínio do amor e do sexo, sinto-me mais completa como pessoa.	1	2	3	4	5	6	7							
24. Só agora começo a tomar consciência de que me sinto atraída por mulheres de uma forma que não entendo.	1	2	3	4	5	6	7							
25. Estou numa fase recente da minha vida em que me sinto confortável com o facto de ser lésbica, independentemente de com quem estou e de onde estou.	1	2	3	4	5	6	7							
26. Recentemente, tenho descoberto que pode haver muitas pessoas como eu, que não tentam viver como heterossexuais.	1	2	3	4	5	6	7							
27. Recentemente, tenho tomado consciência de que há em mim um forte desejo de beijar outra mulher.	1	2	3	4	5	6	7							
28. Ultimamente, tenho percebido que provavelmente não seria capaz de ter os homens como parceiros íntimos.	1	2	3	4	5	6	7							
29. Nem sequer imagino como possa ser um espaço cheio de lésbicas e de gays.	1	2	3	4	5	6	7							
30. Estou numa fase recente da minha vida em que sinto uma profunda satisfação por amar outra mulher.	1	2	3	4	5	6	7							
31. Pela primeira vez, começo a reparar que me sinto tensa quando estou na presença de mulheres.	1	2	3	4	5	6	7							
32. Ultimamente, só me sinto à-vontade em ambientes frequentados por lésbicas e por gays.	1	2	3	4	5	6	7							
33. Recentemente, dou por mim a perguntar como seria se eu estabelecesse uma relação romântica com uma mulher.	1	2	3	4	5	6	7							
34. Hoje em dia, procuro mais frequentemente apoio junto das minhas amigas lésbicas e dos meus amigos gays, ainda que também tenha bons amigos heterossexuais.	1	2	3	4	5	6	7							
35. Já consigo aceitar totalmente as minhas preferências emocionais e sexuais por mulheres.	1	2	3	4	5	6	7							
36. O modo como me tenho sentido ultimamente leva-me a pensar que gostaria de saber como é estar sexualmente com uma mulher.	1	2	3	4	5	6	7							
37. Até há pouco tempo, não fazia ideia de que há muitas lésbicas e muitos gays.	1	2	3	4	5	6	7							
38. Cheguei a uma fase da minha vida em que me sinto completamente realizada nas relações que estabeleço com as mulheres.	1	2	3	4	5	6	7							
39. Só agora começo a tomar consciência de que eu teimava em acreditar que toda a gente era heterossexual.	1	2	3	4	5	6	7							
40. Consegui que a minha intimidade com mulheres fizesse parte da minha maneira de ser como pessoa.	1	2	3	4	5	6	7							

Por favor, verifique se respondeu a todas as questões.